UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FREDERICO ALVES COSTA

A DIMENSÃO DO POLÍTICO NA PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL (1986-2011): UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DA TEORIA DEMOCRÁTICA RADICAL E PLURAL

Belo Horizonte
2014

FREDERICO ALVES COSTA

A DIMENSÃO DO POLÍTICO NA PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL (1986-2011): UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA A PARTIR DA TEORIA DEMOCRÁTICA RADICAL E PLURAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte

2014

Autorizo a reprodução e a divulgação parcial ou total deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

150
C837d
2014

Costa, Frederico Alves

A dimensão do político na psicologia social no Brasil (1986-2011) [manuscrito]: uma análise da produção científica a partir da teoria democrática radical e plural / Frederico Alves Costa. - 2014.

404 f.

Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia - Teses. 2. Psicologia social – Brasil - Teses. I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PPG PSICOLOGIA UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO

A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da Teoria Democrática Radical e Plural

FREDERICO ALVES COSTA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2014, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Marco Aurelio Maximo Prado - Orientador
UFMG

Prof(a). Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain
UFPB

Prof(a). Salvador Antonio Mireles Sandoval
PUC-SP

Prof(a). Francisco Teixeira Portugal
UFRJ

Prof(a). Claudia Andrea Mayorga Borges
UFMG

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2014.

Dedico esta tese àqueles e àquelas que têm contribuído para o desenvolvimento da psicologia social como um campo de conhecimento pautado na utopia de uma sociedade democrática.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é decorrência de um percurso marcado por debates sobre pesquisa e intervenção em Psicologia Social durante bons anos no Núcleo de Psicologia Política/UFMG, por diálogos e aprendizados com diferentes professor@s e pesquisador@s na área das Ciências Humanas, pelo apoio de amig@s e familiares que se fizeram presentes durante os momentos de ansiedade, receio, angústia e também de realizações e alegrias.

Agradeço ao professor Marco Aurélio Máximo Prado, com o qual muito aprendi durante os quase dez anos de pesquisas (desde os idos de 2005!) sob sua orientação, nos quais pude compartilhar dúvidas e construir questões (Obrigado!). Aos outros professores do Núcleo de Psicologia Política: Cornelis Johannes van Stralen, o qual, por muitas vezes, trouxe bons questionamentos durante os debates; Claudia Mayorga, com quem trabalhei em projetos de intervenção e realizei estágio em docência; Vanessa Andrade de Barros, com quem também pude desenvolver trabalhos em psicologia social.

Agradeço a tod@s companheir@s de pesquisa do Núcleo de Psicologia Política. Como é bom lembrar as conversas em volta daquela mesa... Momentos em que durante os cafés da tarde ou nas reuniões ficávamos a construir ideias e discutir dúvidas sobre nossas leituras. Que possamos reconstruir aquele ambiente nas universidades nas quais iremos continuar nossos percursos, priorizando sempre estes momentos de discussão, pois são fundamentais para desenvolvermos e questionarmos nossos trabalhos. Gostaria de destacar aqueles com quem continuo a manter constante debate: Otacílio de Oliveira, Rafael Prosdocimi, Frederico Viana Machado. Agradeço também aos membros do NUH, com os quais tem sido prazeroso construir diálogos.

Agradeço a Leôncio Camino, a Cornelis Johannes van Stralen, a Salvador Sandoval pela participação no momento de qualificação do projeto de doutorado. Trouxeram importantes apontamentos, contribuindo para problematizar os caminhos que estávamos percorrendo na pesquisa.

Agradeço ao Jorge Vala e aos membros do grupo de Psicologia Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa pela acolhida durante o período de doutorado-sanduíche e pela discussão sobre esta pesquisa. A tod@s @s professor@s com quem também pude debater o projeto da tese: Conceição Nogueira, Isabel Menezes, José Manuel Sabucedo, José Luis Álvaro, José Torregrosa Peris, Eduardo Crespo, Amálio Blanco.

Agradeço aos meus pais por terem possibilitado que eu percorresse o caminho acadêmico e, assim, pela confiança nas minhas escolhas. À minha irmã, pelo apoio nesta caminhada.

Agradeço a tod@s @s amig@s, os de longa data e os que conheço há menos tempo, por possibilitarem ótimos momentos de descontração – contem sempre comigo! Destaco alguns. Aquel@s sempre presentes desde lá dos tempos de infância e juventude (e agora estamos todos aí nos 30 anos!): Luciana, Alessandra, Diego, Priscila, Michele, Regiane, Rodrigo, Ludmilla. Aquel@s que eu conheci nos percursos da Universidade: Cristiana Mazzini, Júlia Machado, Claudia Salum, Saulo Geber, Claudia Geber, Lucas Mello, Ariana Lucero, Flavia Torqueti, Leonardo Poggialli, Ana Paula Leite, Henrique Abreu, Camila Lima, Nicolás Alasia, Júnia Penido, Juliana Borges, Paulo Roberto, Otacílio de Oliveira, Rafael Prosdocimi, Alina Gomide, Cássia Reis, Nicole Lagazzi, Aline Souza, Mariana Pôssas, Hanna Fux, Yuri Gaspar, Roberta Vasconcelos, Izabel Massara, Larissa Bacelete, Sara Campos, Mariana Verdorlin, Bárbara Feitosa, Nayana Shimaru, Carolina Homem, Thiago Ribeiro, Camila Babi, Felippe Lattanzio, Carol Campagnole, Letícia Barreto, Júlia Mesquita, Juliana Perucchi, Marco Antônio Torres, Lena, Frederico Machado, Paula Sandrine, Andréa Moreira Lima, Igor Monteiro, Rafaela Vasconcelos, Lorena Oliveira, Liliane Anderson, Leonardo Tolentino, Cássia Beatriz, Manuela Magalhães, Regina Helena, Robson Cruz, Isabela Saraiva, Zanja, Luciana Souza, Cristiano Rodrigues, Alexandre Magalhães, Juliana Marques, Cezar Coutinho, Tulasi Rezende, Flávia Guimarães, Amana Mattos, Conceição Seixas, Bia Corsino... Agradeço à Bárbara Zica, ao Pedro e à Maria Eduarda pelos momentos de alegria.

Cabe destacar ainda alguns amig@s com @s quais pude compartilhar boas experiências na Europa: Júlia, Luciana, Luísa, Ribão, Carla, Cícero, Tatiana, Aline, Alessandra...

Também gostaria de me lembrar de alguns que sempre encontro e reencontro em manifestações nas ruas e nas praças, mantendo viva a necessidade e a importância de lutarmos por igualdade e liberdade: Débora, Juliana, Mariana, Letícia, Roberta, Layza, Hozana, Bruno, Joviano, Matheus...

Agradeço também à CAPES pela bolsa de doutorado e de doutorado-sanduíche, que auxiliaram no desenvolvimento da tese. Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FAFICH/UFMG também digo muito obrigado, bem como a tod@s @s funcionári@s que, durante esses meus 11 anos de UFMG, auxiliaram-me durante a realização das atividades acadêmicas das quais participei.

Por fim, agradeço @ tod@s @s professor@s que contribuíram para a minha formação desde antes do ensino fundamental. Talvez, sem a aposta del@s de que seria possível chegar à carreira acadêmica e ao doutorado, os caminhos teriam sido outros...

... segue claramente qual é o nosso modo de abordar a questão da oposição agente social/estrutura. Recapitulemos os pontos centrais: 1) (...) existe sujeito porque existem deslocamentos na estrutura. 2) O deslocamento é a fonte da liberdade. (...). 3) Mas como estes atos de identificação – ou de decisão – têm lugar num terreno de indecidibilidade estrutural radical, toda decisão pressupõe um ato de poder. Todo poder é, no entanto, ambíguo: reprimir algo supõe a *capacidade* de reprimir – o que implica poder; mas supõe também a *necessidade* de reprimir – o que implica limitação do poder. Isso significa que o poder não é senão o vestígio (*huella*) da contingência, o ponto no qual a objetividade mostra a radical alienação que a define. A objetividade – o ser dos objetos não é em tal sentido outra coisa que a forma sedimentada do poder – é, a saber, um poder que tem apagado os seus vestígios. 4) No entanto, como não existe um *fiat* originário do poder, um momento de fundação radical no qual algo mais além de toda objetividade se constitui como fundamento absoluto do ser dos objetos, a relação entre poder e objetividade não pode ser a relação entre o Criador e o *ens creatum*. O criador tem sido já parcialmente criado através de suas formas de identificação com uma estrutura na qual tem sido arremessado. Como esta estrutura é, no entanto, deslocada, a identificação não chega nunca ao ponto de uma identidade plena: todo ato implica um ato de reconstrução – o que equivale a dizer que o criador buscará em vão o sétimo dia do seu repouso. E como o criador não é onisciente, como deve criar dentro de um horizonte aberto de possibilidades que mostram a contingência radical de toda decisão, em tal caso poder e objetividade tornam-se sinônimos. 5) Temos assim, por um lado, a decisão – isto é, a identificação enquanto diferente da identidade –; por outro lado, os vestígios da decisão discerníveis na decisão – isto é, o poder. Falamos aqui de política, mas não porque nos referimos a qualquer categoria regional. "Política" é uma categoria ontológica: existe política porque existe subversão e deslocamento do social. O que implica que *todo* sujeito é, por definição, político. À parte do *sujeito*, neste sentido radical, somente existem *posições de sujeito* no campo geral da objetividade. Mas o sujeito, no sentido que o entendemos neste texto, não pode ser objetivo: ele somente se constitui nas bordas deslocadas da estrutura. Explorar o campo da emergência do sujeito nas sociedades contemporâneas equivale, por fim, a explorar os vestígios que a contingência tem inscrito nas estruturas aparentemente objetivas das sociedades em que vivemos. (Laclau, 1993, p. 77, tradução nossa)

RESUMO

Costa, F. A. (2014). A dimensão do político na psicologia social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da Teoria Democrática Radical e Plural. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

O objetivo da tese é analisar o conceito do político em um recorte da produção da psicologia social brasileira, publicada em periódicos científicos, desde a "crise" da psicologia social, mais especificamente, entre os anos de 1986 e 2011. A "crise" da psicologia social, advinda da crítica à perspectiva dominante na psicologia social na época, produziu um importante debate sobre o caráter político da produção do conhecimento, atrelando-a ao enfrentamento de desigualdades presentes no País e, assim, a possibilidades de mudança social. Nesta medida, concebe-se que a "crise" da psicologia social, juntamente com a retomada da discussão sobre o conceito do político em outros campos do conhecimento das ciências humanas colocam em evidência a importância de se perguntar sobre o modo como o conceito do político tem sido debatido na produção da psicologia social brasileira. Ao se conceber o antagonismo como elemento definidor do político, afirma-se a localização deste debate em torno de uma perspectiva que entende o político no terreno da divisão, da distinção entre amigo-inimigo, considerando a hostilidade e a violência como inerentes à sociabilidade humana. Nesta perspectiva também se critica a compreensão da politização das relações sociais a partir de uma mediação racional, bem como se concebe a ausência de qualquer fundamento último da realidade como condição essencial ao político na modernidade, sendo a unidade política contingente e decorrente de uma construção hegemônica. A democracia é entendida como um "por vir", sendo impossível o alcance de uma sociedade reconciliada ou ainda uma junção entre ética e política. A partir do objetivo da tese e desta concepção do político, a análise centra-se na discussão sobre as formas de politização das relações sociais (emergência do sujeito político) e suas implicações para a democracia (utopia de sociedade), tendo como referência teórica a Teoria Democrática Radical e Plural desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. A produção da psicologia social foi categorizada em torno de quatro vertentes analíticas, a saber: fundamento último da realidade, sujeito racional, sujeito ético-político, antagonismo. Ao final da tese apresenta-se uma proposta para a pesquisa e intervenção em psicologia social, de modo a contribuir para que a psicologia social "continue em crise", no sentido de manter presente a crítica ao que já foi produzido e de construir uma psicologia social que não negue o político.

Palavras-chave: Político, psicologia social brasileira, Teoria Democrática Radical e Plural, crise da psicologia social, pesquisa e intervenção em psicologia social.

ABSTRACT

Costa, F. A. (2014). The dimension of the political in Social Psychology in Brazil (1986-2011): an analysis of the scientific production from the Plural and Radical Democratic Theory. Dissertation, Graduate Program in Psychology, Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte.

The aim of this dissertation is to analyze the concept of political in a sample of the Brazilian social psychology production published in scientific journals from the 1986 to 2011. The "crisis" of social psychology, criticizing the dominant perspective in social psychology at the time, produced an important debate on the political character of knowledge production, linking it to the struggle against the social problems and the possibility of social change in Brazil. To that extent, it conceives that the "crisis" of social psychology, along with the awakening of the discussion about the concept of political in other fields of the human sciences, give relevance to questioning the way the concept of political has been discussed in the Brazilian social psychology production. Conceiving antagonism as the defining element of political, this dissertation focuses the debate in a perspective that understands political in the field of division, of distinction between friend-enemy, considering hostility and violence as inherent to human sociability. In that perspective, this research also criticizes the comprehension of social relations politicization as a rational mediation, and we conceive the absence of any last foundation of reality as an relevant condition to the political in modern times, defining political unity as contingency that results from a hegemonic construction. Democracy is understood as something "to come", been impossible to reach a reconciled society or even the junction between ethics and politics. From the goal of this dissertation and this conception of political our analysis focuses on the different forms of social relations politicization (the emerging of a political subject) and its consequences to democracy (society's utopia), having as a theoretical reference the Plural and Radical Democratic Theory developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. Social psychology production was categorized into the following analytical strands: last foundation of reality, rational subject, ethical-political subject, antagonism. By the end of this dissertation we present a research and intervention proposal in social psychology, as to contribute to the "continuing crisis" of the field, keeping present a critical review of what has been produced and building a social psychology that does not deny the political.

Keywords: political, brazilian social psychology, Plural and Radical Democratic Theory, the crisis of social psychology, research and intervention in social psychology.

RESUMEN

Costa, F. A. (2014). La dimensión de lo político en la psicología social en Brasil (1986-2011): un análisis de la producción científica desde la Teoria Democrática Radical y Plural. Tesis de Doctorado, Programa de Postgrado en Psicologia, Facultad de Filosofia y Ciencias Humanas, Universidad Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

El objetivo de esta tesis es analizar el concepto de lo político en un recorte de la producción de la psicología social brasileña, publicada en periódicos científicos, desde la "crisis" de la psicología social, especificamente, entre los años 1986 y 2011. La "crisis" de la psicología social, proveniente de la crítica a la perspectiva dominante en la psicología social en la época, produjo un importante debate sobre el carácter político de la producción del conocimiento, vinculándola al enfrentamiento de desigualdades presentes en el país y de este modo a posibilidades de cambio social. En esta medida, se concibe que la "crisis" de la psicología social, en conjunto con la reanudación de la discusión sobre el concepto de lo político en otros campos del conocimiento de las ciencias humanas, colocan en evidencia la importancia de preguntarse sobre el modo en como el concepto de lo político ha sido debatido en la producción de la psicología social brasileña. Al concebirse el antagonismo como elemento definidor de lo político, se afirma la ubicación de este debate en torno de una perspectiva que entiende lo político en el terreno de la división, de la distinción entre amigo-enemigo, considerando la hostilidad y la violencia como inherentes a la sociabilidad humana. En esta perspectiva también se critica la comprensión de la politización de las relaciones sociales a partir de una mediación racional, bien como se concibe la ausencia de cualquier fundamento último de la realidad como condición esencial a lo político en la modernidad, siendo la unidad política contingente y derivada de una construcción hegemónica. La democracia es entendida como un "por venir", siendo imposible el alcance de una sociedad reconciliada o incluso una unión entre ética y política. A partir del objetivo de la tesis y de esta concepción de lo político el análisis se centra en la discusión sobre las formas de politización de las relaciones sociales (emergencia del sujeto político) y sus implicaciones para la democracia (utopia de sociedad), teniendo como referencia teórica la Teoria Democrática Radical y Plural, desarrollada por Ernesto Laclau y Chantal Mouffe. La producción de la psicología social fue categorizada en torno de cuatro vertientes analíticas, a saber, fundamento último de la realidad, sujeto racional, sujeto ético-político, antagonismo. Al final de la tesis se presenta una propuesta para la investigación e intervención en psicología social, de modo a contribuir para que la psicología social "continúe en crisis", en el sentido de mantener presente la crítica a lo que ya fue producido y construir una psicología social que no niegue lo político.

Palabras claves: político, psicología social brasileña, Teoria Democrática Radical y Plural, crisis de la psicología social, investigación e intervención en psicología social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPP	Associação Brasileira de Psicologia Política
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
ALAPSO	Associação Latino-Americana de Psicologia Social
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
ASDUERJ	Associação dos Docentes da UERJ
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CERU	Centro de Estudos Rurais e Urbanos/USP
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conasems	Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção e Luta contra a Aids
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GIPS	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
LABCOMP	Laboratório de Estudos do Comportamento Político
LaSP-UFF	Laboratório de Subjetividade e Política da Universidade Federal Fluminense
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LIDIS	Laboratório Integrado em Diversidade Sexual, Políticas e Direitos
NUPIGen	Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar em Gênero
ONG	Organização Não Governamental

PPGTP/UFRJ	Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da UFRJ
PUC Campinas	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUCMINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUS	Sistema Único de Saúde
UEM	Universidade Estadual de Maringá/PR
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria/RS
UGF	Universidade Gama Filho
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
Unb	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFRAN	Universidade de Franca
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Termos-chave selecionados para a pesquisa.....	149
QUADRO 2	Grupos selecionados na Base Corrente do CNPq por ordem alfabética.....	153
QUADRO 3	Grupos selecionados nos Censos CNPq 2000-2010 por ordem alfabética.....	154
QUADRO 4	Textos selecionados no I Simpósio da ANPEPP – 1988.....	155
QUADRO 5	Grupos selecionados nos Simpósios da ANPEPP – 1989-2010.....	155
QUADRO 6	Revistas selecionadas na Fase I e ano de publicação dos artigos por nome das revistas em ordem alfabética.....	156
QUADRO 7	Autores dos artigos selecionados na Fase I por ordem alfabética.....	157
QUADRO 8	Revistas selecionadas na Fase II e ano de publicação dos artigos por nome das revistas em ordem alfabética.....	160
QUADRO 9	Autores dos artigos selecionados na Fase II por ordem alfabética.....	161
QUADRO 10	Autores não selecionados para a pesquisa presentes como coautores nos artigos selecionados após a Fase III.....	173
QUADRO 11	Artigos que integraram o mapeamento inicial por critérios de exclusão/inclusão para a FASE I.....	355
QUADRO 12	Artigos pré-selecionados para a Fase II por critérios de exclusão/inclusão para a Fase II.....	373
QUADRO 13	Aplicação critérios Fase III por nome dos autores em ordem alfabética.....	377
QUADRO 14	Artigos selecionados para análise após Fase III por nome dos autores em ordem alfabética.....	382
QUADRO 15	Artigos categorizados em categoria temática e em categoria analítica por ordem de categoria analítica.....	392

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Distribuição dos artigos analisados por categoria temática e por período histórico..... 174

TABELA 2 Distribuição dos artigos analisados por categoria analítica e por período histórico..... 176

TABELA 3 Formação dos autores em mestrado por universidade e período de formação (em relação às universidades estrangeiras consta o nome dos países)..... 402

TABELA 4 Formação dos autores em doutorado por universidade e período de formação (em relação às universidades estrangeiras consta o nome dos países)..... 403

TABELA 5 Formação dos autores em mestrado por Estado do Brasil/Exterior..... 404

TABELA 6 Formação dos autores em doutorado por Estado do Brasil/Exterior... 404

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 20

PARTE I – DELIMITAÇÃO TEÓRICA E A "CRISE" DA PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA

1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE DISCUSSÃO DO CONCEITO DO POLÍTICO NA TEORIA DEMOCRÁTICA RADICAL E PLURAL..... 28

1.1 Filosofia e política: posicionamentos de Hannah Arendt, Jacques Rancière e Michel Foucault..... 29

1.1.1 *Arendt: o elitismo dos filósofos e o "político" como ação conjunta*..... 29

1.1.2 *Rancière: a contagem das partes e a distinção entre política e polícia*..... 33

1.1.3 *Foucault: o papel do filósofo na moderação do poder e o cuidado de si*..... 38

1.2 A "negação" do político no marxismo e na democracia deliberativa: considerações de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe 46

1.2.1 *Marxismo: fundamento último da realidade e a "negação" do político*..... 47

1.2.2 *Democracia deliberativa: consenso sem exclusão e a "negação" do político*..... 52

2 O CONCEITO DO POLÍTICO: ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE..... 62

2.1 Claude Lefort e a "revolução democrática": a democracia como uma "forma de sociedade" e o poder como "lugar vazio"..... 65

2.2 Carl Schmitt: críticas ao liberalismo e o conceito do político..... 69

2.2.1 *Ressignificação da noção de democracia em Schmitt: o atravessamento do pluralismo na democracia moderna*..... 78

2.2.2 *Crítica ao racionalismo e ao individualismo liberais: o atravessamento do político na democracia moderna*..... 83

2.2.3 *Ressignificação do conceito do político em Schmitt: do antagonismo ao agonismo*..... 86

2.3 Gramsci e a noção de hegemonia..... 93

2.4 Pós-fundacionalismo: indecidibilidade, sujeito e hegemonia..... 101

2.4.1 *Concepção de discurso*..... 106

2.4.2 *Posição de sujeito e sujeito*..... 109

3 PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA E A CRISE DA PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL..... 119

3.1 Inserção da psicologia social no Brasil..... 119

3.2 A crise da psicologia social no Brasil..... 130

PARTE II – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....

4 PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA..... 143

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE E PERFIL DA PRODUÇÃO ANALISADA..... 165

5.1 Procedimentos metodológicos de análise..... 165

5.2 Perfil da produção analisada..... 172

PARTE III – VERTENTES ANALÍTICAS

6 FUNDAMENTO ÚLTIMO DA REALIDADE COMO CONDIÇÃO DA DINÂMICA POLÍTICA: LIMITAÇÃO DA CONTINGÊNCIA E A IMPOSSIBILIDADE DO ANTAGONISMO..... 177

6.1 Apresentação da vertente analítica..... 177

6.2 Discussão dos artigos..... 178

6.3 Considerações gerais sobre a vertente analítica..... 197

7 RACIONALIDADE COMO FUNDAMENTO DA POLITIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS: SUJEITO RACIONAL E A IMPOSSIBILIDADE DO ANTAGONISMO..... 200

7.1 Apresentação da vertente analítica..... 200

7.2 Discussão dos artigos..... 206

7.2.1 *Identidade social e consciência política*..... 206

7.2.2 *Consciência política: passagem do inconsciente para a consciência*..... 224

7.2.3 *Identidade social, representações sociais e posicionamento político*..... 232

7.2.4 *Arranjos democráticos e legitimação da decisão*..... 243

7.3 Considerações gerais sobre a vertente analítica..... 247

8 SUJEITO ÉTICO-POLÍTICO E ONTOLOGIA DA IMANÊNCIA: IMPOSSIBILIDADES DO ANTAGONISMO..... 252

8.1 Apresentação da vertente analítica..... 252

8.2 Discussão dos artigos..... 254

8.2.1 *Abordagem foucaultiana*..... 254

8.2.1.1 Primeiro agrupamento..... 255

8.2.1.2 Segundo agrupamento..... 272

8.2.1.3 Terceiro agrupamento..... 283

8.2.2 *Outras possibilidades de afirmação do sujeito ético-político*..... 294

8.3 Considerações gerais sobre a vertente analítica..... 299

9 ANTAGONISMO COMO FUNDAMENTO DO POLÍTICO: USOS DA TEORIA DEMOCRÁTICA RADICAL E PLURAL E A UTOPIA DE SOCIEDADE..... 302

9.1 Apresentação da vertente analítica..... 302

9.2 Discussão dos artigos..... 303

9.3 Considerações gerais sobre a vertente analítica..... 322

10 OUTRAS ABORDAGENS SOBRE A DINÂMICA POLÍTICA..... 323

10.1 Discussão dos artigos..... 324

10.1.1 *Relações de gênero*..... 324

10.1.2 *Holston e Lacan*..... 329

10.2 Considerações gerais sobre o capítulo..... 334

PARTE IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONTINUAMOS EM CRISE? DESDOBRAMENTOS DA CRISE DA PSICOLOGIA SOCIAL E O QUE FAZER COM O POLÍTICO NA PSICOLOGIA SOCIAL..... 336

REFERÊNCIAS..... 344

APÊNDICES

APÊNDICE A – FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS POR FONTE DE COLETA..... 353

APÊNDICE B – ARTIGOS MAPEADOS (CNPQ, ANPEPP, REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE) E SELECIONADOS PARA A FASE I DA PESQUISA..... 355

APÊNDICE C – ARTIGOS MAPEADOS E SELECIONADOS PARA A FASE II DA PESQUISA 373

APÊNDICE D – APLICAÇÃO CRITÉRIOS FASE III DA PESQUISA..... 377

APÊNDICE E – ARTIGOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE APÓS FASE III..... 382

APÊNDICE F – ARTIGOS SELECIONADOS ORGANIZADOS POR CATEGORIAS TEMÁTICAS E CATEGORIAS ANALÍTICAS..... 392

APÊNDICE G –LOCAL DE FORMAÇÃO EM MESTRADO E EM DOUTORADO DOS AUTORES SELECIONADOS PARA A PESQUISA..... 402

INTRODUÇÃO

Discutir um recorte da produção da psicologia social brasileira a partir de um conceito específico do político é o objetivo desta tese, estando ela localizada no interior da preocupação em circunscrever a análise do político na atualidade.

Em nossas pesquisas, nos últimos nove anos, temos estudado, no Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), as temáticas participação política e estratégia política de movimentos sociais no campo da psicologia social. Assim, buscamos compreender motivos atribuídos por determinados indivíduos para participarem de movimentos sociais e o modo de construção de reivindicações de movimentos sociais (Costa, Machado & Prado, 2008), e ações realizadas por movimentos sociais em torno de suas reivindicações, focando-nos na articulação entre eles na construção da luta política (Costa, 2010; Prado & Costa, 2011).

Concomitantemente, temos participado dos Encontros da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), tanto os nacionais quanto os realizados pela Regional Minas Gerais, desde 2004, e também dos Simpósios Brasileiros de Psicologia Política, promovidos pela Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), desde 2006.

Nesses percursos acadêmicos, caracterizados pela preocupação em compreendermos processos de desigualdade social presentes na sociedade brasileira e contribuirmos para possibilidades de enfrentamento a estes processos, fomos nos questionando sobre a utilização de categorias e de conceitos caros à psicologia social brasileira na análise da construção da luta política, como as categorias consciência e identidade e o conceito de político.

Compreendemos que a psicologia social brasileira, que emergiu nas décadas de 1970 e 1980 na América Latina, a partir da crítica ao caráter individualista, adaptacionista e neutro da psicologia social dominante na época – contexto denominado na literatura de "crise" da psicologia social –, tinha no marxismo uma forte influência teórica. Sob esta influência, a psicologia social "crítica" no Brasil se desenvolveu seja afastando-se de conceitos marxistas, seja mantendo estes conceitos, ainda que em articulação com outras perspectivas teóricas.

Notamos que a categoria consciência se fazia muito presente no desenvolvimento da psicologia social "crítica" brasileira, ainda que com matizes distintos. De maneira geral, podemos dizer que, por um lado, estava presente uma noção de conscientização, a partir da

qual se compreendiam os sujeitos políticos em torno da noção de classe social e, assim, de uma determinação, em última instância, das relações de produção, concebendo estas como estruturantes tanto da realidade quanto das identidades dos sujeitos. Por outro lado, havia uma noção de consciência política, que se afastava da ideia de uma determinação das identidades, pautando-se numa noção de reflexividade por parte dos indivíduos quanto à sua localização no interior de uma sociedade hierárquica, construída sob relações de dominação, não necessariamente decorrentes de relações de classe.

Em ambas as concepções, a identidade é concebida como constituída social e historicamente, existindo uma preocupação em compreender a relação entre os indivíduos e a totalidade social em torno da concepção destes indivíduos como sujeitos capazes de significação da realidade e constituídos a partir dos valores, das crenças, das ideologias presentes no contexto social no qual se localizavam.

Uma distinção importante é que, enquanto a partir da noção de conscientização se afirma a determinação última da economia, a partir da noção de consciência política se faz a crítica à determinação. Porém, em ambas, é possível perceber a concepção de um desenvolvimento da consciência, saindo de um estado inicial "reificado", "ingênuo" para um estado de consciência "politizada". O intelectual, mesmo que identificado com a importância do saber popular, postulado na emergência da psicologia social "crítica" brasileira, localiza-se num lugar à parte em relação ao conhecimento sobre a realidade vivida em um determinado contexto histórico e social, detendo um conhecimento superior àqueles que "ainda" se tornariam politizados.

Entendemos, de maneira geral, que havia como "utopia" de sociedade, por um lado, o alcance de uma comunidade politizada (conscientização), constituída por indivíduos desideologizados, no sentido de conscientes do processo de construção da sociedade em torno da divisão de classes sociais, e desindentificados em relação às ideologias opressoras; por outro lado, a construção de uma luta política entre identidades sociais ou coletivas que se politizam a partir da apreensão racional do processo de constituição histórica das relações de dominação e que se orientam na busca do autointeresse de seus membros e dos interesses coletivos de cada uma das identidades (consciência política). Em ambos os casos, a politização das formações sociais é concebida a partir de uma mediação racional: no primeiro caso, em termos de identidades que se reconhecem localizadas em torno das relações de produção; no segundo caso, como identidades que se politizam a partir da reflexividade e se orientam por interesses específicos. Nas duas situações, a

politização das relações sociais e, assim, a constituição dos sujeitos políticos, encontra-se vinculada à compreensão destes como emancipatórios, isto é, como produtores de uma sociedade democrática.

No que tange às nossas investigações junto a movimentos sociais, analisamos que, pautados numa leitura marxista da sociedade, em torno da divisão de classes sociais, tendo por base as relações de produção como fundamento último da realidade, concebiam a dinâmica política[1]a partir da noção de conscientização dos indivíduos.

Observamos também que, por um lado, concebiam a importância da articulação entre diferentes movimentos sociais, criticando a dispersão das lutas políticas; por outro lado, ainda que existissem algumas alianças pontuais, por meio da organização de lutas conjuntas, os grupos entrevistados orientavam-se, sobretudo, por interesses particulares (Costa, 2010).

Na nossa participação nos Encontros da ABRAPSO e da ABPP observamos pesquisas que, fundamentadas em diferentes perspectivas teóricas, compreendiam a emergência do sujeito político a partir da noção de consciência, com diferentes matizes, e limitavam a discussão da dinâmica política em torno de um determinado movimento social e de determinadas reivindicações específicas, sem se remeterem a articulações entre diferentes reivindicações e sujeitos políticos.

Nesse mesmo contexto histórico, percebemos que o Estado, com a conquista da presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores, por um lado, buscava ampliar as possibilidades de participação dos diferentes movimentos sociais na construção e na implementação de políticas públicas; por outro lado, este processo se organizava em torno de canais institucionais (conferências, coordenadorias, secretarias) que contribuíam ainda mais para a dispersão dos movimentos sociais (Prado & Costa, 2009), na medida em que eram concebidos a partir de reivindicações de grupos específicos (Conferência para Mulheres, Conferência LGBT, etc.).

Compreendemos que a pluralidade de lutas políticas se, por um lado, visibiliza a existência de diferentes relações de dominação e, portanto, a contingencialidade das relações sociais, por outro lado, a dispersão destas lutas dificulta a própria possibilidade de articulação entre elas e, assim, de construção de uma utopia de sociedade que vá além do que é possível negociar em torno de demandas específicas. Deste modo, passamos, cada

---

[1] Utilizamos o termo “dinâmica política” na tese no sentido da análise sobre a politização das relações sociais (emergência do sujeito político) e a construção da unidade política (utopia de sociedade).

vez mais, a nos questionarmos sobre a articulação de diferentes sujeitos políticos e a problematizarmos as categorias consciência e identidade, uma vez que trabalhar com a noção de conscientização exige afirmarmos o privilégio ontológico de um modo de dominação, e trabalhar com a noção de consciência política exige concebermos o sujeito como orientado em torno do autointeresse e do interesse de sua identidade social ou coletiva.

As duas perspectivas trazem dificuldades para se conceber a articulação dos diferentes sujeitos políticos em torno de um imaginário social alternativo de sociedade, na medida em que, para tanto, faz-se necessário não reduzir a luta política às particularidades das demandas daqueles sujeitos, mas sem, por outro lado, afirmamos, a priori, o privilégio de um modo de dominação, visando à construção de equivalências entre elas.

No interior dessas preocupações sobre os modos de se compreender os processos de desigualdade social e a construção da luta política, construímos a proposta desta tese: refletir sobre a dimensão do político na produção da psicologia social brasileira referente à análise da dinâmica política.

A especificidade do político ou seu elemento definidor tem sido uma questão fundamental à modernidade, na medida em que esta, ao destituir a transcendência como elemento organizador das relações sociais e afirmar a igualdade e a liberdade como princípios democráticos “universais”, acarretou a possibilidade de diferentes formas de vida e, assim, questionamentos sobre o próprio fundamento do político e da organização da unidade política.

Perspectivas distintas, desde então, construíram respostas para esses questionamentos modernos, sendo o liberalismo e o marxismo tradições importantes no imaginário político da modernidade. Neste debate sobre a especificidade do político e a organização da unidade política na modernidade, partimos de uma concepção específica para analisar o modo como o político foi concebido na produção da psicologia social: o conceito do político proposta pela Teoria Democrática Radical e Plural, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, desde meados da década de 1980.

Mouffe (2009), a fim de delimitar o conceito de “político”, o distingue do conceito de “política”. O primeiro implica a noção de antagonismo, isto é, na compreensão da constituição do sujeito político a partir de uma relação de negatividade, instituindo uma divisão entre “nós” e “eles” no que tange ao modo de se conceber a sociedade, mais especificamente, a relação entre os princípios políticos de liberdade e igualdade. Já o

conceito de política é concebido como uma tentativa de neutralização do antagonismo, sendo sempre precária, uma vez que afetada pela dimensão do político. A democracia é entendida como um "por vir", não devido a obstáculos "empíricos" que impedem o alcance de uma sociedade livre do antagonismo, mas do reconhecimento de que aquela divisão não pode ser erradicada, em razão de ser constitutiva dos sujeitos, sendo impossível uma sociedade reconciliada. Nas palavras da autora:

> Por "o político", eu me refiro à dimensão do antagonismo que é inerente às relações humanas, antagonismo que pode ter muitas formas e emerge em diferentes tipos de relações sociais. "Política", por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitivas por serem elas afetadas pela dimensão "do político". Eu considero que é somente quando nós reconhecemos a dimensão do "político" e entendemos que a "política" consiste em domesticar a hostilidade e em tentar neutralizar o antagonismo potencial que existe nas relações humanas, que nós podemos colocar o que eu considero ser a questão central para a política democrática. Esta questão não é como alcançar um consenso sem exclusão, desde que isso deve implicar a erradicação do político. Política objetiva a criação da unidade em um contexto de conflito e diversidade e está sempre relacionada com a criação de um "nós" pela determinação de um "eles". A novidade da política democrática não é a superação desta oposição nós/eles – que é uma impossibilidade – mas o diferente modo como ela é estabelecida. A questão crucial é estabelecer esta discriminação nós/eles em um modo compatível com a democracia pluralista. (Mouffe, 2009, p. 101, tradução nossa)

Nossa preocupação em circunscrever a análise do político e em dirigir essa preocupação à produção da psicologia social brasileira tem por justificativa as mudanças introduzidas pela modernidade (destituição da transcendência e a afirmação dos princípios de igualdade e liberdade) e aquelas nossas considerações sobre o desenvolvimento da psicologia social brasileira desde a emergência da "crise". Momento histórico para o campo da psicologia social, na medida em que acarretou a ressignificação de suas bases científicas, orientada em torno da relação entre ciência e política e entre teoria e prática, de maneira a produzir conhecimentos que contribuíssem para a alteração de diferentes formas de desigualdade que existiam (e continuam a existir) no País.

Assim, ao debatermos a dimensão do político, visamos compreender modos em que a psicologia social tem abordado a politização das relações sociais (emergência do sujeito político) e a construção de uma sociedade democrática, a qual se remete ao modo de se conceber a organização da unidade política e, assim, à utopia de sociedade.

Cabe considerarmos que a "crise" da psicologia social aconteceu, simultaneamente, em outros países, sendo importante destacarmos os países latino-americanos, devido à importância do vínculo entre psicólogos sociais brasileiros e de outros países do continente na construção de uma psicologia social crítica (Lane, 1987a; Montero, 2000a).

Também devemos ressaltar, desde já, que utilizamos o termo "crise" entre aspas por compreendermos a "crise" não como limitada a um momento histórico único e ao

estabelecimento de uma única perspectiva teórica, e sim como a constituição de um imaginário social com o qual diferentes teóricos, na negação das bases científicas que sustentavam a psicologia social dominante na época, se identificaram, propondo alternativas distintas no campo da psicologia social.

Desse modo, é sob aquelas nossas considerações sobre o campo da psicologia social durante nosso percurso acadêmico e sob dois imaginários sociais – o imaginário social da democracia moderna, que implicou no questionamento do fundamento do político e da organização política da sociedade, e o imaginário social da psicologia social "crítica", que enfatizou a dimensão política no campo da produção do conhecimento – que construímos o problema de pesquisa desta tese: como a psicologia social, no que se refere à produção brasileira, tem compreendido a politização das relações sociais e a constituição da sociedade democrática em suas análises, desde a emergência da "crise" da psicologia social, mais especificamente, entre os anos de 1986 e 2011[2]? Como salientamos, esta análise foi feita a partir de uma concepção específica do político, proposta por Laclau e Mouffe.

Esta tese é organizada em quatro partes e em onze capítulos. A Parte I abrange três capítulos. Nos dois primeiros capítulos temos por objetivo delimitar o campo de discussão da Teoria Democrática Radical e Plural. No primeiro capítulo destacamos as considerações de Hannah Arendt, Jacques Rancière e Michel Foucault quanto à relação entre filosofia e política na tradição filosófica, sob as quais estes autores propõem uma forma específica de conceber a discussão do político na modernidade, permitindo-nos delimitar, parcialmente, o campo de debate no qual se insere a teoria democrática radical e plural, na medida em que a concepção destes autores é interpelada por Laclau e por Mouffe no desenvolvimento da teoria. Também neste capítulo destacamos as críticas de Laclau e Mouffe ao marxismo e à democracia deliberativa, relativas ao modo com que estas perspectivas compreendem a dinâmica política na modernidade.

No segundo capítulo, de maneira a circunscrever detalhadamente a concepção do político defendida na tese, apresentamos quatro elementos teóricos fundamentais para a

---

[2]Na parte metodológica detalharemos a justificativa da escolha deste período.

concepção do político na teoria democrática radical e plural: contingência, antagonismo, hegemonia, pós-fundacionalismo[3].

No terceiro capítulo apresentamos um breve desenvolvimento histórico da psicologia social brasileira, apontando para alguns autores e para o contexto no qual se localizava a psicologia social no Brasil no momento de emergência da "crise". É importante ressaltar que não se pretende neste capítulo realizar uma análise histórica da psicologia social brasileira, e sim apenas apresentar, de maneira sucinta, uma visão geral sobre o desenvolvimento histórico deste campo do conhecimento.

A Parte II é composta por dois capítulos, os quais abordam a discussão metodológica da tese. No quarto capítulo da tese discutimos a construção da pesquisa e apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta dos artigos analisados. No quinto capítulo descrevemos os procedimentos de análise e um breve perfil da produção coletada.

A Parte III engloba cinco capítulos, que compõem a discussão e a análise sobre a produção da psicologia social brasileira selecionada. Os quatro primeiros capítulos abordam, cada um, uma das vertentes analíticas sobre o "político" construídas em torno da produção analisada – fundamento último da realidade; sujeito racional; sujeito ético-político; antagonismo –, sendo esta última composta por artigos que utilizam a teoria democrática radical e plural na construção argumentativa sobre a dinâmica política, ainda que não se restrinjam a ela. O quinto capítulo desta parte discute alguns artigos que abordam a dinâmica política e que não os localizamos em nenhuma daquelas quatro vertentes analíticas.

---

3 Apresentamos uma breve definição de cada um dos conceitos. A contingência é uma dimensão diretamente relacionada ao "lugar vazio" do poder (Lefort, 1991) proporcionado pela modernidade, destituindo a possibilidade da representação de uma totalidade orgânica, implicando no conflito como constitutivo da sociedade e na emergência desta como puramente social. O antagonismo é o elemento definidor do político, isto é, refere-se à distinção entre "amigo" e "inimigo" postulada no conceito de político de Carl Schmitt. Esta distinção será reconfigurada por Mouffe em torno da distinção entre "inimigos legítimos" (agonismo), sem, contudo, abrir mão da distinção "amigo" e "inimigo" como a natureza própria do político, tratando o agonismo apenas como uma maneira de "sublimação" do antagonismo. Hegemonia refere-se à relação entre objetividade e poder, ou seja, de um particular que se universaliza como representação do universal de uma sociedade, mas sendo este universal sempre precário e contingente – uma vez que não há nada que determine a particularidade que será universalizada e esta universalização será sempre um ato de poder, pois implica na exclusão de outras possibilidades existentes. O pós-fundacionalismo é o terreno sobre o qual se faz possível a concepção de que "a sociedade é impossível", no sentido em que o universal é sempre uma falsa-representação da sociedade, pois é contingente e construído numa relação hegemônica.

A Parte IV é composta pelas considerações finais da pesquisa, discutindo contribuições da pesquisa para o campo da psicologia social e, assim, uma proposta de psicologia social, e os limites da pesquisa.

PARTE I – DELIMITAÇÃO TEÓRICA E A "CRISE" DA PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA

CAPÍTULO 1

DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE DISCUSSÃO DO CONCEITO DO POLÍTICO NA TEORIA DEMOCRÁTICA RADICAL E PLURAL

Por que perguntar sobre o político? Como apontamos na introdução, o imaginário social da modernidade destituiu a transcendência como elemento organizador das relações sociais e afirmou a igualdade e a liberdade como princípios democráticos "universais", possibilitando a existência de diferentes formas de vida e, assim, questionamentos sobre o próprio fundamento do político e da organização da unidade política.

Neste capítulo e no próximo, nosso objetivo é discutir o conceito do político, conceito-chave para o nosso problema de pesquisa. Neste capítulo, inicialmente, nos focaremos nos posicionamentos de Arendt, Rancière e Foucault, os quais discutem a relação entre filosofia e política na tradição filosófica e, ao resgatarem o debate sobre o político na modernidade, propõem concepções que contribuem para delimitar o campo de discussão da teoria democrática radical e plural, auxiliando-nos na discussão sobre o conceito do político ao longo da tese.

Por um lado, demonstraremos a crítica daqueles autores à presença de um elitismo político na relação entre filosofia e política na tradição filosófica, em razão do privilégio da contemplação, em detrimento da política (Arendt); da afirmação de uma *arkhé* pela filosofia, que impede a afirmação da "igualdade de qualquer um com qualquer um" (Rancière); do papel do filósofo de legislador ou pedagogo (Foucault). Assim, cabe-nos ressaltar que nossa leitura se pauta em posicionamentos destes três autores, não sendo nossa pretensão produzir uma análise da história da filosofia. Caso fosse este o nosso objetivo, seria necessária uma reflexão detalhada sobre diferentes filósofos, inclusive daqueles que não se encontram citados no capítulo, bem como uma discussão entre eles, no que tange ao modo com que cada um compreende a relação entre filosofia e política.

Por outro lado, apresentaremos as propostas de Arendt, Rancière e Foucault para a compreensão da dinâmica política: em Arendt, centrada no conceito de "ação", em Rancière, focalizada na distinção entre "política" e "polícia", em Foucault, baseada na relação entre sujeito e jogos de verdade.

Na segunda parte do capítulo apresentaremos as críticas de Laclau e Mouffe ao marxismo e à democracia deliberativa, demonstrando, a partir da teoria democrática radical e plural, a "negação" do político nestas duas propostas, também a fim de delimitar o campo de discussão da teoria democrática radical e plural e em razão deste debate auxiliar-nos na discussão sobre o conceito do político ao longo da tese.

No próximo capítulo, ao tratarmos dos conceitos considerados fundamentais para a concepção do político defendida na tese, retomaremos novamente a discussão sobre a democracia deliberativa, principalmente ao nos remetermos ao conceito de antagonismo; a discussão sobre o marxismo, sobretudo, ao nos remetermos à noção de hegemonia; as propostas de Foucault e de Arendt, na discussão sobre a distinção entre antagonismo e agonismo.

1.1 Filosofia e política: posicionamentos de Hannah Arendt, Jacques Rancière e Michel Foucault

1.1.1. Arendt: o elitismo dos filósofos e o "político" como ação conjunta

Segundo Arendt (2010): "No começo da tradição a política existe porque os homens estão vivos e são mortais, ao passo que a filosofia se ocupa das questões eternas, como o universo" (p. 131-132). Sendo o filosofo também um mortal, ele também se interessa pela política, mas tal interesse tem uma relação meramente negativa com a sua posição de filósofo, na medida em que o impedia de dedicar-se à filosofia. Para Platão, aqueles que aspiram ao ser verdadeiro e, desta maneira, buscam descobrir o céu límpido das ideias eternas, deveriam repudiar e abandonar a esfera dos assuntos humanos, isto é, "tudo aquilo que pertence ao convívio de homens em um mundo comum, em termos de trevas, confusão e ilusão" (Arendt, 2005, p. 43).

Assim, em Platão, segundo Arendt (2010), observa-se um deslocamento da política das atividades que caracterizavam a antiga polis grega em direção às necessidades básicas da vida, convertendo-se a política, desta maneira, para os filósofos, em um mal necessário:

> Desde o seu nascimento, portanto, desgraçadamente, a nossa tradição de filosofia política privou os assuntos políticos, ou seja, as atividades concernentes à esfera pública comum que se apresenta onde quer que exista a convivência humana, de toda dignidade própria (Arendt, 2010, p. 133).

Para a filosofia, a política "só veio a existir devido ao fato elementar e pré-político da necessidade biológica, que leva os homens a precisarem uns dos outros no desempenho da árdua tarefa de se manterem vivos" (Arendt, 2010, p. 134). Assim, a política está

limitada desde baixo pelo labor, o que há de mais baixo nas necessidades pré-políticas, e, desde cima, pela filosofia, seu nobre objetivo ou fim, já que a não participação nos assuntos políticos é condição para a vida devotada à filosofia, a dizer, à contemplação, passível apenas na solidão.

Desse modo, segundo Arendt, o desprezo pela política, que percorreu os séculos de Platão até a era moderna, sendo ela considerada um mal necessário[4], foi acompanhado pela construção da separação radical entre o que se pode atingir somente a partir do convívio entre os homens e aquilo que os homens só podem abordar em sua singularidade e solidão. Esta distinção revela o abismo insuperável desde Platão entre a solidão e o convívio, que levou a não colocar em dúvida a superioridade da contemplação sobre a política.

Portanto, a "ação", considerada por Arendt a atividade política por excelência, a qual constitui o corpo político a partir da organização da comunidade do agir e do falar em conjunto, onde todos devem ser vistos como iguais, é negada na tradição da filosofia política, iniciada com Platão e Aristóteles, a partir do "reino" da contemplação do filósofo.

Segundo Arendt (2001), "a pluralidade humana é a condição humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir" (p. 16). Mas não só isso, é a pluralidade, entre todos os aspectos da condição humana, aquele que é especificamente a condição para toda vida política. Arendt (2001) associa a pluralidade a uma das três atividades humanas fundamentais, a ação, atividade política por excelência e por esta razão a mais relacionada à natalidade, ao nascimento, à capacidade de se iniciar algo novo. De acordo com Arendt (2006),

> **O que faz de um homem um ser político é sua faculdade de ação; é o que o permite unir-se a seus iguais, atuar concertadamente e alcançar objetivos que jamais havia pensado, e ainda menos desejado**, se não houvesse obtido este dom para embarcar-se em algo novo. Filosoficamente falando, atuar é a resposta humana à condição da natalidade. Como todos nós chegamos ao mundo por virtude do nascimento, enquanto recém-chegados e principiantes, somos capazes de começar algo novo; sem o fato do nascimento nem sequer saberíamos o que é a novidade, toda "ação" seria mero comportamento, preservação. (pp. 111-112, tradução nossa, grifo nosso)

É pelo discurso e pela ação que o ser humano se manifesta um ao outro enquanto homem e se insere no mundo humano. "Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isto não ocorre com nenhuma outra

---

[4]Ressalta a autora ser irrelevante se essa atitude se expressou em termos seculares, como em Platão e Aristóteles, ou em termos cristãos, tendo sido Tertuliano o primeiro a argumentar que para os cristãos nada era mais estranho que os assuntos públicos.

atividade da *vita activa*" (Arendt, 2001, p. 189), a saber, o labor e o trabalho, na medida em que a vida sem discurso e sem ação deixa de ser vida humana, já que não é vivida entre os homens.

É a ação, segundo Arendt (2001), a atividade que constitui o corpo político, resultando a organização da comunidade do agir e do falar em conjunto, sendo o verdadeiro espaço da polis aquele que se situa entre as pessoas que vivem juntas, tratando-se, assim, de um espaço da aparência, ou seja, "o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim" (p. 211). Este espaço da aparência, portanto, precede toda e qualquer constituição da esfera pública.

Segundo a autora, é o poder que mantém a existência da esfera pública, e este, diferente dos instrumentos de violência, "não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência: só existe em sua efetivação" (Arendt, 2001, p. 212), e ele só passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, sendo este o único fator material indispensável para a sua geração. Portanto, para Arendt (2001), o poder é sempre um potencial de poder, não podendo ser possuído como a força ou exercido como a coação, dependendo, ao invés disso, "do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções" (p. 213).

O conceito do poder em Arendt é fundamental para entendermos o conceito do político; para tanto, é importante ressaltar a diferenciação proposta pela autora entre poder e violência, entendidos como opostos:

> Nas condições da vida humana, a única alternativa do poder não é a resistência – impotente ante o poder – mas unicamente a força, que um homem sozinho pode exercer contra seu semelhante, e da qual um ou vários homens podem ter o monopólio ao se apoderarem dos meios de violência. (Arendt, 2001, p. 214)

Assim, distanciando-se de uma tradição do pensamento político que considera a violência como a mais flagrante manifestação do poder, concebendo ser a essência do poder a relação mando-obediência, Arendt (2006) recorre à noção de poder presente na cidade-estado ateniense e ao conceito de civitas dos romanos. Estas noções, ainda que recorram ao termo obediência, concebem obediência de outra maneira: "obediência às leis ao invés de aos homens" (p.56, tradução nossa). O que significa apoio do povo às leis como continuidade do consentimento que no início determinou a existência das leis, estando nesta reunião inicial das pessoas em ação conjunta a legitimidade do poder. Assim, entende-se que num governo representativo é o povo que domina quem os governa, sendo

todas as instituições políticas manifestações e materializações do poder. Então, Arendt (2006) definirá poder do seguinte modo:

> Poder corresponde à capacidade humana, não simplesmente para atuar, senão para atuar concertadamente. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e segue existindo enquanto o grupo se mantenha unido. Quando dizemos de alguém que está "no poder" nos referimos realmente a quem tem um poder de certo número de pessoas para atuar em seu nome. No momento em que o grupo do qual o poder tem se originado desaparece, "seu poder" também desaparece. (p. 66, tradução nossa)

A violência, diferente do poder, pode prescindir do número de pessoas, já que está pautada em seus instrumentos, sendo "a extrema forma de poder a de Todos contra Um, a extrema forma da violência a de Um contra Todos" (Arendt, 2006, p.57, tradução nossa). Portanto, a violência pode sempre destruir o poder, mas dela nunca este poderá se originar, pelo contrário, acaba por fazer com que este desapareça.

Diante do entendimento de Arendt do que faz ser o homem um ser político e desse modo de conceber o poder, podemos dizer que, como afirma Perissinotto (2004), o poder em Arendt, além de ser uma relação de consentimento, está vinculado ao momento fundacional de uma dada comunidade. Neste ato fundacional todos participam em condição de igualdade, sendo este espaço de ação conjunta entre os homens "um espaço em que a interação entre indivíduos iguais se dá por meio da livre troca de opiniões plurais e da ação" (p. 120). Ressalta ainda Perissinotto (2004) que o poder em Arendt, diferente do poder em Weber, entendido como uma ação estratégica que visa a um fim previamente definido (submeter a vontade do outro à sua), é um fim em si mesmo, ou seja, seu sentido último é a interação entre os homens para a constituição de uma vontade comum, de consentimento.

É interessante, diante da defesa de Arendt da "ação" como fundamental à compreensão do político, recorrermos à compreensão de Heller (1991) de que Arendt foi a única filósofa paradigmática na modernidade que não se comprometeu com os extremos do radicalismo político, ou seja, com a definição de um conceito do político que implicasse exclusão ou opressão do Outro. Diferenciando-se, portanto, do conceito de político em Schmitt, o qual, segundo Heller (1991), se pauta na obsessão pela exclusão, ao ter por base a categoria binária "amigo e inimigo", de modo que "ações realizadas em nome de alguma coisa, e não contra alguém, são, por definição, não políticas" (p. 333, tradução nossa).

De acordo com Heller (1991), o sonho de Arendt era a emergência ou re-emergência de uma classe política democrática, inspirando-se na "cidadania dos antigos".

Nesse sentido, Heller (1991) entende que, para Arendt,

> a classe política deveria ser constituída por cidadãos livres, homens e mulheres permanentemente comprometidos com a ação política, que devotassem suas vidas para sentarem-se em um conselho com seus concidadãos a fim de discutirem assuntos do estado. (...) Na teoria de Arendt, o conceito do político é ação como *energeia*. A categoria *energeia* inclui ação direta, discussão e atividade teórica. (...) Ação é o ato que é um fim em si mesmo. Se praticado no domínio público, tal ação é, por definição, política: em fato, ela é "o político". (p. 335, tradução nossa)

Entretanto, segundo Heller (1991), Arendt não escapou completamente da obsessão pela exclusão: se o conceito de político em Arendt não exclui grupos humanos ou opiniões divergentes, promove uma exclusão quanto às questões que devem ou não ser consideradas políticas. Assim, segundo Heller (1991), seu questionamento a Arendt é relativo:

> ao dilema autocriado por ela, ou seja, o compromisso com a democracia, por um lado, e uma exclusão de uma ampla variedade de questões que homens e mulheres percebiam como assuntos políticos de grande urgência em suas vidas cotidianas, por outro. (p. 336, tradução nossa)

Desse modo, na defesa da extensão do político ao cotidiano, Heller (1991) afirma que:

> O que previamente havia acontecido somente na filosofia, pode e faz agora acontecer na prática política e na vida. Homens e mulheres constantemente justapõem o dever ser, isto é, valores universais, ao ser, a suas instituições políticas e sociais que falham em igualar ou corresponder ao dever ser. Homens e mulheres interpretam e reinterpretam aqueles valores em suas práticas cotidianas e os utilizam como veículos de crítica e refutação, de realização da filosofia ou do fim último da filosofia. (p. 337, tradução nossa)

Nesses apontamentos relativos a Arendt salientamos: a) a crítica da autora ao elitismo político na tradição filosófica, que aponta para o papel do filósofo (intelectual); b) a oposição entre poder e violência; c) mediante esta oposição, o conceito do político em torno da "ação conjunta", que, como ressaltado por Heller (1991), é um conceito que se distancia da exclusão do outro na definição do político, sendo a "ação" o fundamento do político em Arendt, exatamente, por possibilitar o consentimento a partir da negociação entre iguais. Nesta medida, esta definição do político se vincula a uma tradição distinta da que defendemos na tese, pois partimos da definição proposta por Schmitt, que tem como traço definidor o antagonismo, a relação amigo-inimigo. Como veremos no próximo capítulo, a distinção entre estas concepções tem implicações na compreensão de democracia e, assim, no reconhecimento do pluralismo democrático.

1.1.2. Rancière: a contagem das partes e a distinção entre política e polícia

De acordo com Rancière (1996), o fato de sempre ter havido política na filosofia não prova ser a filosofia política um ramo natural da filosofia. O autor, assim como Arendt, ressalta a presença do elitismo político na tradição da filosofia ao conceber que a igualdade

de mentes e corpos no espaço político é a fonte de qualquer constituição democrática, e é exatamente esta igualdade que é negada na filosofia.

Para Rancière (1996), o primeiro a encontrar a política na nossa tradição foi Platão e, segundo ele, o que se chama de "filosofia política" é na verdade um conjunto de operações de pensamento que busca expulsar a política, ou seja, regular a racionalidade da política, a qual é a racionalidade do desentendimento. Nas palavras do autor:

> o que se chama de "filosofia política" poderia muito bem ser o conjunto das operações de pensamento pelas quais a filosofia tenta acabar com a política, suprimir um escândalo de pensamento adequado ao exercício da política. Esse escândalo teórico, por sua vez, é apenas a racionalidade do desentendimento. **O que torna a política um objeto escandaloso é que a política é a atividade que tem por racionalidade própria a racionalidade do desentendimento**. O desentendimento da política pela filosofia tem então por princípio a redução mesma da racionalidade do desentendimento. Essa operação pela qual a filosofia expulsa a si mesma o desentendimento identifica-se então naturalmente ao projeto de fazer "realmente" política, de realizar a essência verdadeira daquilo de que fala a política. A filosofia não se torna "política" porque a política seria algo importante que precisaria de sua intervenção. Ela se torna tal porque regular a situação de racionalidade da política é uma condição para definir o que é próprio à filosofia. (Rancière, 1996, p. 14, grifo nosso)

Para Platão e Aristóteles, segundo Rancière, a política começa na passagem de uma lógica da comunidade, nomeada "lógica aritmética", para outra, denominada "lógica geométrica". A primeira caracteriza-se pelo estabelecimento de relações de troca de bens e serviços, ocupando todos os indivíduos em impedir que os indivíduos que vivem juntos causem danos (*blaberon*) uns aos outros, reequilibrando a balança dos lucros e das perdas. Aqui a justiça não existe como princípio de comunidade, pois, como uma virtude, a justiça não se reduz ao simples equilíbrio de interesses entre os indivíduos ou a uma reparação de danos.

A segunda, distinta da lógica aritmética, caracteriza-se pela introdução da justiça, por tratar esta lógica daquilo que os cidadãos possuem em comum e da divisão do comum a partir do valor que cada parte da comunidade "traz para a comunidade e ao direito que esse valor lhe dá de deter uma parte do poder comum" (Rancière, 1996, p. 21), ou seja, da *axia* de cada parte da comunidade.

É no repartir as parcelas do comum que começa a política para os "clássicos" da filosofia política, tendo por fim, através de uma igualdade geométrica, harmonizar a comunidade, ou seja, através da produção de uma ordem geométrica busca-se regular o verdadeiro bem, "o bem comum que é virtualmente a vantagem de cada um, sem ser a desvantagem de ninguém" (Rancière, 1996, p. 29).

Assim, para os clássicos, a política "não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela é da alçada de uma contagem das

"partes" da comunidade" (Rancière, 1996, p. 21-22), da instituição de uma ordem social (*arkhé*). Instituição esta, porém, que sempre implica numa falsa contagem, na medida em que nega o dano (blaberon) de toda ordem social, ou seja, a impossibilidade de uma *arkhé*, já que toda ordem social é pura contingência.

Desse modo, Platão, segundo Rancière (1996), concebe que "uma política que não é a efetuação de seu próprio princípio, que não é a encarnação de um princípio da comunidade, não é uma política do todo" (p. 72). Nestes termos, "o programa da filosofia política, ou melhor, da política dos filósofos [é] realizar a essência verdadeira da política." (Rancière, 1996, p. 72), o que significa o fim da política, ou seja, a realização da filosofia no lugar da política, a supressão da contingência de qualquer ordem social sob a concepção de uma essência da comunidade.

É em oposição a essa realização da filosofia no lugar da política que Rancière propõe a sua compreensão do "político", que nos termos dele é denominado de "política", na diferenciação com a "polícia".

O fundamento da política, para Rancière (1996), é o reconhecimento da pura contingência de qualquer ordem social. Ou seja, a demonstração de que a organização das partes da comunidade no interior da comunidade – que separa aqueles que são vistos, por serem dotados de palavra e, portanto, poderem pronunciar sobre o justo e o injusto, daqueles que não são vistos, pois, dotados apenas de voz, expressam somente barulho, sendo, portanto, incapazes de serem reconhecidos como interlocutores[5] – não possui nenhum fundamento último. Assim, a política é da ordem do desentendimento, da produção de um litígio que arruína o sonho de qualquer organização da ordem social ao revelar um escândalo primordial: a igualdade de qualquer um com qualquer um.

O desentendimento, segundo Rancière (1996), se caracteriza pelos interlocutores entenderem e não entenderem o que diz o outro, não sendo o conflito entre aquele que diz branco e o outro que diz preto, mas o conflito entre "aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura" (p. 11). Desentendimento não é nem desconhecimento, nem mal-entendido, não se caracterizando, assim, em explicar a um que não sabe o que diz a frase do outro ou a ensinar o que quer dizer falar.

---

[5]No livro I da *Política*, de Aristóteles, este afirma, segundo Rancière (1996), que o caráter eminentemente político do homem encontra-se na posse da palavra, a qual manifesta o útil e o nocivo e, assim, o justo e o injusto; enquanto a voz, também atributo dos outros animais, indica apenas o sofrimento de dor e de prazer.

> Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem aí a mesma coisa nas mesmas palavras. Há todas as espécies de razão para que um X entenda e não entenda ao mesmo tempo um Y: porque, embora entenda claramente o que o outro diz, ele não *vê* o objeto do qual o outro lhe fala; ou então porque ele entende e deve entender, vê e quer fazer ver um objeto diferente sob a mesma palavra, uma razão diferente no mesmo argumento. (...). Equivale a dizer também que o desentendimento não diz respeito apenas às palavras. Incide geralmente sobre a própria situação dos que falam. Nisso o desentendimento se distingue do que Jean-François Lyotard conceituou sob o nome de diferendo (*différend*). O desentendimento não diz respeito à questão da heterogeneidade dos regimes de frases e da presença ou ausência de uma regra para julgar gêneros de discursos heterogêneos. Diz respeito menos à argumentação que ao argumentável, à presença ou ausência de um objeto comum entre X e um Y. Diz respeito à apresentação sensível desse comum, à própria qualidade dos interlocutores em apresentá-lo. A situação extrema do desentendimento é aquela em que X não vê o objeto comum que Y lhe apresenta porque não entende que os sons emitidos por Y compõem palavras e agenciamentos de palavras semelhantes aos seus. Como veremos, essa situação extrema diz respeito, essencialmente, à política. (Rancière, 1996, pp. 12-13)

Para Rancière (1996), há política porque aqueles seres concebidos como corpos que somente expressam barulho e, portanto, não são vistos como dotados de palavra e, assim, como aptos a enunciar o justo, instituem uma outra divisão do sensível, na qual, ao se comportarem como seres dotados de palavra, executando uma série de atos de palavras que mimetizam aqueles que são dotados de palavra, descobrem-se pela transgressão como seres falantes (que não manifestam apenas necessidade, sofrimento e furor, mas inteligência). Assim, escrevem seu nome na ordem simbólica de seres falantes, transgredindo a ordem da cidade, empenhando em palavras um destino coletivo.

Entretanto, segundo Rancière (1996), “somente o desenvolvimento de uma cena de manifestação específica confere, a essa igualdade, efetividade” (p. 38): a organização de uma cena comum em que se verifica que os seres, até então vistos como apenas dotados de voz, também são dotados de palavra e, portanto, que a dominação não tem outro fundamento que a pura contingência de toda ordem social, não havendo nada mais a fazer a não ser falar com eles. A política é, assim, antes de tudo, um conflito em torno da existência de uma cena comum, não preexistindo as partes ao conflito que elas nomeiam e são contadas como parte, uma vez que aqueles apenas dotados de barulho não são vistos e nem têm razão para serem vistos, na medida em que não podem ser concebidos como interlocutores.

Assim, Rancière (1996) concebe que o conflito separa dois modos de estar-junto humano, dois tipos de divisão do sensível opostos, mas que se encontram entrelaçados nas contagens impossíveis da proporção e nas violências do conflito: a) o modo de estar-junto que distribui os corpos no espaço e nas suas funções de acordo com suas propriedades, dando a cada um a parcela que lhe cabe segundo a evidência do que ele é: “é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que

essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído" (Rancière, 1996, p. 42), sendo menos uma "disciplinarização" dos corpos e mais a regra de seu aparecimento; b) o modo de estar-junto que suspende esta harmonia ao atualizar a contingência da igualdade dos seres falantes quaisquer, não sendo esta nem aritmética nem geométrica, mas a igualdade de qualquer um com qualquer um.

Segundo Rancière (1996), por mais que geralmente esses dois modos de estar-junto sejam concebidos sob o nome de política, a política é exatamente a atividade que os divide. Assim, ao primeiro dos modos de estar-junto citados, Rancière (1996) confere o nome de *polícia*, ao que ele diz que não se confunde com "aparelho de Estado", pelo fato de que este pressupõe que Estado e sociedade se opõem, impondo o Estado sua ordem à sociedade. A polícia, para Rancière (1996),

> depende tanto da suposta espontaneidade das relações sociais quanto da rigidez das funções de Estado. A polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. (...). A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e a outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e a outra como ruído. (p. 42)

É da ordem da polícia, por exemplo, que o lugar do trabalho seja entendido como lugar do privado, onde o "*ter parcela* do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho" (Rancière, 1996, p. 42).

Já ao conceito de *política*, Rancière (1996) o reserva a uma atividade bem determinada e antagônica à polícia:

> a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento: a de uma parcela dos sem-parcela. (...) A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho. (p. 42)

Assim, a política só existe no encontro de dois processos heterogêneos: o processo policial e o processo da igualdade, entendido como "o conjunto aberto das práticas guiadas pela suposição da igualdade de qualquer ser falante com qualquer ser falante e pela preocupação de averiguar essa igualdade" (Rancière, 1996, p. 43). É exatamente esta igualdade de qualquer ser falante com qualquer ser falante que é "negada" pela filosofia política, segundo Rancière (1996), desde Platão e Aristóteles.

Dois pontos devem ser ressaltados nessas considerações sobre Rancière. Um é a crítica à busca da filosofia política em afirmar uma *arkhé*, a fim de negar ou encobrir a igualdade que não é nem aritmética, nem geométrica, mas democrática, ou seja, a igualdade de qualquer um com qualquer um. Portanto, novamente apontando para o papel

do filósofo, vemos o elitismo na tradição filosófica a partir da realização da filosofia no lugar da política.

O outro aspecto é a compreensão de Laclau (2005a) de que seu pensamento é muito próximo ao de Rancière, no que tange a este conceber a política nos termos de uma parte que funciona, ao mesmo tempo, como um todo, emergindo o político em torno da impossibilidade constitutiva da sociedade, sendo possível a concepção da dinâmica política em termos de uma operação hegemônica. Além disso, afirma que seu pensamento também é próximo ao de Rancière no sentido deste conceber uma classe ("sem-parcela") que não é uma classe, que, por ter "como determinação particular algo do caráter de uma exclusão universal" (Laclau, 2005a, p. 305, tradução nossa), transcende sua particularidade ao transgredir o princípio da ordem geométrica, assumindo um lugar de universalidade.

Entretanto, cabe-nos salientar um afastamento de Laclau (2005a) em relação à posição de Rancière. Laclau (2005a) compartilha com Rancière a compreensão de que "o conflito político difere de qualquer conflito de "interesses", pois este sempre está dominado pela parcialidade do que é contabilizável, enquanto que o que está em jogo no conflito político é o próprio princípio de contagem" (p. 306, tradução nossa). Mas concebe que há em Rancière uma identificação, em demasia, entre a possibilidade da política e a possibilidade de uma política emancipatória. Afirma Laclau (2005a) que não há nada que garanta que o sujeito político se constituirá em torno de uma identidade progressista (do ponto de vista da esquerda), podendo, por exemplo, se constituir em torno de uma direção fascista, sendo esta indeterminação decorrente exatamente do fato de não ser o conteúdo *ôntico* da contagem, mas seu princípio *ontológico* que está sendo colocado em questão.

1.1.3. Foucault: o papel do filósofo na moderação do poder e o cuidado de si

Foucault (2004a) concebe o fascismo e o stalinismo como duas "grandes epidemias" vivenciadas no século XX que levaram os efeitos do poder a dimensões até então desconhecidas, a partir do prolongamento de uma série de mecanismos já existentes nos sistemas sociais e políticos do Ocidente: grandes partidos, aparelhos policiais, técnicas de repressão.

Essas manifestações exasperadas de poder são as razões de, segundo Foucault (2004a), na segunda metade do século XX, tantas pessoas se preocuparem e colocarem em questão o problema do poder, uma vez que não foi possível não se interrogar se o fascismo

e o stalinismo seriam respostas apenas a conjunturas ou situações particulares ou possibilidades existentes no interior mesmo de nossos sistemas políticos.

Diante da centralidade dessa preocupação, Foucault (2004a) afirma que:

> Uma das mais antigas funções do filósofo no Ocidente, um dos principais papéis do filósofo no Ocidente era colocar um limite ao excesso de poder, a essa superprodução do poder, a cada vez e em todos os casos em que havia o risco de ele se tornar perigoso. (p. 39)

Assim, o filósofo se apresentava num perfil antidéspota, seja como filósofo legislador, seja como filósofo pedagogo, seja como cínico. Enquanto filósofo legislador, remetendo Foucault (2004a) a Solon, ele se caracterizava por definir, ele próprio, o sistema das leis segundo as quais em uma cidade o poder deveria ser exercido. Enquanto filósofo pedagogo, como Platão, seu papel era de ser conselheiro do príncipe, ensinando-lhe a sabedoria sobre o exercício do poder. Como cínico, afirmava que, fossem qual fossem os abusos que o poder pudesse exercer, na sua prática filosófica e em seu pensamento filosófico manter-se-ia independente em relação ao poder, "riria do poder".

Esses papéis de moderação do poder, desempenhados pelo filósofo, segundo Foucault (2004a), se substituíram uns aos outros na história do Ocidente desde a Grécia antiga. Faz possível notar em todos eles a presença do elitismo político na medida em que a sabedoria sobre a organização da cidade é uma virtude restrita ao filósofo, sendo alcançada a partir da reflexão filosófica, seja como legislador, pedagogo ou cínico.

Segundo Foucault (2004a), apesar da existência daqueles diferentes tipos de filósofos, na Antiguidade, no Ocidente, não houve nenhum Estado filosófico, tendo isto se alterado com a Revolução Francesa, a partir da qual se constituíram

> regimes políticos que têm ligações não simplesmente ideológicas, mas orgânicas – eu ia dizer organizacionais – com filosofias. A Revolução Francesa, e podemos até dizer o império napoleônico tinham com Rousseau – de modo mais geral com a filosofia do século XVIII – ligações orgânicas. Ligação orgânica entre o Estado prussiano e Hegel; ligação orgânica, por mais paradoxal que seja – mas este é um outro assunto – entre o Estado hitlerista e Wagner e Nietzsche. Ligações certamente entre leninismo, o Estado soviético e Marx. O século XIX viu surgir na Europa alguma coisa que jamais existira: Estados filosóficos – eu ia dizer Estados-filosofias –, filosofias que são simultaneamente Estados, e Estados que pensam sobre si, que refletem sobre si mesmos, que se organizam e definem suas escolhas fundamentais a partir de proposições filosóficas, dentro de sistemas filosóficos e como a verdade filosófica da história. (pp. 41-42)

A questão, segundo Foucault (2004a), é que, apesar de todas essas filosofias que constituíram Estados-filosóficos serem filosofias da liberdade, o que se verificou foi a instituição por essas filosofias de regimes opostos a regimes de liberdade, servindo cada vez mais para autorizar formas excessivas de poder.

Assim, Foucault (2004a) afirma que se pode questionar se se tratou de uma traição da filosofia, se a filosofia sempre foi secretamente uma filosofia do poder, se a vocação da

filosofia é se relacionar com a verdade ou interrogar sobre o ser, desvirtuando-se ao tratar de questões da política e do poder. O autor defende o lugar da filosofia do lado do "contrapoder", desde que ela

> **deixe de se pensar como pedagogia, ou como legislação, e que ela se dê por tarefa analisar, elucidar, tornar visível e, portanto, intensificar as lutas que se desenrolam em torno do poder, as estratégias dos adversários no interior das relações de poder, as táticas utilizadas, os focos de resistência**, em suma, com a condição de que a filosofia deixe de colocar a questão do poder em termos de bem ou de mal, mas sim em termos de existência. Não mais perguntar: o poder é bom ou mal, legítimo ou ilegítimo, questão de direito ou de moral? Porém, simplesmente tentar, de todas as formas, aliviar a questão do poder de todas as sobrecargas morais e jurídicas pelas quais ela foi até agora afetada, **e colocar essa questão ingênua**, que não foi frequentemente colocada, embora um certo número de pessoas a tenha colocado há muito tempo: **em que consistem, na verdade, as relações de poder**? (Foucault, 2004a, pp. 43-44, grifo nosso)

Para tanto, Foucault (2004a) afirma que a filosofia deve buscar tornar visível o que é visível, mas, por estar intimamente ligado a nós, não o percebemos – isto é, deve "analisar o que se passa cotidianamente nas relações de poder" (p. 44), mostrando suas formas, suas articulações, seus objetivos. Assim, não se trata, de acordo com o autor, de atribuir uma qualificação pejorativa ao poder, afirmar que as relações de poder só sabem coagir e obrigar, e sim que não se pode mais imaginar que é possível escapar das relações de poder através de uma ruptura radical. Deste modo, entendendo que as relações de poder funcionam, deve-se estudar "os jogos de poder em termos de tática e de estratégia, de norma e de acaso, de aposta e de objetivo" (p. 45).

Podemos notar uma preocupação de Foucault (2004a) em focalizar as relações de poder que constituem a trama da vida cotidiana, que, segundo ele, assim como também afirma Heller (1991), não tem status nobre na filosofia. Portanto, em vez de estudar "o grande jogo do Estado com os cidadãos ou com os outros Estados" (p. 45), enfatiza Foucault a importância de se estudar os jogos de poder que implicam o status da razão e da desrazão (loucura), da vida e da morte (medicina), do crime e da lei (prisão). Deste modo, o Estado, para Foucault, é a forma mais importante de exercício do poder devido ao fato de cada vez mais as relações de poder estarem sob controle das instituições do Estado.

> É certo que nas sociedades contemporâneas o estado não é simplesmente uma das formas ou situações específicas do exercício do poder – ainda que seja a mais importante –, mas aquela a que, em certo modo, todas as outras formas de relação de poder devem se remeter. Mas isso não é devido a elas serem derivadas dele; é mais decorrente das relações de poder cada vez mais estarem sob controle do estado. Ao referir aqui ao sentido restrito da palavra "governo", pode-se dizer que as relações de poder têm progressivamente se governamentalizado, isto é, têm sido elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma de ou sobre os auspícios de instituições do estado. (Foucault, 1982, p. 793, tradução nossa)

Para Foucault (2004a), as questões cotidianas e marginais, e não as grandes batalhas estatais e institucionais, é que têm despertado a inquietude das pessoas em muitas

sociedades ocidentais. Deste modo, entende que as resistências que estavam a ser construídas implicavam não na discussão sobre as prisões, mas em afirmar que "chega de prisões", em desestabilizar o jogo de poder existente. Outro aspecto é que estas resistências não se orientavam em torno dos mesmos objetivos dos movimentos políticos e revolucionários tradicionais, ou seja, não focavam o poder político ou o sistema econômico, eram fenômenos difusos e descentralizados. Assim, visavam os fatos de poder, muito mais que uma desigualdade, isto é: "O que está em questão nessas lutas é o fato de que um certo poder seja exercido, e que o simples fato de ele ser exercido seja insuportável" (Foucault, 2004a, p. 49) – como, por exemplo, o poder arbitrário da medicina em nos manter vivos mesmo quando não desejamos mais.

Por fim, Foucault (2004a) afirma que essas lutas são imediatas no sentido de que atuam sobre aquilo que se exerce imediatamente sobre os indivíduos, inscrevendo-se no interior de uma história imediata e perpetuamente aberta. Assim, não se vinculam ao grande princípio leninista de inimigo principal, à ideia clássica de revolução, de desaparecimento das classes e do Estado, a uma ordem revolucionária que hierarquiza seus momentos. Portanto, não se objetiva uma libertação total que subordina todas as lutas a uma luta imperativa.

Contudo, Foucault (2004a) recusa conceber tais lutas como reformistas, em oposição ao que se concebia por revolução, "já que o reformismo tem o papel de estabilizar um sistema de poder ao cabo de um certo número de mudanças, enquanto, em todas essas lutas, trata-se da desestabilização dos mecanismos de poder, de uma desestabilização aparentemente sem fim." (p. 51). Estas lutas, segundo Foucault (2004a), não se ligam apenas a conjunturas particulares, e sim

> visam a um poder que existe no Ocidente desde a Idade Média, uma forma de poder que não é exatamente nem um poder político nem jurídico, nem um poder de dominação étnica, e que, no entanto, teve grandes efeitos estruturantes dentro das nossas sociedades. Esse poder é de origem religiosa, aquele que pretende conduzir e dirigir os homens ao longo de toda a sua vida e em cada uma das circunstâncias dessa vida, um poder que consiste em querer controlar a vida dos homens em seus detalhes e desenvolvimento, do nascimento à sua morte, e isso para lhes impor uma certa maneira de se comportar, com a finalidade de garantir a sua salvação. É o que poderíamos chamar de poder pastoral. (p. 52)

Foi com o cristianismo que surgiu esse poder pastoral, segundo o autor, tendo se desenvolvido durante toda a Idade Média, zelando pela salvação de todos a partir de seu exercício sobre cada indivíduo, não só obrigando-o a agir de determinada maneira, mas buscando desvendá-lo, fazendo aparecer sua subjetividade, estruturando uma relação do indivíduo com sua própria consciência, em termos de uma verdade e de um discurso

obrigatório, da obediência e da confissão. Assim, de acordo com Foucault (2004a), antes mesmo do desenvolvimento da sociedade industrial e burguesa, o cristianismo instituiu um poder individualizante e, mesmo com todas as mutações modernas relativas à relação do homem ocidental com as crenças religiosas, "houve a implantação, a multiplicação mesmo e a difusão de técnicas pastorais no quadro laico do aparelho do Estado" (p. 54).

Retomando, então, o papel da filosofia analítica-política, para Foucault (2004a), ela deve avaliar pequenos mecanismos criados para que o indivíduo não escape de forma alguma ao poder, ao controle, à vigilância, ao sábio, à reeducação, à correção. Mecanismos estes que, assim, vinculam o poder a modos de produção de sujeitos.

No sentido de compreender o Estado a partir da noção de governamentalização das relações de poder pelas instituições estatais e, assim, em termos do poder pastoral, individualizante, podemos compreender a seguinte afirmação de Foucault (1982) sobre a tarefa da filosofia:

> a tarefa da filosofia como análise crítica de nosso mundo é alguma coisa que é mais e mais importante. Talvez o mais certo de todos os problemas filosóficos seja o problema do tempo presente e do que nós somos neste momento. Talvez o objetivo na atualidade não seja descobrir o que nós somos, mas refutar o que nós somos. Nós temos de imaginar e construir o que nós podemos ser para livrarmos deste tipo de "dupla cegueira" política que é a simultaneidade, individualização e totalização das estruturas de poder moderno. A conclusão deve ser de que **o problema político, ético, social, filosófico de nossos dias é não tentar libertar o indivíduo do estado e das instituições do estado, mas nos libertar tanto do estado quanto do tipo de individualização que está ligado a ele.** Nós temos de promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos tem sido imposta por alguns séculos. (p. 785, tradução nossa, grifo nosso)

Recorrendo aos termos de Rancière, podemos dizer que, para Foucault, portanto, a tarefa da filosofia é libertar-nos da "polícia" – entendida aqui nos termos da governamentalização das relações de poder pelo Estado – através da análise, da elucidação, da visualização das táticas e das estratégias do poder individualizante existente nas instituições do Estado. Deste modo, trata-se da pressuposição da capacidade de apreensão racional dos jogos de poder, do processo de constituição e reprodução destes jogos, da compreensão sobre os modos de constituição do sujeito a partir das relações de poder. Desde que não seja uma capacidade única do filósofo, e sim de qualquer um, tal proposição encontra-se sob o manto da Razão, mas não de um elitismo político.

A partir dessa concepção do papel da filosofia, podemos entender a afirmação de Foucault (2004b) de que **seu problema sempre foi "o das relações entre sujeito e verdade**: como o sujeito entra em um certo jogo de verdade" (p. 274, grifo nosso) se

constitui de uma determinada forma através dos jogos de verdade[6], como louco ou são, delinquente ou não. Assim, concebe Foucault (2004c): "o que me interessa é muito mais a moral do que a política ou, em todo caso, a política como uma ética" (p. 220), não partindo seus questionamentos de uma concepção política prévia e nem tendendo estes à realização de um projeto político definido. Foucault (2004d) diz:

> Jamais procurei analisar seja o que for do ponto de vista da política; mas sempre interrogar a política sobre o que ela tinha a dizer a respeito dos problemas com os quais ela se confrontava. Eu a interrogo sobre as posições que ela assume e as razões que ela dá para isso; não exijo que ela determine a teoria do que faço. Não sou um adversário nem um partidário do marxismo; eu o questiono sobre o que ele tem a dizer a respeito das experiências que o questionam. (p. 229)

Para Foucault (1982): "Uma sociedade sem relações de poder pode somente ser uma abstração" (p. 792, tradução nossa), mas

> Dizer que não pode existir uma sociedade sem relações de poder não é dizer que aquelas que estão estabelecidas são necessárias ou, em todo caso, que o poder constitui uma fatalidade no coração das sociedades, uma vez que não pode ser eliminado. Em vez disso, eu desejo dizer que a análise, a elaboração, o questionamento das relações de poder e **o "agonismo" entre relações de poder e a intransitividade da liberdade são tarefas políticas permanentes em toda existência social**. (p. 792, tradução nossa, grifo nosso)

Diante do papel do filósofo ser o de explicitar os jogos de poder, a fim de entender as relações entre sujeito e verdade, e da afirmação da impossibilidade de uma sociedade sem relações de poder, é importante entendermos o sentido atribuído ao poder por Foucault. Para o autor, uma relação de poder requer dois elementos indispensáveis, que

> o "outro" (sobre o qual o poder é exercido) seja completamente reconhecido e mantido até o fim como uma pessoa que atua, e que, frente à relação de poder, um campo completo de respostas, reações, resultados e possíveis invenções possa ser aberto. (Foucault, 1982, p. 789, tradução nossa)

Nesse sentido, assim como Arendt, Foucault concebe poder e violência como completamente dissociados. De acordo com Foucault (1982),

> o que define uma relação de poder **é um modo de ação que não atua diretamente e imediatamente nos outros**. Em vez disso, **atua sobre as ações dos outros**: uma ação sobre outra ação, naquelas ações existentes ou naquelas que podem emergir no presente ou no futuro. (p. 789, tradução nossa, grifo nosso)

Ao contrário,

> **Uma relação de violência atua sobre um corpo ou sobre coisas**; ela força, ela dobra, ela quebra, ela destrói, ou ela fecha as portas para todas as possibilidades. **Seu polo oposto pode ser somente a passividade, e se ela esbarra contra qualquer resistência, ela não tem outra opção senão a de tentar minimizá-la**. (Foucault, 1982, p. 789, tradução nossa, grifo nosso)

---

[6] Foucault (2004b) esclarece o sentido do termo "jogo": "quando digo "jogo", me refiro a um conjunto de regras de produção da verdade. Não um jogo no sentido de imitar ou de representar ...; é um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda" (p. 282). Nos jogos de verdade atuam "Indivíduos que são livres, que organizam um certo consenso e se encontram inseridos em uma certa rede de práticas de poder e de instituições coercitivas" (p. 283).

Desse modo, Foucault (1982) concebe a liberdade como uma condição para o exercício do poder, na medida em que o poder só é exercido sobre sujeitos livres, os quais são livres somente nessa medida, não existindo possibilidade de poder num campo em que não há possibilidades distintas de se comportar, de reagir. A liberdade, portanto, é uma precondição para o exercício do poder e seu suporte permanente, pois, na impossibilidade de resistência, o que se tem é determinação física e não relação de poder. Assim, segundo o autor,

> o problema crucial do poder não é aquele da servidão voluntária. **No coração da relação de poder, e constantemente provocando-o, estão a resistência da vontade e a intransigência da liberdade**. Mais do que falar de uma liberdade essencial, é melhor falar de um "agonismo" – de um relacionamento que é ao mesmo tempo incitação recíproca e luta, menos uma confrontação face a face que paralisa ambos os lados, do que uma provocação permanente. (p. 790, tradução nossa)

É nos termos da preocupação de Foucault com os modos de produção de sujeitos, da distinção entre poder e violência, da afirmação da intransigência da liberdade e, portanto, da existência de resistência em qualquer relação de poder, que entendemos a retomada dele da concepção do "cuidado de si", da Antiguidade, para conceber o lugar de uma ação ativa do sujeito (resistência) diante de relações de poder.

Afirma Foucault (2004b) que seu interesse sempre foi o da constituição histórica das diferentes formas do sujeito, entendendo este não como uma substância, e sim sendo constituído e comportando-se em relação aos jogos de verdade em cada tipo de relação em que se encontra (numa assembleia, numa relação sexual, etc.). Entretanto, antes de abordar as práticas de si, seu interesse anterior estava focado na constituição do sujeito como consequência do sistema de coerção, podendo-se dizer de um sujeito passivo, ainda que livre. Ao se remeter às práticas de si, seu interesse encontra-se na "maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa" (p. 276).

Foucault (2004b) concebe a prática de si como "um exercício de si sobre si mesmo através do qual procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser" (p. 265). Para Foucault (2004b), não se trata de uma liberação dos mecanismos repressivos no sentido de que, ao se livrar deles, o homem pudesse reconciliar-se com sua essência ou natureza, restaurando uma relação plena e positiva consigo mesmo, mas mais "do problema ético que é o da prática da liberdade: como se pode praticar a liberdade?" (p. 267). Para o autor, "liberdade é a condição ontológica da ética [e] a ética é a forma refletida assumida pela liberdade" (p. 267).

Foucault (2004b) afirma que entre os gregos e os romanos, na Antiguidade, o cuidado de si (liberdade individual) foi pensado como ética, esta entendida como "prática racional da liberdade":

> para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário se ocupar de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo **para se conhecer – eis o aspecto familiar do *gnôthi seauton* – e para se formar, superar-se a si mesmo, para dominar em si os apetites que poderiam arrebatá-lo.** Para os gregos a liberdade individual era alguma coisa muito importante (...) não ser escravo era um tema absolutamente fundamental (...). Não digo que a ética seja o cuidado de si, mas que, na Antiguidade, a ética como prática racional da liberdade girou em torno deste imperativo fundamental: "cuida-te de ti mesmo". (p. 268, grifo nosso)

O cuidado de si, na Antiguidade, segundo Foucault (2004b), estava vinculado ao conhecimento de si, mas também ao "conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso, a ética se liga ao jogo da verdade" (p. 269).

Desse modo, o cuidado de si encontra-se vinculado a um ethos, ou seja, a uma maneira de ser e de se conduzir. As práticas de si não são, assim, "alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social" (Foucault, 2004b, p. 276). Diante disto, "para que essa prática da liberdade tome forma em um *êthos* que seja bom, belo, honroso, respeitável, memorável e que possa servir de exemplo, é preciso todo um trabalho de si sobre si mesmo" (p. 270).

Ainda que a relação consigo mesmo seja primária, o cuidado de si, ressalta Foucault (2004b), é também uma maneira de cuidar dos outros, opondo-se ao abuso de poder, caracterizado pela imposição aos outros de sua fantasia, desejo, apetites. Portanto, opõe-se à condição do homem ser escravo de seus apetites.

Foucault (2004b) afirma que não havia avançado na reflexão sobre o que é possível fazer com a problemática do cuidado de si em relação à política contemporânea, tendo a questão do sujeito ético pouco espaço no pensamento político contemporâneo. Mas concebe que, fora deste modo de resistência, que constitui a própria matéria da ética, só se faz possível encarar o sujeito como sujeito de direito:

> Digo que a governabilidade implica a relação de si consigo mesmo, o que significa justamente que, nessa noção de governabilidade, viso ao conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros. São indivíduos livres que tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade dos outros e, para fazê-lo, dispõem de certos instrumentos para governar os outros. **Isso se fundamenta então na liberdade, na relação de si consigo mesmo e na relação com o outro**. Ao passo que, se você tenta analisar o poder não a partir da liberdade, das estratégias e da governabilidade, mas a partir da instituição política, só poderá encarar o sujeito como sujeito de direito. Temos um sujeito que era dotado de direitos ou que não o era e que, pela instituição da sociedade política, recebeu ou perdeu direitos: através disso, somos remetidos a uma concepção jurídica do sujeito. Em contrapartida, a noção de governabilidade permite, acredito, fazer valer a liberdade do sujeito e a relação com os outros, ou seja, o que constitui a própria matéria da ética. (p. 286)

Na proposta de Foucault, ressaltamos: a) o afastamento em relação ao papel de legislador e pedagogo do filósofo e a concepção do papel do filósofo como aquele que analisa e faz visível os jogos de poder na relação destes com os modos de produção do sujeito, contribuindo para libertar-nos do Estado; b) a dissociação entre poder e violência e a vinculação do poder à liberdade, portanto, a possibilidade sempre presente da resistência em qualquer relação de poder; c) o cuidado de si como estratégia de resistência.

No próximo capítulo retomaremos a proposta de Foucault e defenderemos que nela há uma compreensão do político como um empreendimento ético, afastando-se de uma perspectiva antagonista do político, o que tem implicações para a construção democrática.

1.2 A "negação" do político no marxismo e na democracia deliberativa: considerações de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Os séculos XVIII e XIX foram um momento histórico de grande importância para o pensamento político, um período de grandes mudanças na sociedade ocidental e de disputa pelo modo de configuração do ordenamento social. A revolução industrial e a urbanização das cidades, as revoluções democráticas burguesas e o questionamento da justificação teológica do poder, a emergência das massas, o desenvolvimento do capitalismo e de movimentos socialistas são aspectos significativos deste momento histórico de fundação da modernidade.

Laclau e Mouffe (1985) compreendem que a revolução democrática proporcionou a compreensão de uma indeterminação radical da sociedade, na medida em que fez do poder um "lugar vazio" e exigiu o reconhecimento de um pluralismo de valores como inerente à sociedade. Neste quadro histórico, as relações sociais são concebidas pelos autores como contingentes e históricas, não sendo possível afirmar nenhuma determinação última da

sociedade na análise da constituição dos sujeitos políticos e do desenvolvimento da história[7].

O marxismo e o liberalismo (nosso foco, neste caso, é a democracia deliberativa) buscaram compreender o político no interior deste quadro de mudanças na sociedade e foram correntes de pensamento político que influenciaram diferentes campos de conhecimento no século XX e ainda os influenciam no século XXI, inclusive a psicologia social. Como veremos, ainda que importantes, estas duas correntes "negaram o político": a limitação da contingência, devido à afirmação de uma necessidade histórica, no marxismo, e a crença iluminista na Razão, base do pressuposto da possibilidade de um consenso racional, na democracia deliberativa, impediram que estas duas correntes de pensamento reconhecessem os efeitos da revolução democrática, em sua radicalidade, na constituição da sociedade moderna.

1.2.1. Marxismo: fundamento último da realidade e a "negação" do político

De acordo com Laclau e Mouffe (1985), as últimas décadas do século XX podem ser caracterizadas pela compreensão de falhas e por desapontamentos com relação às bases políticas e teóricas sobre as quais o horizonte intelectual da esquerda foi construído, tanto no que se refere à concepção do socialismo, quanto no que se remete aos caminhos que conduziriam a ele. Ademais, caracterizam-se pela emergência de um conjunto de novos fenômenos – como a ascensão do novo feminismo, de minorias sexuais, nacionais e étnicas, de lutas ecológicas anti-institucionais travadas por camadas marginalizadas da população – que implicam a extensão da conflitualidade social para um amplo leque de áreas e que têm, assim, exigido, ainda com mais urgência, uma reconsideração teórica do pensamento da esquerda.

O que se coloca em crise nesse contexto histórico, segundo Laclau e Mouffe (1985),

---

[7] Estes aspectos serão melhor abordados no próximo capítulo, no qual apresentaremos a concepção do político em Laclau e Mouffe. Nossa intenção aqui é delimitar o campo de discussão do conceito do político no marxismo e no liberalismo, apontando para a "negação" do político nas duas tradições. Em relação ao liberalismo, abordamos a democracia deliberativa.

> é uma concepção integral de socialismo que se apoia na centralidade ontológica da classe trabalhadora, no papel da Revolução como o momento fundador na transição de um tipo de sociedade para outro, e na pretensão ilusória de *uma* coletividade perfeitamente unitária e homogênea que tornará inútil o momento da política. O caráter plural e múltiplo das lutas sociais contemporâneas tem finalmente dissolvido o fundamento último daquele imaginário político. Povoado com sujeitos "universais" e construído conceitualmente em torno da História no singular, esse imaginário político tem postulado a "sociedade" como uma estrutura inteligível, que pode ser intelectualmente dominada nas bases de certas posições de classe e reconstituída como uma ordem racional e transparente, através de um ato fundante de caráter político. Hoje, a Esquerda está testemunhando o ato final da dissolução daquele imaginário jacobino. (p. 2, tradução nossa)

Nessa medida, segundo Laclau e Mouffe (1985), diante de mudanças históricas como o "caráter plural e múltiplo das lutas sociais contemporâneas", chegamos ao fim da era de epistemologias normativas e de discursos universais, não sendo possível sustentar "a concepção de subjetividade e de classes elaborada pelo Marxismo, nem sua visão do curso histórico do desenvolvimento do capitalismo, nem, claro, a concepção de comunismo como uma sociedade transparente da qual o antagonismo tenha desaparecido" (p. 04, tradução nossa).

Assim, somente pela "renúncia de uma prerrogativa epistemológica, baseada sobre a posição ontológica privilegiada de uma 'classe universal', é que será possível discutir seriamente o presente grau de validade das categorias marxistas" (Laclau & Mouffe, 1985, p. 04, tradução nossa). Deste modo, para que a teoria marxista seja útil ao desenvolvimento de um pensamento de esquerda nas condições atuais, são necessárias a "preservação de alguns de seus conceitos, a transformação ou o abandono de outros e a diluição de outros na infinita intertextualidade de discursos emancipatórios que a pluralidade do social tem modelado" (p. 5, tradução nossa).

Segundo Laclau e Mouffe (1985), o pensamento de Marx foi construído num contexto em que se extinguia o último momento da História no qual os "limites antagonistas" entre duas formas de sociedade podiam ser apresentados a priori, de maneira independente às articulações hegemônicas, já que as posições dos indivíduos eram fixadas no interior de um sistema fechado: a oposição povo/antigo regime. Ou seja, a intervenção de Marx, para os autores, ocorreu num momento em que a divisão do campo social em povo/antigo regime já não se sustentava, sendo incapaz de abarcar a complexidade e a pluralidade das sociedades capitalistas industriais, levando então Marx a estabelecer um novo princípio da divisão social: a confrontação entre classes.

Segundo Laclau (1993), na obra de Marx, mais especificamente em *O Prefácio à Contribuição Crítica da Economia Política* e no *Manifesto Comunista*, a coerência lógica do esquema marxista depende da possibilidade teórica de integrar a luta de classes à teoria

geral da mudança histórica, baseada na contradição entre forças produtivas e relações de produção. Três saídas teóricas possíveis poderiam ser pensadas na análise desta integração, segundo o autor, sendo todas elas, entretanto, inviáveis:

a) redução do antagonismo (luta de classes) à contradição força produtiva/relações de produção: esta redução se faz impossível pelo fato da luta de classes caracterizar-se por ser um *antagonismo sem contradição*, ou seja, a luta de poder entre grupos não tem como ser compreendida como inerente à contradição entre força produtiva e relações de produção, pois, apesar desta contradição implicar necessariamente num colapso interno às relações de produção, ela não acarreta automaticamente um enfrentamento entre grupos (sendo, assim, uma *contradição sem antagonismo*);

b) compreensão da luta de classes como inerente à forma das relações de produção, não por ser determinada pela contradição entre força produtiva e relações de produção, mas por existir um antagonismo necessário no capitalismo entre trabalhador assalariado e capitalista: esta consideração é impossível, segundo Laclau (1993), pelo fato das relações capitalistas serem relações entre categorias econômicas, ou seja, entre vendedor da força de trabalho e comprador da força de trabalho, sendo as pessoas de carne-e-osso apenas sustentadoras destas relações. Assim, o antagonismo, em vez de ser intrínseco às relações capitalistas, só é possível quando o trabalhador recusa a mais-valia, sendo este ato dependente de algo que exista na exterioridade da relação comprador-vendedor, pois não há nada nesta relação que sugira ser esta recusa uma condição lógica;

c) afirmação da presença irredutível de um “exterior” à relação entre força produtiva e relações de produção, mas compreendendo este “exterior” na sua relação com o interior de modo preciso e racional, por exemplo, introduzindo o pressuposto da subjetividade do agente, de maneira a possibilitar a afirmação de que “o antagonismo é inerente às relações de produção, já que aquele tem se tornado um jogo de soma-zero entre o trabalhador e o capitalista” (Laclau, 1993, p. 27, tradução nossa): esta saída implica pressupor que as motivações dos trabalhadores se guiam, assim como a do capitalista, pela maximização da ganância, naturalizando a motivação dos mesmos, e, além disso, contrariando qualquer relação entre classe trabalhadora e socialismo. Também implica não

> reconhecer que o antagonismo não se constrói como interno à lógica do contrato entre trabalhador e capitalista, e sim na crítica a este contrato, de modo a demonstrar as desigualdades que ele pressupõe, negando o trabalhador a reproduzir o papel de trabalhador que lhe é atribuído por este contrato. Condição que só é possível a partir da existência de um elemento exterior à própria relação de produção.

Diante da impossibilidade dessas três alternativas de articulação entre a teoria geral da história e a luta de classe, Laclau (1993) enfatiza ser possível afirmar que o antagonismo entre trabalhador e capitalista não é inerente à relação de produção. O antagonismo depende de relações contingentes, que não podem ser submetidas a nenhum tipo de lógica unificada, entre a relação de produção e algo que o agente é fora dela (o fato, por exemplo, do trabalhador, diante do baixo salário, não ter condições de acesso a uma vida decente). Deste modo, a compreensão do antagonismo implica analisá-lo não a partir de critérios abstratos e racionalistas e sim no interior das possibilidades e condições históricas específicas. Nas sociedades democráticas contemporâneas, a revolução democrática, caracterizada pelo questionamento dos marcos de certeza e pelo discurso de igualdade e liberdade para todos, é uma condição histórica importante para a construção das diferentes lutas contrárias à subordinação que emergiram na sociedade desde o século XIX.

De acordo com Laclau (1993), o interesse dele e de Mouffe no livro que publicaram em conjunto, em 1985, foi mostrar que "a história do pensamento contemporâneo é também uma história interna do marxismo; que o pensamento marxista tem sido também um esforço persistente por adaptar-se à realidade do mundo contemporâneo e por distanciar-se progressivamente do essencialismo" (p. 134, tradução nossa). Contudo, autores marxistas acabaram por utilizar a contingência, decorrente da expansão da revolução democrática, como uma forma de preencher um vazio na confirmação de uma "necessidade histórica", reduzindo, assim, seu efeito nas articulações hegemônicas (Laclau & Mouffe, 1985).

Segundo Laclau e Mouffe (1985), mesmo autores marxistas que buscaram superar o economicismo da teoria marxista, como Lênin, a partir da noção de "aliança de classes", e Gramsci, com a noção de "bloco histórico", reconhecendo a contingencialidade das condições históricas – seja pela necessidade da classe trabalhadora em assumir o papel da classe burguesa no contexto da Rússia dos fins do século XIX e início do XX, seja pela

observação da emergência de diferentes antagonismos não reduzidos à esfera econômica e da fragmentação das posições de sujeito – acabaram por manter a ideia da esfera econômica como fundamento último das práticas hegemônicas.

De acordo com Laclau (1993), os pontos que ele e Mouffe salientaram no livro de 1985, na história do marxismo, foram:

> 1) O marxismo clássico – o da Segunda Internacional – fundou sua estratégia política na crescente centralidade da classe trabalhadora, resultante da simplificação da estrutura social sob o capitalismo; 2) Desde o começo, esta predição resultou falsa, e desde o interior da Segunda Internacional, três tentativas de responder a esta situação tiveram lugar: os marxistas ortodoxos afirmaram que aquelas tendências do capitalismo que estavam em contradição com as predições marxistas originárias eram transitórias, e que a linha geral do desenvolvimento capitalista que o marxismo postulava havia finalmente de impor-se; os revisionistas argumentaram, pelo contrário, que estas tendências eram permanentes, e que os sociais-democratas, em consequência, deviam cessar de organizar um partido revolucionário e passar a ser um partido que impulsionasse reformas sociais; finalmente, o sindicalismo revolucionário, ainda que compartilhasse a interpretação reformista da evolução do capitalismo, tentava reafirmar a perspectiva radical a partir de uma reconstrução revolucionária da classe, em torno do mito da greve geral. 3) Os deslocamentos próprios do desenvolvimento desigual e combinado obrigaram os atores da mudança socialista – fundamentalmente a classe trabalhadora – a assumir tarefas democráticas que não haviam sido previstas na estratégia clássica, e foi precisamente esta suposição de novas tarefas a que recebeu o nome de "hegemonia". 4) do conceito leninista de aliança de classes ao conceito gramsciniano de direção "intelectual e moral", existe uma crescente extensão das tarefas hegemônicas, até o ponto em que os agentes sociais não são para Gramsci classes, senão "vontades coletivas". 5) Existe, portanto, um movimento interno do pensamento marxista das formas essencialistas extremas – as de Plejanov (p.135), por exemplo – à concepção gramsciniana das práticas sociais como hegemônicas e articulatórias, o que nos localiza virtualmente no campo explorado no pensamento contemporâneo dos "jogos de linguagem" e da "lógica do significante". **O eixo de nosso argumento é que, ao mesmo tempo em que o essencialismo se desintegrava dentro do campo do marxismo clássico, novas lógicas e argumentos políticos começavam a substituí-lo**. Se este processo não avançou mais, isto se deve em boa medida às condições políticas nas quais teve lugar: sob o império de partidos comunistas que se viam a si mesmos como campeões rígidos da ortodoxia e que reprimiam toda criatividade intelectual. (pp. 135-136, tradução nossa, grifo nosso). (p. 136)

A preservação do postulado ontológico da luta de classes no debate marxista se pauta na manutenção de três teses básicas da teoria marxista que, segundo Laclau e Mouffe (1985), não se sustentam diante da contingencialidade do social aberta pela revolução democrática: a) tese da neutralidade das forças produtivas, ou seja, que as relações de produção respeitam leis necessárias alheias à intervenção consciente; b) tese da simplificação da estrutura social, acarretando uma divisão transparente entre os agentes a partir das relações de produção; c) tese do interesse histórico da classe trabalhadora no socialismo em decorrência da posição dos trabalhadores na estrutura social.

Cabe-nos considerar que Laclau (1993) concebe haver em Marx uma tentativa de romper com o essencialismo idealista de subordinar o real ao conceito (a uma forma fixa). Esta aproximação se verifica na medida em que Marx concebe que as ideias "não constituem um mundo fechado e autogerado, senão que estão enraizadas no conjunto das condições materiais da sociedade" (p. 125, tradução nossa), existindo, assim, um

relacionalismo radical em Marx. Vista em termos de totalidades significativas, esta compreensão em Marx permitiria compreender que as ideias seriam diferenças cuja identidade de cada uma somente se constituiria em relação com outras diferenças e, assim, romper com a problemática referente ao vínculo causal entre base e superestrutura. O "Estado", as "forças produtivas", as "ideias" teriam identidades relacionais, envolvendo cada uma a presença das outras, assim como "pai", "mãe", "filho".

Contudo, ao afirmar que a existência social do homem é que determina sua consciência, Marx demonstra que a consciência não é parte da existência social. E, quando diz que a lógica do desenvolvimento das forças produtivas é a essência do desenvolvimento histórico, está dizendo que o desenvolvimento histórico pode ser apreendido racionalmente, sendo, portanto, forma. Nesta medida, não transcende o idealismo hegeliano e o pensamento metafísico.

Assim, de acordo com Laclau (1993), o primeiro sentido do pós-marxismo defendido por ele[8] consiste em

> aprofundar esse momento relacional que Marx, pensando desde uma matriz hegeliana e, em todo caso, própria do século XIX, não poderia desenvolver mais além de um certo ponto. Em uma era em que a psicanálise tem mostrado que a ação do inconsciente faz ambígua toda significação, em que o desenvolvimento da linguística estrutural nos tem permitido entender melhor o funcionamento de identidades puramente relacionais, em que a transformação do pensamento – de Nietzsche a Heidegger, do pragmatismo a Wittgenstein – tem minado decisivamente o essencialismo filosófico, podemos reformular o programa materialista de um modo muito mais radical do que era possível por Marx. (p. 127, tradução nossa)

A teoria do discurso contribui para a reformulação desse programa materialista não apenas como um simples enfoque teórico ou epistemológico, segundo Laclau (1993), no sentido de que,

> ao afirmar a radical historicidade do ser e, portanto, o caráter puramente humano da verdade, ela implica a decisão de mostrar o mundo como ele realmente é: uma construção puramente social dos homens que não está fundada em nenhuma "necessidade" externa a ela mesma – nem Deus, nem as "formas essenciais", nem as "leis necessárias da história". (p. 145, tradução nossa)

1.2.2. Democracia deliberativa: consenso sem exclusão e a "negação" do político

Segundo Mouffe (2009), no contexto da revolução democrática, a democracia moderna se constituiu a partir da articulação, no século XIX, entre duas tradições

---

[8] Os outros dois aspectos indicados por Laclau (1993) são: a radicalização e a transformação da compreensão de Marx sobre o agente social e os antagonismos sociais na análise do capitalismo; e a compreensão do socialismo no campo da revolução democrática, ou seja, na expansão dos valores democráticos para diferentes domínios da sociedade, acarretando uma pluralidade de agentes sociais e de lutas políticas.

diferentes, entre as quais não há nenhuma relação necessária, somente uma relação histórica contingente:

> Em um lado, nós temos a **tradição liberal**, constituída pela regra da lei, a defesa dos direitos humanos e o respeito à liberdade individual; no outro lado, a **tradição democrática**, cujas principais ideias são aquelas da igualdade, identidade entre governante e governado e de soberania popular. (p. 03, tradução nossa, grifo nosso)

Assim, existe uma tensão entre a liberdade, concebida pela tradição liberal, a igualdade, concebida pela tradição democrática. Esta tensão, segundo a autora, não deve ser concebida como uma

> tensão entre dois princípios inteiramente externos um ao outro e estabelecendo entre eles relações simples de negociação. (...) A tensão deve ser vista, em vez disso, como criando uma relação não de *negociação*, mas de *contaminação*, no sentido de que, uma vez que a articulação dos dois princípios tenha sido efetivada – mesmo se em um modo precário –, cada um deles mude a identidade do outro. (p. 10, tradução nossa)

A impossibilidade de uma liberdade perfeita e de uma igualdade perfeita, decorrente deste paradoxo entre as duas tradições ("paradoxo democrático"), "é a própria condição de possibilidade para uma forma plural de coexistência humana em que direitos podem existir *e* serem exercidos, em que liberdade e igualdade podem de algum modo coexistir" (Mouffe, 2009, p. 11, tradução nossa).

Tal compreensão, contudo, é a que é negada por teóricos deliberativos, como John Rawls e Jurgen Habermas, que visam encontrar modos de eliminar a tensão entre os dois princípios políticos que constituem a democracia liberal – a liberdade e a igualdade – a partir do estabelecimento de um "consenso sem exclusão". Habermas, privilegiando a dimensão da democracia, e Rawls, privilegiando a dimensão do liberalismo (Mouffe, 2009).

De acordo com Mouffe (2009), a reivindicação central desses teóricos

> é que é possível, graças a procedimentos de deliberação adequados, alcançar formas de acordo que devem satisfazer tanto a racionalidade (entendida como defesa de direitos liberais) quanto a legitimidade democrática (representada pela soberania popular). Essas mudanças consistem em reformular o princípio democrático de soberania popular de tal modo que elimine os perigos que ela poderia representar para os valores liberais. (p. 83, tradução nossa)

O alcance desse consenso depende, por um lado, da redução do pluralismo de valores, referente ao princípio político da liberdade, para a esfera privada, afastando do espaço público interesses controversos; por outro lado, da afirmação da possibilidade de superar a fronteira entre um "nós" e um "eles", inerente à democracia, através do uso de uma razão universal.

Desse modo, tal proposta de democracia liberal "nega" a condição fundamental à compreensão do político: que o antagonismo entre um "nós" e um "eles" não pode ser

erradicado, na medida em que a hostilidade e a violência são inerentes à sociabilidade humana, não estando dissociadas da reciprocidade, pois "o mesmo movimento que traz os seres humanos juntos em seu desejo comum pelos mesmos objetos é também a origem do seu antagonismo" (Mouffe, 2009, p. 131, tradução nossa)[9].

De acordo com Mouffe (1996), o paradigma de Rawls apresenta alguns méritos:

a) desembaraça o liberalismo político – relativo ao conjunto de instituições características do "Estado de direito", tais como a defesa dos direitos, o reconhecimento do pluralismo, a limitação do papel do Estado e a separação dos poderes – do liberalismo econômico ao fazer "da propriedade privada dos meios de produção, de distribuição e de troca uma questão contingente, em vez de uma parte essencial da doutrina" (Barry, 1973, p. 166, citado por Mouffe, 1996, p. 61);

b) desvia-se da crítica comunitarista de que ele partiria de uma concepção de sujeito a-histórica, de modo a afastar-se da concepção de um indivíduo dotado de direitos naturais prévios à sociedade, afirmando que em *Uma teoria da justiça* não buscava um conceito de justiça "verdadeiro", mas sim um conceito para sociedades democráticas ocidentais, considerando nossa história, nossas tradições, nossas aspirações e o modo como concebemos nossa identidade (Mouffe, 1996);

c) é uma alternativa ao pensamento utilitarista, o qual apresentava uma hegemonia consolidada na filosofia moral liberal. Rawls contesta a supremacia do utilitarismo, que concebia a "pessoa como um indivíduo puramente racional que procura exclusivamente o seu bem-estar" (Mouffe, 1996, p. 41). Compartilhando da concepção kantiana de pessoa (moral, livre e igual), Rawls compreende a pessoa "como uma pessoa moral capaz não só de acção 'racional' (entendida como um acção instrumental de interesse próprio), mas também daquilo a que chama de acção 'razoável', implicando considerações morais e um sentido de justiça na organização da cooperação social" (p. 41);

d) segundo Mouffe (1996), o grande mérito de Rawls está em afirmar a impossibilidade de um "bem comum substantivo" nas sociedades democráticas modernas, concebendo a prevalência do direito sobre o bem. Para ele, "nas

---

[9] A discussão sobre a noção de antagonismo será melhor abordada no próximo capítulo.

> sociedades democráticas modernas, onde já não existe um único bem comum substantivo e onde o pluralismo é fundamental, uma concepção política de justiça não [pode] resultar de uma determinada concepção religiosa, moral ou filosófica de felicidade" (Mouffe, 1996, p. 78).

Em Habermas, podemos também observar aspectos que são compartilhados pela perspectiva democrática de Mouffe. Segundo Habermas (1994), seu modelo teórico

a) distingue-se do paradigma republicano, sobretudo, no que tange à postura comunitarista de teóricos republicanos contemporâneos. Postura que afirma a possibilidade de um consenso público substantivo, baseado na virtude de cidadãos autônomos devotados ao bem público, numa comunidade ética integrada substantivamente. Para Habermas (1996), tal consenso substantivo se faz impossível em sociedades pós-industriais, caracterizadas pela ausência de uma homogeneidade de convicções e pela inexistência de interesses de classe compartilhados aprioristicamente;

b) difere do modelo liberal agregativo de democracia, caracterizado pelo abandono de noções como "bem comum" e "vontade coletiva", pela afirmação de direitos individuais naturais, e pela redução da democracia a um ponto de vista instrumental. Neste modelo liberal, a democracia é baseada: na agregação de preferências em torno de partidos políticos, sendo a participação restringida à capacidade de votar em intervalos regulares; e em um modelo de "competição de mercado", onde o processo democrático tem a forma de meros acordos entre interesses competidores, e o voto a mesma estrutura de escolhas feitas por participantes em um mercado, expressando preferências. Assim, em última instância, no modelo agregativo o que se exige das pessoas é a afirmação de seus interesses próprios, sendo o instrumento do processo político a barganha e não o argumento;

c) concebe a sociedade como uma sociedade descentrada, sendo incompatível tanto com um conceito de Estado tido como protetor de uma sociedade econômica, como no modelo liberal, quanto com a noção de uma comunidade ética institucionalizada na forma de Estado, como no modelo republicano.

Contudo, ambos os modelos de democracia moderna liberal, tanto o de Habermas quanto o de Rawls, acarretam a "negação" do político. A solução apresentada por cada um

dos autores é diferente, mas, ressalta Mouffe (2009), as convergências entre eles são mais significativas do que os desacordos.

Os dois modelos objetivam afirmar um forte vínculo entre democracia e liberalismo, compartilhando "a crença de que, através de procedimentos deliberativos adequados, é possível superar o conflito entre direitos individuais e liberdades e as reivindicações por igualdade e participação popular" (Mouffe, 2009, p. 08, tradução nossa).

Esses modelos ainda fundamentam a autoridade e a legitimidade democrática sob uma forma de razão pública, compartilhando a

> crença em uma forma de racionalidade que não é meramente instrumental, tendo também uma dimensão normativa: a 'razoabilidade' para Rawls, a 'racionalidade comunicativa' para Habermas. Em ambos os casos, uma forte separação é estabelecida entre 'mero acordo' e 'consenso racional', e o campo próprio da política é identificado coma troca de argumentos entre pessoas razoáveis, guiadas pelo princípio da imparcialidade. (p. 86, tradução nossa)

Por fim, concebem que "podemos encontrar nas instituições liberais os conteúdos idealizados da racionalidade prática" (p. 86, tradução nossa), divergindo os dois modelos quanto à forma de razão prática incorporada nestas instituições.

Rawls, segundo Mouffe (2009), enfatiza o papel dos princípios da justiça decorrentes do dispositivo da "posição inicial". Este dispositivo, como apresenta Mouffe (1996), remete-se ao "véu da ignorância", recorrendo Rawls a ele, uma vez que entende que uma concepção política razoável de justiça deve ser independente de doutrinas filosóficas ou religiosas controversas, bem como de uma concepção moral geral, a fim de respeitar a pluralidade de concepções de bem, conflitantes e sem medida comum. A posição original

> com o seu véu de ignorância, esconde dos participantes o seu exacto lugar na sociedade, os seus talentos, os seus objetivos, tudo o que poderia ser prejudicial à sua imparcialidade. (...) designa, portanto, uma situação heurística de liberdade e igualdade que permite aos participantes selecionar, no processo de deliberação, os princípios de justiça para organizar a cooperação social entre pessoas livres e iguais. Assim, não existe um critério independente de justiça e é o próprio processo que garante a justeza do resultado final. Este método de construtivismo kantiano conduz à formulação dos dois princípios de justiça seguintes: 1) todos têm o mesmo direito ao mais extenso sistema de liberdade total compatível com uma liberdade idêntica para todos os outros; 2) as desigualdades econômicas e sociais devem ser tratadas de tal modo que: a) confiram os maiores benefícios aos mais desfavorecidos (este é o famoso princípio da diferença); b) estejam ligadas a funções e posições abertas a todos em condições de igualdade justa de oportunidades. (Mouffe, 1996, pp. 42-43)

Já Habermas defende um modelo estritamente procedimental (Mouffe, 2009). Habermas (1996) afirma a possibilidade de resultados racionais e justos no processo político, decorrentes da articulação de considerações pragmáticas, de compromissos, de discursos de autocompreensão e de justiça, mediante procedimentos legais que garantam "a

completa inclusão de todas as partes que podem ser afetadas, a igualdade, a liberdade e a fácil interação delas, nenhuma restrição dos tópicos e de contribuições tópicas, a possibilidade de se revisar os resultados" (p. 449, tradução nossa).

Esses procedimentos devem também afirmar o pressuposto da imparcialidade e a expectativa de que os participantes questionem e transcendam as suas preferências iniciais, quaisquer que sejam (Habermas, 1996). Diferente de Rawls, para Habermas, a imparcialidade nas decisões democráticas não decorre de uma "posição original" dos indivíduos, uma vez que não deve haver nada no procedimento deliberativo que limite o conteúdo da deliberação ou a identidade dos participantes. Ela é conquistada a partir do procedimento ideal de deliberação, o qual busca gerar um "poder comunicativo" que acarrete decisões que sejam acordadas racionalmente por todos os que serão afetados por suas consequências (Mouffe, 2000).

Dessa maneira, a origem da legitimidade na democracia deliberativa

> não está na vontade predeterminada de indivíduos, mas no processo de sua formação, ou seja, na própria deliberação (...). A decisão legitima não representa a vontade de todos, mas aquela que resulta da deliberação de todos (...). O princípio deliberativo é tanto individualista como democrático (...) [o] direito legítimo é o resultado da deliberação geral, e não a expressão da vontade geral. (Manin, 1987, p. 351 citado por Habermas, 1996, p. 446, tradução nossa)

Assim, a troca de argumentos e contra-argumentos é o procedimento chave para a conquista da legitimidade democrática e para a afirmação da soberania popular no modelo habermasiano. As decisões são válidas, uma vez que suportadas por boas razões, levando-se em conta não o status do falante, mas a força do melhor argumento – "a razão prevalece sobre o poder" (Kappor, 2002, p. 461, tradução nossa) –, e as instituições são consideradas legítimas na medida em que proporcionam um modelo de deliberação pública livre.

Essa compreensão de validade democrática encontra-se ancorada em questões de justiça que apresentam uma natureza moral, devendo reivindicar uma validade universal. Contudo, nem todas as questões políticas apresentam natureza moral, como as considerações existenciais que dizem respeito a questões de vida boa – à dimensão ética; os interesses conflitantes entre grupos em decorrência de problemas redistributivos. A estas últimas, Habermas (1996) afirma que só podem ser resolvidas por meio de compromissos – levando à separação entre "meros acordos" e "consenso racional –, os quais, no entanto, para serem legítimos e justos necessitam de ser regulados por procedimentos sujeitos a julgamento moral. Apesar daquela separação, Habermas (1996) defende que não se deve negar "nem a importância primeira das considerações morais e nem a prática do debate racional como a melhor forma de comunicação política" (p. 448, tradução nossa), baseando

o modelo deliberativo na interpenetração de políticas “dialógicas” e “instrumentais” no interior de diferentes tipos de deliberação.

Desse modo, o objetivo do modelo habermasiano é gerar “poder comunicativo”, segundo Mouffe (2009), através de condições que estabeleçam um consentimento livre entre todos os interessados. Somente assim se dirá que se obteve um consenso e não um mero acordo (Mouffe, 2009). Habermas, segundo a autora, não nega que existem obstáculos para se alcançar as condições do “discurso ideal” que possibilitam igualdade e imparcialidade, contudo, ele os concebe como obstáculos empíricos.

Mouffe (2009) afirma, então, que, apesar de Rawls e Habermas reconhecerem o pluralismo de valor característico da modernidade e a impossibilidade de um “bem comum substantivo”, defendem que isto não implica a impossibilidade de um consenso racional nas decisões políticas, entendendo-o como um tipo moral de acordo que decorre de um discurso livre entre indivíduos iguais.

Entretanto, há duas falhas fundamentais nessas perspectivas deliberativas, segundo Mouffe (2009). A primeira remete-se ao fato de que nem Habermas nem Rawls são capazes de alcançar plenamente o que objetivam: “circunscrever um domínio que deve não ser sujeito a um pluralismo de valor e onde um consenso sem exclusão possa ser estabelecido” (p. 91, tradução nossa). O que Rawls, através da forte divisão estabelecida entre esfera pública e esfera privada, e Habermas, através da distinção entre ética (domínio das concepções de boa vida) e moralidade (domínio onde procedimentos podem ser adotados e a imparcialidade alcançada), objetivam é evitar a possibilidade de contestação, ou seja, afastar a política de suas consequências. A incapacidade deles, contudo, de alcançar este objetivo demonstra, segundo Mouffe (2009), “que o domínio da política não é um terreno neutro que pode ser isolado do pluralismo de valores e onde soluções racionais e universais podem ser formuladas” (p. 92, tradução nossa).

A segunda questão colocada por Mouffe (2009) diz respeito à relação entre autonomia privada e autonomia política, concebendo que, na pretensão de eliminar o paradoxo democrático, Rawls subordina a soberania popular aos direitos individuais e Habermas privilegia a dimensão democrática (soberania popular) em detrimento da dimensão liberal (direitos individuais).

A novidade da democracia liberal, segundo Mouffe (2009), encontra-se exatamente em compreender que ela se constitui como uma forma de articulação entre a lógica liberal e a lógica democrática, podendo tal articulação ocorrer de diferentes modos. Ou seja,

buscar uma resolução racional final para a tensão entre as duas lógicas é uma busca não só incapaz de êxito, mas também indevida, sendo a democracia moderna constituída exatamente sob o paradoxo democrático. O que esta busca assinala é, mais uma vez, a tentativa de isolar a política democrática dos efeitos do pluralismo de valor, através de exigências de moralidade ou racionalidade (Mouffe, 2009).

Uma política democrática moderna exige, diferente da saída proposta pela democracia deliberativa, enfrentar o desafio do pluralismo de valores no processo político, reconhecendo que este se sustenta na impossibilidade de erradicar o poder e o antagonismo, na impossibilidade de se afirmar o político em torno de uma mediação racional.

Tal concepção democrática não significa aceitar um pluralismo total, já que se faz necessário estabelecer os limites de confrontação na esfera pública para que as decisões sejam consideradas legítimas (Mouffe, 2009). Assim, não significa abandonar a construção de um denominador comum possível entre diferentes sujeitos políticos, ou seja, a formação de um "nós" que articule diferentes demandas na luta contrária às formas de subordinação. O não reconhecimento deste denominador comum por defensores de um "pluralismo extremo" impede-os de distinguir entre "diferenças que existem, mas que não devem existir, e diferenças que não existem, mas devem existir" (Mouffe, 2009, p. 20, tradução nossa). Afirmar uma multiplicidade de identidades sem reconhecer um denominador comum acarreta a mesma falha do liberalismo: na invisibilidade das relações de poder e do antagonismo (Mouffe, 2009).

Portanto, a crítica à racionalidade presente naquelas duas propostas deliberativas não implica considerar que todas as concepções são iguais:

> É sempre possível distinguir entre o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo, mas tal só pode ser feito a partir de uma determinada tradição, com a ajuda dos padrões que esta tradição faculta; de facto, não existe qualquer ponto de vista estranho a toda tradição a partir do qual possamos emitir uma opinião. Além disso, abdicar da distinção entre lógica e retórica, a que conduz a crítica pós-moderna – e donde parte com Aristóteles –, não significa que o "poder faça a lei" ou que nos afundemos no niilismo. Aceitar, com Foucault, que não pode haver uma separação absoluta entre validade e poder (uma vez que a validade é sempre relativa a um regime específico de verdade ligado ao poder) não significa que, num dado regime de verdade não possamos distinguir entre aqueles que respeitam a estratégia da argumentação e as respectivas regras e aqueles que simplesmente querem impor a sua força. Finalmente, a ausência de fundamento "deixa tudo como está", como diria Wittgenstein, e obriga-nos a colocar as mesmas questões de modo diferente. Daí o erro de um certo tipo de pós-modernismo apocalíptico que gostaria que acreditássemos que nos encontramos no limiar de uma época radicalmente nova, caracterizada pela flutuação, pela disseminação e pelo incontrolável jogo das significações. Uma tal concepção continua presa de uma problemática racionalista, que tenta criticar. (Mouffe, 1996, pp. 28-29)

Essa manutenção da problemática racionalista decorre do fato de aquele certo tipo de pós-modernismo reafirmar o caráter necessário de um fundamento, no sentido em que postula que sem ele vivemos numa época de extrema flutuação.

Assim, diferente da defesa de um pluralismo extremo, a política democrática deve visar à criação de um "nós", o qual se distingue da ideia de um consenso racional universal. O "nós" é compreendido como parcial, precário e contingente, uma vez que só é possível se constituir a partir da relação antagônica com um "eles"[10] (Mouffe, 1996).

Outro aspecto abordado por Mouffe (2009) remete-se à busca pela justiça, em Rawls, ou pela legitimidade, em Habermas. Segundo a autora, ambas as propostas afirmam que a fidelidade às instituições democráticas advém da substituição da racionalidade instrumental e da promoção do autointeresse, do modelo agregativo, por um outro tipo de racionalidade: a racionalidade da ação comunicativa e da razão pública livre.

Mouffe (2009), como dissemos, compartilha da crítica à racionalidade instrumental proposta pelo modelo liberal agregativo, mas considera a solução de Rawls e Habermas inadequada, na medida em que não se trata de substituir uma forma de racionalidade por outra. Como apontado por Michael Oakeshott,

> a autoridade das instituições políticas não é uma questão de *consentimento*, mas de contínuo entendimento de *cidadãos* que reconhecem sua obrigação para obedecer às condições prescritas na *res publica*. (...). [Desta forma] não é uma matéria de *justificação racional*, mas de *disponibilidade* [*availability*] de formas democráticas de individualidade e subjetividade. (Mouffe, 2009, p. 95, tradução nossa)

Diante disso, segundo Mouffe (2009), o problema da teoria agregativa e da democracia deliberativa encontra-se no fato de que afirmam a noção de cidadania no interior de uma ideia de sujeito que privilegia a racionalidade, deixando de lado a importância das paixões e das emoções e de todo o conjunto de práticas que fazem possível a construção de sujeitos democráticos, a identificação dos indivíduos com os valores democráticos. Um projeto democrático moderno deve compreender a construção da cidadania democrática a partir da ênfase não nas formas de argumentação, e sim nos tipos de práticas que fazem esta forma de cidadania possível, mobilizando paixões em torno de identidades políticas que conduzam à construção de uma política democrática.

---

[10] Cabe-nos ressaltar que, na obra de Laclau e Mouffe (1985), o poder é compreendido não como uma relação externa entre duas identidades preestabelecidas, mas como constitutivo destas próprias identidades, sendo o "nós" formado somente a partir da identificação do "eles" de maneira puramente negativa, como aquele que nega a possibilidade de existência do "nós", visibilizando o caráter político, precário e contingêncial de toda objetividade. É a interação entre objetividade e poder que Mouffe e Laclau denominam de *hegemonia* (Laclau & Mouffe, 1985).

De acordo com a autora, a falha das abordagens racionalistas – agregativa e deliberativa – no que se refere à questão da cidadania, se deve ao fato destas

> Operarem com a concepção do sujeito que vê os indivíduos como anteriores à sociedade, portadores de direitos naturais, e como agentes utilitaristas maximizadores ou sujeitos racionais. Em todos os casos, eles são abstraídos das relações sociais e de poder, da linguagem, da cultura e do conjunto de práticas que faz a agência possível. O que é precludido nestas abordagens racionalistas é a própria questão sobre as condições de existência dos sujeitos democráticos. (Mouffe, 2009, pp. 95-96, tradução nossa)

Para a autora, os limites para se alcançar a condição original, buscada por Rawls, ou o discurso ideal, objetivado por Habermas, não dizem respeito a limites epistemológicos ou empíricos, e sim, como afirmado por Wittgenstein, a limites ontológicos, na medida em que decorrem da necessidade de se articular diferentes formas de vida, ou seja, diferenças que não podem ser isoladas do debate público, pois são intrínsecas a qualquer comunicação ou deliberação (Mouffe, 2009).

CAPÍTULO 2

O CONCEITO DO POLÍTICO: ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE

No interior do debate contemporâneo relativo ao conceito do político e, assim, à compreensão da política e dos modos de se pensar a construção da luta democrática nas sociedades ocidentais contemporâneas, nos posicionamos neste campo. Concebemos a natureza do político e a concepção de luta democrática a partir de considerações de Laclau e Mouffe para a construção de um projeto democrático radical e plural.

Essa decisão remete-se a um aspecto metodológico, uma vez que será em torno do olhar desses autores sobre o político e sobre a democracia que debateremos a concepção do político na produção da psicologia social brasileira. Concebemos que analisar o político requer deixar visível como o vemos, explicitarmos seu elemento definidor e suas condições de possibilidade na análise do que tem sido produzido no interior do campo de especificação do político na modernidade, caracterizado por maneiras distintas, e até mesmo antagônicas, de concebê-lo. Assim, trata-se menos de descrever concepções distintas do político na produção da psicologia social brasileira, e mais de fazer ver os modos em que o político foi analisado a partir da radicalidade do que o define. Neste capítulo, o objetivo é exatamente apresentarmos os critérios que consideramos definidores do político na sociedade ocidental contemporânea.

Desse modo, esse posicionamento remete-se também a um aspecto político no sentido de que, ao decidirmos por essa compreensão de político e de democracia, estamos, consequentemente, afirmando nosso afastamento em relação a perspectivas que são exteriores e incompatíveis com a proposta de Laclau e Mouffe.

Assim, nos afastamos da defesa de uma determinação última da realidade e da identidade dos sujeitos, que acarreta a redução da luta política a uma *contradição sem antagonismo* e a um *antagonismo sem contradição* – como fez a tradição marxista –, bem como da defesa da possibilidade de se alcançar um consenso sem exclusão, pautado na ideia de um sujeito racional iluminista – como fazem Habermas ou Rawls no interior da tradição liberal –, e da possibilidade de uma junção entre ética e política, como debateremos em relação às posições de Arendt e de Foucault. Este afastamento decorre destas perspectivas manterem o antagonismo, concebido como elemento definidor do político pela teoria democrática radical e plural, afastado da dinâmica política.

Outro aspecto é que a decisão por nos posicionarmos no interior do debate sobre o político, em favor da perspectiva defendida por Laclau e Mouffe, remete-se ao entendimento de que a tensão entre liberdade e igualdade não é só a própria condição para a emergência do político, na sua natureza antagonista, e a própria "essência" da democracia, mas também, no fim das contas, a possibilidade para o que é "próprio" da psicologia social como um campo de conhecimento: a tensão entre indivíduo e sociedade.

A proposta de Laclau e Mouffe possibilita um modo de inserção da psicologia social no campo do político, na medida em que ressalta a necessidade de analisarmos a formação dos sujeitos políticos a partir da disputa por significação dos princípios políticos de liberdade e igualdade, em um determinado momento histórico, diante de uma "decisão" no interior desta disputa. Decisão que se faz na "desconstrução" da hegemonia existente e que afirma uma nova alternativa de "articulação" do ordenamento social, isto é, de constituição da própria comunidade política, que será sempre parcial e contingente, pois é construída no terreno do antagonismo e da indecidibilidade.

O sujeito político, nessa perspectiva, não é concebido como determinado por leis necessárias da História, por categorias sociais que lhes são atribuídas na sociedade, pela afirmação do pressuposto de uma subjetividade racional. O terreno da indecidibilidade, no qual emerge o sujeito político, caracteriza-se pela inexistência de uma determinação sobre a decisão frente à desconstrução das relações sociais, mas também pelo afastamento de uma mediação racional como fundamento da tomada de decisão, ou seja, de categorias como consciência, reflexividade, intencionalidade.

O sujeito político, nessa perspectiva, é aquele que emerge no "momento da decisão" e é responsável pela decisão não em termos de fazer a "melhor" escolha, de orientar-se em torno de uma autoconsciência e de interesses prévios, mas por ser necessário decidir num terreno em que não há um princípio, a priori, externo à própria decisão que a determine. A decisão, inclusive, é concebida como tal somente a posteriori, na medida em que toda afirmação de um modo de instituir o ordenamento social implica a exclusão de outras possibilidades que também eram possíveis naquele determinado contexto histórico (Laclau, 2005b). Os sujeitos políticos não são anteriores à decisão, identidades constituídas positivamente que se politizam, e sim constituídos no momento da decisão, a partir de processos de identificação contingentes, históricos e construídos numa relação antagônica.

Ao utilizarmos o termo “positivamente” ou “identidade positiva”, não estamos nos remetendo a um valor moral, no sentido de atribuir a positivo a noção de bom e a negativo a noção de ruim, e sim ao modo de constituição das identidades. Isto é, ao tratá-las como identidades positivas, estamos concebendo que se constituem como classe social, determinadas por uma lei necessária da História, ou em torno de um conjunto de atributos compartilhados por indivíduos que os localizam como categorias sociais no interior da sociedade. Como tais, o processo de politização das relações sociais implica uma mediação racional (consciência, reflexividade, intencionalidade) que possibilita o alcance de uma consciência politizada.

Como veremos, o sujeito político, no modo como abordamos o político nesta tese, é entendido como um sujeito cindido, que se constitui como presença a partir de processos de identificação, que são históricos e contingentes, pois não há um elemento transcendental anterior que os determine. Assim, se podemos dizer de uma estrutura constitutiva do sujeito, só podemos entendê-la como uma estrutura falhada, vazia de significado prévio, que ganha significação através daqueles processos de identificação, produzidos em torno de relações antagônicas, estando intrinsecamente relacionados ao caráter contingencial e hegemônico das formações sociais. Neste sentido, os sujeitos políticos não são entendidos em termos de identidades positivas politizadas, mas de identificações produzidas no momento de decisão, estabelecendo uma divisão do social entre “nós” e “eles”, na qual o “eles” é constitutivo do “nós”, na medida em que, ao mesmo tempo, é a negação do “nós” e a condição de possibilidade do “nós” se constituir.

Iremos circunscrever a concepção do político em Laclau e Mouffe a partir da noção de democracia, proposta por Claude Lefort; do conceito do político, concebido por Carl Schmitt; da noção de hegemonia, a partir de Antonio Gramsci; da perspectiva pós-fundacionalista, a partir de contribuições de Derrida e da psicanálise lacaniana.

Nossa intenção é discutir esses aspectos e demonstrar como eles se articulam na proposição dos autores de um projeto democrático radical e plural, que considera o antagonismo como a natureza própria do político. Recorreremos em alguns momentos a críticas ao liberalismo e ao marxismo já, inicialmente, apresentadas no capítulo anterior, bem como debateremos as propostas de Arendt e Foucault em torno da noção de uma “eticização” do político nestes autores.

Cabe-nos considerar que Laclau e Mouffe postulam as bases de sua proposta teórica no livro que publicaram em conjunto, em 1985, intitulado *Hegemony and Socialist Strategy*. Entretanto, após esta publicação, os autores continuaram a debater a teoria democrática radical e plural em trabalhos individuais, o que acarretou caminhos distintos de discussão, os quais não analisaremos nesta tese, na medida em que consideramos que ambos os autores compartilham, de maneira geral, as mesmas bases teóricas de definição do político.

Entretanto, ainda assim, consideramos importante apresentar as obras que utilizamos neste capítulo, na abordagem de cada um dos quatro aspectos que consideramos essenciais ao debate sobre o conceito do político: contingência, antagonismo, hegemonia, pós-fundacionalismo. A discussão referente à noção de contingência é realizada a partir do livro de Lefort (1991), *Pensando o Político*, e do livro de Mouffe (1996), *O Regresso do Político*. A discussão referente ao antagonismo é feita a partir do livro de Schmitt (1992), *O Conceito do Político*; dos livros de Mouffe, *O Regresso do Político* (1996) e *The Democratic Paradox*[11] (2009); do artigo de Mouffe (2008), *Critique as conter-hegemonic intervention*, e do livro de Ferreira (2004), *O Risco do Político*. A discussão sobre hegemonia é pautada no livro de Laclau e Mouffe (1985), *Hegemony and Socialist Strategy*, e no capítulo de Mouffe (1979), *Hegemony and Ideology in Gramsci*, publicado no livro *Gramsci and Marxist Theory* (editado por Mouffe). A discussão sobre a perspectiva pós-fundacionalista é feita a partir de dois capítulos do livro *Desconstruction and Pragmatism*, editado por Mouffe, um de Laclau (2005b) e outro de Mouffe (2005); de dois livros de Laclau, *La Razón Populista* (2005a) e *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tempo* (1993), e do livro de Laclau e Mouffe (1985), *Hegemony and Socialist Strategy.*

2.1 Claude Lefort e a "revolução democrática": a democracia como uma "forma de sociedade" e o poder como "lugar vazio"

Lefort (1991) propõe analisar o político nas sociedades democráticas modernas de modo diferente da ciência política. Segundo ele, na sua vontade de objetivação, a ciência

---

[11] Observa-se que o capítulo *Carl Schmitt and the paradox of liberal democracy*, presente no livro *The Democratic Paradox*, também foi publicado em outro livro organizado por Mouffe (1999), intitulado *The Challenge of Carl Schmitt*.

política reduziu a democracia a um sistema de instituições e suprimiu a possibilidade de se pensar o político ao esquecer que

> não há elementos ou estruturas elementares, não há entidades (classes ou segmentos de classe), não há relações sociais, nem determinação econômica ou técnica, não há dimensões do espaço social que preexistam à sua *mise en forme*. (...). Por outro lado, essa vontade de objetivação tem por corolário a posição de um Sujeito capaz de efetuar operações de conhecimento que, como se sabe, não devem nada à sua implicação na vida social – Sujeito neutro, empenhado em detectar relações de causalidade entre os fenômenos, ou leis de organização e funcionamento de sistemas ou de subsistemas sociais. (...). Confinando o Sujeito à neutralidade, priva-o de pensar uma experiência que se engendra e se ordena em razão de uma concepção implícita das relações dos homens entre si e de uma concepção de suas relações com o mundo. Impede de pensar o que é pensado em toda sociedade e lhe dá o estatuto de sociedade humana: a diferença entre a legitimidade e a ilegitimidade, entre a verdade e a mentira, o autêntico e a impostura, a busca de poder ou de interesse privado e a busca do bem comum. (pp. 26-27)

Assim, para Lefort (1991), a democracia deve ser entendida como uma *forma de sociedade*, e é a forma de sociedade, a constituição do espaço social, que está em questão ao se compreender como *a* política se circunscreve em uma determinada época, tendo esta circunscrição, portanto, um significado político que não é particular, mas geral. O político, segundo Lefort (1991),

> revela-se assim não no que se nomeia atividade política, mas nesse duplo movimento de aparição e de ocultação do modo de instituição da sociedade. Aparição, no sentido em que emerge à visibilidade o processo crítico por meio do qual a sociedade é ordenada e unificada, através de suas divisões; ocultação, no sentido em que um lugar da política (lugar onde se exerce a competição entre os partidos e onde se forma e se renova a instância geral de poder) designa-se como particular, ao passo que se encontra dissimulado o princípio gerador da configuração de um conjunto. (p. 26)

Essa observação, segundo o autor, incita-nos a voltar à questão que guiava a filosofia política: "como fica a diferença entre as formas de sociedade?" (p. 26). O interesse de Lefort (1991) é compreender a singularidade da democracia e o que ela contém que permite o seu contrário, ou seja, a emergência de uma sociedade totalitária, remetendo-se ele tanto ao fascismo quanto ao socialismo.

Para Lefort (1991), a democracia caracteriza-se por ser

> **uma sociedade histórica por excelência**, sociedade que, por sua forma, acolhe e preserva a indeterminação, em contraste notável com o totalitarismo que, edificando-se sob o signo da criação do novo homem, na realidade agencia-se contra essa indeterminação, pretende deter a lei de sua organização e de seu desenvolvimento, e se delineia secretamente no mundo moderno enquanto *sociedade sem história*. (p. 31, grifo nosso)

Essa indeterminação presente na democracia, segundo o autor, não pertence à ordem dos fatos empíricos, que decorreriam de outros fatos, de caráter econômico ou social, como a igualdade progressiva das condições. Esta indeterminação, característica da democracia, a singularidade desta forma de sociedade, diz respeito a uma mutação de ordem simbólica que, segundo Lefort (1991), só se faz plenamente sensível ao retomarmos o significado do sistema monárquico sob o Antigo Regime. Neste sistema, o poder se

encontrava incorporado na pessoa do príncipe, mas não sendo um regime despótico, o príncipe não detinha um poder sem limites, mas sim o lugar de mediador

> entre os homens e os deuses, ou então, sob o efeito da secularização e do laicismo da atividade política, um mediador entre os homens e as instâncias transcendentes figuradas pela Justiça soberana e pela Razão soberana. Submetido à lei e estando acima das leis, condensava em seu corpo, ao mesmo tempo mortal e imortal, os princípios de geração e de ordem do reino. Seu poder indicava um polo incondicionado, extraprofano, ao mesmo tempo em que inspirava, na sua pessoa, a garantia e a representação da unidade do reino. (...). Incorporado no príncipe, o poder dava corpo à sociedade. (Lefort, 1991, p.32)

O traço revolucionário da democracia é que, nesta, o lugar do poder torna-se um *lugar vazio*, impedindo a incorporação do poder pelos governantes. O exercício do poder torna-se dependente de procedimentos que permitem reajustes periódicos e, assim, observa-se uma institucionalização do conflito.

Na democracia, portanto, o lugar do poder é o lugar de um

> **Vazio inocupável – de tal maneira que nenhum indivíduo, nenhum grupo poderá lhe ser consubstancial** –, o lugar do poder mostra-se infigurável. São visíveis unicamente os mecanismos de seu exercício, ou então os homens simples mortais, que detêm a autoridade política. Seria um equívoco julgar que o poder está doravante alojado *dentro* da sociedade, porquanto emana do sufrágio universal; continua sendo a instância em virtude da qual a sociedade é apreendida em sua unidade, referindo-se a si mesma no espaço e no tempo. Porém, essa instância deixou de ter referência em um polo incondicionado; nesse sentido, marca uma clivagem entre o *dentro* e o *fora* do social, que institui a correspondência entre ambos; de maneira tácita é reconhecida como puramente simbólica. (Lefort, 1991, pp. 32-33, grifo nosso)

Essa transformação simbólica promovida pela democracia, que impede a incorporação do poder em um governante, suscitou uma disjunção entre a esfera do poder, a esfera da lei e a esfera do conhecimento, uma vez que:

> Quando o poder deixa de manifestar o princípio de geração e de organização de um corpo social, quando deixa de condensar em si as virtudes derivadas de uma razão e de uma justiça transcendente, o direito e o saber afirmam-se, face ao poder, através de uma exterioridade e de uma irredutibilidade novas. Assim como a figura do poder em sua materialidade, em sua substancialidade, dissipa-se, assim como seu exercício mostra-se preso à temporalidade de sua reprodução e subordinado ao conflito das vontades coletivas, assim também a autonomia do direito liga-se à impossibilidade de lhe fixar uma essência; vemos plenamente manifestar-se a dimensão de um devir do direito, sempre na dependência de um debate sobre seu fundamento e sobre a legitimidade do que é estabelecido e do que deve ser; assim também a autonomia reconhecida do saber vai de par com um remanejamento contínuo do juízo crítico acerca dos conhecimentos e uma interrogação sobre os fundamentos da verdade. (Lefort, 1991, p. 33)

Dessa maneira, a possibilidade da representação de uma totalidade orgânica foi destituída. O que não significou, contudo, segundo Lefort (1991), a destituição de qualquer unidade política, e sim que o conflito se coloca como constitutivo da unidade da própria sociedade. A sociedade, deste modo, longe de uma determinação natural, emerge como puramente social, aparecendo o povo, a nação, o Estado como entidades universais, mas sem figurarem como realidades substanciais, estando a representação deles dependente “de

um discurso político e de uma elaboração sociológica e histórica sempre ligada ao debate ideológico" (p. 34).

Ressalta o autor que não está esquecendo que as instituições democráticas foram utilizadas para beneficiar uma minoria, no que tange aos meios de acesso ao poder, ao conhecimento e ao gozo de direitos, nem que a expansão do poderio estatal (a burocracia) foi favorecida pela posição de um poder anônimo. Entretanto, o essencial é

> **que a democracia institui-se e se mantém pela *dissolução dos marcos de referência da certeza*.** A democracia inaugura uma história na qual os homens estão à prova de uma indeterminação última quanto ao fundamento do Poder, da Lei e do Saber, e quanto ao fundamento da relação de *um* com o *outro*, sob todos os registros da vida social (por toda parte em que, outrora, a divisão se enunciava, em especial na divisão entre os detentores da autoridade e os que a esta eram submetidos, em função de crenças em uma natureza das coisas ou em um princípio sobrenatural). Isso é o que me incita a julgar que se desdobra na prática social, à revelia dos atores, uma interrogação para a qual ninguém poderia possuir uma resposta e à qual o trabalho da ideologia, sempre destinado à restituição da certeza, não consegue pôr um termo. (Lefort, 1991, p. 35, grifo nosso)

Diante da indeterminação, inerente à democracia, de acordo com Lefort (1991), "a possibilidade de um desregramento da democracia continua em aberto" (p. 35), não havendo nenhuma segurança de que o totalitarismo não emergirá. Nas circunstâncias em que – frente a uma crise econômica, uma guerra, um conflito entre classes no qual não se encontra uma resolução simbólica na esfera política – a sociedade se mostre "despedaçada", "se desenvolve o fantasma do povo-um, a busca de uma identidade substancial, de um corpo social solidamente preso ao topo, de um poder encarnador, de um Estado liberado da divisão" (p. 35).

Mouffe (1996) irá compreender, como faz Lefort, a democracia como uma forma política de sociedade e, assim, como um novo regime político que implicou transformações de ordem simbólica: a dissolução dos marcos de referência da certeza e, deste modo, a condição de indeterminação, sendo contingente a formação de qualquer unidade política. Neste aspecto são importantes as contribuições de Lefort para a compreensão do político e para a constituição do projeto democrático radical e plural proposto por Mouffe (1996).

Esse entendimento sobre a natureza da democracia moderna foi importante para a autora ressaltar o princípio ético do liberalismo – o pluralismo – e, assim, a ideia de liberdade como fundamental a um projeto democrático radical e plural, e formular a tensão entre igualdade e liberdade como necessária à manutenção da democracia. Isto se faz porque, sendo o lugar do poder um *lugar vazio*, estabelecem-se as condições para uma pluralidade de concepções de bem na sociedade, de modo que qualquer tentativa de ocupar este lugar se configura como uma relação de conflito pela forma de interpretação dos princípios políticos da democracia – liberdade e igualdade. Em suma, pelo modo como a

sociedade será constituída, uma vez que nenhum daqueles princípios apresenta uma substancialidade própria.

De acordo com Mouffe (1996),

> Aceitar seriamente o princípio ético do liberalismo é afirmar que os indivíduos devem ter a possibilidade de organizarem as suas vidas como desejam, de escolherem as suas próprias finalidades e de as realizarem como julgarem melhor. Por outras palavras, é reconhecer o pluralismo como elemento constitutivo da democracia moderna. **A ideia de um consenso perfeito, um desejo colectivo harmónico, tem, portanto, de ser abandonada e a permanência dos conflitos e antagonismos aceite**. Uma vez abandonada a própria possibilidade de alcançar a homogeneidade, a necessidade das instituições liberais [a separação entre a Igreja e o Estado, a separação de poderes e a limitação do poder do Estado] torna-se evidente. (...) tais instituições garantem que a liberdade individual será protegida contra a tirania da maioria ou o domínio do Estado/partido totalitário. Nas modernas condições democráticas, caracterizadas por aquilo a que Claude Lefort chama "a dissolução dos sinalizadores de certeza"[12], a interconexão entre as instituições liberais e os procedimentos democráticos é condição necessária para a extensão da revolução democrática a novas áreas da vida social. É por isso que o liberalismo político é um componente fundamental de qualquer projecto de democracia plural e radical. (pp. 140-141, grifo nosso)

Como bem apresenta Lefort (1991), a imagem de um Estado liberado da divisão, longe de remeter-se à *forma de sociedade* denominada democracia, representa o fantasma do povo-um, a formação de uma outra *forma de sociedade* que é o avesso da democracia: o totalitarismo. Somente em virtude da articulação com o liberalismo político, que permite conceber o pluralismo como constitutivo da democracia moderna e, assim, a contingencialidade das formações sociais, a lógica da soberania popular poderá evitar cair na tirania, segundo Mouffe (1996).

Nessa medida, a afirmação de uma "necessidade histórica", presente nos pressupostos marxistas de concepção do sujeito e do desenvolvimento da história; a concepção de um consenso racional sem exclusões, proposta pelos democratas deliberativos, e a ideia de um bem comum substantivo, defendida pelos comunitaristas, visam limitar o pluralismo e a contingencialidade das formações sociais, "negando" o caráter do político nas sociedades ocidentais modernas.

2.2 Carl Schmitt: críticas ao liberalismo e o conceito do político

O livro *O Conceito do Político*, de Carl Schmitt, publicado em 1932, delimita um critério que garante a autonomia do político em relação a outros domínios sociais, inclusive ao domínio da política em seu sentido estrito, o antagonismo.

Segundo Heller (1991), o conceito do político só pode ser um conceito moderno, uma vez que, no pensamento pré-moderno, o ato político era definido a partir de uma visão

---

[12] O que em Lefort (1991) é chamado de *dissolução dos marcos de referência da certeza*.

quase naturalística e, assim, não problemática: um ato era político se tivesse sido decidido e realizado por membros da classe propriamente política. Relação esta rompida na modernidade em razão da emergência da questão sobre qual critério determinaria que ações, fenômenos e instituições eram políticas e quais não eram (Heller, 1991). Questão que se localiza no interior do que vimos em Lefort (1991) sobre o lugar vazio do poder e, assim, da impossibilidade de se afirmar uma classe "propriamente" política.

De acordo com Heller (1991), se Weber abriu o caminho para o conceito do político na modernidade, foi Schmitt quem o cunhou. Contudo, diferente de Laclau e Mouffe, Heller (1991) irá distanciar-se da perspectiva do político introduzida por Schmitt, por conceber que esta perspectiva vincula-se à falha do radicalismo político: a obsessão pela exclusão, na medida em que, em Schmitt, o critério que determina a noção do político é a exclusão do Outro, a categoria binária "amigo e inimigo", e não a luta em nome de alguma coisa. Portanto, para Heller (1991), um conceito tirânico. O próprio livro de Schmitt, segundo a autora, era um ato político, "na medida em que seu objetivo primário era destruir o liberalismo, considerado o inimigo desprezível do radicalismo político" (p. 333, tradução nossa).

Como vimos anteriormente, para Heller (1991), apenas Arendt, entre os filósofos paradigmáticos da modernidade, não se comprometeu com uma definição de um conceito do político que implicasse exclusão ou opressão do Outro, o que aponta para duas correntes na modernidade, relativas ao conceito do político: uma fundada na divisão, na exclusão (Schmitt); outra na ação conjunta, na deliberação (Arendt). Nesta tese, o conceito de político abordado localiza-se no interior da corrente schmittiana.

De acordo com Schmitt (1992), raramente o conceito do político é definido de maneira clara, na maior parte das vezes é compreendido apenas negativamente, em contraposição a outros conceitos como economia, moral, direito. De modo geral, o político, segundo o autor, é equiparado a estatal ou, ao menos, relacionado ao Estado, criando uma definição circular, na qual o Estado surge como algo político e o político como algo estatal.

O autor considera que esta identificação “estatal=político” é ingênua, na medida em que resulta numa conclusão logicamente impossível, mas inevitável, de que tudo que não é “estatal”, ou seja, que provém da “sociedade”, é não político. Ao invés de defender uma oposição entre Estado e sociedade, Schmitt (1992) irá afirmar uma interpenetração entre Estado e sociedade:

> a equivalência estatal=político mostra-se incorreta e enganosa, na mesma medida em que Estado e sociedade se interpenetram, todos os assuntos até então políticos tornam-se sociais e vice-versa, todos os assuntos até então “apenas” sociais tornam-se estatais, como ocorre, necessariamente numa coletividade democraticamente organizada. As áreas até então “neutras” – religião, cultura, educação, economia – deixam então de ser “neutras” no sentido de não-estatal e não-público. Como conceito polêmico contraposto a tais neutralizações e despolitizações de importantes domínios, surge o Estado total da identidade entre Estado e sociedade, o qual não se desinteressa por qualquer âmbito e, potencialmente, abrange qualquer área. Nele, por conseguinte, *tudo* é, pelo menos potencialmente, político, e a referência ao Estado não mais consegue fundamentar um marco distintivo específico do “político”. (p. 47)

Schmitt (1992) aborda, a partir de uma perspectiva histórica, a passagem de uma oposição entre Estado e sociedade para uma interpenetração entre Estado e sociedade, a qual impossibilita, por conseguinte, a identificação estatal=político. Segundo o autor, a democracia acarretou a abolição de todas as distinções e despolitizações do século XIX liberal ao apagar a oposição entre Estado e sociedade e, portanto, o político como oposto ao social. O Estado total que se funda, caracterizado por nada mais reconhecer como absolutamente apolítico, abole as despolitizações do século XIX e, especialmente, liquida com “o axioma da economia livre em relação ao Estado (não política) e do Estado livre em relação à economia” (Schmitt, 1992, p. 50).

De acordo com o autor, uma determinação conceitual do político depende da descoberta e da identificação das categorias especificamente políticas, tendo o político critérios próprios, “que de maneira peculiar se tornam eficazes diante dos domínios diversos e relativamente independentes do pensamento e do agir humano, especialmente o moral, o estético e o econômico” (p. 51). Schmitt (1992) afirma que a distinção especificamente política é a discriminação entre *amigo* e *inimigo*, a qual não tem um conteúdo próprio; é independente das contraposições de outros domínios; é o grau de intensidade extrema de uma associação ou dissociação. Diante da importância desta caracterização, recorremos às palavras do autor:

> Ela [discriminação entre amigo e inimigo] fornece uma determinação conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou especificação de conteúdos. Na medida em que ela não é derivável de outros critérios, corresponde, para o político, aos critérios relativamente independentes das demais contraposições: bom e mau, no moral; belo e feio, no estético etc. Em todo caso, ela é independente, não no sentido de um novo âmbito próprio, mas na maneira em que não se fundamenta nem em alguma das demais oposições, nem tampouco em várias delas, e nem a elas pode ser reportada. (...). **A diferenciação entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de uma associação ou dissociação**; ela pode, teórica ou praticamente, subsistir, sem a necessidade do emprego simultâneo das distinções morais, estéticas, econômicas ou outras. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; não tem que surgir como concorrente econômico, podendo talvez até mostrar-se proveitoso fazer negócios com ele. Pois **ele é justamente o outro, o estrangeiro, bastando à sua essência que, num sentido particularmente intensivo, ele seja existencialmente algo outro e estrangeiro, de modo que, no caso extremo, há possibilidades de conflitos com ele, os quais não podem ser decididos mediante uma normatização geral previamente estipulada, nem pelo veredicto de um terceiro "desinteressado", e, portanto, "imparcial"**. (p. 52, grifo nosso)

De acordo com Ferreira (2004), o político, como concebido por Schmitt, por não ser uma esfera entre as outras, mas o grau de intensidade de uma associação ou dissociação dos homens, não possui uma substância própria, e o antagonismo entre coletividades é tanto mais político quanto mais se aproxima do caso extremo: a guerra. Segundo Ferreira (2004), a guerra, vista por Schmitt como caso extremo, não deve ser entendida como o conteúdo da política, seu fim ou objetivo, mas como possibilidade real, como um caso de exceção que oferece um ponto de vista privilegiado para compreendermos no não cotidiano aquilo que está verdadeiramente em jogo no cotidiano e no rotineiro, sendo este um procedimento metodológico de Schmitt.

Nesse sentido, podemos compreender a seguinte colocação de Schmitt (1992):

> **O critério da distinção amigo-inimigo não significa, portanto, de forma alguma, que determinado povo deva sempre ser amigo ou inimigo de determinado outro, ou que uma neutralidade não seja possível ou não possa ter sentido, politicamente**. Só que o conceito de neutralidade, como todo conceito político, está implicado no pressuposto extremo da real possibilidade de um agrupamento amigo-inimigo, e se na terra houvesse apenas neutralidade, acabaria não somente a guerra, como também a própria neutralidade, da mesma forma que acontece com qualquer política, mesmo com uma política de evitar confrontos, quando deixa de existir a real possibilidade de luta. O fator determinante é sempre apenas a possibilidade de tal eventualidade decisiva, a verdadeira batalha, e a decisão acerca desta eventualidade ter-se dado ou não. O caráter determinante desta eventualidade não é abolido pelo fato de ser ela algo excepcional, porém justamente se fundamenta nisso. (...). A partir desta possibilidade extrema é que a vida das pessoas adquire uma tensão especificamente *política*. **Um mundo no qual estivesse completamente afastada e desaparecida a possibilidade de tal confronto, um globo terrestre finalmente pacificado, seria um mundo sem distinção entre amigo e inimigo e, consequentemente, um mundo sem política**. (Schmitt, 1992, pp. 60-61, grifo nosso)

O caso extremo, segundo Schmitt (1992), só pode ser decidido pelos próprios interessados, no sentido em que devem decidir se a alteridade do estrangeiro "representa a **negação da sua própria forma de existência**, devendo, portanto, ser repelido e combatido, para a preservação da própria forma de vida, segundo sua modalidade de ser"

(p. 52, grifo nosso). Nesta medida, a identidade coletiva que se funda na dissociação entre "nós" e "eles", "amigo" e "inimigo", envolve, por um lado, a determinação do inimigo e a sua exclusão e, por outro lado, a definição de si mesmo em relação ao que se designa como inimigo (Ferreira, 2004). A identidade coletiva, assim, deve ser entendida como constituída a partir da relação de negatividade, na qual "a designação do eles é constitutiva do nós" (Ferreira, 2004, p. 44), não havendo aqui nenhum sentido normativo, e sim um sentido existencial de determinação do inimigo a ser repelido.

Por não possuir uma substância própria, o político pode extrair sua força dos mais variados setores da vida humana, sendo o antagonismo político a mais intensa e extrema forma de contraposição. Assim, uma contraposição religiosa, moral, econômica, étnica ou outra somente se transforma numa contraposição política "se tiver força suficiente para agrupar objetivamente os homens em amigos e inimigos" (Schmitt, 1992, p. 63). Deste modo, o político reside não na luta em si, "que por sua vez tem suas próprias leis técnicas, psicológicas e militares, mas num comportamento determinado por esta possibilidade real, num claro reconhecimento da própria situação por ela determinada e na tarefa de distinguir claramente entre amigo e inimigo" (p. 63); em suma, na possibilidade real de luta.

Para Schmitt (1992), o político não é só independente dos outros critérios de contraposição, mas sim tem primazia sobre eles, visto que o agrupamento amigo-inimigo é sempre o agrupamento humano determinante. Isso decorre do fato de que tal agrupamento é ontologicamente tão forte e decisivo "que a contraposição não política, no mesmo momento em que provoca tal agrupamento, coloca em segundo plano seus critérios e motivos até então 'puramente' religiosos, 'puramente' econômicos, ou 'puramente' culturais" (p. 64). Nesta medida, a unidade política, "se estiver presente, será sempre a unidade normativa e 'soberana', no sentido de que a ela caberá sempre, por definição, resolver o caso decisivo, mesmo que seja um caso excepcional" (pp. 64-65).

Ressalta Schmitt (1992) que as palavras "soberania" e "unidade" não significam "que toda individualidade do ser de cada pessoa pertencente a uma unidade política teria de ser determinada e comandada pelo político, ou que um sistema centralista deveria destruir toda e qualquer outra organização ou corporação" (p. 65). Mas sim que ou a unidade política é a unidade decisiva para o agrupamento amigo-inimigo, isto é, para determinar o inimigo e combatê-lo, ou ela simplesmente não existe. Portanto, a unidade política pressupõe a determinação real do inimigo e, consequentemente, uma outra unidade política coexistente, que é o próprio inimigo.

Schmitt (1992) define o Estado como a unidade essencialmente política, que concentra um enorme poder: “a possibilidade de fazer guerra e de com isso dispor abertamente sobre a vida dos homens” (p. 72), exigindo dos seus membros prontidão para morrer e para matar, sendo-lhe possível matar os que estão do lado do inimigo. É este poder sobre a vida física dos homens que eleva a comunidade política acima de qualquer outra comunidade ou associação. Diferentemente, por exemplo, uma comunidade religiosa pode exigir de um membro que morra por sua fé ou sofra martírio, mas apenas pela salvação de sua própria alma e não pela comunidade eclesiástica como uma formação de poder, pois, se assim for, a comunidade religiosa já terá se tornado uma grandeza política, já terá se decidido quem é o inimigo, como se observa nas guerras santas.

Podem existir, segundo Schmitt (1992), no interior de uma comunidade política formações secundárias de caráter político (direito de vingança sangrenta entre famílias, por exemplo). Entretanto, todas estas formações deveriam ser suspensas durante uma guerra, caso exista realmente uma unidade política, pois renunciar a esta suspensão significaria renunciar à possibilidade de decidir quem é o inimigo. Para que exista na esfera do político, o povo precisa determinar por si mesmo a diferenciação de amigo e inimigo; se esta capacidade ou vontade cessa, cessa também a sua existência política. O que não significa, contudo, segundo Schmitt (1992), o desaparecimento do político, mas apenas o desaparecimento de um povo fraco, na medida em que

> Ninguém considerará possível que os homens, através da renúncia a toda produtividade estética ou econômica, pudessem levar o mundo a um estado de pura moralidade; mas ainda menos poderia um povo pela renúncia a toda decisão política produzir um estado puramente moral ou puramente econômico da humanidade. (p. 79)

É diante dessa compreensão do Estado como unidade essencialmente política que Schmitt (1992) criticará a teoria de Estado pluralista de G. D. H. Cole e Harold J. Laski e o individualismo liberal sobre o qual ela se sustenta. A tese central destes autores é que “Os Estados são essencialmente idênticos a outras espécies de associações humanas” (Schmitt, 1992, p. 66, nota de rodapé), consistindo o pluralismo nesta teoria de Estado em

> negar a unidade soberana do Estado, ou seja, a unidade política, e salientar reiteradamente que o homem individual vive em numerosas e diferentes ligações e agrupamentos sociais (...) sem que se possa dizer de alguma dessas associações que ela seja incondicionalmente decisiva e soberana. (pp. 66-67)

Segundo Schmitt (1992), Laski, ao questionar o Estado como unidade e compreendê-lo como uma associação política essencialmente igual às outras, precisaria apresentar qual é o conteúdo específico do político. Entretanto, segundo Schmitt, em nenhum dos seus livros se encontra uma definição clara do político.

Para o autor, essa teoria de Estado pluralista é pluralista em si mesma[13], pois: a) não apresenta nenhum centro unitário; b) ignora o conceito central de toda teoria do Estado, ou seja, o político, não discutindo nem mesmo a possibilidade da pluralidade de associações produzir uma unidade política de maneira federalista; c) fundamenta-se no individualismo liberal, que "não faz outra coisa senão jogar uma associação contra outra, a serviço do indivíduo livre e suas livres associações, quando então todas as questões e todos os conflitos vêm a ser decididos a partir do indivíduo" (Schmitt, 1992, p. 70).

Somente o não reconhecimento da essência do político, ou seja, do antagonismo amigo-inimigo, permite, segundo Schmitt (1992), a concepção da associação política como idêntica às outras associações (religiosa, cultural, econômica, etc.) e em concorrência com estas.

O não reconhecimento do antagonismo amigo-inimigo no individualismo liberal decorre, como em qualquer outra forma de individualismo, segundo Schmitt (1992), da desconfiança em todos os poderes políticos e todas as formas de Estado imagináveis. Nesta medida, no liberalismo existe apenas uma política liberal

> enquanto oposição polêmica frente a restrições, estatais, eclesiásticas ou outras, da liberdade individual, enquanto política de comércio, política eclesiástica e educacional, política cultural, mas nenhuma política liberal pura e simplesmente, e sim apenas uma crítica liberal da política. A teoria sistemática do liberalismo refere-se quase que só à luta da política interna, contra o poder estatal, e fornece uma série de métodos para obstaculizar e controlar este poder do Estado para a proteção da liberdade individual e da propriedade privada, para transformar o Estado em um "compromisso" e as instituições estatais em um "ventil", e de resto "contrabalancear" a monarquia com a democracia e esta com a monarquia. (Schmitt, 1992, p. 97)

Assim, é estranha ao liberalismo a exigência da unidade política de sacrifício da vida individual, uma vez que

> Um individualismo que desse a um outro que não o próprio indivíduo a disposição sobre a vida física deste indivíduo seria um palavrório vazio, tanto quanto uma liberdade liberal na qual um outro que não o próprio sujeito livre decidisse sobre o conteúdo e a medida de liberdade. (Schmitt, 1992, p. 98)

Desse modo, segundo Schmitt (1992), não há para o indivíduo como tal um inimigo contra o qual ele tenha que empreender uma luta de vida ou morte quando ele

---

[13] Ou seja, é uma teoria que defende o pluralismo de maneira distinta de Schmitt (1992), na medida em que para este toda teoria de Estado é pluralista, mas não pelo fato de não existir a primazia da associação política sobre outras formas de associação, e sim pelo fato de que não pode haver nenhum Estado, nenhuma unidade política mundial que englobe toda a humanidade e toda a terra, pois a unidade política como tal pressupõe a existência de uma outra unidade política coexistente, que é o próprio inimigo. Portanto, para Schmitt (1992): "O mundo político é um 'pluriverso' e não um 'universo'" (p. 80), e o conceito de humanidade exclui o conceito de inimigo, pois a humanidade não pode fazer guerra, na medida em que ela não tem nenhum inimigo, ao menos no planeta Terra. A ideia de uma guerra em nome da humanidade é apenas um instrumento ideológico, a partir do qual um Estado busca ocupar um conceito universal frente a seu inimigo e denegar ao inimigo a qualidade de homem, levando a guerra à extrema desumanidade.

pessoalmente não deseja. Forçá-lo a tal seria, na perspectiva liberal do indivíduo privado, falta de liberdade e violência. Assim, o Estado e a política são reduzidos ao asseguramento das condições de liberdade e à eliminação de perturbações da liberdade. Nesta medida, de acordo com o autor, o pensamento liberal instituiu um sistema de conceitos desmilitarizados e despolitizados que submete o Estado e a política, por um lado, a uma moral individualista, baseada no Estado de "direito privado", e, por outro lado, a categorias econômicas, movendo este sistema entre a ética e a economia, na busca de aniquilar a política.

> Assim, **no pensamento liberal, o conceito político de *luta* se transforma**, no aspecto econômico **em *concorrência***, e no outro aspecto, "espiritual", **em *discussão***; no lugar de uma clara distinção dos dois diferentes status "guerra" e "paz", entra a dinâmica de eterna concorrência e de eterna discussão. O *Estado* se torna em *sociedade* e então, de um lado, espiritual-ético, numa representação ideológico-humanitária da "*humanidade*"; de outro lado, numa unidade econômico-técnica de um *sistema* unitário de *produção* e de *comércio*. **Da *vontade***, dada na situação de luta e completamente óbvia, **de repelir o inimigo, surge um *ideal* ou *programa* social, construído racionalmente, uma *tendência* ou um *cálculo* econômico**. De um *povo* unido politicamente surge, de um lado, um *público* culturalmente interessado, e do outro lado em parte *um pessoal da fábrica* e do *trabalho*, em parte uma *massa de consumidores*. Da *dominação* e do *poder* surgem, no polo espiritual, *propaganda* e *sugestão* de *massas*, e no polo econômico *controle*. (Schmitt, 1992, pp. 98-99, grifo nosso)

Nesse quadro de subordinação da política à economia e a ordenações morais, o inimigo é reduzido "a um concorrente, na perspectiva da economia, e a um oponente de discussões, na perspectiva do espírito" (Schmitt, 1992, p. 54), não reconhecendo o liberalismo o antagonismo amigo-inimigo, uma vez que o inimigo não é nem um concorrente, nem um adversário. O inimigo

> é um **conjunto de homens**, pelo menos, eventualmente, isto é, segundo a possibilidade real, *combatente*, **que se contrapõe a um conjunto semelhante**. Inimigo é apenas o inimigo *público*, pois tudo que se refere a tal conjunto de homens, especialmente a um povo inteiro, torna-se, por isto, *público*. Inimigo é *hostis*, e não *inimicus* no sentido lato; *polémios*, não *ekhthrós*. (Schmitt, 1992, p. 55, grifo nosso)

Sendo o inimigo um "conjunto de homens", o político só existe quando se estabelece uma relação entre "nós" e "eles", o que não é possível na concepção do individualismo liberal, que restringe todas as questões e todos os conflitos ao indivíduo.

Entretanto, Schmitt (1992) afirma que o liberalismo, ainda que desejoso por exterminar o Estado e a política e, assim, despolitizar o mundo, não é capaz de fazê-lo, uma vez que, no quadro de dominação sobre os homens, apoiada na base econômica, quando exploradores e oprimidos buscam se defender, eles não o conseguirão fazer com meios econômicos e sim por meio da transformação de oposições econômicas em uma oposição política – lembrando que o político pode emergir a partir de qualquer domínio objetivo. Os detentores do poder econômico tentarão, ressalta Schmitt (1992), impedir

qualquer possibilidade de alteração "extraeconômica" de sua posição de poder, rotulando-as como violência e crime. Mas, ao fazerem isto, terá deixado de existir a sociedade idealizada pelo liberalismo, baseada na troca e nos acordos recíprocos, caracterizada por ser pacífica e justa. Portanto,

> O adversário não se chama mais inimigo, mas em compensação ele é posto *hors-la-loi* [fora da lei] e *hors l'humanité* [fora da humanidade] como agressor e perturbador da paz, e uma guerra levada a efeito para a defesa ou extensão de posições de poder econômico tem de ser transformada pelo emprego da propaganda numa "cruzada" e na "última guerra da humanidade". Assim o exige a polaridade de ética e economia. Nela se mostra em todo caso uma incrível sistemática e consequência lógica, mas também este sistema supostamente apolítico e aparentemente até antipolítico, ou serve aos agrupamentos de amigo e inimigo já estabelecidos, ou conduz a novos agrupamentos destes e não consegue escapar à consequência do político. (p. 105)

Mouffe (1996) está "com" Schmitt no que tange à compreensão do antagonismo (relação amigo-inimigo) como inerente à natureza do político e, assim, na crítica ao individualismo e ao racionalismo liberal. No entanto, está "contra" Schmitt no que se refere à afirmação do pluralismo como uma condição da democracia moderna, questionando, assim, como veremos, a compreensão de Schmitt sobre a inviabilidade da articulação entre a lógica democrática e a lógica liberal.

De acordo com Mouffe (1996), com o fim do socialismo existente e o êxito da democracia liberal

> A questão já não é fazer uma apologia da democracia, mas analisar os seus princípios, examinar o seu funcionamento, descobrir as suas limitações e desenvolver as suas potencialidades. Para tal temos de compreender a especificidade da democracia liberal pluralista como uma forma *política* de sociedade, como um novo regime (*politéia*), cuja natureza, em lugar de ser uma articulação entre a democracia e o capitalismo, como alguns defendem, deve ser procurada exclusivamente ao nível do *político*. (p. 158)

É com esse objetivo que Mouffe (1996) recorre ao trabalho de Carl Schmitt, uma vez que o considera um adversário brilhante e intransigente da democracia liberal, permitindo apontar os pontos fracos desta forma de democracia e as soluções para eles. Para a autora, a crítica de Schmitt à democracia parlamentarista liberal, embora feita no início do século XX, ainda é extremamente pertinente e auxilia a compreender a articulação entre o liberalismo e a democracia e os perigos de se negar o pluralismo liberal.

Segundo a autora, a lógica democrática e a lógica liberal são incompatíveis, portanto, existe um paradoxo na democracia moderna, pois a lógica democrática da equivalência teve que ser articulada à lógica liberal da diferença, implicando o pluralismo liberal na subversão de toda tentativa de totalização da sociedade. Diferente de Schmitt, que diante da incompatibilidade entre estas lógicas entende como inviável a democracia liberal, Mouffe (1996) compreende que a tensão entre estas lógicas é o

> que define a essência da democracia pluralista e faz dela uma forma de governo particularmente adequada ao carácter indeterminado da política moderna. (...). De facto, é esta tensão, que também se apresenta como uma tensão entre a nossa identidade como indivíduos e como cidadãos e entre os princípios da liberdade e da igualdade, que constitui a melhor garantia de que o projecto da democracia moderna está vivo e enformado pelo pluralismo. O desejo de dissolver só poderia conduzir à eliminação do político e à destruição da democracia. (Mouffe, 1996, p. 178)

A compreensão da articulação entre democracia e liberalismo no século XIX é a base da diferenciação entre Mouffe e Schmitt. Deste modo, Mouffe (1996) terá que ressignificar a noção de democracia, proposta por Schmitt, e a noção de liberalismo para conceber sua compreensão de democracia e de natureza do político.

2.2.1 Ressignificação da noção de democracia em Schmitt: o atravessamento do pluralismo na democracia moderna

Segundo Mouffe (1996), é necessário compreender a especificidade da democracia moderna e o papel fundamental desempenhado pelo pluralismo. Assim, ressalta a necessidade de reconhecermos a liberdade individual, a qual Stuart Mill definiu como "a possibilidade de todos os indivíduos procurarem a felicidade da forma que entenderem, de definirem os seus próprios objetivos e tentarem realizá-los à sua maneira" (p. 161). Portanto, o pluralismo significa o abandono da ideia de um bem comum substantivo e da ideia de *eudaimonia* (felicidade) e está no centro do mundo denominado liberal, sendo esta a razão da democracia moderna, como forma política de sociedade, ser caracterizada pela articulação entre o liberalismo e a democracia.

Frente à importância do pluralismo na democracia moderna, Mouffe (1996) localiza o alvo da crítica de Schmitt e, ao mesmo tempo, a "cegueira" deste autor para a singularidade da democracia moderna.

Segundo Mouffe (1996), de acordo com Schmitt, um século de aliança e a luta contra o absolutismo real obscureceram a compreensão de que o liberalismo nega a democracia, e esta nega o liberalismo:

> A democracia, afirma Schmitt, é o princípio segundo o qual os iguais devem ser tratados de um modo igual, o que significa necessariamente que os desiguais não podem ser tratados como iguais**. Segundo ele, a democracia exige homogeneidade, a qual só existe com base na eliminação da heterogeneidade**. Assim, as democracias sempre excluíram tudo o que ameaçava a sua homogeneidade. Considera que **a ideia liberal de igualdade de todas as pessoas enquanto pessoas é estranha à democracia**; é uma ética individualista humanitária, e não uma possível forma de organização política. (Mouffe, 1996, p. 142, grifo nosso)

Nessa medida, para Schmitt, segundo Mouffe (1996), uma democracia da humanidade não é possível, é uma igualdade absoluta, sem correlação com a desigualdade, uma igualdade despida de valor e substância, não tendo, assim, significado. É por negar a

condição de homogeneidade da democracia que em Estados democráticos modernos, que estabeleceram a igualdade humana universal, os direitos iguais sempre implicaram a exclusão daqueles que não pertenciam ao Estado. Como afirmarmos anteriormente, para Schmitt (1992), o conceito de humanidade não é um conceito político, pois exclui o conceito de inimigo, ou seja, a humanidade não pode fazer guerra, na medida em que ela não tem nenhum inimigo, ao menos no planeta Terra.

De acordo com Mouffe (1996), a crítica de Schmitt à articulação entre liberalismo e democracia parte da ideia de que esta articulação originou um regime híbrido caracterizado por dois princípios políticos absolutamente contraditórios: o princípio da identidade, da democracia, e o princípio da representatividade, da monarquia. Para o autor, o princípio do parlamentarismo (prevalência do legislativo sobre o executivo) não pertence ao pensamento democrático, mas sim ao liberal. Diz ele que não foi por razões de escala (impossibilidade da democracia direta numa sociedade de massas) que a democracia representativa foi constituída. Também, para ele, não é no princípio democrático da identidade entre governantes e governados que encontramos a razão de ser do sistema parlamentar, mas no liberalismo, sistema metafísico que possui como princípio básico "que a verdade pode ser alcançada por meio do livre confronto de opiniões" (Mouffe, 1996, p. 159), não existindo uma verdade final, tendo a verdade no liberalismo se transformado em um eterno confronto de opiniões.

Desse modo, para Schmitt, a natureza do parlamentarismo deve ser analisada no processo constitutivo de confronto de opiniões, do qual, supostamente, emerge a vontade política. Portanto, o que seria essencial é a deliberação pública, o debate público, as discussões públicas, a negociação, sem levar em conta a democracia, constituindo-se o elemento representativo o aspecto não democrático da democracia parlamentar, por tornar impossível a identidade entre governantes e governado (Mouffe, 1996), ou seja, a soberania popular.

A negação mútua entre liberalismo e democracia fica clara, segundo Schmitt, de acordo com Mouffe (1996), na crise do sistema parlamentar nas sociedades de massa, onde a discussão pública foi substituída pela negociação partidária e pelo cálculo de interesses, tendo os partidos se transformado em grupos de pressão, "calculando os seus interesses mútuos e as oportunidades de alcançarem o poder, e celebram realmente acordos e coligações nesta base" (Schmitt, 1985, p. 6, citado por Mouffe, 1996, p. 159).

Essa crise do sistema parlamentar para Schmitt ocorreu da seguinte maneira: a ordem parlamentar liberal baseava-se no confinamento de questões controversas (religião, moral, economia) ao domínio privado, de modo a se criar a homogeneidade, condição para a democracia. Assim, separados dos seus interesses conflitantes, os indivíduos podiam discutir e alcançar um consenso racional. Contudo, o desenvolvimento da sociedade moderna de massa implicou a construção de um "Estado total" que, frente às pressões democráticas por expansão de direitos, passou a intervir em um número cada vez maior de áreas da sociedade, fazendo com que a "despolitização" da fase anterior fosse substituída pela politização de todas as esferas. Com isso, o parlamento perdeu não só sua importância, pois muitas decisões passaram a ser tomadas a partir de outros procedimentos, mas também se transformou numa arena de disputa de interesses. Assim, o sistema parlamentar perdeu sua credibilidade porque ninguém acreditava nos seus princípios fundadores, perdendo a democracia parlamentar seu fundamento intelectual (Mouffe, 1996).

Segundo Mouffe (1996), portanto, Schmitt tem como alvo de sua crítica não a democracia, entendida como uma lógica de identidade entre governantes e governado, a qual, para ele, pode inclusive ser compatível com um governo autoritário. Seu alvo é o liberalismo, opondo-se violentamente ao pluralismo, nos termos da verdade no liberalismo ser compreendida como decorrente de um eterno confronto de opiniões, em vez de ser concebida como uma verdade final, como uma identidade entre governante e governados, vinculada ao momento de decisão.

A "cegueira" de Schmitt encontra-se, entretanto, na sua compreensão da democracia, ou melhor, em ser impensável para Schmitt que a democracia moderna se constituiu como um novo regime, uma nova forma política de sociedade, como demonstrou Lefort (1991) ao afirmar a dissolução dos marcos de referência da certeza, dando espaço ao pluralismo. Schmitt não é capaz de compreender que o valor principal da democracia liberal, e o que a faz adequada à democracia moderna, é a impossibilidade de uma relação absoluta entre liberdade e igualdade, ou seja, o caráter de abertura, incompletude e *não realização* da democracia.

Desse modo, segundo Mouffe (1996), para Schmitt, o que "surge como política moderna é apenas a secularização da teologia, uma transformação de conceitos e atitudes teológicos para fins não religiosos" (p. 162), não podendo haver nenhuma forma antes desconhecida de legitimidade.

Diferentemente, Mouffe (1996) considera que, nas sociedades em que ocorreu a revolução democrática,

> é necessário repensar a política democrática de forma a deixar espaço ao pluralismo e à liberdade individual. A lógica democrática da identidade entre governantes e governados não pode só por si garantir o respeito pelos direitos humanos. Em condições em que já não é possível falar do povo como se fosse uma entidade única e homogênea, com uma só vontade geral, será só em virtude da sua articulação com o liberalismo político que a lógica da soberania popular poderá evitar transformar-se em tirania. (pp. 163-164)

Na consideração do pluralismo como característico da democracia moderna, Mouffe (1996), portanto, é contrária à noção de democracia em Schmitt, baseada na homogeneidade e numa ideia de vontade geral que é predeterminada de início, devendo a unidade política ser dada por uma substância comum partilhada pelos cidadãos de modo a serem tratados como iguais. Para Schmitt, segundo Mouffe (1996), a comunidade política pode ser definida a partir de diferentes critérios (raça, religião, qualidades físicas ou morais, destino ou tradição), sendo, desde o século XIX, a qualidade de um membro de uma dada nação que constitui a substância da igualdade democrática. A preocupação de Schmitt com a unidade política, segundo Mouffe (1996), está atrelada ao entendimento de que sem esta unidade não haveria como existir Estado.

Mouffe (1996) não abandona a importância de uma unidade política e, neste sentido, assim como Schmitt (1992), difere de propostas como a de Harold Laski e G. D. H. Cole, discutidas anteriormente, que concebem o Estado como uma associação equivalente a outras formas de associação existentes, não tendo o indivíduo perante ele quaisquer obrigações especiais. Assim, de acordo com a autora: “Qualquer pensamento político implica o reconhecimento dos limites do pluralismo. Não é possível que princípios de legitimidade antagônicos coexistam na mesma associação política; não pode haver pluralismo a esse nível sem que a realidade política do Estado desapareça automaticamente” (p. 176).

A exigência do limite do pluralismo encontra-se diretamente relacionada à noção do antagonismo, na medida em que a negação necessária à constituição dos sujeitos políticos e, portanto, antagônicos, não é possível num terreno da multiplicidade, mas apenas no terreno da divisão. Isto é, afirma Mouffe (2008),

> Como Ernesto Laclau tem afirmado, os dois polos antagônicos estão ligados por uma relação não relacional, eles não pertencem a um mesmo espaço de representação e eles são essencialmente heterogêneos entre eles. (...). Para ser possível a negatividade radical, nós precisamos abandonar a visão imanentista de um espaço social homogeneamente suturado e reconhecer o papel da heterogeneidade. Isto requer renunciar à ideia de uma sociedade para além da divisão e do poder, sem qualquer necessidade de lei ou de estado e onde, em fato, a política deveria ter desaparecido. (s/p, tradução nossa)

Dessa forma, Mouffe não questiona a importância da unidade política, uma vez que o "político" implica a divisão entre "nós" e "eles", e sim que o modo com que Schmitt concebe a homogeneidade da unidade política, a partir de um conceito substancial de igualdade, não permite a afirmação do pluralismo, sendo problemático e potencialmente totalitário.

Nessa medida, a autora compreende que a homogeneidade na democracia moderna deve ser constituída "pelo acordo quanto a um certo número de princípios políticos. Seria a identificação com esses princípios que proporcionaria a substância comum exigida pela cidadania democrática" (Mouffe, 1996, p. 173). A igualdade e a liberdade são concebidas pela autora como os princípios políticos fundamentais da democracia moderna.

Assim como Schmitt, Mouffe (1996) também é crítica à redução das instituições democráticas liberais a meras técnicas instrumentais, que torna improváveis as condições para assegurar um tipo de adesão que garanta uma participação efetiva, ou seja, uma "virtude política", transformando a democracia numa disputa entre elites e os cidadãos em consumidores. Contudo, defende que, como a homogeneidade não deve ser tratada como substancial, faz-se necessária a existência de procedimentos para se alcançar uma determinada vontade geral, não sendo, contudo, estes suficientes para criar a unidade política de uma democracia.

Mouffe (1996) afirma:

> O que proponho é que a adesão aos princípios políticos do regime democrático-liberal seja considerada a base da homogeneidade exigida pela igualdade democrática. Os princípios em questão são os da igualdade e da liberdade e é evidente que eles podem dar origem a muitas interpretações e que ninguém pode pretender ter a interpretação "correcta". Por isso, é essencial estabelecer um certo número de mecanismos e procedimentos para chegar a decisões e para determinar a vontade do Estado no quadro de um debate sobre a interpretação desses princípios. (p. 174)

Dessa forma, Mouffe (1996) se inspira tanto em Hans Kelsen quanto em Schmitt, sendo o primeiro o principal adversário de Schmitt, em razão da crítica à possibilidade de uma homogeneidade substancial, da defesa da democracia parlamentar e da redução da democracia a uma questão de procedimentos. De acordo com Mouffe (1996),

> Kelsen tem razão ao insistir na necessidade de procedimentos que permitam que seja alcançado um acordo em condições em que uma vontade geral única e homogênea não é possível. Porém, está errado ao reduzir a democracia a uma mera questão de procedimento. Por outro lado, num certo sentido, Schmitt tem razão ao afirmar que sem homogeneidade não pode haver democracia. Tudo depende da forma como esta homogeneidade é concebida. No seu *Verfassungslehre* relaciona esta questão com a noção de igualdade e declara que a forma política específica de democracia tem de estar ligada a um conceito substancial de igualdade. **Esta igualdade tem de ser concebida como igualdade política; não pode ser baseada numa ausência de distinção entre pessoas, mas sim fundamentada no facto de se pertencer a uma determinada comunidade política**. (pp. 172-173, grifo nosso)

A compreensão da articulação entre democracia e liberalismo na constituição da democracia moderna também implica, como antes ressaltado, questionar o liberalismo, mais especificamente, o individualismo e o racionalismo liberal.

2.2.2 Crítica ao racionalismo e ao individualismo liberais: o atravessamento do político na democracia moderna

A crítica ao individualismo liberal, segundo Mouffe (1996), é necessária porque, como afirma Schmitt, esta concepção, ao tomar o indivíduo como início e fim (*terminus a quo* e *terminus ad quem*), não é capaz de compreender a formação de identidades políticas, na medida em que não reconhece o critério do político, a sua *differentia specifica*, a saber, a relação amigo-inimigo, a criação de um "nós" em oposição a um "eles". Para Schmitt, de acordo com a autora, e como já abordamos anteriormente, a desconfiança liberal em relação ao Estado e à política é explicada pelo fato do liberalismo basear-se no individualismo, existindo no liberalismo apenas uma crítica liberal da política e não uma política propriamente dita.

Quanto ao racionalismo liberal, segundo Mouffe (1996), em Schmitt, o político encontra-se sempre relacionado ao conflito e ao antagonismo, estando para além do racionalismo liberal, no sentido em que indica "os limites de qualquer consenso racional e mostra que qualquer consenso se baseia em actos de exclusão" (p. 165). Assim, a crença liberal de que o interesse geral decorre da livre discussão de interesses privados, sendo possível alcançar, desta forma, um consenso racional universal, torna o liberalismo cego ao fenômeno político.

A tentativa do liberalismo em relegar questões perturbadoras para o domínio privado, de modo que as regras do procedimento sejam suficientes para administrar a pluralidade de interesses existentes na sociedade, ou seja, a tentativa de aniquilar o político, é fracassada. Para Schmitt, de acordo com Mouffe (1996), e como já abordamos anteriormente, o político não pode ser domado, pois retira energia das mais diversas fontes, podendo qualquer antítese (religiosa, moral, econômica, estética, etc.) tornar-se política, caso seja suficientemente forte para agrupar os indivíduos em torno da relação amigo-inimigo.

Mouffe (1996) afirma que, para defender o liberalismo e, ao mesmo tempo, aceitar as críticas de Schmitt ao individualismo e ao racionalismo, é necessário distinguir o principal contributo do liberalismo para a democracia moderna – o pluralismo e as

instituições características do liberalismo político – de outros discursos apresentados como integrantes da doutrina liberal. Para tanto, Mouffe (1996) recorre a Hans Blumenberg, o qual discute a tese da secularização, formulada por autores como Schmitt e Karl Lowith, e defende, ao contrário destes dois, que "a idade moderna possui uma qualidade verdadeiramente inovadora, sob a forma da ideia da 'auto-afirmação'" (pp. 165-166). Esta qualidade surgiu como resposta à

> degeneração da teologia escolástica em "absolutismo teológico", que para ele [Blumenberg] significa uma série de ideias associadas à fé num Deus onipotente e completamente livre. Em sua opinião, face ao "absolutismo teológico", que fez o mundo parecer totalmente contingente, a única solução foi a afirmação da razão humana (ciência, arte, filosofia, etc.) como medida da ordem e fonte de valores no mundo. (Mouffe, 1996, p. 166)

Assim, a idade moderna, de acordo com Mouffe (1996), apresenta uma efetiva ruptura que coexiste com uma certa continuidade de problemas e não de soluções, de perguntas e não de respostas. Em torno desta questão, Blumenberg, segundo Mouffe (1996), introduziu um dos conceitos que ela considera como um dos mais interessantes: o de "reocupação". Conceito que indica que a secularização significou não a transposição de um conteúdo verdadeiramente teológico para uma alienação secular, mas uma "reocupação de uma posição medieval, uma tentativa de dar uma resposta moderna a uma questão pré-moderna em vez de a abandonar, como o faria uma racionalidade consciente dos seus limites" (Mouffe, 1996, p. 166).

Nesse sentido, segundo a autora, podemos distinguir entre o que é verdadeiramente moderno, a ideia de autoafirmação, e o que, diante da ideia de um progresso necessário e inevitável, assumiu o lugar de reocupação de uma posição medieval. Esta distinção revela que o racionalismo não é

> algo essencial à ideia de autoafirmação humana, a que está ligada a defesa da liberdade individual e do pluralismo, mas como um vestígio da problemática absolutista medieval. Esta ilusão de se dotar a si mesmo dos próprios fundamentos, que acompanhou a tarefa de libertação da teologia levada a cabo pelo iluminismo, pode, portanto, ser reconhecida como tal sem pôr em questão o outro aspecto – que é constitutivo da modernidade – nomeadamente a autoafirmação. É quando reconhece as suas limitações, e quando finalmente se concilia com o pluralismo e aceita a impossibilidade de um controle total e de uma harmonia final, que a razão moderna se liberta da sua herança pré-moderna e da ideia de cosmos. (p. 166)

Portanto, segundo Mouffe (1996), é necessário distinguir o pluralismo ético, presente no liberalismo político, e o discurso do racionalismo para que seja reformulado o ideal de autoafirmação, afastando-se dos ditames universais da razão e do individualismo liberal. De acordo com a autora,

> o projecto de uma "democracia radical e plural", que Ernesto Laclau e eu própria já esboçamos em *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, propõe uma reformulação do projecto socialista que evita simultaneamente as armadilhas do socialismo marxista[14] e da social-democracia, ao mesmo tempo em que faculta à esquerda um novo imaginário, um imaginário que se relaciona com a grande tradição das lutas de emancipação, mas também tem em conta os recentes contributos da psicanálise e da filosofia. Com efeito, **um tal projecto poderia ser definido simultaneamente como moderno e pós-moderno. Persegue o "não realizado projecto da modernidade", mas, ao contrário de Habermas, acreditamos que a perspectiva epistemológica do iluminismo já não tem qualquer papel a desempenhar neste projecto**. Embora esta perspectiva tenha desempenhado um papel importante no surgimento da democracia, tornou-se um obstáculo no caminho para a compreensão daquelas novas formas de política, características das sociedades atuais, que exigem ser abordadas a partir de uma perspectiva não essencialista. Daí a necessidade de recorrermos a ferramentas teóricas elaboradas pelas diferentes correntes do que podemos chamar pós-moderno em filosofia [pós-estruturalismo, psicanálise, hermenêutica pós-heideggeriana, Wittgenstein] e de nos apropriarmos da sua crítica do racionalismo e do subjectivismo. (p. 23, grifo nosso)

O projeto epistemológico do Iluminismo, segundo Mouffe (2009), foi construído sob uma visão positiva da natureza humana que negava o aspecto da hostilidade inerente à sociabilidade humana, concebendo a reciprocidade exclusivamente no sentido da realização do bem. Foi pela negação do "lado negro" da sociabilidade humana que, de acordo com a autora, foi possível aos filósofos iluministas propor a ficção do contrato social, pelo qual a violência e a hostilidade teriam sido eliminadas e que a "reciprocidade poderia tomar a forma de uma comunicação transparente entre os participantes" (p. 131, tradução nossa). A negação da violência como inerradicável fez com que, segundo Mouffe (2009),

> a teoria democrática fosse incapaz de compreender a natureza do político em sua dimensão de hostilidade e antagonismo. Liberais contemporâneos, longe de oferecerem uma visão mais adequada da política, estão, neste sentido, menos dispostos a reconhecerem seu "lado negro" do que os seus antecessores. Como nós temos visto, eles acreditam que o desenvolvimento da sociedade moderna tem definitivamente estabelecido as condições para uma "democracia deliberativa" em que decisões sobre questões de interesse comum resultarão da deliberação pública livre e não constrangida de todos. (p. 132, tradução nossa)

A visão racionalista da natureza humana, com a negação do aspecto negativo da natureza humana, foi, de acordo com Mouffe (2009), o ponto mais fraco do projeto iluminista, não devendo ser visto como uma pré-condição para o projeto democrático.

---

[14] Laclau (1993), ao recorrer ao conceito de "reocupação" em Blumenberg, afirma que este conceito pode ser utilizado para se compreender o "advento das modernas ideologias de transformação radical da sociedade, que reocupam um terreno que, em suas determinações estruturais essenciais, havia sido constituído pela apocalíptica milenarista medieval" (p. 90, tradução nossa). Neste momento, Laclau está utilizando o conceito para criticar o que ele denomina de "momento hegeliano-marxista", caracterizado como um discurso racionalista e naturalista que atribui a um sujeito particular a onipotência de Deus e, na medida em que concebe que este sujeito incorpora a essência humana, entende que a liberdade dele significa a liberdade da humanidade em seu conjunto.

2.2.3 Ressignificação do conceito do político em Schmitt: do antagonismo ao agonismo

Diante da articulação entre liberalismo e democracia, proposta por Mouffe, que acarreta a compreensão da constituição da unidade política de maneira distinta da proposta por Schmitt (1992), e compartilhando com este a crítica ao individualismo e ao racionalismo liberal, que afirma a impossibilidade de um consenso racional, defendido por teóricos como Habermas e Rawls, observa-se uma ressignificação da noção do político no trabalho de Mouffe. Isto não significa que a autora abandone a distinção proposta por Schmitt como inerente ao político – o antagonismo entre "amigo" e "inimigo" –, e sim que Mouffe reconfigura esta distinção de modo que ela seja coerente com o pluralismo, considerado por ela como inerente à democracia moderna.

De acordo com Mouffe (2009), na crítica aos modelos liberais agregativo e deliberativo, é importante propor um modelo de democracia que coloque a questão do poder e do antagonismo como centrais. Nesta medida, segundo a autora, ela e Laclau apresentaram a seguinte tese central no livro *Hegemony and Socialist Strategy*: qualquer objetividade social é constituída através de atos de poder, portanto, toda objetividade social é política, sendo a exclusão inerente à sua própria constituição. A convergência entre objetividade e poder é o que significa, segundo a autora, hegemonia.

O poder, de acordo com Mouffe (2009), não deve ser compreendido como uma relação externa entre duas identidades pré-constituídas, e sim como constituidor das próprias identidades, e qualquer ordem política deve ser entendida como a expressão de uma hegemonia. Isso requer afirmar que nenhum ator social pode atribuir a si mesmo a representação da totalidade da sociedade e reivindicar o domínio de sua fundação, podendo-se observar, neste aspecto, a abertura para o pluralismo.

É na articulação do antagonismo com o pluralismo que Mouffe (2009) elabora uma ressignificação em relação ao conceito do político proposto por Schmitt. A autora concebe uma distinção importante entre duas formas sob as quais o antagonismo pode emergir: como **antagonismo propriamente dito** e como **agonismo**: "*Antagonismo* é a luta entre inimigos, enquanto *agonismo* é a luta entre adversários" (Mouffe, 2009, p. 102-103, tradução nossa).

Dessa maneira, no modelo pluralista agonístico, proposto pela autora, o objetivo da política democrática deve ser transformar antagonismo em agonismo: "Isto requer providenciar canais através dos quais paixões coletivas conquistem modos de expressar

sobre questões que, ainda que permitindo possibilidade suficiente de identificação, não construam o oponente como inimigo, mas como adversário" (Mouffe, 2009, p. 103, tradução nossa).

Essa compreensão do oponente como adversário não implica, contudo, a eliminação do antagonismo, consistindo nisso a diferença em relação à noção liberal de competidor. Nas palavras da autora,

> Concebido do ponto de vista do "pluralismo agonístico", o objetivo da política democrática é construir o "eles" de tal modo que não seja percebido como um inimigo a ser destruído, mas como um "adversário", isto é, alguém que apresenta ideias que nós combatemos, mas cujo direito de defender aquelas ideias nós não podemos colocar em questão. Este é o **significado real da tolerância democrática-liberal**, a qual não requer a condescendência com ideias com as quais nos opomos, ou sermos indiferentes com pontos de vista que nos desagradam, mas tratar aqueles que defendem tais ideias como oponentes legítimos. Esta categoria do "adversário" não elimina o antagonismo, penso, e ela deve ser distinguida da noção liberal do competidor com a qual é algumas vezes identificada. **Um adversário é um inimigo, mas um inimigo legítimo, com o qual nós temos alguma base comum por termos uma adesão compartilhada com os princípios ético-políticos da democracia liberal: liberdade e igualdade. Mas nós discordamos em relação ao sentido e à implementação daqueles princípios, e tal desacordo não pode ser resolvido através da deliberação e da discussão racional**. Deste modo, dado o inerradicável pluralismo de valores, não existe nenhuma resolução racional do conflito, daí sua dimensão antagonística. (Mouffe, 2009, p. 102, tradução nossa, grifo nosso)

Desse modo, é possível que cesse o desacordo entre adversários, mas a aceitação da visão do adversário não significa a erradicação do antagonismo, e sim uma mudança radical na própria identidade política, sendo esta aceitação decorrente mais de uma *conversão* do que de um acordo racional, sendo estes compromissos interrupções temporárias de uma confrontação contínua (Mouffe, 2009).

A autora concorda que uma democracia pluralista demanda uma certa quantidade de consensos e alianças. Mas o consenso, nesta proposta, precisa ser entendido como "consenso conflitivo" em torno dos princípios ético-políticos de liberdade e igualdade, na medida em que existem diferentes e conflitivas formas de interpretar estes princípios, o que significa diferentes e conflitivas formas de concepções de cidadania (neoliberal, democrática-radical, social-democrata, etc.) que buscam cada qual afirmar uma concepção de "bem comum" e implementar uma diferente forma de hegemonia.

Assim, de acordo com Mouffe (2009), um bom funcionamento democrático depende de um conflito vibrante de posições políticas democráticas, devendo-se aceitar que qualquer consenso somente existe como temporário e é a expressão de uma hegemonia provisória.

É importante diferenciarmos a noção de agonismo presente nesta proposta agonística de Mouffe (2009) da noção de agonismo defendida por teóricos que ela

denomina de “teóricos agonistas” ou como pensadores “pós-modernos”[15] – influenciados por Levinas, Arendt, Heidegger e Nietzsche –, na medida em que isso implica uma compreensão distinta do próprio significado do político. De acordo com a autora, estes teóricos defendem uma concepção do político que, sob certas condições, possibilitaria uma congruência absoluta do político com a ética, otimismo que Mouffe (2009) afirma não compartilhar.

De acordo com a autora, teóricos que defendem uma perspectiva ética do político concebem que a política democrática deve objetivar “uma ‘conversação sem fim’ na qual alguém pode constantemente tentar entrar em relações dialógicas com o ‘Outro’” (Mouffe, 2009, p. 129, tradução nossa). Assim, ainda que, como ela, defendam a “necessidade de reconhecer ‘diferenças’ e a impossibilidade de uma reabsorção completa da alteridade” (p. 129, tradução nossa), de acordo com a autora, estes teóricos são incapazes de tratar da dimensão antagonista do político – a qual, se ela, no seu modelo pluralista agonístico defende que deve ser “sublimada” em agonismo, não despreza, muito pelo contrário, compreende que a dimensão antagonista nunca pode ser completamente eliminada (Mouffe, 2009). Segundo a autora,

> Enquanto os democratas deliberativos, com sua ênfase na imparcialidade e no consenso racional, tendem a formular o fim da política democrática no vocabulário da razão moral Kantiana, a segunda visão [perspectiva ética] afasta-se da linguagem da moralidade universal e concebe a democracia não como um empreendimento deontológico, mas como um empreendimento “ético”, como uma perseguição sem fim do reconhecimento do Outro. (p. 129, tradução nossa)

Levinas, Arendt, Heidegger, Nietzsche, filósofos que influenciam essa perspectiva ética do político, segundo Mouffe (2009), possuem diferenças entre si, mas em todos eles, assim como nos democratas deliberativos, não há uma reflexão própria do momento de “decisão”. Momento este que caracteriza o campo do político, estrutura as relações hegemônicas e demonstra que a força e a violência não podem ser eliminadas e nem ser adequadamente apreendidas através da linguagem da ética ou da moralidade (Mouffe, 2009). Isso não significa, segundo a autora, que ela defenda uma dissociação entre a política e a ética ou a moral, mas sim que a relação entre estas questões deve ser feita de um modo distinto da proposta deliberativa ou da perspectiva ética. Para ela, o ponto de origem da distinção refere-se à negação da hostilidade presente, como vimos, na concepção iluminista de sociabilidade humana.

---

[15] Mouffe ressalta (2009) que está tratando não dos comunitaristas que defendem uma ética neo-Aristotélica do bem, e sim das abordagens éticas “pós-modernas”, que, também como ela, criticam a noção de sociedade reconciliada.

Segundo Mouffe (2009), Pierre Saint-Amand demonstrou o papel chave da lógica da imitação na compreensão da sociabilidade humana pelos filósofos iluministas e a repressão por parte deles da dimensão antagonista da imitação, uma vez que enfocavam apenas os efeitos miméticos relacionados à empatia. Deste modo, os filósofos do Iluminismo apresentaram

> uma visão otimista da sociabilidade humana, considerando a violência como um fenômeno arcaico que não pertencia à natureza humana. De acordo com eles, **antagonismo e formas violentas de comportamento, tudo que é manifestação de hostilidade, podem ser erradicadas graças ao progresso da troca e ao desenvolvimento da sociabilidade**. (pp. 130-131, tradução nossa, grifo nosso)

O reconhecimento da natureza ambivalente da imitação, entretanto, segundo Mouffe (2009), demonstra que a rivalidade e a violência não podem estar dissociadas da reciprocidade, a ordem social é sempre ameaçada por elas. Assim, os teóricos que visualizam o político sob as lentes da ética evitam ou não enfatizam o momento da decisão, da divisão, não reconhecendo a natureza hegemônica de todo consenso, concebendo uma política democrática distinta da defendida pela teoria democrática radical e plural. Neste sentido, afirma Mouffe (2009),

> **O tipo de pluralismo que eles [teóricos pós-modernos] celebram implica a possibilidade de pluralismo sem antagonismo, de um amigo sem um inimigo, um agonismo sem antagonismo. Como se, sendo nós capazes de ter responsabilidade pelo outro e engajar com suas diferenças, a violência e a exclusão pudessem desaparecer. Isto é imaginar que existe um ponto onde ética e política podem perfeitamente coincidir, e isto é precisamente o que eu estou negando, pelo fato de que isso significa apagar a violência que é inerente à sociabilidade, violência que nenhum contrato ou diálogo pode eliminar, por constituir uma de suas dimensões**. Sugiro que não é através de tal negação que a política democrática pode ser assegurada e aprimorada. Ao contrário, é por finalmente reconhecer a tendência contraditória presente na troca social e a fragilidade da ordem democrática que nós seremos capazes de compreender o que eu tenho argumentado ser a tarefa confrontante da democracia: como transformar o potencial antagonismo existente em relações humanas em um agonismo. (pp. 134-135, tradução nossa, grifo nosso)

O distanciamento entre essas perspectivas, concentrando-nos em Arendt, alude à distinção entre duas perspectivas de concepção do político: uma que se embasa no aspecto dissociativo do político, o antagonismo é inerente ao político, como é o caso de Schmitt; outra que se embasa no aspecto associativo, a ação conjunta e a deliberação são as condições de concepção do político, como vemos em Arendt. Podemos nos lembrar da consideração de Heller (1991) de que Arendt foi a única filósofa paradigmática da modernidade que não se comprometeu com uma definição do conceito do político que implicasse exclusão ou opressão do outro, afastando-se, assim, de posições como a de Schmitt.

Portanto, ainda que Arendt, assim como Laclau e Mouffe, defenda o pluralismo como fundamental à democracia, ela diverge destes quanto à constituição da unidade

política. Em Arendt temos a compreensão do agonismo sem antagonismo, pautado na troca de opiniões plurais, na intersubjetividade, em direção ao consentimento, como se a violência e a exclusão pudessem desaparecer com o desenvolvimento da sociabilidade. Diferentemente, a concepção de agonismo em Mouffe implica a compreensão dos sujeitos políticos como constituídos a partir de uma negatividade radical, que acarreta necessariamente exclusão, no estabelecimento de uma fronteira política antagônica entre um "nós" e um "eles".

A distinção feita por Foucault entre poder e violência, como também fizera Arendt, e a defesa das práticas de si como uma prática de resistência, exatamente por possibilitar a constituição de um sujeito ético, encaminha-nos para conceber também em Foucault uma concepção do político como um empreendimento ético.

Laclau e Mouffe (1985) afirmam concordar com Foucault "que onde quer que seja que exista poder existe resistência" (p. 152, tradução nossa), contudo, ressaltam que as formas de resistência podem ser muito variadas, só podendo ser considerada política aquela que se torna luta dirigida a colocar fim a relações de subordinação, ou seja, relações baseadas em posições diferenciais entre os agentes sociais, em que um é sujeitado às decisões do outro. A resistência política, como temos visto, na teoria democrática radical e plural, caracteriza-se pela constituição de sujeitos políticos a partir de uma relação antagônica, isto é, da negatividade radical, implicando identificações políticas – "nós" x "eles" – em campos de representação distintos.

Tanto a teoria democrática radical e plural quanto a análise de Foucault sobre as relações de poder têm como utopia a produção de uma sociedade baseada em relações democráticas, que não significa o alcance de uma sociedade reconciliada. Entretanto, na teoria democrática radical e plural, esta utopia implica a construção de um campo social vibrante de disputas políticas entre sujeitos políticos antagônicos que disputam a hegemonia da sociedade. Em Foucault, a dissociação entre poder e violência e o cuidado de si como prática de resistência são concebidos sob a compreensão da hostilidade e da violência poderem ser eliminadas a partir de um desenvolvimento da sociabilidade humana e, assim, da negação do antagonismo. Isto é, da concepção iluminista da sociabilidade humana, não havendo uma reflexão própria sobre o momento da decisão. Diante disto, compreendemos ser possível afirmar uma eticização do político na proposta de Foucault.

Por um lado, Foucault (1982) afirma que o consenso, assim como a violência, não constitui o princípio ou a natureza básica do poder:

> Em si mesmo não é [o poder] uma renúncia de liberdade, uma transferência de direitos, o poder de cada um e de todos delegado para uns poucos; a relação de poder pode ser o resultado de um consentimento a priori ou permanente, mas não é por natureza a manifestação de um consenso. (p. 788, tradução nossa)

Por outro lado, se a relação de poder pode ser resultado de um consentimento, ainda que não seja por natureza a manifestação de um consenso, a violência, como vimos no capítulo anterior, encontra-se completamente dissociada do poder. Ela somente pode implicar a "destruição" do poder, pois seu "polo oposto pode ser somente a passividade" (Foucault, 1982, p. 789, tradução nossa). Estamos, assim, mais próximos de uma noção de poder como uma ação conjunta e de constante reconhecimento do outro do que de uma noção de poder que não nega o caráter inerradicável do antagonismo.

Ao recorrermos às práticas de si, observamos que estas visam exatamente que o indivíduo conheça a si mesmo, de maneira a não se tornar escravo de seus "apetites" e, assim, cuidar dos outros, de modo a não impor suas fantasias, seus desejos e apetites. Tal pressuposição só pode ser possível diante de uma compreensão vinculada ao que expusemos anteriormente na crítica de Mouffe (2009): "Como se, sendo nós capazes de ter responsabilidade pelo outro e engajar com suas diferenças, a violência e a exclusão pudessem desaparecer. Isto é imaginar que existe um ponto onde ética e política pudessem perfeitamente coincidir" (p. 134, tradução nossa).

Dessa forma, podemos conceber que em Foucault é possível falar de agonismo e de uma sociedade sempre aberta a práticas de resistência e na qual os sujeitos se encontram vinculados a um *ethos*. Contudo, o antagonismo não é um elemento fundamental ao político, tratando-se, portanto, de um agonismo sem antagonismo, de uma perseguição sem fim do reconhecimento do Outro, da não concepção de que o campo do político é um campo da divisão, que sempre implicará exclusão.

Essa consideração pode apontar para a razão de não observamos na proposta de Foucault o modo de reconstrução da unidade política frente às práticas de liberdade, ou seja, de não haver uma reflexão própria do momento de "decisão" e, portanto, de articulações hegemônicas, ainda que se afirme a relação entre verdade e poder. O que verificamos é a ênfase na descontinuidade da sedimentação do social, a ruptura com a ordem da "polícia", mas sem ficar claro o segundo momento de qualquer prática política em termos antagônicos: a reconstrução de uma outra hegemonia, que implica necessariamente exclusão.

Cabe-nos considerar que, no entendimento de Foucault (2004c), o consenso deve permanecer como uma meta a ser atingida, mais do que algo que declaramos estar fora do nosso alcance. Diz ele que isto consistiria na defesa do consenso como um princípio crítico e não como um princípio regulador, o que pode ser entendido pelo que dissemos anteriormente, a saber, que o consenso não constitui o princípio ou a natureza básica do poder:

> Não diria princípio regulador, pois seria ir longe demais, porque, a partir do momento em que se diz princípio regulador, admite-se que é em função disso que o fato deve se organizar, dentro dos limites que podem ser definidos pela experiência ou pelo contexto. Diria sobretudo que talvez esta seja uma ideia crítica a ter sempre em mente: perguntar-se qual é a parte de não-consensualidade implicada em tal relação de poder, e se esta parte de não-consensualidade é necessária ou não, e então é possível interrogar qualquer relação de poder desta forma. Em última instância, diria: talvez não se deva ser a favor da consensualidade, mas contra a não-consensualidade. (Foucault, 2004c, p. 224)

Enfim, como vimos no primeiro capítulo, se Foucault (2004b) reconhece que no seu interesse de pesquisa, anterior ao cuidado de si, postulava um sujeito passivo, ainda que livre, no interior de um sistema de coerção, ao tratar então do que seria para ele a constituição do sujeito de uma "maneira ativa" – via o cuidado de si –, esta se caracterizaria exatamente por ser uma constituição "negadora do político" ao se remeter a uma perspectiva ética do político, na qual o momento de decisão, característico do político, não é enfatizado.

Um aspecto a mais a se considerar é a exigência da Razão na concepção de Foucault, tanto sobre o papel do filósofo quanto das práticas de si, na medida em que se busca uma apreensão racional da construção dos jogos de poder e de si mesmo, ou seja, uma autoconsciência. Estaria a emergência do político, assim, mais atrelada a processos de individuação sob a "reocupação da Razão" do que a processos identificatórios em torno de um significante vazio, isto é, de práticas articulatórias que visam preencher a plenitude vazia do social.

Retornando a Mouffe (2009), cabe-nos novamente afirmar que, ainda que se possa construir procedimentos e estratégias que permitam sublimar o antagonismo em torno de uma relação agonística, o antagonismo não pode ser negado:

> Não sonhar com uma reconciliação impossível decorre de reconhecer não somente que a multiplicidade de ideias de bem é irredutível, mas também que **antagonismo e violência são inerradicáveis**. O que fazer com esta violência, como lidar com o antagonismo são questões éticas com as quais uma política democrática-pluralista será sempre confrontada e para as quais nunca se poderá ter uma solução final. (Mouffe, 2009, p. 139, tradução nossa)

A relação entre ética e política, afirma Laclau (2002), só é possível de ser concebida em torno de um "investimento radical", isto é, na sua relação com um significante vazio, que como tal não pode ser nunca plenamente significado, uma vez que

não existe nenhum objeto passível de nomeá-lo plenamente. Assim, o espaço da ética é exatamente aquele entre o que "é" e o que "deve ser", existindo sempre, contudo, um hiato neste caminho, que só pode ser preenchido por uma dimensão normativa que não está vinculada a nenhuma condição fundacional, somente à contingencialidade das articulações antagônicas no campo da discursividade:

> o que é uma experiência ética? (…). Ela está relacionada à experiência do incondicional em um universo inteiramente condicionado. E esta experiência do incondicional é o núcleo de qualquer noção de ética. Se nós dizemos que existe uma distinção radical entre o que "é" e o que "deve ser", esta distância entre os dois é precisamente o que constitui o espaço da ética. Mas esta distância é experenciada através de um certo hiato que não pode ser preenchido plenamente. Devido a isto, a transição do ético para o normativo tem a característica de um investimento radical. (Laclau, 2002, s/p, tradução nossa)

Ressaltamos, por fim, que, como alerta Mouffe (1996), a revolução democrática e, assim, uma democracia pluralista, longe de ser um acontecimento irreversível, pode ser ameaçada, podendo estas ameaças emergir, inclusive, no interior da nossa própria tradição, como se observa no "surgimento de várias formas de fundamentalismo religioso de origem cristã nos Estados Unidos" (p. 177).

2.3 Gramsci e a noção de hegemonia

Como vimos anteriormente, Laclau e Mouffe (1985) questionam a compreensão da teoria marxista em relação à constituição dos sujeitos políticos, à noção de desenvolvimento da história, à expectativa de uma sociedade unitária e homogênea na qual o antagonismo tivesse desaparecido; portanto, questionam a própria compreensão da luta política e do político no marxismo. O foco destas críticas é o essencialismo presente na teoria marxista, o qual acarreta uma determinação última tanto da constituição do sujeito político quanto do desenvolvimento da história. Como veremos a seguir, aquelas críticas são circunscritas em torno do problema do economicismo na teoria da ideologia, no marxismo.

A crítica ao marxismo realizada por Laclau e Mouffe não implicou o não reconhecimento da importância do pensamento marxista, e sim compreendê-lo criticamente, afirmando a necessidade de se conceber as relações sociais como contingentes e a constituição dos sujeitos numa perspectiva pós-fundacionalista. O conceito de hegemonia, "superfície discursiva e ponto nodal fundamental da teorização política Marxista" (Laclau & Mouffe, 1985, p. 3, tradução nossa), é essencial à elaboração do projeto de uma democracia radical e plural. O que fazem os autores é propor uma transformação deste conceito, demonstrando que ele traz implícito uma lógica do social

incompatível com a categoria marxista de “necessidade histórica”: a lógica contingente das relações sociais.

O conceito de hegemonia, segundo Laclau e Mouffe (1985), emergiu na Democracia Social Russa, de modo a preencher um vazio caracterizado pela fraqueza da burguesia russa em cumprir sua tarefa civilizatória de democratização do Estado (luta pela liberdade política), tendo o proletariado que assumir esta tarefa, ou seja, um papel que não cabia a ele como proletariado. Tal “contingência”, contudo, não implicou a alteração da compreensão da ordem de aparecimento dos agentes (revolução burguesa e depois uma revolução proletária), da concepção da natureza da tarefa (cabia à burguesia a democratização do Estado, ainda que o proletariado assumisse tal tarefa), da concepção da identidade do agente social (a identidade de classe se constitui no interior das relações de produção). A relação hegemônica, portanto, era entendida apenas como um *complemento* da necessidade histórica afirmada na teoria marxista, da determinação em última instância das relações econômicas no processo histórico, estando aquela relação limitada por estas determinações teóricas. Assim, a contingência era um mero “resto” do determinismo estrutural.

Foi no intuito não de definir um novo tipo de relação, de romper com este determinismo estrutural, e sim como um meio de preencher um hiato na cadeia da necessidade histórica que o conceito de hegemonia, portanto, foi utilizado na tradição marxista, segundo Laclau e Mouffe (1985). No interior desta tradição, Gramsci foi, segundo os autores, o que mais alargou o terreno do político e da hegemonia e, assim, o que mais se distanciou do reducionismo economicista presente na teoria marxista e, consequentemente, o que melhor compreendeu o conceito de hegemonia.

Mouffe (1979), ao abordar a teoria da ideologia no marxismo, compreende que esta foi uma das áreas mais negligenciadas na análise marxista da sociedade, ainda que seja uma área chave a esta análise, na medida em que envolve questões não apenas teóricas, mas também políticas. Os vários obstáculos que barraram o desenvolvimento de uma teoria da ideologia no marxismo, que explicasse de maneira clara o significado e o papel da ideologia, procedem do economicismo presente na teoria marxista. Afirmação que, segundo Mouffe (1979), apresenta-se complexa, na medida em que o problema do economicismo em relação à teoria da ideologia aparece de formas distintas no desenvolvimento da teoria marxista. Compreende a autora que a problemática economicista da ideologia apresenta duas facetas intimamente relacionadas, mas distintas:

> **A primeira consiste em ver um vínculo causal entre a estrutura e a superestrutura e em compreender esta última como puramente uma reflexão mecânica da base econômica**. Isto conduz a ver as superestruturas ideológicas como um epifenômeno que não desempenha nenhum papel no processo histórico. **A segunda faceta não está relacionada com o papel das superestruturas, mas com sua natureza atual, e deste modo, são concebidas como sendo determinadas pela posição dos sujeitos na relação de produção**. (p. 169, tradução nossa, grifo nosso)

Desse modo, faz-se importante, segundo Mouffe (1979), compreender as várias formas como essas duas facetas foram combinadas na tradição marxista. Para nosso objetivo, neste capítulo – delimitar o conceito do político a ser utilizado na tese –, nos remeteremos apenas a considerações de Laclau e Mouffe (1985) e de Mouffe (1979) sobre a articulação daquelas duas facetas em Gramsci[16].

Os primeiros textos de Gramsci são, segundo os autores, estritamente leninistas, no sentido em que mantêm a ideia de interesses pré-constituídos dos agentes sociais, o que é compatível com a noção de "aliança de classes" desenvolvida por Lênin. Por um lado, afirmam Laclau e Mouffe (1985), Lênin compreendia a necessidade de diferentes setores da sociedade construírem uma "aliança de classes" na construção da luta política, distanciando-se de uma perspectiva segregadora da classe trabalhadora, que concentrava a legitimidade revolucionária apenas nesta; por outro lado, se Lênin entendia que a relação hegemônica se estabelecia em um campo (campo político) diferente daquele no qual se constitui a identidade dos agentes sociais (economia), a "aliança de classes" no campo político não alterava a natureza da identidade prévia dos agentes sociais, concebidas racionalmente sob a forma de interesses, sendo o campo político um campo de representação de interesses.

Assim, segundo Laclau e Mouffe (1985), a relação hegemônica se caracterizava em Lênin pela transferência do privilégio ontológico da classe trabalhadora para a liderança política da massa e não por uma articulação da identidade da classe trabalhadora com a pluralidade de reivindicações democráticas, concebendo estas últimas como passos necessários, mas transitórios, na perseguição dos objetivos classistas. Portanto, a centralidade atribuída à classe trabalhadora na "aliança de classes" não é uma decorrência da prática articulatória, mas de uma centralidade ontológica e, ao mesmo tempo, de um privilégio epistemológico que concebe o proletariado como a classe "universal", ou

---

[16] Nestas obras, os autores remetem-se, além de Gramsci, a autores como Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Eduard Bernstein, Sorel, Vladimir Lênin.

melhor, o seu partido como o depositário do conhecimento sobre o desenvolvimento da história (Laclau & Mouffe, 1985).

A originalidade de Gramsci encontra-se na sua concepção de liderança, não a reduzindo ao caráter meramente político, como fez Lênin, e sim produzindo um movimento do plano político para o plano intelectual e moral:

> enquanto a liderança política pode ser estabelecida sobre uma coincidência conjuntural de interesses em que os setores participantes mantêm suas identidades separadas, a liderança moral e intelectual requer que um conjunto de "ideias" e "valores" seja compartilhado por um número de setores – ou, para usar nossa própria terminologia, que certa posição de sujeito atravesse um número de setores de classe. **Liderança intelectual e moral constitui, de acordo com Gramsci, uma síntese superior, uma "vontade coletiva", que, através da ideologia, torna-se o cimento orgânico que unifica um "bloco histórico**". (Laclau & Mouffe, 1985, pp. 66-67, tradução nossa, grifo nosso)

É importante, então, abordarmos os três graus de consciência política propostos por Gramsci:

> a) o momento da economia primitiva, no qual a consciência dos interesses profissionais próprios do grupo são expressos, mas não são ainda expressos seus interesses como classe social;
> b) o momento econômico político, no qual a consciência de interesse de classe é expressada, mas somente num nível econômico;
> c) o terceiro momento é aquele da *hegemonia*, em que o grupo torna-se consciente que seus interesses corporativos próprios, no seu desenvolvimento presente e futuro, transcendem os limites corporativos de classe puramente econômica, e podem e devem se tornar os interesses de outros grupos também subordinados. Para Gramsci é neste momento que se situa o momento especificamente político, que é caracterizado pela luta ideológica que busca forjar uma unidade entre objetivos econômico, político e intelectual. (Mouffe, 1979, p. 180, tradução nossa)

Como afirma Mouffe (1979), a "vontade coletiva", em Gramsci, é formada através da ideologia e sua constituição depende de uma unidade ideológica que sirva de cimento para a articulação entre diferentes grupos sociais, alterando a própria identidade de cada um destes grupos na construção de uma hegemonia. Nesta medida, é fundamental compreendermos a relação estabelecida entre os componentes do "bloco hegemônico" e, assim, a própria noção de ideologia em Gramsci, de modo a entender como é possível forjar uma unidade ideológica entre diferentes grupos sociais de maneira que esta constitua um sujeito político singular (Mouffe, 1979).

A primeira mudança introduzida por Gramsci em relação à problemática economicista da ideologia é a concepção da materialidade da ideologia. De acordo com Mouffe (1979), Gramsci concebe a ideologia nem como uma falsa consciência dos agentes sociais, nem como um sistema de ideias, opondo-se a concepções epifenomênicas que reduzem a ideologia a uma mera aparência, sem nenhuma eficácia (Mouffe, 1979).

Gramsci compreende que é no terreno da ideologia que o homem se move, ganha consciência e luta. Assim, entende a ideologia como um campo de batalha, como uma luta

contínua, o que implica compreender que a aquisição da consciência pelo homem não se faz individualmente, e sim sempre mediada pelo terreno ideológico, no qual dois princípios hegemônicos se confrontam (Mouffe, 1979).

Essa mudança na concepção da ideologia faz com que se entenda que os sujeitos não são originalmente dados, e sim "sempre produzidos pela ideologia através de um campo ideológico socialmente determinado, de modo que a subjetividade é sempre o produto da prática social" (Mouffe, 1979, p. 186, tradução nossa). A ideologia, portanto, possui uma existência material, é materializada em práticas, organizando as ações dos sujeitos.

Dessa maneira, segundo Mouffe (1979), para Gramsci, as visões-de-mundo nunca são fatos individuais, mas expressão de uma vida comum de um bloco social, por isso chamadas por ele de "ideologias orgânicas". São estas ideologias orgânicas que

> "organizam as massas humanas" e que servem como o princípio informativo de todas as atividades individuais e coletivas, uma vez que é através delas que o homem adquire todas as suas formas de consciência. Mas, se é através das ideologias orgânicas que o homem adquire todas as suas formas de consciência, e se estas ideologias orgânicas são as visões-de-mundo de blocos sociais determinantes, isso significa que todas as formas de consciência são necessariamente políticas. (Mouffe, 1979, p. 186)

Essa materialidade da ideologia, implica, portanto, compreendermos o caráter político das visões-de-mundo, mas, sobretudo – e isso tem uma importância grande para a psicologia social –, que a subjetividade não é "uma irrupção de uma consciência individual no interior da história" (Mouffe, 1979, p. 186, tradução nossa), de uma consciência que é dada a partir da posição social do indivíduo. A subjetividade é concebida como produzida no terreno ideológico no qual o indivíduo constitui sua consciência, ou seja, "a ideologia é o que cria os sujeitos e os faz agir" (p. 187, tradução nossa).

Outro aspecto importante introduzido por Gramsci, no que se remete à compreensão da ideologia, segundo Mouffe (1979), é a sua consideração referente à natureza material e institucional das práticas ideológicas. São os intelectuais, para Gramsci, os agentes responsáveis pelas práticas ideológicas, os quais devem elaborar e difundir as ideologias orgânicas, bem como realizar a reforma intelectual e moral. Mas estas práticas apresentam estrutura material e institucional e são elaboradas e difundidas através do que Gramsci denominou de "aparatos hegemônicos". Estes aparatos são diversos – escola, igreja, mídia, arquitetura, nome de ruas – e no seu conjunto constituem a "estrutura ideológica" de uma classe dominante. O nível da superestrutura, sob o qual as ideologias

são elaboradas e difundidas, foi chamado por Gramsci de “sociedade civil” (Mouffe, 1979).

Ressalta Mouffe (1979) que Gramsci não apenas rompe com a concepção epifenomênica da ideologia, que consiste em uma parte da problemática economicista da ideologia; ele também questiona a concepção que faz da ideologia uma função da posição de classe dos sujeitos, este o aspecto mais importante e original de seu trabalho.

Segundo Mouffe (1979), para Gramsci, “os sujeitos da ação política não podem ser identificados como classes sociais” (p. 189, tradução nossa). São eles vontades coletivas que se constituem no terreno da ideologia, através de uma articulação ideológica-política de vontades dispersas, com objetivos heterogêneos, em torno de um objetivo comum baseado numa concepção comum e igual de mundo (Laclau & Mouffe, 1985). Portanto, sendo as vontades coletivas sujeitos “inter-classes”, segundo Mouffe (1979), não é possível reduzir o sujeito, no nível político, a sujeitos (classes sociais) que existem no nível econômico.

Diante dessas considerações, retomando a questão sobre como a unidade ideológica entre diferentes grupos sociais pode ser constituída, de acordo com Mouffe (1979), em Gramsci esta constituição não pode ser entendida nas bases de uma problemática reducionista da ideologia, ou seja, como uma imposição da ideologia de classe do grupo principal sobre os grupos aliados. A constituição da unidade ideológica em Gramsci deve ser compreendida a partir da reforma intelectual e moral, a qual está articulada à compreensão de que “a hegemonia de uma classe fundamental consiste na criação de uma ‘vontade coletiva’” (p. 191, tradução nossa).

Dessa maneira, segundo Mouffe (1979),

> **A criação de uma nova hegemonia implica a transformação do terreno ideológico prévio e a criação de uma nova visão-de-mundo que servirá como um princípio unificador para uma nova vontade coletiva**. Este é o processo de transformação ideológica que Gramsci designa com o termo **“reforma intelectual e moral”**. (p. 191, tradução nossa, grifo nosso)

A autora ressalta, então, que a reforma intelectual e moral não significa uma ruptura total com a visão-de-mundo existente e a formulação de uma visão-de-mundo completamente nova e construída previamente, e sim uma rearticulação dos elementos ideológicos existentes. A visão-de-mundo deve incluir elementos ideológicos de variadas fontes, decorrendo sua unidade

> de um princípio articulador que sempre será fornecido pela classe hegemônica. Gramsci chamou este princípio articulador de *princípio hegemônico*. Ele nunca definiu este termo muito precisamente, mas parece tratar de um sistema de valores cuja realização depende do papel central jogado pela **classe fundamental ao nível das relações de produção.** Dessa forma, a direção intelectual e moral exercida por uma classe fundamental em um sistema hegemônico consiste em providenciar o princípio articulador da visão-de-mundo comum, o sistema de valor pelo qual os elementos ideológicos provenientes de outros grupos serão articulados, de modo a formar um sistema ideológico unificado, isto é, uma ideologia orgânica. (...) é pela sua articulação com o princípio hegemônico que os elementos ideológicos adquirem seu caráter de classe, que não é intrínseco a eles. Isto explica o fato de que eles podem ser "transformados" pela sua articulação com um outro princípio hegemônico. A luta ideológica consiste de um processo de *desarticulação-articulação* de elementos ideológicos em uma luta entre dois princípios hegemônicos pela apropriação destes elementos; isso não consiste na confrontação de duas visões-de-mundo já elaboradas e fechadas. Os conjuntos ideológicos existentes em um dado momento são, dessa forma, o resultado de relações de forças entre os princípios hegemônicos rivais, e eles são submetidos a um processo perpétuo de transformação. (Mouffe, 1979, pp. 193-194, tradução nossa, grifo nosso)

Gramsci, dessa maneira, produz deslocamentos importantes em relação à problemática economicista da ideologia: opôs-se a uma concepção epifenomênica da ideologia, afirmando a natureza material da ideologia e, assim, possibilitou compreender os sujeitos como constituídos no terreno ideológico; afirmou os sujeitos políticos não como classes, mas como vontades coletivas resultantes da articulação de elementos ideológicos distintos, sendo o conteúdo da vontade coletiva dependente de fatores históricos e de relações de força existentes em um momento particular da luta pela hegemonia; concebeu que os elementos ideológicos diversos que constituem a vontade coletiva não possuem um caráter de classe intrínseco, este caráter depende da articulação com o princípio hegemônico.

Ademais, Mouffe (1979) ressalta que a concepção de hegemonia em Gramsci também possibilitou avanços na concepção de política, em relação àquela defendida por uma concepção economicista de ideologia. Para a autora, o principal erro da concepção economicista, referente à compreensão epifenomênica e reducionista da superestrutura, manifesta-se, no domínio da política, a partir de uma concepção instrumental do Estado e da política que identifica o Estado ao aparato repressivo e separa a política de sua relação com a luta ideológica.

Gramsci, ao conceber o Estado de maneira relacionada com a concepção de hegemonia, segundo Mouffe (1979), recupera a dimensão esquecida da política no sentido de atribuir à luta ideológica o aspecto fundamental da luta política, tornando-se a política uma dimensão presente em todos os campos da atividade humana. Afirma que "se nenhum indivíduo pode tornar-se um sujeito exceto através da sua participação em um 'homem-massa', não existe nenhum aspecto da experiência humana que escape à política" (p. 201, tradução nossa). Esta concepção de política faz possível compreender o problema do poder

de maneira completamente nova, localizando-o não no aparato repressivo do Estado, e sim entendendo-o como exercido em todos os níveis da sociedade – o poder é uma "estratégia".

Apesar desses deslocamentos, Laclau e Mouffe (1985) afirmam que há uma incoerência na compreensão de Gramsci que impede uma completa superação do economicismo: o princípio que unifica o sistema ideológico, articulando todos os elementos ideológicos, é sempre um princípio articulador singular e a expressão de uma classe fundamental ao nível das relações de produção, como vimos na citação de Mouffe (1979) apresentada na página anterior. Nem a unicidade deste princípio articulador, nem o seu necessário caráter de classe são, segundo Laclau e Mouffe (1985),

> **resultados contingentes da luta hegemônica, mas um modelo estrutural necessário, dentro do qual toda luta ocorre**. A hegemonia de classe não é um resultado prático completo, mas tem uma fundação ontológica última. A base econômica pode não assegurar a vitória última da classe trabalhadora, já que isso depende da sua capacidade para a liderança hegemônica. Entretanto, a falha na hegemonia da classe trabalhadora somente será seguida por uma reconstituição da hegemonia burguesa, de modo que, no fim, a luta política é ainda um jogo de soma-zero entre classes. Este é o núcleo essencialista inerente que continua presente no pensamento de Gramsci, **definindo um limite para a lógica desconstrutiva da hegemonia**. Afirmar, entretanto, que a hegemonia deve sempre corresponder a uma classe econômica fundamental não é meramente reafirmar a determinação em última instância pela economia; é também postular que, na medida em que a economia constitui o limite intransponível para o potencial de recomposição hegemônica da sociedade, a lógica constitutiva do espaço econômico não é em si mesma hegemônica. Aqui o preconceito naturalista, que vê a economia como um espaço homogêneo unificado por leis necessárias, aparece mais uma vez com toda a sua força. (p. 69, tradução nossa, grifo nosso)

De modo a conceber a hegemonia a partir de uma lógica desconstrutiva, ou seja, como uma lógica da articulação e da contingência, Laclau e Mouffe se apoiam numa epistemologia pós-fundacionalista que abordaremos na próxima seção.

Cabe-nos, contudo, já considerar as principais consequências decorrentes da superação deste último reduto do reducionismo de classe observado em Gramsci, ou seja, da superação da determinação da vontade coletiva por um princípio hegemônico que corresponde a uma classe fundamental constituída ao nível das relações de produção:

a) "a não fixidez tem se tornado a condição de toda identidade social" (Laclau & Mouffe, 1985, p. 85, tradução nossa). Assim, a identidade social é puramente relacional, não sendo possível alcançar nunca uma sutura final;

b) diante da inexistência de um vínculo necessário entre a hegemonia e uma classe fundamental, bem como de uma tarefa determinada a priori para cada classe social:

- no campo da subjetividade política, deve-se compreender que não há um vínculo necessário entre socialismo e agentes sociais concretos, este vínculo

decorre estritamente da relação hegemônica. Deste modo, concebe-se que a era de sujeitos privilegiados da luta anticapitalista foi superada;

- no que se refere aos "novos" movimentos sociais, não é possível analisá-los a partir das duas tendências dominantes de pensamento: uma que os consideram como marginais ou periféricos em relação à classe trabalhadora (visão ortodoxa marxista), ou como substitutos desta classe que devem ser integrados dentro do sistema (Marcuse); outra que afirma uma natureza a priori progressista destes movimentos sociais. O sentido político destes movimentos sociais depende somente da articulação hegemônica entre lutas e demandas.
- quanto à relação entre as diferentes posições de sujeito, é necessário compreender que não basta afirmar a existência de diferentes lutas e demandas, mas também que a articulação entre elas não pode ser entendida como entre elementos plenos e dissimilares; deve-se radicalizar o conceito de sobredeterminação[17].

2.4 Pós-fundacionalismo: indecidibilidade, sujeito e hegemonia

Até este momento pudemos ver que o conceito do político para Laclau e Mouffe é compreendido a partir:

a) da consideração de que a revolução democrática produziu um novo regime simbólico em decorrência da dissolução dos marcos de referência da certeza (Lefort, 1991), tornando a indeterminação e a pluralidade de valores fundamentos da sociedade. Este novo regime, denominado de democracia moderna liberal, é marcado pela tensão entre a tradição democrática, que enfatiza a igualdade, e a tradição liberal, que enfatiza o pluralismo. Cabe

---

[17] Laclau e Mouffe (1985) retomam o conceito de *sobredeterminação* da obra de Althusser, cuja formulação tem como campos originais a psicanálise e a linguística. O conceito de sobredeterminação é definido por Freud, segundo os autores, como um tipo muito específico de fusão, "que implica uma dimensão simbólica e uma pluralidade de significados. O conceito de sobredeterminação é constituído no campo do simbólico e não tem nenhum significado fora deste campo" (p. 97, tradução nossa). Segundo Laclau e Mouffe (1985), o significado potencial mais profundo do uso deste conceito por Althusser foi ter permitido afirmar que o social se constitui como uma ordem simbólica, o que implica a inexistência de uma literalidade última que o reduziria a momentos necessários de uma lei imanente. Assim, "não existem dois planos, um da essência e outro da aparência, já que não existe possibilidade de se fixar um sentido literal *último*, através do qual o simbólico deva ser um plano de significação secundário e derivado" (p. 98, tradução nossa). Esta compreensão faz com que se negue qualquer essência à sociedade ou aos agentes sociais, sendo a regularidade destes decorrente de formas precárias de fixação no interior de determinada ordem social.

ressaltar que Laclau e Mouffe se afastam da proposta de democracia liberal dos autores deliberativos, como Habermas e Rawls, na medida em que distinguem o liberalismo político (pluralismo) e a concepção epistemológica do liberalismo (racionalismo, individualismo). Assim, concebem, por um lado, o pluralismo como condição necessária à democracia moderna e rejeitam, por outro lado, o racionalismo e o individualismo, sob os quais os autores deliberativos fundamentam a possibilidade de um consenso sem exclusão;

b) da distinção fundamental do político, o antagonismo entre amigo-inimigo, proposta por Schmitt (1992). Distinção ressignificada por Mouffe (1996) na medida em que, ao contrário de Schmitt, enfatiza a necessidade de se reconhecer o pluralismo como condição da democracia moderna. Desta maneira, propõe a autora o modelo pluralista agonístico, o qual mantém a compreensão de que o antagonismo é inerradicável, mas no regime democrático liberal deve-se objetivar a transformação do antagonismo em agonismo. A noção de agonismo neste modelo difere da concebida por teóricos que, ao proporem uma junção entre ética e política, acabam por rejeitar o antagonismo, invisibilizando o momento da decisão e defendendo um agonismo sem antagonismo. Neste sentido, propusemos um distanciamento das propostas de Arendt e de Foucault em relação à teoria democrática radical e plural;

c) da crítica ao reducionismo economicista na tradição marxista e a qualquer outro traço essencialista da sociedade e do indivíduo. Concebem os autores que a concepção de hegemonia em Gramsci tem um importante valor para a compreensão do político, na medida em que se caracteriza por uma novidade na tradição marxista: compreensão da natureza relacional das identidades, compreendendo os sujeitos políticos não como classes, mas como “vontades coletivas”. Entretanto, Gramsci não radicaliza a sua crítica ao economicismo marxista na medida em que defende que o princípio articulador da hegemonia é fornecido por uma “classe fundamental” constituída nas relações de produção. Os autores, então, buscam ultrapassar este último reduto do economicismo na tradição marxista, compreendendo ser a hegemonia uma categoria central para a teorização do político.

É como um modo de construir um "elo" entre esses três posicionamentos, a fim de afirmarem uma concepção de sujeito e de hegemonia de um ponto de vista político, que Laclau e Mouffe adotam uma perspectiva pós-fundacionalista, sendo de grande importância a abordagem desconstrutiva, postulada por Derrida, e a psicanálise lacaniana, nossos focos nesta discussão.

Laclau (2005b) afirma que a "desconstrução" é muito relevante para duas dimensões do político, na oposição deste ao social[18]: a noção do político como um momento instituinte; a incompletude de todos os atos de instituição política. A abordagem desconstrutiva enfatiza o caráter contingente de todos os atos de instituição política, afirmando a indecibilidade como constitutiva da sociedade (Laclau, 2005b).

A partir da abordagem desconstrutiva, a dinâmica política pode ser concebida, segundo o autor, como um processo de "de-sedimentação" e, ao mesmo tempo, de "de-totalização". O que significa entender o social como um momento de sedimentação, portanto, de naturalização das relações sociais, e o político como um momento instituinte, de "reativação", que visibiliza o caráter contingente da sociedade ("de-sedimentação"). Ou seja, que demonstra que não há nenhuma lógica endógena subjacente à sociedade e, deste modo, nenhuma possibilidade de existência de um "locus no qual uma ordem soberana possa ser pronunciada" (Laclau, 2005b, p. 49, tradução nossa), sendo a incompletude constitutiva da instituição política ("de-totalização").

Assim, como aponta Laclau (2002),

> Desconstrução consiste em descobrir a indecidibilidade das coisas que são apresentadas como juntas ou separadas. Então, desconstrução envolve dois tipos de operação. Por um lado, ela mostra que, entre duas coisas que têm sido concebidas como sendo essencialmente ligadas, existe algum tipo de indecidibilidade que previne [*prevents*] que elas sejam concebidas juntas. Por outro lado, desconstrução também envolve mostrar que, entre duas coisas que são originalmente apresentadas como separadas, existe alguma quantidade de contaminação. (s/p, tradução nossa)

Para Laclau (2005b), "o tema central da desconstrução é a produção discursiva-política da sociedade" (p. 61, tradução nossa) e a abordagem da desconstrução ressignifica a teoria política em dois sentidos:

> a) **Alarga o campo da indecidibilidade estrutural**; e b) **abre o campo para uma teoria da decisão** em um terreno indecidível. Na medida em que a primeira dimensão é colocada, nós temos o terreno da indecibilidade como um conjunto de lógicas quase transcendentais (arche-trace, *différance*, suplementarity, iterability, re-march). Na medida em que a segunda dimensão é colocada, a pluralidade de mudanças possíveis naquele terreno da indecidibilidade requer uma teoria da decisão. (p. 50, tradução nossa, grifo nosso)

---

[18] A distinção proposta por Laclau (2005b) entre político e social pode ser entendida como semelhante à distinção feita por Mouffe (2009), citada na introdução desta tese, entre político e política.

Nesse quadro teórico nos deparamos, assim, com uma importante contribuição da desconstrução para a lógica hegemônica, central à teorização sobre o político: a tomada de decisão no terreno da indecibilidade.

Uma decisão no interior de uma estrutura indecidível não pode ser realizada a partir de um princípio, a priori, externo à própria decisão, sendo ela, nos termos de Derrida, segundo Laclau (2005b), estranha à ordem do cálculo e da regra. O indecidível não é uma mera oscilação ou tensão entre duas decisões possíveis. A decisão questiona, de início, a universalidade da regra, já que "é alguma coisa outra e mais do que um efeito derivado de uma regra de cálculo" (Laclau, 2005b, p. 55, tradução nossa). Assim, segundo Laclau (2005b), a singularidade da decisão não pode afirmar o que ela tem excluído de início: a universalidade da regra.

Cabe-nos ressaltar que essa compreensão da decisão no terreno da indecidibilidade não significa afirmar um "puro decisionismo", pois, como afirma Laclau (2003a), não existir nenhum limite apriorístico à decisão não significa a ausência absoluta de limites. Estes limites não apriorísticos são "o conjunto de práticas sedimentadas que constituem o marco normativo de uma certa sociedade. Este marco pode experimentar profundos transtornos que requeiram drásticas recomposições, mas nunca desaparece até ao ponto de necessitar de um ato de refundação *total*" (p. 89, tradução nossa).

A decisão, nesse sentido, requer levar em conta as regras existentes numa certa sociedade, sendo sempre realizada dentro de um determinado contexto. A indecidibilidade deve ser entendida como uma *indecidibilidade estruturada*, sendo a desconstrução parcial do sistema de regras o que torna a decisão imperativa (Laclau, 2005b).

Assim, concebe Laclau (2003a) que

> o sujeito que toma a decisão é somente *parcialmente* um sujeito; ele é também um cenário de práticas sedimentadas que organizam um marco normativo que opera como uma limitação sobre o horizonte de opções. Mas, se este cenário persiste através da contaminação do momento da decisão, eu diria, além disso, que a decisão persiste através da subversão deste cenário. (p. 90, tradução nossa)

Conceber a relação entre indecibilidade e decisão, de acordo com Laclau (2005b), requer entendê-la juntamente com a concepção de sujeito. Para tanto, o autor recorre à psicanálise lacaniana, mais especificamente à falha estruturante do sujeito e à noção de identificação.

De acordo com Laclau (2005b), "o sujeito é a distância entre a indecidibilidade da estrutura e a decisão" (p. 56, tradução nossa), estando esta concepção articulada à compreensão do "deslocamento" como "o traço da contingência no interior da estrutura"

(p. 56, tradução nossa), este decorrente não de uma imperfeição empírica, mas uma inscrição na própria lógica da estrutura.

A contingência significa que

> nenhum sistema pode ser plenamente protegido da indecidibilidade de suas fronteiras (isto é, nenhum sistema pode ser uma eternidade Spinoziana), mas isso é equivalente a dizer que as identidades internas àquele sistema serão constitutivamente deslocadas e que este deslocamento mostrará sua contingência radical. (Laclau, 2005b, p. 56, tradução nossa)

Desconstruir um sistema, portanto, é o mesmo

> que mostrar sua indecidibilidade, a distância entre a pluralidade de arranjos que são possíveis e o arranjo atual que tem finalmente prevalecido. A isso podemos chamar de uma decisão, na medida em que: a) ela não é predeterminada pelos termos "originais" da estrutura; b) ela requer sua passagem através da experiência da indecidibilidade. O momento da decisão, o momento da loucura, é o salto da experiência da indecibilidade para o ato criativo, uma ordem [*fiat*] que requer sua passagem através daquela experiência. Como nós temos dito, este ato não pode ser explicado em termos de qualquer mediação racional subjacente. Este momento da decisão, como alguma coisa deixada a si mesma e incapaz de providenciar suas bases através de qualquer sistema de regras transcendente a si mesmo, é o momento do sujeito. (Laclau, 2005b, p. 57, tradução nossa)

A condição de emergência do sujeito, que, portanto, é a mesma da decisão, já que o momento da decisão é o momento do sujeito, é aquela de uma distância intransponível entre a falha constitutiva do sujeito em ser, que é a fonte de toda decisão, e o processo de identificação que possibilita um ser necessário para atuar no mundo. Assim, o sujeito está condenado à liberdade não porque ele não tem uma identidade estrutural, mas pelo fato da falta ser uma condição estrutural de sua identidade; o sujeito é parcialmente autodeterminado e esta autodeterminação é afirmada através do processo de identificação. Portanto, a identificação é inerente à decisão.

Ressalta Laclau (2005b) que o fato de não existir um objeto que preencha plenamente a falta inerente ao sujeito não significa a eliminação de sua necessidade, o objeto é constantemente buscado, existindo no sentido da presença de sua ausência. A decisão não expressa uma "identidade" do sujeito (o que ele é) e sim requer atos de identificação situados no "salto da indecidibilidade para o ato criativo", afirmando um conteúdo particular, por um lado; visando exatamente preencher a presença da ausência, por outro. Entretanto, qualquer objeto com o qual o sujeito se identifique nunca terá a medida comum relativa ao objeto total, qualquer representação deste objeto total é constitutivamente inadequada.

A decisão, portanto, implica uma *simulação*, ou seja, no terreno da indecidibilidade, mesmo sabendo que não se tem a onisciência de Deus, a decisão se faz urgente, atuando o sujeito como se fosse Deus, a fim de tentar preencher os hiatos resultantes da própria

ausência de Deus na terra. O conteúdo da decisão, nesta medida, segundo Laclau (2005b), é secundário em relação à própria necessidade da decisão.

A passagem da universalidade da regra para a singularidade da decisão e vice-versa decorre "da divisão da decisão entre seu conteúdo atual e a função deste conteúdo de incorporar a plenitude ausente do sujeito" (Laclau, 2005b, p. 60). Como esta plenitude se expressa apenas a partir de conteúdos que não possuem nenhuma medida comum com ela, uma pluralidade de conteúdos é capaz de assumir esta função de representação universal, sendo a indeterminação deste conteúdo o que diferencia esta passagem de uma mediação dialética. Mas este alargamento do campo de conteúdos possíveis de assumir aquela função é limitado, pois o contexto que limita a indecidibilidade estrutural também limita o leque de conteúdos passíveis de assumir, em um dado momento, o papel de representação universal (Laclau, 2005b).

Realizada esta introdução, discutiremos dois elementos importantes para essa perspectiva pós-fundacionalista e essenciais para concebermos o conceito de hegemonia em Laclau e Mouffe: a concepção de discurso; a distinção entre posição de sujeito e sujeito

2.4.1 Concepção de discurso

O termo discurso, segundo Laclau (1993), foi utilizado por ele e por Mouffe, no texto de 1985, para "sublinhar o fato de que toda configuração social é uma configuração *significativa*" (p. 114, tradução nossa), tendo um mesmo objeto, no seu sentido físico, significados distintos conforme as relações que estabelece com outros objetos, "e estas relações não estão dadas pela mera referência material dos objetos, são elas, pelo contrário, socialmente construídas" (p. 114, tradução nossa).

Assim, um objeto esférico na rua ou numa partida de futebol, apesar de ser, enquanto um objeto físico, um mesmo objeto, somente será uma bola de futebol no contexto da partida de futebol por estabelecer um sistema de relações com outros objetos: o campo de futebol, os jogadores, etc. Ou uma pedra só será um projétil ou um objeto de contemplação estética no interior de uma configuração discursiva específica. Isto demonstra que, afirmar que a configuração social é uma configuração significativa, não é o mesmo que dizer que o objeto não tem uma *existência* independente das relações sociais nas quais ele se encontra, que não há uma realidade pré-discursiva, mas sim que o objeto só ganha significação no interior das relações sociais. Segundo Laclau (1993),

> a existência dos objetos é tão independente de sua articulação discursiva que podemos fazer desta mera existência – isto é, de uma existência estranha a todo significado – o ponto de partida da análise social. Isso é precisamente o que o condutivismo, que é a antípoda de nosso enfoque, faz. De todo modo, é ao leitor a quem corresponde decidir de que maneira podemos descrever melhor a construção de um muro: ou bem partindo da totalidade discursiva em que cada uma de suas operações parciais é um momento provido de sentido[19], ou bem usando descrições tais como: X emitiu uma série de sons; Y deu um objeto cúbico a X; X incorporou este objeto cúbico a um conjunto de outros objetos cúbicos, etecetera. (p. 115, tradução nossa)

Nessa compreensão significativa da realidade, a distinção rígida entre semântica e pragmática, ou seja, entre o significado de uma palavra e o modo em que ela é usada em diferentes contextos de fala, é colocada em questão, segundo Laclau (1993), na medida em que se concebe que o significado de uma palavra é completamente dependente de um contexto, sendo esta compreensão mais e mais aceita desde Wittgenstein. Assim, todo objeto ou identidade discursiva se constitui no contexto de uma ação, e como toda ação não linguística (dar um ladrilho ao pedreiro que está construindo um muro, por exemplo) também tem um significado, a distinção entre elementos não linguísticos e linguísticos é uma distinção secundária no interior de totalidades discursivas.

O que podemos compreender como um objeto natural somente pode ser compreendido como tal no interior de uma totalidade discursiva, pois requer um sistema classificatório, ou seja, colocá-lo em relação com outros objetos que também são entendidos discursivamente. Na nossa relação com o mundo dos objetos, segundo Laclau (1993), eles nunca nos são dados como entidades meramente existenciais, mas sempre no interior de articulações discursivas. Mais uma vez, contudo, isto não significa que os objetos, enquanto mera existência, não existam fora destas articulações. Mas, por existirem nelas, é possível serem significados de modos distintos no interior de diferentes totalidades discursivas.

Conceber essa perspectiva como relativista, segundo Laclau (1993), é um falso problema, na medida em que se compreende que "fora de todo contexto discursivo os objetos *não têm ser*; têm somente *existência*" (p. 118, tradução nossa). Deste modo, a

---

[19] Anteriormente, Laclau (1993) havia usado este exemplo para demonstrar a sua concepção de discurso como uma totalidade que inclui o linguístico e o extralinguístico: "Suponhamos que eu esteja construindo um muro com outro pedreiro. Em um certo momento peço a meu companheiro que me passe um ladrilho e logo ponho este último no muro. O primeiro ato – pedir o ladrilho – é linguístico; o segundo – pôr o ladrilho na parede – é extralinguístico. (...) apesar de sua diferenciação nestes termos, ambas as ações compartilham algo que permite compará-las, é o fato de que ambas são parte de uma operação total que é a construção da parede. Como caracterizamos então esta totalidade, da qual pedir o ladrilho e colocá-lo na parede são momentos parciais? Obviamente, se esta totalidade inclui dentro de si elementos linguísticos e não linguísticos, ela deve ser anterior a esta distinção. Esta totalidade que inclui dentro de si o linguístico e o não linguístico é o que chamamos discurso." (p. 114, tradução nossa)

acusação do antirrelativista, que pressupõe que existe um *ser* das coisas fora do contexto discursivo, não tem sentido. Nesta medida, Laclau (1993) afirma que, ainda que fosse legítimo dentro da metafísica platônica perguntar se ser um projétil faz parte do verdadeiro ser da pedra, hoje tal questionamento seria absurdo, pois o ser da pedra depende de como a usamos. Ou seja, "a "verdade", factual ou de outro tipo, acerca do ser dos objetos se constitui dentro de um contexto teórico e discursivo, e a ideia de uma verdade fora de todo contexto carece simplesmente de sentido" (p. 119, tradução nossa)[20].

Laclau e Mouffe (1985), a fim de conceituarem alguns dos elementos discursivos importantes na concepção de discurso defendida por eles, afirmam:

> Nós chamaremos *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos, de modo que a identidade de cada um seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada, resultante da prática articulatória, nós a chamaremos de *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas dentro de um discurso, nós as chamaremos de *momentos*. Por contraste, nós chamaremos de *elemento* qualquer diferença que não esteja articulada discursivamente. (p. 105, tradução nossa)

Essas definições são importantes, pois nos auxiliam a compreender os deslocamentos presentes no campo da discursividade, os quais, na dimensão do político, se encontram diretamente relacionados às noções de sujeito e de posição de sujeito. Antes de passarmos à discussão destas noções, contudo, cabe-nos também definir o deslocamento e o campo da discursividade. Em relação ao campo da discursividade, Laclau e Mouffe (1985) o definem como

> *o campo de identidades que nunca podem ser plenamente fixadas.* (...). Nós temos nos referido ao "discurso" como um sistema de entidades diferenciais – isto é, de momentos. Mas nós temos visto que tal sistema somente existe como uma limitação parcial de um "excesso de significados" ["*surplus of meaning*"] que o subverte. Sendo inerente em toda situação discursiva, este "excesso" é o terreno necessário para a constituição de toda prática social. Chamaremos este terreno de *campo da discursividade*. Este termo indica a forma de sua relação com todo discurso concreto: ele determina, ao mesmo tempo, o caráter necessariamente discursivo de qualquer objeto e a impossibilidade de qualquer discurso implementar uma sutura final. (p. 111, tradução nossa)

Quanto ao conceito de deslocamento, ele é definido como a subversão de toda determinação, destruindo a possibilidade mesma da representação da plenitude do social (Laclau, 1993). Como dissemos antes, "é o traço da contingência no interior da estrutura" (Laclau, 2005b, p. 56, tradução nossa), é o momento de emergência do sujeito político.

O deslocamento denota, assim, em termos discursivos, que a articulação de certos elementos, constituindo um discurso, só é possível à custa da eliminação de outros. Isto quer dizer que: "É somente se os elementos antagônicos são apresentados como

---

[20] Podemos nos lembrar da colocação de Lefort (1991) de que com a revolução democrática o saber não mais possui nenhum fundamento último, sendo passível uma interrogação sobre os fundamentos da verdade.

antiespaço, como anticomunidade, que eles alcançam obter uma forma de presença discursiva" (Laclau, 1993, p. 84, tradução nossa). Deste modo, qualquer representação do social é aberta a deslocamentos, não sendo possível o alcance de um discurso totalizante.

2.4.2 Posição de sujeito e sujeito

No decorrer do desenvolvimento da teoria democrática radical e plural observa-se que, se Laclau e Mouffe (1985) trabalham os termos sujeito e posição de sujeito como similares, Laclau (1993) apresenta uma distinção entre sujeito e posição de sujeito. Compreendemos que, em ambos os casos, o conceito de *posição de sujeito* é utilizado para se remeter a "momentos", ou seja, a "elementos" que se encontram articulados no interior de um discurso. Já o conceito de *sujeito* é especificado por Laclau (1993) a fim de se remeter ao deslocamento na estrutura social hegemônica, ou seja, à distância entre a subversão de uma posição de sujeito interna ao discurso hegemônico (passagem de "momento" para "elemento") e à sua rearticulação em um discurso (passagem de "elemento" para "momento"). Portanto, encontra-se diretamente relacionado ao próprio momento da "decisão". Detalhemos a seguir esta discussão.

Em *Hegemony and Socialist Strategy*, Laclau e Mouffe afirmam que "sempre que nós usarmos a categoria de 'sujeito' neste texto, nós o faremos no sentido de 'posições de sujeito' no interior de uma estrutura discursiva" (Laclau & Mouffe, 1985, p. 115, tradução nossa).

Os autores concebem que a posição de sujeito não pode ser considerada como origem das relações sociais pelo fato de toda experiência depender de condições discursivas, toda posição de sujeito é uma posição discursiva. Ou seja, toda posição de sujeito deve ser analisada a partir das condições históricas de sua emergência; trata-se não de uma origem, mas de uma articulação discursiva em relação a outras posições de sujeito existentes.

Nessa relação, segundo Laclau e Mouffe (1985), diante da compreensão de toda posição de sujeito como uma posição discursiva, concebendo o caráter aberto de todo discurso, cujo princípio unificador do discurso é a articulação, a posição de sujeito não pode ser fixada num sistema fechado de diferenças. Isto é, as posições de sujeito não podem ser entendidas como dispersão de "elementos" fechados em si mesmos e plenamente constituídos, onde cada elemento ocupa uma posição diferencial, sendo reduzido completamente a um "momento", apresentando toda identidade relacional um

caráter necessário. Isso implicaria transformar a *dispersão* em *separação*, substituindo o essencialismo da *totalidade* pelo essencialismo dos *elementos*.

Assim, o caráter discursivo de toda posição de sujeito necessita ser concebido a partir da noção de "dispersão" em conjunto com a noção de "sobredeterminação", afirmando o caráter contingente não só da formação discursiva, mas também dos próprios elementos, que não podem ser reduzidos completamente a "momentos". Deste modo, toda formação discursiva é uma formação articulatória, ou seja, não estabelece relações necessárias entre os "momentos", seja como decorrência de um princípio subjacente inteligível, seja como decorrência de uma regularidade entre "elementos" fechados e plenamente constituídos – "a relação de articulação não é uma relação de necessidade" (Laclau & Mouffe, 1985, p. 120, tradução nossa). Portanto, a prática política (discursiva) constrói os interesses que ela representa e não representa interesses determinados a priori.

Toda posição de sujeito, desse modo, encontra-se posicionada simultaneamente em torno de diferentes posições de sujeito, mas nenhuma destas posições apresenta um caráter pleno. Portanto, não haveria razão em se pensar a separação entre identidade política e identidade econômica dos agentes sociais, como vimos no pensamento marxista, no sentido em que "nem a identidade política nem a identidade econômica dos agentes cristaliza-se como um momento diferencial de um discurso unificado" (Laclau & Mouffe, 1985, p. 121, tradução nossa). Assim,

> a especificidade da categoria de sujeito [posição de sujeito] não pode ser estabelecida seja através da absolutização de uma dispersão de "posições de sujeito", ou através de uma unificação igualmente absoluta destas em torno de um "sujeito transcendental". A categoria de sujeito é penetrada pelo mesmo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação assinala para toda identidade discursiva. (Laclau & Mouffe, 1985, p. 121, tradução nossa)

Nessa medida, "existe um jogo de sobredeterminação entre elas [posições de sujeito] que reintroduz o horizonte de uma totalidade impossível" (p. 122, tradução nossa), sendo a identidade do agente social penetrada pela precariedade e ausência de sutura que também caracterizam qualquer outro ponto da totalidade discursiva da qual ele é parte. É este jogo de sobredeterminação que, segundo Laclau e Mouffe (1985), faz possível a articulação hegemônica, superando o último reduto do economicismo de classe que observamos em Gramsci, ou seja, a ideia do princípio hegemônico como representado por uma classe fundamental, que só pode ser pensada como fundamental em razão de não ser entendida como sobredeterminada.

Em Laclau e Mouffe (1985), a hegemonia é concebida em torno da noção de "ponto nodal", ou seja, como uma delimitação das diferenças [elementos] presentes no campo da

discursividade em torno de um centro, transformando os elementos em momentos (posições de sujeito) sobredeterminados. Portanto, compreende-se que, ainda que a constituição de uma sociedade plena seja impossível, o social existe como um esforço de construir este objeto impossível[21], sendo a constituição de qualquer discurso

> uma tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo de diferenças, para construir um centro. Nós chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial, de *pontos nodais*. (Lacan tem insistido nestas fixações parciais através de seu conceito de *pontos de capiton*, isto é, significantes privilegiados que fixam o sentido de uma cadeia significante. Esta limitação da produtividade da cadeia significante estabelece as posições que tornam um predicado possível – um discurso incapaz de gerar qualquer fixação de sentido é o discurso do psicótico). (Laclau & Mouffe, 1985, p. 112, tradução nossa)

Realizadas essas considerações, podemos entender a distinção feita por Laclau (1993) entre posição de sujeito e sujeito. Trata-se não de uma ruptura teórica com a posição anterior, mas de melhor explicitar os conceitos, atribuindo ao conceito de sujeito o lugar da subversão de um discurso. Portanto, busca deixar mais clara a distinção da forma como os agentes sociais se comportam no *momento de reativação* do político (emergência do antagonismo) e no *momento de sedimentação do social* (objetivação hegemônica), ressaltando que a formação social nunca é completa, é sempre passível de deslocamentos.

Laclau (1993) concebe o sujeito como "a forma pura de deslocamento da estrutura, de sua inerradicável distância a respeito de si mesma" (p. 76, tradução nossa). Deste modo, é visto como aquele que ocupa o espaço entre ausência (deslocamento da estrutura) e presença (identificação com uma nova plenitude, sempre impossível de ser alcançada). Na diferenciação com *posição de sujeito*, concebe: "À parte do *sujeito*, neste sentido radical, somente existem *posições de sujeito* no campo geral da objetividade" (p. 77, tradução nossa).

Para Laclau (1993), quando o sujeito é reabsorvido pela estrutura, ele passa a ser reduzido novamente à posição de sujeito. Desta forma, a noção de *sujeito* difere aqui da noção de *posição de sujeito*, no sentido em que a primeira concerne à ação do agente social ante a negatividade da formação hegemônica (ausência da plenitude), ou seja, de desconstrução desta formação e afirmação de uma nova ordem social ("ato criativo");

---

[21] Nesta medida, a necessidade é entendida como um esforço de limitar a contingência, mas tal limitação é sempre precária, na medida em que somente é possível a partir de uma prática articulatória entre elementos, transformados em momentos de um determinado discurso, sendo tanto os momentos quanto o discurso precários e contingentes. Necessidade e contingência estão sempre articuladas, só existe necessidade como um esforço de fixação da contingencialidade do campo discursivo e só existe contingência dentro da necessidade, manifestada na *subversão* que deforma e questiona o caráter literal de toda necessidade.

enquanto a segunda está relacionada a identificações do sujeito no interior de um discurso, à redução dos sujeitos a posições diferenciais.

A categoria sujeito, nessa medida, implica a própria compreensão da relação entre universal e particular, sendo a "forma pura do deslocamento da estrutura" o próprio momento da decisão. Abordaremos aqui este momento de constituição do sujeito e a formação da hegemonia a partir do uso de dois conceitos em Laclau (1993) que nos permitem distinguir sujeitos políticos enquanto antagonismos específicos e sujeitos políticos enquanto sujeitos hegemônicos: os conceitos de "mito" e de "imaginário social", respectivamente. Realizar esta diferenciação é importante para a análise do problema desta tese, na medida em que buscamos compreender a emergência de sujeitos políticos, bem como a "utopia" de sociedade proposta na produção da psicologia social analisada.

De acordo com Laclau (1993), o sujeito é um sujeito mítico, sendo o

> mito um espaço de representação que não guarda nenhuma relação de continuidade com a "objetividade estrutural" dominante. O mito é, assim, um princípio de leitura de uma situação dada, cujas condições são *externas* ao que é representável na espacialidade objetiva que constitui uma certa estrutura. A condição "objetiva" de emergência do mito é por isso um deslocamento estrutural. O "trabalho" do mito consiste em suturar esse espaço deslocado, através da constituição de um novo espaço de representação. A eficácia do mito é, assim, essencialmente hegemônica: consiste em constituir uma nova objetividade através da constituição de um novo espaço de representação. (p. 77, tradução nossa)

O mito só pode funcionar como uma alternativa crítica ao espaço de representação hegemônico se afirmarmos o caráter articulatório dos elementos discursivos, uma vez que, se forem os dois espaços de representação plenamente constituídos e carentes de fundamento comum, a única possibilidade seria optarmos entre os dois, mas sem que existisse um critério para a opção. "É somente se um dos espaços é deslocado que o outro pode apresentar-se como imagem invertida do primeiro" (p. 78, tradução nossa), sendo esta imagem invertida não o reverso negativo do discurso hegemônico, pois "o espaço mítico se opõe não à 'estruturalidade' da estrutura dominante (...). O espaço mítico se constitui como crítica à falta de estruturação que acompanha a ordem dominante" (p. 78, tradução nossa), produzindo, portanto, a desestruturação desta.

É pela emergência do sujeito se dar por esse processo de subversão – e não pela afirmação do que ele é, isto é, como uma identidade concebida racionalmente e previamente sob a forma de interesse –, que podemos dizer que a identidade do sujeito encontra-se dividida, ele é constitutivamente metáfora, situa-se entre a ausência e a presença, ou seja, se afirma um conteúdo específico, visa representar a plenitude ausente do social:

> O caráter metafórico do espaço mítico procede, então, de que o conteúdo concreto ou literal do mito representa algo distinto de si mesmo: o próprio princípio de uma literalidade plenamente alcançada. A fascinação que acompanha a visão de uma terra prometida ou de uma sociedade ideal deriva diretamente desta percepção ou intuição de uma plenitude que a realidade do presente é incapaz de outorgar [demonstração da falta de estruturação da ordem dominante e impossibilidade desta preencher a ausência]. O mito enquanto metáfora surge somente em um terreno dominado por esta peculiar dialética ausência/presença. (Laclau, 1993, pp.78-79, tradução nossa)

Diante dessa dupla função do mito, por um lado, de conteúdo literal, que possibilita ao sujeito sua única presença discursiva possível, por outro lado, de metáfora, que busca representar toda a plenitude possível, é que podemos conceber a transformação de um mito em um imaginário social, ou seja, compreender o processo de hegemonização do social.

Esse processo só se faz na medida em que um determinado mito alcança a vigência social de ser o "horizonte ilimitado de inscrição de *toda* reivindicação e de *todo* deslocamento possíveis" (p. 79, tradução nossa), comportando-se como uma *superfície de inscrição* na qual toda frustração, reivindicação insatisfeita buscará sua representação naquele mito.

Desse modo, um traço essencial de qualquer superfície de inscrição é a sua incompletude, visto que, se o processo de inscrição estivesse concluído, seria impossível abarcar a multiplicidade de reivindicações e deslocamentos possíveis, teríamos uma simetria completa entre a expressão e o expressado. Portanto, o imaginário social

> é um horizonte: não é um objeto entre outros objetos, e sim um limite absoluto que estrutura um campo de inteligibilidade e que é, em tal sentido, a condição de possibilidade da emergência de todo objeto. O milênio cristão, a concepção iluminista/positivista de progresso, a sociedade comunista são, em tal sentido, imaginários: enquanto modos de representação da plenitude localizam-se mais além da precariedade e dos deslocamentos próprios do mundo dos objetos. Isto poderia ainda ser formulado de outro modo: é porque somente existem objetos "falhados", quase objetos, que a forma mesma da objetividade deve emancipar-se de toda entidade concreta e assumir o caráter de um horizonte. (Laclau, 1993, pp. 79-80, tradução nossa)

A condição de possibilidade de um imaginário social está desde o início presente na constituição do sujeito político, ou seja, na dualidade que esta constituição implica. É pelo fato de já representar desde o começo *algo a mais* que o simples deslocamento específico produzido na estrutura hegemônica que o mito pode tornar-se ou não um imaginário. Nos casos em que o mito se transforma em um imaginário, observamos a radicalização do momento metafórico da representação, autonomizando-se do conteúdo literal do deslocamento originário, uma vez que passa a funcionar como um horizonte, uma superfície de inscrição para toda reivindicação e todos os deslocamentos possíveis.

Cabe-nos, neste momento, então, esclarecer o que a compreensão de hegemonia em Laclau e Mouffe acrescenta à noção gramsciniana, superando completamente o economicismo:

> Este é o processo [autonomização do momento metafórico em relação ao conteúdo literal do deslocamento originário] que Gramsci concebeu como transição da *classe corporativa* à *classe hegemônica*, que implicava para ele "universalização" das demandas de certo grupo. **O que nossa análise acrescenta à concepção gramsciniana é a ideia de que esta transição é somente possível porque a dualidade da representação existia desde o começo**, porque todo espaço mítico é externo ao deslocamento que pretende suturar e porque todo grupo, por conseguinte, é, desde este ponto de vista, exterior às suas próprias demandas. (Laclau, 1993, p. 80, tradução nossa, grifo nosso)

Nessa medida, não existe nenhuma relação necessária entre os deslocamentos, isto é, entre os sujeitos políticos (antagonismos) e o espaço discursivo contra-hegemônico que servirá como horizonte de inteligibilidade e de representação da plenitude ausente da sociedade.

> Isto quer dizer que o horizonte imaginário no qual se inscreve um certo deslocamento – e que, deste modo, o transforma em reivindicação e introduz no conjunto da situação um princípio de inteligibilidade – é exterior ao deslocamento enquanto tal e não pode ser deduzido a partir dele. Entre a estrutura deslocada e o discurso que tenta introduzir uma nova ordem e uma nova articulação não existe, pois, nenhuma medida comum. (Laclau, 1993, p. 81, tradução nossa)

Assim, nem todo discurso que emerge como encarnação da plenitude tornar-se-á hegemônico, dependendo de se transformar em uma superfície de inscrição para demandas políticas de outros sujeitos políticos. Esta condição depende da credibilidade do discurso, a qual não será alcançada

> se suas propostas chocam com os princípios básicos que informam a organização de um grupo. Mas o que é importante advertir é que, quanto mais a organização objetiva deste grupo tiver sido deslocada, tanto mais estes "princípios básicos" terão sido quebrados e tanto maior serão, por conseguinte, as áreas da vida social que o espaço mítico deverá organizar. (Laclau, 1993, p. 82, tradução nossa)

Entretanto, pelo fato de o mito desde o início apresentar uma dupla função – de conteúdo literal e de metáfora – e não existir nenhuma relação necessária, a mera disponibilidade do discurso, segundo Laclau (1993), pode ser suficiente para que ele se torne um imaginário social. Afirma o autor que:

> Em muitas ocasiões, o discurso de uma "nova ordem" é aceito por numerosos setores, não porque eles se sentem particularmente atraídos por seu conteúdo concreto, mas porque é o discurso de uma ordem, de algo que se apresenta como alternativa credível diante da crise e do deslocamento generalizado. (p. 82, tradução nossa)

Desse modo, no sentido oposto, a dissolução dos imaginários sociais é explicada em razão destes começarem a absorver menos reivindicações sociais. Assim, "na medida em que coexistem cada vez mais deslocamentos não integráveis a esse espaço de representação, o espaço é, por assim dizer, re-literalizado, sua capacidade metaforizante diminui e perde, portanto, sua dimensão de horizonte" (p. 80, tradução nossa).

A relação entre o conteúdo específico de um mito e sua função de representação universal da sociedade é concebida por Laclau (1993) como "uma relação *radicalmente* hegemônica, instável e exposta a um 'exterior' que ela é *essencialmente* incapaz de dominar" (p. 82, tradução nossa), acarretando a transformação do mito em imaginário social na deformação e na transformação do seu conteúdo específico original.

É exatamente pelo fato de ser a relação entre singularidade e universalidade uma relação hegemônica que, segundo Laclau (2005b), a política é possível, pois, do contrário,

> existiria apenas um embate cego entre forças sociais impenetráveis. É pelo fato da particularidade da decisão assumir a função de um fechamento imaginário – enquanto não sendo inteiramente capaz de efetuar um fechamento real e final – que não existe um embate cego, mas, ao invés disso, uma contaminação recíproca entre o universal e o singular, ou melhor, o fechamento impossível e a representação totalmente convincente do primeiro pelo último. (pp. 61-62, tradução nossa)

Segundo Laclau (1993): "Somente existe política na medida em que o espacial nos ilude. Ou, o que é o mesmo, a *vitória* política é equivalente à eliminação do caráter especificamente político das práticas vitoriosas" (p. 84, tradução nossa). Assim, a sedimentação do social é sempre uma relação hegemônica, isto é, uma relação entre objetividade e poder, como afirmam Laclau e Mouffe (1985).

Laclau (2005a) utiliza a categoria "significante vazio" para conceber essa relação hegemônica, diferenciando-a da categoria "significante flutuante". Ambas as categorias referem-se à relação hegemônica, mas, enquanto a primeira se remete à constituição de uma fronteira entre possibilidades em disputa pela significação da plenitude ausente da sociedade (que podemos entender como imaginário social), instituindo o processo de hegemonização a partir da nomeação (sempre incompleta) da plenitude ausente por um significante particular, a categoria significante flutuante (que podemos entender como espaço mítico) diz respeito aos deslocamentos desta fronteira, às diferentes alternativas possíveis de construção hegemônica. Nas palavras de Laclau (2005a),

> as categorias de significantes "vazios" e "flutuantes" são estruturalmente diferentes. A primeira tem a ver com a construção de uma identidade popular, uma vez que faz presente uma fronteira estável; a segunda tenta apreender conceitualmente as lógicas do deslocamento desta fronteira. Na prática, no entanto, a distância entre ambas não é tão grande. As duas são operações hegemônicas e, o mais importante, os referentes em grande medida se sobrepõem. Uma situação na qual somente a categoria de significante vazio fosse relevante, com exclusão total do momento flutuante, seria uma situação na qual haveria uma fronteira completamente imóvel, algo difícil de imaginar.

> Inversamente, um universo puramente psicótico em que tivéssemos um flutuamento puro sem nenhuma fixação parcial, é também impensável. Portanto, significantes vazios e flutuantes devem ser concebidos como dimensões parciais – e, portanto, analiticamente delimitáveis – em qualquer processo de construção hegemônica do "povo". (Laclau, 2005a, p. 167, tradução nossa)[22]

De maneira a concluirmos esta circunscrição do conceito de político, concordamos com Laclau (2005b) que desconstrução e hegemonia são duas dimensões essenciais a uma mesma operação prática-teórica e também fundamentais para a compreensão do político:

> Hegemonia requer desconstrução: sem a indecibilidade estrutural radical que a intervenção desconstrutiva traz, muitos estratos das relações sociais apareceriam como vinculados essencialmente a lógicas necessárias, não havendo nada para se hegemonizar. Mas desconstrução também requer hegemonia, isto é, uma teoria da decisão tomada em um terreno indecidível: sem uma teoria da decisão, aquela distância entre indecidibilidade estrutural e realidade [*actuality*] *deve* permanecer não teorizada. Mas aquela decisão pode *somente* ser uma decisão hegemônica – isto é, uma decisão que: a) é autodeterminada [*self-grouded*]; b) é exclusivista, na medida em que envolve a repressão de decisões alternativas; c) apresenta uma divisão interna, por ser tanto *esta* decisão quanto também *uma* decisão. Por razões que eu tenho tentado deixar claro, o caráter autodeterminado da decisão conduz ao sujeito como um sujeito da falha, sua dimensão exclusiva à primazia ontológica do *político* (dos atos de instituição política); e sua divisão interna, a seu status especificamente hegemônico. (p. 62, tradução nossa)

Da mesma maneira, concordamos com Mouffe (2005) sobre a importância da desconstrução para uma abordagem democrática diferente daquela defendida por teóricos deliberativos que objetivam um consenso sem exclusão:

> Uma abordagem democrática que, graças aos *insights* da desconstrução, é capaz de compreender a natureza real de suas fronteiras e reconhecer as formas de exclusão que elas incorporam, em vez de tentar encobri-las sob o véu da racionalidade ou da moralidade, pode ajudar-nos a lutar contra os perigos da complacência. Desde que a abordagem democrática seja consciente do fato de que a diferença é a condição de possibilidade de constituir unidade e totalidade, ao mesmo tempo em que propicia seus limites essenciais, tal abordagem pode contribuir para subverter o sempre presente modelo existente em sociedades democráticas para naturalizar suas fronteiras e essencializar suas identidades. Por aquela razão, um projeto de "democracia radical e plural", informado pela desconstrução, será mais receptivo para a multiplicidade de vozes que uma sociedade pluralística contém e para a complexidade da estrutura de poder que esta rede de diferenças implica. Dessa forma, será capaz de entender que a especificidade da democracia pluralista moderna reside não na ausência da opressão e da violência, mas na presença de instituições que permitem estes aspectos serem limitados e contestados. E, dessa forma, será mais e mais suscetível questionar como estas instituições podem ser multiplicadas e aprimoradas. (...) nas palavras de Derrida, democracia será sempre um "por vir" ["*to come*"], atravessada pela indecibilidade e por sempre manter aberto seu elemento de promessa. (pp.11-12, tradução nossa)

---

[22] Landau (2006), remetendo-se também a Laclau, explicita a complementariedade entre significante flutuante e significante vazio. Landau (2006) afirma: "É comum a confusão entre significantes flutuantes e significantes vazios. Laclau deixa claro estas diferenças e mostra-nos como ambos estão vinculados: 'En el caso del significante flotante tendríamos aparentemente un exceso de sentido, mientras que el significante vacío sería, por el contrario, un significante sin significado. Pero si analizamos el problema con más detenimiento veremos que el carácter flotante de un significante es la única forma fenoménica de su vacuidad [...] De tal modo, el flotamiento de un término y su vaciamiento son las dos caras de la misma operación discursiva' (Laclau, 2002, pp.26-27). Neste sentido, o caráter flutuante de alguns significantes (como democracia, liberdade, igualdade) é o que permite que se constituam como significantes vazios". (Landau, 2006, tradução nossa, p. 183, nota de rodapé).

Por fim, apresentamos duas lógicas propostas por Laclau e Mouffe (1985) referentes à dinâmica política: a lógica da equivalência e a lógica da diferença. De acordo com os autores,

> a lógica da equivalência é a lógica da simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença é uma lógica da sua expansão e aumento de complexidade. Tomando um exemplo comparativo da linguística, nós podemos dizer que a lógica da diferença tende a expandir o polo sintagmático da linguagem, o número de posições que podem entrar em uma relação de combinação e, desta forma, de continuidade com outras, enquanto a lógica da equivalência expande o polo paradigmático – isto é, os elementos que podem ser substituídos por um outro – reduzindo, assim, o número de posições que podem possivelmente ser combinadas. (p. 130, tradução nossa)

No caso da lógica da equivalência, estaríamos no âmbito da constituição de um novo imaginário social, de uma nova nomeação do significante vazio, isto é, da articulação entre demandas de diferentes sujeitos políticos em torno de uma cadeia equivalencial. Assim,

> **a equivalência é sempre hegemônica, na medida em que ela não simplesmente estabelece uma "aliança" entre alguns interesses, mas modifica a própria identidade das forças engajadas naquela aliança**. Para a defesa dos interesses dos trabalhadores não ser feita a expensas dos direitos das mulheres, imigrantes ou consumidores, é necessário estabelecer uma equivalência entre estas diferentes lutas. Somente nesta condição que lutas contra o poder tornam-se verdadeiramente democráticas e que demandas de direitos não se baseiam em uma problemática individualista, mas no contexto de respeito pelo direito de igualdade de outros grupos subordinados. (Laclau & Mouffe, 1985, pp. 183-184, tradução nossa, grifo nosso)

No caso da lógica da diferença, encontramo-nos num campo propício à expansão da hegemonia, na medida em que se trata de uma literalização dos conteúdos particulares das demandas de diferentes sujeitos políticos, facilitando a absorção diferencial destas demandas dentro do discurso hegemônico existente, transformando-as novamente em posições de sujeito no interior da cadeia dominante (Laclau & Mouffe, 1985). Frente à lógica da diferença, a hegemonia, a partir da estratégia de expansão hegemônica (Costa, 2010; Costa & Prado, 2011), busca afastar a potencialidade antagônica da luta política, tratando os sujeitos políticos como apenas mais uma diferença no interior do campo de representação da hegemonia, reduzindo a luta política à gestão da positividade social.

A "utopia" da teoria democrática radical e plural encontra-se embasada na construção de lógicas de equivalência entre demandas democráticas de diferentes sujeitos políticos, ou seja, na desconstrução da hegemonia e na construção de uma contra-hegemonia.

Devemos ressaltar que, nessa teoria, portanto, o político não se encontra localizado somente no deslocamento da estrutura dominante, e sim, ao mesmo tempo, na instituição de uma nova alternativa de sociedade. Os sujeitos políticos se constituem a partir de processos de identificação, e não via uma mediação racional, fazendo-se presença

unicamente em razão da busca (impossível) de preencher o vazio da plenitude do social e, assim, de sua própria falta a ser. Portanto, os sujeitos políticos são sujeitos míticos que, ao se articularem em torno de uma determinada cadeia discursiva, transformam-se em posições de sujeito, não implicando isto uma transformação completa em "momento", pois não se trata de um discurso fechado de diferenças, e sim de um discurso aberto e precário e de identidades sobredeterminadas, divididas desde o início. Assim, são possíveis novos deslocamentos discursivos a partir de uma reativação do político.

Retomando a noção de "utopia", Laclau e Mouffe (1985) afirmam que a

> estratégia de construção de uma nova ordem, as mudanças que são possíveis de introduzir na positividade social dependerão não somente do caráter mais ou menos democrático das forças que perseguem aquela estratégia, mas também do conjunto de limites estruturais estabelecidos por outras lógicas – como o nível do aparato do estado, a economia, etc. **Aqui é importante não cair nas diferentes formas de utopismo** que ignoram a variedade de espaços que constitui aqueles limites estruturais, **ou do apoliticismo**, que rejeita o campo tradicional do político tendo em conta o caráter limitado das mudanças que são possíveis de implementar dentro dele. Mas **é também da maior importância não limitar o campo do político à gestão da positividade social** e aceitar somente aquelas mudanças que são possíveis de implementar no presente, rejeitando todo investimento [*charge*] de negatividade que vai além delas. (...) **sem "utopia", sem a possibilidade de negar uma ordem além do ponto em que nós somos capazes de ameaçá-la, não existe possibilidade de qualquer constituição de um imaginário radical – seja democrático ou de outro tipo**. A presença deste imaginário como um conjunto de significados simbólicos que totalizam como negatividade uma certa ordem social é absolutamente essencial para a constituição de todo pensamento de esquerda. Nós temos já indicado que as formas hegemônicas da política sempre supõem um equilíbrio instável entre este imaginário e a gestão da positividade social; esta tensão, que é uma das formas em que a impossibilidade de uma sociedade transparente é manifestada, deve ser afirmada e defendida**. Toda política democrática radical deve evitar os dois extremos representados pelo mito totalitário da Cidade Ideal e pelo pragmatismo positivista dos reformistas, sem um projeto**. Este momento da tensão, da abertura, que dá ao social seu caráter essencialmente precário e incompleto, é o que todo projeto de democracia radical deve afirmar para institucionalizar-se. (p. 190, tradução nossa, grifo nosso)

CAPÍTULO 3

PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRA E A CRISE DA PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL

Neste capítulo apresentaremos um breve desenvolvimento histórico da psicologia social brasileira até à "crise da psicologia social" no Brasil, nas décadas de 1970-1980. Salientamos que não temos a pretensão de produzir uma análise histórica da psicologia social nem de analisar detidamente o conceito do político nesta história. O objetivo deste capítulo é apenas apresentar, de maneira sucinta, este desenvolvimento histórico. Deste modo, não nos remeteremos a todos(as) os(as) autores(as) que tiveram relevância no desenvolvimento da psicologia social brasileira, mas nos limitaremos a alguns correntemente citados em manuais e artigos que tratam da história deste campo de conhecimento.

Inicialmente apresentaremos, brevemente, considerações sobre a inserção da psicologia social no Brasil. Posteriormente, indicando o predomínio de uma psicologia social caracterizada pela ênfase no individualismo e na adaptação dos indivíduos na sociedade, caracterizaremos a emergência da "crise da psicologia social" no Brasil – uma das razões que justificam a construção desta tese, na medida em que introduziu um importante debate sobre o caráter político da psicologia social.

3.1 Inserção da psicologia social no Brasil

Segundo Bomfim (2003), embora o primeiro livro brasileiro, com título específico em Psicologia Social, só tenha sido publicado na década de 1920 (*Pequenos Estudos de Psychologia Social*, de Oliveira Viana), "é possível reconhecer o desenvolvimento das ideias psicossociais (...) desde o Brasil Colônia" (p. 15). Apesar desta consideração, que se remete a influências do período colonial, podemos considerar que, assim como na Europa e nos Estados Unidos, é no contexto do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX que se inicia o desenvolvimento da psicologia social no Brasil.

Bomfim (2003) caracteriza o Brasil desse momento da seguinte maneira:

> Época de um Brasil de pouca industrialização, de domínio da oligarquia rural, de um contexto cultural marcado pelo declínio do romantismo e de um contexto intelectual regido pelo predomínio das ideias positivistas de Auguste Comte e pelo darwinismo social. Um Brasil atravessado pelas questões do fim do império e início da república, pelo ocaso do regime escravocrata e pelas inúmeras contingências adversas à aceitação social do negro. Portanto, não é de estranhar que a questão psicossocial do racismo e a questão da manutenção da dependência político-econômica tivessem sido particularmente predominantes na produção desses precursores. Contudo, suas obras revelaram reações diferentes a esse contexto cultural dos fins do século XIX e início do século XX, que incluía discussões sobre a "inferioridade" do povo brasileiro e das raças existentes no país. (p. 15)

De acordo com Sass (2007), a psicologia social e coletiva se inseriu no Brasil a partir de três tendências principais:

> uma e a primeira do ponto de vista cronológico, a psicologia social como um modo de interpretar o homem brasileiro em relação ao meio sociocultural e à organização política brasileira, tal qual exprimem os escritos de Oliveira Vianna (1923; 1949/1987); a outra, ainda tateante como um tópico de textos pedagógicos, contida em textos de defensores da escola nova, tal como pode ser exemplificado pela conhecida introdução à escola nova de Lourenço Filho (1930/1946) e pela tradução do livro *Democracia e Educação* de John Dewey (1916/1936); a terceira, voltada diretamente para a formalização da psicologia social como disciplina científica autônoma, pode ser encontrada na introdução à psicologia social de Arthur Ramos (1936). (p. 27)

Oliveira Vianna, segundo Sass (2007), apresentava uma visão idealizada das massas, caracterizando-as como organizadoras, criadoras e esclarecidas, não apresentando aversão a elas. Oliveira Vianna considerava que grande parte do direito privado é um direito costumeiro, produzido pelo povo-massa, que as elites desconhecem ou desdenham, mas que é obedecido como se fosse um direito instituído pelo Estado. Para este autor, a psicologia é considerada como uma ciência do comportamento coletivo que deve estudar os meios sociais e culturais antes do que os indivíduos singulares, e buscar respostas para a carência de motivações coletivas no comportamento dos cidadãos, dos governantes e dos partidos no Brasil. Esta compreensão da psicologia como ciência social por parte do autor desdobra-se na afirmação do direito como tecnologia ao vincular a lei à técnica, a qual não se interessa pelo estudo do povo e, assim, pela psicologia coletiva, esta sim uma ciência social. Outro desdobramento é que, segundo Oliveira Vianna, não é suficiente para a promoção de reformas sociais ou políticas o uso da força e da maquinaria do Estado, pois o êxito ou o fracasso destas reformas depende de se examinarem as condições culturais do povo, suas tradições, seus usos e costumes, ou seja, da ciência social, em especial da psicologia coletiva (Sass, 2007). Assim, Oliveira Vianna inscreve a psicologia coletiva, como ciência social, na atividade política, enfocando a importância da análise da formação do povo brasileiro[23].

---

[23] Contudo, como veremos, uma crítica à qualidade e ao posicionamento político presente na análise de Oliveira Vianna foi realizada por Dante Moreira Leite.

Em relação a Lourenço Filho, segundo Sass (2005), ele considerava que o desenvolvimento das ciências psicológicas de base experimental havia proporcionado um impulso decisivo na ação educacional, influenciando a organização estática das escolas, a forma de ensinar e, portanto, o currículo e a didática. Sass (2005) enfatiza que a tendência da psicologia adotada por Lourenço Filho é a da psicologia como derivada das ciências biológicas e não das ciências sociais, marcantemente influenciada pela psicologia da inteligência (diferenças individuais).

Assim, a psicologia social, na obra de Lourenço Filho sobre a Escola Nova, segundo Sass (2005), teve papel apenas subjacente ou complementar, por mais que ele afirmasse que a psicologia coletiva ou a psicossociologia francesa proporcionava uma explicação central para a ação educativa. Ademais, Lourenço Filho afastou-se de uma tendência da psicologia social que estava a se desenvolver desde o início do século XX, defendida por autores como Dewey, Mead, Wallon, para a qual o psiquismo é social e historicamente construído (Sass, 2005).

Para Lourenço Filho, os meios da educação mais apropriados eram aqueles que adaptavam e ajustavam o comportamento dos educandos aos fins visados, considerando que estes meios eram de natureza biológica (Sass, 2005). A educação, “assentada nestes princípios da adaptação e do ajustamento, deve-se ocupar tanto dos cuidados físicos da criança quanto com o fato de que educar não é só viver, é também conviver, é ajustar a criança à vida social” (p. 175).

De acordo com Sass (2005), Lourenço Filho exprimia “a ambiguidade das psicologias que lhe são contemporâneas” (p. 172), oscilando entre a psicologia associacionista e intelectualista de Dewey e a psicologia social, cultural ou também denominada por ele de interpsicologia. Para Sass (2005), Lourenço Filho inclina-se para a psicologia da inteligência em detrimento da psicologia social e, devido a isso, difunde um vínculo indevido entre a psicometria e a educação progressiva postulada por Dewey.

Campos (1996) afirma que Lourenço Filho representava uma orientação teórica presente no Brasil no campo educacional, nas primeiras décadas do século XX, que trazia uma concepção comum às elites brasileiras de que a escola tinha por papel civilizar a população e selecionar as elites dirigentes. Ademais, “enfatizava o papel de fatores psicobiológicos na definição do potencial educacional das crianças” (p. 138), entendendo que este era geneticamente definido e desenvolvido por maturação. Assim, o fracasso

escolar de grande número de crianças das classes populares – criadas em condições de extrema pobreza –, na escola primária, era entendido numa perspectiva inatista e seletiva.

Em oposição a essa orientação, Campos (1996) apresenta a orientação representada por Helena Antipoff, que trazia uma visão democrática do papel político da educação popular, que enfatizava a ação do meio sociocultural no desenvolvimento da inteligência, entendendo que as dificuldades de aprendizagem estavam ligadas à "falta de habilidades culturalmente adquiridas para o aprendizado acadêmico" (p.139). Contudo, tanto Lourenço Filho quanto Helena Antipoff, segundo a autora, defendiam a homogeneização das classes como forma de lidar com os diferentes níveis de inteligência das crianças, tendo a introdução da psicologia neste campo acarretado, no nível ideológico, "um meio de racionalizar e justificar a impossibilidade das escolas de superar os níveis previamente definidos de desenvolvimento mental das crianças" (Campos, 1996, p. 140).

Outra proposta presente no desenvolvimento da Escola Nova no Brasil é a de Anísio Teixeira, o qual, também influenciado por Dewey, irá propor uma perspectiva progressiva e democrática de renovação da escola. Para Teixeira (1978), a Escola Nova é progressiva: "Porque se destina a ser a escola de uma civilização em mudança permanente (Kilpatrick) e porque, ela mesma, como essa civilização, está trabalhada pelos instrumentos de uma ciência que ininterruptamente se refaz" (p. 25).

Para Anísio Teixeira, a aplicação da ciência à civilização humana acarretou o progresso das cidades, o qual não só atingiu a ordem material, mas proporcionou a maior transformação da sociedade: o abalo da ordem social e moral, até então compreendidas como verdades eternas. Em decorrência destas mudanças na "natureza" da civilização, Teixeira (1978) afirmou que a escola deveria se orientar pelas diretrizes que marcavam em linhas gerais a evolução pela qual a sociedade estava passando, salientando três grandes diretrizes.

A primeira refere-se à nova atitude espiritual do homem, tendo a velha atitude de submissão, medo e desconfiança sido substituída por uma atitude de segurança, otimismo e coragem diante da vida, sabendo o homem moderno que pode mudar as coisas e que deve mudá-las.

A segunda diretriz é o industrialismo, o qual integrou o mundo em um todo interdependente, onde não só a matéria-prima, mas a ideia e o pensamento são propriedades comuns de todo homem, devendo "o homem ser preparado para ser um membro responsável e inteligente desse novo organismo ['unidade planetária']" (p. 34).

A terceira grande diretriz é a tendência democrática, que exige dois deveres: “o homem deve ser capaz, deve ser uma individualidade, e o homem deve sentir-se responsável pelo bem social” (p. 35).

Diante da compreensão da escola como o retrato da sociedade a que serve, Teixeira (1978) considera que ela deve se desapegar dos velhos sistemas autoritários do passado de uma ordem estática, a fim de representar aquela sociedade em mudança. A escola deve, segundo Teixeira (1978), prover oportunidade para a prática democrática e, assim, propiciar que as crianças vivam com outras com a máxima tolerância, sem, contudo, perderem sua personalidade. Como afirma Cury (2000), a desigualdade social na educação foi um dos temas que marcaram a carreira de Anísio Teixeira, que defendeu que a escola não era um espaço para privilegiados, sendo este privilégio uma discriminação perpetuada pela sociedade desigual que não possibilitava a mesma igualdade de oportunidade para os indivíduos. Anísio Teixeira enfatizava a presença do Estado na educação e defendia uma escola livre, compulsória, secular e pública (Cury, 2000).

No que se refere à terceira tendência apontada por Sass (2007), a qual se caracteriza pela formalização da psicologia social como disciplina científica autônoma, o autor remete-se a Arthur Ramos. Segundo Bomfim (2003), Arthur Ramos foi o responsável pela inauguração, no Rio de Janeiro, do curso de Psicologia Social, ministrado em 1935, na Escola de Economia e Direito da extinta Universidade do Distrito Federal. Em *Introdução à Psychologia Social*, principal obra de Arthur Ramos para a psicologia social, publicada em 1936, ele fornecia um panorama geral da psicologia da época, ressaltando as contribuições do behaviorismo, da psicanálise e do gestaltismo (Bomfim, 2003).

Segundo Sá (2007), nessa obra, Arthur Ramos remetia-se a autores que, no início do século XX, escreveram sob a designação explícita de “psicologia social”, como McDougall e Ross, ou sob o título de “psicologia dos povos”, como Wundt. Ademais, remetera-se àqueles que uma década atrás discutiam o que seria ou deveria ser a psicologia social – como Floyd Allport, Emery Bogardus e Charles Ellwood –, bem como aos que, na década de 1930, configuravam o seu próprio entendimento sobre psicologia social, como Kimball Young, Charles Blondel, Kurt Lewin e Carl Murchison.

Arthur Ramos, em *Introdução à Psychologia Social*, concebia a psicologia social como uma disciplina entre a psicologia e a sociologia, a qual caberia estudar: “1) as bases psicológicas do comportamento social; 2) as inter-relações psicológicas dos indivíduos na

vida social e; 3) a influência total dos grupos sobre a personalidade" (Bomfim, 2003, p. 65)[24].

Se Arthur Ramos, como aponta Bomfim (2003), foi o responsável pela inauguração, no Rio de Janeiro, do curso de Psicologia Social, de acordo com Bomfim (2004), o primeiro curso superior de Psicologia Social no Brasil foi lecionado por Raul Carlos Briquet, em 1933, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.[25]

Desse curso resultou a publicação do livro *Psicologia Social*, em 1935, no qual Briquet, ao relacionar a produção do conhecimento dos principais autores de psicologia social da época, reuniu obras de Dewey, James, Hall, Watson, Durkheim, Kofka, Kohler, Wertheimer, Ribot, Sorokin, Comte, Pavlov, Freud, Sighele, Essertier, Simmel, Dumas, Rossi, Tarde, Wundt e Jonas. Em relação aos autores brasileiros, fez referência ao livro *Pequenos Estudos de Psychologia Social* de Oliveira Vianna e também se remeteu a obras de autores como Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Artur Ramos (Bomfim, 2003). Segundo a autora,

> Briquet entendia que a Psicologia Social deveria estudar os aspectos sociais da vida mental, aliando-se à Biologia Social e à Sociologia. À Psicologia Social caberia desempenhar o papel de evidenciar a relevância dos fatores psíquicos no entendimento do comportamento dos indivíduos. (Bonfim, 2003, p. 61)

Briquet, segundo Bomfim (2003), não restringia sua proposta de ciência à experimentação, considerando a utilização de outros métodos. Além disso, ele buscou introduzir a visão materialista histórica, influenciado pelo materialismo histórico de Marx e pelo método dialético de Hegel, na psicologia social brasileira, e travou um ferrenho combate ao preconceito racial. Entre os alunos de Briquet estavam Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Oracy Nogueira e Maurício Segall.

Apesar desse primeiro curso superior de Psicologia Social, em 1933, do livro de Briquet, publicado em 1935, e do curso de Arthur Ramos, lecionado em 1935, Bomfim (1989) considera a publicação da tradução do livro de Otto Klineberg como marco inicial da introdução oficial da Psicologia Social no Brasil. A tradução do livro de Klineberg,

---

[24] Dante Moreira Leite também tecerá críticas a Arthur Ramos, como veremos posteriormente.

[25] A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo foi criada como desdobramento do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e anexada, em 1938, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo. Esta escola objetivava, com seus cursos de graduação e pós-graduação, "preparar uma elite para, racionalmente, buscar soluções para os problemas sociais do país" (Bomfim, 2004, p. 84). O IDORT foi criado em 1932 com o objetivo de "aumentar o bem-estar por meio de uma organização adequada a cada setor do trabalho e a cada atividade" (Bomfim, 2003, p. 41), tendo divulgado a ideia da organização racional do trabalho.

Social Psychology, ocorreu em 1959, e este foi um dos primeiros manuais de Psicologia Social a serem traduzidos no Brasil (Bomfim, 2003).

Klineberg, a convite da USP, lecionou nesta universidade a disciplina Psicologia Social[26]. Ele "trazia consigo uma bagagem teórica de tradição culturalista. Fortemente influenciado por autores da Antropologia, tais como Malinowski, Benedict, Klineberg, acreditava na existência de desigualdades culturais. As culturas não eram só diferentes, mas desiguais, existindo, portanto, culturas superiores e inferiores" (Bomfim, 1989, p. 43). Klineberg definia a psicologia como "o estudo científico das atividades do indivíduo influenciado por outros indivíduos" (Klineberg, 1959, citado por Bomfim, 1989, p. 44).

Jacó-Vilela (2007) destaca outro autor, na produção brasileira, que poderíamos entender como mais uma forma de inserção da psicologia social no Brasil, ainda que, afirma a autora, seja quase totalmente desconhecido da psicologia: Manoel Bomfim. Bomfim (2003) também considera Manoel Bomfim como um daqueles que abriram "espaço para o desenvolvimento de um pensamento psicossocial relevante" (p. 15).

Com a Proclamação da República e a abolição da escravatura, os males do Brasil foram atribuídos à mestiçagem, sendo a diferença biológica transformada em justificativa para a desigualdade social e considerada um empecilho para a construção de uma nação civilizada. Cabe considerar o papel destacado de Raimundo Nina Rodrigues, no final do século XIX e início do século XX, na defesa da inferioridade das raças negra, mulata e indígena em relação à raça branca (Bomfim, 2003), influenciado por autores como Le Bon e Scipio Sighele.

Manoel Bomfim, diferentemente, sem repudiar totalmente a ideia de uma degenerescência moral, irá associá-la não à miscigenação da população brasileira, mas ao parasitismo do povo latino-americano decorrente das condições históricas de colonização da América Latina. Ademais, afirma uma multideterminação da dinâmica psíquica, decorrente do social, da história e do organismo, sendo ela passível de transformação, já que mediada pela linguagem (Jacó-Vilela, 2007).

De acordo com Bomfim (2003), Manoel Bomfim era um crítico veemente da teoria de Le Bon e de Raimundo Nina Rodrigues, e considerava as teorias racistas, tão presentes no fim do século XIX e início do século XX, como teorias aplicadas à exploração dos

---

[26] Bomfim (1989) afirma que Otto Klineberg lecionou esta disciplina na década de 1950. Mas, em Bomfim (2003), encontramos a informação que Otto Klineberg lecionou, a convite da USP, a cadeira de Psicologia no período de 1945 a 1947, e teve uma participação ativa na formação dos primeiros psicólogos de São Paulo.

fracos pelos fortes. Manoel Bomfim propunha a educação como forma de sanar os males de origem da formação latino-americana ao considerar que: "A educação poderia conscientizar o povo, construir a cidadania e viabilizar a democracia" (Bomfim, 2003, p. 24).

Sylvio Romero, considerado por Bomfim (2003) como um dos que também contribuiu para a introdução da psicologia social no Brasil – em decorrência da publicação do livro *História da Literatura Brasileira*, em 1886, no qual, influenciado por uma psicologia dos povos, concebia a ideia de psicologia nacional a partir da análise do conjunto de características de um povo –, foi um crítico de Manoel Bomfim. Afirmou que o livro deste – *A América Latina: Males de Origem* (1905) – "não passava de um acervo de erros, sofismas e contradições palmares" (Bomfim, 2003, p. 24). Romero apresentava uma compreensão racista da sociedade – considerava os índios e negros como raças inferiores em relação aos portugueses –, tendo influenciado Raimundo Nina Rodrigues (Bomfim, 2003).

Outro autor que podemos citar como um dos que contribuíram para a introdução da psicologia social no pensamento social brasileiro, ainda que de uma geração posterior em relação aos até aqui considerados, é Dante Moreira Leite, o qual tece críticas a autores como Oliveira Vianna e Arthur Ramos.

Em uma edição em homenagem a Dante Moreira Leite, Paiva (2000) irá caracterizá-lo como pioneiro da psicologia social no Brasil, tendo ele participado da "gestação da nova Psicologia Social que, sob a influência de Heider, estava nascendo, e que veio a ser conhecida como psicologia das relações interpessoais" (s/p), e contribuído para a introdução da psicologia social cognitiva no Brasil. Segundo Paiva (2000), Leite compreendia a psicologia social como uma área de mediação entre "a Psicologia, tradicionalmente voltada para o indivíduo; a Antropologia e a Sociologia, direcionadas para o cultural e o coletivo" (s/p).

Das contribuições intelectuais de Dante Moreira Leite, a mais celebrada, segundo Paiva (2000), é o estudo do caráter nacional brasileiro, tese de doutoramento apresentada em 1954[27]. Neste estudo, Leite questionava os preconceitos e as ideologias presentes nas

---

[27] Bomfim (2003), além da tese de Dante Moreira Leite, destaca também a tese de Carolina Bori, defendida em 1953, "sobre a análise dos experimentos de interrupção de tarefas e da teoria da motivação na obra de Kurt Lewin (Bori, 1953)" (p. 107). Também ressalta Bomfim (2003) o trabalho de tradução de textos estrangeiros tanto por Leite quanto por Bori, tendo esta última traduzido o livro *Teoria de Campo em Ciência Social*, de Lewin, na década de 1960.

discussões sobre o caráter nacional brasileiro, feitas por autores como Oliveira Vianna e Arthur Ramos. Para ele, aquelas discussões ampliavam “a todo um povo e, não raro, por longos períodos de sua existência, características observadas numa porção destituída da propriedade de amostra e com abstração da situação histórica, econômica, social, educacional e política dessa parcela do povo” (Paiva, 2000, s/p).

Essa atribuição aos brasileiros, como povo ou nação, de características psicológicas que explicariam sua inferioridade nacional em relação a outros povos foi compreendida por Dante Moreira Leite como ideologia, a qual, concebida de um ponto de vista cognitivo, segundo Paiva (2000), era entendida como uma percepção falsa da realidade, atrelada a interesses dominantes, portanto, relacionada a relações de dominação.

Dante Moreira Leite acreditava que a nova safra de intelectuais formados pela ciência no Brasil seria capaz de superar esta perspectiva deformada da realidade, uma vez que esta safra de intelectuais apresentava uma visão desatrelada dos interesses dominantes e simpática às classes desprotegidas, “levando em conta as condições materiais e sociais da economia, os conflitos entre grupos e classes, as oportunidades de instrução” (Paiva, 2000, s/p). A superação das ideologias, para Leite, começou a ocorrer na década de 1950, prenunciada em Manoel Bomfim e Alberto Torres e auxiliada por uma nova concepção sobre o nacionalismo brasileiro pautada na construção de uma unidade em torno do desenvolvimento econômico.

Dante Moreira Leite buscou denunciar, segundo Paiva (2000), a conotação racista atrelada ao preconceito de classe presente na análise do povo brasileiro, na medida em que as caracterizações pessimistas destinavam-se às classes pobres e analfabetas, descendentes dos escravos negros. Assim, para Paiva (2000),

> Com base na raça ou no meio físico, ou na interação entre um e outro, ou na cultura, o que todos os ideólogos [principalmente, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Arthur Ramos, Affonso Arinos, Gustavo Barroso, Paulo Prado, Gilberto Freyre] encontram como explicação da inferioridade dos brasileiros em relação a outros povos são características psicológicas, geralmente intuídas nas raças originárias ou no precipitado de suas fusões, e transmitidas até os contemporâneos através da hereditariedade propriamente genética ou de uma hereditariedade social não bem explicada. (s/p)

Remetemo-nos a Oliveira Vianna e a Arthur Ramos, dois dos três autores apontados por Sass (2007) como representativos das principais tendências da introdução da psicologia social e coletiva no Brasil. Para Leite (1969), Oliveira Vianna não sustentava suas análises em documentos históricos e em análises científicas, deformando

grosseiramente fatos e teorias e produzindo obras caracterizadas por muitas contradições[28]. Entre outros elementos, Oliveira Vianna considerava o ruralismo como o traço autêntico do caráter brasileiro e imputava aos negros, aos índios e às camadas plebeias características psicológicas de inferioridade em relação aos brancos, desconsiderando questões econômicas e sociais. Para Oliveira Vianna, o conceito de inferioridade e superioridade é entendido no sentido das raças superiores serem aquelas capazes de gerar tipos superiores, estes os únicos que marcam a sociedade, na medida em que são eles que dirigem as massas e modelam a consciência dos indivíduos (Leite, 1969).

Desse modo, segundo Leite (1969), o êxito alcançado por Oliveira Vianna decorreu não da qualidade científica de suas obras, mas por anteceder ou ser contemporâneo aos vários movimentos fascistas europeus e por satisfazer os pruridos da nobreza rural de parte da população brasileira. Assim, Leite (1969) discorda de autores que afirmam que a Oliveira Vianna devemos, ao menos, o impulso para a moderna orientação dos estudos de sociologia e de psicologia social. Ao contrário, concebe que a obra de Oliveira Vianna

> demonstra para o sociólogo e o psicólogo a crueldade do domínio de um grupo, por outro: o grupo dominado acaba por se ver com os olhos do grupo dominante, a desprezar e a odiar, em si mesmo, os sinais do que os outros consideram sua inferioridade. E talvez poucos brasileiros tenham escrito palavras tão cruéis e injustas a respeito do negro: este é simiesco, troglodita, decadente moral, inferior. Para ele, para os mestiços também inferiores, Oliveira Vianna, recomendava um governo forte, capaz, provavelmente, de impor novamente a mortalidade da senzala. (Leite, 1969, p. 231)

Já Arthur Ramos é compreendido por Leite (1969) como alguém que, apesar de se considerar seguidor de Raimundo Nina Rodrigues, não repetiu as teorias deste, promoveu uma “sadia renovação de métodos e teorias” (p. 237) e foi o grande divulgador de um conceito de cultura que se opunha à doutrina da superioridade racial dos brancos.

Apesar disso, considera que Arthur Ramos, em seu estudo sobre os negros, ficou “preso a uma concepção evolucionista, de forma que se o negro não é visto como raça inferior, é analisado como possuidor de uma cultura atrasada, de que deve ser lentamente libertado” (p. 238). Ademais, Arthur Ramos considerava que no Brasil ainda se vivia em pleno domínio de um mundo mágico, impermeável aos influxos da *verdadeira* cultura, considerando que, se isso não acarretava um sentimento de inferioridade dos brasileiros, não havia como negar que se tratava de um primitivismo cultural.

---

[28] Segundo Bomfim (2003), o livro de Oliveira Vianna, *Pequenos Estudos de Psychologia Social* (1921), ficou notabilizado por ser um livro opinativo, sem preocupação com a apresentação de dados de pesquisas. Ademais, afirma a autora, ainda que Oliveira Viana ressaltasse a necessidade de analisar a realidade social, sua produção foi muito criticada por sua visão política e por seus referenciais autoritários. De acordo com Bomfim (2003), o estilo ensaístico presente no livro de Oliveira Vianna foi predominante na produção psicossocial brasileira e só houve maior sistematização teórica-científica dez anos depois de sua publicação.

Diante dessa noção de *verdadeira* cultura, segundo Leite (1969), pode-se observar que o conceito de cultura, ainda que permitisse a Arthur Ramos superar o racismo observado em Raimundo Nina Rodrigues e em Oliveira Vianna, foi utilizado incorretamente por ele, pois a cultura negra – entendendo cultura como "padrões criados por um grupo para seu ajustamento ao seu ambiente e ao seu destino" (p. 241) – é tão *verdadeira* quanto a branca.

O que Arthur Ramos deveria ter se perguntado, segundo Leite (1969), diante da observação de formas culturais não funcionais, é se os negros tiveram acesso a uma cultura mais adequada para as condições reais. Mas, como não fez esta pergunta, sua explicação se aproxima à de Raimundo Nina Rodrigues, concluindo ambos que "o negro, por ser negro, ainda não pode acompanhar a civilização e, mais do que isso, arrastou o branco brasileiro para o primitivismo" (Leite, 1969, p. 241).

Esse breve histórico, referente à inserção da psicologia social no Brasil, demonstra que a psicologia social emerge no País no interior da discussão sobre a constituição do povo brasileiro, atravessada por temáticas políticas como o racismo e o desenvolvimento da sociedade brasileira. Podemos notar o debate sobre a natureza dos fenômenos sociais e, assim, dos determinantes dos comportamentos dos indivíduos, entendidos a partir de uma perspectiva biologicista/individualista ou a partir da crítica à redução dos fenômenos sociais aos aspectos biológicos. Debate que também foi característico na história dominante da psicologia social frente às divergências e convergências entre perspectivas instintivas (William McDougall), behavioristas (Floyd Allport), psicologia das massas (Gustave Le Bon, Gabriel Tarde, Sigmund Freud), gestálticas e cognitivistas (Kurt Lewin, Gordon Allport, Cognição Social).

A consideração de Paiva (2000) de que Dante Moreira Leite foi o precursor da "gestação da nova Psicologia Social", tendo por influência Heider, pode ser entendida no contexto das décadas de 1950 e 1960, nas quais se observa o fortalecimento da psicologia social cognitiva, devendo-se ressaltar a emergência do movimento da Cognição Social, em meados da década de 1960, em oposição a perspectivas behavioristas e ao reducionismo fisiológico (Vala, 1993). De acordo com Camino e Torres (2011), Heider, sob a influência da Gestalt, analisou a natureza da percepção social e sua Teoria da Atribuição marcou "profundamente o desenvolvimento da Psicologia Social nos anos de 1960 e pode ser considerada como a precursora da perspectiva contemporânea da Cognição Social" (p. 64).

3.2 A crise da psicologia social no Brasil

Segundo Lane (1987a), a psicologia social começa a ser sistematizada na década de 1950 dentro de duas tendências predominantes: a tradição pragmática estadunidense, marcada pela euforia de uma intervenção que minimizaria conflitos, tornando os homens "felizes" após a destruição provocada pela II Guerra Mundial; a tradição filosófica europeia que buscava modelos científicos totalizantes, como Lewin e sua teoria do campo.

De acordo com Molón (2001), no Brasil, a primeira tradição tinha como expoente Aroldo Rodrigues, principal representante da psicologia social fundamentada no positivismo; a segunda encontrava ressonância na presença de Carolina Bori, professora da Universidade de São Paulo, a qual, como já apontamos, traduziu o livro *Teoria de Campo em Ciência Social,* de Lewin, na década de 1960. Segundo a autora, a partir destas duas tendências, a psicologia social procurava "basicamente fórmulas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social" (Molón, 2001, p. 46).

Rodrigues (1985) afirma que, a partir dos anos 1960, o domínio do cognitivismo foi indiscutível na psicologia social. Remetendo-se ao capítulo de Markus e Zajonc, publicado na edição de 1985 do *Handbook of Social Psychology*, ressalta a compreensão destes autores de que psicologia social e psicologia social cognitiva eram quase sinônimos, não havendo praticamente alternativas competidoras na época, diferente do que se verificara durante os anos 50 e 60, nos quais havia uma diversidade de enfoques (estímulo-resposta, teoria do campo, Gestalt, cognitivismo).

É interessante levarmos em conta, nesse quadro de desenvolvimento e hegemonização da psicologia social cognitiva, além do que já apontamos anteriormente sobre Heider (Camino & Torres, 2011), a consideração de Farr (2006) de que Lewin, ao imigrar para os Estados Unidos, teve importante papel na institucionalização da psicologia social como uma ciência cognitiva e experimental, opondo-se, sob a influência da Gestalt, à perspectiva behaviorista introduzida por Floyd Allport em 1924.

Bomfim (1989) destaca a existência de estudos sobre a dinâmica dos pequenos grupos no Brasil, tendo a psicologia social, em meados da década de 1930, a partir dos estudos de Kurt Lewin, instituído os pequenos grupos como um novo e profícuo objetivo. Após a II Guerra Mundial, o trabalho com os pequenos grupos, de acordo com a autora, "desenvolveram-se intensamente no sentido de promover a adaptação ou a readaptação (no caso dos ex-combatentes) ao contexto social" (p. 43).

Outro aspecto a se considerar no desenvolvimento e na hegemonização da psicologia social cognitiva é a influência do texto de Gordon Allport, aliado à perspectiva cognitivista de psicologia social, sobre a história da psicologia social, publicado na edição de 1954 do *Handbook of Social Psychology*. Segundo Portugal (2005), com este texto, Gordon Allport criou "um passado comteano para a psicologia social, cujo ápice constitui a psicologia social individualista e instrumental iniciada nos anos 1920 e que se fortaleceu até o final dos anos 1960" (p. 464).

De acordo com Allport (1954), com poucas exceções, psicólogos sociais consideram sua disciplina como

> uma tentativa de entender e explicar como o pensamento, o sentimento e o comportamento dos indivíduos são influenciados pela presença atual, imaginada ou implícita de outros seres humanos. O termo "presença implícita" refere-se às muitas atividades que o indivíduo realiza devido à sua posição (papel) na complexa estrutura social e ao seu pertencimento a um grupo cultural. (pp. 04-05, tradução nossa)

Portanto, se cabia à antropologia e à ciência política conhecerem o curso da sociedade, por contraste, à psicologia social – entendida como um ramo da psicologia social geral –, cujo foco específico é a natureza social do indivíduo, cabia entender

> como um dado membro de uma sociedade **é afetado por todos os estímulos sociais que estão ao seu redo**r. Como ele aprende a sua língua nativa? De onde vêm as atitudes sociais e políticas que ele desenvolve? O que acontece quando ele se torna um membro de um grupo ou de uma multidão? (Allport, 1954, p. 05, tradução nossa, grifo nosso)

Segundo Rodrigues (1985), a psicologia social cognitiva se interessa pelas atividades psicológicas internas ao indivíduo, a partir das quais ele apreende e interpreta estímulos sociais, pessoais, condutas, eventos, objetos e situações sociais que se encontram no seu ambiente. Portanto, se interessa pelo que está na "cabeça do sujeito" quando na presença de outros.

Em relação à perspectiva lewiniana, Rodrigues (1985) afirma:

> A diferença entre a Psicologia Social cognitivista e a de características lewinianas e gestálticas não é muito grande; elas se distinguem porque esta última se prende a princípios rígidos da teoria de campo e da Gestalt, enquanto a psicologia social cognitiva contemporânea faz apelo às contribuições de Lewin e da Gestalt sem se limitar a elas. (pp. 18-19)

O movimento da Cognição Social, que emergiu em meados dos anos 1960, segundo Vala (1993), teve por influência conceitos como o de *atitude*, proposto por Gordon Allport; o de *esquema*, proposto por Barlett; o de *quadro de referência*, proposto por Sherif, e o de *espaço de vida*, proposto por Lewin. Além destes conceitos e autores, Vala (1993) ressalta também a influência do movimento teórico conhecido por *new look* e afirma que estas raízes teóricas contribuíram para a substituição do modelo estímulo-resposta pelo modelo estímulo-organismo-resposta na psicologia social, assumindo o organismo um papel

estruturante na compreensão do comportamento, sendo a realidade enfatizada a realidade percebida pelo indivíduo. A percepção foi entendida não apenas como resultante dos estímulos ou da estrutura da informação, mas também como produto de expectativas, motivações e inserções sociais.

De acordo com Vala (1993), o movimento da cognição social, ainda que tenha alterado alguns dos pressupostos presentes naquelas suas raízes, não se diferenciou destas de maneira significativa:

> **acentua-se o papel do organismo na elaboração do conhecimento, conferindo-se um peso cada vez maior à acção das mediações internas na relação entre os estímulos e as respostas**, o que poderá ser representado através de um modelo de tipo *O-S-O-R;* abandona-se o estudo dos factores dinâmicos internos (motivações, afectos, etc.); **individualiza-se o sujeito cognoscente; a análise centra-se nas cognições enquanto tais**, na forma como se encontram estruturadas e nos processos que relacionam as estruturas cognitivas com a informação externa; finalmente, elegem-se duas questões empíricas básicas — a percepção de pessoas e a atribuição de causas aos comportamentos, a primeira a partir das contribuições de Asch e a segunda a partir de Heider. (p. 904, grifo nosso)

Podemos conceber, desse modo, que, por um lado, o movimento da cognição social foi uma crítica à hegemonia da perspectiva behaviorista na psicologia social; por outro lado, manteve-se o caráter individualista da psicologia social. Álvaro e Garrido (2006) afirmam que a psicologia social cognitiva-experimental não se converteu em uma ruptura total com a psicologia anterior, na medida em que "mantiveram a concepção científico-natural da psicologia social e a ideia de que a experimentação era o método de pesquisa mais adequado, dando assim continuidade aos modos de atuar tradicionais da disciplina" (p. 230).

Jacó-Vilela (2007), ao retratar a influência da psicologia social cognitiva na psicologia social brasileira, a vincula aos princípios da psicologia social propostos por Floyd Allport, importante autor na institucionalização da psicologia social behaviorista nos EUA, no início do século XX. O que aponta para a manutenção de uma concepção científica individualista na história da psicologia social:

> Em termos macropolíticos, a influência crescente do modelo estadunidense de universidade – buscado pela intelectualidade brasileira desde os anos de 1930 (BOMENY, 2001) – leva a que um certo caráter de neutralidade e afastamento da realidade social torne-se dominante na formação dos novos psicólogos. O que passa a ser entendido como psicologia social a partir dos anos de 1960, pela sua hegemonia sobre corações e mentes, é a chamada psicologia social cognitivo-experimental, cujos princípios situam-se em F. Allport e são institucionalizados pelos discípulos de Lewin [os quais produziram prioritariamente uma visão estritamente centrada no indivíduo]. (Jacó-Vilela, 2007, p. 48)

De acordo com Pepitone (1981), a vertente individual da psicologia social, caracterizada pela compreensão do indivíduo como única unidade de análise e, particularmente, pela explicação do comportamento social a partir do foco em processos

intraindividuais, foi a que influenciou de maneira mais efetiva a história da psicologia social. Esta vertente se desenvolveu economicamente, politicamente e institucionalmente no interior de departamentos de psicologia e se manteve exposta a normas que organizavam a psicologia, informada por uma concepção de psicologia como uma ciência natural e empírica. Tais normas eram articuladas a partir de algumas doutrinas que apresentaram pesos variados no decorrer das décadas, mas que se mantiveram persistentes no campo dominante da psicologia social: o empiricismo, o mecanicismo, o universalismo, o reducionismo, o materialismo e o individualismo (Pepitone, 1981).

Na crítica a essa perspectiva dominante de psicologia social podemos conceber a "crise" da psicologia social. A fim de contextualizarmos o momento da "crise", cabe-nos considerar que, como afirma Bomfim (1989), quando a psicologia social começou a se instituir efetivamente no País, na década de 1960, seu arcabouço teórico-ideológico-prático já começou a ser vítima de críticas – Jean Paul Sartre criticou Lewin e Moreno. Nessa época, nos Estados Unidos, apareceram os primeiros artigos sobre "a crise da psicologia social".

De acordo com Camino (1996), no final dos anos 60 surgiram pelo mundo inteiro "críticas à abordagem individualista dominante na psicologia social e aos experimentos em laboratório. O cerne dessas críticas era a ideia de que, ao retirar os fenômenos sociais de seu meio próprio, terminava-se por abstrair-lhes a natureza social" (p. 17). Segundo o autor, nos anos 70, no continente latino-americano, num contexto de movimentos de resistência e oposição às ditaduras militares e luta pela democracia, observou-se o crescimento de um forte descontentamento em relação à psicologia social americana não só quanto à sua falta de relevância social, mas também quanto ao caráter ideológico do positivismo (Camino, 1996).

Esse contexto de críticas à psicologia social em diferentes partes do mundo, após um rápido crescimento da disciplina na década de 1960, se fez, de acordo com Álvaro e Garrido (2006), no interior de uma crise das ciências sociais, afetando as bases teóricas, metodológicas e epistemológicas da psicologia social (Álvaro & Garrido, 2006). Esta crise ocorreu, segundo os autores, em decorrência de mudanças que estavam acontecendo no âmbito da filosofia da ciência, devido à diminuição da influência do positivismo lógico.

Nesse contexto histórico, propostas teóricas e metodológicas, críticas à perspectiva behaviorista, mas também ao movimento de cognição social, foram surgindo. Entre elas, destacamos:

- O surgimento, no início de 1970, de uma "psicologia social europeia" que reivindicava, apesar de não transpor totalmente os limites da psicologia social tradicional, não somente uma identidade própria, como também se diferenciar da psicologia social norte-americana. Buscou promover maior ênfase na dimensão social da disciplina, inserindo a explicação da psicologia social num contexto mais alargado, centrado nos grupos e na sociedade, bem como na análise do conflito e no papel deste para a mudança social (Jesuíno, 2004; Álvaro & Garrido, 2006; Camino & Torres, 2011). Podemos localizar aqui a importância das contribuições de Serge Moscovici e de Henry Tajfel à psicologia social, a partir da crítica ao entendimento da interação social em termos individualistas e à ausência de relevância social nos estudos de psicologia social[29], propondo alternativas teóricas à cognição social: Moscovici propôs a teoria das representações sociais e a teoria das minorias ativas; Tajfel, a teoria da identidade social.
- O desenvolvimento da psicologia social pós-moderna, caracterizada por correntes articuladas em torno de um relativismo epistemológico e crítica às bases da psicologia social tradicional, propondo mudanças teóricas e metodológicas. Álvaro e Garrido (2006) destacaram as seguintes propostas: "construcionismo social de Kenneth Gergen, o enfoque etogênico de Rom Harré, o enfoque retórico de Michael Billig, a análise das conversações e a análise do discurso de Jonathan Potter e Margaret Wetherel" (p. 320).
- O desenvolvimento de correntes da psicologia social sociológica que, diante da hegemonia do positivismo lógico, ficaram marginalizadas, como o interacionismo simbólico (Álvaro & Garrido, 2006). Segundo os autores, a

  > tentativa de fazer compatíveis as análises micro e macro, de estudar a estrutura social a partir das interações face a face e a partir do sentido dado à ação pelos próprios atores sociais, ao mesmo tempo em que situa tais interações como parte de um sistema estruturado de ações normativas, é o principal desafio que compartilham a teoria sociológica e a psicologia social sociológica atuais. (pp. 340-341)

Além do interacionismo simbólico, Álvaro e Garrido (2006) também se remetem à teoria das figurações sociais de Norbert Elias, à teoria da estruturação social de Anthony Giddens, ao construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu.

---

[29]Uma referência importante nesse período é o texto *Experiments in a vacuum*, publicado por Tajfel (1972).

Uma quarta proposta teórica e metodológica, a qual focamos neste capítulo, é a psicologia social "crítica" latino-americana. É importante o aspecto "crítico", pois, como bem lembram Álvaro e Garrido (2006), a psicologia social latino-americana não é uma perspectiva homogênea, o que também pode ser dito quando se utiliza termos como "psicologia social norte-americana" ou "psicologia social europeia". De acordo com Álvaro e Garrido (2006),

> Não há dúvida de que é complexo referir-se a uma psicologia social latino-americana pois, na verdade, existem muitas formas de conceber a psicologia social por parte dos psicólogos sociais latino-americanos. Coexistem diferentes enfoques, de maneira que podemos reconhecer uma influência tanto da psicologia social norte-americana como da europeia, assim como uma resistência e uma tentativa de construção de uma psicologia social comprometida com a situação política, social e econômica latino-americana, e que se situa em alguns parâmetros críticos, e até em clara confrontação com as formas de fazer psicologia social, principalmente nos Estados Unidos, mas também na Europa. (p. 304)

Desse modo, ao nos remetermos à psicologia social crítica latino-americana como essa quarta proposta construída na emergência da "crise" da psicologia social, estamos circunscrevendo-a a alternativas críticas ao individualismo e ao adaptacionismo característico da vertente hegemônica presente na história da psicologia social ao longo do século XX, caracterizadas pelo comprometimento com a situação política, social e econômica latino-americana, visando à transformação social de relações de dominação.

Conforme Lane (1987a), dois desafios importantes para a construção de uma psicologia social crítica latino-americana eram: a) a crítica à tradição biológica da psicologia; b) a compreensão do poder de transformação da sociedade pelos indivíduos, na medida em que a psicologia social enfocava apenas as determinações sociais e culturais de seu comportamento.

De acordo com Martín-Baró (1986), até à década de 1970, a perspectiva predominante da psicologia social na América Latina raramente colocava em discussão pressupostos dos modelos dominantes de ciência e com menos frequência ainda propunha alternativas a ele, pautando-se no individualismo, que reduz os problemas estruturais a problemas individuais, sendo o indivíduo unidade de sentido em si mesmo. Outros pressupostos ressaltados por Martín-Baró (1986) são: o positivismo, que limita o conhecimento aos dados positivos, sendo cego "para aquilo que não existe, mas que seria historicamente possível se fossem dadas outras condições" (p. 222, tradução nossa); o hedonismo, que julga que todo comportamento é sempre e por princípio uma busca por prazer ou satisfação; a visão homeostática, que valora negativamente tudo que representa

conflito, ruptura ou crise; o a-historicismo, que leva a considerar a natureza humana como universal.

Ademais, os modelos dominantes de ciência até aquele momento pressupunham uma dicotomia entre teoria e prática; exigiam, para a produção do conhecimento, uma neutralidade e uma objetividade científicas falsas por parte do pesquisador, que excluía o que não se encontrava presente nas definições e diagnósticos existentes; e concebiam os participantes das pesquisas como "objetos" da investigação, mudos receptores de ações prescritas (Montero, 2008).

Segundo Sandoval (2002), produziam-se conhecimentos descontextualizados, pois os pesquisadores centravam-se na importação acrítica de problemas, metodologias e teorias de outros países, independente de sua aplicabilidade às especificidades das sociedades latino-americanas. Assim, a reflexão sobre as necessidades da maior parte da população latino-americana e sobre as possibilidades de transformação do quadro de pobreza e dominação vivido por ela era negligenciada.

De acordo com Bomfim (2003),

> Para [a psicologia social] superar a conhecida "crise" seria necessário buscar uma maior e mais cuidadosa produção de conhecimento, discutindo as questões ideológicas, elucidando os conflitos sociais, analisando as diferenças individuais, grupais e comunidades e questionando o seu próprio papel político. Dessa revisão, fruto das constantes críticas, frutificaram os estudos e as análises sobre poder, ideologia, sujeito social e construção da realidade social. (p. 131)

Dessa forma, ressalta a autora, no contexto da década de 1960, a importância dos trabalhos de Berger e Luckman sobre a construção social da realidade; da teoria da representação social de Moscovici; do trabalho de Herzlich; da psicossociologia de Maisonneuve; e do estudo da vida afetiva dos grupos de Pagés. Também faz referência às contribuições de Marcuse sobre a ideologia na cultura de massa; de Lefebvre, sobre a vida cotidiana; de Goffman, sobre a representação do eu na vida cotidiana; de Foucault, sobre as palavras e as coisas; da produção psicossocial provinda da Argentina, remetendo-se ao trabalho de Rodrigué intitulado "Biografia de una comunidad terapeutica".

A psicologia social latino-americana, segundo Sandoval (2002),

> não fez muito mais do que olhar para o que havia ignorado em cada esquina das cidades da América Latina: a criança mendicante, a mãe sem teto e o trabalhador desempregado. [...]. Demo-nos conta de que a nossa visão de favelas, pobreza e negligência era aterradora e que nossa impotência para intervir efetivamente nesse meio ainda de maior constrangimento. (p. 103)

Assim, parte dos acadêmicos brasileiros buscaram focalizar temas políticos tendo por preocupação problemas sociais do nosso continente, alterando a perspectiva dominante que "por longos anos sustentou a crença de que o conhecimento científico se coloca acima

de compromissos societários" (Sandoval, 2002, p. 104). A fase inicial de emergência de um "Paradigma Latino-Americano" foi marcada por uma rebeldia contra a psicologia colonial, isto é, a importação a-crítica de teorias, métodos e práticas predominantes do Primeiro Mundo, questionando suas possibilidades de contribuição para a compreensão da realidade do Terceiro Mundo. Isto trouxe o imperativo de criarmos nossas próprias abordagens, que fossem mais adequadas à análise da realidade latino-americana, e logo se percebeu que a mudança, entendida como conscientização, mobilização e empoderamento, deveria ser um componente central a estas abordagens (Sandoval, 2002).

Uma segunda fase da construção de um Paradigma Latino-Americano "tem sido a busca de insumos teóricos que possam contribuir para nossos esforços, conduzindo à intensificação da atividade intelectual e à exploração de correntes teóricas críticas na Europa e na América do Norte" (Sandoval, 2002, p.106).

No contexto de "crise" da psicologia social, portanto, passou-se a produzir na América Latina uma psicologia social que se interessava pela "retomada" de temas políticos, questionando pressupostos ontológico, epistemológico e metodológico do cânone científico dominante (Lane, 1987a; Montero, 2000a; Montero, 2004).

O ser humano passou a ser compreendido por parte da psicologia social não como socialmente determinado nem como causa de si mesmo, mas como um produto histórico-social. A construção do conhecimento passou a ser entendida como uma construção social da realidade, não sendo possível creditar ao pesquisador a condição de neutralidade científica, na medida em que o conhecimento é sempre produto histórico produzido por seres humanos situados sócio-historicamente que determinam o prisma sob o qual os fatos serão enfocados. No aspecto metodológico, a pesquisa passou a ser compreendida como prática social, na qual pesquisador e pesquisado se confundem, alternam papéis, sendo ambos o objeto e o sujeito da análise. Objetivava-se o fortalecimento e o desenvolvimento da comunidade através da pesquisa-ação-participante como projeto metodológico para promover mudanças sociais diante das demandas da população (Lane & Sawaia, 1991; Montero, 2004; Montero, 2008).

Segundo Montero (2000b), o objetivo da pesquisa-ação-participante, construída na América Latina, era distinto daquele da pesquisa-ação fomentada por Kurt Lewin nos Estados Unidos. No caso latino-americano tratava-se de transformar a sociedade, fazendo-a mais justa, incorporando a participação popular, ou seja, aqueles a quem se busca beneficiar.

Assim, objetivou-se construir uma psicologia social "capaz de recuperar o homem enquanto agente de sua história, [na busca] de contribuir para a eliminação de injustiças sociais, da opressão e da ignorância alienante social e psicologicamente" (Lane, 2000, p. 62). Esta psicologia social trouxe para o centro do debate os processos de constituição identitária e de "conscientização", principalmente, das camadas populares dos países latino-americanos, visando articular teoria e prática no trabalho psicossocial comunitário.

O crescimento do posicionamento crítico em relação à psicologia social dominante acarretou o rompimento de um grupo de psicólogos sociais com a Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO), em torno da qual se organizavam pesquisadores como Aroldo Rodrigues, e a criação, no Brasil, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1980. Fundadores e participantes da ABRAPSO consideravam

> não só que os conhecimentos da psicologia social deveriam ser colocados a serviço dos movimentos e lutas populares, mas também que a base da construção teórica deveria ser constituída por uma reflexão filosófica que sustentasse a unidade da teoria científica e da luta popular. (Camino, 1996, p. 18)

Segundo Lane (1985), nos modelos mais experimentais, dominantes na psicologia social, seja cognitivista ou behaviorista, inseridos numa tradição positivista, buscava-se afirmar a objetividade do fato e negar ou controlar a subjetividade, afastando-a do fato social. Isto é,

> O indivíduo era o objeto de estudo e a concepção de social era apenas um cenário. Tínhamos de resgatar a subjetividade para a Psicologia Social e mais, deixar de ver o indivíduo como produto de si mesmo; porque a característica fundamental do ser humano é ele ser um produto histórico e, ao mesmo tempo, agente do meio. (p. 20)

O livro organizado por Lane e Codo (1987), *Psicologia Social: O Homem em Movimento*, foi uma importante referência para a psicologia social brasileira nesse momento da "crise", propondo uma perspectiva crítica à psicologia social dominante. Ainda que nos foquemos, neste capítulo, nesta perspectiva, cabe-nos considerar que esta não foi a única alternativa crítica proposta na psicologia social brasileira.

Segundo Lane (1987a), a meta da psicologia social era atingir o indivíduo como um ser concreto – manifestação de uma totalidade histórica-social, produto e produtor de sua história individual e da história social. Para tanto, segundo a autora, tínhamos que "partir do empírico (que o positivismo tão bem nos ensinou a descrever) e, através de análises sucessivas, nos aprofundarmos, além do aparente, em direção a esse concreto" (p. 16). O concreto a ser alcançado é entendido como um produto do pensamento, do esforço racional, que transforma o imediato em mediato, as representações em conceitos.

Segundo a autora, dois fatos fundamentais para o conhecimento do Indivíduo (como ser concreto) são:

> 1) o homem não sobrevive a não ser em relação com outros homens, portanto a *dicotomia* Indivíduo x Grupo é falsa – desde o seu nascimento (mesmo antes) o homem está inserido num grupo social; 2) a sua participação, as suas ações, por estar em grupo, dependem fundamentalmente da aquisição da *linguagem* que preexiste ao indivíduo como código produzido historicamente pela sua sociedade (*langue*), mas que ele apreende na sua relação específica com outros indivíduos (*parole*). Se a língua traz em seu código significados, para o indivíduo as palavras terão um sentido pessoal decorrente da relação entre pensamento e ação, mediadas pelos outros significativos. (Lane, 1987a, p. 16)

Nesse livro, a psicologia social é fundamentada no marxismo, concebendo Lane (1987b) que

> o desenvolvimento da sociedade se dá a partir do trabalho vivo que produz (...) em última análise, a formação de classes. Logo, as relações de produção geram a estrutura da sociedade, inclusive as determinações sócio-culturais, que fazem a mediação entre o homem e o ambiente. (p. 82)

Lane e Sawaia (1991) afirmam que a visão marxista que embasa o projeto metodológico da psicologia social crítica latino-americana – a pesquisa participante – é a visão gramsciana da práxis revolucionária[30]. Um dos aspectos primordiais da adoção da perspectiva gramsciana, segundo as autoras, é "o fato de Gramsci não limitar o processo revolucionário apenas às denominadas classes fundamentais (burguesia e proletariado), acentuando a convergência das classes subalternas (o camponês, o pequeno comerciante, o artesão)" (Lane & Sawaia, 1991, p. 34).

Esse último aspecto é considerado fundamental, uma vez que, afirmam as autoras, a pesquisa-participante na América Latina tem se realizado, em sua maior parte, não junto ao proletariado, mas ao camponês e aos trabalhadores pobres urbanos, parcela considerável da classe trabalhadora e desqualificada pela visão ortodoxa esquerdista. Deste modo, o conceito de classe operária, segundo Lane e Sawaia (1991), foi substituído por um mais abrangente, classe subalterna, de maneira a conciliar a transformação marxista com os sujeitos privilegiados na pesquisa participante.

De acordo com as autoras, a pesquisa-participante é produto da convergência de três vertentes analíticas: uma vertente educativa, baseada nos princípios da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire; uma vertente social-militante, relacionada à emergência de diferentes movimentos da sociedade civil na América Latina que lutavam contra o Estado autoritário e a ordem econômica excludente nos países do continente; uma vertente

---

[30] Em nota de rodapé, Lane e Sawaia (1991) afirmam que, segundo Thiollent, a dialética da pesquisa-participante é do tipo maoísta e gramsciana. Outros autores que apontam como contribuidores para a compreensão desta dialética são Foucault, pelas reflexões sobre a relação saber/poder e sobre microrrelações de poder; Charles Guide; Piaget.

sociológica, a qual se originou na sociologia crítica, tendo Fals Borda como referência na América Latina, que desencadeou uma revisão dos pressupostos epistemológicos tradicionais, na busca de uma práxis de pesquisa de linha marxista, buscando desenvolver tanto a prática quanto a teoria (Lane & Sawaia, 1991). Estas vertentes serviram de fundamentação para a construção de conhecimentos comprometidos com as demandas da população latino-americana e com a mudança social.

Cabe-nos ressaltar também a compreensão de Lane (1987c) sobre a subjetividade, entendendo a autora que esta é produzida no terreno ideológico, no qual o indivíduo constitui sua consciência, e nessa medida podemos conceber a importância da função da linguagem como mediação ideológica:

> A linguagem, enquanto produto histórico, traz representações, significados e valores existentes em um grupo social, e como tal é veículo da ideologia do grupo; enquanto para o indivíduo é também condição necessária para o desenvolvimento de seu pensamento.É preciso ressaltar que nem todas as representações implicam necessariamente reprodução ideológica; esta se manifesta através de representações que o indivíduo elabora sobre o Homem, a Sociedade, a Realidade, ou seja, sobre aqueles aspectos da sua vida a que, explícita ou implicitamente, são atribuídos valores de certo-errado, de bom-mau, de verdadeiro-falso. No plano superestrutural, a ideologia é articulada pelas instituições que respondem pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas; no plano individual, elas se reproduzem em função da história de vida e da inserção específica de cada indivíduo. Desta forma, a análise da ideologia deve, necessariamente, considerar tanto o discurso onde são articuladas as representações, como as atividades desenvolvidas pelo indivíduo. A análise sociológica é fundamental para o conhecimento psicossocial pelo fato de ela determinar e ser determinada pelos comportamentos sociais do indivíduo e pela rede de relações sociais que, por sua vez, constituem o próprio indivíduo. (Lane, 1987c, p. 41)

Diante da importância da linguagem como mediação ideológica e do papel da ideologia no plano sociológico (relação de dominação entre as classes sociais) e superestrutural (reprodução daquela relação de dominação via a prescrição de papéis sociais), segundo Lane (1987c), como implicação metodológica, a psicologia social necessita “pesquisar as *representações* (linguagem, pensamento) juntamente com as ações de um indivíduo, este definido pelo conjunto de suas relações sociais, para se chegar ao conhecimento de seu nível de consciência/alienação num dado momento” (p. 44).

A alienação, segundo Lane (1987c), é caracterizada, “ontologicamente, pela atribuição de ‘naturalidade’ aos fatos sociais; (...) faz com que todo conhecimento seja avaliado em termos de verdadeiro ou falso e de universal; neste processo a ‘consciência’ é reificada” (p. 42).

Já o processo de conscientização depende do indivíduo desencadear uma “consciência de si” (categoria psicológica), a qual é indissociada da “consciência de classe” (categoria sociológica), uma vez que, ao tomar consciência das determinações históricas, o indivíduo reconhece-se membro de um mesmo grupo, o qual se encontra

inserido nas relações de produção que estruturam a sociedade: “O indivíduo consciente de si, necessariamente, tem consciência de sua pertinência a uma classe social” (Lane, 1987c, p. 42).

Considerando – assim como Leontiev – atividade, consciência e personalidade (identidade) como categorias fundamentais para a análise psicológica, Lane (1987c) afirma: “temos como ponto de partida essencial a linguagem, o discurso produzido pelo indivíduo, que transmite a representação que ele tem do mundo em que vive, ou seja, a sua realidade subjetiva, determinada e determinante de seus comportamentos e atividades” (p. 44).

A articulação entre a influência de Gramsci, o contexto histórico latino-americano e autores latino-americanos demonstra uma preocupação desta perspectiva crítica em afastar-se de uma posição ortodoxa do marxismo e contextualizar a teoria marxista na construção da psicologia social latino-americana.

Contudo, se, por um lado, observou-se o afastamento de um marxismo ortodoxo, recorrendo-se a Gramsci, por outro lado, manteve-se o pressuposto de um fundamento último de sociedade, a partir do qual a estrutura da sociedade é concebida como estrutura de classe e, como vemos na citação abaixo de Lane e Sawaia (1991), a unicidade da luta política é pautada nas relações de produção:

> Não estamos aqui defendendo o corporativismo do operariado ou afirmando que a transformação se realiza somente através de sua ação. Aceitamos a perspectiva gramsciana de convergência das lutas da classe subalterna e classe operária. Uma das propostas que aplaudimos na PP [pesquisa participante] é sua tentativa de superar a visão estreita da esquerda radical, que faz da classe operária um dogma estéril dentro da nossa realidade (inclusive em minha pesquisa trabalho com o favelado). Queremos apenas marcar, mais uma vez que, para Marx não existiria revolução sem teoria revolucionária e a teoria revolucionária no capitalismo só é possível na ótica de quem produz a mais-valia. Essa última categoria deve estar presente na definição do sujeito da pesquisa, pois é ele quem estabelece a relação entre os diferentes setores da massa trabalhadora e lhes dá unicidade. (pp. 48-49)

A mesma crítica feita por Laclau e Mouffe (1985) a Gramsci pode ser considerada aqui: o princípio articulador do sujeito político é a expressão de uma classe fundamental, isto é, nem a unicidade deste princípio articulador, nem seu necessário caráter de classe são “resultados contingentes da luta hegemônica, mas um modelo estrutural necessário dentro do qual toda luta ocorre. A hegemonia de classe não é um resultado prático completo, mas tem uma fundação ontológica última” (Laclau & Mouffe, 1985, p. 69, tradução nossa).

A concepção de um fundamento último da realidade implica, como abordamos no capítulo anterior, uma limitação da compreensão da contingência na luta política, afirmando uma centralidade do espaço político e uma determinação dos sujeitos políticos e

do desenvolvimento da história. Portanto, esta limitação da contingência acarreta a "negação" do político, na medida em que o conceito do político depende de compreendermos a construção dos sujeitos políticos e da objetividade social em termos da noção de articulação e, assim, na crítica a uma determinação última da realidade.

Desde a emergência da "crise" da psicologia social vivemos o processo de redemocratização do Brasil, o qual permitiu a afirmação de direitos à população como também que trabalhos desenvolvidos por psicólogos sociais críticos saíssem da clandestinidade. Ademais, ocorreu o aumento da inserção de psicólogos sociais em instituições, sobretudo públicas, em torno da construção e da implementação de políticas públicas.

A divisão do mundo em dois blocos antagônicos – capitalistas x comunistas – deixou de existir, ocorrendo uma expansão do capitalismo e uma forte presença do neoliberalismo nas sociedades latino-americanas. Ao mesmo tempo, tivemos a emergência de uma pluralidade de movimentos sociais na sociedade brasileira, produzindo deslocamentos em diferentes relações sociais, bem como a aproximação de alguns movimentos sociais com o Estado, reconfigurando as possibilidades de construção da luta política (Prado & Costa, 2009).

Junto com as mudanças históricas, observou-se um debate teórico, no interior das ciências humanas, sobre as possibilidades de construção da mudança social, de maneira que foram propostas releituras de conceitos importantes para a análise sociopolítica – como emancipação, direitos, sujeito, político, política.

Nesse contexto histórico e científico é que buscamos investigar como o político tem sido compreendido na produção em psicologia social no Brasil, entre os anos de 1986 e 2011, e as implicações desta compreensão para a construção democrática.

PARTE II – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O percurso metodológico foi elaborado no processo de desenvolvimento da pesquisa, uma vez que, se o período de delimitação da produção que seria analisada era um pouco mais claro desde o início da pesquisa, o mesmo não era possível dizer da seleção do material que seria analisado. Dois questionamentos percorreram todo o processo da investigação: que procedimentos metodológicos seriam capazes de abranger a produção brasileira em psicologia social que apresenta como objeto a análise de dinâmicas políticas[31]? Quão abrangente deveriam ser os procedimentos e, ao mesmo tempo, qual a quantidade de material seria possível a um investigador analisar no período delimitado de um doutorado?

É no decurso dessas questões que refletimos, no primeiro capítulo, sobre o período de delimitação da produção analisada e sobre os procedimentos de coleta desta produção.

No segundo capítulo, descrevemos os procedimentos de análise e o perfil da produção coletada, tendo por objetivo apresentar uma visão geral desta produção.

CAPÍTULO 4

PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA

O problema de pesquisa proposto para esta investigação requer que delimitemos o período temporal investigado e as fontes utilizadas. Investigamos a produção em psicologia social no Brasil entre os anos de 1986 e 2011, e a escolha por este período se justifica a partir de alguns aspectos.

Um primeiro aspecto é que nos cabe considerar a afirmação de Montero (1995), a partir de uma revisão bibliográfica relativa à psicologia política na América Latina, entre os anos de 1956 e 1986, de que ainda que o ramo social da psicologia estivesse bem desenvolvido em alguns países da América Latina, o estudo de tópicos políticos apresentava uma ausência significativa no continente. Para a autora, isto se devia, principalmente, às condições sociopolíticas presentes em alguns países, marcadas pelo autoritarismo expresso através de ditaduras militares, existindo uma associação inevitável entre democracia e análise política da sociedade:

---

[31] Como explicitado antes, utilizamos o termo “dinâmica política”, na tese, no sentido da análise sobre a politização das relações sociais (emergência do sujeito político) e/ou sedimentação destas relações e sobre a construção da unidade política (utopia de sociedade).

> Atualmente, vários países têm governos totalitários de diferentes tendências políticas e com diferentes níveis de repressão, que compartilham o fato de que objetos de estudo tal como o voto, as atitudes eleitorais, a percepção de partidos políticos e de candidatos, são inexistentes neles. E outras áreas de estudo tais como a socialização política, a aquisição de ideologias políticas, valores, crenças, atitudes e estereótipos, não podem ser investigadas, sem correr grandes riscos pessoais ou sem ser sujeitos de perseguição e de violência. (p. 16, tradução nossa)

No caso brasileiro, de acordo com Montero (1995), todos os estudos levantados por ela sobre a análise de aspectos políticos datavam de 1980 em diante. A autora ressalta que é muito significativo este dado, visto ser o Brasil o país com o maior número de escolas de psicologia e de pesquisadores da América Latina. Importante lembrar que foi na década de 1980 que tivemos, no Brasil, a mobilização pelas "Diretas Já!", a promulgação da Constituição vigente e o retorno das eleições diretas para a presidência da República.

A compreensão quanto à relação entre a análise de temas políticos e as condições sociopolíticas marcadas pela ditadura militar no Brasil é reforçada pela afirmação de Bomfim (1989). Segundo a autora, na década de 1960, se já se observava no Brasil o surgimento de uma psicologia social ligada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), trabalhando com o tema/objeto ideologia e tecendo críticas teóricas e metodológicas à psicologia positivista dominante, esta psicologia social, não alheia aos movimentos contra-culturais e anti-institucionais mundiais, era fortemente reprimida pelo momento sociopolítico que o País atravessava. Além disso, se na década de 1970 observa-se a criação dos primeiros cursos de Psicologia Comunitária, estes, contudo, surgem nos cursos de Psicologia como uma "disciplina optativa e não consta da relação de disciplinas curriculares proposta pelo Ministério da Educação" (Bomfim, 1989, p. 46).

Guedes (2007) também aponta para a relação entre a produção de conhecimento crítico e a ditadura militar no Brasil, ao afirmar que

> um acontecimento em especial marcou de vez nosso plano [plano dela e de Silvia Lane] de ensino, pesquisa e intervenção social: a invasão da PUC-SP pela polícia em 1977. Sabíamos, desde 1964, que ser Universidade não protegia esta instituição da intervenção da Ditadura. Prova disso tinha sido a tomada da Universidade de Brasília (UnB) pela polícia imediatamente após o golpe militar em abril desse ano. Já nas instituições estaduais, dependia-se para isso da conivência ou pusilanimidade de direções acadêmicas. Mas a PUC-SP, sendo particular e, principalmente, sob tutela de Dom Paulo Evaristo Arns, parecia protegida. Tanto que, desde 1981, tínhamos no quadro docente da pós-graduação importantes professores expulsos da Universidade de São Paulo (USP). Ficava agora muito claro: enquanto durasse o governo militar, nenhuma instituição servia para dar conta dos projetos de intervenção que se precisava para o plano de uma psicologia voltada à realidade brasileira. (p. 39)

De acordo com a autora, Sílvia Lane dizia que a psicologia comunitária brasileira e a latino-americana eram a subversão possível durante o período das ditaduras militares na América Latina.

O conflito entre regimes ditatoriais e a produção científica também é apresentado por Vala e Monteiro (2004) em relação à psicologia social em Portugal. Os autores consideram que a "psicologia social é uma disciplina animada pela paixão da investigação e pela preocupação com a intervenção" (p. 7) e afirmam que:

> Como as demais ciências sociais, [a psicologia social] esteve congelada pelo regime ditatorial que, até 1974, marcou a vida quotidiana, mas também a vida científica, do nosso país [Portugal]. Por via das suas implicações na gestão das organizações, algumas das preocupações da Psicologia Social puderam ser ensinadas no período pré-25 de abril de 1974 (...). Para além do mais, muita da utilização dos conhecimentos da Psicologia Social a esse nível só podia ser feita numa perspectiva da reprodução, dado o ensino universitário desta disciplina se encontrar limitado e as condições para a investigação serem nulas. Com o advento da democracia, foi possível alterar este estado da disciplina – o seu ensino expandiu-se e dão-se os primeiros passos na investigação. (p. 8)

Ainda demonstrando a difícil relação entre governos autoritários e a produção científica, Elster (1971), remetendo-se ao caso da Alemanha nazista, afirma que:

> Quando ao dogma político se opõem fatos solidamente estabelecidos, a reação quase que invariável do político consiste em negar o fato, em lugar de mudar o dogma; numa ditadura, os políticos não negam os fatos, mas vão além, negando aos cientistas seus próprios direitos de existência e de pesquisa independente. (p. 260)

Outro aspecto de justificativa para a delimitação daquele período temporal – 1986 a 2011 –, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi, como anteriormente já explicitamos, o momento de emergência da "crise" da psicologia social na América Latina, ocorrida a partir de meados da década de 1970 e dos anos 80. Com a "crise", tornou-se relevante a preocupação com a mudança social na psicologia social crítica latino-americana, passando o ser humano a ser concebido como um produto histórico-social.

Além disso, cabe-nos considerar que só começamos a ter uma política científica mais organizada no País a partir da década de 1980, sendo este um terceiro aspecto a se apontar. Somente na década de 1980, segundo Moraes (2007) e Costa (2006), assistiu-se à consolidação da política de ciência e tecnologia no Brasil, resultante do incentivo à criação de programas de pós-graduação e do desenvolvimento de programas específicos de financiamento a revistas científicas por parte do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Especificamente em relação ao nosso problema de pesquisa, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) foi construída em 1980 e a revista *Psicologia & Sociedade*, editada por ela, começou a ser publicada em 1986.

A ênfase na criação da ABRAPSO justifica-se pelo fato de ser uma associação que nasceu a partir do interesse de pesquisadores, diante da crise da psicologia social, em desenvolver uma psicologia social que buscasse analisar de maneira crítica problemas sociais que assolavam a população brasileira, sendo até hoje um dos principais espaços de

construção desta psicologia social. Assim, a revista *Psicologia & Sociedade* é fonte importante para os objetivos de nossa pesquisa.

Considerando os três aspectos anteriormente apontados, tomamos a década de 1980 como início de nossa investigação, e o ano de 1986 mais especificamente, em razão de ser o ano da primeira edição da revista *Psicologia & Sociedade*.

A opção pelo ano de 2011 como período final do intervalo analisado teve como motivo nosso objetivo de investigar a produção da psicologia social brasileira até então. Esse ano foi considerado o limite final devido ao prazo para a defesa do doutorado, ficando os anos de 2012 e 2013 para levantamento e análise dos dados coletados.

Já no que tange às fontes utilizadas, devemos considerar que "as comunicações formais do conhecimento, graças à possibilidade de permanência que as caracterizam, constituem fontes por excelência para o estudo dos campos de conhecimento e das transformações das ideias ao longo da história" (Bufrem, 2006, p. 193), sendo a divulgação do conhecimento a principal motivação para o surgimento das revistas científicas.

De acordo com Bufrem (2006), entendendo que a revista científica oferece possibilidades de compreensão da história da construção intelectual de áreas específicas, propiciando reflexões quanto ao conteúdo, a categorias, a linhas, a enfoques e a métodos utilizados nas pesquisas, o estudo da comunicação científica a partir destas revistas passou a ser "prática comum para explorar tendências da literatura científica e avaliar criticamente a produção de artigos nas diversas áreas do conhecimento" (p. 194). Os periódicos, a partir de sua função de formalização do conhecimento, refletem a produção científica de uma determinada área, tendo papel chave no desenvolvimento de comunidades científicas (Costa, 2006).

Diante do nosso objetivo de analisar como a produção em psicologia social no Brasil tem compreendido temas políticos, avaliando criticamente esta produção, nossa fonte de análise são artigos publicados em revistas científicas. Como fontes de coleta destes artigos, escolhemos as seguintes: revista *Psicologia & Sociedade*; Grupos de Pesquisa do CNPq; Grupos de Trabalho da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia).

A escolha pela revista *Psicologia & Sociedade* se deve ao fato de ser esta publicada pela Associação Brasileira de Psicologia Social, a qual, como já explicitado anteriormente, se constituiu como crítica à tradição hegemônica na psicologia social.

No site da ABRAPSO[32]afirma-se que a revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da Associação e tem por objetivo "publicar artigos originais sobre temáticas que privilegiem pesquisas e discussões na interface entre a psicologia e a sociedade, tendo em vista o desenvolvimento da Psicologia Social numa postura crítica, transformadora e interdisciplinar" (ABRAPSO, 2012).

A escolha pelos grupos de pesquisa do CNPq e pelos grupos de trabalho da ANPEPP se deveu à consideração de que, como afirma Candido (2007), a formação de grupos de pesquisa tem sido incentivada pelas agências de fomento à pesquisa e pela pós-graduação no Brasil como uma forma de organização dos pesquisadores. Assim, através dos grupos do CNPq e da ANPEPP pudemos localizar pesquisadores que têm contribuído para o debate sobre temas políticos na psicologia social brasileira e, a partir do acesso aos seus currículos Lattes, selecionar artigos de interesse desta pesquisa, publicados em diferentes periódicos científicos, entre os anos de 1986 e 2011.

O primeiro procedimento foi construir uma lista de termos a fim de selecionarmos os artigos e os grupos de pesquisa do CNPq e os grupos de trabalho da ANPEPP, o que chamamos de termos-chave. Para tanto, recorremos aos números da revista *Psicologia & Sociedade* publicados entre 1986 e 2011, a fim de buscarmos, nos títulos e nas palavras-chave dos artigos, termos que indicassem uma preocupação com a análise da dinâmica política e, assim, aspectos referentes ao político e à política.

Contudo, no momento do exame de qualificação do projeto de doutorado, ocorrido no mês de abril de 2012, notamos a necessidade de reconfigurar a metodologia da pesquisa, por duas razões que se articulam. Uma razão foi a inviabilidade em utilizar a lista de termos gerada a partir do mapeamento na revista *Psicologia & Sociedade* para a seleção dos artigos, uma vez que esta continha mais de oitenta termos. Naquele momento, dos 702 artigos que já havíamos mapeado na revista *Psicologia & Sociedade* (quase a totalidade dos artigos da revista no período entre 1986 e 2011), 312 artigos haviam sido selecionados[33]. Como ainda buscaríamos artigos nas outras duas fontes de coleta (grupos de pesquisa do CNPq, grupos de trabalho da ANPEPP), chegaríamos a um número muito grande de artigos selecionados e não seria possível analisar todos eles no curto período do

---

[32] Disponível em: http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=518.

[33] No período entre 1986 e 1992, a maior parte dos números da revista apresenta os artigos divididos por seções temáticas. Desta maneira, no caso exclusivo dos artigos deste período da revista, havíamos considerado termos-chave presentes nos títulos dos artigos, mas também nos títulos das seções temáticas.

doutorado. Também tínhamos como proposta inicial analisar livros publicados a partir dos Encontros Nacionais e dos Encontros Regionais da ABRAPSO e realizar entrevistas com alguns dos autores dos artigos selecionados para a pesquisa. Porém, devido ao grande volume de material para análise, também abdicamos destas propostas após o exame de qualificação.

A segunda razão para a alteração do procedimento metodológico relativo àquela lista de termos foi que a reconfiguração da lista em torno de conceitos mais diretamente relacionados à discussão do político e da política permitiria uma melhor delimitação do material de análise em relação ao nosso problema de pesquisa.

Desse modo, diante da sugestão da banca, repensamos esse procedimento metodológico. Primeiro, selecionamos, entre os termos listados ao fim de todo o mapeamento da revista, termos que se remetiam mais diretamente à dinâmica política. Depois, os hierarquizamos da seguinte maneira:

- **Categoria 1:** termos considerados centrais à pesquisa: político, política.
- **Categoria 2:** termos derivados dos termos-chave do grupo 1. Exemplo: participação política, comportamento político, consciência política.
- **Categoria 3:** termos que se remetem diretamente à dinâmica política e que não foram considerados nas categorias 1 e 2[34]. Consideramos também termos derivados ou semelhantes aos selecionados para a categoria 3. Exemplo: poder (empoderamento), movimentos sociais (ação coletiva), comunidade (comunitário).

[34] Decisão que implicou em deixarmos de fora termos que, ainda que importantes, eram ambíguos no que diz respeito ao debate tratado nos artigos – como, por exemplo, os termos identidade e consciência. Inicialmente havíamos introduzido estes termos, mas, ao longo da busca dos artigos nas fontes, percebemos que os artigos selecionados não apresentavam preocupações relativas à análise da dinâmica política. Assim, mantivemos na categoria 3 o termo “conscientização”, mas retiramos identidade e consciência. Lembramos, porém, que estes termos, quando estavam presentes em expressões que os ligavam diretamente aos termos político e política, eram considerados na categoria 2: identidade política, consciência política.

Quadro 1 –Termos-chave selecionados para a pesquisa

Hierarquia dos termos-chave	Termos-chave selecionados
CATEGORIA 1	Político
	Política
CATEGORIA 2	Expressões que apresentam o termo-chave político como adjetivo ou como parte interna à expressão.
	Expressões que apresentam o termo-chave política como adjetivo ou como parte interna à expressão.
CATEGORIA 3	Autoritarismo (ditadura, tortura, totalitarismo, terrorismo)
	Capitalismo
	Classe (pobreza, classe popular, classe social, classe trabalhadora)
	Comunidade (intervenção comunitária, psicologia comunitária)
	Democracia (redemocratização)
	Desigualdade
	Direitos humanos
	Discriminação
	Dominação (opressão, subordinação)
	Estado (apenas quando havia conotação política. Não consideramos, por exemplo, o Estado de São Paulo)
	Estereótipo
	Estigma
	Exclusão
	Hegemonia
	Homofobia (orientação sexual; heteronormatividade)
	Ideologia (discurso ideológico)
	Igualdade
	Liberdade
	Minoria social
	Movimentos populares (educação popular)
	Movimentos sociais (ação coletiva, massa, minoria social)
	Mudança social (transformação social, emancipação, conscientização)
	Poder (empoderamento, biopoder)
	Preconceito
	Racismo (raça, relações raciais)
	Segregação
	Sexismo (gênero, patriarcado)
	Fascismo (socialismo, nazismo)

Os artigos que seriam incluídos na pesquisa deveriam apresentar ao menos um dos termos-chave das categorias 1 ou 2 no título ("critério título"), e ao menos um dos termos-chave das categorias 1, 2 ou 3 nas palavras-chave ("critério palavra-chave"). Também criamos um critério em relação aos pesquisadores que teriam seus artigos considerados na pesquisa: deveriam identificar a psicologia social como uma de suas áreas/subáreas de atuação no campo "Áreas de Atuação" do currículo Lattes e apresentar a titulação mínima de mestrado no campo "Formação Acadêmica/titulação" do currículo Lattes. Nomeamos estes dois critérios de "critério pesquisador" e faremos uso desta nomeação no decorrer do capítulo. Por fim, criamos um critério quanto às revistas que fariam parte da pesquisa: ao final do mapeamento realizado em todas as fontes de coleta, consideramos apenas revistas que apresentavam mais de um artigo no mapeamento. Nomeamos este critério de "critério revista" e faremos uso desta nomeação no decorrer do capítulo.

Realizadas essas mudanças, construímos critérios internos a cada uma das etapas do mapeamento dos artigos. Iniciamos o mapeamento dos artigos pelos grupos de pesquisa do CNPq (etapa 1); depois o fizemos nos grupos de trabalho da ANPEPP (etapa 2); e, por fim, retomamos o mapeamento na revista *Psicologia & Sociedade* (etapa 3)[35], o que se deu no decorrer do ano de 2012.

No caso do mapeamento dos grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq[36] e dos Grupos de Trabalho dos Simpósios da ANPEPP[37], a partir dos grupos selecionados, buscamos artigos publicados entre os anos de 1986 e 2011 no currículo Lattes de pesquisadores que identificavam a psicologia social como uma de suas áreas/subáreas de atuação e apresentavam ao menos a titulação de mestre. De acordo com o CNPq,

> O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, projeto desenvolvido no CNPq desde 1992, constitui-se em bases de dados que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório mantém uma **Base corrente**, cujas informações são atualizadas continuamente pelos líderes de grupos, pesquisadores, estudantes e dirigentes de pesquisa das instituições participantes, e o CNPq realiza Censos bi-anuais, que são fotografias dessa base corrente. [...]. Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos e laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais. (CNPq, 2012, s/p, grifo no original)

---

[35] O modelo de fichas utilizado no mapeamento em cada uma das fontes de coleta pode ser visto no Apêndice A.

[36] O Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq pode ser acessado em: http://cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm.

[37] Os Grupos de Trabalho dos Simpósios da ANPEPP podem ser acessados em: http://www.anpepp.org.br/1-Acervo/pri-acervo.htm.

Entre as finalidades desse Diretório, ele é um instrumento de intercâmbio e troca de informações, possibilitando, com precisão e rapidez, "responder quem é quem, onde se encontra, o que está fazendo e o que produziu recentemente" (CNPq, 2012, s/p).

No que se refere aos Grupos de Trabalho da ANPEPP, eles existem desde o II Simpósio da ANPEPP, realizado em 1988. Já foram realizados 14 simpósios, sendo que o XIV Simpósio foi realizado no ano de 2012, não constando, portanto, nesta pesquisa. Os grupos de trabalho da ANPEPP constituem "um tipo de organização de trabalho entre pesquisadores, voltado para o desenvolvimento científico de um campo de estudo ou temática da Psicologia" (ANPEPP, 2012).

No caso do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, realizamos o mapeamento de grupo tanto na Base Corrente quanto nos Censos. Na consulta à Base Corrente, a qual "permite a busca de informações sobre os grupos de pesquisa, líderes, pesquisadores e estudantes presentes na base corrente (atual) do Diretório" (CNPq, 2012, s/p) e que foram certificados pelas instituições participantes, o levantamento foi feito a partir do uso de termos-chave da categoria 1 na opção Consulta por Grupos (selecionando "Frase exata"), utilizando como filtro "Ciências Humanas" na grande área do grupo e "Psicologia" na área do grupo. O sistema de busca na Base Corrente, na opção Consulta por Grupos, como informado pelo CNPq, faz automaticamente a busca do termo-chave no nome do grupo, no título da linha de pesquisa e nas palavras-chave da linha de pesquisa.

Entre os grupos informados pelo CNPq, a partir da busca pelos termo-chave, selecionamos apenas aqueles que possuíam no título ao menos um dos termos-chave das categorias 1, 2 ou 3, ou que apresentassem no título a informação de que era um grupo de psicologia social[38]; e que, necessariamente, tivessem em um dos filtros (nome do grupo, título da linha de pesquisa, palavras-chave da linha de pesquisa) ao menos um termo-chave das categorias 1 ou 2. Caso ao menos um termo-chave das categorias 1 ou 2 aparecesse no nome do grupo, consultávamos o currículo Lattes de todos os pesquisadores do grupo; nos casos em que isso não ocorreu, consultamos apenas o currículo Lattes dos pesquisadores das linhas de pesquisa que apresentavam termo-chave das categorias 1 ou 2 no título ou nas palavras-chave da linha de pesquisa.

---

[38] Por este critério, três grupos foram selecionados na base corrente: Negatividade em Psicologia Social: os intermediários na subjetividade e na cultura; PARALAXE: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica; Psicologia Social da Saúde.

Os Censos são “bases censitárias, extraídas periodicamente da base corrente, [que] tem seus conteúdos estáticos, isto é, são “fotografias”, tiradas bi-anualmente, que retratam o estado da pesquisa no Brasil” (CNPq, 2012, s/p), estando disponíveis para busca textual os Censos de 2000 a 2010. Assim, permitem acompanhar os grupos de pesquisa numa continuidade histórica, possibilitando encontrar grupos que não estão mais ativos no presente e, portanto, não constam na consulta à Base Corrente, bem como acessar pesquisadores que participaram de grupos encontrados na Base Corrente em anos anteriores.

Para a busca nos Censos, utilizamos a opção busca textual tomando como unidade de análise o grupo (selecionando “Busca exata”). Aplicamos os termos-chave da categoria 1 nos campos nome do grupo, nome da linha de pesquisa. Aqui não consideramos o filtro “palavra-chave da linha de pesquisa” pelo fato de termos observado que as palavras-chave eram as mesmas em todas as linhas de um mesmo grupo, portanto, não serviam como critério de delimitação no interior do grupo. Ademais, fizemos a busca utilizando a opção Busca Orientada, na qual selecionamos Ciências Humanas como Grande Área (selecionando-a como “predominante do grupo”) e Psicologia como Área (selecionando-a como “predominante do grupo”).

Entre os grupos informados pelo CNPq, a partir da busca pelos termos-chave, selecionamos apenas aqueles que possuíam no título ao menos um dos termos-chave das categorias 1, 2 ou 3, ou que apresentassem no título a informação de que era um grupo de psicologia social[39], e que, necessariamente, tivessem ao menos um termo-chave da categoria 1 ou 2 no nome do grupo ou no título da linha de pesquisa. Caso ao menos um termo-chave das categorias 1 ou 2 aparecesse no nome do grupo, consultávamos o currículo Lattes de todos os pesquisadores do grupo; nos casos em que isso não ocorreu, consultamos apenas os pesquisadores das linhas de pesquisa que apresentavam termos-chave das categorias 1 ou 2 no título da linha de pesquisa.

Deve-se considerar que iniciamos o mapeamento pelos grupos do CNPq da Base Corrente; assim, pesquisadores que voltaram a constar em grupos do CNPq dos Censos, ou seja, que já haviam sido selecionados anteriormente, não tiveram seus Lattes novamente

---

[39] Por este critério um grupo foi selecionado no censo: Negatividade em Psicologia Social: os intermediários na subjetividade e na cultura.

acessados. O mesmo ocorreu progressivamente em relação aos grupos de trabalho da ANPEPP e à nova seleção de artigos na revista *Psicologia & Sociedade*.

Nesse mapeamento dos grupos de pesquisa do CNPq foram selecionados 19 grupos na busca na Base Corrente e 17 grupos na busca nos Censos 2000-2010, de diferentes estados do País (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina). Cabe-nos lembrar que, no caso dos Censos, um mesmo grupo poderia aparecer em mais de um censo, assim, a quantidade acima informada não considera as recorrências do mesmo grupo em diferentes censos[40].

Ademais, não necessariamente, o fato do grupo ter sido selecionado significava que membros do grupo foram integrados à pesquisa, uma vez que deveriam se adequar ao critério pesquisador, além de terem publicado artigos que se adequassem ao "critério título" e ao "critério palavra-chave" e tivessem sido publicados de acordo com o "critério revista".

Quadro 2 – Grupos selecionados na Base Corrente do CNPq por ordem alfabética

EduCare – Educação e Micropolíticas Juvenis – UFRGS
Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – UFPB
Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade (GIPS). Pesquisa atual: Perspectivas da juventude contemporânea: ética, participação política e modos de subjetivação – PUCRIO
Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política –UFRGS
Laboratório de Subjetividade e Política – LaSP – UFF
LIDIS – Laboratório Integrado em Diversidade Sexual, Políticas e Direitos – UERJ
Negatividade em Psicologia Social: os intermediários na subjetividade e na cultura – USP
Núcleo de Estudo Psicossocial da Dialética Exclusão/Inclusão – PUC/SP
Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar em Gênero – NUPIGen – UNIFRAN
Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais – PUC/SP
Paralaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica – UFC
Políticas públicas, participação social e ação coletiva – UFMG
Psicanálise, Política e Sociedade – UEM
Psicologia Democrática – história e prática – UFMG
Psicologia Política, Educação e Histórias do Presente – UERGS
Psicologia Social da Saúde – UFAL
Psicologia social, trabalho, política e processos psicossociais – PUCMINAS
Saúde, Minorias Sociais e Comunicação – UFSM
Sujeito, sociedade e política em Psicanálise – USP

[40] Com exceção de dois grupos que tiveram nomes alterados. Um destes mudou inclusive a instituição à qual estava vinculado. Para estes dois casos, consideramos os grupos como grupos distintos.

Quadro 3 – Grupos selecionados nos Censos CNPq 2000-2010 por ordem alfabética

Gênero, Raça e Política na Psicologia – UFMG
Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – UFPB
Grupo de Trabalho em Gênero – UFPE
Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade (GIPS). Pesquisa atual: Perspectivas da juventude contemporânea: ética, participação política e modos de subjetivação – PUC/RIO
LABCOMP – Laboratório de Estudos do Comportamento Político – UFSC
Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política – UFRGS
Laboratório de Subjetividade e Política – LaSP – UFF
Laboratório de Subjetividade e Política – LaSP: Cultura e Exclusão Social – UFF
Negatividade em Psicologia Social: os intermediários na subjetividade e na cultura– USP
Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar em Gênero – NUPIGen – UNIFRAN
Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais – PUC/SP
Políticas Públicas, projetos e movimentos sociais – UFMG
Psicologia Democrática – história e prática – UFMG
Psicologia Democrática – PUCMINAS
Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo – USP
Psicologia social, trabalho, política e processos psicossociais – PUC/MINAS
Sujeito, sociedade e política em Psicanálise – USP

No caso dos grupos de trabalho da ANPEEP, não há um sistema de busca como o observado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, e sim uma apresentação dos grupos em cada um dos simpósios da ANPEEP[41]. Assim, o mapeamento dos grupos que enfocam o problema analisado nesta pesquisa foi construído a partir da presença de ao menos um termo-chave das categorias 1, 2 ou 3 no nome do grupo, como fizemos na busca no CNPq. Ressaltamos que, em relação ao I Simpósio (1988), o que temos disponível no site da ANPEEP são os textos dos anais. Desta forma, para este caso específico, buscamos a presença de termo-chave no título dos textos dos anais, consultando o currículo Lattes dos autores.

Nesse mapeamento dos grupos de trabalho da ANPEPP foram selecionados 15 grupos distintos e quatro textos referentes ao I Simpósio. Cabe-nos lembrar de que um mesmo grupo poderia aparecer em mais de um simpósio, assim, a quantidade acima informada não considera as recorrências do mesmo grupo em diferentes simpósios[42].

Ademais, não necessariamente, o fato do grupo ter sido selecionado significa que membros do grupo foram integrados à pesquisa, uma vez que deveriam se adequar aos outros critérios da pesquisa.

---

[41] Em relação ao I Simpósio (1988), o que temos disponível no site da ANPEEP são os textos dos anais. Quanto aos outros simpósios, temos acesso tanto ao nome dos grupos quanto a informações sobre os participantes.

[42] Com exceção de grupos que tiveram seus nomes alterados. Para esses casos, consideramos os grupos como grupos distintos.

Quadro 4 – Textos selecionados no I Simpósio da ANPEPP –1988

Análise psicossocial dos movimentos sociais: uma perspectiva marxista
Categorização e estereótipos sociais
Linguagem e ideologia: o poder da palavra
Processo de "socialização-exclusão" de crianças e adolescentes das classes populares: o papel da família e das instituições na marginalização do menor

Quadro 5 – Grupos selecionados nos Simpósios da ANPEPP – 1989-2010

A Psicologia Sócio-Histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social
Comportamento político
Comunidade, Meio Ambiente e Qualidade de Vida
Família e comunidade
Políticas de subjetivação, invenção do cotidiano e clínica da resistência
Psicanálise: política e cultura
Psicologia comunitária
Psicologia Comunitária: histórico, produção e proposta
Psicologia da saúde em instituições e na comunidade
Psicologia dos movimentos sociais
Psicologia e Estudos de Gênero
Psicologia e Relações de Gênero
Psicologia Política
Psicologia Política e Movimentos Sociais
Saúde comunitária

Tanto para o CNPq quanto para a ANPEPP, após o mapeamento dos grupos, acessamos o currículo Lattes de cada um dos pesquisadores selecionados. No caso daqueles que cumpriam o critério pesquisador, consultamos suas publicações a fim de encontrar artigos em periódicos científicos que tivessem ao menos um dos termos-chave das categorias 1 ou 2 no título.

Na terceira etapa da pesquisa, retomamos o mapeamento anteriormente realizado na revista *Psicologia & Sociedade*. Selecionamos artigos a partir do mesmo critério utilizado na seleção dos artigos de pesquisadores selecionados nos grupos de pesquisa do CNPq e nos grupos de trabalho da ANPEPP: apresentarem no título ao menos um dos termos-chave das categorias 1 ou 2.

Nessa terceira etapa mapeamos o currículo Lattes dos autores que tiveram artigos selecionados na revista. Isto foi feito a fim de verificarmos se se tratava de autores que se adequavam ao critério pesquisador e, no caso dos autores que cumpriam o critério anterior, selecionarmos artigos, publicados em outras revistas científicas, que apresentavam no título ao menos um dos termos-chave das categorias 1 ou 2.

Terminado o mapeamento inicial nas três etapas, seguimos para o que denominamos de FASE I, a qual se caracteriza pela aplicação de dois critérios já anteriormente informados: a) mantivemos apenas as revistas com mais de um artigo

presente no mapeamento ("critério revista"); b) mantivemos apenas os artigos que apresentavam nas palavras-chave ao menos um dos termos-chave das categorias 1, 2 ou 3 ("critério palavras-chave"). No caso de artigos da revista *Psicologia & Sociedade*, publicados entre 1986 e 1992, não aplicamos este segundo critério (critério palavra-chave), pois nos artigos deste período da revista não constam nem resumo, nem palavra-chave. Contudo, cabe-nos ressaltar que não houve artigos neste período da revista com termos-chave da categoria 1 ou 2 no título.

Realizados esses passos, chegamos ao número de 89 artigos selecionados para a pesquisa[43], sendo um do período entre 1986-1995[44], 35 do período entre 1996-2005, 53 do período entre 2006-2011. Estes 89 artigos foram publicados em 26 periódicos científicos e por 61 autores(as).

Quadro 6 – Revistas selecionadas na Fase I e ano de publicação dos artigos por nome das revistas em ordem alfabética

Revistas selecionadas Fase I	Ano de publicação dos artigos
Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política	1994, 1997
Ciência & Saúde Coletiva	2004, 2005
Doxa – Revista Paulista de Psicologia	1998, 2002
Emancipação	2007, 2009
Estudos e Pesquisas em Psicologia	2007, 2007, 2010
Fractal: Revista de Psicologia	2010, 2011
Interações	2001, 2002
Interamerican Journal of Psychology	2008

(continua)

[43] No mapeamento inicial foram localizados 211 textos. Foi incluído neste mapeamento um artigo de Karin Ellen Von Smigay que encontramos citado, posteriormente, em um dos artigos do mapeamento e que não constava no Lattes da autora. Foram excluídos do mapeamento um artigo pelo fato de o título na publicação, distinto daquele existente no Lattes, não possuir termos-chave das categorias 1 ou 2, e outro artigo, por não o encontrarmos na publicação indicada pelo autor. Restaram, assim, 210 textos. Quando aplicamos o critério revista, tivemos 122 textos selecionados. Entre estes 122 textos, excluímos ainda quatro que não eram artigos – eram pequenos textos de homenagem, apresentações de dossiê ou comentários (quando identificávamos no Lattes que a publicação que estava na parte de publicação de artigos era na verdade uma resenha, um editorial e não um artigo, não a incluíamos no mapeamento inicial). Também excluímos uma "revista", visto que não se tratava de periódico científico, acarretando a exclusão de mais dois textos (verificamos se se tratava ou não de periódico científico apenas no caso daquelas revistas que não tinham sido automaticamente excluídas pelo critério revista). Assim, chegamos a 116 artigos pré-selecionados para a pesquisa. Destes, 27 artigos foram excluídos ao aplicarmos o critério palavra-chave, e cinco destes foram desconsiderados por não existir a parte de palavras-chave na publicação. Assim, 89 artigos foram incluídos na Fase I da pesquisa, sendo que em quatro deles não foi possível aplicarmos o critério palavra-chave, pois não tivemos acesso a eles (o que significa que não os encontramos publicados online – através do Periódico Capes, do site da revista na qual foi publicado ou do site de busca da Google – nem a partir da consulta a bibliotecas de universidades localizadas em Belo Horizonte, mais especificamente, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais). Entre estes quatro, inclusive, um deles foi o único selecionado no período entre 1986 e 1995 (Ver Apêndice B).

[44] Publicado em 1994.

Quadro 6 – Revistas selecionadas na Fase I e ano de publicação dos artigos por nome das revistas em ordem alfabética

(conclusão)

Revistas selecionadas Fase I	Ano de publicação dos artigos
Interface. Comunicação, Saúde e Educação	2009
Mnemosine	2007, 2008, 2010
Pesquisas e Práticas Psicossociais	2007, 2008, 2009, 2010
Physis	2011
Praia Vermelha	2002, 2009
Psicologia & Sociedade	7 artigos (1996-2005); 14 artigos (2006-2011)
Psicologia: Ciência e Profissão	2002, 2005, 2007, 2010
Psicologia Clínica	2001, 2008
Psicologia em Revista	2002, 2002, 2004, 2009
Psicologia para América Latina	2002, 2007
Psicologia. Reflexão e Crítica	2002, 2003
Psicologia: Teoria e Pesquisa	2009, 2010
Revista de Ciências Humanas	2005
Revista de Psicologia Política -Espanha	2000, 2004
Revista Electrónica de Psicologia Política	2003, 2011
Revista Estudos Feministas	2005, 2009, 2011
Revista Mal-Estar e Subjetividade	2011
Revista Psicologia Política	6 artigos (1996-2005); 10 artigos (2006-2011)

Quadro 7 – Autores dos artigos selecionados na Fase I por ordem alfabética

Alessandro Soares da Silva
Aline Reis Calvo Hernandez
Aline Vieira de Lima Nunes
Aluísio Ferreira de Lima
Anderson Luiz Barbosa Martins
Antonio da Costa Ciampa
Betânia Diniz Gonçalves
Betina Hillesheim
Carlos Roberto de Castro e Silva
Cecília Maria Bouças Coimbra
Cícero Roberto Pereira
Claudia Andréa Mayorga Borges
Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves
Cleci Maraschin
Cornelis Johannes van Stralen
Cristiano dos Santos Rodrigues
Daiani Barboza
Deise Mancebo
Elizabeth Maria Andrade Aragão
Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro
Frederico Alves Costa
Frederico Viana Machado
Hector Omar Ardans-Bonifacino
Helena Beatriz Kochenborger Scarparo
Henrique Caetano Nardi
Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira

(continua)

Quadro 7 – Autores dos artigos selecionados na Fase I por ordem alfabética

(conclusão)

José Leon Crochík
Joselí Bastos da Costa
Juliana Perucchi
Juracy Armando Mariano de Almeida
Karin Ellen Von Smigay
Kátia Faria de Aguiar
Kátia Maheirie
Laíse Navarro Jardim
Lara Brum de Calais
Leila Aparecida Domingues Machado
Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain
Lílian Rodrigues da Cruz
Lúcia Rabello de Castro
Luis Antonio dos Santos Baptista
Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho
Márcia Frezza
Marco Aurélio Máximo Prado
Maria de Fátima Quintal de Freitas
Maria Inês Gandolfo Conceição
Maria Juracy Filgueiras Toneli
Maria Lúcia Teixeira Garcia
Marília Novais da Mata Machado
Marisa Lopes da Rocha
Nadir Lara Júnior
Nair Iracema Silveira dos Santos
Neuza Maria de Fátima Guareschi
Oswaldo Hajime Yamamoto
Raquel Souza Lobo Guzzo
Regina Duarte Benevides de Barros
Roberto Mendoza
Rosane Azevedo Neves da Silva
Sandra Maria da Mata Azeredo
Sheyla Christine Santos Fernandes
Soraia Ansara
Tatiana Gomes da Rocha

Observamos que, nos artigos selecionados, havia apenas um artigo entre os anos 1986 e 1995, e que o primeiro artigo selecionado na revista *Psicologia & Sociedade* datava de 1996, ou seja, não havia nenhum artigo publicado no período denominado por Cruz (2008) de primeira fase da revista (1986-1992).

Diante disso, pela importância de analisarmos produções do período entre 1986-1995, uma vez que se trata da primeira década delimitada na pesquisa, isto é, do momento mais próximo à emergência da crise da psicologia social, para o caso dos artigos deste intervalo temporal decidimos considerar também artigos que apresentavam termos-chave da categoria 3 no título, na seguinte situação: artigos publicados, entre 1986-1992, na revista *Psicologia & Sociedade*, em razão de ser a revista que tomamos como referência no

Brasil, na área da psicologia social, e artigos entre os anos de 1986-1995, em outras revistas, escritos pelos autores daqueles artigos. Esta fase da pesquisa denominamos de FASE II.

Assim, recorremos aos números da revista Psicologia & Sociedade publicados entre 1986 e 1992. No ano de 1992 iniciou-se um intervalo sem publicação da revista, que voltou a ser publicada em 1996. Esta primeira fase da revista (1986-1992) foi um momento importante para a produção crítica em psicologia social no Brasil, na medida em que a revista tinha por objetivo publicar artigos que apresentassem uma perspectiva alternativa à psicologia social hegemônica. No editorial do primeiro número da revista afirma-se:

> O Boletim[45] que não primou pela regularidade no ano passado, começa 1986 transformado em revista. (...). Trabalhamos com colaboradores que estoicamente, com o único objetivo de levar adiante um projeto de construção de uma alternativa para a Psicologia Social, cedem parte de seu tempo para a organização de eventos, para a redação de textos, para a transcrição de fitas, elaboração do boletim, etc. Essa situação precária, típica de um país pobre como o nosso em se tratando de coisas das ciências e particularmente das ciências humanas, impede concretamente um maior contato com os sócios. Falta-nos infraestrutura, falta-nos dinheiro, falta-nos pessoal, só não falta vontade. É essa dedicação militante que leva a ABRAPSO adiante e é isso que explica o fato de em momento tão crítico estarmos dando um salto passando do boletim com poucas páginas para uma revista. Uma revista ainda precária, sem um padrão gráfico mais sofisticado, mas com uma maior densidade em termos de conteúdo. Estamos agora preparados para artigos de maior fôlego, com maior número de páginas, que seria impossível publicar no boletim. O boletim continuará existindo num sentido exclusivamente informativo e será enviado aos sócios quando se fizer necessário avisos de encontro, SBPC, assembleias, etc. A revista, por sua vez, será publicada semestralmente, dedicando-se a artigos originais e à publicação das conferências feitas em encontros e SBPC. (ABRAPSO, 1986, s/p).

Sendo a revista uma fonte de coleta da pesquisa, também entramos no currículo Lattes dos autores dos artigos selecionados na FASE II e buscamos artigos com termos-chave das categorias 1 ou 2 no título, durante o período de 1986 e 2011, e também com termos-chave da categoria 3 no título, especificamente, para aqueles publicados entre 1986 e 1995.

Consideramos o “critério pesquisador” e também o “critério revista”, sendo este último aplicado a partir da consulta tanto dos artigos do mapeamento inicial, quanto entre os artigos da própria FASE II. Não consideramos para os artigos entre 1986-1995, selecionados nesta FASE II, o critério palavra-chave.

Como consultamos o mapeamento inicial para a aplicação do critério revista, foi possível a reinclusão de artigos publicados por outros autores que integravam o mapeamento inicial e que haviam sido excluídos da FASE I pela aplicação do critério

---

[45] Anteriormente à revista Psicologia & Sociedade, a ABRAPSO já publicava boletins, os quais continuaram a existir, mas com caráter exclusivamente informativo, como consta no mesmo editorial.

revista, pois com a inserção dos artigos da FASE II, a revista na qual haviam sido publicados poderia passar a ter mais de um artigo publicado. Este foi o caso do artigo de Solange Jobim e Souza, publicado na revista *Educação e Sociedade.*

Especificamente em relação à revista *Psicologia & Sociedade*, 29 artigos entre 1986-1992, com termos-chave da categoria 3 no título, foram selecionados para a FASE II da pesquisa. Estes artigos foram publicados por 20 autores a cujos currículos Lattes nós recorremos.

Em relação a artigos de outras revistas publicados por esses autores, fizemos a inclusão de nove artigos na Fase II[46], considerando a aplicação do critério revista, todos eles publicados entre os anos de 1986 e 1995 (período em que não consideramos o critério palavra-chave para artigos destes autores). Diante da aplicação do critério revista, remetendo-nos ao mapeamento inicial, fizemos a inclusão do artigo de Solange Jobim e Souza. Neste caso, não recorremos a outros artigos presentes no Lattes desta autora, uma vez que seu artigo integrou a pesquisa não em razão de ter sido publicado na revista *Psicologia & Sociedade*, e sim pelo critério revista. Deste modo, tivemos 39 artigos selecionados[47] nesta Fase II, publicados por 21 autores[48] em sete periódicos científicos, além da revista *Psicologia & Sociedade*.

Quadro 8 – Revistas selecionadas na Fase II e ano de publicação dos artigos por nome das revistas em ordem alfabética

Revistas selecionadas Fase II	Ano de publicação dos artigos
Educação e Sociedade	1987, 1989
Psicologia & Sociedade	29 artigos (1986-1992)
Psicologia: Ciência e Profissão	1990, 1990
Psicologia: Teoria e Pesquisa	1988, 1991
Revista de Psicologia	1988
Revista Estudos Feministas	1994
Universidade e Sociedade – CNPQ	1986, 1988

[46] Não tivemos acesso a dois desses artigos, ambos publicados na revista Universidade e Sociedade.

[47] No total tivemos 52 textos pré-selecionados na Fase II. Dois textos foram excluídos em razão de serem apenas resumos breves, levando-nos a não considerar também os seus autores, na medida em que entrariam na pesquisa apenas nesta FASE II. Ficamos, assim, com 50 textos. Ao aplicarmos os critérios revista e palavra-chave (este último apenas para os artigos entre 1996-2011), dez textos foram excluídos. Além destes, um texto foi excluído por não estar publicado em um periódico científico. Ver Apêndice C.

[48] Os seguintes autores não integraram a pesquisa nesta Fase II por não terem sido encontrados os seus currículos Lattes, o que impossibilitou a aplicação do critério pesquisador: Maria Helena Nolasco de Abreu, Alberto Abib Andery, Regina Sileikis Pimentel, Alitta Guimarães Costa Reis Ribeiro da Silva, Sônia Roedel, Miriam Raja Gabaglia Preuss.

Quadro 9 – Autores dos artigos selecionados na Fase II por ordem alfabética

Almir Del Prette
Ana Rita de Castro Trajano
Ângela Arruda
Ângela Maria Pires Caniato
César Wagner de Lima Góis
Elizabeth de Melo Bomfim
Karin Ellen Von Smigay
Leila Maria Ferreira Salles
Luiz Antonio Calmon Nabuco Lastória
Maria de Fátima Quintal de Freitas
Maria Inácia d'Avila Neto
Maria Lúcia Rocha Coutinho
Marília Novais da Mata Machado
Marise Bezerra Jurberg
Nancy das Graças Cardia
Naumi Antonio de Vasconcelos
Ronald João Jacques Arendt
Salvador Antonio Mireles Sandoval
Sandra Maria da Mata Azeredo
Solange Jobim e Souza
William César Castilho Pereira
OBS.: Os autores em itálico também tiveram artigos selecionados na Fase I.

Dessa maneira, considerando a FASE I e a FASE II, chegamos a 128 artigos na pesquisa, sendo 40 publicados entre 1986-1995, 34 entre 1996-2005, 54 entre 2006-2011. Os 128 artigos foram publicados por 78 autores em 29 periódicos distintos.

Por fim, realizamos o último procedimento para a seleção final dos artigos que seriam analisados na pesquisa. Concebendo que um mesmo autor compartilha em sua produção posicionamentos teóricos e referências teóricas semelhantes, sobretudo, no interior de um mesmo período temporal, para aqueles autores das FASES I e II que apresentavam mais de um artigo em um mesmo período de publicação (1986-1995; 1996-2005; 2006-2011), selecionamos um ou dois artigos por período. Denominamos a aplicação deste procedimento como FASE III da pesquisa.

Ressalvamos que, nessa fase, não excluímos nenhum autor da pesquisa, uma vez que o primeiro critério dessa fase foi a manutenção na pesquisa de artigos publicados em conjunto com outros autores presentes na FASE I ou na FASE II, e que somente se encontravam na pesquisa devido a um único artigo.

Para selecionarmos os artigos no interior de cada período temporal, utilizamos duas estratégias:

a) o número de citações do artigo informado pelo programa *Harzing Publish or Perish*, que consiste em um software de análise de citações que demonstra,

entre outras coisas, o número de vezes em que um determinado artigo foi citado[49]. Utilizamos, para tanto, o campo de busca pelo nome do autor (*Author impact*) e o campo *General citations*, no qual informávamos, em *Publication* e/ou em *The phrase*, o título do artigo[50], selecionando todos os filtros (área científica; *title words only*). O programa apresenta falhas na captura de citações, por exemplo, na captura de citações em livros ou capítulos de livros[51]. Contudo, como Vala e Costa-Lopes (2012) afirmam, as falhas afetam todos os autores de igual maneira. Ademais, estamos utilizando o programa somente como critério para a seleção de artigos de autores com mais de um artigo e no interior de determinados períodos, ou seja, não aplicamos o programa a todos os autores selecionados e nem nos servimos dele para excluir autores da pesquisa;

b) o número de citações do artigo entre os artigos selecionados para a FASE I e a FASE II. Este critério permitiu-nos selecionar os artigos considerando as referências bibliográficas utilizadas pelos autores selecionados na pesquisa – uma importante fonte de informação, visto serem estes autores as nossas referências para a análise da produção da psicologia social no Brasil.

Foram selecionados, por autor, em cada período separadamente, os artigos com maior número de citações no programa e os artigos com maior número de citações entre os artigos selecionados nas FASES I ou II da pesquisa. Exclusivamente para o período entre 1986-1995 (período no qual havia maior dificuldade na distribuição das revistas científicas brasileiras), nos casos em que o autor não possuía ao menos dois artigos no *Publish or Perish*, mantivemos todos os artigos do autor. Realizamos esta consulta no programa durante o segundo semestre de 2012.

Realizado esse procedimento, chegamos ao número de 90 artigos selecionados para a pesquisa[52], sendo 32 do período entre 1986-1995, 22 do período entre 1996-2005, 36 do período entre 2006-2011[53]. Com a aplicação deste procedimento, temos artigos publicados em 24 periódicos diferentes, ou seja, apenas cinco periódicos deixaram de fazer parte da

---

[49] O programa utiliza como base de consulta o Google Scholar.

[50] Além do título completo, informávamos também, numa segunda tentativa, partes do título.

[51] Para informações sobre o programa, acessar: http://www.harzing.com/pop.htm#whatfor.

[52] Ver Apêndice D, referente à aplicação dos critérios da Fase III, e Apêndice E, referente aos artigos selecionados após a aplicação dos critérios da Fase III.

[53] Entre os 90 artigos não tivemos acesso a seis deles.

pesquisa: *Emancipação*; *Physis*; *Revista de Ciências Humanas*; *Revista Electronica de Psicologia Política*; *Revista Mal-Estar e Subjetividade*.

A partir dos procedimentos apresentados, buscamos, portanto, mapear artigos publicados por diferentes pesquisadores que se encontram/encontravam vinculados a grupos de pesquisa do CNPq e/ou a grupos de trabalho da ANPEPP e/ou com publicações na revista *Psicologia & Sociedade*, ou seja, ligados a redes de pesquisadores em psicologia social no Brasil.

Não tivemos a pretensão dos artigos selecionados serem uma amostra representativa de todos os artigos publicados por pesquisadores que se identificam/identificavam com a psicologia social no período entre 1986 e 2011, caso se entenda representatividade como aquilo que nos permite generalizar de maneira plena nossas análises. O que não significa, contudo, que nossas análises sejam restritas a estes artigos, na medida em que problematizaremos modos de se conceber a dinâmica política neste período histórico delimitado na pesquisa; isso pode ser expandido, portanto, para artigos não presentes entre aqueles aqui selecionados.

Nossa pretensão com os procedimentos de coleta realizados foi construir critérios que:

a) permitissem coletar artigos que apresentassem uma preocupação com a análise da dinâmica política (por isto, os termos-chave) e que tivessem sido publicados em periódicos distintos, nos quais se encontravam mais de um artigo produzido pelos autores selecionados no mapeamento inicial (por isto, o critério revista);
b) possibilitassem englobar autores de diferentes lugares do País (por isto, a escolha das três fontes de coleta) que possuíam inserção na pesquisa e identificação explícita com a área da psicologia social no currículo Lattes (por isto, o critério pesquisador);
c) tornassem possível incorporar artigos de todo o período que pretendíamos analisar, ou seja, de 1986 a 2011, considerando inclusive a especificidade da divulgação científica nos períodos delimitados (por isto, a Fase II);
d) permitissem um número de artigos passível de ser analisado no período de um doutorado (por isto entendemos ser esta apenas uma parte da produção em psicologia social circunscrita por todos os critérios utilizados e acima relatados e também pelos critérios da Fase III).

Em todos os artigos analisados tivemos como pano de fundo perguntas como: qual a concepção do político? De que bases teóricas partem os autores? Que implicações a compreensão da dinâmica política tem para a construção democrática? Qual a relação dos trabalhos analisados com os pressupostos da ciência criticados no momento da crise da psicologia social?

CAPÍTULO 5

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE E PERFIL DA PRODUÇÃO ANALISADA

No capítulo anterior apresentamos os procedimentos de coleta dos artigos selecionados para a tese. Neste momento, focaremos no modo em que estruturamos a análise dos artigos. Ao final do capítulo abordaremos um breve perfil geral da produção selecionada na pesquisa.

5.1 Procedimentos metodológicos de análise

O problema de pesquisa desta tese é: como a psicologia social, no que se refere à produção brasileira, tem compreendido o político em suas análises desde a crise da psicologia social, mais especificamente, entre os anos de 1986 e 2011? Nosso foco é o modo de compreensão do político e as implicações deste para a construção democrática, tendo por preocupação o momento de emergência do sujeito político, isto é, o modo de "politização" das relações sociais e a utopia de sociedade proposta nos artigos analisados.

O referencial teórico da tese é a teoria democrática radical e plural. Nesta medida, para se conceber o político, é necessário refletirmos sobre a distinção fundamental ao político – o antagonismo; a condição possibilitadora da emergência do político – a contingência; a instituição (impossível) da sociedade – a hegemonia (articulação).

O material de análise é composto por artigos publicados entre os anos de 1986 e 2011 que apresentam uma discussão sobre a dinâmica política, coletados a partir de três fontes: revista *Psicologia & Sociedade*, Grupos de Pesquisa do CNPq, Grupos de Trabalho da ANPEPP. Os artigos selecionados foram publicados por 78 autores a partir de diferentes perspectivas teóricas e em torno de temáticas distintas.

Diante desses aspectos, realizamos a análise dos artigos tendo como guia quatro categorias gerais, as quais, apesar de separadas, não se encontram completamente desvinculadas:

- **Caráter político do artigo**: nesta categoria nos centramos na temática do artigo e na vinculação daquela temática à discussão sobre a dinâmica política, isto é, a processos de sedimentação e/ou de politização das relações sociais e de utopia de sociedade.

- **Conceito do político/política**: nesta categoria nos centramos na concepção dos autores sobre a noção de político e/ou de política. Observe-se que nem todos os artigos apresentavam uma definição sobre estes termos.
- **Emergência do sujeito político**: nesta categoria nos centramos nos conceitos de contingência e de antagonismo, buscando apreender a existência ou não de um fundamento último da realidade e o modo de politização das relações sociais.
- **Constituição da unidade política**: nesta categoria nos centramos nos conceitos de hegemonia e de pós-fundacionalismo, buscando apreender o modo de instituição do social (sedimentação das relações sociais) e a utopia de sociedade (concepção de democracia).

A partir dessas categorias gerais, construímos uma ficha sobre cada um dos 90 artigos selecionados. Para tanto, fizemos a leitura completa de cada artigo, bem como os categorizamos em torno das citadas categorias a partir do uso do programa Nvivo, o qual permite selecionar trechos dos documentos (artigos) e vinculá-los a categorias, possibilitando, desta forma, a visualização dos trechos dos documentos por categoria. Os artigos foram fichados a partir da ordem cronológica das publicações.

Em relação à categorização feita no programa Nvivo, cabe-nos salientar que este programa foi utilizado por nós em pesquisa anterior (Costa, 2010), na qual tínhamos como material de análise entrevistas semiestruturadas. O programa foi de grande utilidade para a organização dos dados em categorias e para a comparação entre as entrevistas. No caso do uso do programa para esta pesquisa, tivemos maior dificuldade com a categorização, uma vez que artigos, diferente de entrevistas semiestruturadas, não só não possuem uma configuração semelhante de formato, mas também os elementos referentes a cada uma das categorias encontram-se muito mais articulados na argumentação dos autores, principalmente, quando os aspectos a serem categorizados apresentam um foco específico, como é o caso desta pesquisa. Nesta medida, a leitura integral dos artigos em conjunto com os trechos categorizados foi fundamental para a elaboração das fichas.

A partir das fichas foi possível organizar os artigos por categorias temáticas e por categorias analíticas[54]. As primeiras dizem respeito à temática geral debatida no artigo,

---

[54] Ver Apêndice F.

centralizando-nos no foco principal da discussão. Os artigos foram divididos em quatro categorias temáticas:

- **Desenvolvimento histórico-conceitual**: artigos que focam a análise de conceitos/teorias e/ou o desenvolvimento histórico sobre a análise de determinados objetos de investigação (movimentos sociais, formas de desigualdade social, atuação do psicólogo, etc.), de maneira a abordarem modos de conceber a discussão sobre o objeto analisado.
- **Ações coletivas e comportamento político**: artigos que focam a discussão sobre pesquisas empíricas relativas à atuação e ao posicionamento político de indivíduos e/ou grupos (participação política, estratégias políticas, representações sociais).
- **Política governamental**: artigos que focam a análise de políticas governamentais, seja em termos da avaliação, construção ou atuação nestas políticas.
- **Experiência comunitária**: artigos que descrevem trabalhos realizados junto a comunidades. Ainda que alguns recorram a conceitos, não se propõem a construir uma discussão teórica, buscando, sobretudo, apresentar uma descrição dos trabalhos.

Ressaltemos que essas categorias não são excludentes, na medida em que, por exemplo, um mesmo artigo pode, ao mesmo tempo, tratar de uma pesquisa empírica sobre movimentos sociais e propor uma mudança conceitual no estudo de movimentos sociais. Deste modo, deve ser ressaltado que a categorização temática se pautou no foco considerado principal da discussão.

As categorias analíticas referem-se ao modo de politização das relações sociais tendo por orientação as noções de antagonismo, contingência, hegemonia, pós-fundacionalismo, sobretudo, a noção de antagonismo. Os capítulos analíticos da tese foram construídos em torno destas categorias analíticas, denominadas na discussão dos capítulos como vertentes analíticas.

Na análise da dinâmica política, em cada um dos artigos, focamos em determinados aspectos neles presentes, centrando-nos em elementos que se encontravam explícitos na discussão e que nos permitiam desenvolver o debate sobre a concepção do político. Desta maneira, três apontamentos são fundamentais para a compreensão da análise.

O primeiro é que, de maneira alguma, intencionamos avaliar o pensamento teórico de cada um dos autores, uma vez que, para isto, nossa metodologia seria inadequada, pois foi pensada a fim de possibilitar uma análise específica de um recorte amplo da produção em psicologia social brasileira no período entre 1986-2011. Avaliar o pensamento de cada um dos autores exigiria outros procedimentos metodológicos, entre os quais um foco aprofundado na produção destes autores, uma discussão específica sobre a apropriação dos referenciais teóricos que eles utilizam.

O segundo aspecto remete-se aos referenciais teóricos utilizados nos artigos analisados. No processo de análise pautamo-nos no que os artigos apresentavam sobre a compreensão dos referenciais teóricos utilizados, ou seja, não recorremos aos textos originais neles utilizados, uma vez que isso implicaria analisar a apropriação dos textos originais nos artigos, o que não é objetivo desta pesquisa, já que nosso objeto são os artigos selecionados. Deste modo, com exceção de alguns autores que apontamos na construção dos capítulos da Parte I da tese, não recorremos aos autores citados nos artigos selecionados, baseamo-nos no que era explícito na discussão sobre a dinâmica política nestes realizada.

O terceiro aspecto fundamental a se destacar é que o objetivo da análise não foi desconsiderar ou rejeitar as propostas teóricas e analíticas presentes nos artigos. Nesta medida, se utilizamos a expressão “negação” do político ao longo da tese, o fazemos tendo por referência o conceito de político nela abordado, portanto, no sentido de diferenciar modos distintos de se conceber a dinâmica política, defendendo um posicionamento específico no interior deste campo.

Nosso interesse foi então, a partir da crise da psicologia social – e, assim, da crítica a perspectivas individualistas e da afirmação de um caráter político na produção do conhecimento – e de uma concepção de político e de uma teoria democrática específica (teoria democrática radical e plural), construir análises que buscassem visibilizar determinados aspectos da compreensão do político nos artigos e as implicações desta compreensão para a constituição democrática.

Nossa leitura, ao mesmo tempo em que, por um lado, buscou apresentar a discussão proposta em cada artigo, tendo como direção os modos de politização, a sedimentação das relações sociais e a utopia de sociedade, por outro lado, visou evidenciar estes elementos a partir dos aspectos fundamentais à noção do político na teoria democrática radical e plural, focalizando, sobretudo, o elemento definidor do político: o antagonismo. Elemento este

que está diretamente relacionado nesta tese aos outros três elementos considerados: contingência, hegemonia, pós-fundacionalismo, na medida em que só é possível de ser concebido diante da radicalidade da contingência e, assim, no interior de um terreno pós-fundacionalista, além de ser uma condição para compreendermos a constituição da unidade política como hegemônica.

Consideramos quatro categorias analíticas tendo por foco o elemento definidor da politização das relações sociais:

- **Fundamento último da realidade**: artigos que indicam as relações de produção como um fundamento último da realidade na análise da dinâmica política. Assim, ainda que afirmem a construção histórico-social dos sujeitos e defendam uma expansão do proletariado como sujeito histórico em direção às forças populares, apontam para uma determinação, em última instância, da economia, sendo a constituição dos sujeitos políticos entendida em torno de duas estruturas hegemônicas afirmadas a priori – burguesia e forças populares. Deste modo, ressaltamos a impossibilidade de afirmar o caráter radical da contingência, pois a luta política é concebida em torno da noção de contradição e não da noção de antagonismo.
- **Sujeito racional**: artigos que compreendem a politização das relações sociais em torno da noção de consciência, mas não abordam, ao menos explicitamente, a ideia de um fundamento último da realidade. Têm por foco o processo do indivíduo tornar-se consciente das relações de subordinação (perceber as injustiças sociais), opondo seus interesses pessoais e grupais aos interesses de um outro grupo, pautado na reflexividade e/ou intencionalidade dos indivíduos. Nesta medida, ressaltamos a impossibilidade de se afirmar a noção do antagonismo, pois a emergência do sujeito político, em termos antagônicos, não se faz pela politização de identidades constituídas anteriormente ao conflito e que se opõem à estruturalidade da estrutura dominante, a partir de uma mediação racional. O sujeito político se constitui no próprio momento da decisão, através da identificação com discursos alternativos que possibilitam visibilizar a contingencialidade de qualquer objetividade, só podendo se afirmar como presença enquanto antissistema e não através de uma positividade politizada. A luta política nestes artigos pode ser entendida em torno de uma oposição entre identidades politizadas e não como antagonismo.

- **Sujeito ético-político**: artigos que compreendem a politização das relações sociais a partir de uma junção entre ética e política, desarticulando o político do seu caráter de hostilidade/violência ao privilegiarem o aspecto da alteridade entre os indivíduos. Nestes artigos ressaltamos a invisibilidade da constituição de um nós e de um eles em termos antagônicos, ou seja, da divisão necessária à constituição do sujeito político. A luta política é também concebida a partir de uma atitude crítica (reflexividade) relativa à sedimentação do social, sem explicitar de maneira clara o momento da articulação, aproximando-se de um terreno da multiplicidade e não de um terreno do antagonismo e da hegemonia.
- **Antagonismo**: artigos que, na discussão sobre a dinâmica política, remetem-se a obras de Laclau e/ou de Mouffe. Nestes artigos ressaltamos o modo como a teoria democrática radical é utilizada e, assim, como se concebe a noção de antagonismo na compreensão sobre a politização das relações sociais e a utopia de sociedade.

Todos os artigos selecionados distanciam-se da concepção de um sujeito abstrato e a-histórico e todos afirmam um posicionamento político em direção à mudança social. Nestes aspectos, ainda que de modos distintos, encontram-se vinculados à crítica realizada pela psicologia social na emergência de sua crise.

Nem todos os artigos selecionados na pesquisa focavam a constituição do sujeito político, mas apontavam para a organização da unidade política, no sentido de tratarem da sedimentação das relações sociais, ou para aspectos mais gerais ou macroestruturais da dinâmica política. Nossa decisão foi de abranger o maior número de artigos possível no debate da tese. Desta forma, analisamos estes artigos apontando para os elementos que eram visíveis em relação à dinâmica política. Na maior parte deles buscamos articulá-los no interior de uma vertente analítica, considerando a presença de conceitos teóricos semelhantes a outros artigos desta vertente.

Contudo, decidimos analisar quatro artigos separadamente, os quais, por utilizarem referenciais distintos daqueles presentes nas vertentes analíticas, não puderam ser articulados a conceitos teóricos presentes em outros artigos destas vertentes. Ademais, um artigo selecionado, ainda que apresente a discussão sobre a constituição do sujeito político, aborda a dinâmica política tendo por foco uma perspectiva analítica que não se conjuga com as vertentes analíticas. Estes cinco artigos são analisados no penúltimo capítulo da tese, denominado “Outras abordagens sobre a dinâmica política”.

Apesar da decisão de analisarmos o maior número de artigos possível, doze artigos não foram analisados em decorrência de não nos permitirem construir uma análise específica e mais aprofundada sobre a dinâmica política. Estes artigos foram aqueles localizados na categoria temática "Experiência comunitária", mas também em outras categorias temáticas[55].

Além disso, seis artigos não foram analisados em decorrência de não termos tido acesso a eles, ou seja, não conseguimos encontrá-los nem através do Portal de Periódico Capes[56] ou do site da revista no qual eles se encontravam publicados (para os casos em que encontramos o site), nem através da consulta em bibliotecas, localizadas na cidade de Belo Horizonte, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Cabe-nos considerar que os autores destes artigos também apresentavam outros artigos selecionados para a pesquisa, aos quais tivemos acesso.

Diante disso, dos 90 artigos selecionados para a pesquisa, analisamos 72 artigos publicados em 21 periódicos[57]. Buscamos no interior de cada capítulo analítico articular, entre os artigos localizados na vertente analítica, os que apresentavam semelhança em relação à temática discutida ou à perspectiva teórica, e também consideramos a ordem cronológica das publicações.

Antes de passarmos à próxima seção, cabe-nos salientar que não nos propusemos a produzir uma história da ciência, esta tese é menos um trabalho histórico e mais uma investigação teórica sobre publicações de um período da história da produção em psicologia social. Ainda que concebamos que a produção científica encontra-se atrelada a uma determinada sociedade e a um determinado momento histórico, nosso debate não trata de analisar a relação entre as vertentes analíticas e as condições tanto internas à produção científica quanto externas a ela, no desenvolvimento da psicologia social[58].

---

[55] Ver novamente o Apêndice F (Quadro 15), no qual demonstramos quais foram estes artigos.

[56] Portal organizado pela CAPES, que possibilita acesso a periódicos científicos. Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/.

[57] Três periódicos deixaram de integrar a análise em razão dos 18 artigos não analisados: Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política, Praia Vermelha, Universidade e Sociedade.

[58] O livro de Bomfim (2003) e a dissertação de mestrado de Cruz (2008) apresentam uma discussão histórica sobre o desenvolvimento da psicologia social brasileira, remetendo-se a aspectos externos e internos a este desenvolvimento.

5.2 Perfil da produção analisada

Descrevemos alguns aspectos da produção analisada em termos das categorias temáticas e analíticas e dos vínculos institucionais dos autores dos artigos selecionados para a pesquisa. Ressaltamos que não é objetivo da pesquisa realizar análises sobre aspectos institucionais relativos ao desenvolvimento da psicologia social no período analisado, bem como sobre vinculações institucionais dos autores que tiveram seus artigos selecionados. Apenas relatamos algumas considerações.

No capítulo anterior, abordamos que os 90 artigos selecionados foram publicados por 78 autores, mapeados a partir das fontes de coleta da pesquisa e dos critérios utilizados. Em relação à formação destes autores, dois não possuíam no currículo Lattes informação sobre a titulação de mestre e outros dois sobre a titulação de doutorado, sendo que estes não coincidiam, na medida em que ambos tinham que apresentar ao menos titulação de mestre para serem incluídos na pesquisa (critério pesquisador). Sete autores apresentavam informação de que o doutorado encontrava-se em curso.

Conforme se observa nas Tabelas 3 e 4 (Apêndice G), a metade dos autores defendeu o mestrado entre 1976 e 1995 e outros 27,6% o defenderam entre os anos de 1996 e 2005. Quanto ao doutorado, 67,1% o defenderam entre os anos de 1986 e 2005. O que aponta que a maior parte dos autores já possuía a titulação de mestre e de doutor até o final do segundo período histórico considerado na pesquisa.

Entre os 76 autores que cursaram mestrado (cf. Tabelas 3 e 4, Apêndice G), 13 o fizeram na PUC-SP, sete na UFMG, seis na PUC-Rio, cinco na PUC-RS, cinco na UFRGS e cinco na UFPB. Já entre os 76 que cursaram o doutorado ou estão em curso, 20 autores o fazem ou o fizeram na PUC-SP, dos quais 10 o fizeram entre 1996-2005; e 14 autores na USP, dos quais oito o fizeram entre 1986-1995. Deste modo, há uma concentração de autores formados pela PUC-SP, tanto no mestrado quanto no doutorado.

Ao avaliarmos o local de formação por estado do Brasil ou por formação no exterior, no mestrado (cf. Tabela 5, Apêndice G), 20 autores formaram-se em universidades de São Paulo, 17 em universidades do Rio de Janeiro, 10 em universidades do Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais e na Paraíba, os autores são os mesmos formados, respectivamente, pela UFMG (sete autores) e pela UFPB (cinco autores).

Quanto ao doutorado (cf. Tabela 6, Apêndice G), 35 autores formaram-se ou estão em curso em universidades de São Paulo. Um aspecto interessante é que 12 autores

formaram-se ou estão em curso em universidades europeias, sendo este o segundo maior percentual.

Remetendo-nos aos artigos selecionados após a Fase III, cabe-nos considerar que alguns foram publicados em coautoria com autores não selecionados para a pesquisa (em razão de não aparecerem nas fontes de coleta da pesquisa ou, nos casos em que apareceram, não cumprirem os critérios da pesquisa). Deste modo, se tivemos 78 autores selecionados nas fontes de coleta, a produção mapeada na pesquisa abrange um maior número de autores.

Quadro 10 –Autores não selecionados para a pesquisa presentes como coautores nos artigos selecionados após a Fase III

Altair Massaro
Ana Monteiro
Aristóteles de Paula Berino
Cassiane Cominoti Abreu
Cláudio Junio Patrício
Cynara Teixeira Ribeiro
Daniel Antonio Gomes Cruz
Denis Barros de Carvalho
Eda T. de O. Tassara
Eduardo Passos
Fabíola Xavier Leal
Fernanda Deotti Rodrigues
Gisele Dhein
Jaileila de Araújo Menezes
Karla Galvão Adrião
Lidiane Leite
Lizainny Aparecida Alves Queiróz
Lutiane de Lara
Manuela de Sousa Magalhães
Marcela de Andrade Gomes
Marcele Pereira da Rosa
Maria Cristina Campello Lavrador
Maria da Penha Nery
Oriana Holsbach Hadler
Silvana Cavichioli
Sonia Kramer
Suellen Guimarães Alves
Thaís Carvalho Zanchetta Penteado
Vera da Costa Somavilla
W. E. (Ted) Hewitt

Em relação à distribuição dos artigos em torno das categorias temáticas, mais da metade[59] (45 artigos) foi classificada em “Desenvolvimento histórico-conceitual”, com

[59] Devemos lembrar que não tivemos acesso a seis artigos, portanto, tivemos 84 artigos categorizados em categorias temáticas.

uma concentração destes artigos no primeiro período da pesquisa (21 artigos). Na categoria "Experiência comunitária", temos artigos apenas do primeiro período (cinco artigos). Nas categorias "Ações coletivas e comportamento político" e "Política governamental", tivemos 17 artigos categorizados em cada categoria, com uma maior concentração de artigos no último período da pesquisa. Cabe-nos considerar que não era um critério termos uma quantidade proporcional de artigos por período entre os artigos selecionados, o segundo período (1996-2005) teve menor número de artigos selecionados para a tese.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos analisados por categoria temática e por período histórico

Categorias temáticas	**Artigos analisados**		
	1986-1995	1996-2005	2006-2011
Desenvolvimento histórico-conceitual (45 artigos)	Bomfim e Machado (1988), Freitas (1988a, 1988b), Pereira (1988), Bomfim (1989), Lastória (1989), Sandoval (1989a; 1989b), Smigay (1989), Coutinho (1989/1990), Del Prette (1990; 1991), Góis (1988; 1989/1990; 1992), Arendt (1992), Arruda (1992), D'Avila-Netto (1992), Jurberg (1992), Vasconcelos (1992), Azeredo (1994)	Camino (1996) [60], Crochik (1999), Freitas (1996), Passos e Benevides (2001) [61], Silva (2001), Prado (2001; 2002), Machado (2002), Smigay (2002), Nery e Conceição (2005)	Yamamoto (2007), Rosa e Silva (2007), Aguiar e Rocha (2007), Castro (2007), Scarparo e Hernandez (2007), Martins (2008), Ansara (2008), Tassara e Ardans (2008), Lima, Ciampa e Almeida (2009), Yamamoto e Oliveira (2010), Penteado e Guzzo (2010), Machado e Lavrador (2010), Rocha e Pinheiro (2011), Ribeiro e Lara Júnior (2011)
Ações coletivas e comportamento político (17 artigos)	Azeredo (1988), Cardia (1989)	Camino e Mendoza (2000), Barboza (2000), Pereira e Camino (2003)	Fernandes, Costa, Camino e Mendoza (2006), Menezes e Castro (2006), Silva (2007), Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007), Adrião e Toneli (2008), Costa, Machado e Prado (2008), Mayorga[62], Magalhães, Patrício, Cruz e Alves (2008), Gonçalves (2009), Leite e Aragão (2010), Rodrigues e Prado (2010), Nunes e Camino (2011), Gomes e Maheirie (2011)

(Continua)

[60] Ainda que o último nome do autor seja Larrain, ele utiliza Camino nos artigos.

[61] Ainda que o último nome da autora seja Barros, nos artigos analisados ela se denomina apenas Regina Benevides.

[62] Ainda que o último nome da autora seja Borges, no artigo analisado o nome utilizado é Claudia Mayorga.

Tabela 1 – Distribuição dos artigos analisados por categoria temática e por período histórico

(conclusão)

Categorias temáticas	**Artigos analisados**		
	1986-1995	1996-2005	2006-2011
Política governamental (17 artigos)	Kramer e Souza (1987)	Mancebo (1998), Carvalho e Yamamoto (2002), Azeredo (2005), Benevides e Passos (2005), Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005), Stralen (2005)	Monteiro, Coimbra e Filho (2006), Berino e Baptista (2007), Cruz (2007), Garcia, Leal e Abreu (2008), Nardi (2008), Frezza, Maraschin e Santos (2009), Hillesheim, Somavilla, Dhein e Lara (2009), Neves e Massaro (2009), Hadler e Guareschi (2010), Perucchi, Jardim e Calais (2011)
Experiência comunitária (5 artigos)	Salles (1986), Caniato (1986), Machado (1988), Trajano (1988), Queiróz e Machado (1988)		
Total	**29 artigos**	**19 artigos**	**36 artigos**

Em relação às categorias analíticas[63], tivemos um maior número de artigos na categoria "Sujeito racional" (23 artigos), seguida por "Sujeito ético-político" (18 artigos), "Fundamento último da realidade" (16 artigos) e "Antagonismo" (10 artigos). Cinco artigos, como apontamos anteriormente, não foram classificados em nenhuma categoria; estes serão discutidos separadamente no último capítulo analítico.

A maior concentração de artigos, em todas as categorias analíticas, com exceção da categoria "Fundamento último da realidade", encontra-se no último período da pesquisa. Mais uma vez, porém, cabe-nos lembrar de que não havia uma distribuição equânime dos artigos por período histórico.

Não há nenhum artigo no primeiro período da tese localizado nas categorias "Sujeito ético-político" e "Antagonismo"[64], o que pode sugerir que apenas nos últimos anos há uma maior influência da perspectiva foucaultiana e da teoria democrática radical e plural, uma vez que a maior parte dos artigos classificados na categoria "Sujeito ético-político" compartilha a noção de poder em Foucault e os artigos da categoria

[63] Devemos lembrar que, em razão de não termos tido acesso a seis artigos e de 12 dos 90 artigos não serem analisados nos capítulos analíticos, 72 artigos foram debatidos nos capítulos analíticos.

[64] O artigo de Azeredo (1994), ao falar de uma coletânea de artigos nas notas de rodapé, faz referência a um artigo de Chantal Mouffe, mas não o utiliza na construção do argumento sobre a dinâmica política.

"Antagonismo" utilizam obras de Mouffe e/ou Laclau na argumentação sobre a dinâmica política.

Tabela 2 – Distribuição dos artigos analisados por categoria analítica e por período histórico

Categorias analíticas	Artigos analisados		
	1986-1995	1996-2005	2006-2011
Fundamento último da realidade (16 artigos)	Góis (1988; 1989/1990; 1992), Pereira (1988), Freitas (1988b), Lastória (1989)	Freitas (1996), Mancebo (1998), Crochik (1999), Camino (1996), Camino e Mendoza (2000), Carvalho e Yamamoto (2002)	Yamamoto (2007), Lima, Ciampa e Almeida (2009), Yamamoto e Oliveira (2010), Penteado e Guzzo (2010)
Sujeito racional (23 artigos)	Kramer e Souza (1987), Azeredo (1988), Sandoval (1989a; 1989b), Cardia (1989), Smigay (1989), Del Prette (1990; 1991), Jurberg (1992), Vasconcelos (1992)	Silva (2001), Machado (2002), Pereira e Camino (2003), Nery e Conceição (2005), Stralen (2005)	Fernandes, Costa, Camino e Mendoza (2006), Silva (2007), Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007), Scarparo e Hernandez (2007), Ansara (2008), Garcia, Leal e Abreu (2008), Gonçalves (2009), Nunes e Camino (2011)
Sujeito ético-político (18 artigos)	-----	Barboza (2000), Passos e Benevides (2001), Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005), Benevides e Passos (2005)	Monteiro, Coimbra e Filho (2006), Aguiar e Rocha (2007), Rosa e Silva (2007), Nardi (2008), Tassara e Ardans (2008), Martins (2008), Neves e Massaro (2009), Frezza, Maraschin e Santos (2009), Hillesheim, Somavilla, Dhein e Lara (2009), Hadler e Guareschi (2010), Leite e Aragão (2010), Machado e Lavrador (2010), Perucchi, Jardim e Calais (2011), Rocha e Pinheiro (2011)
Antagonismo (10 artigos)	-----	Prado (2001; 2002), Azeredo (2005)	Menezes e Castro (2006), Castro (2007), Mayorga, Magalhães, Patrício, Cruz e Alves (2008), Costa, Machado e Prado (2008), Adrião e Toneli (2008), Rodrigues e Prado (2010), Gomes e Maheirie (2011)
Outras abordagens sobre a dinâmica política (5 artigos)	Coutinho (1989/1990), Azeredo (1994)	Smigay (2002)	Berino e Baptista (2007), Ribeiro e Lara Júnior (2011)
Total	**18 artigos**	**19 artigos**	**35 artigos**

PARTE III – VERTENTES ANALÍTICAS

CAPÍTULO 6

FUNDAMENTO ÚLTIMO DA REALIDADE COMO CONDIÇÃO DA DINÂMICA POLÍTICA: LIMITAÇÃO DA CONTINGÊNCIA E A IMPOSSIBILIDADE DO ANTAGONISMO

6.1 Apresentação da vertente analítica

Nesta vertente analítica são analisados16 artigos, os quais foram publicados nos três períodos históricos compreendidos na tese. Entre 1986-1995 temos seis artigos, publicados por Góis (1988; 1989/1990; 1992), Pereira (1988), Freitas (1988b) e Lastória (1989); entre 1996-2005 temos seis artigos, publicados por Freitas (1996), Mancebo (1998), Crochik (1999), Camino (1996), Camino e Mendoza (2000), Carvalho e Yamamoto (2002); e entre 2006-2011 temos mais quatro artigos, a saber, Yamamoto (2007), Lima, Ciampa e Almeida (2009), Yamamoto e Oliveira (2010), Penteado e Guzzo (2010). Discutiremos os artigos na ordem dos períodos históricos, com exceção dos artigos de Freitas (1996) e de Carvalho e Yamamoto (2002), pois abordaremos o primeiro juntamente com o de Freitas (1988b) e o segundo com os de Yamamoto (2007) e Yamamoto e Oliveira (2010).

Nesses artigos, os autores trabalham referências distintas – entre as quais Karl Marx, Paulo Freire, Silvia Lane, Gregório Baremblitt, Cristophe Dejours, Cristopher Lasch, Theodor Adorno. Porém, todos os artigos guardam proximidade com a emergência da crise da psicologia social na América Latina: a crítica ao individualismo a partir da influência marxista.

Salientam os autores a preocupação com a concepção de um sujeito histórico e com a mudança social, apontando para um fundamento último da realidade, condição limitadora da contingência e, portanto, impossibilitadora de se falar em antagonismo, pois este requer articulações contingentes no campo da discursividade.

O conceito de ideologia é bastante evidenciado nos artigos, seja concebido como falsa consciência, seja numa perspectiva, como vimos em Gramsci, da materialidade da ideologia, mas na manutenção da determinação, em última instância, das relações de produção.

6.2 Discussão dos artigos

Nos artigos de Góis (1988; 1989/1990; 1992), a politização das relações sociais é concebida através dos estágios de consciência de Paulo Freire, sendo a estrutura de classe o fundamento sob o qual se estrutura a consciência.

A conscientização, nessa medida, decorre da "passagem do nível semi-intransitivo ao nível crítico" (Góis, 1992, p. 18), de maneira que o sujeito "rasga o véu do automatismo social", tornando-se "cada vez mais consciente". De acordo com o autor, este processo de conscientização ocorre através da atuação do indivíduo na

> atividade comunitária, num contexto solidário e dialógico (Freire, 1979), onde sua própria prática é plena de significado e reconhecimento na construção do trabalho libertador e o resgate histórico de sua vida e de sua comunidade é tomado por base, a realidade em que vive passa a ser (por ele) decodificada dentro de uma nova interpretação, mais aprofundada. (Góis, 1992, p. 18)

O processo de politização das relações sociais, portanto, pode ser entendido da seguinte maneira:

> A consciência é a propriedade do psiquismo formada sob determinadas condições da atividade prática e do próprio psiquismo, a partir de ações instrumentais e comunicacionais, que permite ao indivíduo apreender a realidade através de sua inserção cada vez mais profunda e intencional no mundo, iniciada na infância e perdurando por toda a vida. Não surge da adaptação, mas do processo de apropriação da realidade (uso de instrumentos e da linguagem).
> É o co-conhecimento do mundo objetivo e de si mesmo. Implica numa atitude cognoscitiva frente ao objeto que se pretende apreender (Rubinstein, 1979), seja da realidade objetiva seja da própria atividade psíquica. Paulo Freire (1979) fala de três estágios da consciência: (1) Estágio de Semi-intransitividade ou Mágico, da consciência dominada, onde o indivíduo não consegue objetivar a realidade para conhecê-la; (2) Estágio de Transitividade Ingênua, em que a consciência se reveste de simplicidade (superficialidade) na interpretação da realidade; (3) Estágio de Transitividade crítica, onde a consciência é inquieta e problematizadora. O desenvolvimento da consciência (ou passagem de um estágio para outro) implica no livre trânsito indivíduo-mundo, no processo de aprofundamento da tomada de consciência mediante a atividade prático-reflexiva. O contrário é a alienação, processo de parcialização da realidade por uma consciência dominada, fundada na divisão (não) racional do trabalho. (Góis, 1989/1990, p. 99)

A sedimentação do social se faz em torno de uma relação de dominação que busca impedir o processo de conscientização dos sujeitos:

> A relação entre atividade comunitária e história e realidade opressora é extremamente desigual, desfavorecendo a primeira. É claro, para nós, a reação contrária à consciência – o homem é boi, é boiada, pode ser o que for, mas a única coisa que não pode ter é uma consciência aprofundada. Essa é a violência maior, a base de toda a dominação e exploração – a negação do próprio sujeito. A estrutura de opressão e de negação da individualidade, do homem que se faz sujeito, permeia as instituições e age através dela no indivíduo, marcando-o, modelando-o, na família, na escola, na igreja e no próprio trabalho, reproduz-se através do sujeito-objeto, do não-sujeito. (Góis, 1992, p. 18)

A referência aos estágios de consciência em Freire e a compreensão do sujeito como "localizado em um modo de vida social, numa estrutura social de classes e num determinado espaço histórico, geográfico, social, cultural, econômico, simbólico, portanto, ideológico" (Góis, 1992, p. 15), que "emerge refletindo uma realidade de classes e um

modo de vida social, que o faz e que por ele é feito" (Góis, 1992, p.15), sendo o contrário da consciência crítica, a alienação "fundada na divisão (não) racional do trabalho" (Góis, 1989/1990, p. 99), possibilita-nos afirmar a ideia da estrutura de classe como um fundamento último da realidade e que orienta o processo de conscientização. Assim, vemos nesta abordagem a presença do modo de "negação" do político que denominamos de fundamento último da realidade.

Góis (1989/1990) afirma basear-se na perspectiva "materialista dialética e histórica" (p. 115) e recorre, para além de Paulo Freire, a outros autores para fundamentar a concepção de sujeito como "uma realidade social e histórica" (Góis, 1988; 1989/1990; 1992): Leontiev e Lane. Lane (1987c) remete-se a Leontiev (1981) para, assim como faz Góis (1989/1990), afirmar as categorias atividade, consciência e personalidade (identidade) como categorias básicas para a psicologia social. É a partir destas categorias que Góis (1989/1990) compreende o caráter interpretativo das relações sociais, fundamentando-o na ideia de que a atividade humana

> é um sistema de ações ligadas ao objeto da realidade, uma interação com o objeto e não simplesmente uma ação sobre ele, nem tampouco uma reação. A atividade é o processo pelo qual se realizam as transformações mútuas entre sujeito e objeto. (p. 98)

Dessa forma, a realidade é apreendida pelo sujeito a partir da atividade humana, "na forma de imagens na consciência, com sentido e significação (ao mesmo tempo históricas, universais e singulares)" (Góis, 1989/1990, p. 98). Este sujeito histórico-social, capaz de interpretação da realidade e constituição de uma consciência política, contudo, pode ser compreendido como determinado pelas relações sociais de produção, sendo os sujeitos políticos são concebidos como classes sociais.

Quanto ao artigo de Pereira (1988), nele observamos uma ênfase na determinação ideológica sobre os indivíduos. O sujeito político é caracterizado pela ampliação de classe trabalhadora para classe subalterna, na medida em que, para o autor, a possibilidade de resistência ao sistema capitalista é localizada no movimento popular, movimento que realiza uma análise do sistema, compreendendo como ele "enlouquece a todos". O movimento popular é entendido como constituído por pessoas que "estão nas favelas, nos bairros, nos sindicatos, nas igrejas mais progressistas, etc." (Pereira, 1988, p. 26), nascido durante a ditadura militar, na emergência de formas plurais de resistência – "CEB's, CPT, feminismo, grupos minoritários de negros, homossexuais, movimento contra a carestia, diretas já, pró-constituinte, etc." (p.26).

A resistência ao sistema, produzida pelo movimento popular, pode ser entendida a partir da concepção do autor de poder como uma relação entre sujeitos sociais (grupos) que influem uns sobre os outros, modificando-se reciprocamente, estando a essência do poder no instituinte e não no instituído:

> O poder é, antes de tudo, uma relação entre pessoas, relação em que os diferentes sujeitos sociais, nos seus grupos, influem uns sobre os outros, e se modificam reciprocamente. Portanto, é um jogo de mútuas influências entre os vários agentes sociais. Nesse sentido, o grupo se autogoverna visando ao bem comum dos elementos. A essência do poder está no instituinte e não no instituído. O instituído só tem razão de ser quando passa pelo alambique do instituinte. Quando o lugar não sofre este processo de destilação no grupo, ele se torna um lugar de alienação e de dominação. (Pereira, 1988, p. 33)

Entretanto, a resistência se apresenta quase que nula, na medida em que: a) o movimento popular "encontra uma forte barreira ideológica que se espalha em nossos poros e no ar que respiramos" (Pereira, 1988, p. 26); b) as "massas inconscientemente fixadas neste auto-objeto idealizado [o líder]" (p.27) desejam os poderes onipotentes deste, identificando-se com o agressor, sendo difícil livrar-se do agressor porque "o mecanismo de introjeção invade os poros do nosso inconsciente e passamos a ter o mesmo gozo que eles têm, oprimindo sadicamente os mais simples" (p. 33); c) o homem moderno, frente ao capitalismo, "perdeu a capacidade de se confrontar, analisar, criticar e se direcionar. Ele fala, berra, protesta histericamente contra o sistema, mas faz tudo conforme o sistema solicita" (p. 32).

De acordo com Pereira (1988), a ideologia capitalista, caracterizada pelo individualismo, é determinante na subjetividade dos indivíduos, atravessando todos os segmentos da vida. O sistema capitalista, entendido como "modo de produção, baseado no lucro, na produção do dinheiro" (p. 23), segundo o autor,

> não só mutila o corpo do trabalhador, não só estraga esse corpo enquanto matéria, enquanto carne, mas penetra na mente do indivíduo, na sua vida sexual, atravessa a vida da família, da escola, das instituições, dos sonhos, das nossas aspirações. Ou seja, esse sistema violenta muito mais a subjetividade do ser humano do que o seu corpo. E isso a meu ver tem uma explicação muito profunda, muito grande, põe que ele vai inclusive perverter, desviar, atrapalhar de uma certa forma aquilo que nós produzimos em termos de sonho, de aspirações, de imaginações, quer dizer, o mundo subjetivo do ser humano. Isso para mim é mais grave. E tudo está preso a esta estrutura, esse sistema. E o ser humano está dentro dele, dessa armadilha. E essa armadilha funciona muito bem. Ninguém pode duvidar de como esse sistema capitalista, esse modo de produção, baseado no lucro, na produção do dinheiro, está bem articulado, muito bem feito, afetando a todos, indistintamente, e complicando esta questão da subjetividade (Baremblitt, 1987). (Pereira, 1988, pp. 22-23)

Frente a essa compreensão do sistema capitalista, que produz a sedimentação do social a partir de uma dominação ideológica que "violenta" o corpo e a subjetividade, a esperança do autor no processo de mudança social encontra-se no fato de que todo sistema traz em si mesmo sua própria contradição: "Se tudo desse certo na modernidade, não

teríamos saída, estaríamos perdidos. **O próprio sistema, porém, traz em seu bojo uma contradição**. É exatamente por isso que ainda creio. Tenho fé no Coletivismo" (Pereira, 1988, p. 34, grifo nosso).

Assim, como é característica nos artigos desta vertente de análise, a preocupação em analisar a relação entre os planos superestrutural e individual da ideologia, focando-se nos aspectos subjetivos, manteve a limitação da contingência frente ao economicismo marxista. O autor ressalta:

> Que permitam os marxistas fazer uma colocação mais ampla da situação do nosso sistema, fugindo um pouco daquelas clássicas categorias (**que são verdadeiras**; mas são as únicas explicações) como: divisão de classe, luta de classe, pobre e rico, questões que Marx situa muito bem. Gostaria de fugir dessas questões e falar um pouco do nosso sistema capitalista em seus aspectos subjetivos. (Pereira, 1988, p. 22, grifo nosso).

De acordo com Pereira (1988): "A cultura do individualismo competitivo é o oxigênio do Capitalismo. Essa cultura é absorvida na super-estrutura ideológica da sociedade, de modo a passar para as pessoas um comportamento competitivo, mesmo que elas não sejam capitalistas" (p. 22). A ideologia é internalizada, segundo o autor, a partir da socialização, constituindo a subjetividade dos indivíduos:

> O que acontece é que o ser humano tem sua estrutura psíquica pervertida por esse sistema que o desvia de sua finalidade primordial, que é exatamente a felicidade do indivíduo. Em certo sentido, desde criança, nossa formação, o nosso desejo de sermos felizes foi de certa forma desviado, foi realmente pervertido. Não tem campo nenhum que não seja atingido por essa loucura: a vida sexual, a vida familiar, a vida da educação, dos sindicatos, principalmente a vida da produção que é a fábrica, o cerne dessa questão. (p. 24)

As instituições, assim como vimos na compreensão de Lane (1987c) sobre o plano superestrutural da ideologia, são para Pereira (1988) as correntes de transmissão da ideologia capitalista que "atravessa[m] todos os segmentos da nossa vida" e constituem nossa subjetividade:

> As instituições são correntes de transmissão da cultura, da tradição, dos valores. Esperava-se que as instituições estivessem numa posição mais crítica e efetiva à tendência narcisista e individualista de nossa cultura. Ao contrário, foram modeladas à sua imagem. (Lasch, 1983). A cooptação das instituições foi um ganho tremendo que o sistema faturou. Desta forma, as instituições funcionam como um reflexo especular (espelho) refletindo o grande desejo do individualismo, do autoritarismo, da coerção, do gozo de um em detrimento do gozo coletivo. Desta feita, tanto na Família, como na Escola, na Igreja, no Código Penal Civil, nos Espaços de Lazer (Clubes...) e principalmente nas Relações de Trabalho, é vivida de diversas formas essa mentalidade individualista. (Pereira, 1988, p. 31)

Cabe-nos considerar que a intensa dominação ideológica do capitalismo, fundamentada numa determinação estrutural, considerada por Pereira (1988) para explicar a submissão dos sujeitos na dinâmica social, é criticada por autores selecionados na pesquisa, como Sandoval (1989a; 1989b), que enfatiza a necessidade de nos afastarmos de compreensões deterministas para a compreensão do engajamento individual nas ações

coletivas. Trataremos dos artigos de Sandoval no próximo capítulo, no interior da vertente analítica relativa ao sujeito racional.

Os artigos de Freitas (1988b; 1996) e o artigo de Lastória (1989) não apresentam como foco a discussão sobre o modo de politização das relações sociais, mas sim uma preocupação em definir o que é a psicologia comunitária, a noção de comunidade, permitindo-nos apenas apontar alguns aspectos que indicam uma aproximação destes artigos a esta vertente analítica.

Freitas (1988b; 1996) distingue tipos de inserção de psicólogos em comunidade, na medida em que observa um leque variado de práticas realizadas pelos psicólogos. Assim, o que nos cabe considerar nesses artigos, para o âmbito da pesquisa, é a crítica da autora à redução do trabalho do psicólogo comunitário a uma "deselitização" da psicologia, simplesmente produzindo uma aproximação entre as práticas clínicas tradicionais e as camadas da população mais desprivilegiadas economicamente, enfatizando ela a importância de um posicionamento ideológico-político.

O artigo de 1988 é o que aponta de maneira mais explícita para uma determinação das relações de produção na concepção da dinâmica política, visto que, na defesa da necessidade do psicólogo e da psicologia apresentarem um posicionamento ideológico-político em favor da transformação das relações estabelecidas pela comunidade com o sistema capitalista, Freitas aborda uma leitura da sociedade em torno de duas classes sociais fundamentais: "um compromisso não mais com a **burguesia** e sim com a **classe trabalhadora**. Compreender esta afirmação nos leva à análise das relações produzidas pela relação capital-trabalho, de modo objetivo e subjetivo" (Freitas, 1988b, p. 80, grifo nosso).

Em relação ao artigo de Freitas (1996), a autora irá conceber os paradigmas de Sílvia Lane, Ignácio Martín-Baró e Maritza Montero como paradigmas que apontam para "um trabalho típico de uma psicologia (social) comunitária" (p.77), distinguindo, assim, intervenções comunitárias que podem ser denominadas psicologia social comunitária e outras formas de intervenção comunitária que não devem ser concebidas como tal.

Lastória (1989) também busca caracterizar a atuação do psicólogo na comunidade. O autor concebe comunidade da seguinte maneira:

> O termo comunidade passa então a significar uma meta, um objetivo a ser alcançado pelos psicólogos que atuam nestes cenários, ou seja, a possibilidade da reconstrução dos indivíduos a partir de valores que não estão em consonância com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A possibilidade dos indivíduos constituírem grupos a fim de alcançarem determinados benefícios – movimentos reivindicatórios – deve significar também a promoção de individualidades autônomas do ponto de vista ético (indivíduos que reagem conscientemente através da escolha de valores à objetivação das relações humanas). (p. 144)

De acordo com o autor, as comunidades possuem uma identidade, a qual ele vincula à posição comum dos indivíduos nas relações de produção da sociedade:

> São espaços delimitados geograficamente que assumem formas particulares e refletem uma determinada estrutura de vida quotidiana, ou seja, possuem uma posição comum nas relações de produção da sociedade (segmentos das classes trabalhadoras assalariadas) e um sentido comum de apropriação dos serviços e do espaço público, enfim, uma certa identidade. (Lastória, 1989, pp. 144-145)

Esse atrelamento da identidade à posição comum dos indivíduos nas relações de produção, bem como a concepção de que a dimensão psicológica dos integrantes da comunidade é permeada "inevitavelmente pela totalidade social" (p. 145) denotam, em Lastória (1989), a compreensão de um fundamento último da realidade no entendimento sobre a constituição dos sujeitos e o desenvolvimento da história.

No segundo período histórico, os artigos de Crochik (1999), Camino (1996) e Camino e Mendoza (2000), também na busca marcante da psicologia social crítica brasileira de se afastar de perspectivas individualistas, indicam a compreensão de um fundamento último da realidade na análise da dinâmica política.

Nessa medida, ainda que remetidos a uma forma de "negação" do político, cabe-nos ressaltar a importância destas contribuições para a psicologia social quando tomamos como ponto de referência a história da psicologia social no século XX, dominada pelo individualismo: os autores tentam resgatar um projeto de sociedade focado em transformações sociais que reconhece o caráter histórico e simbólico dos sujeitos.

Crochik (1999) afirma que: "Se o indivíduo se constitui no seio das relações sociais, os seus interesses devem ser procurados dentro dessas e não em si mesmo" (p. 47). Assim, ainda que o domínio psicológico tenha uma verdade distinta da esfera social, mesmo esta verdade "deve ser remetida ao que a sociedade exige do indivíduo para a sua adaptação" (p. 47). Neste sentido, opõe-se à perspectiva psicológica que culpabiliza o indivíduo pelos seus atos, que, desconhecendo "as **leis objetivas** que presidem a formação da sociedade [colabora] com a **perpetuação da falsa consciência** e, assim, o indivíduo pode ser escolhido como inimigo e ser apontado como responsável pelas mazelas sociais " (p. 44, grifo nosso).

Nessa direção é que se faz importante a crítica à psicologia individualista:

> a psicologia, quando propõe o entendimento do indivíduo abstraindo-se das relações sociais, torna-se ideológica ao ocultar a sua origem histórica e social e, assim, atua politicamente, não em função dos **interesses individuais mais racionais, que devem ser buscados na relação do indivíduo com a cultura**, mas em função da sua auto-alienação, dificultando a própria consciência que não pode ser reduzida aos determinantes psíquicos. **A possibilidade da psicologia libertar o seu objeto está na busca e na denúncia daquilo que o impede de se constituir, e que deve ser procurado nas condições sociais que levam as instâncias sociais, tais como a família, a escola, os meios de comunicação de massa, a desenvolverem o indivíduo para que se adapte imediatamente às exigências da produção e do consumo, sem que possa pensar se esses se encaminham para os seus interesses mais racionais, entre eles a preservação da vida**. Com a vida calcada na autoconservação, que implica a introjeção do sacrifício, quando esse não é mais necessário na medida em que é exigido, a própria vida perde interesse, ou seja, a própria vida é sacrificada. (Crochik, 1999, pp. 47-48, grifo nosso)

A saída para a perspectiva individualizante da psicologia, construída por Crochik (1999), pautada principalmente em Marx, Adorno e Horkheimer, afirma – junto com a ênfase na Razão e, assim, na possibilidade de eliminação da violência pela razão[65]– a concepção de um fundamento último da realidade que determina a construção da identidade dos sujeitos, sendo pressuposta a possibilidade de uma sociedade reconciliada a partir da autonomia da razão.

O autor afasta-se da noção de sujeito em Kant, em Freud e em Leibniz por considerar que estes teóricos, ainda que defensores de perspectivas distintas, buscaram em comum o que é incondicionado, ou seja, uma origem que se encontra para além do sujeito empírico e histórico, sendo a ideia de autonomia "sempre remetida para algo que transcende o indivíduo e não tem história" (Crochik, 1999, p. 35). Neste afastamento busca em Marx a recusa ao indeterminado, na medida em que, para Marx, "a autonomia está presente numa sociedade cujos membros compreendem que dependem de si mesmos como seres sociais, podendo prescindir das questões que procuram pela origem e que recaem na metafísica, na transcendência" (p. 32).

Diante dessa compreensão, se, por um lado, afasta-se da determinação a-histórica de um universal incondicionado, por outro lado, afirma uma determinação da história ao conceber a propriedade privada como "base da constituição do indivíduo" (p. 28), apresentando a coletividade "uma racionalidade própria" (p. 45), ou seja, "leis objetivas que presidem a formação da sociedade" (p. 44) e que, quando não percebidas pelo indivíduo, perpetuam a falsa consciência, e o indivíduo, e não esta racionalidade objetiva, é responsabilizado pelas mazelas sociais.

---

[65] A defesa do sujeito racional e a possibilidade de erradicação da violência pela razão serão os aspectos enfatizados por nós nas vertentes analíticas sujeito racional e sujeito ético-político, respectivamente. No caso de Crockik, a distinção é que observamos explicitamente também a concepção de um fundamento último da realidade.

Desse modo, a compreensão da existência de leis objetivas que presidem a formação da sociedade, indicando para a subordinação do real ao conceito (forma fixa), limita a radicalização da contingência, sendo possível compreender que a esperança na razão crítica, percebida na crítica do autor à sociedade capitalista, está assentada na lógica necessária da história postulada pelo marxismo: a lógica do desenvolvimento das forças produtivas.

Para o autor, as noções de propriedade e de indivíduo estão associadas desde a Antiguidade, com a diferença que, se na Antiguidade a posse individual da propriedade era justificada pela descendência divina ou por herança, na modernidade ela é mediada pelo reconhecimento de que, se a propriedade é de todos, ela pode ser de alguém, sendo sustentada pelo "contrato coletivo burguês", que permitiu a propriedade se tornar individual.

Sendo a propriedade a base da constituição do indivíduo e o trabalho a base da propriedade, a propriedade, segundo Crochik (1999), deveria ser vista como uma produção coletiva genérica, todos os bens sociais deveriam estar disponíveis a todos. Assim, o não reconhecimento da propriedade como produção coletiva, devido à afirmação da propriedade como privada, produz um sujeito alienado. A desalienação do sujeito, o desvelar da "falsa consciência" e, consequentemente, a "politização" das relações sociais se fazem em torno da necessidade de superação da propriedade privada, entendida, nos termos de Marx, como "emancipação de todos os sentidos e qualidades humanos":

> Se o trabalho é a base da propriedade, essa é uma produção coletiva, genérica, e a impossibilidade de haver o reconhecimento disso contém também o embotamento dos sentidos. Dessa forma, a apropriação do que é humano, fruto do trabalho social, deve desfazer a alienação do trabalhador frente a seu produto, o que passa necessariamente pela libertação dos sentidos como sentidos humanos, ou seja, formados socialmente. A propriedade privada, segundo Marx (1978), aliena os sentidos humanos e a possibilidade de apropriação efetiva do objeto produzido (...). **A propriedade privada, no entanto, não deve ser eliminada mas superada. E um dos elementos presentes nessa superação é a emancipação de todos os sentidos humanos que se construíram socialmente**: "A superação da propriedade privada é por isso a emancipação de todos os sentidos e qualidades humanos; mas é precisamente esta emancipação, porque todos estes sentidos e qualidades se fizeram humanos, tanto objetiva como subjetivamente. O olho fez-se um olho humano, assim como seu objeto se tornou um objeto social, humano, vindo do homem para o homem. Os sentidos fizeram-se assim imediatamente teóricos em sua prática. Relacionam-se com a coisa por amor da coisa, mas a coisa mesma é uma relação humana e objetiva para si e para o homem e inversamente." [Marx, 1978] (p.11). A alienação do homem em relação a seu mundo, dessa forma, poderá se desfazer quando todo objeto puder ser percebido por sentidos humanos, ou seja, quando houver o reconhecimento de que a produção é genérica, isto é, do gênero humano, e que por isso todos os bens sociais deveriam ser disponíveis a todos, sem desconsiderar a apropriação individual, que pela preformação dos sentidos é também social. (Crochik, 1999, p. 43, grifo nosso)

Para Crochik (1999),

> A política deveria dizer respeito aos interesses individuais conscientes e racionais, que se refiram, antes de mais nada, à autoconservação do indivíduo e à possibilidade de superá-la, ou seja, de não se ter mais a vida constantemente ameaçada pela possibilidade de estar socialmente desamparado. Para que ela pudesse cumprir esse intento, ter-se-ia de pensar na possibilidade, nos dias de hoje, de o indivíduo interferir na condução política, de ter consciência de seus interesses, e perceber os interesses sociais que estão em jogo na discussão pública. (p. 36)

Porém, na sociedade contemporânea, de acordo com Crochik (1999), na qual os interesses políticos são mediados pelo capital, a ideologia impede o exercício da razão individual, concebida não nos termos estritamente kantianos, mas na crítica de Adorno a Kant de que ele não concebeu que o sujeito universal somente se constitui no processo histórico, no qual "as diferenças naturais individuais são mediadas pelos conflitos sociais, presentes (de forma oculta) no modelo do equivalente do capital" (p. 30). Haveria uma dissociação das esferas política e moral dos interesses individuais na sociedade contemporânea diante da afirmação de um ideal coletivo que é imposto sobre as cabeças dos indivíduos, reduzindo o pensamento

> à sua utilidade imediata, ou seja, aos julgamentos dos meios, uma vez que os fins já foram fixados de antemão: a manutenção de regras impróprias ao convívio humano – a lei do mais forte, a lei da competição –, **ambas ancoradas na violência, que em um mundo racional, deveria ser eliminada**. (Crochik, 1999, p. 39, grifo nosso)

A análise de Crochik (1999) nos mostra uma saída de análise da realidade social via ideologia que, se pessimista, por um lado, ao afirmar a força da ideologia burguesa, por outro lado, não descarta a aposta na razão crítica, evocada pelos frankfurtianos. Não se observa, assim, o materialismo passivo da Segunda Internacional – Jay (1973), em sua análise sobre a Escola de Frankfurt, ressalta a contribuição desta Escola para a crítica à Segunda Internacional –, mas mantém-se a lógica da necessidade, a ideia da superação da propriedade privada como a base da emancipação humana, que limita a contingência, e afirma-se uma utopia de sociedade, na qual se eliminaria o sacrifício individual, caracterizado pela "antinomia entre a consciência coletiva, isto é, política, e a consciência individual, ou seja, psíquica" (p. 37). Eliminação que, para o autor, se faz a partir da razão, a qual permite ao indivíduo reconhecer seus interesses e os interesses sociais presentes na sociedade, ocultados pela ideologia burguesa.

Temos, dessa forma: a) um sujeito racional e leis objetivas da formação social que podem ser apreendidas racionalmente e que têm por base a propriedade privada, a qual é também a base de constituição dos indivíduos; b) a busca por uma estabilidade entre o eu e a sociedade, na possibilidade de eliminação da violência, a partir do alcance de um mundo racional.

Em Camino (1996) e em Camino e Mendoza (2000) também observamos uma construção teórica pautada no afastamento de uma noção individualista de sujeito e preocupada em construir uma visão social e histórica do comportamento político. Em ambos os artigos, os autores recorrem ao materialismo histórico-dialético como possibilidade de propor o afastamento da perspectiva individualista.

A compreensão de um fundamento último da realidade, caracterizado pelas relações de produção, pode ser observada em Camino e Mendoza (2000) a partir do que consideram o foco da análise: a "totalidade social contraditória", sendo a esfera econômica a que "**sustenta todo o edifício social, [e] determina em última instância** as formas de organização da sociedade política, das pautas ideológicas-culturais e conforma as próprias identidades dos grupos e das classes sociais (Bottomore, 1992; Bobbio, 1986)." (p. 10, tradução nossa, grifo nosso).

Entendem, assim, afastando-se de perspectivas individualistas da política, os sujeitos como classes sociais que apresentam interesses contrapostos: "Os atores não são os indivíduos, como querem as doutrinas neo-clássica e sistêmica, senão as classes sociais. Neste sentido, **a política é o processo através do qual as classes que têm interesses contrapostos** lutam por obter, reter ou influir no poder do Estado" (Camino & Mendoza, p. 10, tradução nossa, grifo nosso).

Em Camino (1996), o afastamento da perspectiva individualista da psicologia apresenta uma especificidade, na medida em que o autor constrói uma relação entre o materialismo histórico-dialético e a perspectiva das relações intergrupais, sobretudo, a teoria da identidade social de Henry Tajfel.

O autor afirma sua inserção no momento de emergência da crise da psicologia social na América Latina e, assim, a crítica à perspectiva individualista que dominava a psicologia. Segundo ele, fundadores e participantes da ABRAPSO (entre os quais afirma sua inclusão), em 1980, recorreram às concepções de homem e de sociedade do materialismo histórico-dialético para fundamentar uma nova concepção de psicologia social, pautada na problemática social do continente e na unidade da teoria científica e da luta popular.

Com o decorrer do tempo, porém, aponta que seu grupo de pesquisa reconheceu a "impossibilidade de deduzir categorias psicológicas diretamente do materialismo histórico" (p. 19), percebendo que a estratégia de pesquisa que "consistia em escolher certas noções psicológicas e retirá-las de seu contexto individualista e mecanicista, para utilizá-la como

sinônimos de conceitos do materialismo dialético, não havia se mostrado eficaz para construir uma teoria psicológica diferente" (p. 20).

Entretanto, ainda com essa consideração anterior, Camino (1996) afirma adotar no "estudo do comportamento político, a perspectiva dialética, com a visão de homem e de sociedade que ela implica" (p. 22). Esta afirmação é feita na distinção realizada pelo autor entre duas perspectivas teóricas para o estudo das relações de poder no interior da sociedade: sistêmica ou dialética.

A sistêmica, associada pelo autor a autores como Merton, "concebe a sociedade como um sistema integrado cuja existência é mantida por relações complementares entre seus elementos. Estas relações são sustentadas sobre um conjunto de objetivos e crenças comuns" (Camino, 1996, p. 21).

Já a perspectiva dialética, remetida a Marx e Engels, à qual o autor afirma se filiar,

> toma como ponto de partida a existência de **contradições e conflitos** em todos os sistemas sociais e **considera a existência destes antagonismos como consequência da formação de grupos dominantes e subordinados no processo econômico**. A perspectiva dialética pressupõe que as relações sociais e os grupos constituídos nestas relações estabelecem-se em tomo da produção da subsistência e constituem a trama da sociedade. **Os antagonismos seriam inerentes aos vários modos de produção da subsistência**. (Camino, 1996, p. 21, grifo nosso)

Dessa maneira, recorrer à perspectiva das relações intergrupais não implicou abrir mão da noção de homem e de sociedade da concepção do materialismo-dialético e, portanto, da compreensão dos sujeitos políticos ("grupos dominantes e subordinados") como constituídos "no processo econômico", ou seja, da determinação, em última instância, das relações de produção.

A busca pela perspectiva das relações intergrupais se fez, de acordo com Camino (1996), no intuito de encontrar uma teoria que "por um lado fosse articulável com as nossas visões básicas do homem e da sociedade e por outro lado tivesse capacidade heurística no estudo dos fenômenos sociais e fosse operacionalizável no planejamento de estudos empíricos" (p. 23).

Pode-se conceber que, ao trabalhar com a noção de identidade social, o modelo teórico proposto pelo autor possibilita abordar a emergência de sujeitos políticos que não se restringem à esfera das relações de produção, na medida em que recorre aos fenômenos de categorização social e diferenciação social na análise entre diferentes relações intergrupais. Também permite articular aspectos subjetivos (psicológicos) e estruturais (sociológicos) uma vez que, como aponta,

> Segundo Tajfel, o processo de identidade social não ocorre no vazio social, mas num contexto histórico onde os diversos grupos mantêm relações concretas entre si, mediadas pela identidade social. O processo de identidade social afetaria não só a maneira como indivíduos e grupos percebem a organização da sociedade, sua estrutura, estabilidade e legitimidade, mas também o modo como nela atuam, procurando modificá-la em função de seus interesses sociais. Por sua vez, as estruturas sociológicas influenciariam de alguma maneira as representações que os indivíduos fazem de si mesmos e da sociedade. (Camino, 1996, p. 23)

Entretanto, se a teoria da identidade social apresenta como fundamento não a determinação econômica sobre os sujeitos, e sim "que os indivíduos procuram, diferenciando-se positivamente do outro grupo, realizar uma identidade social que contribua para obter uma **imagem positiva de si** mesmo" (p. 23, grifo nosso)[66], as relações de produção continuam a ser concebidas por Camino (1996) como fundamento último da realidade. O que pode ser observado no modelo de "análise psicossociológica das formações sociais" apresentado, no qual, ainda que não única, a base última das formações sociais são os processos de produção:

> Em concordância com nossa perspectiva básica que postula a impossibilidade de entender as relações sociais existentes sem analisar as características concretas da sociedade específica onde se situam as ações a serem analisadas, descreveremos brevemente um esquema das formações sociais, onde situaremos as diversas ações políticas e as experiências subjetivas que lhes podem ser relacionadas. **Este esquema coloca no centro das formações sociais os processos de produção, considerando-os base última, mas não única das relações e conflitos sociais**. (p. 24, grifo nosso)

Como vimos nos outros artigos, também é interessante ressaltar em Camino (1996) a importância atribuída à ideologia na compreensão da unidade política. Ele concebe que a estrutura ideológica-cultural da sociedade é gerada basicamente nas relações sociais estabelecidas no processo de produção:

> Todo o conjunto de ações, tanto institucionais como coletivas, desenvolvem-se no quadro institucional do Estado. Portanto, faz-se necessário analisar a estrutura jurídico-política do Estado para entender melhor a natureza das atividades políticas. Mas **na sociedade civil distingue-se igualmente a estrutura ideológico-cultural, constituída pelo conjunto de ideias existentes numa sociedade sobre sua origem, o valor de suas instituições, sua estrutura social etc. Este conjunto de ideias gera-se basicamente das relações sociais estabelecidas no processo de produção** e difunde-se através de instituições da sociedade civil: meios de comunicação de massa, escolas, igrejas, família, etc.. (p. 26)

O último artigo desse segundo período histórico a considerarmos é o de Mancebo (1998), no qual apenas podemos observar alguns aspectos em relação ao modo de politização das relações sociais. Assim, como vemos nos artigos de Yamamoto, a serem discutidos posteriormente, há uma centralidade da análise num nível mais macroestrutural do impacto do neoliberalismo na política pública – no caso deste artigo, na política de educação universitária brasileira. Uma diferença em relação a dois dos artigos de

---

[66] Na vertente analítica sujeito racional, em diferentes artigos, a teoria da identidade social de Tajfel representa um papel importante na compreensão da dinâmica política.

Yamamoto é que, no artigo de Mancebo (1998), é menos visível o modo como a autora concebe a emergência dos conflitos sociais.

Introduzimos o artigo de Mancebo (1998) nesta vertente analítica devido à compreensão da autora a respeito da "nova ordenação do capitalismo internacional", ou seja, do neoliberalismo, como um modo de reestabelecimento da **hegemonia burguesa,** diante da crise econômica do capitalismo iniciada a partir do esgotamento do regime de acumulação fordista, nos anos 1960. A concepção de "hegemonia burguesa" pode indicar para o entendimento da dinâmica política em torno de duas classes fundamentais – burguesia e proletariado –e, assim, apontar para uma determinação, em última instância, das relações de produção.

Ainda que em outros dois aspectos, que também se remetem à compreensão da dinâmica política, não fique explícita a concepção de uma determinação última das relações de produção, é em torno deste entendimento do neoliberalismo como reestabelecimento de uma hegemonia burguesa que a autora desenvolve a discussão do artigo sobre as políticas governamentais para a educação superior brasileira.

O primeiro daqueles aspectos é a compreensão da autora da sociedade como conflitiva, polarizada. Neste sentido, ela crítica a "despolitização das decisões" produzida pela ideologia e política neoliberais, que, organizadas sob "democracias formais" e sob a "tirania do mercado", concebem "um mundo idealizado sem polaridades e conflitos" (Mancebo, 1998, p. 49), ao mesmo tempo em que sustentam formas de exclusão sem precedentes.

O segundo aspecto remete-se à alternativa apresentada pela autora frente ao quadro neoliberal. Segundo Mancebo (1998), o papel da universidade não deve ser o de transformar a educação em mercadoria, tendo por fim preparar estudantes para a competitividade do mercado e, assim, para o desemprego e a marginalização. Deve ser o de preparar os estudantes para a compreensão da realidade social "em sua concretude, historicidade e complexidade" (p. 63), a fim de recriá-la e produzir novas formas de existência social. De acordo com a autora, este papel da universidade é concebido

> à luz de uma postura ética ousada, comprometida com a liberdade e com a construção de existências sociais mais igualitárias e menos excludentes. Neste universo, caberia à educação superior a promoção de práticas voltadas ao desenvolvimento de uma cidadania multicultural e híbrida, desafiadora das narrativas mestras que vêm silenciando nossa capacidade de indignação e de organização coletiva para a crítica. (Mancebo, 1998, pp. 63-64)

Os últimos artigos a serem analisados, os do terceiro período histórico delimitado na tese (2006-2011) – Carvalho e Yamamoto (2002), Yamamoto (2007), Yamamoto e

Oliveira (2010), Lima, Ciampa e Almeida (2009), Penteado e Guzzo (2010) –, mantêm a crítica ao modelo individualista, considerado ainda dominante na psicologia social, e ressaltam a preocupação com o modo de atuação do psicólogo, reafirmando, duas décadas depois da emergência da psicologia social crítica no Brasil, a ênfase numa atuação comprometida com a melhoria das condições sociais da população brasileira mais desfavorecida.

Os artigos nos quais Yamamoto é autor ou coautor, como dissemos acima, ressaltam os impactos do neoliberalismo nas políticas públicas, focando na atuação dos psicólogos nestas políticas. Segundo Carvalho e Yamamoto (2002), qualquer estudo que enfoque a gestão das políticas públicas no Brasil, na atualidade, precisa considerar como aspecto nuclear a ideologia neoliberal, "cujo programa compreende uma ênfase na decomposição do atendimento público e estatal no setor da assistência social – a saúde aí incluída" (p.1). Segundo os autores, esta "decomposição" é problemática em países que tiveram um Estado de Bem-Estar social consolidado e ainda mais em países, como o Brasil, em que a cobertura no campo social é historicamente precária. Os autores compreendem o neoliberalismo da seguinte maneira:

> O pensamento neoliberal distingue-se do pensamento conservador e do liberal clássico. Em contraposição ao conservadorismo, os neoliberais defendem o individualismo e o encaram como chave para o sucesso da democracia em um contexto de "Estado Mínimo". O liberalismo do século XIX acreditava que as crises econômicas deveriam ser corrigidas por reformas do mercado e por intervenções eventuais. Além disso, defendia uma política antimonopolista no que concerne à produção e distribuição, e reconhecia, nos sindicatos operários, uma fórmula legítima de defesa diante dos monopólios. O neoliberalismo, por seu turno, defende o automatismo autoregulador do mercado. O sindicalismo, por consequência, é combatido como inimigo da liberdade de empreendimento. (Carvalho & Yamamoto, 2002, p. 03)

É interessante apontarmos para a crítica de Carvalho e Yamamoto (2002) relativa à defesa do individualismo pelo neoliberalismo:

> Somente um sistema calcado no primado do mercado pode, ao mesmo tempo em que maximiza a eficiência econômica, garantir a liberdade individual. A ordem social resulta da coordenação, via mercado, dos comportamentos individuais. Os indivíduos, entendem os neoliberais, motivados por interesses próprios, cooperam involuntariamente devido ao mecanismo de regulação do mercado. Dessa forma, **a finalidade precípua do Estado é cuidar para a otimização dos mecanismos reguladores do mercado. Intervenções outras são consideradas tão ineficientes do ponto de vista econômico quanto tirania do ponto de vista político**. É importante asseverar que o individualismo competitivo (possessivo, portanto) não pode se expandir infinitamente, o que coloca a necessidade de um Estado mínimo mas forte, a fim de cumprir as leis das quais depende a propriedade privada e a competição. (p. 03, grifo nosso)

Essa crítica dos autores nos remete à crítica de Schmitt ao liberalismo, apresentada no capítulo teórico. Como vimos, para Schmitt, o individualismo liberal torna impossível a concepção de uma relação antagônica, pois o indivíduo é visto como início e fim de tudo, sendo estranha ao liberalismo a exigência de uma unidade política. Não existiria, deste

modo, segundo Schmitt (1992), uma política liberal no sentido estrito, mas apenas uma crítica liberal da política ao poder estatal, a fim de proteger a liberdade individual e a propriedade privada.

Apesar da aproximação dos artigos de Yamamoto, no que se remete à crítica ao individualismo, à concepção de político defendida na tese, notamos nos artigos um distanciamento em relação a esta concepção no que diz respeito à defesa da centralidade da contradição capital-trabalho na compreensão da luta política. Esta defesa, se é menos explícita no artigo de Carvalho e Yamamoto (2002), é passível de ser afirmada nos outros dois artigos do autor, a partir da discussão sobre o que denomina de "questões de fundo" tendo por base a perspectiva marxista (Yamamoto, 2007). No artigo de Carvalho e Yamamoto (2002), apontamos para a ideia de protagonismo da classe trabalhadora:

> Dentre as responsabilidades do Estado mínimo, figuram, ao lado do combate ao **protagonismo de classe dos trabalhadores**, o controle da emissão monetária, a manutenção de elevadas taxas de juros, uma política privatista agressiva e, com destaque, a promoção (ou a priorização) dos gastos públicos e a desmontagem da cobertura social, ponto que nos toca neste estudo. (p. 04, grifo nosso)

Yamamoto (2007) afirma que atuar com "compromisso social"

> significa não somente superar o elitismo, mas dirigir a ação para rumos diferentes daqueles que têm consagrado a Psicologia. Explicitamente, Bock (1999b) defende a tese de que "o trabalho do psicólogo deve apontar para a transformação social, para a mudança das condições de vida da população brasileira". (p. 34)

Assim, afirma o papel do intelectual no processo de mudança social, apresentando como desafio para a categoria profissional de psicólogo:

> *ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional*, tanto pelo **alinhamento com os setores progressistas da sociedade civil**, fundamental na correlação de forças da qual resultam eventuais avanços no campo das políticas sociais, quanto pelo **desenvolvimento, no campo acadêmico, de outras possibilidades teórico-técnicas**, inspiradas em outras vertentes teórico-metodológicas que as hegemônicas da Psicologia. (Yamamoto, 2007, p. 36, grifo nosso)

Na mesma linha, Yamamoto e Oliveira (2010), ao se remeterem à atuação do psicólogo na assistência social, mas generalizando o debate à atuação nas diferentes políticas sociais, afirmam que

> o trabalho na proteção social básica exige dos psicólogos não apenas uma adequação do trabalho; exige um conhecimento de aspectos que estão fora do escopo do que a Psicologia delimitou em seus campos de saber. **A atuação com pessoas em situação de pobreza exige não a adequação de um conhecimento teórico-técnico, mas, sim, a criação de novos conhecimentos e uma mudança na postura que marca historicamente a atuação dos psicólogos. A noção de "sujeito psicológico" não cabe nos desafios do CRAS, nem tampouco a crença de que a Psicologia só intervém no sofrimento psíquico ou no ajustamento. Pensar numa atuação que conjugue um posicionamento político mais crítico por parte dos psicólogos, com novos referenciais teóricos e técnicos** que podem ou não partir dos já consolidados, mas que necessariamente, precisariam ultrapassá-los, **é o grande desafio** para a profissão no campo das políticas sociais em geral. (p. 21, grifo nosso)

Yamamoto (2007) e Yamamoto e Oliveira (2010) irão defender a necessidade de se compreender o que denominam de "questões de fundo", ou seja, "os fundamentos, na esfera do Estado" (Yamamoto, 2007, p. 31), para a tomada de decisão, a fim de se discutir as políticas sociais na sociedade capitalista. Para eles, estas "questões de fundo" remetem-se ao que chamam de "questão social".

Yamamoto (2007) afirma que sua análise da "questão social" parte do "enquadramento na teoria social marxiana (acompanhando as indicações de Netto, 1992, e de Iamamoto & Carvalho, 1983)" (p. 36, nota de rodapé). Yamamoto e Oliveira (2010) definem "questão social" da seguinte maneira:

> **Questão social pode ser definida como** o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista; em suma, **a manifestação no cotidiano da vida social da contradição capital-trabalho** (Iamamoto & Carvalho, 1983; Netto, 2007). Como tal, ela não se constitui uma condição acessória e transitória, mas **constitutiva do desenvolvimento capitalista**, com seus diferentes estágios produzindo diferentes manifestações. Com o protagonismo da classe operária no cenário europeu em meados do século XIX, a questão social passa a ser tratada como questão política (Pastorini, 2004). **Transforma-se em objeto de intervenção sistemática por parte do Estado, mas de forma fragmentária e parcializada**: política social transmuta-se em políticas sociais, correspondendo às diferentes expressões da questão social – e assim enfrentadas. (p. 10, grifo nosso)

Considerando a concepção de Yamamoto (2007) e de Yamamoto e Oliveira (2010) de "questão social", podemos observar a centralidade da contradição capital-trabalho na compreensão da luta política, de maneira que Yamamoto (2007), quando afirma que a política deve ser entendida como conflito, concebe que este, "nas formações sociais capitalistas, **traduz-se na oposição entre os interesses da acumulação e as necessidades dos cidadãos"** (p. 32, grifo nosso), encontrando as políticas sociais, "como parte do processo estatal da alocação e distribuição de valores, no centro desse **confronto de interesses de classes**" (p. 32, grifo nosso).

Ao tratar da "politização" dos movimentos científico-profissionais no Brasil, o autor aponta para o que poderíamos entender como uma relação entre "nós" e "eles", pautada na divisão entre "burguesia" e "forças populares", sendo recorrente a referência à ditadura militar como "autocracia burguesa":

> somente no momento em que, com as mudanças na conjuntura político-econômica internacional e o consequente colapso do "milagre brasileiro", a autocracia burguesa busca uma recomposição das bases políticas de apoio, é que a dinâmica desse processo coloca a possibilidade de reorganização das forças populares. É nesse contexto – contraditório – que os movimentos científico-profissionais se *politizam*. (Yamamoto, 2007, p. 31)

De acordo com Yamamoto (2007), diferentes pontos de equilíbrio podem ser buscados na sociedade, sendo estes "dependentes de particulares correlações de forças presentes no cenário político em cada conjuntura histórica específica" (p. 32). Entretanto,

tanto os pontos de equilíbrio são pensados em termos da relação entre “acumulação” e “privação social”, quanto o suposto é o “de que as políticas sociais nos remetem sempre e no limite ao **antagonismo irreconciliável de classes**” (p. 32).

Ainda que o autor utilize o termo antagonismo, como afirmamos anteriormente, a existência de um fundamento último da realidade impede a compreensão da noção de antagonismo, na concepção de político defendida na tese, uma vez que limita a contingencialidade das relações sociais. Estaríamos aqui diante da diferenciação entre a noção de contradição e a noção de antagonismo (Laclau & Mouffe, 1985).

Um aspecto interessante de observarmos em Yamamoto (2007) é a crítica a uma característica presente em alguns dos artigos selecionados para a tese: a restrição da análise das políticas sociais à sua eficácia na resolução de problemas sociais particularizados:

> Como regra os estudos têm focalizado as políticas sociais como estratégias do Estado para a resolução de problemas sociais particularizados e, assim, a eficácia das ações estatais discutida nos diferentes setores que são por elas abarcados, aceitando, como resolvidas, as chamadas “questões de fundo”. (Yamamoto, 2007, p. 31)

Na perspectiva democrática defendida na tese não é possível concordar com Yamamoto (2007) quanto à compreensão das “questões de fundo”, no sentido de afirmar a centralidade da contradição capital-trabalho. Entretanto, a crítica acima a análises que enfocam a dimensão política a partir de problemas sociais particularizados, em torno de mudanças no interior de cada uma das políticas sociais (setores), sugere um afastamento destas análises em relação ao aspecto essencial a uma luta contra-hegemônica, que, nos termos de nossa abordagem do político, é a construção de equivalências entre diferentes demandas democráticas. Neste sentido, no esquema analítico criticado por Yamamoto (2007), podemos dizer que a discussão está localizada na ordem da *política* (Mouffe, 2009) ou, nos termos de Rancière (1996), da *polícia*, e não na ordem do *político* (Mouffe, 2009), e, assim, do antagonismo.

Lima, Ciampa e Almeida (2009) enfatizam a necessidade de se retomar novamente a discussão sobre a relação entre teoria, prática e práxis na psicologia social, afirmando que esta discussão só pode ser vista como ultrapassada se concebermos que, desde a publicação do livro *Psicologia Social: o homem em movimento*, organizado por Lane e Codo – discutido por nós no capítulo 3 –, ela já houvesse se tornado um a priori na produção em psicologia social. Para os autores, “o fazer científico sem uma reflexão tende a cair em uma prática que será denominada no nível individual de racionalização e no nível da ação coletiva, ideologia” (p. 227).

A convergência do artigo de Lima, Ciampa e Almeida (2009) com a vertente de análise deste capítulo é entendida a partir da defesa dos autores da noção de práxis, nos termos do materialismo dialético concebido por Lane, perspectiva que se pauta, em última instância, num fundamento último de sociedade.

Para os autores, partindo da concepção de Lane, "o conhecimento do real é uma luta contra a opacidade, nunca é imediato e pleno, em outras palavras, [...] o pensamento empírico somente torna-se claro a posteriori, quando o conjunto de argumentos é enfim explicitado" (Lima, 2009, p. 33, citado por Lima, Ciampa & Almeida, 2009, p. 228). Desta maneira, a práxis diz respeito a um movimento entre teoria e prática que se dá através de um processo dialético que, segundo Lane, remete-se à construção da análise do concreto. Assim, para os autores, a psicologia social pode ser entendida como uma forma de práxis quando se encontra voltada para a transformação social, esta concebida em termos da noção de emancipação:

> Pensar a emancipação como superação do estreitamento da razão somente é possível quando procuramos garantir que o conhecimento crítico não seja aprisionado por tendências político-partidárias e se transforme em mera ideologia; cumpre não cair em um objetivismo histórico, sufocando problemáticas filosóficas. Nesse sentido temos que concordar com Silvia Lane e defender que a Psicologia Social que deseje estar a serviço da emancipação só pode ser uma práxis crítica e criadora, e que o conhecimento produzido permita evidenciar determinações obscuras e desmistificar proposições ideológicas, favorecendo a melhor compreensão da realidade e sugerindo possibilidades nela inscritas, iluminando assim o agir humano "do ponto de vista de sua potência, [ou seja, como] seres capazes de ultrapassar limites, considerados estes limites não como um término" (Almeida, 2005:92). (Lima, Ciampa & Almeida, 2009, p. 233)

Ao apontarem para a consideração de Nader (1990), de que os discursos técnicos dos psicólogos sociais não têm sido suficientes para a construção de uma prática psi transformadora da sua própria condição de trabalho e daqueles que são seu objeto de trabalho, Lima, Ciampa e Almeida (2009) afirmam que

> é preciso lembrar que essa insuficiência não decorre necessariamente de incorreções teóricas ou de pesquisas descomprometidas, mas sim, entre outros elementos, da falta de ação, da alienação ou simplesmente da postura burguesa de grande parte dos profissionais psi, bem como dos formidáveis obstáculos sistêmicos que se opõem às iniciativas de mudança ou à adoção de novos e diferentes saberes. (p. 234)

Penteado e Guzzo (2010), focalizando o papel da psicologia na educação, concebem que a psicologia nasceu e se desenvolveu em uma sociedade capitalista, "propondo-se a selecionar, adaptar, controlar e predizer o comportamento com a finalidade de impactar o aumento da produtividade (Patto, 1984)" (p. 569), sendo nestes termos que ela entrou na escola e que se espera a atuação do psicólogo. Diferente deste modo de atuação, a autora afirma a necessidade de uma educação que deixe de servir à lógica do

capital, configurando-se “como educação para a libertação e instrumento de emancipação humana” (Penteado & Guzzo, 2010, p. 571).

Podemos observar, no artigo das autoras, a compreensão das relações econômicas como fundamento último da realidade a partir do modo como concebem o processo educativo como emancipatório. Defendem, a partir de Marx e Engels, as condições econômicas como a base das manifestações intelectuais das sociedades humanas:

> A educação, que é sustentada pela ordem econômica hegemônica no contexto mundial, configura-se como um mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema capitalista e é, consequentemente, uma educação para a alienação, a serviço da ordem do capital. Para Marx e Engels (1978) **“não são os pensamentos e o desejos dos homens que fazem a vida e as circunstâncias materiais, são as condições econômicas que formam a base de todas as manifestações intelectuais da sociedade humana”** (p. 23). Com essa formulação, para que o processo educativo possa se tornar um instrumento de emancipação humana é preciso que se proponha a revolucionar as condições materiais, por meio de um **programa de classe**. (Penteado & Guzzo, 2010**,** p. 571, grifo nosso)

Para as autoras, “o caminho da emancipação humana [é] o caminho da crítica das alienações geradas pela lógica do capital, a fim de superá-las e, assim, colocar as necessidades humanas como essência das relações sociais” (p. 571). Recorrendo a Meszáros, afirmam que a alienação é o “resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser alterado pela intervenção consciente no processo de superação da autoalienação” (Penteado & Guzzo, 2010, p. 571). A educação emancipadora, que contraria os interesses da sociedade capitalista, entendida como uma sociedade de classes, volta-se então “para um homem emancipado e conscientemente livre” (p. 572). Esta emancipação é alcançada a partir da conscientização, remetendo as autoras a Paulo Freire, assim como fizera Góis nos artigos analisados no início deste capítulo. A conscientização

> revela-se pela percepção desses sujeitos de que sua prática não é constituída pela neutralidade política e sim que, na perspectiva emancipadora e libertadora, sua prática exige uma análise crítica da realidade e, por isso, devem buscar sempre a eliminação das desigualdades sociais e a transformação estrutural da sociedade como horizonte estratégico de cada ação cotidiana. (Penteado & Guzzo, 2010, pp. 573-574)

Desse modo: “O processo de aprendizagem e de apropriação de conhecimentos deve ser o de **desocultar as verdades impostas pela dominação do capital**, conscientizar e lutar contra o processo de alienação” (Penteado & Guzzo, 2010, p. 572, grifo nosso).

A contingência fica, portanto, limitada ao fundamento último da realidade (relações econômicas) no interior de uma lógica de análise social que se caracteriza por um desenvolvimento histórico que pode ser apreendido conscientemente. A politização das relações sociais não pode, deste modo, ser pensada em torno da noção de antagonismo, na medida em que, para tanto, seria necessário pensar a constituição dos sujeitos políticos em torno da ausência de um fundamento que determine sua identidade. Nesta lógica antagônica não é possível conceber a emancipação dos sujeitos a partir da pretensão de construção de um "homem realmente pleno em sua essência" (Penteado & Guzzo, 2010, p. 571), uma vez que o projeto democrático radical e plural não se coaduna com a ideia de identidades plenas, com a compreensão da existência de um sujeito substancializado em torno de uma essência.

6.3 Considerações gerais sobre a vertente analítica

Observamos em artigos desta vertente analítica que os autores, a partir da utilização de referências distintas, por um lado, buscam como saída à ortodoxia marxista, que concebe o proletariado como o sujeito da História, a expansão do proletariado para as "forças populares"; por outro lado, como saída ao individualismo presente na história da psicologia social e criticado na emergência da crise da psicologia social no Brasil, resgatam a esfera ideológica do marxismo, a fim de afirmar a constituição dos indivíduos como sujeitos históricos e, portanto, a possibilidade de se produzirem mudanças sociais.

Contudo, essa saída, assim como vimos no livro organizado por Lane e Codo (1987), se faz sem abandonar o fundamento último das relações de produção, de modo que a dinâmica política é concebida em termos da noção de contradição e não de antagonismo. Laclau e Mouffe (1985) distinguem estas noções concebendo que a contradição fundamenta-se em um processo dialético, no qual a negação é um momento interno e necessário ao próprio sistema, sendo ela absorvida numa síntese superior já contida nos elementos da tese e da antítese; assim, é entendida no interior de um sistema fechado e determinado a priori. Diferentemente, o antagonismo implica um elemento de negação externo e contingente ao sistema, mas que, ao mesmo tempo, interage com o sistema, pois funciona como um "exterior constitutivo". Portanto, este elemento impede a totalidade da identidade do "interior" do sistema, ao mesmo tempo em que é a condição de existência

desta identidade, não podendo ser dialeticamente recuperado pelo fato de possuir uma exterioridade em relação ao sistema, o qual é inerentemente aberto e contingente[67].

Em termos antagônicos, a politização das relações sociais não se vincula a uma mediação racional que possibilite ao sujeito apreender uma lógica subjacente à história, mas sim a processos de identificação discursivas só passíveis de serem afirmados no interior de uma perspectiva pós-fundacionalista. O antagonismo, portanto, só é possível de ser concebido mediante a inexistência de uma lei necessária e de um fundamento último que limite a contingência, fundada na afirmação do imaginário democrático nas sociedades modernas ocidentais.

Visualizamos, assim, nos artigos desta vertente analítica, a dinâmica política demonstrada por Laclau e Mouffe (1985) na história do marxismo: a limitação da contingência pela afirmação de uma necessidade na compreensão do desenvolvimento da história, não sendo possível nesta abordagem compreendermos a democracia como um "por vir".

A contingencialidade radical é condição necessária para se conceber o político na perspectiva da democracia radical e plural, sendo a possibilidade para a afirmação do antagonismo e da hegemonia, pois é o que nos permite falar em práticas articulatórias, sob as quais se fundam o sujeito político e a luta democrática.

A compreensão sobre a politização das relações sociais que orienta as discussões nos artigos tem como baliza a afirmação de uma centralidade do espaço político e, assim, de um fundamento último da realidade, na medida em que a luta política pode ser entendida como aprioristicamente concebida, a partir da divisão em torno de duas classes fundamentais (burguesia e proletariado ou forças populares). Deste modo, a contingencialidade das relações sociais na modernidade é limitada por um fundamento último da realidade, acarretando a impossibilidade da concepção de antagonismo e, consequentemente, de político, na maneira como são concebidas nesta tese.

---

[67] Neste sentido, a identidade do trabalhador, como um sujeito político, só se faz possível mediante o reconhecimento por parte dos trabalhadores de que o capitalista impede que eles sejam trabalhadores (tenham direito aos frutos do seu próprio trabalho) e alcancem seus interesses, tornando visível a contingência da relação de subordinação a partir da mediação discursiva propiciada pela universalidade dos princípios de igualdade e liberdade. Assim, o capitalista não é uma oposição externa ao trabalhador que acarretaria uma negação direta entre estes dois agentes com identidades e interesses totalmente constituídos (noção de contradição), mas um outro que, se impede a existência do trabalhador, ao mesmo tempo, possibilita – mediante o imaginário democrático – que o trabalhador emerja como um sujeito político (tornando visível a contingencialidade da relação de subordinação) e afirme uma nova positividade do social.

No próximo capítulo abordaremos a vertente analítica que denominamos sujeito racional. Nesta vertente, na maior parte dos artigos, os sujeitos políticos são vistos não como classes sociais e sim como categorias sociais, sendo um elemento diferenciador fundamental a não afirmação de uma determinação última da realidade, isto é, a ideia de um fundamento último que determine a constituição do sujeito político.

Como veremos, entretanto, os artigos se aproximam da vertente analítica do fundamento último da realidade, analisada neste capítulo, no que tange a também pressuporem uma concepção de sujeito racional: não mais que desvenda a realidade, mas que a desnaturaliza a partir da constituição de uma consciência reflexiva (reflexividade) e atua a partir da avaliação de custos e benefícios (intencionalidade). Nesta medida, afastam-se da compreensão do conflito como antagônico, aproximando-se da compreensão da luta política como um campo de representação de interesses.

CAPÍTULO 7

RACIONALIDADE COMO FUNDAMENTO DA POLITIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS: SUJEITO RACIONAL E A IMPOSSIBILIDADE DO ANTAGONISMO

7.1 Apresentação da vertente analítica

Nesta vertente analítica são analisados 23 artigos, os quais foram publicados nos três períodos históricos compreendidos na tese. Entre 1986-1995 temos 10 artigos, publicados por Kramer e Souza (1987), Azeredo (1988), Sandoval (1989a; 1989b), Cardia (1989), Smigay (1989), Del Prette (1990; 1991), Jurberg (1992), Vasconcelos (1992); entre 1996-2005 temos cinco artigos, publicados por Silva (2001), Machado (2002), Pereira e Camino (2003), Nery e Conceição (2005), Stralen (2005); entre 2006-2011 temos oito artigos, publicados por Fernandes, Costa, Camino e Mendoza (2006), Silva (2007), Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007), Scarparo e Hernandez (2007), Ansara (2008), Garcia, Leal e Abreu (2008), Gonçalves (2009), Nunes e Camino (2011).

Entendemos que, nos artigos aqui analisados, os autores não concebem, ao menos explicitamente, um fundamento último da realidade, possibilitando-nos, assim, falar em um espaço político descentralizado, na possibilidade de emergência de uma pluralidade de sujeitos coletivos em torno de diferentes relações sociais (gênero, étnico-racial, socioeconômica, etc.), sem que existam leis necessárias do desenvolvimento da história que conduzam a luta política, a ideia de um sujeito histórico determinado, de uma classe fundamental. É neste aspecto que verificamos uma importante distinção em relação à vertente de análise denominada fundamento último da realidade, na qual ressaltamos a "negação" do político a partir da limitação da contingência por um fundamento último da realidade.

Por outro lado, verificamos a concepção de um sujeito racional no que podemos compreender como "politização" das relações sociais nos artigos. Ainda que este processo de politização seja abordado de modos distintos nos artigos, temos como implicação a "negação" do político, devido à impossibilidade de concebermos as lutas políticas em termos do conceito de antagonismo, no sentido concebido nesta tese.

É necessário salientar que a crítica realizada por Mouffe à noção de sujeito racional, a qual trabalhamos na parte teórica, refere-se, sobretudo, aos modelos de democracia

deliberativa propostos por Rawls e por Habermas, mas também à racionalidade instrumental, a qual foi questionada inclusive pelo próprio Rawls e por Habermas, sendo os modelos propostos por eles uma crítica à democracia agregativa.

Os artigos analisados nesta vertente analítica não utilizam os modelos de Rawls ou de Habermas na discussão que realizam. Os artigos que mais se aproximariam da democracia deliberativa são os publicados por Stralen (2005) e por Garcia, Leal e Abreu (2008), na medida em que o primeiro orienta a discussão em torno da proposta de democracia participativa em Conselhos de Saúde, questionando propostas elitistas liberais como a de Schumpeter; e o segundo tem por preocupação o modo de construção de políticas públicas, mais especificamente política pública sobre drogas, apontando para a discussão sobre a legitimidade da decisão.

Em relação à racionalidade instrumental, pautada na ideia do indivíduo como puramente racional e que procura exclusivamente o seu bem-estar, vemos em alguns artigos a influência da teoria da escolha racional (teoria dos jogos), nos quais estão presentes a relação entre custo e benefício, a ideia de busca do indivíduo por uma autoestima positiva na compreensão da motivação dos indivíduos para atuar (Sandoval, 1989b; Cárdia, 1989; Del Prette, 1990; Del Prette, 1991; Jurberg, 1992; Silva, 2001; Silva, 2007; Ansara, 2008; Gonçalves, 2009; Pereira & Camino, 2003; Fernandes et al., 2006; Nunes & Camino, 2011), ou seja, a ênfase na intencionalidade e na racionalidade dos indivíduos para a compreensão da dinâmica política. Contudo, é preciso atenuar a crítica, uma vez que nos artigos esta influência encontra-se relacionada a uma compreensão de que os indivíduos se constituem como sujeitos sociais e históricos, a partir, sobretudo, da referência à teoria da identidade social de Tajfel e à teoria das representações sociais de Moscovici, não sendo possível afirmar que estas análises tratam de análises exclusivamente individualistas. Os indivíduos são compreendidos em torno da pertença grupal a uma categoria social que, se não determina seus interesses, constrói suas possibilidades de compreensão da realidade.

De acordo com Prado (2000), em sua análise sobre as teorias de ações coletivas, nas décadas de 1980 e 1990 há uma retomada de estudos psicossociológicos no campo das ações coletivas. Estes estudos, ainda que sustentados pela mesma base de racionalidade da Teoria de Mobilização de Recursos (mediação racional), passou

> a considerar o sujeito político não somente em sua racionalidade instrumental, mas, sobretudo, encarou-se uma perspectiva mais psicossocial. (...). A atenção a categorias como identidade e consciência dos atores sociais foi bastante enfocada, de forma que os estudos sobre oportunidades políticas e mobilização, nesta etapa, juntaram-se aos estudos sobre *Framing Processes*, ou a constituição das representações que os atores fazem. (Prado, 2000, p. 191)

Essa consideração de Prado (2000) contribui para localizarmos teoricamente esses artigos, ficando explícita a relação entre racionalidade instrumental e preocupação psicossocial, sobretudo, nos artigos de Sandoval (1989a; 1989b) e nos que recorrem a trabalhos deste autor sobre a concepção de comportamento político (Silva, 2001; Silva, 2007; Ansara, 2008; Gonçalves, 2009). As representações construídas pelos indivíduos a partir dos valores e ideologias compartilhados no interior dos grupos de pertença, construindo o posicionamento político deles, é ressaltado nos artigos de Pereira e Camino (2003), Fernandes et al. (2006), Nunes e Camino (2011).

A presença de Tajfel e Moscovici, na construção argumentativa desses artigos, também nos auxilia na localização deles, apontando para o contexto de emergência da crise da psicologia social europeia, na qual Tajfel e Moscovici tiveram papel fundamental. Deste modo, os artigos estão localizados na preocupação de produzir análises que não se fazem no "vácuo", ou seja, que apresentam uma preocupação com a mudança social e que entendem os indivíduos não como elementos isolados, numa perspectiva individualista, mas a partir de uma perspectiva intergrupal.

Neste ponto é importante fazermos um parêntese a fim de distinguirmos e, ao mesmo tempo, aproximarmos esses artigos àqueles da vertente analítica discutida no capítulo anterior, baseada na existência de um fundamento último da realidade. Na vertente anterior pressupõe-se que a passagem dos interesses individuais para os interesses coletivos está determinada pela afirmação da subjetividade dos indivíduos em torno de uma classe social, afirmando a noção de "falsa consciência"; ou, no caso em que se rejeita esta noção, pressupõe-se que, em última instância, o princípio articulador da unidade política é determinado a priori e fundamentado nas relações econômicas, caracterizando, portanto, novamente, uma determinação da economia na constituição do sujeito político. Assim, em ambas as compreensões, temos a ideia de leis necessárias que regem o desenvolvimento da história.

Nos artigos que abordamos neste capítulo e que nos parecem próximos à concepção de racionalidade instrumental, entendemos que os autores não concebem, ao menos explicitamente, um fundamento último da realidade. Os sujeitos políticos não são entendidos como classe social, mas como categorias sociais. A influência, entretanto, de

uma teoria racionalista aponta para a naturalização da motivação dos indivíduos para atuar, orientando-se para a maximização do bem-estar individual, ainda que não se reduza a análise ao nível individual, como ressaltamos anteriormente. As matrizes do experimento de Tajfel, utilizadas para estudar "grupo mínimo", que subsidiaram a construção da teoria da identidade social, foram "inspiradas na teoria dos jogos" (Torres & Camino, 2011, p. 233), sendo o pressuposto fundamental do conceito de identidade social o "de que os indivíduos procuram alcançar um tipo de identidade social que contribui para obter uma autoimagem positiva" (p. 234). Sandoval (1989a) afirma que:

> Desde o desafio de Mancur Olson (1968) e sua retomada das propostas das escolhas racionais para discutir a participação política, tornou-se difícil sustentar análises apoiadas na automaticidade das relações entre segmento, categoria social ou classes e os supostos motivos de participação individual. (p. 123)

No outro artigo do autor, também selecionado para a pesquisa, ele afirma:

> a mesma lógica do dilema do prisioneiro pode ser utilizada para ilustrar a problemática da participação dos indivíduos nos movimentos sociais da óptica dos custos e benefícios que uma pessoa de camada popular possa ter como resultado de participar ou não-participar em um movimento social. (Sandoval, 1989b, p. 64)

Nessa medida, se esses artigos se distinguem da vertente analítica baseada na existência de um fundamento último da realidade, aproximam-se dela no que tange à afirmação de um sujeito racional.

Nosso foco na análise desses artigos será demonstrar a impossibilidade de concebermos a noção de antagonismo em razão do conflito, a partir da teoria da identidade social, ser entendido como uma oposição entre "identidades positivas"[68] e não entre identidades políticas que se constituem negativamente. No caso dos artigos de Sandoval e dos que se fundamentam no modelo de consciência política proposto por ele (Silva, 2001; Silva, 2007; Ansara, 2008; Gonçalves, 2009), apontamos também para a noção de cotidiano e para a compreensão de desenvolvimento da consciência política. Nos artigos de Pereira e Camino (2003), Fernandes et al. (2006), Nunes e Camino (2011), apontamos para a discussão sobre as representações sociais e o posicionamento político dos indivíduos.

---

[68] É importante considerarmos a observação feita na Parte I sobre o que estamos entendendo por "identidade positiva" ou "identidade negativa": não estamos nos remetendo a um valor moral, no sentido de atribuir a positivo a noção de bom e a negativo a noção de ruim, e sim ao modo de constituição das identidades. Isto é, ao falarmos de "identidades positivas", estamos concebendo que o processo de politização das relações sociais implica uma mediação racional (consciência, reflexividade, intencionalidade) que possibilita o alcance de uma consciência politizada. Ao falarmos de "identidade negativa", estamos remetendo-nos à noção de antagonismo (negação) presente no conceito de político abordado na tese. Isto, portanto, é diferente do uso feito, nos artigos aqui analisados, dos termos identidade social positiva e identidade social negativa, uma vez que nestes refere-se ao valor atribuído a uma categoria social a partir da teoria da identidade social.

Cabe-nos, assim, lembrar que – como demonstrado na Parte I – o "momento de decisão", portanto, o momento de emergência do sujeito político, na concepção do político abordado na tese, não é compreendido em termos de uma mediação racional entre "identidades positivas", a partir da qual a politização das relações sociais encontra-se baseada num processo racional da "melhor" escolha (custo e benefício), sendo o sujeito orientado em torno de uma autoconsciência e de intencionalidades.

"O momento da decisão" é concebido no terreno da indecidibilidade e em termos de processos identificatórios, ou seja, não é uma escolha entre alternativas possíveis no campo de representação dominante, de negociações entre "identidades positivas" que lutam por interesses, mas uma distância intransponível entre a falha constitutiva do sujeito em ser, que é a fonte de toda decisão, e o processo de identificação que possibilita um ser necessário para atuar no mundo.

Portanto, o "momento da decisão" é o momento de um sujeito mítico que visibiliza a contingencialidade do campo de representação dominante ao opor-se à falha estrutural deste campo em se fazer pleno – o mito "consiste em constituir uma nova objetividade, através da constituição de um novo espaço de representação" (Laclau, 1993, p. 77, tradução nossa) –, e não de um sujeito racional que se opõe à estruturalidade da estrutura do campo de representação, sendo o campo político um campo de representação de interesses. O "momento da decisão" é o momento de processos de identificação que possibilitam ao sujeito sua única presença discursiva possível, ainda que sempre precária – por ser o sujeito desde o início cindido –, e não de um processo racional de "identidades positivas", que se politizam a partir da mediação da racionalidade e da intencionalidade. Como vimos na Parte I, Laclau (2005b) afirma que o conteúdo da decisão é secundário em relação à própria necessidade da decisão.

É interessante recorrermos à consideração de Laclau (2005a) quanto à proximidade de sua concepção política à de Rancière, na medida em que aponta para a natureza do conflito político:

> Rancière afirma acertadamente que o conflito político difere de qualquer conflito de "interesses", uma vez que este está sempre dominado pela parcialidade do que é contabilizado, enquanto o que está em jogo no conflito político é o princípio da contabilidade como tal. (p. 306, tradução nossa)

Em relação aos outros artigos desta vertente analítica, focalizamos também a concepção de sujeito racional. O artigo de Scarparo e Hernandez (2007) apresenta uma aproximação com os artigos anteriores, remetendo-se à teoria das representações sociais de Moscovici e à noção de participação política. Em relação a esta noção, fazem referência a

autores que Prado (2000) aponta como aqueles que também buscaram considerar a racionalidade instrumental no interior de uma perspectiva psicossocial: Klandermans, Gamson.

Kramer e Souza (1987), Azeredo (1988) e Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007) trabalham com a ideia de desenvolvimento da consciência política ("consciência crítica") dos sujeitos. A luta política no primeiro artigo é pensada em torno de grupos de pressão existentes na sociedade que atuam sobre o Estado a fim da conquista de seus interesses e necessidades. No segundo artigo, ainda que não se discuta de maneira mais explícita o processo de politização das relações sociais, aponta-se para a ideia de consciência política na discussão sobre a relação entre patroas e empregadas a partir da ideologia racista e sexista. O terceiro artigo utiliza a noção de consciência política e indica para a possibilidade de alcance de uma sociedade harmônica.

Quanto à discussão presente em Smigay (1989), Vasconcelos (1992), Machado (2002) e Nery e Conceição (2005), o processo de politização dos indivíduos é concebido na passagem do que se encontrava recalcado no inconsciente para o plano consciente. Ainda que apresente este caráter inconsciente, o que é importante ressaltar nestes artigos é o papel da ideologia e a noção de consciência.

Em relação à ordem de análise dos artigos, consideramos os períodos históricos delimitados na tese, mas também relacionamos artigos de períodos distintos em razão de afinidades teóricas ou temáticas.

Desse modo, analisamos os artigos de Sandoval (1989a; 1989b), Cárdia (1989), Del Prette (1990; 1991) e Jurberg (1992), em conjunto com os de Silva (2001; 2007), Ansara (2008) e Gonçalves (2009). O artigo de Kramer e Souza (1987) foi analisado conjuntamente com os artigos de Azeredo (1988) e de Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007). Discutimos estes artigos na seção ***7.2.1 Identidade Social e Consciência Política***.

No encerramento dos artigos do primeiro período histórico, analisamos os artigos de Smigay (1989) e de Vasconcelos (1992), em conjunto com os de Machado (2002) e Nery e Conceição (2005). Discutimos estes artigos na seção ***7.2.2 Consciência Política: passagem do inconsciente para a consciência.***

Posteriormente analisamos os artigos de Pereira e Camino (2003), Fernandes et al. (2006), Nunes e Camino (2011), que se assemelham aos primeiros artigos analisados, mas apresentam a especificidade quanto ao foco na discussão sobre o posicionamento político de estudantes universitários. Discutimos estes artigos na seção ***7.2.3 Identidade social,***

representações sociais e posicionamento político, na qual incluímos ainda o artigo de Scarparo e Hernandez (2007), que, assim como o de Pereira e Camino (2003), recorre às teorias de minorias ativas e de representações sociais de Moscovici.

Por fim, na seção ***7.2.4 Arranjos democráticos e legitimação da decisão***, analisamos o artigo de Stralen (2005) em conjunto com o artigo de Garcia, Leal e Abreu (2008).

7.2 Discussão dos artigos

7.2.1 Identidade social e consciência política

Sandoval (1989a) ressalta a existência de uma lacuna psicossocial nos modelos de análise sociológicos dos movimentos sociais, apontando, como vimos na seção anterior, que desde Mancur Olson é difícil sustentar análises baseadas numa automaticidade entre categorias sociais e motivos da participação individual. O autor, deste modo, salienta a importância de se estudar os "fatores que facilitam ou obstruem os processos de politização e de participação" (Sandoval, 1989a, p. 128). Interessante considerarmos que é em torno da análise destes fatores que podemos compreender a discussão proposta em grande parte dos artigos desta vertente analítica, ainda que com perspectivas distintas, sendo a noção de consciência um elemento fundamental na argumentação sobre a dinâmica política.

Discutiremos inicialmente, em relação aos artigos de Sandoval (1989b), Cardia (1989), Del Prette (1990; 1991) e Jurberg (1992), a compreensão da dinâmica política em torno da teoria da identidade social. Posteriormente, abordaremos a noção de cotidiano e de consciência política nos artigos de Sandoval (1989b), Silva (2001; 2007), Ansara (2008) e Gonçalves (2009).

Sandoval (1989b) define categoria social e redes sociais como fatores que contribuem para a solidariedade entre os membros da coletividade, entendendo, a partir destes fatores, a noção de grupo e de organização grupal. Em relação à noção de redes sociais, o autor faz referência a um trabalho de Charles Tilly. Ele define categoria social e rede social da seguinte maneira:

> **a) categorias sociais** consistem de agrupamentos de pessoas que se distinguem de outros por compartir os mesmos critérios ou atributos, por exemplo, características étnicas-raciais, de local ou região de origem, de condições sócio-econômicas e situações de vida, ocupacionais, etc. **b**) **redes sociais** consistem de dois elementos: uma certa variedade de relações sociais e os conjuntos de indivíduos interligados direta ou indiretamente por estas relações sociais. Estas redes sociais são formais e informais, ligam os membros afetiva e funcionalmente uns aos outros através de laços interpessoais que muitas vezes sobrepõem-se às instituições locais. (p. 71)

Silva (2007), recorrendo a um outro texto de Sandoval, "no qual este propõe um modelo de consciência política", ao tratar da dimensão deste modelo denominada "Interesses Antagônicos e Identificação de Adversários", afirma que há uma influência de Tajfel no pensamento de Sandoval, no sentido dele propor

> como requisito à mobilização do grupo: a identificação dos interesses comuns ao próprio grupo; de interesses contrários à manutenção desse grupo e a identificação de outros grupos que tenham por interesses questões que se antagonizam aos interesses do grupo em questão. Dessa maneira, é definida a relação meu grupo de pertença e grupo dos outros. (p. 105)

Para Sandoval, segundo Silva (2007): "Sem a noção de um adversário visível é impossível mobilizar os indivíduos a agir e a coordenar ações contra um objetivo específico, seja este um indivíduo, um grupo ou uma instituição" (p. 105).

A teoria da identidade social de Tajfel será utilizada nos artigos de Cárdia (1989), Del Prette (1990; 1991) e Juberg (1992) para a análise do comportamento intergrupal. Nestes artigos, na medida em que compartilham da teoria de Tajfel, semelhante a Sandoval (1989b), categoria social ou grupo são entendidos como agrupamentos constituídos pelo compartilhamento de alguns critérios ou atributos que diferenciam estes agrupamentos de outros.

Del Prette (1991) concebe que o grupo não se trata apenas de um fenômeno a ser analisado pela sociologia, pois é ele "em sua essência um fenômeno psicológico" (p. 251), implicando a participação em um grupo "em uma percepção de pertença, de similaridade e de diferenciação (Tajfel, 1978; Tajfel, 1981; Tajfel, Flament, Billig e Bundy, 1971; Oakes e Turner, 1986) que, em grande parte, determina as relações entre as pessoas" (p. 251), bem como numa avaliação de si e dos outros que afeta a autoestima e autoimagem.

Ao que Jurberg (1992) afirma que, "para a teoria da identidade social de TAJFEL (1972, 1977, 1981), o fato de indivíduos compartilharem do sentimento de pertencerem a um mesmo grupo constitui o critério básico segundo o qual os grupos sociais devam ser analisados" (p. 99). Assim, no estudo das relações de gênero, homens e mulheres devem ser percebidos como grupos ou categorias sociais, ou seja, o sexo deve ser considerado não como uma variável naturalmente encontrada na população, e sim "como outras condições

da espécie humana (características étnicas, classe social, etc.), passaria a constituir a base sobre a qual fundamentar-se-iam as categorizações sociais" (p. 99).

Como apontamos no início do capítulo, nesses artigos se atribui, em parte, uma racionalidade instrumental aos indivíduos, que atuam orientados pela maximização do bem-estar individual, ainda que não se reduza a análise ao nível individual ou interindividual, na medida em que se concebe o indivíduo como constituído socialmente a partir de categorias sociais, numa perspectiva psicossocial.

Nos termos de Sandoval (1989b), não se pressupõe "a separação artificial de aspectos 'psicológicos' dos aspectos 'sociológicos' na velha tradição academicista fragmentária, mas pretende-se um enfoque integrado que analisa os fatores e os processos que determinam as formas e os motivos individuais das pessoas agirem em mobilizações coletivas" (p. 67-68). O indivíduo é entendido a partir de uma perspectiva intergrupal, no interior de uma determinada sociedade, influindo o grupo "nas formas organizativas que se desenvolvem com a finalidade de mobilizar recursos para atingir coletivamente alguma(s) meta(s) de interesse comum" (Sandoval, 1989b, p. 72).

A compreensão psicossocial fica explícita na compreensão de Jurberg (1992) sobre a teoria da identidade social de Tajfel:

> Dentro dessa perspectiva psicossociológica (TAJFEL, 1984) homens e mulheres constituem grupos ou categorias sociais; enquanto **grupos, seus estudos não devem restringir-se às relações interpessoais**, mas devem englobar relações mais amplas e mais dinâmicas, envolvendo **o contexto sócio-cultural**, como um todo igualmente dinâmico. A noção de grupo social, dentro da teoria da identidade social de TAJFEL, constitui uma "totalidade", sendo definido pelas características co-relacionadas de seus membros; são **as categorias sociais que, uma vez internalizadas como estruturas cognitivas, vão determinar a auto-concepção do indivíduo e vão servir de subsídios para o processamento de informações e regulação de seu comportamento**. As consequências do afiliar-se a grupos, do perceber-se como membro de um grupo social, são referidas como **identidade social**; para essa teoria, as relações de gênero – ou relações entre grupos formados por homens e mulheres – **pressupõem não apenas categorizações sociais compartilhadas, mas igualmente estereótipos compartilhados, que apresentam conteúdos sócio-culturais específicos**. (pp. 99-100, grifo nosso)

Podemos compreender que o enfoque na categoria social decorre de se conceber a constituição da identidade da coletividade (grupo) de maneira contextual, ou seja, a partir da heteroatribuição e autoatribuição da identidade de homem e não de mulher, de negro e não de branco, de rico e não de pobre, etc., que implica crenças, valores, ideologias que não são neutras, orientando a conduta dos indivíduos na sociedade em que vivem. Condição que não significa uma determinação – os artigos são críticos a uma perspectiva determinista –, mas sim a construção de um pertencimento grupal a partir da atribuição do outro e do reconhecimento de si como parte desta categoria, salientando, assim, o aspecto

psicossociológico na interação social. Deste modo, o grupo de pertença é fundamental na constituição das visões-de-mundo que orientam o comportamento dos indivíduos numa determinada sociedade, ou seja, suas escolhas racionais no interior das possibilidades existentes.

Na teoria da identidade social, a discriminação e a segregação se sustentam na legitimação das visões-de-mundo dos grupos "tidos como 'superiores'" por deterem estes "as categorizações valorizadas positivamente" (Jurberg, 1992, p. 100), servindo a estrutura de crenças "como base para o controle de um grupo sobre o outro" (Del Prette, 1990, s/p), sendo importante para a politização das relações sociais a atribuição da desigualdade ao sistema mais amplo (Cardia, 1989). Portanto, os grupos sociais apresentam status sociais distintos no interior da sociedade, e é possível distinguir, via comparação social, identidades sociais positivas e identidades sociais negativas, buscando os membros dos grupos alcançar uma identidade social positiva.

Cardia (1989), Del Prette (1990; 1991) e Jurberg (1992) apontam para a atuação dos indivíduos em torno da manutenção ou da conquista de uma autoestima positiva (intencionalidade), aspecto importante no processo de alteração das relações sociais, na medida em que se relaciona à busca por uma identidade social positiva. De acordo com Jurberg (1992), "as categorizações sociais levam à acentuação de diferenças ou de semelhanças nesses agrupamentos; assim, à busca de distintividade entre o 'in group' e'out-group', favorecendo o próprio grupo, **na tentativa de desenvolver uma auto-estima positiva**" (pp. 100-101, grifo nosso).

Para Del Prette (1990):

> O indivíduo adquire a consciência de pertencer a um grupo e tende a diferenciá-lo dos demais, maximizando os seus aspectos positivos e classificando os outros segmentos sociais em termos valorativos. **Quando a filiação a um grupo contribui negativamente para a sua identidade social podem ocorrer tentativas de abandonar o grupo e, na sua impossibilidade, o indivíduo procura melhorar o próprio status grupal em relação a outras categorias sociais**. (s/p, grifo nosso)

Segundo Cárdia (1989):

> Através desta filiação psicológica ao grupo a experiência de participar poderia desencadear mudanças na eficácia política individual e grupal (Kinder & Sears, 1985) e **mudanças na auto-estima dos participantes**, pois a filiação psicológica implicaria no aparecimento de um grupo de referência e de outros significantes. (Lauer & Handel, 1983) dentro da comunidade. (Cardia, 1989, p. 75)

Sandoval (1989b) não aponta para a noção de identidade social positiva, mas para a avaliação do custo-benefício no processo de participação política – cabe-nos lembrar de que a teoria dos jogos inspirou as matrizes do experimento de Tajfel utilizado para estudar

"grupo mínimo", que subsidiaram a construção da teoria da identidade social (Torres & Camino, 2011, p. 233).

De acordo com Sandoval (1989b), a passagem dos interesses individuais para os interesses coletivos "se dá na interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus pre-conceitos de fundo cultural e as **reflexões conscientes de custos e benefícios de participar**" (p. 68, grifo nosso).

Silva (2007), sobre a relação custo-benefício, ressalta:

> vale observar que **os tipos de interesses e o grau de antagonismo**[69] **presentes entre o grupo de pertença e o grupo dos outros é avaliado pelo sujeito na hora de garantir sua adesão à ação coletiva proposta**. Assim, pesar as relações de poder entre o seu grupo de pertença e o grupo de seus adversários, bem como o grau de legitimidade atribuída a essas relações, ocupa um lugar importante na definição, por parte do sujeito, de sua vontade de agir coletivamente. Assim nos parece porque pesar essas relações implica **avaliar os custos e os benefícios intra e intergrupais** decorrentes dessa participação. (p. 119, grifo nosso)

Nesses artigos, sendo a noção de categoria social fundamental à compreensão da politização das relações sociais, podemos dizer que a luta política é um conflito de interesses entre identidades sociais, em que os sujeitos buscam, concebidos como racionais, uma autoimagem positiva e uma identidade social positiva, avaliando as melhores possibilidades para alcançarem estes fins.

Dessa maneira, o modo como a politização das relações sociais pode ser compreendida nos artigos analisados afasta-se da noção de antagonismo concebida na tese, pois o sujeito é concebido em torno da afirmação do que ele é (categoria social), constituindo-se previamente ao conflito, lutando pela afirmação dos seus próprios interesses e, assim, por uma adequação entre estes interesses e os interesses sociais. Portanto, ainda que não se conceba a sociedade como harmônica, e sim como uma formação social hierarquizada, as possibilidades de articulação, no sentido da constituição de um imaginário social alternativo, não ficam evidenciadas. A luta política é compreendida no interior de um mesmo campo de representação, de modo que o campo político é concebido como um campo de oposição de interesses entre "identidades positivas".

Diferentemente, em termos do antagonismo, o sujeito político se constitui em torno da negatividade (subversão) e não como positividades prévias que se opõem, ou seja, o "nós" é formado somente a partir da identificação do "eles" de maneira puramente

---

[69] Consideramos que a noção de antagonismo utilizada é distinta da utilizada na concepção do político na tese, ao remeter-se a interesses inconciliáveis entre "identidades positivas" e não a "identidades negativas" constituídas no terreno pós-fundacionalista.

negativa, em torno de um processo de identificação discursiva, e não de politização da identidade, que se opõe não ao que é contabilizado, mas ao próprio princípio *ontológico* da formação social. O sujeito político, entendido como antagônico, constitui-se no próprio momento da politização ("momento da decisão"), na distância entre uma ausência – a desconstrução da estrutura pela subversão desta – e uma presença, a afirmação de um conteúdo que busca representar toda plenitude ausente e que é a única possibilidade do sujeito ser uma presença discursiva. O "momento da decisão" é o "momento do sujeito antes da subjetivação" (Laclau, 2003a, p. 85, tradução nossa), isto é, de se converter novamente em uma posição de sujeito no interior de um discurso.

Essa distância entre uma ausência e uma presença, que é o momento do sujeito político, ocorre no terreno da indecibilidade. Exatamente por ser neste terreno é que a decisão não se faz em torno de um sujeito que faz escolhas racionais em razão, por exemplo, de uma intencionalidade, guiado pela avaliação de custo-benefício, pela busca da autoestima positiva. A decisão representa a afirmação de um conteúdo particular que busca preencher a plenitude vazia evidenciada pela identificação com um discurso que não pode ser representado no mesmo campo de representação do discurso dominante. Neste sentido, é concebida como uma decisão somente a posteriori, na medida em que toda afirmação de um modo de instituir o ordenamento social implica a exclusão de outras possibilidades que também eram possíveis naquele determinado contexto histórico (Laclau, 2005b).

Como dissemos, a decisão implica uma *simulação*, ou seja, no terreno da indecidibilidade, mesmo sabendo que não se tem a onisciência de Deus, a decisão se faz urgente, atuando o sujeito como se fosse Deus, a fim de tentar preencher os hiatos resultantes da própria ausência de Deus na terra. O conteúdo da decisão é secundário em relação à própria necessidade da decisão (Laclau, 2005b).

Em relação a Sandoval (1989b), é importante considerarmos que ele aborda outros aspectos além da noção de identidade social. Propõe o autor, além das noções de categoria social, rede social, relação custo-benefício (proveniente da teoria dos jogos), analisar a dinâmica da participação dos indivíduos nos movimentos sociais a partir da noção de cotidiano em Heller e da noção de naturalização das relações sociais em Barrigton Moore Jr., apontando para a internalização pelos indivíduos dos valores e das crenças presentes em sua cultura. Enfatizamos a noção de cotidiano, na medida em que ela evoca a naturalização das relações sociais (concretude do pensamento) e possibilita mais

claramente concebermos o processo de politização das relações sociais, no sentido de uma "ruptura" com o cotidiano.

Sandoval (1989b) afirma que não se trata de compreender a submissão das pessoas à miséria, à injustiça e à dominação como uma falsa consciência, mas sim como uma concretude do pensamento que impede o reconhecimento da historicidade das relações sociais. Afirma o autor:

> Contraposta à explicação determinista da dominação ideológica, seja na sua vertente que atribui um poder exagerado ao papel da ideologia das classes dominantes ou na vertente da predominação da falsa consciência entre os membros das classes subalternas, acreditamos que a submissão seja menos devido à eficiência ideológica das classes dominantes e mais consequência dos múltiplos mecanismos de controle social que desenvolvem nos indivíduos formas de pensar o mundo da política caracterizadas por uma concretude de pensamento, fragmentária e permeada de inconsistências interpretativas e fáticas, com o objetivo de ser pouco conducente a reflexão mais abstrata e crítica das relações sociais. O controle social se baseia em menor grau numa dominação ideológica, strictu sensu, e os processos de indoctrinação e nos processos sociais limitadores da capacidade analítica e as oportunidades de participação dos indivíduos das classes subalternas através de mecanismos cuja eficácia é, por sua vez, determinada pelos eventos e os incidentes gerados pelas situações sociais e materiais resultantes do desenvolvimento histórico da sociedade. (p. 68)

Sandoval (1989b) considera que os fatores determinantes da participação em mobilizações coletivas remetem-se a aspectos referentes à dinâmica interna do movimento social – grupos, identidades e identificações sociais, interesses, consciência política, experiências de organização e liderança – e a aspectos referentes à esfera externa ao movimento social: estrutura de poder, grupos ideológica e politicamente importantes, correlação de forças, alianças. Focalizando a esfera interna, destaca como mecanismos de controle

> as noções culturais que são a expressão histórica de valores e crenças que permeiam as visões de mundo das pessoas como pressupostos sobre a natureza da sociedade e a naturalidade das relações sociais. (...) as restrições da vida cotidiana impostas ao indivíduo que reduzem as oportunidades de desenvolver sua capacidade de análise abstrata. (pp. 69-70)

De acordo com Sandoval (1989b), remetendo-se a Heller, se é na vida cotidiana que o indivíduo se envolve nas relações sociais e constitui sua consciência sobre a sociedade, podendo o cotidiano, assim, criar barreiras à politização das relações cotidianas, o indivíduo pode romper temporária e parcialmente com alguns mecanismos de submissão a partir da sua participação em movimentos sociais. Para o autor, esta participação apresenta uma função pedagógica (aprendizagem política) ao possibilitar ao indivíduo

> a oportunidade de vivenciar outras formas de agir frente a seus problemas, interagir com outras pessoas no âmbito de um esforço organizado coletivo e conhecer experencialmente o sistema político, na medida em que o movimento social contesta o status quo político-distributivo e leva o indivíduo a se defrontar com membros das elites políticas. (pp. 70-71)

Silva (2001), a fim de conceber uma abordagem psicopolítica do comportamento político, articula considerações de Herbert Mead e de Sandoval. Recorre o autor à compreensão de Sandoval (1989b) sobre o viver cotidiano como um mecanismo de controle social e de construção de uma "consciência da sociedade" pelos indivíduos a partir da internalização de crenças, valores, expectativas sociais. Esta compreensão do cotidiano é o que leva Silva (2001) a afirmar que a noção de *self* em Mead pode não acarretar uma "consciência política complexa", uma vez que Mead "não propõe, ao menos de forma direta, algum tipo de ruptura com o cotidiano" (p. 80), diferente de Sandoval, sendo esta ruptura condição necessária para a politização das relações sociais na compreensão de Silva (2001).

Silva (2001) concebe que, tanto em Sandoval quanto em Mead, a consciência é entendida em termos de significação da realidade pelos indivíduos, servindo a estes como um guia de conduta, e não como mero espelhamento do mundo material. Assim,

> Ambos os autores reconhecem que a consciência é socialmente dada, forjada no interior do processo social no qual objetividade e subjetividade interagem. Em outras palavras, os dois autores são unânimes em admitir que a consciência é constituída mediante a interação recíproca entre aquilo que vivenciamos e significamos como realidade extrínseca e aquilo que vivenciamos como sendo intrínseco ao sujeito (cf. Berger & Luckmann, 1967). (p 84)

Nesse sentido, Silva (2001) ressalta que tais perspectivas não caem

> em posturas deterministas ou uni-direcionais quando da articulação estabelecida entre consciência, participação, comportamento e política. Muito pelo contrário. Tal articulação nos concede a possibilidade de efetuarmos estudos que nos possibilitem entender de que modo os processos de construção da consciência, de identidades, da cultura política e as definições de estratégias reordenam cada um desses aspectos da vida do sujeito, do mundo da vida e acabam por produzir novos significados para as ações coletivas e para a participação política do sujeito. (p. 86)

Dessa maneira, como já apontamos na análise do artigo de Sandoval (1989b), reconhecemos a busca por uma abordagem psicossocial na análise do comportamento dos sujeitos e o afastamento de uma concepção determinista e exclusivamente individualista. Contudo, a exigência de um sujeito racional se faz explícita na proposta apresentada por Silva (2001), o que nos remete novamente às considerações feitas anteriormente sobre a concepção do conflito não em termos antagonísticos, mas sim em termos de oposição entre identidades sociais que se politizam a partir de uma mediação racional.

Ao remeter-se à discussão sobre o caráter político da consciência, não explícito em Mead e presente em Sandoval, Silva (2001) concebe a decisão como uma escolha sobre a melhor decisão no interior de um campo de representação, lembrando o aspecto da relação custo/benefício tratada antes:

> Segundo o autor [Sandoval, 2001], consciência política é "(...) um conjunto de interrelações entre dimensões socio-psicológicas de sentidos e informações que permite ao indivíduo **tomar decisões quanto ao melhor curso de ação no interior de contextos políticos e situações específicas**" (Sandoval, 2001, p. 185). (Silva, 2001, p. 82, tradução nossa, grifo nosso)

Ademais, Silva (2001) e Gonçalves (2009) apontam para a noção de sujeito racional que busca maximizar seu interesse e o interesse de seu grupo de pertença. Afirma Silva (2001):

> notamos que Salvador Sandoval (1994), ao propor a primeira versão de seu modelo analítico para o estudo da consciência política, que trazia por base o modelo de consciência operária de Alain Touraine (1966), propõe uma quarta dimensão além das três que o modelo do autor continha originariamente, a saber: Identidade; Oposição e Totalidade. A essa quarta dimensão Sandoval chamou de predisposição para intervenção. Sandoval acrescera esta quarta dimensão ao esquema de Alain Touraine por entender que **o conceito de consciência estaria "(...) intimamente relacionado ao engajamento do comportamento social em busca de auto-interesse e de interesse de classe**" (Sandoval, 1994, p. 68). Tal entendimento nos remete a pensarmos que a percepção do sujeito acerca de sua capacidade de intervenção com o fim de lograr alcançar seus interesses está associada a uma noção de consciência voluntarista. Com isso, não pretendemos dizer que essa seja a concepção de consciência de Sandoval, mas que a ação voluntária perpassa as ações individuais e coletiva dos sujeitos. (pp. 83-84, grifo nosso).

Silva (2001) recorre também à noção de graus de consciência, no sentido de um aprofundamento progressivo da consciência: "podemos pensar em graus, configurações de consciência que se formam de modo dialético ou segundo o processo dialético vivido pelo eu-mim na construção do self" (p. 76).

Silva (2007), ao remeter-se à dimensão do sentimento de eficácia política presente no modelo de consciência política de Sandoval, também aponta para aquela noção de graus de consciência. Segundo Silva (2007), aquele sentimento é vinculado por Sandoval à "teoria da atribuição", distinguindo níveis distintos de consciência dos indivíduos, os quais vão da atribuição das causas dos acontecimentos a forças transcendentes – implicando conformismo – até a grupos ou indivíduos, que possibilita a constituição do sujeito como ator social:

> Por **Sentimentos de Eficácia e (In)Eficácia Política** entendemos, como aponta Sandoval, a dimensão da consciência política que trata dos "[...] sentimentos de uma pessoa acerca de sua **capacidade de intervir em uma situação política**" (SANDOVAL, 2001, p. 188). Para explicar melhor esta categoria, Sandoval (2001) apoia-se na **teoria da atribuição** (HEWSTONE, 1989), segundo a qual a interpretação das causas e as próprias causas dos acontecimentos em que as pessoas estão envolvidas podem ser de três tipos [forças transcendentes, determinação individual, ações de certos grupos ou indivíduos]. (Silva, 2007, p. 110, grifo nosso)

De acordo com Silva (2007), "o modelo analítico da consciência política proposto por Sandoval "[...] refere-se à politização do sujeito, às ações politizadas do sujeito e, em última análise, ao **desenvolvimento consciente do seu caráter político** (Silva, 2001, p. 82)" (p. 103, grifo nosso). De acordo com Gonçalves (2009), no que se refere ao contexto

brasileiro, Sandoval propôs quatro tipos de consciência política: Consciência de Senso Comum, Consciência Populista, Consciência de Conflito, Consciência Revolucionária.

Silva (2007) recorre a duas dimensões do modelo de consciência política de Sandoval, propondo como objetivo do artigo:

> observar como a Identificação de Adversário, de Interesses Antagônicos e de Eficácia e Ineficácia política atuam como dimensões de um processo mais amplo de conscientização política, ou seja, de como estas questões podem determinar a participação ou não em um movimento social ou em uma ação coletiva. (p. 102)

Ansara (2008) também recorre a duas dimensões do modelo de consciência política de Sandoval – Crenças, Valores e Expectativas, e Identificação de Adversário, de Interesses Antagônicos – no intuito de discutir a natureza psicossocial da memória, entendendo que as lembranças de fatos políticos "influem ou são influenciadas pela consciência política" (p. 35). Compartilha a autora da compreensão de Radley de que "(...) a memória não é a recuperação de informação armazenada, senão a criação de uma afirmação sobre estados de coisas passadas, por meio de um marco compartilhado de compreensão cultural (Radley, 1992, p.63)" (p. 35, tradução nossa). Para a autora,

> Desta maneira, ao estudar a memória política, analisando as interfaces com a consciência política, o fazemos situando-a neste campo relacional entre o "eu" e a "sociedade" – proposto por estes autores [Tajfel, Gamson, Sandoval] – procurando articular o universo micro com o macro e tentando compreender a **interação grupal** e o processo de **formação da consciência política** na construção da memória coletiva e seus reflexos no **comportamento político**. (Ansara, 2008, p. 36)

Segundo Ansara (2008), se toda memória política é uma memória coletiva, nem toda memória coletiva é uma memória política, o que se assemelha ao que Silva (2001) afirma em relação ao *self* em Mead, ou seja, que o *self* é a base da consciência política visto que esta é dependente de uma consciência social, mas nem toda consciência social é política. Nesta medida, ao tratar da politização da memória coletiva, Ansara (2008) recorre ao modelo de consciência política de Sandoval, remetendo-se à oposição de interesses entre grupos e classes sociais:

> **Quando afirmamos que toda memória política é coletiva, queremos dizer que essa se constrói a partir dos grupos sociais e do contexto político presente**, como defende Halbwachs (1990). **Entretanto, nem toda memória coletiva é política**, visto que ela pode ser apenas expressão ritualística ou festiva de determinados grupos sociais, sem nenhuma pretensão de levar a algum compromisso ou comportamento político na sociedade. Nesta perspectiva de análise, as dimensões de **"crenças e valores societais" e "interesses antagônicos e adversários"** parecem influenciar de maneira decisiva a **memória política, que se caracteriza pelo conflito, pela disputa entre diferentes versões antagônicas do passado**, como aponta Pollak (1989), **manifestando nitidamente a oposição entre interesses simbólicos e materiais de diferentes grupos e classes sociais**. (p. 52, grifo nosso)

É interessante considerar que Ansara (2008) também recorre a Martin-Baró em sua compreensão da politização das relações sociais, afirmando as noções de desideologização e conscientização[70]. O que implica, nos termos de Martín-Baró, segundo a autora, "pensar **num novo sujeito sócio-histórico que reconhece sua condição de oprimido** e que, conhecendo criticamente sua realidade, não poupa esforços para lutar contra essa condição" (p. 34, grifo nosso). Esta politização requer, assim, um "desmascaramento" do que se encontra cristalizado e que justifica o sistema de opressão e, a partir deste conhecimento, a afirmação de uma outra concepção de sociedade. "Desmascaramento" ou "desnaturalização" requerem uma mediação racional e um enfrentamento entre os interesses de "identidades positivas" (que se contrapõem uma a outra), que se politizam a partir da conscientização (fundamento último da realidade) e/ou do alcance de uma consciência política (reflexividade), distinguindo-se, assim, da noção de desconstrução (identificação), sobre a qual está pautada a noção de antagonismo na concepção do político defendida nesta tese. Nas palavras de Ansara (2008):

> ao estudarmos a memória coletiva da repressão no Brasil, assumimos uma postura epistemológica dentro da psicologia social e um compromisso teórico, claramente proposto por Martín-Baró e muito bem ressaltado por Blanco (2001): "(...) es necesario que la Psicologia social contribuya a desideologizar la experiencia cotidiana (...)" (p.145), o que supõe **desmascarar a rede de crenças e representações sociais** que, ao longo dos séculos, foram dadas como "boas", mas encobriram falácias teóricas sustentadas em valores **que defendem o predomínio natural de uns sobre os outros**; significa desmascarar o senso comum que justifica o sistema explorador e opressor; **significa transmitir um novo saber sobre a realidade** que ajude a modificar as relações que as pessoas têm com seu meio econômico e social (Blanco, 2001). Essa desideologização, que implica também um "(...) proceso de descodificación, nuevo saber sobre la realidad circundante y la **recuperación de la memoria histórica**" (Blanco, 2001:147) **tem sua continuidade na conscientização**, que é a própria práxis, a qual procura responder aos problemas sociais, vai contra a mentira social, rompe com a dinâmica que mantém a ordem social e reverte o conhecimento ao povo, possibilitando a transformação social (Blanco, 2001). (p. 39, grifo nosso)

Gonçalves (2009), remetendo-se a Arendt e a Heller, concebe "que *consciência e participação política* se constituem e se manifestam no cotidiano da vida humana, expressando todos os conflitos, impedimentos e possibilidades do dia-a-dia" (p. 200). Resgata a autora a noção de cotidiano e, assim, de apreensão racional da historicidade das

---

[70] Consideramos este artigo na vertente de sujeito racional pelo fato de que, ainda que a autora afirme que uma das referências de Martin-Baró seja a noção de conscientização de Paulo Freire, a qual localizamos na vertente analítica fundamento último da realidade, a noção de fundamento último da realidade não é claramente afirmada pela autora no artigo. Entretanto, Ansara (2008), ao propor a oposição de interesses entre grupos e classes sociais, afirma com "insistência que a memória política das classes populares se contrapõe claramente às versões que foram instituídas e fixadas pela história oficial, desmascarando o caráter ideológico e alienante da memória oficial" (p. 52). E, segundo ela, as lideranças das classes populares são sujeitos que "estão predispostos a agir contra os mecanismos repressivos" (p. 40). Por um lado, estas atribuições alocadas à classe popular podem se remeter à relação entre objetividade e poder; por outro lado, dão indício de uma naturalização do vínculo entre classes populares e lutas emancipatórias, quando numa lógica contingente não há nada que justifique a naturalidade desta relação.

relações sociais, presente no modelo de Sandoval, também afirmada por Silva (2007) e Ansara (2008), considerada fundamental para a politização das relações sociais. Silva (2007) afirma que:

> O estabelecimento dessa dimensão ["Interesses Antagônicos e Identificação de Adversários"] pressupõe o **rompimento com a rotina cotidiana** e a **introdução da racionalidade frente às práticas diárias**. (...). Portanto, como ressalta Sandoval, "[...] esferas não problemáticas de realidade rotineira que podem perdurar até serem interrompidas pelo surgimento de problemas, conflitos ou fatos não-explicáveis" (SANDOVAL, 1994, p. 63), o que nos permite pensar que qualquer que seja a análise da consciência política e dos processos de participação em ações coletivas e movimentos sociais, deve-se considerar sempre o **parâmetro de reflexividade e de escolha vividas** tanto pelos indivíduos particulares quanto pelos sujeitos coletivos. (p. 105, grifo nosso)

Podemos propor que nesses artigos há uma análise triádica entre socialização (identidade social), participação e consciência, sendo a luta política mediada pela racionalidade e pela disputa de interesses entre grupos sociais estabelecidos "positivamente". Segundo Ansara (2008),

> Podemos dizer, então, que ao reconstruir o passado, por meio da memória política, perpassamos pelas dimensões da consciência política proposta por Sandoval, visto que este processo nos possibilita perceber antagonismos, motivar sentimentos de justiça e injustiça, avaliar a capacidade de intervir na realidade, despertar nossa vontade de agir coletivamente e estabelecer metas de ação que possa suscitar, de fato, uma ação coletiva em vista da transformação social. Desse modo, **no processo de participação política, os sujeitos tomam consciência de seu passado, da sua realidade social e política,** construindo uma memória política que os potencializa e os mobiliza a participar das lutas políticas. (pp. 54-55, grifo nosso)

Em Gonçalves (2009) também fica clara esta triangulação conceitual, o tipo e a qualidade da consciência política estão articulados ao processo de socialização e participação políticas:

> Conceitos ***consciência política e participação política*** **se articulam e efetivamente se interligam**. **A qualidade e o tipo de consciência política, considerando o processo de socialização política do sujeito, mantêm uma relação de interdependência**. Além disso, não se pode desconsiderar o contexto no qual os sujeitos se inserem, ou seja, o contexto histórico-político-cultural-social influencia na construção da sua consciência e na participação política. (p. 200, grifo nosso)

Uma consideração importante de Gonçalves (2009) sobre esta relação conceitual é que ela se afasta de uma lógica de determinação de um processo sobre o outro:

> não quero defender uma posição que determina uma relação de causa e efeito no tocante à relação entre consciência e participação política, pois, mesmo em meio a toda adversidade e impedimentos, a liberdade e a espontaneidade humanas se aliam à criatividade e à subjetividade e, assim, há permanentemente possibilidade da emersão do novo. Dessa forma, verifica-se que, além das produções individuais, há também as associações de saberes e sujeitos, que também alteram os rumos, decisões e construções humanas no tocante à consciência e participação política. (p. 200)

Podemos relacionar a ideia de uma permanente "possibilidade da emersão do novo" neste artigo à filiação da autora a Arendt e a Heller, no que toca à compreensão de que "Arendt (1999) e Heller (1989) apontam a importância da liberdade e espontaneidade dos

homens para a vida humana. E o homem, ou melhor dizendo, homens e mulheres sempre poderão começar de novo e fazer coisas diferentes" (p. 200).

Diante do exposto nesses artigos sobre o modelo de comportamento político de Sandoval, em conjunto com a noção de cotidiano apresentada em Sandoval (1989b), cabe-nos novamente dizer que a análise de Sandoval sobre a dinâmica política vai além da noção de identidade social. Silva (2007), neste sentido, afirma:

> Tajfel propõe que as condições socioeconômicas que levam grupos a rivalizarem para conquistar os mais diversos benefícios objetivos podem estar vinculadas a certas ideias depreciativas difundidas a respeito do grupo rival e internalizadas pelo grupo que se rivaliza. Assim, podemos lançar mão da noção de estereótipos sociais proposta pelo autor. A existência desses **estereótipos** sociais são a prova concreta de que os processos psicossociológicos **contribuem para a construção e entendimento de situações intergrupos objetivas**. Aprofundando essa perspectiva, Sandoval complexifica esse esquema, articulando-o a outros aspectos, dimensões, que permitem a **construção de diferentes complexidades de consciência**, determinadas pela **capacidade do indivíduo deslindar os conteúdos de cada dimensão da consciência política**. (p. 122, nota de rodapé, grifo nosso)

A complexificação da concepção de Sandoval sobre a dinâmica política mantém como aspecto central a concepção de um sujeito racional, o qual se orienta em termos de avaliação do custo-benefício da participação e necessita apreender racionalmente a historicidade das relações sociais para alcançar uma consciência política. A compreensão do desenvolvimento da consciência caracteriza a ideia de estágios da consciência, uma passagem entre uma consciência "ingênua" para uma consciência política que exige a afirmação de uma forma universal de razão. O sujeito político é, assim, concebido não como constituído no momento da decisão, em torno de articulações contingentes, e sim como uma identidade positiva que "toma consciência" das determinações sociais – de modo que a historicidade das relações sociais é compreendida como completamente inteligível – e luta por seus interesses. Trata-se, desta maneira, não de um sujeito da falta[71] (cindido), mas de um sujeito da consciência.

Dessa maneira, cabe-nos lembrar da crítica de Mouffe (1996) ao projeto epistemológico iluminista, entendido por ela como uma tentativa de reocupação pela

---

[71] Segundo Laclau (2003a): "O ponto final que faz possível um intercâmbio frutífero entre a teoria lacaniana e o enfoque hegemônico da política é que, em ambos casos, qualquer forma de não-fixação, o deslocamento trópico [tropo] e similares, está organizada ao redor de uma falta original que, ao mesmo tempo que impõe uma tarefa extra a todos os processos de representação – eles devem representar não unicamente um determinado conteúdo ôntico, mas também o princípio de representabilidade como tal –, abre, na medida em que esta tarefa dual não pode senão finalmente fracassar em seu intento de sutura, o caminho a uma série indefinida de substituições que são o fundamento mesmo de um historicismo radical". (p. 77, tradução nossa).

modernidade de uma posição medieval, isto é, da ocupação, pela Razão, do lugar de libertação da teologia alcançada pela própria modernidade.

Diante disso, na concepção de político abordada na tese, o sujeito político não é entendido a partir do desenvolvimento da consciência, e sim como um sujeito mítico. Como sujeito mítico, sua emergência só pode ser compreendida no terreno da indecibilidade, sendo necessário, para tanto, promover uma desvinculação entre o projeto epistemológico iluminista e o projeto político do iluminismo, o que significa: a defesa da autoafirmação dos indivíduos não através dos ditames universais da Razão, mas em torno de identificações discursivas. Neste terreno, portanto, não se trata de pensarmos o político a partir da politização de uma consciência "ingênua", mas em termos de identificação com discursos antagônicos; o sujeito não é um sujeito da consciência, mas um sujeito da falta, que só se faz presença (positividade) a partir de processos de identificação.

Um aspecto importante a se considerar é que, no modelo de comportamento político de Sandoval, trabalhado por Silva (2001; 2007), Ansara (2008) e Gonçalves (2009), há a noção de interesses antagônicos e a compreensão destes como interesses inegociáveis. Ao mesmo tempo, não há explicitamente a compreensão de que a ruptura com o cotidiano implique necessariamente interesses inegociáveis, de modo que a disputa política pode, ao ser concebida em termos de avaliações racionais, apontar para o campo político como um campo de negociações. No caso da noção de antagonismo, proposto no conceito de político em Laclau e Mouffe, a relação é antagônica exatamente porque os discursos não podem ser representados no interior de um mesmo campo de representação, implicando, necessariamente, a negação do "eles", pois é em torno desta negação que se constitui o "nós", e não a partir de "identidades positivas" politizadas.

A noção da luta política em torno de uma negociação de interesses aponta para uma não delimitação clara entre a política e o político, de maneira que a formação social é concebida como conflitiva, mas no interior de um mesmo campo de representação. Neste sentido, estaríamos no campo da "lógica da diferença" e não da "lógica da equivalência". A articulação entre demandas de diferentes sujeitos políticos não é possível de ser concebida nos termos do conceito do político abordado na tese, em razão da politização das relações sociais nesses artigos ser entendida a partir de sujeitos que se orientam racionalmente em torno de seu autointeresse e do interesse de sua categoria social e de uma autoimagem positiva e de uma identidade social positiva.

Em relação aos artigos de Kramer e Souza (1987), Azeredo (1988) e Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007), como dissemos, podemos entender que a politização das relações sociais também é concebida a partir do desenvolvimento de uma consciência política, sendo o sujeito compreendido como um sujeito que realiza uma apreensão racional das relações sociais, desnaturalizando as relações sociais. Abordaremos o artigo de Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007) antes do de Azeredo (1988) em razão dele, como o de Kramer e Souza (1987), tratar da discussão sobre participação.

Kramer e Souza (1987) entendem que "participação significa identificar os confrontos e os interesses antagônicos e buscar soluções mais adequadas para cada situação. Assim é que, na prática, tanto o Estado como as famílias se descobrem com objetivos e metas diferentes em relação à pré-escola" (p. 20). Esta descoberta pode ser produzida diante, por exemplo, de medidas administrativas errôneas do Estado, na medida em que estas mobilizam a sociedade em prol de um sistema de melhor qualidade,

> permitindo aflorar contradições e conflitos que exigem mudança na forma com que esse atendimento vem sendo implantado. Se, por um lado, este fato [medidas administrativas errôneas] contribui para exacerbar os conflitos de classe, por outro é exatamente através deles que a população vai elaborando parâmetros que possibilitam **comparar, julgar e escolher** o tipo de serviço educativo que vai **ao encontro de seus interesses e necessidades**. É a partir dessa **consciência crítica crescente das classes populares** que a função da pré-escola vai se delineando na prática e se transforma para além das propostas elaboradas em gabinetes, com preocupações muitas vezes excessivamente político-eleitoreiras ou academicistas. Num certo sentido, **o Estado que se diz democrático, acaba tendo que assumir, cada vez mais, o seu papel de interlocutor dos movimentos sociais**. Assim, a pré-escola pública – lugar de confronto e das contradições de classe – exige que o atendimento oferecido às classes populares se modifique. (p. 21, grifo nosso).

Portanto, a luta política em Kramer e Souza (1987) se faz em torno de atores que conscientemente (através da comparação, do julgamento e da melhor escolha) disputam interesses no interior de uma determinada sociedade, sendo esta luta organizada em torno de pressões de grupos sociais sobre o Estado. É neste processo conflitual que se constroem e se aprimoram as políticas públicas. Neste sentido, dizem as autoras que não

> são os órgãos e "autoridades" governamentais que produzem a história (e as políticas), em verdade, são os diferentes níveis de pressão e organização existentes na sociedade que vão influenciar o delineamento das políticas e suas manifestações concretas (criação de órgãos, lançamento de programas etc.). Entendemos, assim, que as ações de educação pré-escolar, implementadas nestes últimos anos, se configuram como uma resposta do Estado a determinados problemas existentes na área educacional, mas se configuram, também, como uma resposta à mobilização e à crítica, por parte de diferentes setores da sociedade brasileira, à situação da infância. Por outro lado, e simultaneamente, essas ações implementadas geraram novas críticas que, mesmo tendo sido incorporadas pelo discurso oficial, acabaram por provocar o avanço desse próprio discurso e o próprio avanço das políticas. (Kramer & Souza, 1987, p. 17)

As autoras utilizam de expressões como conflito de classe, contradições de classe, interesses de classe, estabelecem um vínculo entre classes populares (movimentos sociais)

e democratização, e afirmam que, ainda que se consiga produzir políticas públicas articuladas e de qualidade, o problema da infância é um problema estrutural. Deste modo,

> as condições de vida das crianças brasileiras só se transformarão efetivamente quando as profundas contradições econômicas, políticas e sociais da nossa sociedade forem atingidas, modificando-se as relações de trabalho, a distribuição de bens, as relações do homem com a terra etc.. (Kramer & Souza, 1987, p. 16)

Ainda que possa haver nessas considerações das autoras a ideia de um privilégio a priori das relações de classe, apontando, assim, para uma noção de fundamento último da realidade e, por isso, o uso de expressões como contradição de classe, isto não fica completamente explícito no artigo; portanto, não podemos fazer tal afirmação. O que é possível observar é a noção de sujeitos movidos racionalmente, que se tornam cada vez mais conscientes ("consciência crítica crescente das classes populares") na luta por seus interesses e necessidades.

Trata-se de uma concepção de luta política centrada em torno de negociações entre sujeitos e o Estado que buscam reestabelecer uma determinada ordem no interior da estrutura dominante, de modo que o Estado tem "que assumir, cada vez mais, o seu papel de interlocutor dos movimentos sociais" diante dos níveis de pressão e organização existentes. Podemos localizar, assim, a dinâmica de luta política em torno da "lógica da diferença", ainda que as autoras afirmem que: "Não devemos, porém, ter ilusões quanto a uma política articuladora, pois o problema da infância é estrutural" (p. 15). Entendemos que a noção de articulação utilizada pelas autoras não se remete a deslocamentos discursivos, como a utilizamos, e sim está mais próxima da noção de negociação.

As autoras terminam o artigo associando a democracia com a conquista de cidadania, em termos da garantia de direitos:

> Enfim, procuramos demonstrar aqui que uma educação (no caso pré-escolar) democrática deve considerar a integridade e unidade da criança enquanto pessoa, reconhecida como cidadã, com direitos que, portanto, devem ser assegurados. E, evidentemente, o profissional que com ela trabalha deve também ter respeitada e reconhecida sobretudo sua condição de cidadã. Os educadores e os pesquisadores da educação precisam, então, ter sobre essas questões uma posição clara e uma produção consistente, capaz de orientar as políticas públicas e capaz, também, de iluminar nossa luta política por uma educação democrática em todos os níveis, para que não fiquemos ao sabor das prioridades e "desprioridades" tão afetas à política educacional da história do nosso país. (Kramer & Souza, 1987, p. 30).

Castro-Silva, Hewitt e Cavichioli (2007) discutem a construção da participação política a partir da análise de duas ONGs, ressaltando a noção de "níveis de consciência" e pressupondo a possibilidade de uma "sociedade harmonizada".

Os autores concebem consciência política como aquisição de informações sobre direitos, trocas de experiências e, assim, desnaturalização das relações sociais a partir da

participação do indivíduo em grupos. Os autores denominam “fortalecimento psicossocial de sujeitos de direitos” o reconhecimento consciente dos indivíduos da discriminação e da importância da luta coletiva, percebendo “uma possibilidade de mudança do cenário de desamparo e de indignação” (p. 85):

> conforme observamos a partir das ONGs estudadas, a canadense **politiza suas ações** no sentido de construir estratégias que promovam condições de vida melhores para os usuários, divulgando e promovendo a aquisição de direitos e benefícios sociais. Já a ONG brasileira **politiza suas ações** exigindo e fiscalizando a qualidade de atendimento no serviço público, propondo ações afirmativas em relação às pessoas que vivem com o HIV/AIDS, ao mesmo tempo em que acolhe, conforta e cuida. (Castro-Silva, Hewitt & Cavichioli, 2007, p. 85, grifo nosso)

Sendo a politização entendida nos termos de uma apreensão racional das condições de discriminação e preconceito existentes, afirma o autor a ideia de níveis de consciência: “Com diferentes **níveis de consciência**, percebem [os participantes da ONG] que o grupo se fortalece a cada luta ganha e que a luta dos portadores de HIV incentiva outras ONGs e associações de portadores” (p. 85, grifo nosso).

Temos nesse artigo um debate centrado na luta política em torno da efetivação de direitos relativa à “lógica da diferença”, a uma “repartição das partes” no interior da formação social, tendo por fim “uma **condição de vida melhor *para todos***, através de pressão política e das lutas pela concretização dos Direitos Humanos e Sociais (Altman, 1995; Câmara & Lima, 2000; Paker, 1994)” (p. 80, grifo nosso). Em outra passagem do artigo, os autores afirmam que, para os participantes, “é na luta coletiva que conseguirão **melhores condições de vida para todos**, ou seja, a convivência na ONG é um lugar onde podem delinear e incrementar as expectativas de uma **comunidade mais cidadã, fraterna e saudável**” (p. 85, grifo nosso).

Nesse sentido, não apenas constatamos nesse artigo a compreensão da luta política como mediada por um sujeito racional, no âmbito da política e da lógica da diferença, mas também o não questionamento dos autores em relação à expectativa de uma sociedade reconciliada (fraterna e saudável). Condições que impossibilitam pensar a noção do antagonismo na luta política, pois o antagonismo implica exatamente a impossibilidade de existência de “uma vida melhor *para todos*” – pois toda formação social é constituída através da hegemonização de uma determinada alternativa de sociedade e, portanto, na exclusão de outras possibilidades. Devemos lembrar que a proposta agonística de Mouffe (2009) não pressupõe o fim do antagonismo (relação amigo-inimigo), e sim, como afirmamos na parte teórica, compreende que um bom funcionamento democrático depende de um conflito vibrante de posições políticas democráticas, devendo-se aceitar que

qualquer consenso somente existe como temporário e parcial, pois é a expressão de uma hegemonia provisória, e não de um consenso racional.

Quanto ao artigo de Azeredo (1988), a autora discute a relação entre empregadas e patroas, tratando de diferenciações e identificações presentes nos discursos e da questão da desigualdade e da exploração entre mulheres, concebida como uma questão importante para o feminismo. Aponta a autora que as diferenças entre as mulheres são tão óbvias – sobretudo, num país em que as relações sociais são marcadas por uma profunda desigualdade –, que não é possível dizer da identidade "mulher" como uma identidade única. Neste sentido, segundo a autora, "a partir do estudo da identidade, do que nos identificava umas com as outras, passei a me interessar também pelo estudo da diferença, do que nos separa umas das outras" (p. 157). Aspecto que aponta para a importância de se vincular atributos dos indivíduos que demarcam relações distintas no interior do que poderia ser pensado como uma categoria social essencializada.

Para entender as diferenças entre patroas e empregadas (entre mulheres posicionadas diferencialmente nas relações sociais), Azeredo (1988) recorre à noção de ideologia, mais especificamente, à relação entre ideologia racista e ideologia sexista. É importante considerarmos a crítica da autora ao modo como os estudos no Brasil sobre a relação entre patroa e empregada abordavam esta relação, na medida em que aponta para seu afastamento de uma leitura economicista da dinâmica política: "há uma tendência a se enfocar a questão da diferença de classe e a de se privilegiar variáveis econômicas em detrimento da análise da ideologia que informa essas relações" (p. 158), sobretudo, da ideologia racista. Em Azeredo (1994), artigo que discutiremos no último capítulo de análise, há também a crítica à desconsideração do racismo na produção feminista, contudo, neste artigo não é possível afirmarmos a noção de consciência política.

Recorrendo a Roberto Da Matta, Azeredo (1988) afirma que suas análises se localizam numa "perspectiva centrada na natureza hierárquica, paternalista e autoritária do sistema social brasileiro" (p. 159). É na caracterização deste sistema e na forma que concebe o interjogo entre identificação e diferenciação na relação entre empregada e patroa que a autora aponta para a ideia de desenvolvimento de uma consciência política.

Para Azeredo (1988), o sistema social brasileiro é marcado por uma grande complexidade, uma vez que, "em um nível, apela para valores baseados na igualdade, e, em outro nível, enfatiza a hierarquia" (p. 159). Assim, existe um sentimento de compensação e complementariedade que "representa uma barreira para a **tomada de**

consciência social horizontal" (p. 159, grifo nosso), na medida em que, via intimidade, favores, consideração, confiança, faz-se desnecessária a segregação racial, pois todos conhecem seu lugar na relação social.

Diante disso, segundo a autora, é no interjogo entre identificação e diferenciação presentes na relação entre empregada e patroa que "parece estar a chave para se compreender o baixo **nível de consciência política** em relação ao sexismo e ao racismo que permeiam suas relações e a dificuldade de organização política que as caracteriza" (p. 159, grifo nosso). A autora ressalta a importância de se entender como se formam as ideologias dos grupos para se compreender aquele interjogo.

Ainda que esse artigo traga a peculiaridade de afirmar a relação entre sexismo e racismo na crítica à identidade "mulher", observamos novamente uma noção de consciência política caracterizada como um processo que vai de uma consciência "ingênua" para uma consciência política, a partir da compreensão do sujeito como racional, que se concebe oprimido e luta por seus interesses, permitindo considerações semelhantes às relativas ao conceito do político feita nos artigos anteriores.

7.2.2 Consciência política: passagem do inconsciente para a consciência

Uma outra abordagem presente nesta vertente analítica é pensada em torno dos artigos de Smigay (1989), Vasconcelos (1992), Machado (2002), Nery e Conceição (2005). Nesta abordagem, a concepção do político relaciona-se a processos de defesa do psiquismo para se autoproteger da própria dor das relações de dominação. A racionalidade do sujeito como fundamento da politização das relações sociais é concebida nestes artigos através da exigência do reconhecimento consciente do oprimido ("tomada de consciência") da relação de dominação, a fim de "resgatar" sua identidade e afirmar-se numa cultura marcada pela sua dominação por um outro. Esta abordagem pode ser concebida como um desdobramento de conceitos psicanalíticos na psicologia social, abordando mecanismos de defesa inconscientes (recalcamento, narcisismo, catarse) na explicação da dinâmica política. Contudo, não se ignora as relações de poder, ao contrário, compreende-se a atuação dos mecanismos de defesa a partir da ação incisiva da ideologia dominante sobre os indivíduos em situação de dominação.

Nesse aspecto, fazemos um parêntese na discussão desses artigos, de modo a considerar a compreensão de Lane e de Maritza Montero sobre a relação entre alienação e inconsciente. Importante ressaltarmos que, se consideramos os quatro artigos nesta vertente

analítica, e não na vertente analítica anterior, foi em decorrência de não existir neles explicitamente a noção de um fundamento último da realidade, mas sim da alienação no sentido da não apreensão racional da história como uma produção humana. Nem Lane nem Montero são autoras citadas nos artigos, contudo, concebemos que os artigos localizam-se no interior de uma concepção semelhante à compreensão destas autoras sobre a noção de inconsciente. As autoras que fundamentam a discussão nos artigos são, principalmente, Maria Celia Paoli (Smigay, 1989), Nicole Claude-Mathieu (Vasconcelos, 1992), Cornelius Castoriadis (Machado, 2002) e Jacob Levy Moreno (Nery & Conceição, 2005).

De acordo com Lane (1986) e Montero (1984a; 1984b), a análise da alienação depende de tomá-la não como um processo unicamente da consciência, mas também do inconsciente, afastando-se, assim, o rótulo de "cognitivista" atribuído por alguns estudiosos a esta perspectiva. Para Lane (1986),

> "alienação mental" ou "social" se processam de maneiras semelhantes, sugerindo um processo inconsciente que ocorre, seja através da ideologia, seja através dos chamados mecanismos de defesa, ambos distanciando e imobilizando o homem na sua realidade concreta, e ambos trazem no seu âmago emoções fortes e contraditórias. Vale a pena observar que a ideologia que se institucionaliza super estruturalmente, não é a que necessariamente observamos no discurso individual – é, antes, a sua lógica e seus valores que se reproduzem a nível individual. O fato de priorizarmos a consciência pode ser justificado, parodiando kimer que partimos do aparente (superficial) para chegar no profundo – que está contido no aparente, mas não facilmente captado pelas nossas técnicas de análise. O inconsciente com seus conteúdos históricos e, possivelmente ideológicos, tem uma relação dialética com o consciente, perceptível através da análise de discursos quando esta aponta para contradições, seja na fala, seja entre a fala e a ação. (pp. 03-04)

Dessa maneira, de acordo com Lane (1986), a psicanálise apresenta contribuições significativas para a compreensão da alienação, defendendo a relação entre psicanálise e marxismo, na medida em que concebe que somente seriam partículas estanques se tomados numa visão ortodoxa. Assim, a autora cita a contribuição de Lacan, devido à compreensão do inconsciente através de metáforas e metonímias; a leitura crítica de Deleuze e Guatarri sobre Freud, resgatando o "inconsciente histórico e de desejos" (p. 04); a concepção de Homem na proposta terapêutica de Moreno; a "visão côsmica de Homem" (p. 04), proposta por Jung.

Montero (1984b) afirma que o conceito marxiano de alienação remonta ao problema do fetichismo da mercadoria. Sobre o conceito de fetichismo da mercadoria, segundo a autora, o que é necessário ressaltar é que seu elemento essencial é a ocultação da relação entre produtor e produto, aparecendo as produções humanas como realidade objetiva, natural e inacessível à vontade humana. Portanto, a alienação acarreta um processo no qual

> os indivíduos tornam-se objetos, recebem qualificações, atributos, que respondem a uma lógica inerente ao sistema social e às suas condições histórico-econômicas. E este processo não só afeta suas inter-relações, mas também sua consciência dos outros como grupo e de si mesmo como membro de grupos. (Montero, 1984b, p. 58, tradução nossa)

Para a autora, a alienação envolve um sujeito, ao mesmo tempo, consciente e inconsciente e é um processo passivo (exercido de fora), mas também ativo (realizado pelo próprio individuo) que supõe "uma consciência mediatizada, ideologizada, manipulada por diversas circunstâncias" (Montero, 1984b, p. 65, tradução nossa). Deste modo, a alienação pode ser entendida como produtora de uma negação e supressão dos aspectos conscientes (mecanismos de defesa), levando a uma não consciência ou inconsciência socialmente aceita e imposta. De acordo com as oscilações da ideologia, a consciência da alienação pode ter um movimento de vai-e-vem, o qual não significa tornar-se consciente da realidade como realidade histórica, mas sim o deslocamento do mal-estar e da insatisfação com o mundo, considerado natural pelo indivíduo, que atribui a si mesmo as causas do desajuste e também é culpabilizado desde o exterior.

Essa compreensão de que a alienação encontra-se relacionada a mecanismos de defesa do indivíduo (negação, repressão, projeção, simbolização, racionalização) – levando-o a exercer em si mesmo os impulsos que deveriam ser orientados até à situação que lhe tem causado insatisfação –, tem sido vista por alguns autores, segundo Montero (1984b), como uma conduta de sobrevivência. Contudo, a informação suprimida, negada, deslocada ou racionalizada não desaparece e, portanto, não acarreta o fim da tensão entre a realidade alienante e o sujeito alienado-alienador. Desta maneira, se a alienação é uma saída para a sobrevivência, "será nessas condições negativas, e com grande custo para o sujeito, que sacrificará, assim, sua visão positiva de si mesmo, do meio, e às vezes limitará sua atividade, suas possibilidades e suas áreas de interesse" (Montero, 1984b, p. 69-70, tradução nossa).

Assim sendo, a alienação pode ser entendida em dois níveis, segundo Montero (1984b): na internalização da sociedade como realidade objetiva pelos indivíduos, sendo ocultado o seu caráter de produção humana; na compreensão dos mecanismos de defesa do indivíduo. O que temos como resultado em ambos os níveis é a ocultação do caráter de produção humana da realidade, que leva a uma naturalização da realidade e ao fatalismo, estando a consciência neste processo reificada.

A condição para a superação da alienação é a produção de uma reflexão crítica sobre a realidade, reconhecendo-a como processo histórico realizado a partir da atividade

de seres humanos e, portanto, não imutável, permitindo que as relações de poder sejam vistas como desigualdades.

Feitas essas considerações, retomemos a discussão dos artigos.

Smigay (1989) ressalta a contribuição do movimento feminista em evidenciar a diversidade de formas de dominação existentes, afirmando "a questão do direito à diferença como recusa a se dissolver em um tipo único e genérico de oprimido" (Paoli, s/p, 1985, citado por Smigay, 1989, p. 11). Neste sentido, a autora discute a dinâmica de dominação de mulheres.

De acordo com Smigay (1989): "Enquanto produção sócio-cultural, masculino e feminino são interfaces de uma díade na qual cada polo existe apenas em relação ao outro" (p. 13). A reprodução destas relações como relações de dominação, se pode ser entendida pela situação socioeconômica e jurídica da mulher, também deve ser vista em torno de uma dominação ideológica que estabelece "um falso consenso, de acordo com o qual as mulheres se abandonam a um destino que consideram inevitável" (p. 13), não sendo a violência denunciada pelas mulheres que a sofrem.

A autora entende que a identidade é constituída a partir dos papéis sociais que o indivíduo desempenha, da imagem que tem de seu corpo como fonte de prazer e de dor, da distinção entre si e o outro. Processo que ocorre em uma sociedade em que a mulher encontra-se em condição de subordinação, na qual "Apesar [da mulher] não encarnar o corpo do macho como o ideal, contrapõe-se-lhe como forma secundária, preterida, falha" (p. 15). Assim, seu projeto ideal é construído não por si mesma ou por sua experiência, mas a partir "da necessidade de se construir como objeto ideal do desejo do outro" (p. 16), o que produz uma alienação da mulher, ou seja, a construção dela como um ser para o outro.

Nessa condição de dominação, "o corpo feminino dificilmente será aceito e legitimado em suas dimensões da dor e do prazer" (p. 16), devendo a mulher viver em constante vigilância de si mesma. Segundo Smigay (1989), quando se tem de viver numa relação de opressão a economia psíquica passa a gravitar-se em torno da dor, ficando interditada a esperança de se reviver as promessas de prazer. Assim, o aparelho psíquico, como meio de recompor sua integridade e neutralizar a experiência da dor, "se rigidifica e aciona defesas, entre elas a de impulsionar um processo narcísico" (p. 16).

Desse modo, segundo a autora, o desconhecimento da mulher sobre seu corpo atua como uma estratégia de sobrevivência a fim de diminuir a depressão e a culpa por não

poder agir diferente do que lhe é indicado, ficando “escondidos” o corpo e a identidade feminina frente à condição de dominação. A possibilidade de politização das relações de dominação, portanto, depende, segundo Smigay (1989), da nomeação do prazer e da dor pelos sujeitos, ou seja, daquilo que é negado às mulheres e que, diante desta condição de negação, provoca o acionamento de defesas do aparelho psíquico que produzem a alienação como estratégia de sobrevivência.

Vasconcelos (1992) apresenta uma lógica argumentativa semelhante à proposta por Smigay (1989). A autora critica a explicação da submissão do dominado a relações de dominação a partir da atribuição ao dominado da aceitação ou adesão à ideologia dominante, ao compreender que não é possível consentir com a dominação antes de se ter consciência dela. Esta tomada de consciência ocorre na medida em que a ideia de dominação deixa de ser recalcada pelo sujeito e o sujeito se admite parte da relação de dominação:

> Esse estado que precede à tomada de consciência da opressão, o que é ele senão a própria opressão não reconhecida? Não se pode chamar a isso de “consentimento” à opressão mas, ao contrário, como observa Mathieu, negação da opressão, negação que Freud indica como característica do processo de recalque, do processo de não se admitir uma verdade particularmente dolorosa, impedindo-a de chegar à consciência. Ora, é precisamente esse o caso para a maioria dos oprimidos, pois reconhecer a opressão provoca uma dissociação difícil de ser vivida. (Vasconcelos, 1992, p. 96)

Assim, de acordo com a autora, “submeter-se não é consentir, pois este último exige conhecimento da situação de dominação, o que leva a uma tomada de consciência da alienação a qual, por sua vez, é que possibilita a decisão de consentir ou não consentir” (p. 96).

Vemos explicitamente, nos artigos de Smigay (1989) e de Vasconcelos (1992), a ideia da atuação dos mecanismos de defesa como possibilidade de sobrevivência do sujeito dominado que impede uma visão positiva de si mesmo, como apontara Montero (1984b) na discussão que fizemos anteriormente. A politização das relações sociais, desta maneira, se faz pela “tomada de consciência” da relação de dominação, mediada pela passagem de uma consciência “reificada” para uma consciência “política”.

Machado (2002), por sua vez, apresenta o pensamento de Cornelius Castoriadis a partir da articulação das noções de psique, sociedade, psicanálise e política. A politização das relações sociais no pensamento do autor decorre do alcance da autonomia pelo indivíduo e pela sociedade, sendo a autonomia do indivíduo somente possível numa sociedade autônoma, e a autonomia da sociedade só é possível por meio da autonomia dos

indivíduos que a compõem, os quais são "primordialmente encarnações de instituições heterônimas introjetadas" (p. 301).

A constituição do sujeito é entendida como uma socialização progressiva que vai do indivíduo como "mônada psíquica fechada em si mesmo" e onipotente para um sujeito socializado, sendo a socialização decorrente da interiorização de significações imaginárias sociais, entendidas como sociais e históricas. A autora ressalta que a psique não é completamente socializada, resguardando sempre "a ambivalência dos afetos inconscientes – amor e ódio – em relação aos objetos psíquicos primordiais" (p. 300).

A autonomia do indivíduo decorre de um rompimento com o imaginário instituído, interrogando as crenças e as leis que o regem, sendo isso possível ao "libertar do recalque a imaginação radical", concebida como o elemento exclusivo dos seres humanos:

> O que diferencia o ser humano dos outros viventes é a imaginação radical, que, além de ter a capacidade de fazer ser o que não é no mundo simplesmente físico, de se representar à sua própria maneira, é constantemente criadora, fluxo espontâneo e incontrolável de representações, de afetos e de desejos, liberado de sua finalidade biológica. (Machado, 2002, p. 300).

Já a autonomia da sociedade decorre do questionamento pela coletividade das significações sociais instituídas:

> É assim a sociedade autônoma, fruto do poder instituinte da coletividade anônima, sociedade que "(...) não somente sabe explicitamente que criou suas leis, mas que se instituiu de maneira a liberar o seu imaginário radical e a ser capaz de alterar as suas instituições, graças à sua própria atividade coletiva, reflexiva e deliberativa" (cf. 1992b, p.159). Ela se auto-institui **explícita e lucidamente, embora nunca de forma total,** pois o pensamento herdado e as significações instituídas sempre estão presentes. É formada por indivíduos autônomos. (Machado, 2002, p. 301, grifo nosso)

Desse modo, segundo a autora, à psicanálise caberia proporcionar a autonomia individual, ou seja, que o fluxo psíquico inconsciente do paciente venha à tona, dando lugar a uma autoatividade reflexiva e refletida: o "recalque, então, daria lugar à reflexão; a inibição, a fuga ou o agir compulsivos cederiam espaço à deliberação lúcida" (p. 302) e "o Eu recebendo e admitindo conteúdos inconscientes, reconhecendo e aceitando que seus desejos nucleares, originários, nunca poderão ser realizados e que não há verdades sagradas" (p. 302).

Já os objetivos da política, que dependem deste indivíduo autônomo, seriam:

> a instauração de outro tipo de relação entre a sociedade instituída e instituinte, entre as leis dadas a cada vez e a capacidade reflexiva e deliberativa do corpo político; (...) a liberação da criatividade coletiva, permitindo formar projetos coletivos para empreendimentos coletivos e trabalhar neles. (Castoriadis, 1992b, p. 160, citado por Machado, 2002, p. 302)

A noção de instituído-instituinte aponta para a existência de conflito na construção das formações sociais e para uma dimensão simbólica destas. Ademais, afirma-se que a autoinstituição da sociedade autônoma nunca se faz plenamente – a psique nunca é

“inteiramente domável” e a sociedade nunca “inteiramente heterônoma” –, indicando para a manutenção do conflito e não para uma sociedade reconciliada.

Entretanto, a politização, como em Smigay (1989) e em Vasconcelos (1992), ainda que referente ao que é inconsciente, se faz a partir de ação refletida e reflexiva, “lucidamente realizada”, que permite a interrogação sobre os fundamentos das crenças e das leis que regem o indivíduo e das leis e instituições sociais.

A utopia presente no pensamento de Castoriadis, apresentado por Machado (2002), pode ser entendida nos seguintes termos:

> A prática de uma “política de autonomia, a saber, democrática”, pode se valer disso. Ela consistiria em “(...) ajudar a coletividade a criar as instituições cuja interiorização pelos indivíduos não limita, mas amplia a sua capacidade de se tornarem autônomos” (1992b:61). (p. 303)

Em Nery e Conceição (2005), a “catarse” é o procedimento adequado “para abordar terapeuticamente a sociedade em seus pequenos e grandes grupos” (p. 133). O sociodrama, método proposto por Moreno, aponta para o foco no indivíduo ou, nos termos das autoras, para a “troca interpsíquica” no interior de um grupo –, entendido como “microcosmo que representa (ou reflete) o macrocosmo da sociedade” (p. 139) –, remetendo-se a trocas conscientes e inconscientes entre os membros do grupo.

De acordo com as autoras,

> Foucault (1990) preconizou as práticas de poder e a construção da verdade advindas das instituições para disciplinar, controlar e vigiar o homem, tornando-o e o mantendo dócil diante das opressões e dos saberes demarcadores de padrões que suprimem a diversidade e a criatividade. (p. 134)

Entretanto,

> há também o belo, o conhecimento e os métodos criados por homens que resistem politicamente e que reativam valores universais, como os direitos humanos e a bioética. Trata-se da criação que ajuda a humanidade a se conscientizar ou a exprimir suas dores e, muitas vezes, a transformar crises e comportamentos que a desequilibram em aprendizados. Essa produção liberadora tem como efeito o processo catártico. (p. 134)

As autoras definem a “catarse de integração”, concebida por Moreno, indicando a ideia de um rompimento com o que elas designam por “conserva cultural”:

> A catarse de integração vivifica a subjetividade por meio da espontaneidade (fator “e”). Espontaneidade é a capacidade de dar respostas novas a problemas antigos ou adequadas a problemas novos. É o fator sociopsíquico primário e faz o homem sobreviver, desde o nascimento. Para Moreno (1975), toda produção criativa é catalizada pelo fator “e”. A espontaneidade é o polo oposto da conserva cultural. Ambas estão num continuum. A conserva cultural é o produto de uma sociedade, caracterizado pela arte, mitos, costumes etc. Em termos individuais, a conserva está presente nas expressões e condutas conservadas, que se mantém ao longo da história do indivíduo. No entanto, em sua origem, a conserva cultural é gerada pela própria espontaneidade. A catarse de integração, portanto, libera o homem rotulado, robotizado, padronizado, submetido às intempéries dos donos do poder e de seus próprios boicotes inconscientes. (p. 136)

Essa recorrência à noção de catarse e, assim, ao sociodrama, decorre do fato das autoras entenderem que a politização das relações sociais, se exige "ampliação da consciência", também necessita remeter-se "ao mundo emocional":

> A mudança exige ampliações constantes de consciência, visualização da realidade, percepção do que nela está oculto e do que está além dela, mas a ampliação de consciência sem o mundo emocional que impulsiona a ação para o desconhecido, eliminando medos e apegos, pouco resultado traz. (Nery & Conceição, 2005, p. 139)

Essa compreensão da relação entre razão e emoção é concebida não a fim de um distanciamento da concepção de sujeito como racional, mas, ao contrário, como a possibilidade para o exercício da razão e, assim, da "ampliação da consciência": "conhecimento na via da conscientização é o primeiro passo para a transformação social" (Nery & Conceição, 2005, p. 136)[72].

Um aspecto a mais a se considerar nesse artigo é a ideia de uma sociedade (recorrendo à própria compreensão da autora do grupo como um microcosmo que reflete a sociedade) passível de alcançar um equilíbrio social, baseada na administração de conflitos, indicando, portanto, para uma gestão do social, e não para uma noção de divisão do social em termos antagônicos:

> O método sociodramático visa ao intercâmbio consciente e inconsciente que resulta na co-criação (Aguiar, 1998; Perazzo, 1994). A co-criação é a **complementação de papéis sociais** que proporciona o bem-estar grupal. Segundo Nery (2003), a Socionomia se especializa no entendimento dos fenômenos da co-criação e da interpsique. Portanto, a encenação de conflitos sociais e políticos leva as pessoas a co-criarem e a viverem a catarse de integração, numa perspectiva de entendimento e de desenvolvimento social. Para Kellerman (1998), "**A administração dos conflitos se transforma numa tarefa que é, no mínimo, tão importante quanto ajudar os sobreviventes a lidar com suas experiências traumáticas**" (p. 52). O autor aponta o sociodrama como um dos recursos do terapeuta de grupo para essa tarefa e apresenta três tipos de aplicações, a saber: 1) sociodrama da crise, 2) político e 3) da diversidade. O sociodrama da crise tem o foco social sobre o trauma, a **teoria social é a da adaptação e o ideal social é a homeostase**. Busca-se ajudar o grupo a enfrentar melhor as tensões sociopsicológicas e a encontrar novo equilíbrio social. O sociodrama político tem o foco social sobre a desintegração; a teoria social é a do conflito e o ideal social é a igualdade. O tema é a desintegração social, a estratificação e a desigualdade como manifestações de conflitos socioeconômicos. Busca-se impulsionar a sociedade na direção de maior justiça e equidade sociais. O sociodrama da diversidade trabalha com conflitos advindos de estereótipos, preconceitos, racismo, intolerância, estigmatização e/ou atitudes negativas contra pessoas por serem diferentes. Busca-se transcender as diferenças que frequentemente compartimentalizam a humanidade em grupos mutuamente exclusivos e isolados. (Nery & Conceição, 2005, p. 138)

---

[72] A autora recorre à noção de conscientização a partir de Paulo Freire, noção que consideramos na vertente analítica fundamento último da realidade. Mantivemos o artigo nesta vertente analítica, contudo, em razão da ideia de tomada de consciência atrelada à catarse.

O modo de compreensão da dinâmica política nesses quatro artigos demonstra o afastamento da noção de antagonismo, seja pela mediação racional no processo de politização das relações sociais, seja pela noção de equilíbrio social e complementação de papéis, no caso da proposta apresentada por Nery e Conceição (2005).

Mais uma vez o que se observa nesses quatro artigos é a importância de se articular ideologia e subjetividade, isto é, o papel da ideologia na constituição dos indivíduos, sendo a intervenção do psicólogo social orientada para o combate da reprodução da ideologia no âmbito individual a fim de se propiciar o desenvolvimento de uma consciência política. O modelo, portanto, é o de uma passagem da consciência "reificada" para uma consciência "política" mediada pela razão, no sentido de uma apreensão racional da historicidade das relações sociais, que possibilitaria uma "tomada de consciência" do que se encontrava inconsciente.

A noção de inconsciente nos quatro artigos anteriores, por um lado, traz uma especificidade no foco da discussão em relação aos outros artigos, mas, por outro lado, o que é importante destacar é a manutenção da concepção do sujeito como racional, capaz de uma "deliberação lúcida" (Machado, 2002, p. 302) frente às relações de dominação.

7.2.3 Identidade social, representações sociais e posicionamento político

Os artigos de Pereira e Camino (2003), Fernandes et al. (2006), Nunes e Camino (2011) apresentam uma distinção em relação aos artigos em que Camino também é autor e que abordamos na vertente analítica anterior: ainda que haja nos artigos referência ao artigo de Camino (1996), não há, ao menos explicitamente, nos artigos aqui tratados, a afirmação de um fundamento último da realidade.

Em Pereira e Camino (2003), o foco está concentrado na teoria das representações sociais de Moscovici, entendendo os autores que esta deve ser vinculada à teoria de minorias ativas, também proposta por Moscovici, e à teoria de identidade social de Tajfel.

Os autores propõem que a teoria das representações sociais estabelece uma relação entre estímulo, indivíduo e comportamento social que a diferencia de teorias clássicas na psicologia social sobre mediadores sociais do comportamento (atitudes, opiniões). Ainda que não negue estes mediadores, para a teoria das representações sociais, atitudes e opiniões não são reações do sujeito à realidade, mas elementos relativos à construção social da realidade, sendo a noção de representações sociais distinta da de atitude na Psicologia Social Clássica, pois as representações sociais não apenas guiam o

comportamento, mas também constroem o repertório com as possibilidades de ocorrência do comportamento.

Ao recorrermos a Allport (1954), ele apresenta a seguinte definição de atitude no manual de Murchison, publicado em 1935: “Uma atitude é um estado mental e neural de prontidão, organizado através da experiência, exercendo uma influência diretiva ou dinâmica sobre a resposta do indivíduo para todos os objetos e todas as situações com os quais ele está relacionado” (p. 45, tradução nossa). Cabe-nos lembrar de que, para Allport (1954), a psicologia social deveria buscar entender “como um dado membro de uma sociedade é afetado por todos os estímulos sociais que estão ao seu redor” (p. 05, tradução nossa).

Amâncio (2004) afirma que o conceito de atitude, na sua primeira definição no livro *The Polish Peasant*, publicado em 1918 por Thomas e Znaniecki, apresenta uma ligação entre o psicológico e o cultural, por esta razão, considerada objeto de análise específico da psicologia social. Contudo, definições posteriores do conceito de atitude, como a de Gordon Allport, em 1935, “negligenciaram a vertente cultural ao considerar a atitude um estado de prontidão mental, e esta psicologização do conceito dominou a Psicologia Social durante longos anos” (p. 289).

Podemos entender que a ênfase de Pereira e Camino (2003) quanto ao caráter da construção social da realidade pelos sujeitos, indica para a crítica de Moscovici (2003) à psicologia social dominante até à emergência da “crise” da psicologia social. Crítica que se assemelha aos desafios apresentados por Lane (1987a) para a construção de uma psicologia social “crítica” na América Latina (a superação da tradição biológica e a ausência do foco na transformação da sociedade):

> A pergunta principal que os psicólogos sociais faziam era: Quem socializa o indivíduo? Os psicólogos negligenciaram o segundo aspecto do problema contido na sua pergunta: Quem socializa a sociedade? Um novo enfoque com respeito à relação entre indivíduo e sociedade deveria tomar em consideração dois fenômenos básicos. O primeiro é o de que o indivíduo não é apenas um produto biológico, mas um produto social; e o segundo é o de que a sociedade não é um ambiente destinado a treinar o indivíduo e a reduzir suas incertezas, mas um sistema de relações entre “indivíduos coletivos”. Esta visão da dinâmica social possui implicações científicas imediatas, assim como importância psicológica e política; ela nos obriga a encarar o controle social e a mudança social em uma perspectiva comum e a não tratá-los separadamente como aconteceu no passado. Não existe razão nenhuma para conceder prioridade aos aspectos da socialização que tendem para a transmissão das tradições existentes e da estabilidade do status quo; as tendências opostas, que possibilitam reformas e revoluções, são igualmente importantes. (Moscovici, 2003, p. 158)

Nessa medida, podemos entender a seguinte compreensão de Pereira e Camino (2003):

> **representações sociais não [são] respostas a um estímulo do meio social (noção clássica de representação mental), mas uma construção do significado desse meio**, onde estímulo e resposta se formam ao mesmo tempo, sendo o estímulo determinado pela resposta e a resposta pelo estímulo (Vala, 2000). Elas **fundamentam as ações sociais, não porque guiam o comportamento, mas por construírem o ambiente para a ocorrência do comportamento. Elas dão sentido ao comportamento** "integrando-o numa rede de relações que o vincula ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os pontos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes" (Moscovici, 1976, p. 48). Essa relação complexa que a Teoria das Representações Sociais propõe entre estímulo, indivíduo e comportamento social a diferencia das teorias clássicas sobre mediadores sociais do comportamento (Farr, 1995). Essa teoria não nega esses mediadores, como opiniões e atitudes, mas considera que esses conceitos não são reações do sujeito à realidade, mas elementos próprios dos processos de construção social da realidade. É nesse sentido que **as representações sociais não apenas guiam o comportamento, função das atitudes na Psicologia Social Clássica, mas constroem o repertório com as possibilidades de ocorrência desse comportamento, onde o sujeito não reage à realidade, mas a constrói** (Farr, 1991). (p. 448, grifo nosso)

A concepção de político em Pereira e Camino (2003) pode ser concebida como associada às noções de representações sociais e de ideologia. Os autores distinguem estas duas noções concebendo que as representações sociais são uma forma de conhecimento irredutível a qualquer outra forma de conhecimento. Assim,

> Embora [as representações sociais] tenham relações estreitas com a ideologia, a ciência e o mito, constituem um campo próprio do conhecimento humano. De fato, elas são apropriações que as sociedades de massa fazem dos conhecimentos produzidos pela ideologia, pela ciência e pelo mito, mantendo a heterogeneidade e o dinamismo próprios das comunicações dessas sociedades. Essas características diferenciam as representações sociais das representações coletivas (Durkheim, 1898), que se apresentam como conhecimentos homogêneos e atemporais nas culturas primitivas. (p. 448)

Apesar de distintas, tanto as representações sociais quanto a ideologia são entendidas como um sistema simbólico que dá sentido ao comportamento dos sujeitos e, assim, à construção social da realidade, explicando acontecimentos históricos e definindo o que é bom e o que é ruim, servindo como sistemas de conhecimento que organizam a sociedade. Deste modo, podemos perceber que os autores se distanciam de uma noção de ideologia como falsa consciência.

A ideologia é entendida "como um sistema simbólico interatuante de padrões de significados articulados (Geertz, 1978) que adquirem forma e existência nos signos criados por um grupo no curso de suas relações sociais (Baktin, 1981)" (Pereira & Camino, 2003, p. 450). A maioria das atitudes políticas, segundo os autores, é determinada "por símbolos sociais vinculados aos sistemas de crenças dominantes nos grupos de pertença dos indivíduos (Bourdieu, 1989; Geertz, 1978; Sniderman & Tetlock, 1986)" (p. 450).

Os conflitos sociais, entendidos pelos autores em termos da ideologia,

> geram justificativas, determinadas pelos interesses dos setores dominantes, sobre a situação social dos grupos sociais, assim como críticas e utopias desenvolvidas pelos setores dominados (Löwy, 1985; Mannheim, 1950). Aqui se incluem ideologias de classe (Lenin, 1978), ideologias políticas, como o liberalismo (Reeve, 1991), o populismo (Laclau, 1978) e o fascismo (Billig, 1982), e ideologias sociais como o feminismo e o ecologismo (Vincent, 1992). (Pereira & Camino, 2003, p. 450)

A emergência desses conflitos é relacionada pelos autores à percepção de injustiça social e de eficiência política, recorrendo a Moore (1978), referência também utilizada por Sandoval (1989b) para discutir sobre como as pessoas concebem a natureza da sociedade e sobre a naturalização das relações sociais como mecanismo de controle social:

> Desde a análise pioneira de Moore (1978), diversas outras concepções das ações coletivas e dos movimentos sociais têm colocado, como fator decisivo das atividades oposicionistas, a percepção de injustiça social acompanhada de sentimentos de eficiência política (Camino, 1990). De fato, os resultados [da pesquisa discutida no artigo] mostram que o ativismo político se relaciona com o envolvimento pessoal (concreto e abstrato) dos estudantes com os Direitos Humanos. Quanto maior é a participação em atividades oposicionistas, maior é o compromisso efetivo e mais elevado é o sentimento de responsabilidade que os estudantes têm com a aplicação desses direitos. (Pereira & Camino, 2003, p. 457)

Para entendimento da emergência desses conflitos sociais, é importante salientarmos a relação estabelecida por Pereira e Camino (2003) entre a teoria das representações sociais, a teoria das minorias ativas e a teoria da identidade social. Para os autores, na teoria das minorias ativas,

> Moscovici (1979) inverte a dinâmica da comparação social, colocada pelo funcionalismo no centro do consenso, ao afirmar que a percepção é sempre social e que os sujeitos se comparam com outros não porque a realidade seja ambígua, mas porque existe uma norma social de objetividade que estabelece o consenso como critério de verdade. (p. 449)

Assim, nas condições de desacordo gera-se um conflito cognitivo cuja resolução pode ser de conformismo, submissão ou inovação. Remetendo-se a um texto de Jorge Vala, os autores apontam que a incerteza sobre a realidade (conflito cognitivo) é gerada apenas quando se está diante de uma situação de desacordo com aqueles com quem se espera estar de acordo. De modo a entender com quem se espera estar de acordo é que entra a articulação com a teoria da identidade social, na medida em que aqueles com quem esperamos estar de acordo são aqueles que compartilham conosco o mesmo grupo de pertença, oferecendo a teoria da identidade social "as bases para a compreensão da formação simbólica dos grupos sociais (Camino, 1996)" (p. 449) e, desta forma, para o entendimento dos conflitos sociais.

A importância da pertença grupal também pode ser observada na afirmação dos autores sobre a abordagem da teoria das representações sociais a que eles se filiam, aproximando-se da proposta por Doise, que

> destaca três níveis de análise nos estudos da ancoragem: o psicológico, o sociológico e o psicossociológico. **A análise psicológica investiga a ancoragem das representações nas atitudes individuais. No nível sociológico, estuda-se a influência da pertença dos indivíduos nos grupos sociais sobre as representações. No nível psicossociológico, a ancoragem pode ser analisada através dos posicionamentos ideológicos dos grupos sociais**. (Pereira & Camino, 2003, p. 449, grifo nosso)

As noções de representações sociais e de ideologia trabalhadas no artigo distanciam-se da noção de falsa consciência e também possibilitam concebermos a unidade política em termos de uma sedimentação do social, a partir de um consenso que se constrói no interior de um campo simbólico, instituindo uma verdade em um campo em disputa, emergindo o conflito através de um desacordo a este consenso naturalizado. Segundo os autores,

> Moscovici (1989) substituiu o conceito de representações coletivas pelo de representações sociais para indicar que os conhecimentos sociais não são nem homogêneos, nem "partilhados enquanto tais por toda a sociedade" (Moscovici, 1988; p. 219) – como eram as representações coletivas nas sociedades primitivas (Durkheim, 1912/1985) –, mas seriam conhecimentos partilhados na heterogeneidade da desigualdade social. (Pereira & Camino, 2003, p. 449)

Ademais, os autores compreendem que a ideologia influencia o comportamento político não como um sistema homogêneo de crenças e significados compartilhados, nem oferecendo "um conhecimento verdadeiro da sociedade" (p. 450). Para eles, a ideologia é concebida no interior de uma estrutura simbólica na qual existem atribuições de significados diferentes em torno de um mesmo princípio. Nesta medida, "observam-se várias formas de populismo, diferentes propostas de luta entre as mulheres e diversos significados atribuídos à ecologia. Essas diferenças relacionam-se com a existência de grupos concretos e com as bandeiras sociais específicas que eles levantam" (p. 450).

Dessa forma, a luta política pode ser entendida como um processo, em construção permanente, de disputa entre modos de representação da realidade, buscando as diferentes representações preencher o conteúdo de princípios que parecem vazios de significado a priori. O que nos recorda as noções de significante flutuante e de significante vazio em Laclau e Mouffe e, assim, a noção de hegemonia.

Essas representações ancoram-se nas atitudes individuais e são influenciadas pela pertença grupal, relacionando-se aos posicionamentos ideológicos dos grupos sociais. Portanto, os conflitos emergem em situações de desacordo sobre a percepção da realidade social entre aqueles que imaginávamos estar em acordo e a partir da percepção da injustiça social e da eficiência política.

Apesar daquela possível aproximação com a noção de hegemonia em Laclau e Mouffe, essa noção de conflito, no entanto, não indica uma compreensão da emergência do

sujeito político no terreno da indecidibilidade, uma vez que, semelhante ao que vimos nos primeiros artigos analisados, é a partir da teoria da identidade social que se concebe a dinâmica política, implicando a ideia da politização de identidades sociais prévias ao conflito, construídas num mesmo campo de representação, a partir da percepção da injustiça social em torno da mediação da razão.

Assim sendo, trata-se mais de um campo político de representações de interesses entre "identidades positivas" que se politizam do que de um campo político entendido em termos antagônicos, no qual os sujeitos políticos se constituem no "momento da decisão", isto é, tornam-se presença apenas na medida em que se comportam como "sujeitos míticos".

Em termos antagônicos, portanto, o político não é concebido como um conflito cognitivo entre identidades previamente constituídas, mediado racionalmente (percepção da injustiça social e da eficiência política). Trata-se de entendê-lo a partir da concepção do sujeito político como cindido e constituído negativamente, que re-literaliza o discurso hegemônico, visibilizando a existência de um "crime geral" produzido por um "eles", a partir da afirmação de outro discurso ("mito") que visa ocupar (tarefa sempre impossível) o vazio da plenitude do social e constituir-se como um novo "imaginário social". A identificação com um discurso que se opõe ontologicamente ao campo de representação hegemônico é a única possibilidade de existência do sujeito político.

A emergência do sujeito político não é, desse modo, entendida a partir de processos possibilitadores de construção de demandas por identidades sociais que se opõem ao discurso hegemônico e que são passíveis de serem negociadas no interior do mesmo campo de representação hegemônico (baseados na consciência, na reflexividade e/ou na intencionalidade dos sujeitos), remetendo-se ao que é contabilizado neste campo. É a própria possibilidade de existência do sujeito no campo de representação hegemônico que está em jogo na emergência do sujeito político, de modo que tal emergência implica a identificação do sujeito com discursos antagônicos e não apenas contrários ao discurso hegemônico.

Nesse aspecto, recorrendo novamente a Moscovici, é interessante considerarmos que Moscovici e Doise (1991) ressaltam que a teoria que esboçam "é uma teoria da decisão e do consenso, portanto, no essencial, do grupo" (p. 206). Ainda que apontem que aquele consenso não é alcançado simplesmente pelo raciocínio, não tendo "por objetivo congregar as opiniões ou preferências individuais, corrigi-las com melhores informações, etc., mas

transformá-las em opiniões e preferências sociais" (p. 209, nota de rodapé), o conflito pode ser entendido mais em termos de uma "ação comum", baseada num processo de argumentação, em um caminho racional de construção do consenso, do que num terreno da divisão, do antagonismo:

> a solução do processo sociocognitivo não será tanto reduzir as diferenças entre os pontos de vista para os tornar conformes com um único, como clarificá-los e integrá-los a um nível superior, na sequência do que os membros do grupo compreendem de outro modo o problema, ordenam as alternativas numa escala diferente, a do grupo no qual participam e no qual se sentem implicados. Não é um jogo de palavras dizer que a decisão tem como efeito transformar as representações de cada indivíduo numa representação social, que é a base comum procurada. (...). De modo que, cada participante, depois de ter pensado em voz alta no mesmo problema, ter argumentado em público a propósito das diversas soluções, acaba por interiorizar normalmente esta representação pertinente no plano intelectual e torna-se a sua. (...). O trabalho de decisão é desenvolvido para transformar as representações que aparecem como distintas, numa representação partilhada que lhe corresponde. Esse trabalho traz à superfície, explicita, o conjunto das categorias, dos juízos, das hierarquias de valores e de saberes de que eram depositários os indivíduos e que cada um pensava ser o único a possuir. **É, portanto, um esforço de reconhecimento mútuo através do próprio consenso que a partir de agora lhes é comum**. Ele associa-os num pacto de algum modo moral e intelectual. (...). [As decisões múltiplas] Produzem um efeito de massa através da rede dos grupos que escolhem, discutem, criam e recriam os laços de nossa sociedade por meio de uma ação comum, da mesma maneira que outrora a opinião pública nascia nas praças, nos cafés ou nas conversas de salão. (Moscovici & Doise, 1991, pp. 209-210, grifo nosso)

Em relação ao artigo de Fernandes et al. (2006), os autores buscam avaliar a relação entre valores (socialização – identidade social) que se apresentam hierarquizados na sociedade e a atitude dos indivíduos (participação política), entendendo que:

> Independentemente do fator contextual, **os valores apresentam-se consideravelmente difundidos entre os grupos sociais, legitimando seu poder enquanto elementos centrais na organização da dimensão cognitiva que define as atitudes das pessoas** (Rokeach, 1968) e evitando quaisquer questionamentos acerca de sua validade (Maio & Olson, 1998). (p. 37, grifo nosso)

É nesse sentido que os autores compreendem a importância do estudo sobre os valores relacionados ao sistema político,

> permitindo que se analise o posicionamento político a partir da hierarquização dos valores pela sociedade (Easton, 1965; Dawson, 1979; Seliktar, 1991) ou através da forma como se prioriza o conjunto de valores que define as relações sociais (Parsons, 1957; Parsons, Shils & Olds, 1968; Heller, 1991). (Fernandes et al., 2006, p. 37)

Os autores afirmam a necessidade de estudar os valores numa vertente psicossociológica, definindo-os da seguinte maneira:

> **os valores são definidos como estruturas de conhecimento** que, socialmente elaboradas, (1) sintetizam os elementos de um **sistema simbólico** amplamente compartilhado, (2) expressam os **conteúdos ideológicos** que formam este sistema, (3) **servem de instrumento na seleção das alternativas de orientação do comportamento** e (4) refletem o contexto sócio-cultural e as **identidades sociais** dos indivíduos (Da Costa, 2000). Neste sentido, **a fonte dos valores encontra-se** não nas necessidades individuais, hipótese defendida por Schwartz (1992), nem nas necessidades coletivas, hipótese defendida por Inglehart (1991), mas **nas produções sociais de significado**, o que contempla um fenômeno de ordem social vinculado a um fenômeno psicológico; e, como em todas as produções sociais, **a emergência dos valores depende de certas condições** (Deschamps & Devos, 1993). **Essas condições desenvolvem-se nas lutas ideológicas pelo poder** (Camino, 1996; Pereira, Lima & Camino, 1997; Pereira & Camino, 1999) **e fazem parte da construção social da realidade** (Berger & Luckmann, 1973). (Fernandes et al., 2006, pp. 39-40, grifo nosso)

Segundo os autores, a adesão de indivíduos ou grupos aos valores deve ser entendida a partir das diferentes concepções ou ideologias existentes sobre a natureza da sociedade, encontrando-se "a fonte dos valores nas diversas ideologias produzidas no interior dos grupos" (p. 42). Os autores concebem as formas de participação (política ativista e sociocultural) e o posicionamento político dos indivíduos em torno do sistema de valores internalizado por estes indivíduos no processo de socialização, sistema considerado "como visões acerca da organização da sociedade" (p. 52), ou seja, como orientadores do modo como os indivíduos apreendem a realidade, expressando conteúdos ideológicos. Para os autores,

> pode-se afirmar que os melhores preditores para a participação são: a adesão a uma visão da sociedade orientada para o prazer e a satisfação pessoal e para a rejeição do conservadorismo e da religiosidade, no caso da **participação política ativista** e, no caso da **participação sociocultural**, a adesão a uma visão de sociedade orientada para o conservadorismo, as tradições e a religiosidade. (Fernandes et al., 2006, p. 53)

Em relação ao artigo de Nunes e Camino (2011), os autores analisam "como as diversas formas de inserção na vida universitária se relacionam com o preconceito racial" (p. 136), uma vez que "pressupõe-se que a inserção nas diversas organizações da sociedade civil, ou em determinados grupos sociais, conduz para diferentes justificativas sobre as relações raciais e sobre o preconceito contra os negros" (p. 138). Para os autores, "os preconceitos estão essencialmente relacionados às práticas e comportamentos discriminatórios frente a membros dos grupos sociais, por sua pertença (Brown, 1995)" (p.135).

Desse modo, distanciando-se de uma perspectiva que concebe o preconceito em termos de características psicológicas, afirmam a necessidade de se entender o preconceito a partir da relação de poder na perspectiva intergrupal, recorrendo, assim como os dois artigos anteriores, à noção de ideologia, que influencia e direciona a visão dos indivíduos sobre as questões sociais, servindo à justificação de processos discriminatórios:

> o preconceito racial é entendido como **resultante de crenças, normas e valores sociais, como fatores ideológicos influenciadores do comportamento segregador**. É nesse sentido que se concebe o preconceito, não como decorrente de características psicológicas individuais, mas, sobretudo, como **o produto das relações de poder entre grupos**. Tais **relações geram representações ideológicas que justificam os processos de discriminação contra grupos minoritários** (Camino & Pereira, 2000). Uma das representações justificadoras é o discurso ideológico que nega o preconceito pessoal e responsabiliza a sociedade pela existência desse preconceito (Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001; Pereira, Torres & Almeida, 2003). (Nunes & Camino, 2011, p. 136, grifo nosso)

Podemos afirmar que, para os autores, a socialização (valores, representações sociais, ideologia) se processa em torno da constituição de identidades sociais, construindo as visões de mundo dos indivíduos e o repertório de alternativas de comportamento político (individualista e conservador; coletivista e de mudança).

Nesse artigo e no anterior, observamos que há uma estrutura argumentativa semelhante à do artigo de Pereira e Camino (2003): concebe-se a dinâmica política a partir de posicionamentos ideológicos distintos entre indivíduos que se constituem em torno de pertenças grupais (identidade social), disputando a visão-de-mundo a ser sedimentada na sociedade. O que se, por um lado, denota similitude com a noção de hegemonia defendida nesta tese, por outro lado, os autores, ao sustentarem a argumentação em torno da noção de identidade social, possibilitam compreendermos que o sujeito político é concebido a partir da politização de "identidades positivas". Ademais, cabe-nos lembrar, em relação a Moscovici, ainda que os dois últimos artigos não recorram diretamente a ele, que a noção de decisão parece-nos mais próxima de um terreno da ação comum do que de um terreno do antagonismo.

O último artigo a ser analisado nesta abordagem é o de Scarparo e Hernandez (2007). As autoras concebem a realidade como construção social a partir da "perspectiva construcionista (Ibañez, 1994; Spink, 1999)" (p. 159) entendendo que

> os fenômenos que compõem as circunstâncias de vida das pessoas em diferentes contextos são os territórios nos quais podem se instituir as práticas psicológicas. Tais práticas podem articular a manutenção e a acomodação a lugares sociais predeterminados, bem como o estranhamento e o desassossego produtor de pensamentos e projetos emancipatórios. (p. 161)

Assim, a politização das relações sociais remete-se ao "estranhamento e desassossego" em relação aos lugares sociais predeterminados, residindo seu foco na "percepção de uma situação adversa, na possibilidade de reconhecer que alguns problemas sociais não são individuais, mas macro-sociais, coletivos" (Scarparo & Hernandez, 2007, p. 175). As autoras afirmam que

> A matéria-prima da mobilização é a interpretação das situações como adversas ou injustas. A percepção **de injustiças sociais** (componente essencial da mobilização) faz com que a sociedade civil se organize politicamente "fora" do Estado, pois o político **é o resultado de um sistema relacional, construído, tramado na organização social das pessoas, nas relações, nas capacidades e na conscientização**. O político é a desembocadura do social. (p. 175, grifo nosso)

Recorrendo a Klandermans, Gamson e Hunt, as autoras ressaltam que se localizam, no que se refere à compreensão das ações coletivas, numa perspectiva que privilegia ideias, conceitos e rituais:

> O contexto político é um fator que impulsiona ou limita a ação coletiva. A própria sociedade civil vai criando canais de acesso à participação política (Klandermans, 1994; Gamson et alli., 1999; Hunt et alli., 2001). Esta perspectiva concede um lugar especial às ideias, conceitos e rituais como aspectos centrais de entendimento da ação coletiva. A mobilização coletiva é o produto de múltiplos processos de interação, definição, interpretação, negociação e atribuição de significados sociais através dos quais pessoas e grupos formulam novas visões da realidade. (Scarparo & Hernandez, 2007, p. 176)

Na compreensão da politização das relações sociais, a partir da formulação "das situações como adversas ou injustas", "de novas visões da realidade", é que se faz importante entendermos a construção do argumento das autoras via as teorias de minorias ativas e de representações sociais de Moscovici.

Recorrendo ao conceito de "minorias ativas" de Moscovici, as autoras afirmam a possibilidade da influência minoritária na configuração da opinião pública, ou seja, que a influência sobre a opinião pública não é uma exclusividade das maiorias: "a influência minoritária é a forma como um grupo de pessoas criativas chega a influenciar a opinião pública, podendo inclusive configurá-la" (p. 171).

Na relação do conceito de minoria ativa com o de representações sociais, concebem que

> as representações sociais da minoria constituem-se na própria realidade social, como uma possibilidade de comunicação e processamento das relações cotidianas. Neste sentido, as representações são fios que costuram a cognição, a emoção e a conduta na intenção de formar universos de opinião. (Scarparo &Hernandez, 2007, p. 172)

Para as autoras, a minoria busca influenciar outros grupos sociais, sendo esta "uma instância de resistência e de afrontamento social" (p. 172).

A representação social de um objeto, desse modo, "inaugura uma percepção sobre a realidade" e sua constituição

> **dá-se na medida em que surgem fenômenos novos que carecem de compreensão, exigem ser entendidos e controlados**. Estes são transformados em representações por meio de processos de condensação de palavras e criação de imagens (JODELET, 1986). Estas **representações formam a bagagem cultural das pessoas e são produzidas na coletividade**, daí, sua denominação: sociais. É a sociedade que proporciona aos indivíduos os conceitos e as matrizes para pensar e construir representações, sendo estas organizações ativas de imagens e de linguagem, cujo papel é dar forma ao que vem do exterior, remodelando e reconstruindo seus elementos. As representações sociais constituem uma modalidade particular de conhecimento cuja **função é a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos.** (MOSCOVICI, 1979). (Scarparo &Hernandez, 2007, p. 173)

Nesse sentido, para as autoras, as representações sociais possuem "um 'status' cultural: uma estreita aliança com hábitos, crenças, valores e práticas sociais" (p. 172), produzindo e organizando condutas e comunicações sociais.

Portanto, podemos compreender que a luta política se faz em torno da disputa por significação da realidade, sendo a representação social "uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartido, que tem uma orientação prática e está voltado à construção **de uma realidade comum no conjunto social** (JODELET, 1986)" (Scarparo & Hernandez, 2007, p. 173, grifo nosso)[73]. De acordo com as autoras,

> Num plano mais geral, as fontes de determinação das representações sociais se encontram no conjunto de condições econômicas, sociais e históricas que caracterizam a sociedade e o sistema de valores e crenças que nela circulam (IBAÑEZ, 1988). Essas crenças difundem-se por meio de redes de interação, através das quais se combinam e recombinam uma e outra vez elementos culturais, dando origem a representações específicas. Podemos considerar que são **estes conjuntos compartilhados de representações que conferem a um grupo sua memória e identidade particulares**, já que, ao compartir um contexto de interpretação e um conjunto de ideias, comparte-se também uma vinculação com os objetos que nos afetam e o reconhecimento de uma identidade coletiva. (Scarparo & Hernandez, 2007, pp. 173-174, grifo nosso)

A estrutura argumentativa desse artigo também se caracteriza pela ideia de uma identidade que se constitui como positividade, sendo na luta entre forças constituídas, que possuem um caráter emancipador ou conservador (conformistas x inovadoras), que se visibilizam as "disfunções do social", ou seja, trata-se do enfrentamento de forças anteriores ao próprio conflito, que se politizam a partir da tomada de consciência das relações sociais como adversas e injustas (consciência). Neste sentido, como explicitam as autoras, as minorias ativas buscam defender suas "linhas de identidade grupal construídas no interior da hegemonia", o que podemos entender como sua "visão de mundo", constituídas no mesmo campo de representação da estrutura dominante, opondo-se à

---

[73] Pereira e Camino (2003) afirmam uma concepção de representações sociais distinta da de Jodelet, alinhando-se à concepção de Billig e Doise. Assim, compreendem o consenso não em termos do "conteúdo das representações, mas nos princípios que dão significado aos aspectos consensuais e divergentes do campo representacional" (p. 449). Não entraremos, contudo, neste debate interno à teoria das representações sociais. É interessante considerarmos apenas que a concepção de Pereira e Camino (2003) parece-nos mais próxima da noção de "ponto nodal" (pontos discursivos privilegiados de fixação parcial de sentido), que abordamos na tese, por ser este concebido em torno da noção de significante vazio.

estruturalidade desta estrutura em torno de uma disputa de valores e crenças, e não em termos de um sujeito mítico:

> O conflito, na obra de Moscovici, define-se através da luta de forças conformistas (maioria) versus forças inovadoras (suscitadas pela minoria). **O conflito, a tensão entre ditas forças torna visíveis as disfunções do sistema social através de práticas que desafiam a ordem social dominante**. O autor postula que as minorias lutam para manter firmes suas linhas de identidade grupal (ideias e visões da realidade, projetos, repertórios de ações), construídas no interior da hegemonia. (Scarparo & Hernandez, 2007, p. 171)

Desse modo, ainda que as autoras utilizem a noção de hegemonia, este conceito deve ser entendido no sentido de oposição à ideia de uma sociedade reconciliada. Mas este conceito de hegemonia não pode ser compreendido nos termos defendidos nesta tese, na medida em que, nesse artigo, o conflito é concebido em torno de "identidades positivas" oposicionais e não antagônicas. Cabe-nos lembrar da noção de decisão em Moscovici, apontada anteriormente, a qual é concebida a partir de um processo de argumentação, e não fundada na divisão, isto é, entre identidades que se constituem negativamente.

7.2.4 Arranjos democráticos e legitimação da decisão

O foco desta abordagem é a construção de políticas governamentais a partir de uma preocupação dos autores com a construção de arranjos democráticos. Stralen (2005) e Garcia, Leal e Abreu (2008), ainda que discutam a dinâmica política de maneira mais geral, não abordando especificamente o processo de construção dos sujeitos políticos, possibilitam-nos compreender a luta política em termos de uma negociação entre indivíduos e grupos orientados racionalmente.

Stralen (2005), defendendo a perspectiva da democracia participativa, observa que, frente à crise da democracia representativa, nas décadas de 1970 e 1980, cientistas sociais apostaram nos novos movimentos sociais como alavancas de processos de democracia. Mas, posteriormente, a aposta se voltou para os Conselhos, "vistos como produtores de uma nova sociabilidade política [tornando-se] objetos preferenciais em estudos sobre democratização e participação política" (p. 315).

O autor se filia ao que denomina de neoinstitucionalismo, perspectiva caracterizada por uma concepção de instituição não apenas no sentido de "organizações, regras e procedimentos, mas também identidades, discursos e estilos políticos, 'frames' cognitivos,

sistemas simbólicos e códigos morais[74]" (p. 313), e por uma compreensão que não entende o Estado como oposto à sociedade civil:

> Propomos um entendimento mais amplo de instituições na perspectiva do neo-institucionalismo sociológica para a qual instituições não incluem somente regras e procedimentos formais, mas também sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais que fornecem "padrões de significação" que guiam a ação humana (Campbell, 1995, citado por Hall & Taylor, 2003). (Stralen, 2005, p. 327)

Nessa medida, afirma a importância de se compreender a ação política mediada pela relação entre instituição e cultura, entendendo a cultura "numa perspectiva cognitivista", no sentido de fornecer modelos de comportamento:

> Como destacam Hall e Taylor (2003), esta concepção [neo-institucionalismo] rompe com a dicotomia conceitual entre instituição e cultura, considerando a cultura, numa perspectiva cognitivista, como uma rede de hábitos, de símbolos e de cenários que fornecem modelos de comportamento. Portanto, podemos incluir na concepção de instituição estilos políticos, tais como o clientelismo ou o patrimonialismo, e discursos políticos, moldados pela cultura política, ou seja, por valores, ideias, orientações e atitudes dominantes.(...).Identidades, instituições e estilos políticos moldam a capacidade de ação dos conselhos, mas não explicam como se dão todas as disputas e negociações internas aos conselhos e como os conselheiros se apropriam de oportunidades de ação. Permitem, porém, discutir o significado dos conselhos e as possibilidades de estes ampliarem e sustentarem espaços de participação social. (Stralen, 2005, pp. 327-328)

Ainda segundo o autor, a proposta de democracia participativa é uma experiência democrática "contra-hegemônica", no sentido de questionar o modelo liberal hegemônico que entende a democracia como método ou como procedimento, em termos da formulação de Schumpeter, para o qual a ação coletiva é uma ação de massa irracional e os indivíduos manipuláveis e sujeitos a impulsos irracionais, cabendo somente às elites preservar os valores centrais da democracia. Nesta perspectiva elitista de democracia, "uma certa apatia política por parte da população é vista como condição de governabilidade, pois colocaria limites a interesses particularistas" (Stralen, 2005, p. 323), e a decisão política se baseia na capacidade de aquisição de poder de decisão através da luta competitiva por votos da população.

Trata-se, dessa maneira, do afastamento da noção de democracia agregativa, criticada também, como vimos na parte teórica, por Habermas e Rawls – em decorrência de se basear num método de agregação de preferências individuais, sendo o instrumento do processo político a barganha e não o argumento –, e também por Mouffe (2009), a qual, contudo, diferente destes dois autores anteriores, afirma que a alternativa à racionalidade instrumental e à promoção do autointeresse do modelo agregativo não deve ser a afirmação de um outro tipo de racionalidade, como propõem Habermas e Rawls.

---

[74] Esta compreensão também pode indicar para a localização do artigo no interior da consideração de Prado (2000) sobre a retomada na década de 1980 e de 1990 de uma perspectiva psicossocial.

Apesar dessa aproximação com Mouffe na crítica ao modelo agregativo de democracia, Stralen (2005) filia-se a uma perspectiva mais próxima do modelo habermasiano, ou seja, baseado num sujeito racional. O autor entende a arena política como lugar "onde os diversos grupos de interesse (*stakeholders*) negociam suas propostas" (p. 329), devendo, contudo, a legitimidade da decisão ser alcançada não "pelos mecanismos eleitorais que se baseiam na simples contagem de votos individuais" (p. 337), mas pelo pressuposto de que os participantes do processo "definem seus interesses participando e interagindo em grupos" (p. 337).

O processo democrático é, portanto, entendido como uma negociação entre sujeitos racionais que, ainda que constituídos em torno da mediação de hábitos, símbolos e cenários que fornecem modelos de comportamento, devem entrar na negociação não com interesses já estabelecidos, mas definidos a partir da participação e da interação na arena pública. Inclusive, o autor considera como um problema o fato de associações com interesses muito específicos na área da saúde representarem os usuários, pois isso produziria o risco do conselheiro "assumir posições corporativista" (Stralen, 2005, p. 330).

Para Stralen (2005), o maior problema no que se refere à legitimidade da decisão "é o distanciamento entre representantes e representados e a falta de meios adequados de comunicação" (p. 337).

Em relação ao primeiro problema, o autor afirma que nem todos os grupos e entidades estão representados no conselho, e que o acesso deles às conferências e conselhos é seletivo, acarretando a "questão da legitimidade das decisões dos conselhos para a população afetada pelas decisões" (pp. 337-338). O que lembra o critério de Habermas para a legitimidade da decisão, já apresentado na parte teórica, de que o procedimento deliberativo deve garantir "a completa inclusão de todas as partes que podem ser afetadas" (Habermas, 1996, p. 449, tradução nossa).

Diante desse problema "empírico" da representação, o autor diz:

> Talvez uma resposta poderá ser encontrada na direção dos argumentos apresentados por Dryzek (2004). Ele argumenta que, em contraste com uma democracia que se baseia em contagem de cabeças ou uma que fica confinada às instituições formais do Estado, "a legitimidade pode ser buscada na ressonância de decisões coletivas junto à opinião pública, definida em termos de um resultado provisório da competição de discursos na esfera pública" (Dryzek, 2004, p. 54). Este argumento remete novamente para a questão de como tornar público o processo de tomada de decisão. (Stralen, 2005, p. 338)

A democracia participativa, ainda que se constitua na crítica ao modelo agregativo e elitista de democracia, mantém a discussão racional como elemento central no processo de tomada de decisão, afastando-se da noção de político defendida na tese, na medida em

que, como afirma Mouffe (2009), não se trata de trocar uma racionalidade por outra, e sim de reconhecer o antagonismo como elemento definidor do político.

Assim, o problema da representação e a tensão entre igualdade e liberdade não são problemas "empíricos" para os quais se busca soluções racionais que os superem, mas problemas "ontológicos", na medida em que o antagonismo é o elemento definidor do "político" e não pode ser erradicado pela "política". Qualquer representação será sempre uma "falsa representação", pois o "universal" somente pode ser preenchido por um "particular" universalizado, a partir de articulações hegemônicas, contingentes e que se constroem antagonisticamente.

Garcia, Leal e Abreu (2008) tratam do debate sobre as políticas de drogas instituídas pelo governo brasileiro, concebendo que: "Explicações preconceituosas, etnocêntricas e ideologizadas tendem a escamotear" (p. 268) os processos econômicos e políticos envolvidos por trás das drogas.

As autoras entendem a arena política como um espaço contraditório que reflete "uma arena em que comparecem **múltiplos interesses** (produtores, comerciantes, governo, usuários, especialistas, entre outros. A esse respeito, cf. Babor, Caetano & Casswel, 2003)" (p. 267), defendendo, frente à preocupação com a legitimidade da decisão, a construção de novos arranjos, assim como Stralen (2005).

Remetendo-se à noção de política pública, as autoras dizem que: "Os que formulam a política **expressam preferências** de um dado grupo (e se confrontam com preferências contrárias)" (p. 274), bem como que: "O processo político de formulação/implementação dessa política [política de drogas] é atravessado por interesses, valores e ideologias conflitantes. Nesse embate colocam-se diferentes perspectivas teóricas, diferentes projetos societários e variadas análises de futuro" (p. 272).

Defendem as autoras a necessidade de se pensar novos arranjos no processo de formulação e implantação das políticas públicas sobre drogas, devendo este processo ocorrer da maneira "mais **transparente possível** e corresponder, da melhor forma, às necessidades dos cidadãos que são os beneficiários finais da política" (p. 273, grifo nosso). Nesta medida, reconhecem que a construção e a implementação das políticas públicas sobre drogas têm se realizado num jogo de interesses nos bastidores e através de barganhas políticas, sendo a alternativa proposta não questionadora do caráter racional dos sujeitos, mas sim baseada na produção de decisões mais transparentes e, neste caso, mais legítimas.

Como vimos na parte teórica, na democracia deliberativa, a legitimidade da decisão política não se encontra na agregação de preferências, na construção de barganhas políticas, e sim na troca de argumentos que possibilita à razão prevalecer sobre o poder. Ainda que nenhum dos dois artigos se remetam diretamente a Habermas ou a Rawls, é possível concebermos, pela forma como buscam discutir a legitimação da decisão democrática, que se localizam no debate interno à discussão deliberativa da democracia.

7.3 Considerações gerais sobre a vertente analítica

Um primeiro aspecto a se considerar em relação a esta vertente analítica é a sua importância para a psicologia social, na medida em que se constituiu como alternativa, por um lado, a perspectivas individualistas e pouco centradas na mudança social, criticadas no País desde a emergência da crise da psicologia social; por outro lado, a perspectivas sociológicas pouco afeitas "aos processos mediadores e à natureza dos vínculos entre o indivíduo e a decisão coletiva do grupo" (Sandoval, 1989a, p. 123).

Assim, nos artigos presentes nesta vertente analítica, observamos a preocupação com a construção de uma compreensão psicossocial da dinâmica política e uma diferenciação em relação à vertente anterior no que tange à não afirmação, ao menos de maneira explícita, de um fundamento último da realidade.

Um segundo aspecto é que, na construção dessa alternativa psicossocial, os artigos fundamentam a compreensão da dinâmica política numa noção de sujeito racional. Assim, o desenvolvimento de uma consciência política, de uma "tomada de consciência" das relações de dominação demonstra uma continuidade em relação à vertente analítica anterior.

A concepção do sujeito como racional impossibilita-nos entender a noção de político nesses artigos a partir da perspectiva antagônica, concebida nesta tese, pois, para tanto, os sujeitos políticos não são concebidos como identidades "positivas" politizadas, e sim como sujeitos míticos. A visibilidade da contingência das relações sociais, na perspectiva antagônica, não está baseada na capacidade dos indivíduos de apreender racionalmente a historicidade das relações sociais (percepção da injustiça social, avaliação da eficácia política), mas na identificação com discursos que demonstram os limites de toda objetividade, na medida em que não podem ser representados no interior de um mesmo campo de representação.

A luta política, assim, nos termos do político, e não da política, não é uma luta contra a estruturalidade da estrutura dominante, mas uma disputa pela significação da plenitude da sociedade, sendo por isto possível falarmos de construção do imaginário social, de articulações entre demandas de diferentes sujeitos políticos em torno de uma lógica da equivalência, que não se trata de alianças entre interesses no interior do campo de representação dominante (Costa, 2010; Prado & Costa, 2011). Neste caso, continuaríamos na lógica da diferença, pois não necessariamente implica a ressignificação da identidade dos diferentes sujeitos políticos em torno de uma nomeação do social antagônica ao campo de representação hegemônico.

Portanto, o sujeito político, em termos antagônicos, não é entendido como mais uma diferença no interior da totalidade discursiva, não é o negro x o branco, a mulher x o homem, o trabalhador x o capitalista enquanto identidades sociais positivas, que se politizam a partir do desenvolvimento de uma consciência política e disputam interesses no interior da totalidade discursiva. O momento de emergência do sujeito político é o momento do deslocamento estrutural, ou seja, o sujeito político pode apenas ser o antirracista, o antissexista, o anticapitalista, o anticomunidade, afirmando-se à custa da eliminação do outro, isto é, em campos de representação distintos, sendo as identidades antagônicas constituídas como negatividade. É nesta medida que o “nós” e o “eles” se estabelecem no limite um do outro em torno de cadeias equivalenciais que, para se fazerem hegemônicas, necessitam se afirmar como a plenitude da sociedade, excluindo outras alternativas de sociedade. O político, portanto, é um campo da divisão, e não da oposição no interior de uma mesma cadeia discursiva, neste caso estaríamos no campo da política.

Colocando em termos práticos, poderíamos afirmar, por exemplo, que o movimento LGBT constitui-se como sujeito político na medida em que, frente à identificação com o discurso democrático da igualdade, questiona a divisão sexual baseada na distinção entre homem e mulher, que impede a possibilidade de existência das/dos transexuais, ou seja, que revela o limite da objetividade dominante e instaura um novo princípio de leitura (mito).

A identidade do sujeito político, portanto, constitui-se como antissistema e não em torno do compartilhamento de algum atributo e afirmação do atributo do grupo adversário, opondo-se não à estruturalidade da estrutura dominante, mas à própria falta de estruturação desta estrutura, visibilizando sua contingência (impossibilidade de existência das/dos

transexuais). Temos, assim, um discurso que é externo ao que é representável na espacialidade objetiva que constitui a estrutura dominante.

Esse novo princípio de leitura, que não possui nenhuma continuidade com a objetividade estrutural dominante, pode se constituir como um imaginário social alternativo ao alcançar uma função hegemônica, isto é, tornar-se o horizonte de inscrição de todas as demandas insatisfeitas e de todos os deslocamentos possíveis em relação à estrutura dominante, expandindo-se a cadeia de equivalência de um nós x um eles: a demanda feminista antagônica às práticas sexistas, a demanda sindical antagônica à exploração capitalista, etc.

Contudo, as demandas dos sujeitos políticos podem ser apreendidas a partir de estratégias hegemônicas, que visam enfraquecer o caráter antagônico das demandas, transformando os sujeitos políticos novamente em uma diferença no interior da cadeia discursiva hegemônica, reestabelecendo a ordem e reorganizando a coexistência humana no interior do campo de representação hegemônico, em torno da lógica da diferença.

Assim, tomando o exemplo citado anteriormente, a visibilidade da contingência, expressa por aquele discurso antissistema, pode novamente ser sedimentada, por exemplo, pela abertura da possibilidade das/dos transexuais se registrarem como homem ou mulher, mantendo-se, assim, o binarismo de gênero a partir de deslocamentos internos à cadeia que permitem aumentar a expansão da hegemonia. A disputa, neste sentido, é reduzida ao que é contável, e não pautada na subversão do princípio ontológico que fundamenta esta contagem.

Compreender o político a partir da noção de identificação, e não sob a centralidade da consciência, da intencionalidade, da reflexividade, depende de entendermos o sujeito político como um sujeito cindido, que não está subsumido sob qualquer determinismo estrutural, requerendo intervenções contingentes para existir (suplemento). Mas este suplemento, segundo Laclau (2005b), apresenta um status ontológico peculiar, pois não pode ser uma substância própria do sujeito (por exemplo, uma consciência autocentrada), apesar do sujeito ser de algum modo autodeterminado, pelo fato de não poder apelar a algo que seja diferente de sua própria singularidade. É neste sentido que, para Laclau (2005b), a decisão envolve uma “simulação”, ou seja, atuar como se fosse Deus, sendo esta simulação

> em primeiro lugar, uma distância intransponível entre minha falta de ser (que é a fonte da decisão) e o que propicia o ser que eu necessito para atuar em um mundo que tem falhado em construir-me como uma "*Modification*" (modus) próprio. Agora, esta operação de uma aquisição acidental do ser tem um nome que tem assombrado a teoria contemporânea – psicanalítica, em primeiro lugar – esse nome é identificação. Como já escrevi em outro lugar: a liberdade que venceu a estrutura é, desta forma, um fato inicialmente traumático: eu estou condenado a ser livre, não porque eu não tenho uma identidade estrutural como afirmam os existencialistas, mas porque eu tenho uma identidade estrutural falhada. Isto significa que o sujeito é parcialmente auto-determinado. Entretanto, esta auto-determinação não é a experiência do que o sujeito já é, mas, ao invés disso, o resultado de sua falha de ser, auto-determinação pode somente se dar através de processos de identificação. Então, nós podemos afirmar que identificação é uma dimensão inerente à decisão. Quanto mais visível a presença da identificação no centro de qualquer decisão, menos seremos capazes de atribuir critérios claros para a escolha com o que se identificar. (Laclau, 2005b, p. 58, tradução nossa)

Nessa medida, as demandas dos sujeitos políticos não são vistas como simplesmente demandas particulares, que ao serem conquistadas encerram o conflito (como é passível de compreendê-las quando concebemos os sujeitos como identidades), mas como divididas desde o início, sem uma demanda particular, e, ao mesmo tempo, um discurso que busca preencher a plenitude da sociedade. Assim, conquistas específicas são entendidas apenas como conquistas parciais de um objetivo que transcende a própria particularidade da demanda política.

Mas não há nenhuma garantia de que o sujeito político não será capturado novamente como posição de sujeito no interior da cadeia discursiva hegemônica. A possibilidade de enfrentamento à estratégia da hegemonia é de que os sujeitos políticos se constituam em torno de uma lógica da equivalência. E, em relação a esta consideração, propomos um terceiro apontamento à concepção da luta política em torno de uma concepção do sujeito como racional.

Concebemos que, nesta vertente analítica, a distinção entre o político e a política fica invisibilizada, sendo o modo de luta salientado mais próximo de uma disputa e de negociação de interesses entre grupos sociais no interior de uma totalidade discursiva hegemônica (apontando para uma lógica da diferença) do que de uma lógica da equivalência.

Nessa medida, por um lado, a sedimentação do social é concebida nos artigos em torno de uma naturalização de relações de dominação, sendo possível afirmarmos uma relação entre objetividade e poder; por outro lado, a concepção dos sujeitos políticos, a partir de identidades sociais que se politizam, não deixa explícita a possibilidade de constituição de estratégias semelhantes à lógica de equivalência, sendo a "utopia" de sociedade focalizada na limitação do campo do político à gestão da positividade social, àquilo que é possível de ser implementado no presente.

No próximo capítulo abordaremos a vertente analítica que denominamos sujeito ético-político. Nesta vertente, o foco está no debate da relação entre ética e política no processo de politização das formações sociais. Assim, discutiremos a impossibilidade de se afirmar a junção entre ética e político numa perspectiva antagônica do político.

CAPÍTULO 8

SUJEITO ÉTICO-POLÍTICO E ONTOLOGIA DA IMANÊNCIA: IMPOSSIBILIDADES DO ANTAGONISMO

8.1 Apresentação da vertente analítica

Nesta vertente analítica são analisados 18 artigos, os quais foram publicados nos dois últimos períodos históricos. Entre 1996-2005 temos quatro artigos, publicados por Barboza (2000), Passos e Benevides (2001), Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005), Benevides e Passos (2005); entre 2006-2011 temos os artigos de Monteiro, Coimbra e Filho (2006), Aguiar e Rocha (2007), Rosa e Silva (2007), Nardi (2008), Tassara e Ardans (2008), Martins (2008), Neves e Massaro (2009), Frezza, Maraschin e Santos (2009), Hillesheim, Somavilla, Dhein e Lara (2009), Hadler e Guareschi (2010), Leite e Aragão (2010), Machado e Lavrador (2010), Perucchi, Jardim e Calais (2011), Rocha e Pinheiro (2011).

Com exceção do artigo de Barboza (2000) e de Tassara e Ardans (2008), analisamos todos os outros artigos na seção ***8.2.1 Abordagem foucaultiana***, no interior da qual propomos a distribuição dos artigos em torno do foco que apresentam. Nestes artigos, a análise da dinâmica política é fundamentada na compreensão de poder proposta por Foucault, ainda que alguns dos autores se remetam também a conceitos de outros autores como Michael Hardt e Antônio Negri, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Judith Butler. Mesmo que não seja possível conceber claramente a junção entre ética e política em todos estes artigos, em razão de nosso argumento de que esta junção encontra-se articulada à noção de poder em Foucault, decidimos considerá-los nesta vertente analítica.

A decisão por analisar separadamente o artigo de Tassara e Ardans (2008) justifica-se pelo fato dos autores proporem uma articulação entre as noções de ideologia em Foucault e em Marx, o que demarca uma especificidade deste artigo em relação aos anteriores.

Já o artigo de Barboza (2000) remete-se, sobretudo, à noção de cidadania em Bader Sawaia, indicando para uma concepção de político que, assim como os artigos anteriores, impossibilita o reconhecimento do antagonismo.

Esses dois últimos artigos serão discutidos ao final do capítulo, no interior da seção

8.2.2 Outras possibilidades de afirmação do sujeito ético-político.

Em todos os artigos desta vertente analítica observamos a preocupação em se debater relações de poder e uma concepção do sujeito (individual e coletivo) como constituído social e historicamente, a partir de processos de subjetivação, ou seja, da internalização e da produção de significados sociais. Neste aspecto podemos concebê-los, como os outros artigos já analisados nesta pesquisa, no interior do desenvolvimento de uma psicologia social "crítica" que se posiciona em direção à construção de uma sociedade democrática, produzindo análises que indiquem para processos de mudança social.

Dois elementos centrais caracterizam esta vertente analítica por estarem ligados diretamente à junção entre ética e política: a ênfase na alteridade, concebendo a democracia como um empreendimento ético; a invisibilidade do "momento da decisão" e, assim, de uma explicação clara sobre o momento de emergência do sujeito político em termos antagônicos e a construção das articulações na dinâmica política.

É fundamental considerarmos que a crítica à junção entre ética e política que realizamos, como já apontamos na parte teórica, não implica a inexistência de uma relação entre ética e política na teoria democrática radical e plural. Porém, esta relação não permite aquela junção, sendo a construção democrática entendida em termos distintos.

A relação entre ética e política, na teoria democrática radical e plural, somente pode ser concebida em torno de um "investimento radical", isto é, como uma distância entre o que "é" e o que "deve ser", que não pode ser preenchida plenamente, mas apenas a partir de uma nomeação hegemônica, na medida em que o antagonismo é inerradicável. Tal relação, nestes termos, implica a "impossibilidade da sociedade", ao mesmo tempo em que se faz necessária a nomeação de uma sociedade, sendo esta a única possibilidade dos sujeitos se constituírem como presença discursiva, já que não se trata de "identidades positivas" que se politizam, mas de sujeitos constituídos pela negatividade.

Dessa forma, a defesa da ética do cuidado de si e a oposição entre poder e violência, como vemos em Foucault, ou a busca pela "felicidade ética e política", como vemos em Sawaia, distancia ambas as perspectivas teóricas da concepção antagônica do político, pois deixam invisível o "momento da decisão", a constituição antagônica entre um "nós" e um "eles".

De acordo com Laclau (2005b), uma estratégia, para se configurar como política, necessita envolver uma síntese "indissociável" de três momentos:

> um **momento da articulação** – a instituição do social; um **momento da contingência**, na medida em que aquela instituição é uma alternativa entre aquelas que são possíveis em um dado contexto; um **momento do antagonismo** – a instituição será somente possível através de uma vitória hegemônica sobre vontades conflitantes. (p. 69, tradução nossa, grifo nosso)

De maneira geral, nos artigos desta vertente analítica, se a contingência é enfatizada e postula-se uma relação entre verdade e poder, afastando-se da concepção de uma sociedade reconciliada, o momento de emergência do sujeito político em termos antagônicos e o momento de articulação, no sentido de reinstituição de um imaginário social alternativo diante da politização das relações sociais, fica invisibilizado.

Concebemos ser isso reflexo de uma eticização do político, que significa uma "negação" do político, visto que se concebe a luta política em torno de um agonismo sem antagonismo. Nesta medida, também apontamos nos artigos para a presença da compreensão do campo político como um campo da multiplicidade e não da divisão, isto é, caracterizado por uma "utopia" que afirma a "pura imanência" em detrimento de qualquer concepção de transcendência na modernidade [75], inclusive de uma "transcendência falhada", como propõem Laclau e Mouffe, em relação à noção de "impossibilidade da sociedade".

8.2 Discussão dos artigos

8.2.1 Abordagem foucaultiana

Esta abordagem é composta por dezesseis artigos, os quais propomos discutir em torno de três agrupamentos. Todos os artigos abordam a noção de poder em Foucault, assim, tanto a "tomada da vida pelo poder" quanto a possibilidade, sempre presente, da resistência numa estrutura permanentemente desestabilizada.

O primeiro agrupamento é composto por artigos que focalizam a discussão do poder em torno das políticas governamentais, abordando a relação entre os regimes de verdade e os processos de subjetivação: Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005); Benevides e Passos (2005); Monteiro, Coimbra e Filho (2006); Nardi (2008); Neves e Massaro (2009); Frezza, Maraschin e Santos (2009); Hillesheim, Somavilla, Dhein e Lara (2009); Hadler e Guareschi (2010); Perucchi, Jardim e Calais (2011). O artigo de Martins (2008), ainda que

---

[75] O artigo de Tassara e Ardans (2008) diferencia-se desta negação de qualquer forma de transcendência, afirmando, ao contrário, uma relação entre a ideologia em Foucault e em Marx, que indica para um fundamento último da sociedade.

não discuta diretamente uma política governamental, trata de uma temática referente à política de saúde: a expansão da psiquiatria biológica e a medicalização da vida.

O segundo agrupamento é composto por artigos que criticam o modo como a psicologia social crítica, emergente com a "crise" da psicologia social, concebeu a politização das relações sociais: Aguiar e Rocha (2007), Rocha e Pinheiro (2011).

Os artigos localizados no terceiro agrupamento enfocam mais especificamente a discussão sobre a relação entre ética e política ao se remeterem à "maneira com a qual o sujeito se constitui de uma maneira ativa" (Foucault, 2004b, p. 276): Passos e Benevides (2001); Rosa e Silva (2007), Leite e Aragão (2010); Machado e Lavrador (2010).

8.2.1.1 Primeiro agrupamento

Benevides e Passos (2005) e Neves e Massaro (2009) concentram-se na possibilidade de humanização das políticas públicas de saúde, problematizando a relação entre Estado e políticas públicas. Esta problematização também é o foco do artigo de Monteiro, Coimbra e Filho (2006), os quais, como os autores dos outros dois artigos, defendem uma dissociação entre público e estatal. O artigo de Benevides e Passos (2005) é citado nos outros dois artigos, apresentando estes três artigos uma construção argumentativa semelhante.

Benevides e Passos (2005) compreendem que o criticismo moderno como experiência revolucionária se, por um lado, recusou toda transcendência como fundamento da experiência humana, numa reação contrarrevolucionária reinstaurou a transcendência (face soberana do poder), contra a potência da imanência, sob a imagem do "Estado-Nação que tem a função de disciplinar, estabelecer e regular as relações entre os sujeitos formalmente livres. A liberdade, definida como experiência imediata dos coletivos, se submete neste instante às formas de mediação de uma nova transcendência" (p. 567). De acordo com os autores,

> Temos, então, a situação paradoxal de uma soberania que, se tradicionalmente se definia como poder de um, na modernidade se assenta na alienação do poder das massas à autoridade do Estado. A vontade das massas é refreada pela ordem imposta pelo Estado moderno. (p. 567)

Os autores complementam ainda que a fundação do Estado se faz no contexto de desenvolvimento do capitalismo, expressando o Estado o modo de funcionamento do capital: "O capital como princípio de equivalência universal confere à modernidade um caráter de totalidade, universalidade e de mundialização. O coletivo se submete ao imperativo da unidade do capital" (p. 567). Neste jogo, a soberania do Estado "ganha estatuto universal e transcendental, estendendo-se sobre todo o socius com seu poder de regulamentação como biopolítica da espécie humana" (p. 567).

Cabe-nos ressaltar que, segundo os autores, é em torno dessa ação contrarrevolucionária da modernidade de estabelecimento do Estado-Nação que Foucault concebeu a noção de biopolítica, ou seja, que o projeto político da modernidade se sustenta sob um Estado que cada vez mais assume uma função policial, de controle dos indivíduos e das populações. Afirmam Benevides e Passos (2005):

> É porque se pressupõe que as massas são perigosas que se convoca o cidadão a firmar um contrato social a partir do qual ele cede poder a uma instância transcendental que o representa. Esta instância assume, doravante, o papel de controle político-econômico, isto é, controle da cidade (polis) e controle das famílias e das populações (eicos). Tal controle se exerce – e esta é outra importante indicação de Foucault – por um Estado representativo e policial. O Estado policial tem a tarefa de controle das massas ou de gestão do corpo social. (...). Paradoxalmente na racionalidade política do Estado moderno comparece um duplo movimento: de individualização e integração à totalidade do Estado. Foucault designa este movimento de tecnologia política dos indivíduos que produz homens ativos e produtivos para a ordem social. Dessa forma, a relação entre Estado e individuação ganha aqui um sentido de assujeitamento. (p. 568)

Neves e Massaro (2009), remetendo-se à ação do capitalismo nos processos de produção da vida, assim como Benevides e Passos (2005), referem-se ao imperativo da unidade do capital:

> O capital investe, em especial, nos processos de produção da vida, em suas variações, apresentando-se como seu empreendedor ontológico. Este, como valor que se autovaloriza, precisa destas variações para expurgar seus limites internos de acumulação. E mais: incita e sustenta até mesmo, como aponta Rolnik (2002, p. 310), modos de subjetivação singulares, mas para serem reproduzidos e reificados como mercadorias de consumo de massa e 'identidades prêt-à-porter' (Rolnik, 2002, p.311), separados do extrato intensivo da vida. A perversão do capitalismo está em desconectar a singularização do processo, em dissociar a força de criação do substrato intensivo, ou seja, de separá-la do que o corpo intensivo está pedindo. Desta forma, ele faz desaparecer a distância entre produção e consumo, no qual 'o próprio consumidor torna-se matéria prima e o produto de sua maquinação' (Rolnik, 2002, p.310). (Neves & Massaro, 2009, pp. 509-510, grifo nosso)

Nessa medida, ao abordarem a possibilidade de produção de uma política de humanização do Sistema Único de Saúde (SUS), questionam-se sobre

> como pensar, contemporaneamente, interferências na produção social da existência em meio ao entrelaçamento imanente dos funcionamentos do capital e do desejo? No campo da saúde podemos modular este problema nas seguintes questões: **como produzir interferências nas práticas de produção de saúde que potencializem o vivo em meio à laminação biopolítica do capital nos modos de cuidar e gerir a vida?** (p. 504, grifo nosso)

Monteiro, Coimbra e Filho (2006), também ressaltando a ação do capitalismo na produção da vida, afirmam a existência de uma "subjetividade capitalística": modos de subjetivação "marcados profundamente pelo modo indivíduo de subjetivação que afirma o consumo e a ascensão social como pré-requisitos de humanidade" (p. 09). Neste modo de subjetivação, o indicador do estatuto humano é a vinculação ao sistema de produção capitalista, através da venda da força de trabalho.

Os autores, concebendo a inexistência da possibilidade do trabalho formalizado em emprego, apontam a culpabilização individual daqueles que não conseguem o emprego como uma função da subjetividade capitalística e que é no espaço dos que estão na "borda" do sistema ou já nem mais nesta que as políticas públicas se inserem de maneira perversa, uma vez que buscam preparar o indivíduo para aquilo que já não existe: o emprego. Deste modo, o Estado amplia sua função policial-repressiva, transformando-se num Estado penal "que, em nome da vida, encarcera e deixa morrer todas as expressões de vida consideradas improdutivas e impróprias" (p. 10).

Nesse sentido, a partir da noção de biopoder, os autores interrogam:

> a produção do mito do Estado Democrático de Direito, onde as noções de público e comum aparecem naturalmente associadas às ações do Estado: o que se entende por Estado Democrático de Direito em termos de práticas e implementação de políticas públicas? Estatal é necessariamente público? (p. 10)

Monteiro, Coimbra e Filho (2006) consideram que Foucault, com a introdução da biopolítica,

> distingue o poder de soberania, como modo centralizado/transcendente de exercício do poder, de um tipo de poder que define como biopoder: poder de produzir e transformar a própria vida na imanência do capital. Trata-se de um poder-saber que, através de discursos e práticas, produz realidades subjetivas e objetivas, e na medida em que se difunde, fabrica os humanos e a sociedade pela separação daqueles que podem/devem viver daqueles para os quais basta deixar morrer. Encarregado da gestão calculista da vida, esse poder passa a operar tanto na via das ordenações disciplinares dos corpos, como na via da produção e do controle da vida em seu conjunto. (p. 10)

Os autores ressaltam que Foucault contrapõe-se a postulados tradicionais da esquerda, opondo-se ao entendimento do poder "como "propriedade de uma classe" que o teria conquistado, como uma essência ou atributo e/ou como encarnado no aparelho de Estado, subordinado a um modo de produção" (p. 10). Nesta medida, concebe "o poder como relação de forças imanentes materializadas em práticas, técnicas e disciplinas, diversas e dispersas, presentes em todo o campo social, envolvendo igualmente dominadores e dominados" (p. 10). Concentra-se, assim, "não no poder [como atributo], mas nos efeitos da relação saber/poder relativos ao modo individualizante de subjetivação" (p. 10).

Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) concebem que a ciência psicológica pode atuar e tem atuado no campo da infância como uma das formas de contribuir para a governamentalidade das populações e dos indivíduos, que normaliza os comportamentos como normais ou anormais. Desta forma, a atuação do psicólogo na política pública para a infância produz uma verdade sobre os modos de ser e viver a infância, criando subjetividades desqualificadas, desconsiderando, assim, outros modos possíveis de sociabilidade. As autoras compreendem que

> as relações de poder são múltiplas e atravessam a produção do conhecimento, não havendo poder sem a constituição de um campo de saber (Foucault, 1996). Os saberes são compreendidos como dispositivos políticos articulados com as estruturas sociais. Os efeitos de verdade não podem ser concebidos dissociados do poder e dos mecanismos de poder, visto que, como alerta Foucault (2003), esses mecanismos tanto tornam possíveis as produções de verdade, quanto essas têm efeitos de poder, entrelaçando-se, assim, verdade/poder, saber/poder. (p. 46)

Nardi (2008) busca "compreender as engrenagens do cruzamento dos dispositivos da sexualidade e da educação escolar como uma forma de ultrapassar o caráter de normalização que tem historicamente limitado as práticas de liberdade" (p. 14). De acordo com o autor,

> A biopolítica, na lógica foucaultiana, "vai ocupar-se da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que estes elementos se transformam em questões políticas" (Revel, 2002, p. 13). Nesta direção, a escola foi transformada em lugar privilegiado de "governamentalização" do Estado moderno. (p. 16)

Nesse processo de "governamentalização", segundo Nardi (2008), a diferença é concebida como uma condenação, sendo o sujeito interpelado como abjeto:

> Tomando o contexto francês como fonte de distorção de nossa imagem no espelho, podemos pensar os limites da democracia política francesa (modelo adotado pela maior parte das nações livres a partir do século XIX) ao pensarmos o espaço da escola como integrante do dispositivo pedagógico e, desta forma, como lugar de normalização a partir da imposição de um universalismo sustentado na figura abstrata do sujeito jurídico que, ao utilizar um modelo único, produz uma invisibilidade "oficial" das diferenças na ordem sexual, legitimando assim a norma da heterossexualidade compulsória. Esta invisibilidade oficial teria como efeito o aprisionamento da homossexualidade, da transexualidade, do não-conformismo de gênero (e toda infração à norma) no lugar da injúria. Neste modelo rígido, a visibilidade possível no ambiente escolar passa somente pela piada, pela humilhação, pelos insultos e pela violência física. Trata-se de uma interpelação do sujeito como abjeto (Butler, 2002). (Nardi, 2008, pp. 13-14, grifo nosso)

Frezza, Maraschin e Santos (2009) e Hadler e Guareschi (2010) analisam a constituição do sujeito jovem no Brasil a partir da consideração de políticas para a juventude, as quais definem modos de ser e de atuar. Hadler e Guareschi (2010) concebem o "discurso como conjunto de práticas que produzem sujeitos" (p. 22), apontando para a importância da noção de institucionalização em termos de uma perspectiva que não reduz a instituição a estabelecimento, local ou organização:

> Nesse sentido, institucionalizar não diz respeito somente a ações de encarceramento ou à internação de pessoas em estabelecimentos fechados ou abertos, mas ao conjunto de regras e discursos anônimos que estabelecem regimes de verdade, legitimando e formatando modos de ser sujeito (Foucault, 1996). Assim, compreendem-se práticas de institucionalização como as verdades que atravessam e fabricam sujeitos. (2010, p. 24)

As autoras afirmam que "independentemente de onde o sujeito é tomado – como adolescente ou jovem, criança ou idoso, hippie ou militar, casado, solteiro ou noivo... – ele fará parte de um sistema de governo e regimes de verdade, agindo sobre ele determinadas capturas" (p. 23), sendo concebido em termos de uma "população" que possui traços particulares e saberes específicos, deixando de ser compreendido como indivíduo.

Frezza, Maraschin e Santos (2009) afirmam que:

> Para Foucault (1984), as práticas é que constituem jogos de verdades, ou seja, constituem o conjunto de procedimentos e regras que determinam o que é considerado legítimo ou não em um determinado campo de práticas. Os jogos de verdades produzem regimes de verdades que adquirem legitimidade social, inaugurando, assim, uma verdade. (p. 314)

Remetendo-se também aos lugares do sujeito no interior do discurso, as autoras concebem que, mesmo que todos tenhamos um lugar, este sempre é regulado pelas relações de poder, salientando "a estreita ligação entre discurso e poder" (p. 314):

> Foucault (1982/1995) destaca que o poder se constitui em ato, como "ação sobre ação". Para o autor, as relações de poder são modos de ação que não agem diretamente sobre as pessoas; elas agem sobre a própria ação. Dessa forma, o lugar que ocupamos na ordem do discurso, além de regular o que falamos, regula os efeitos daquilo que falamos e exercemos. Portanto, dependendo do lugar de onde se fala, o que é dito sobre juventude possui determinada legitimidade e ocasiona, do mesmo modo, diferentes efeitos, seja, por exemplo, a partir do discurso médico, seja do jurídico, do psicológico, do educacional ou das políticas públicas. (p. 314).

Hillesheim, Somavilla, Dhein e Lara (2009) objetivam, a partir da teoria de Foucault, discutir como se compõem os campos de saber e as relações de poder (tecnologias de governo) na objetivação do sujeito mulher, centrando-se nas políticas públicas de saúde que ditam determinadas formas de viver. As autoras entendem tecnologias de governo como "qualquer agenciamento ou qualquer conjunto estruturado por uma racionalidade prática e governado por um objetivo mais ou menos consciente" (Rose, 2001, p. 38, citado por Hillesheim, Somavilla, Dhein & Lara, 2009, p. 198, nota de rodapé).

As autoras concebem poder, nos termos de Foucault, como micropoderes que se situam na vida cotidiana, que podem estar integrados ou não ao Estado, sendo não um objeto, mas uma prática social. Remetem-se à noção de poder disciplinar em Foucault, o qual, através de estratégias distintas das sociedades de soberania, busca criar corpos dóceis. Neste sistema da disciplina afirmam que as multiplicidades são homogeneizadas, ao mesmo tempo em que se individualizam, que se fixam diferenças, existindo, por exemplo, uma maior individualização do louco em relação ao normal, da mulher em relação ao homem.

Perucchi, Jardim e Calais (2011) discutem a política HIV/Aids e concebem a importância de se refletir sobre quais discursos têm orientado a prática dos psicólogos, entendendo discurso a partir da concepção de Foucault e, portanto, em torno de regimes de verdade: "conjunto de enunciados que opera no interior do mecanismo geral do poder, capaz de construir lugares e 'produzir' sujeitos" (p. 77).

Martins (2008) aborda a expansão da psiquiatria biológica, sobretudo, a partir da década de 1980, que resultou na descontextualização do modo de subjetivação do paciente, na medida em que ele deixa de ser senhor de si mesmo, seu sofrimento deixa de ser pensado como uma narrativa ligada a uma história singular em nome do saber científico, que faz da doença a identidade do sujeito e transforma a dor em um problema técnico a ser regulado e aniquilado pela medicamentação. O que se distingue do ideal de saúde preconizado a priori passa a ser tratado como desvio, produzindo uma medicalização da vida, tornando-se a medicina um componente do biopoder. Diante deste "dispositivo psiquiátrico", os indivíduos buscam recursos medicamentosos a fim de se adequarem à realidade social, sendo os desvios ao ideal de saúde concebidos como uma falha individual.

O autor afirma que, nesse contexto, destaca-se a transição histórica das formações sociais concebida por Deleuze como passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, a qual

> opera por uma intensificação dos mecanismos de monitoramento disciplinares, que se estendem de forma mais difusa, flexível, móvel e imanente sobre os corpos e mentes da população, prescindindo das mediações institucionais antes necessárias, e que de qualquer forma entraram progressivamente em colapso. (Martins, 2008, p. 337)

De maneira geral, portanto, podemos afirmar que a sedimentação do social é concebida nos artigos em torno de uma lógica dispersa do poder, sendo o campo da discursividade caracterizado pelo biopoder, pela existência de regimes de verdade que delimitam fronteiras entre o normal e o patológico, entre os que podem/devem viver e os que basta deixar viver, sendo os sujeitos constituídos em torno de "racionalidades" de controle e vigilância sobre a "população"[76]. Pode-se afirmar que há nesses artigos a concepção da formação social como contingente, implicando os regimes de verdade a produção de subjetividade e a exclusão de outras possibilidades de ser e de atuar, sem que exista qualquer fundamento último que oriente a constituição destes modos de subjetivação.

Entretanto, é fundamental para a concepção do político entendermos a noção de antagonismo; para tanto, é necessário compreendermos como os sujeitos políticos emergem e se articulam na constituição da luta política, como se dá o "momento da decisão" – aspectos estes que ficam pouco claros nos artigos, ainda que neles esteja explícito que a emergência das resistências diz respeito à desestabilização dos regimes de verdade dominantes.

Nesse aspecto é importante distinguirmos os artigos de Benevides e Passos (2005), Monteiro, Coimbra e Filho (2006) e Neves e Massaro (2009) dos outros artigos, na medida em que se aproximam de maneira mais explícita da concepção de imanência em Hardt e

---

[76] Landau (2006) afirma que Foucault concebe, em oposição à concepção jurídica-teológica do fundamento da soberania, "políticas" que pensam por elas mesmas a forma de racionalidade do governo, sendo instâncias dispersas de governo (política da infância, política da saúde, política da educação, etc.). Assim, Landau (2006) aponta para o significado de racionalidade em Foucault, cabendo-nos destacar que esta noção de racionalidade não está vinculada à concepção de um sujeito racional a-histórico, mas sim à concepção de um sujeito, assim como temos visto nas outras vertentes analíticas, não exclusivamente racional, na medida em que é enfatizado o caráter de construção social da realidade, a concepção de sujeito constituído sócio-historicamente: "Esta perspectiva [Foucault] **prescinde de ver en la racionalidad un proceso de creciente racionalización o el de una racionalidad a priori que es activada en el momento de su ejercicio**. Por el contrario, el concepto de racionalidad política, en este marco, alude a una racionalidad específica. **No hay una racionalidad política uniforme, sino que cada instancia de gobierno moviliza sus racionalidades**. Quienes se ocuparon de especificar el concepto de racionalidad política desde una óptica foucaultiana son Rose y Miller. Estos autores definen a **las racionalidades políticas como campos discursivos de configuración cambiante en cuyo marco se produce una conceptualización del ejercicio del poder**. Las mismas **tienen**, en primer lugar, **una forma moral** en tanto que se fundan en ideas o principios que guían la acción de gobierno (sentido común, eficiencia económica, libertad, justicia, etcétera). En segundo lugar, tienen **un carácter epistemológico**, puesto que se articulan en relación a cierta concepción sobre los objetos de gobierno (sociedad, nación, niñez, etcétera). En tercer lugar, **están articuladas en un idioma distintivo**. En esta perspectiva, el discurso político es más que una simple retórica ya que se parte de una noción 'performativa' del lenguaje en tanto que permite hacer las cosas 'pensables'. Como expresan Rose y Miller: Political rationalities, that is to say, are morally colored, grounded upon knowledge, and made thinkable through language." (Landau, 2006, p. 189, grifo nosso)

Negri, ao ressaltarem uma distinção entre a “máquina do Estado” (soberania) e uma esfera pública produtora de resistência (imanência). Laclau (2005a) e Mouffe (2008) consideram que a proposta teórica de Hardt e Negri impossibilita a concepção do político, uma vez que não reconhece o antagonismo e a hegemonia.

Nos outros artigos apontamos para um foco no enfrentamento a dispositivos, estando a saída em alguns artigos relacionada à legitimidade da demanda de um grupo específico, indicando para uma maior aproximação à compreensão da luta política em termos da lógica da diferença do que da lógica da equivalência (ainda que teoricamente apontem para a possibilidade de relação entre dispositivos).

Hillesheim, Somavilla, Dhein e Lara (2009), diante da noção de produção de verdade, concebem que “se a produção de verdade relaciona-se ao saber que os sujeitos usam para compreenderem a si mesmos, cada verdade sustenta um ideal para determinado grupo, cultura e sociedade, servindo tanto para justificar formas de dominação quanto de resistência” (p. 203).

Perucchi, Jardim e Calais (2011) ressaltam a necessidade de se propor políticas que favoreçam a construção de sujeitos com capacidade de ação, sendo

> preciso questionar as verdades legitimadas pelos mecanismos de poder e (re)pensar os discursos que atravessam e constituem as estratégias governamentais de políticas públicas na área da saúde, voltadas à problemática da aids de modo geral, refletindo acerca das reais necessidades instaladas em nossa população e fazendo com que as políticas públicas se aproximem de fato do que se propõem a responder. (p. 77)

Martins (2008) ressalta que, segundo Foucault, a resistência na atualidade encontra-se na luta contra as formas de sujeição, pelo direito à diferença, contra um “governo das subjetividades”, o assujeitamento. Assim, recorrendo ao artigo de Passos e Benevides (2001), aponta para a forma de resistência que discutiremos no terceiro agrupamento desta vertente: as práticas de si, resistência que se produz contra o biopoder através da “produção de um modo de existência que investe na capacidade de auto-organização ou de autopoiese da vida” (Martins, 2008, p. 339).

Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) enfatizam a necessidade de desnaturalização de verdades que se pretendam permanentes e universais, uma vez que a possibilidade de luta política está em construir outras verdades que serão também provisórias:

> entendemos que diferentes práticas engendram objetos sempre diversos, sendo necessário desnaturalizar quaisquer noções totalizantes sobre a infância que se pretendam permanentes e universais, provocando-se, assim, um contínuo questionamento sobre as relações entre saber, poder e verdade. Para finalizar, gostaríamos de dizer que as problematizações trazidas aqui são um desafio para o campo psi. Concordamos com Coimbra e Leitão (2003) quando concebem o campo das intervenções como um território assumido como político, onde as lutas são cotidianas. Apostamos na proposta transdisciplinar, onde seja possível a "contaminação" com outros saberes, criando outros territórios, outras possibilidades e outras "verdades", entendendo-se aqui que as verdades são sempre provisórias. (p. 48)

Podemos compreender que as resistências ocorrem em torno de dispositivos de poder, os quais, como compreende Nardi (2008), remetem-se a um saber específico (sexualidade, educação, saúde, etc.), à produção de racionalidades políticas distintas que delimitam em cada campo do saber o normal e o anormal, a partir da universalização de um particular que se afirma como a verdade. Trata-se de resistências múltiplas, sendo o campo da discursividade caracterizado por uma dispersão de dispositivos de poder. Nas citações abaixo é possível observar deslocamentos e disputas entre verdades em relação a determinados campos de saber (objetos específicos):

> O caráter performático do enunciado que proclama a noção de universalismo abstrato, no caso do dispositivo da sexualidade, se traduz, de fato, pela imposição de uma cultura heteronormativa na escola. É no interior deste jogo de verdades – que por uma via instaura a igualdade de direitos na abstração "neutra" (o que equivale, na sociedade contemporânea, à imposição das formas consagradas da dominação masculina e da heteronormatividade) e, pela outra, que busca a igualdade de direitos respeitando as diferenças – que se dão os embates em torno da introdução de programas de educação para a sexualidade que contemplem a diversidade sexual. (Nardi, 2008, p. 16)

> Vemos, então, a manutenção de uma racionalidade de controle e vigilância sobre essa população: são as antigas práticas de institucionalização do sujeito jovem tomadas por políticas públicas de juventude que, apesar de vigorarem por outros meios (projetos e ações sociais) e através de diferentes estratégias (o jovem não como 'menor' mas como 'cidadão', por exemplo), apresentam sutilmente um instituído de 'menores' que ainda permanece. (Hadler & Guareschi, 2010, p. 37)

As resistências podem ser concebidas não apenas em termos de dispersão dos dispositivos, na medida em que há nos artigos também uma compreensão de uma relação entre dispositivos. Neste sentido, Nardi (2008), enfocando o cruzamento entre os dispositivos da sexualidade e da educação, afirma:

> O conceito foucaultiano [dispositivo] nos remete para a compreensão da rede e é nesta direção que operamos para compreender os efeitos deste cruzamento na especificidade das redes enunciativas. Assim, mesmo que possamos considerar a escola como uma instituição integrante do dispositivo da sexualidade; o estudo das práticas discursivas, i.e., do dito (o visível, ou seja, os insultos e as diretrizes escolares que promovem a igualdade de direitos e o respeito à diferença, por exemplo) e do não dito (invisível, isto é, a ausência de referência ao amor homossexual nos livros recomendados de história e de literatura e a não intervenção dos professores com relação ao uso dos insultos de caráter homofóbico e sexista no cotidiano) podem nos ajudar a compreender a especificidade da função estratégica deste cruzamento. (p. 16).

O autor, ao refletir sobre a maneira de se analisar a escola, aborda a relação entre diferentes modos de desigualdade, bem como para a ausência de uma "conexão direta" entre estes modos. O que indica para a autonomia dos dispositivos, que produzem uma

racionalidade em cada forma de desigualdade, e, ao mesmo tempo, para a abertura dos dispositivos, na medida em que ressalta a necessidade de compreender o "conjunto de estratégias", a "rede complexa de relações", que produzem a vulnerabilidade de jovens a discriminações ligadas à sexualidade e ao gênero:

> não podemos refletir sobre a escola se autonomizarmos a discussão da sexualidade das outras questões que envolvem a juventude (origem de classe, racialização da cor e da cultura, religião, trabalho, etc.). (...). Esta questão [insuficiência da escola em possibilitar os estudantes a ultrapassar as desigualdades] é fundamental se considerarmos que a vulnerabilidade das(os) jovens brasileiras(os) às discriminações ligadas à sexualidade e ao gênero são o produto de uma rede complexa de relações entre a desigualdade social, a cor da pele, o sexismo, a homofobia e o heterossexismo (Nardi, 2006; Nardi & Pocahy, 2005; Paiva, 1999; Parker & Camargo Jr., 2000). Entretanto, como bem lembra Fassin, não se busca aqui, tampouco, estabelecer uma conexão direta entre classe social e homofobia, por exemplo, mas de compreender a heterogeneidade da configuração "do conjunto de estratégias que se opõem à legitimação da homossexualidade, ou seja, ao questionamento da norma heterossexual"(Fassin, 2005, p. 76). (Nardi, 2008, p. 14)

Hadler e Guareschi (2010) também sugerem o caráter aberto dos dispositivos ao conceberem a constituição do sujeito jovem. Abordam a necessidade de se analisar o "jogo de vários discursos" que produz efeitos em diferentes campos de saber (economia, saúde, direito, educação) e, ainda que nem todos os discursos tenham relação direta com o objeto "juventude", produzem efeito sobre este objeto. Assim, este "jogo de vários discursos" pode ser entendido como uma articulação entre diferentes dispositivos que constituem um discurso mais amplo que cada um deles em separado e produzem efeitos nos diferentes campos de saber:

> A ideia de lugar genealógico nos faz entender que as práticas de institucionalização não fazem parte de uma moldura fechada, mas ocorrem como um jogo de vários discursos que transbordam no terreno da economia, da saúde, do direito, da educação, e assim por diante, e que vão formatando um campo que produz sujeitos. Dito de outra forma, para problematizar como o sujeito jovem se constitui objeto de intervenção, é preciso rastrear os efeitos que certas práticas oblíquas têm na formação da categoria juventude. Compreendendo isso, a sua produção não será pensada somente olhando para aquilo que envolve diretamente a questão da juventude, mas sim ao dar voz para uma rede de acontecimentos que, indiretamente, produzem efeitos sobre a constituição dessa categoria. (Hadler & Guareschi, 2010, p. 22)

Nesse sentido, nota-se a existência nos artigos de deslocamentos no campo discursivo, que se fazem tanto no interior dos dispositivos como entre os dispositivos. Assim, concebermos a noção de articulação nos artigos é uma possibilidade de abordar a heterogeneidade das relações no interior dos dispositivos e entre os dispositivos na constituição de novos arranjos no campo discursivo.

Contudo, como ressaltamos, de maneira geral, não fica claro nesses artigos o modo como emerge o sujeito político, estabelecem-se as articulações, como se constituem as práticas articulatórias, tanto internas aos dispositivos como entre eles; portanto, não

podemos afirmar como os autores concebem o “momento da decisão”, a divisão do social entre “nós” e “eles”.

O que fica evidenciado nos artigos é a descontinuidade discursiva, a heterogeneidade das relações discursivas e a impossibilidade de uma sociedade reconciliada, pois é possível observarmos nos artigos a compreensão de uma pluralidade de verdades e que toda universalização de uma verdade deve ser concebida em termos de uma relação entre verdade (universal) e particularidade, ou seja, no interior de jogos de verdade.

É interessante considerarmos as saídas apresentadas por alguns dos autores para a construção de uma sociedade democrática, na medida em que estas nos permitem apontar para uma utopia de sociedade nos artigos. As saídas aproximam-se mais da lógica da diferença do que da preocupação com a construção da lógica da equivalência.

Nardi (2008), como saída para “ultrapassar o caráter de normalização que tem historicamente limitado as práticas de liberdade” (p. 14), aponta de maneira importante para a subversão da impossibilidade de existência da homossexualidade no interior do campo de representação dominante, possibilitando-nos pensar na noção de um sujeito mítico e, portanto, para a ideia de mito e de imaginário social alternativo. Entretanto, não irá ressaltar este aspecto mítico, limitando-se a enfatizar o reconhecimento da homofobia pelas políticas públicas nos termos da “biolegitimidade” de um grupo (os LGBT) e, assim, apontando como saída uma dinâmica política caracterizada pela lógica da diferença:

> Se seguirmos a análise de Butler, podemos afirmar que a partir do momento que o não reconhecimento do sofrimento dos jovens LGBT na escola (e para além dela) deriva deste interdito cultural [impossibilidade da homossexualidade]; no momento em que as políticas públicas reconheçam a homofobia como fonte deste sofrimento culturalmente negado, encontraremos as condições sociais para a emergência do que Didier Fassin (2005) chamou da biolegitimidade de um grupo face à intervenção protetora das instituições públicas. (Nardi, 2008, p. 17)

De acordo com Frezza, Maraschin e Santos (2009), “as ações de políticas públicas de juventude podem tanto contribuir para criar novos sentidos e práticas para e pelos jovens como podem, simplesmente, reforçar as concepções e modos de viver dominantes reservadas à juventude dita em maior vulnerabilidade social” (p. 316). A saída proposta pelas autoras é a “necessidade de se considerar a juventude em seu plural”, afastando-se tanto de regimes de verdade que constituem a juventude como “revolucionária” quanto que a identifica como “geradora de problema”. Afirmam, então, “a importância de serem desenvolvidos mecanismos e estratégias participativas dos próprios jovens no planejamento, execução e análise dos programas” (p. 322).

Mais uma vez, concebe-se o reconhecimento da diferença como meio de alterar a condição de legitimidade da demanda de um grupo específico (jovem). Assim, também podemos dizer que a saída encontra-se focada na "lógica da diferença".

Cabe-nos considerar que o foco na lógica da diferença não necessariamente implica conceber a defesa de uma redução da mudança social à tolerância. As propostas apontadas produziriam condições para que LGBT deixassem de ser vistos como abjetos e para que jovens conquistassem o direito à fala.

Porém, as saídas, ao não serem elaboradas sob o olhar da lógica da equivalência entre demandas de grupos distintos, enfocam não a construção de uma contra-hegemonia, de um imaginário social, e sim uma reconfiguração específica da ordem discursiva existente em torno de determinadas demandas particulares. Tais propostas possibilitam, assim, maior condição para uma neutralização do potencial hegemônico destes deslocamentos ao facilitar que o sistema existente incorpore as demandas políticas a partir da estratégia de "expansão hegemônica" (Costa, 2010)[77].

No caso de Frezza, Maraschin e Santos (2009), cabe-nos ainda considerar que a ideia de inserção dos "jovens" coloca em questão a compreensão da autora sobre o processo de subjetivação, a partir do qual entende não ser possível "definir uma natureza que seria própria da juventude" (p. 314), daí a saída pela "juventude em seu plural". Nestes termos, a inserção dos jovens proposta por ela é contraditória, uma vez que a inserção de jovens nos programas não significa necessariamente uma mudança do regime de verdade dominante, do adultocentrismo nas discussões, pois ser "jovem" não é em si uma condição que determinaria a produção de um discurso distinto em relação ao discurso dominante.

Realizadas as considerações sobre esses artigos, passemos a discutir a forma como Benevides e Passos (2005), Monteiro, Coimbra e Filho (2006) e Neves e Massaro (2009) abordam a possibilidade de resistência e, assim, a democratização social. Como apontamos anteriormente, observamos nestes artigos uma proximidade com a posição de Hardt e Negri, criticada por Laclau (2005a) e por Mouffe (2008).

---

[77] Expansão hegemônica é uma estratégia de resistência da hegemonia caracterizada: "a) pela incorporação pela hegemonia sedimentada de algumas reivindicações dos movimentos sociais na dimensão da lógica da diferença, de modo que os laços entre as posições de sujeito se mantenham como laços diferenciais, não como laços antagônicos, no intuito de dificultar a divisão do espaço social em dois polos antagônicos; b) pela atuação da hegemonia, a partir da construção de vínculos entre antagonismos democráticos contrários à hegemonia e *momentos* presentes na própria cadeia hegemônica, enfraquecendo a luta política não somente pela reprodução da lógica da diferença, mas pela promoção de deslocamentos nas relações antagônicas". (Costa, 2010, p. 119)

Benevides e Passos (2005) afirmam que, ainda que o Estado não seja a fonte de onde emanam as linhas de capilarização do poder, na medida em que estas estão dispersas no campo social, ele tende a absorvê-las, interiorizando-as. Contudo, há algo que resiste a esta interiorização, "fazendo com que a máquina do Estado se abra para o que é o seu fora" (p. 566): esta resistência se encontra no que denominam de "plano coletivo",

> onde se constroem, de fato, políticas públicas. (...). A nosso ver, alterações da experiência coletiva é que podem gerar políticas públicas malgrado o movimento de interiorização da máquina de Estado. Na série governo-Estado-políticas públicas [crítica à noção de soberania e centralidade do Estado] é o que se produz no plano do coletivo que garante o sentido público das políticas que também atravessam o Estado. (...). Não mais identificado a estatal, o público indica assim a dimensão do coletivo. (Benevides & Passos, 2005, p. 566)

É em oposição à ação contrarrevolucionária da modernidade – que estabeleceu o Estado-Nação, implementando "um jogo de transcendência e representação completamente estranho ao ímpeto revolucionário moderno" (p. 567), submetendo o indivíduo a uma vontade geral, exigindo dele alienação e sublimação de suas vontades particulares – que os autores defendem a possibilidade de resistência. Possibilidade esta, portanto, relacionada à crítica à lógica soberana do Estado e à defesa da imanência em oposição a qualquer transcendência. Nesta medida, os autores coadunam-se com a tese de Hardt e Negri, a qual ressalta o caráter considerado revolucionário da modernidade em oposição à ação contrarrevolucionária:

> A tese de Hardt e Negri (2001) é de que a modernidade é a "afirmação dos poderes deste mundo, a descoberta do plano de imanência". A filosofia moderna impunha uma valorização da individualidade que encontra em si mesma sua fundação, sem a necessidade, doravante, de um fundamento transcendente (Deus, o soberano ou qualquer outra figura da lei transcendente). É a dignificação do humano, de seu mundo e de seu pensamento. Não é preciso um "para além" que dê sentido àquilo que a arte humana realiza. (Benevides & Passos, 2005, p. 566)

De acordo com Benevides e Passos (2005), no interior do Estado-Nação, entendido como Estado policial, os direitos "se assentam menos na experiência do homem e mais no contrato que assegura o controle social" (p. 568), separando paixão e razão, submetendo tudo aos imperativos da racionalidade, aos mecanismos do contrato social e de representação política, os quais "estão diretamente associados à criação do fundamento da sociedade moderna: o Homem como figura ideal e o Estado-Nação como figura gerencial" (p. 568).

Esse Homem idealizado, substituto de Deus, que se afirma como fundamento do humano e em torno do qual são concebidos os direitos, nunca se concilia, entretanto, com a experiência de *um* homem. Em contraposição à ideia de Homem idealizado, os autores novamente afirmam que "o desafio no contemporâneo é o de pensar o direito num plano comum, isto é, o direito construído na experiência concreta dos homens ou de um homem

qualquer" (p. 568). Os autores consideram que, se o Estado-gestor é uma das maneiras de se proteger dos perigos do "direito do mais forte", este Estado-gestor, que opera no âmbito da transcendência, encontra-se desvinculado da realidade concreta, reproduzindo a submissão dos homens ao Homem idealizado.

Os autores apostam "no trabalho democrático pela via de sujeitos e coletivos protagonistas e co-responsáveis por sua própria história" (p. 569), sendo no plano do coletivo, no que está fora da máquina do Estado, "onde a política se consolida como experiência pública ou res pública" (p. 570), ainda que compreendam que a construção da política pública depende da relação tensa e paradoxal com a máquina do Estado.

Neves e Massaro (2009), assim como Benevides e Passos (2005), afirmam que existe um paradoxo em se conceber uma política de saúde no interior da máquina do Estado, uma vez que concebem que "uma política de saúde conquista sua dimensão de pública (res-pública) – para todos e qualquer um – quando conectada com os processos coletivos" (p. 504). Assim, questionam:

> como manter esta tensão/torção, que lhe seria constituinte, numa estreita relação com as máquinas de Estado e de governo? Máquina híbrida, exímia produtora de "centripetismos" que, em conexão com outros dispositivos de poder, desliza, estanca e modula os movimentos em seus programas, burocracias e transcendentes (des)regulações. (p. 504)

Ainda que observemos nesse artigo também uma oposição entre Estado e plano do coletivo, estando neste último e não no Estado a possibilidade de resistência, vemos, como no artigo anterior, uma posição que não é de negação completa do Estado, sendo a política pública produzida no campo de tensão entre a máquina do Estado e o plano coletivo.

Em Monteiro, Coimbra e Filho (2006) vemos a mesma construção argumentativa presente em Benevides e Passos (2005) defendendo, a partir de uma lógica imanente, a desvinculação entre estatal e público na compreensão da construção das políticas públicas. Uma distinção é que parece existir uma maior negação de ações no interior do Estado em Monteiro, Coimbra e Filho (2006) do que nos outros dois artigos anteriores.

Monteiro, Coimbra e Filho (2006) criticam a construção de estratégias de luta em torno da lógica da representação, baseada na "conquista de um lugar de poder que se acreditava estar localizado no Estado" (Monteiro, Coimbra & Filho, 2006, p. 10). Para os autores, há nestas estratégias a "ilusão de que se possa possuir o poder de Estado para usá-lo de uma outra maneira. Persiste aí a ideia de representação: vanguardas, salvadores, pastores identificados com a causa do bem maior, porque oriundos do lugar de dominados"

(p. 11). O que fica obliterado nestas estratégias, segundo os autores, é que ocupar a máquina do Estado, na maior parte das vezes, não muda o seu funcionamento, pois

> o **operador não muda a máquina**, ele a faz funcionar. Experimentando a impossibilidade de transformar o funcionamento das máquinas estatais capitalísticas, mantém-se a crença na possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado. Estas "Ilusões Re" encontram-se hoje presentes em muitas áreas de intervenção: no campo da educação, saúde, justiça, etc. (p. 11, grifo nosso)

Na crítica à "ilusão do Estado Democrático de Direito", Monteiro, Coimbra e Filho (2006) remetem-se ao plano do coletivo ("plano comum"):

> para escaparmos da ilusão do Estado Democrático de Direito com suas práticas de resignação, **a questão dos direitos deve ser colocada num "plano comum**": direitos construídos na experiência concreta dos homens, de suas lutas e não do Homem idealizado, de direitos idealizados. "Um homem em processo contínuo de humanização" (Barros & Passos, 2005, p.569), de novos sujeitos implicados em práticas que engendram novos modos de subjetivação. Para tanto, há que repensar a relação entre Estado e políticas públicas. Acreditamos que estes termos não podem ser tomados como coincidentes, visto que os domínios do Estado e do público não se justapõem, não sendo natural a relação de sinonímia entre eles. Entendemos que **o público diz respeito à experiência concreta dos coletivos de forças sempre em movimento. Daí estar em um plano diferente daquele do Estado enquanto figura paralisada e transcendente da modernidade.** Apostamos que o plano do público só pode ser construído a partir das experiências de cada homem inserido na coletividade, na imanência de uma humanidade que se define não a partir de um conceito abstrato de Homem. (p. 11, grifo nosso)

Ainda que não possamos afirmar que esses três artigos compartilham plenamente da proposta política de Hardt e Negri, fundamentada numa visão imanente radical da realidade e, assim, na negação de qualquer forma de soberania, é interessante considerarmos a crítica de Laclau (2005a) e de Mouffe (2008) a esta proposta, diante da presença nos três artigos da crítica à noção de representação, e a vinculação da resistência ao plano do coletivo, concebendo o Estado como uma "máquina do Estado".

Laclau e Mouffe, como vimos na parte teórica, coadunam-se com a crítica à transcendência, reconhecendo o "lugar vazio" do poder como fundamental à modernidade. Entretanto, não se identificam completamente com uma visão imanente da realidade e não abandonam a ideia de associação política, ainda que críticos ao modo como Schmitt concebe a homogeneização desta associação política.

Mouffe (2008) afirma que a proposta de Hardt e Negri visa uma ruptura total com a modernidade na elaboração de um enfoque pós-moderno. Segundo Mouffe (2008), para Hardt e Negri,

> nós estamos assistindo a passagem de uma "sociedade disciplinar" para uma "sociedade de **controle" caracterizada por um novo paradigma de poder. Na sociedade disciplinar, que corresponde** à primeira fase da acumulação capitalista, a ordem se constrói através de uma rede difusa de dispositivos ou aparatos que produzem e regulam costumes, hábitos e práticas produtivas com o auxílio de instituições disciplinares como prisões, fábricas, asilos, hospitais, escolas e outros. A sociedade de controle, em contraste, é uma sociedade em que mecanismos de comando tornam-se imanentes ao campo social, distribuídos pelos cérebros e corpos dos cidadãos. Os modos de integração social e exclusão são interiorizados cada vez mais através de mecanismos que organizam diretamente os cérebros e os corpos. O novo paradigma de poder é de natureza biopolítica. O que está em jogo nesta forma de poder é a produção e a reprodução da própria vida. (s/p, tradução nossa)

De acordo com Mouffe (2008), é importante considerarmos as transformações no modo de regulação do capitalismo, mas esta dinâmica precisa ser compreendida em termos da teoria da hegemonia e, portanto, do antagonismo. Entre os aspectos apontados por Mouffe (2008) e Laclau (2005a), queremos enfatizar a negação na teoria de Hardt e Negri de qualquer possibilidade de representação, de uma autoridade soberana, bem como a ideia de uma subversão natural dos oprimidos.

Hardt e Negri, segundo Mouffe (2008), concebem que a Multidão, denominação dada por estes autores ao sujeito político, busca desmantelar o poder soberano, ao mesmo tempo em que rechaça converter-se em Estado, havendo nesta compreensão uma completa recusa ao modelo de democracia representativa e a qualquer forma de representação. A Multidão é, assim, uma multiplicidade singular,

> um agente auto-organizado que nunca pode alcançar um status de personagem jurídico e convergir em uma vontade geral. (...) a democracia da Multidão não pode ser concebida em termos de uma autoridade soberana representativa do povo, novas formas de democracia não representativa são necessárias. Para resumir, nós podemos dizer que, de acordo com este modelo, a atividade da crítica corresponde a uma forma de negação, que consiste no afastamento das instituições existentes. (Mouffe, 2008, s/p, tradução nossa)

Ao se compreender a realidade social em termos de práticas hegemônicas, a mudança social não pode ser concebida a partir dos sujeitos "se retirarem das instituições existentes, senão em se comprometerem com elas com o fim de **desarticular os discursos e as práticas existentes,** por meio dos quais a hegemonia se estabelece e se reproduz, e com o propósito de **construir uma hegemonia diferente**" (Mouffe, 2008, s/p, tradução nossa, grifo nosso). Portanto, qualquer deslocamento, desestabilização dos dispositivos de poder deve implicar uma reconstrução hegemônica, pois, do contrário, o que teríamos seria pura dispersão de "elementos", e não uma passagem de "elemento" para "momento".

É exatamente o processo de rearticulação política que, segundo Mouffe (2008), propostas políticas pautadas numa ontologia imanentista, como a de Hardt e Negri, não compreendem, ou seja, que a mudança democrática implica desarticular a hegemonia existente, porém, a fim de estabelecer outra hegemonia mais progressiva, rearticulando

elementos novos e velhos em torno de uma nova configuração de poder. Não se trata, portanto, de produzir uma sociedade mais além da política e da soberania, na qual a Multidão se autogovernaria numa "ação conjunta" sem necessitar da lei ou do Estado. Este terreno da multiplicidade significa o desaparecimento do antagonismo, isto é, o fim do político.

Laclau (2005a) afirma que o ponto de partida da proposta de Hardt e Negri "é a noção deleuziana/nietzcheana de imanência, que eles vinculam ao processo de secularização dos tempos modernos" (p. 298, tradução nossa). O que notamos claramente na discussão de Benevides e Passos (2005) sobre o caráter revolucionário e contrarrevolucionário da modernidade, ou seja, na crítica da soberania do Estado Moderno.

Laclau (2005a) concebe que o imanentismo secular requer o surgimento de um ator histórico universal. No caso de Hardt e Negri, ao compartilharem de um imanentismo radical, ou seja, afastarem-se de qualquer tipo de transcendência – inclusive de uma universalidade que se constrói em torno de uma "transcendência falhada", de uma representação inerentemente incompleta, como se observa na noção de "povo", de "imaginário social", ou seja, de significante vazio, na relação com o conceito de hegemonia, na proposta de Laclau e Mouffe –, o surgimento da Multidão não implica nenhum tipo de mediação política particular, sendo algo natural, de acordo com Hardt e Negri, que os oprimidos se rebelem contra a opressão. O que explicaria, portanto, a não necessidade de se conceber nenhuma construção política do sujeito da rebelião, de se considerar o "momento da decisão", ou seja, a constituição do antagonismo, lembrando a compreensão de Mouffe (2008) de que se trata de um terreno da multiplicidade, sendo a articulação entre os elementos dispersos um presente de Deus ou da natureza.

Podemos observar essa noção de uma motivação natural dos oprimidos de se rebelarem nos artigos de Benevides e Passos (2005) e de Neves e Massaro (2009) a partir da noção de potência imanente ("potência desejante") utilizada pelos autores: Benevides e Passos (2005) dizem que a contrarrevolução da modernidade reinstaurou "a transcendência contra a potência da imanência. À força e ao desejo que pulsam como potência dos coletivos sobrevém uma figura cuja função é a de mediar toda experiência: é o Estado-Nação" (p. 567). Neves e Massaro (2009), ao afirmarem a postura impositiva do capitalismo na produção da vida, ressaltam que:

> se é um fato que o desejo, como coextensivo ao social, se enleia com o capital, é também um fato, por outro lado, que o capital não recobre toda a incontrolável potência desejante conectada à vida. Os fluxos de conhecimento, de afeto, de desejo e de comunicação são valores indestrutíveis e **imprevisíveis em suas conexões**. Estes fluxos, ao mesmo tempo em que se tornaram o capital fixo ou a base dos vínculos produtivos imprescindíveis para a acumulação do capital, são potencialmente perigosos a esta acumulação, pois **portam a potência vigorosa das linhas de escape da resistência, cuja multiplicidade afirma-se num revolucionar-se constante**. Ao tirar todos os limites para a subsunção real e total da sociedade capitalista, o capital, ao mesmo tempo, pôs a nu as **sinergias da vida e a força coletiva do desejo**. Podemos afirmar com Pélbart (2007, p.1) que "ao poder sobre a vida responde a potência da vida, ao biopoder responde a biopotência, mas esse 'responde' não significa uma reação, já que o que se vai constatando é que tal **potência de vida já estava lá desde o início"**. (p. 510, grifo nosso)

Essa noção de potência também é observada nos artigos que discutiremos no segundo e terceiro agrupamentos, sendo a resistência e, assim, a possibilidade de mudança social concebidas nos artigos em torno da noção de micropolítica do desejo, de uma potência da vida, a partir da influência deleuziana/nietzcheana de imanência. O que, desde já, aponta para um terreno ontológico da luta política que não permite pensar o antagonismo.

Diante da propensão natural dos oprimidos de se rebelarem, Laclau (2005a) diz que a proposta de Hardt e Negri é uma visão triunfalista e exageradamente otimista e, como qualquer enfoque radical imanentista, não apresenta nenhuma consideração sobre em que consiste a ruptura revolucionária, como se constroem as articulações políticas.

De acordo com Mouffe (2008), ainda que Hardt e Negri concebam a noção de negação e até mesmo utilizem o termo antagonismo, eles não podem concebê-la como uma negação radical (antagonismo), apenas como contradição dialética ou como oposição, pois o antagonismo implica "um enfoque ontológico diferente, no qual o território ontológico principal é um território da divisão, da unicidade falhada" (s/p, tradução nossa). Da mesma maneira, Laclau (2005a) afirma:

> **O terreno social se estrutura**, na minha opinião, **não como imanência ou transcendência plena**, **senão como o que poderíamos denominar uma *transcendência falhada***. A transcendência está presente, dentro do social, como a presença de uma ausência. É fácil entender como podemos mover a partir disso até às categorias principais de nossa análise: plenitude ausente, investimento radical, objeto *a*, hegemonia, etc. Este é o ponto real onde *multidão* [Hardt e Negri] e *povo* [hegemonia] como categorias teóricas se separam. (p. 303, tradução nossa, grifo nosso)

8.2.1.2 Segundo agrupamento

Neste segundo agrupamento analisamos os artigos de Aguiar e Rocha (2007) e de Rocha e Pinheiro (2011). Como dissemos, estes artigos centram-se na crítica à psicologia social concebida na emergência da crise da psicologia social brasileira. Neste agrupamento, contudo, o "momento da decisão" e a constituição das práticas articulatórias

na dinâmica política não se fazem mais explícitos do que nos artigos analisados anteriormente.

Como observamos na seção anterior (primeiro agrupamento), a dinâmica política nesses artigos é pensada em termos imanentes, a partir da noção de micropolítica do desejo. Compreensão que indica para a impossibilidade de afirmação do antagonismo, na medida em que tal concepção depende da pressuposição não de um caráter natural (existência de uma potência) no entendimento da emergência do sujeito político, e sim do terreno de uma transcendência fracassada, mediada pela articulação de demandas em torno de um "mito" e da constituição de um "imaginário social".

A crítica proposta pelos autores deste segundo agrupamento se, por um lado, é importante no sentido de que problematizam a noção de um fundamento último da realidade a ser desvelado nas propostas da psicologia comunitária, por outro lado, a saída caracteriza-se pelo foco nas descontinuidades, na dispersão, na contingência das formações sociais num terreno entendido em termos da multiplicidade e não da divisão, deixando à parte o "momento da decisão".

Aguiar e Rocha (2007) e Rocha e Pinheiro (2011) problematizam as práticas de psicologia comunitária desenvolvidas nos anos 1970/1980. Aguiar e Rocha (2007) afirmam conceber a realidade em constante movimento, a partir da "abordagem do concreto" em Marx e Engels, entendendo que "o que se coloca como exigência frente à História é encontrar ferramentas que nos permitam escapar tanto das generalizações idealistas quanto dos relativismos permitidos pelo determinismo das circunstâncias, forjando um *novo materialismo* (Löwy, 2002)" (p. 653).

Essa referência a Marx e Engels não se faz na afirmação de um fundamento último da realidade. Inclusive, é em torno do questionamento do reducionismo da luta de classes e da separação entre forma e conteúdo, baseada na ideia de desvelamento da ideologia, que as autoras criticam metodologias participativas críticas surgidas nas décadas de 1970/1980, sustentadas pela educação popular de Paulo Freire e pela teoria marxista. Para Aguiar e Rocha (2007),

> **o problema implicado nesse referencial crítico de pesquisa está na perspectiva de transformação marcada pela centralidade da consciência**. Embora muitas propostas tenham inspiração nos marxismos, elas parecem reeditar o equívoco que o próprio Marx já havia denunciado em seu tempo: a cisão entre o sujeito da experiência (da luta) e o sujeito do conhecimento, acalentando a expectativa de que, a partir da aquisição de conhecimentos, a verdade possa iluminar a experiência de luta contra a exploração e ajude a superar os obstáculos, habitantes da ignorância ideológica, que se interpõem à transformação. Em nosso entender, **um equívoco das chamadas metodologias participativas críticas reside no fato de tomarem como ponto de partida algo que elas mesmas tencionam construir: a democracia**. Esta deixa de ser um exercício micropolítico que pensa as formas de poder entre parceiros na própria pesquisa para se constituir em uma cartilha a priori que é preciso dominar. (p. 652, grifo nosso)

Aguiar e Rocha (2007) ressaltam que a crítica a essas metodologias participativas críticas não significa afirmar uma desconsideração de um recorte do social em termos de classes,

> mas perceber que outras clivagens podem estar em jogo, pois **as formas de inserção na vida social são múltiplas** e, além disso, outros vetores podem estar movendo o cotidiano do coletivo com mais intensidade (Guattari; Rolnik, 1986). Nesse sentido, **não se trata de substituir a análise de classes por qualquer outra estabelecida *a priori*, nem por análises que cotejem os movimentos populares e os grupos como grupos-em-si ou grupos-para-si**, mas considerar os grupos como dispositivos de afirmação de outros *modos de subjetivação*, realidades abordadas micro e macropolíticamente. (p. 661, grifo nosso)

Rocha e Pinheiro (2011) compreendem que a psicologia comunitária surge na crítica à psicologia social ancorada no subjetivismo e na fragmentação do objeto de estudo, afirmando "uma postura ético-política orientada para a transformação social" (p. 486). Buscam discutir o modo como se concebe, predominantemente, a produção da subjetividade nas práticas comunitárias, o qual se baseia na compreensão da cognição

> como organizadora de ações sobre um mundo dado a priori, cuja tarefa colocada ao sujeito é a de dominá-lo a partir da resolução de problemas (Kastrup, 1999). Esse modo de produção do conhecimento visa a eliminar a intempestividade própria da cognição, negando, portanto, sua função criadora e inventiva. (p. 488)

Nessa medida, Rocha e Pinheiro (2011) criticam a noção de conscientização presente na psicologia social, influenciada por Paulo Freire, na qual a consciência crítica decorreria da "profundidade na explicação do mundo por princípios da razão (Góis, 2005, p.108)" (p. 491). Concebem "que o mundo não é um dado, mas é construção, [assim,] a atitude cognitiva não pode ser resumida ao reconhecimento de fatores pré-existentes através do bom uso da razão" (p. 491), e o sujeito comunitário não pode mais ser entendido como aquele que alcança uma consciência crítica e, deste modo, compreende "corretamente" os nexos da realidade. Segundo os autores, remetendo-se a um artigo de Aguiar e Rocha, por ser a subjetividade efeito de múltiplas determinações em tensão, a consciência é sempre parcial e, como tal, não há possibilidade de um estado pleno de lucidez.

Os autores ressaltam a função criadora e inventiva da cognição ("políticas de invenção", ao contrário da "política de recognição") na proposta de política cognitiva defendida por eles:

> as políticas de invenção "exercitam a problematização, são afetadas pela novidade trazida pela experiência presente (...) ainda que as práticas cognitivas configurem regras, estas são tomadas como temporárias e passíveis de reinvenção" (Kastrup, 2006, p. 13). Enquanto isso, as políticas de recognição se configuram em duas direções. A primeira evidencia uma atitude realista que faz com que lidemos com o mundo como se ele pré-existisse. A segunda é a atitude individualista. Agimos como se tivéssemos um eu, como se fôssemos o centro, a fonte e o piloto do processo de conhecimento (Kastrup, 2006, p. 14). (Rocha & Pinheiro, 2011, p.489)

Assim, compreendem a cognição como a

> organização transitória de uma realidade múltipla, submetida ao plano das forças moventes. A realidade, ao invés de ser um dado natural, deve ser produzida no encontro com as subjetividades, em relações de acoplamento e coengendramento. Assim, sujeito e objeto são compreendidos como o resultado de experiências inventivas. (p. 489)

Os autores afirmam que:

> No plano das forças de que falam Deleuze e Guattari, circulam vetores pré-individuais heterogêneos, sejam políticos, sociais, tecnológicos, econômicos ou artísticos, e que concorrem para a produção de subjetividade. Essas forças são linhas de virtualidade traçadas no agenciamento de intensidades e que produzem determinadas figuras subjetivas, ora aproximando-se de modelos serializados, ora desenhando processos de singularização. (p. 488)

Esses processos de singularização se remetem à "invenção de modos inéditos de relacionar-se com a vida e consigo mesmos" (Rocha & Pinheiro, 2011, p. 488). Os autores ressaltam, assim, a importância de se pensar as dimensões micro e macropolítica na dinâmica política, entendendo que as propostas de mudança social, ao buscarem políticas de subjetivação, devem levar "em conta as formações do desejo no campo social, e não apenas a luta contra as grandes desigualdades sociais" (p. 488).

Ademais, Rocha e Pinheiro (2011) questionam o modo como, na psicologia social, foram concebidas as relações de poder, baseado numa compreensão que trata o poder como um objeto e que se impõe de maneira verticalizada por aqueles que o detêm (opressores) sobre os que não o detêm (oprimido), centrando-se no esquema opressor-oprimido. Assim, propõem pensar o poder nos termos de Foucault, ou seja, em termos de uma forma relacional e não binária:

> Como propôs Foucault (1975/1979), consideramos mais proveitoso pensar o poder em sua positividade, que se estabelece de forma relacional, que não se detém, que não parte de um ponto específico da estrutura social, mas que se propaga. Uma forma de entender as relações de poder apontadas por esse autor em suas análises genealógicas é descrita por Machado (1981) da seguinte maneira: "não existe de um lado os que têm o poder e de outro os que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder" (p. 191). (Rocha & Pinheiro, 2011, p. 492)

Desse modo, afirmam a máxima de que "onde há poder há resistência" e, alinhando-se a Guatarri, concebem que a construção da resistência, a qual pode ocorrer em

diferentes pontos da estrutura social, depende de "que elas se contraponham aos processos de subjetivação serializados e que apontem para a produção de singularidades" (p. 492). Para os autores, o que se busca é a invenção de novas subjetividades em um mundo comum e heterogêneo, no qual

> **as formas de resistência não estão nem prontas nem garantidas, devendo ser fabricadas caso a caso, e retomadas de tempos em tempos**. As estratégias de singularização não constituem um programa a ser seguido, **posto que são locais, contingentes, provisórias e sujeitas à transformação**. Se a superação das formas de opressão se mantém no horizonte da psicologia, é preciso entender que esta é uma tarefa a ser sempre posta em questão e renegociada. (Rocha & Pinheiro, 2011, p. 494, grifo nosso)

Aguiar e Rocha (2007), também como Rocha e Pinheiro (2011), concebendo a realidade como em constante movimento, ressaltam que historicismo e genealogia são modos diferenciados de apreensão da realidade, localizando-se na concepção da genealogia. Compreendem o historicismo como caracterizado pelo plano das representações e, assim, da afirmação de universais, sendo "os acontecimentos analisados como parte de um todo previamente organizado" (p. 653), e o eu e o mundo pensado em termos dialéticos, como "duas totalizações em relação" (p. 653). Entendem que esta "filosofia da representação, que sustenta a cultura ocidental-cristã e sua racionalidade, favoreceu a absorção das múltiplas experiências no uno, da diferença na identidade, do acaso na necessidade" (p. 653)[78].

---

[78] Laclau (2003a) também é crítico à concepção dialética da história, na medida em que ela impossibilita concebermos a relação hegemônica: "porque, ainda que um dos pré-requisitos para a compreensão conceitual do vínculo hegemônico – a incomensuralidade entre o particular e o universal – é alcançado na lógica dialética, o outro – o caráter contingente do vínculo entre os dois – está ausente" (p. 67, tradução nossa). Para Laclau (2003b), a historicidade deve ser concebida a partir da compreensão de que o limite de variabilidade histórica é um limite negativo, que impede que qualquer limite positivo seja constituído, pois não permite nenhuma determinação ôntica: "A única coisa que se pode dizer neste ponto é que se produzirá um movimento formal de substituições, sem que esse movimento formal seja capaz de determinar quais são os conteúdos reais que se está substituindo" (p. 187, tradução nossa). Assim, segundo ele, não se trata de uma condição negativa puramente inerte, pois não teríamos, neste caso, nenhum efeito discursivo e, assim, nenhuma influência histórica possível. O que ocorre é que a positivação do negativo é concebida, de acordo com Laclau (2003b), a partir "da produção de significantes de vacuidade tendencial [significante vazio], que é a condição própria da política e da mudança política. São significantes que não têm nenhum vínculo *necessário* com um conteúdo preciso, significantes que simplesmente nomeiam o reverso positivo de uma experiência de limitação histórica: 'justiça', como reverso de um sentimento generalizado de injustiça; 'ordem', quando a gente enfrenta uma desorganização social generalizada; 'solidariedade', em uma situação na qual prevalece o interesse individual anti-social, e, assim, sucessivamente. Como estes termos evocam a plenitude impossível de um sistema existente – são nomes do incondicionado em um universo totalmente condicionado –, podem, em diferentes momentos, identificarem-se com os objetivos sociais ou políticos de vários grupos divergentes" (p. 188). O limite puramente negativo indica a impossibilidade final de uma sociedade autoconstituir-se, mas como a sociedade tenta alcançar a plenitude, que será sempre negada, gera significantes vazios, e, por serem vazios, dão lugar a uma luta hegemônica. Nestes termos é que Laclau (2003b), portanto, concebe a historicidade.

Ao contrário, enfatizam a problematização das totalizações a partir do conceito de genealogia, produzida na tensão entre o que existe e o que é devir, possibilitando a construção de novas formas de homem e de mundo:

> a genealogia, está envolvida com a definição foucaultiana de real, ligada ao primado das práticas e das relações produtoras de um cotidiano que emerge na tensão de forças, movendo o presente. Nesse sentido, o que se dá é a desmistificação contida na noção de homem, enquanto unidade subjetiva e essencializada característica dos séculos XIX e XX, e da realidade como um todo orgânico *a priori*. A ênfase na relação, na densidade das forças, dissolve unidades como formas dadas cujo pressuposto de movimento está na harmonia e no equilíbrio sintetizado através da dialética. Nesse modo de apreensão do real, também denominado ontologia do presente, prevalece a diferença, ou o foco naquilo que difere. No cotidiano das práticas, a realidade se constitui como campo de problematização, de intensificação da vida, de experimentação do pensamento. O sentido se instaura entre representação e expressão, facultando novos modos de apreensão-produção do real. Pensar não é uma questão de vontade, é um exercício que se dá por provocação: nos encontros com o inusitado, nos afetos deslocados, na tensão entre o que já ganhou forma como homem e mundo, sujeito e objeto e o que vai se produzindo, evocando novas formas (Ulpiano, 1993). Desse modo, a representação não é uma dimensão de permanência como partes ou elementos de uma fotografia, mas um indicativo de trânsito para novas experiências. (Aguiar & Rocha, 2007, pp. 653-654)

A percepção da dimensão histórica da vida social, segundo as autoras, é que faz possível a crítica à naturalização ao evocar "as instituições, as funções e os papéis enquanto invenções dos homens" (p. 662), sendo "fruto do encontro e do confronto de interesses" (p. 662). Ainda que apontem para a noção de interesse, as autoras ressaltam que entender o poder em termos de interesses é insuficiente para compreender os impasses dos movimentos populares, uma vez que "as modalidades de resistência também implicam toda uma **micropolítica do desejo**" (p. 662, grifo nosso). É na relação entre micropolítica e macropolítica que Aguiar e Rocha (2007) defendem o modo de se conceber a mudança social. As autoras definem o conceito micropolítica da seguinte maneira:

> A questão micropolítica – ou seja, a questão de uma analítica das formações do desejo no campo social – diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de "molar"), com aquele que chamei de "molecular". Entre esses dois níveis, não há uma oposição distintiva que dependa de um princípio lógico de contradição. Parece difícil, mas é preciso simplesmente mudar a lógica. Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares (...) (Guattari; Rolnik, 1986, p. 127). (p. 660)

O movimento entre a macropolítica e a micropolítica, de acordo com as autoras, "não se faz pela negação, ou seja, pela busca da síntese como na dialética hegeliana, mas pela positividade vinculada à "vontade de potência" constituída nas experiências que criam sentidos na história dos homens" (p. 660). As autoras definem vontade de potência da seguinte maneira:

> A “vontade de poder” ou “vontade de potência” está, em Nietzsche, relacionada à teoria da vida. O poder existe enquanto potencialidade, como realização da vontade, não podendo ser referido a um objeto faltoso ou a um sujeito da vontade. Refere-se o filósofo ao vir-a-ser, diferindo do “esforçar-se” ou do “desejar”; ele “é caracterizado, acima de tudo, pelo ‘afeto de comando’” (Ansell-Pearson, 1997, p. 59). A vontade de poder se afasta da afirmação de energias primitivas, de qualquer liberação dos impulsos de um ego, para a afirmação da vida como auto-superação como expansão, no curso da qual a conservação é apenas um de seus efeitos. (p. 660, nota de rodapé)

Segundo Aguiar e Rocha (2007), o pensamento e a ação “não têm início em uma contraposição, mas emergem em um conjunto de forças entre as quais existem oposições” (p. 660), investindo-se não na busca do fundamento último das coisas e dos acontecimentos, já que estas são parciais e mutáveis, e sim na afirmação da multiplicidade no plano da imanência. Neste sentido, segundo as autoras, “retomando Nietzsche, Deleuze (1976) substitui o elemento negativo do movimento contraditório pelo elemento da diferença, do múltiplo como movimento de afirmação. Foucault (1999) também sustenta que a dialética reafirma o sujeito universal na História, viabilizando uma ordenação, uma verdade reconciliada” (p. 660).

No quadro de compreensão da dinâmica política, em torno de deslocamentos no campo das macro e micropolíticas, e, assim, de desestabilização de regimes de verdade no plano da imanência, as autoras remetem-se a conceitos da análise institucional, vinculados à socioanálise e à esquizoanálise, para pensara politização das formações sociais. Remetendo-se à esquizoanálise, Aguiar e Rocha (2007) afirmam que:

> Dessa perspectiva, a transformação do existente (nos grupos, nas organizações, nos indivíduos) não se limita à criação de condições ou meios adequados à realização de um potencial, mas refere-se a uma micropolítica que implica o intensivo, os processos de constituição de realidades, que abre o atual à pluralidade do *socius* e qualifica a transformação enquanto criação de possíveis. A dimensão micropolítica revela ser mais que uma dimensão na escala espacial (a do lugar) ou que uma temporalidade (a do cotidiano), abrindo a história à experiência que se espreita no cotidiano. (p. 660).

Na crítica à psicologia social crítica, emergente na crise da psicologia social, “que credita ao conhecimento o caminho para a transformação (armadilhas que concentram a solução pelo acesso ao conhecimento) e a essa emancipação intelectual, a garantia da autonomia” (Aguiar & Rocha, 2007, p. 652), as autoras afirmam a importância de se instaurar novos regimes de verdade. Recorrendo à noção de micropolítica, entendem que é a partir da problematização da relação interesse-desejo-poder nos lugares em que nos encontramos que “podemos produzir outras análises, movimentos e demandas e perguntarmos: o que queremos transformar?” (p. 662).

Rocha e Pinheiro (2011) também ressaltam a importância de formas locais de resistência e que estas resistências não sejam construídas de maneira unilateral, baseada num modelo específico de consciência crítica, não estando elas nem prontas nem

garantidas. Apoiam-se os autores na noção de construção de uma "política subjetiva de invenção de si e do mundo" (p. 494). Nesta medida, como orientações ao trabalho do psicólogo junto a minorias sociais, os autores apontam:

> Deixamos alguns alertas para aqueles psicólogos que se dispõem a realizar ações comunitárias: por que não construir formas locais de resistência, a partir dos modos singulares de existir que podem advir? Isso não significa que os psicólogos comunitários devam ter uma postura neutra ou que não adotem uma postura combativa e desejem experimentar formas de resistências. Entretanto, como já afirmamos, deve-se estar alerta quanto à imposição unilateral do desejo. Cabe àqueles que atuam em comunidades permanecer atentos para que tais perspectivas de resistência se produzam no encontro com as pessoas, de modo que moradores e psicólogo possam dialogar sobre contra o que desejam lutar, se desejam ou não resistir e de que forma pretendem fazer isso. Ao afirmar seu engajamento com a luta das minorias sociais, tendo em vista contribuir com processos de resistência e autonomia dos coletivos, a psicologia comunitária ganha terreno para se construir em sintonia com uma política subjetiva de invenção de si e do mundo. (p. 494)

Como dissemos antes, encontramos nesses artigos compreensões sobre a dinâmica política semelhantes às observadas nos artigos anteriores: a contingencialidade das formações sociais; a sedimentação do social entendida a partir de fixações parciais; a existência de deslocamentos que permitem pensar as identidades como relacionais. Além disso, um aspecto importante nesses artigos é a crítica à lógica dialética. Contudo, o "momento da decisão" mantém-se invisibilizado neles, sendo a emergência do sujeito político baseada na "vontade de potência", como se fosse natural aos oprimidos se rebelarem; e o campo político é concebido a partir da afirmação das diferenças, como um campo da multiplicidade e não do antagonismo.

Antes de discutirmos o terceiro agrupamento de artigos, gostaríamos de enfocar mais um pouco as noções de genealogia e de problematização utilizadas nos artigos deste agrupamento, pois também estão presentes em artigos trabalhados anteriormente: Benevides e Passos (2005); Rosa e Silva (2007); Nardi (2008); Neves e Massaro (2009); Frezza, Maraschin e Santos (2009); Hillesheim, Somavilla, Dhein e Lara (2009); Hadler e Guareschi (2010); Rocha e Pinheiro (2011).

Foucault (2002) concebe a genealogia como pesquisa "que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais" (p. 171), não significando opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos e nem opor o especulativo ao rigor de um conhecimento sistemático nos termos do empirismo ou do positivismo. É uma anticiência,

> um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e de seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. (Foucault, 2002, p. 172)

Em relação à problematização, Foucault (2004d) afirma que se trata do elemento que caracteriza a história do pensamento, distinguindo esta da história das representações (análise dos sistemas de representações) e da história das mentalidades (análise das atitudes e esquemas de comportamentos), implicando o ato de problematizar um modo de apreensão do real que desestabiliza o instituído e faz aparecer a contingência de sua produção, suas condições de possibilidade.

É interessante apontarmos, em relação à problematização, que, para Foucault (2004d), ela se afasta de uma análise desconstrutiva. Segundo o autor, ao contrário da desconstrução, a problematização constitui-se "de um movimento de análise crítica pelo qual se procura ver como puderam ser construídas as diferentes soluções para um problema; mas também como essas diferentes soluções decorrem de uma forma específica de problematização" (p. 233).

Para entendermos essa colocação de Foucault (2004d) sobre a problematização, é interessante concebermos como ele compreende a noção de pensamento. Para ele, o pensamento distingue-se tanto do sistema de representações implicado em um comportamento quanto das atitudes que podem determinar o pensamento, não sendo sua função dar um sentido à conduta, e sim permitir uma distância em relação à conduta, tomando-a como objeto de interrogação, interrogando-a "sobre seu sentido, suas condições e seus fins. O pensamento é liberdade em relação àquilo que se faz, o movimento pelo qual dele nos separamos, constituímo-lo como objeto e pensamo-lo como problema" (Foucault, 2004d, p. 232).

Segundo o autor, para que o pensamento seja possível, é necessário que um certo número de fatores tenha tornado o comportamento (objeto do pensamento)

> incerto, tenham-no feito perder sua familiaridade, ou tenha suscitado em torno dele um certo número de dificuldades. Esses elementos decorrem de processos sociais, econômicos e políticos. Porém, eles aí desempenham apenas a **função de incitação**. **Podem existir e exercer sua ação por muito tempo, antes que haja uma efetiva problematização pelo pensamento**. Este, quando intervém, não toma uma forma única, que seria o resultado direto ou a expressão necessária dessas dificuldades; ele é uma **resposta original ou específica frequentemente multiforme**, às vezes contraditória em seus diferentes aspectos, para essas dificuldades, que são definidas por ele através de uma situação ou um contexto e que valem como uma questão possível. (Foucault, 2004d, p. 232, grifo nosso)

Para Foucault (2004d), várias respostas podem ser dadas àquele número de dificuldades, sendo que o ponto a se compreender é o

> que as torna simultaneamente possíveis; **é o ponto no qual se origina sua simultaneidade**; é o solo que pode nutrir umas as outras, em sua diversidade, e, talvez, a despeito de suas contradições. (...) **o que tornou possíveis as transformações das dificuldades e obstáculos de uma prática em um problema geral para o qual são propostas diversas soluções práticas**. (pp. 232-233, grifo nosso)

As noções de genealogia e problematização possibilitam-nos lembrar do papel do filósofo para Foucault, apontado na parte teórica desta tese, que é o papel de contrapoder, de desestabilizar o instituído, produzir descontinuidades nas relações de poder que constituem a trama social. Foucault (2004e) diz que seu papel como intelectual é

> mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. O papel do intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas. (p. 295)

Podemos conceber que tanto desconstrução quanto problematização implicam uma crítica à dialética, no sentido de uma concepção da história a partir de um desenvolvimento lógico que pode ser completamente apreendido pela Razão. Contudo, uma possibilidade de compreendermos a diferença da desconstrução em relação à problematização, ao menos nos termos em que Laclau e Mouffe concebem a desconstrução, é que a desconstrução requer hegemonia, sendo estas duas dimensões da mesma operação prática-teórica que fundamenta o conceito de político. Isto é, como consideramos na Parte I desta tese, se descontruir um sistema é o mesmo que "mostrar sua indecidibilidade, a distância entre a pluralidade de arranjos que são possíveis e o arranjo atual que tem finalmente prevalecido" (Laclau, 2005b, p. 57, tradução nossa), subvertendo a ordem social – como também é função do pensamento e da problematização concebidas por Foucault (2004d) –, a desconstrução necessita de uma teoria da decisão em um terreno indecidível, portanto, em termos hegemônicos, pois, "sem uma teoria da decisão, aquela distância entre indecidibilidade estrutural e realidade [*actuality*] *deve* permanecer não-teorizada" (Laclau, 2005b, p. 62, tradução nossa).

Nesse sentido, não se trata de ter como foco a compreensão sobre o ponto no qual se originam as diferentes soluções para um problema, como afirma Foucault (2004d) em relação à problematização, mas sim de conceber as lógicas de constituição e dissolução da ordem social tendo como foco o problema da instituição do social, que é o próprio problema do político. Desta forma, é interessante destacar a crítica de Laclau e Mouffe (1985) a Foucault no que tange à concepção deste de que onde há poder há resistência, a qual está presente em artigos desta vertente analítica:

> As lutas contra a subordinação não podem ser o resultado da situação de subordinação em si mesma. Apesar de nós podermos afirmar, com Foucault, que onde existe poder, existe resistência, deve-se reconhecer que as formas de resistência podem ser extremamente variadas. **Somente em certos casos estas formas de resistência possuem um caráter político** e tornam-se lutas dirigidas a pôr fim às relações de subordinação enquanto tais. (...) o problema do político é o problema da instituição do social, isto é, da definição e da articulação das relações sociais em um campo atravessado por antagonismos. (p. 153, tradução nossa, grifo nosso)

Podemos sugerir que a distinção entre problematização e desconstrução também se encontra articulada à distinção entre uma análise das relações sociais no campo da multiplicidade, sendo invisibilizado o caráter do antagonismo, e uma análise no campo da divisão, baseada no antagonismo e na rearticulação hegemônica, sendo fundamentais as noções de articulação e identificação num terreno pós-fundacionalista.

Ademais, remetendo-nos novamente ao foco da problematização – buscar compreender o que torna simultaneamente possíveis as diferentes soluções para um problema –, podemos apontar também para uma outra crítica de Laclau e Mouffe (1985) a Foucault, desta vez no que tange à noção de discurso em Foucault. Afirmam que se distanciam de Foucault na medida em que, enquanto concebem que todo objeto e toda prática social é discursiva, Foucault "tem mantido uma distinção – em nossa opinião inconsistente – entre práticas discursivas e práticas não discursivas, na tentativa de determinar a totalidade relacional que funda a regularidade das dispersões de uma formação discursiva" (p. 107, tradução nossa).

Por fim, como a problematização consiste em uma análise crítica que visa compreender o ponto no qual se originam as diferentes soluções para um problema, como se constituiu historicamente um determinado jogo de verdade, ela requer uma consciência histórica (reflexividade) mediada pela razão – diferente da desconstrução, que requer não um sujeito racional, mas um sujeito mítico (identificação) –, ainda que se reconheça que não há possibilidade de um estado pleno de lucidez (Aguiar & Rocha, 2007).

O "cuidado de si", que discutiremos no terceiro agrupamento, implica a problematização de si mesmo e do mundo. Foucault (2004f) afirma que o sujeito como sujeito ativo, que ele introduz na discussão do cuidado de si[79], não é condição de possibilidade de uma experiência, e sim

---

[79] Interessante apontarmos que Foucault (2004f), por um lado, afirma a importância de se compreender os três grandes domínios da experiência destacado por ele – "o da verdade, o do poder e o da conduta individual" (p. 253) – uns em relação aos outros; por outro lado, afirma: "O que me incomodou nos livros precedentes [História da loucura; As palavras e as coisas; Vigiar e punir] foi o fato de eu ter considerado as duas primeiras experiências [da verdade, do poder] sem levar em conta a terceira [conduta individual]". (p. 253).

> É a experiência, que é a racionalização de um processo ele mesmo provisório, que redunda em um sujeito, ou melhor, em sujeitos. Eu chamaria de subjetivação o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização da consciência de si. (p. 262)

8.2.1.3 Terceiro agrupamento

O terceiro agrupamento no interior da abordagem foucaultiana remete-se aos artigos de Passos e Benevides (2001), Rosa e Silva (2007), Leite e Aragão (2010) e Machado e Lavrador (2010). Estes artigos salientam a discussão de Foucault a respeito do cuidado de si, que caracterizamos como uma injunção ética do político.

Passos e Benevides (2001) discutem "as contribuições da última fase da obra de M. Foucault para o campo da clínica" (p. 89), focando na relação entre clínica, filosofia, história e política.

Rosa e Silva (2007) objetivam introduzir elementos relativos à discussão sobre a vida e a política a partir da compreensão da psicologia social em termos foucaultianos, convergindo diretamente com os artigos de Aguiar e Rocha (2007) e de Rocha e Pinheiro (2011) tratados no agrupamento anterior.

Leite e Aragão (2010) analisam a constituição do sujeito ético-político a partir da noção de cuidado de si e da problematização do atrelamento do sujeito político ao sujeito de direito. As autoras ressaltam que se afastam de uma perspectiva subjetivista de sujeito entendendo que as subjetividades se constituem em torno de relações de saber/poder/dominação e de práticas do governo de si:

> A concepção de subjetividade que norteia este trabalho não diz respeito a intimismo ou a um sujeito psicológico abstrato e interiorizado. Antes disso, **a subjetividade, ou o sujeito, é produzida como uma das possibilidades provisórias de organização da consciência de si, a partir da experiência das técnicas de governo do sujeito para consigo mesmo e para com o outro** (FOUCAULT, 2004a). Tanto as relações de poder/saber/dominação, quanto as relações éticas empreendidas a partir das práticas do governo de si, constituem-se como possibilidades da produção de subjetividades. (p. 544, grifo nosso)

Machado e Lavrador (2010) afirmam tratar "das políticas que incidem, no contemporâneo, sobre a vida, mais especificamente, sobre os modos de subjetivação, a partir da obra de Michel Foucault" (p. 118).

Como também vemos em outros artigos dessa abordagem foucaultiana, Rosa e Silva (2007) afirmam que Foucault concebe a ineficiência do modelo de soberania, baseado na compreensão do poder como "poder de fazer morrer ou deixar viver", para administrar as transformações econômicas e políticas decorrentes da expansão do capitalismo e, assim, do crescimento industrial e demográfico das sociedades nos séculos

XVII e XVIII. Diante deste contexto, Foucault entende que se instituiu um novo modelo de poder, não mais pautado na captação e na apropriação da vida dos súditos pelo soberano (direito de matar do soberano), mas na produção e na otimização das forças dos indivíduos em prol do desenvolvimento capitalista, um modelo caracterizado pelo poder como "poder de fazer viver e deixar morrer" (gestão positiva da vida).

Esse novo modelo é o que foi denominado, segundo as autoras, de biopoder, o qual atua numa dupla face: sobre o corpo individual, por um lado, e sobre a população, por outro. A primeira face é característica do que se denominou "sociedades disciplinares", baseada no modelo das instituições de confinamento que se orientavam para o adestramento e a vigilância dos corpos individuais, de modo a introduzir correções e educá-los, "fabricá-los" para os fins determinados pelo capitalismo (o lucro).

Passos e Benevides (2001), nesse sentido, afirmam que as instituições disciplinares, "se excluem o indivíduo de um certo convívio, o fazem incluindo-o em um aparelho de produção ou de normalização" (p. 94), deixando de entender o poder como repressão para concebê-lo como produtivo, como geração de indivíduos.

O poder nas sociedades disciplinares é um poder individualizante, do qual, afirma Rosa e Silva (2007), a psicologia vai se ocupar para adaptar os sujeitos à sociedade capitalista. No caso da psicologia social, segundo a autora, a expressão do poder é observada no estudo das multidões.

A segunda face decorreu do "apogeu deste poder disciplinar", segundo as autoras, ou seja, da sua expansão para além das instituições de confinamento, buscando o poder abarcar o que dele insistia em escapar (Rosa & Silva, 2007). Trata-se não mais de um poder que se exerce de maneira intermitente em diferentes instituições de confinamento, mas sim de um poder que busca controlar os modos de vida da população de maneira contínua e permanente. Assim, surgem técnicas que não apagam o poder disciplinar, mas o abrangem e o complementam, gerindo a vida das populações a partir de "técnicas de regulamentação e de homogeneização da experiência subjetiva" (Rosa & Silva, 2007, p. 131). Trata-se aqui, segundo Rosa e Silva (2007), de uma concepção de sociedade denominada de "sociedade de controle" por Deleuze.

De acordo com Leite e Aragão (2010), é nesse contexto de regulamentação e controle da vida da população que se concebe o modelo de poder como biopolítica, "os processos de natalidade, mortalidade e longevidade da população são tomados como alvos do biopoder (Foucault, 1999)" (p. 555, nota de rodapé).

De acordo com Rosa e Silva (2007), foi a partir da introdução do biopoder, nas suas duas facetas, que a vida passou a ser problematizada no campo político, na análise do poder político, fazendo-se presente "como possível campo de intervenção e de controle do poder e das técnicas políticas" (p. 132). Neste contexto é que se introduziu a discussão sobre a resistência, na medida em que apesar "dos procedimentos que visavam o domínio absoluto da vida, ela não veio a ser apreendida completamente" (Rosa & Silva, 2007, p. 132-133).

Na discussão sobre a concepção da vida como o que escapa ao poder, as autoras ressaltam a relação entre Foucault e Deleuze indicando para uma perspectiva imanente do poder. É nesta concepção de vida que podemos entender a discussão sobre a resistência como aquilo que está para além da capacidade de captura da biopolítica, sendo a vida tomada pelo poder entendida como "vida pobre, portanto, desvigorada, que talvez não mereça nem mais ser chamada de vida" (Rosa & Silva, 2007, p. 133).

Na distinção entre duas "políticas", uma pautada no biopoder, outra pautada na vida como o que escapa ao poder (resistência), é que podemos compreender também a afirmação de Machado e Lavrador (2010) de que

> as políticas que incidem sobre a vida abarcam tanto dispositivos de poder quanto exercícios de resistências. Tensão que se faz na gestão cotidiana de cada uma de nossas vidas. Assim, coloca-se uma necessidade incessante de avaliarmos o quanto se contribui para a mortificação ou para a expansão da vida. (p. 118, grifo nosso)

Rosa e Silva (2007) localizam a discussão sobre a dinâmica política nos termos da micropolítica e macropolítica:

> Há, portanto, uma política calcada nos elementos já formados, nas monumentalidades visíveis ou audíveis socialmente (...). Falamos aqui das macropolíticas, as políticas de uma modelização, de uma produção de subjetividade completamente alienada (Guattari & Rolnik, 2000, p.129). As macropolíticas atuam no sentido do assentamento de linhas de segmentarização (...). Trata-se, portanto, de uma política, tal como as biopolíticas contemporâneas. Por outro lado, existe uma outra política, bastante sensível àquelas palpitações, é a política dos fluxos e das intensidades, a micropolítica. Esta política, enquanto variação e diferenciação contínua, uma vez que está atrelada aos movimentos imanentes das singularidades e da própria potencialidade. Enfim, se tudo é político, não há motivos para considerar a política como um dos lados apenas, há riscos na clausura em qualquer uma das direções, seja das territorialidades ou dos fluxos, já que tudo é político, mas toda política é, ao mesmo tempo, macropolítica e micropolítica (Deleuze & Guattari, 1996, p. 90). O perigo em política está na desconsideração da outra possibilidade, em só conseguir observar a macropolítica ou somente a micropolítica, pois nenhuma existe sem a outra. (Rosa & Silva, 2007, pp. 136-137)

É interessante considerarmos que a maior parte dos artigos dessa abordagem foucaultiana recorre ao trabalho de Deleuze e todos irão conceber o poder em torno da lógica de sociedade disciplinar e de sociedade de controle, do biopoder e da biopolítica, da regulamentação dos corpos individuais e da massa populacional.

A noção de imanência, sob influência deleuziana/nietzcheana – a partir da qual Hardt e Negri constroem sua posição teórica, como discutimos anteriormente –, é, assim, comum na maior parte dos artigos desta abordagem, ainda que nem todos os artigos se remetam a Hardt e a Negri.

Esse é um primeiro elemento a se considerar na compreensão da resistência nos artigos e um afastamento da perspectiva antagônica do político. Por um lado, se a compreensão da macropolítica e da micropolítica lembra-nos a distinção entre política e político, por outro lado, como afirmam Mouffe (2008) e Laclau (2005a), em torno de uma perspectiva puramente imanente não se faz possível conceber o político numa perspectiva antagônica, pois a atividade crítica na primeira perspectiva corresponde a uma forma de deslocamento, mas se afasta da reconstrução hegemônica inerente ao conceito do político.

Nesse sentido, a perspectiva imanente caracteriza-se pela afirmação da multiplicidade e não da divisão, sendo a resistência entendida como potencialidade natural, acaso. É esta uma possível explicação para a invisibilidade de uma reflexão própria sobre o "momento da decisão".

Rosa e Silva (2007) consideram a imanência em Deleuze em torno de um campo de constantes deslocamentos:

> Deleuze afirmou que a definição de vida está ligada à **diferença e à multiplicidade** (Deleuze, 2002). (...). Isto significa que a vida é pura potencialidade, eterna força produtiva, capacidade criadora, força em contínua re-invenção. Uma vida..., como traz Deleuze em seu último escrito (Deleuze, 2002), é devir, diferenças livres, **contradições em convivência**. Uma vida é o habitat de forças movediças que se agitam velozmente em todas as direções (...). Ali os elementos existentes são forças, fluxos advindos do caos, do **puro acaso**, é energia, matéria intensa não formada. (...). Isto é, a vida ao ser constituída por aqueles elementos, adquire toda a potencialidade que a faz criar sempre e o que a vida inventa são modos de existências, são formas de vida, maneiras de se colocar diante do mundo. *Uma vida é a imanência da imanência*, ***imanência absoluta*** (Deleuze, 2002:12). Por imanência, Deleuze quer mostrar o quanto as condições de possibilidade daquela diversidade de existências, de modos de vida, de formações sociais, de sentidos e mesmo de sujeitos, encontram-se num mesmo nível, não necessitando de recursos exteriores a si para existirem. Logo, uma vida singular é capaz de produzir formações ou criações outras porque é, ela própria, esta potencialidade que não exige recursos transcendentes para isso. (p. 134, grifo nosso)

Como potencialidade imanente, a resistência (vida) é entendida como primeira (Rosa & Silva, 2007; Machado & Lavrador, 2010): "A resistência é primeira. Ela não é poder, nem contra-poder, nem recusa. É mais uma permanente insistência" (Machado & Lavrador, 2010, p. 125). Rosa e Silva (2007) esclarecem bem esta discussão, sendo esta a razão de citarmos o excerto a seguir, apesar de longo:

> Neste sentido de potencialidade, **a vida é primeira**, não cronologicamente, mas **pelo fato de ela ser um composto de linhas de fuga**, escapando e deslizando por todos os lados e perpassando todo o campo social. **É só depois que vêm as segmentações e dominações produzidas pelo poder**; ou seja, as forças que querem formatar e capturar a vida – o biopoder e as biopolíticas – só surgem posteriormente, tentando estancar o vigor da vida. (...). Por este motivo é que, a partir do entendimento de Deleuze, o biopoder está sempre correndo atrás, tentando alcançar e esquadrinhar as produções da vida, mas ela sempre ressurge, renovada e de maneira diferente ou disfarçada: o poder, em muitos momentos, não consegue reconhecê-la. Deleuze coloca lado a lado essas linhas de fuga da vida com as linhas de resistência (Deleuze, 1996). Disto, podemos dizer que o **que une vida e resistência é a potencialidade, a multiplicidade, o devir sempre inventivo**. Dessa inversão apontada por Deleuze, colocando a resistência e a vida como primeiras num campo social, agora se pode concluir que **as resistências não surgem contra um poder, elas não são simples reações, mas aquilo que o poder abomina e não cansa de tentar capturar, fisgar, formatar, esquadrinhar, rotular, segmentarizar... Se as resistências estão contra algo, é só num segundo momento, quando o poder surge se voltando contra elas**: o poder é, portanto, eminente e necessariamente reativo. Deste modo, as **resistências passam a não ser mais entendidas como resistências a alguma coisa, pois, sendo primeiras, não irrompem contra nada, são pura processualidade vital**. É assim que a vida, como potência ou resistência, vem antes das formas de vida que o poder dispõe como modelo de vida já formatado e dominado. Tais modelos, totalmente transcendentes, são calcados num certo domínio social e tornados padrões impostos, dos quais derivam as coerções individuais às prescrições de comportamento em nosso tempo. Essas formas de vida, cujas forças o biopoder recuperou subjugando, são aquelas que entram para a história, perdendo muito em devir e potência, o que implica formas desvigoradas, sem capacidade para criar e se metamorfosear. (...) e não a **vida como potência**, uma vez que a mesma continua sempre criando linhas de fuga, se metamorfoseando, **sem deixar de ser imanente, já que está sempre presente em nosso mundo, prestes a se manifestar.** (Rosa & Silva, 2007, p. 135, grifo nosso)

Fica explícita, assim, uma distinção em relação à noção de antagonismo, na medida em que qualquer relação antagônica emerge não por estar sempre prestes a se manifestar, mas a fim de preencher a plenitude vazia da sociedade e construir uma nova hegemonia. O político não está reduzido à subversão da política e nem é caracterizado por resistência que irrompe contra nada, sendo "pura processualidade vital", mas sim tem como objetivo a instituição do social, constituída a partir de relações antagônicas. A instituição do social pode se dar via expansão hegemônica, nos termos de serem as demandas dos sujeitos políticos recuperadas para o interior do campo de representação hegemônico, enfraquecendo o caráter antagônico destas demandas, ou via lógica da equivalência entre demandas de diferentes sujeitos políticos, de maneira a se construir um imaginário social antagônico ao campo de representação hegemônico.

Portanto, a primazia do político em Laclau e em Mouffe, se é também decorrência de não haver uma onipotência do poder, está relacionada à inerradicabilidade do antagonismo, exigindo uma reflexão própria sobre o momento da decisão, pois não se localiza num terreno da multiplicidade, mas sim da divisão. Cabe-nos lembrar da crítica de Laclau e Mouffe (1985) à noção de "resistência" em Foucault, isto é, que nem toda resistência é resistência política.

O segundo elemento a ser enfatizado na discussão sobre a construção da resistência, da politização das relações sociais, é o da relação entre política e ética, discussão esta privilegiada nos quatro artigos deste terceiro agrupamento. Recorremos, primeiramente, à distinção entre poder e violência em Foucault, da qual já tratamos na Parte I desta tese, ressaltada nos artigos de Leite e Aragão (2010) e de Machado e Lavrador (2010).

Machado e Lavrador (2010) distinguem poder e violência da seguinte maneira:

> **O poder coloca em jogo relações entre indivíduos, entre grupos, e são estas *relações de poder* que precisam ser analisadas**. No entanto, a ideia de relação não deve ser pensada como uma ação direta sobre o outro. (...). **A violência sim é uma ação direta sobre o outro, sobre seu corpo. Uma situação de violência implica a supremacia de um sobre o outro** e não se coloca a possibilidade de escapar. **O evento terá um fim, mas ao longo de sua ocorrência haverá a partição entre os que dominam e os que estão subjugados**. **O poder, ao contrário, envolve uma ação sobre uma ação. É preciso que entre os indivíduos envolvidos haja um espaço de liberdade**, ou melhor, que a ação não se faça sobre um alvo inerte e sim que nessa ação sobre ação se abram campos de resposta, reações, efeitos, invenções. "Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, [...] um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último [alguma] possibilidade" (FOUCAULT, 2004, p.277). A coação seria uma forma de relação já saturada ou a interrupção da própria relação. **Só há relações de poder onde há possibilidade de resistência**. O poder ordena as probabilidades e o eventual, é da ordem do governo (poder de afetar), mais do que do afrontamento. (p.126, grifo nosso)

Portanto, a distinção fundamental entre poder e violência, segundo as autoras, é a existência de alguma possibilidade de liberdade, de resistência entre os indivíduos envolvidos na relação de poder, sendo esta uma ação sobre outra ação e não uma ação sobre o outro. Apenas a violência, e não o poder, implica uma relação entre dominante e dominado.

Essa distinção entre violência e poder é importante, na medida em que a liberdade é concebida tanto por Machado e Lavrador (2010) quanto por Leite e Aragão (2010) como condição ontológica da ética, sendo a ética a forma refletida assumida pela liberdade, e a política indissociável da ética e da liberdade. Uma consideração importante de Passos e Benevides (2001) sobre a noção de liberdade é que esta significa "apreender os pontos em que a mudança é possível e desejável e determinar a forma precisa para estas mudanças" (p. 97), não apresentando uma substância fundante, não existindo uma liberdade real a ser alcançada. Assim, é entendida como um processo de libertação, de questionamento da "naturalidade a-histórica de categorias com as quais nos identificamos, indagando a história que subjaz a estas categorias, isto é, indagando seu processo de constituição" (p. 98).

Nessa medida, enquanto condição ontológica da ética, podemos entender que a liberdade é o que propicia um processo crítico sobre a sedimentação do social, sem se postular uma sociedade substantiva, na medida em que não há uma liberdade real. Esta vinculação indissociável entre política, ética e liberdade é percebida nos quatro artigos.

Tal vinculação, senos impede de dizer de uma sociedade reconciliada, a oposição entre poder e violência resulta em afirmarmos que tudo aquilo que se remete à violência é algo diferente da política ou a própria "negação" da política, já que a liberdade está atrelada ao poder e a violência é concebida como oposta ao poder, pois sempre acarretará, como visto na citação anterior, a "partição entre os que dominam e os que estão subjugados".

A concepção de uma política democrática nesses termos não se constituiria na "sublimação" do antagonismo em agonismo, como vemos na política agonística de Mouffe (2009), mas no desatrelamento entre política e violência e, assim, na possibilidade de

> imaginar que existe um ponto onde ética e política pudessem perfeitamente coincidir, e isto é precisamente o que eu [Mouffe, 2009] estou negando, pelo fato de que isso significa apagar a violência que é inerente à sociabilidade, violência que nenhum contrato ou diálogo pode eliminar, por constituir uma de suas dimensões. (Mouffe, 2009, pp. 134-135, tradução nossa)

O político como antagônico requer não apenas negação, mas também rearticulação hegemônica, não podendo ser concebido num terreno puramente imanente, mas nos termos de uma transcendência fracassada, que necessariamente acarreta dominação: trata-se de hegemonia e não de multiplicidade. Neste sentido, vinculamos a discussão sobre imanência, como um primeiro elemento a se considerar nos artigos quanto à compreensão da resistência (cf. pp. 286-287 deste capítulo), com a discussão sobre a ética e a política diante da noção de poder em Foucault.

Poder-se-ia contra-argumentar que Foucault (1982), se afirma que as relações de poder só se exercem "entre sujeitos livres e somente na medida em que eles sejam livres" (p. 790, tradução nossa), por outro lado, concebe que elas "obviamente não excluem o uso da violência nem tampouco a obtenção do consentimento" (p. 789, tradução nossa). Contudo, Foucault (1982) ressalta em seguida: "Mas, apesar do **consentimento** e da **violência** serem os instrumentos ou os resultados, eles **não constituem o princípio ou a natureza básica do poder**" (p. 789, tradução nossa). Ou seja, a afirmação de que não há sociedade sem relações de poder não inclui como natureza do poder a violência, sendo as relações de poder o campo da política e as relações de violência o campo da "negação da política". O antagonismo não pode ser concebido nesta concepção do político, pois implica

não só alteridade e pluralismo, mas inevitavelmente hostilidade (negação do eles); assim, só pode emergir no terreno da divisão e não em um terreno da multiplicidade.

Machado e Lavrador (2010) definem a política da seguinte maneira:

> a **política é indissociável do pensamento/ação, da liberdade e da ética**. A política afirma a singularidade, forja e expressa, ao mesmo tempo, modos de vida. **Estamos falando de um sentido da política que envolve os processos de subjetivação que afirmam a positividade criadora, do devir outro em nós**, das intensidades que pedem passagem, das diferenciações que nos constitui [sic].**Uma política de criação de si e do mundo**, políticas de resistência que afirmam a **potência alegre da vida como obra de arte.** (p. 120, grifo nosso)

E, então, as autoras recorrem a Hannah Arendt e a Deleuze – cabe-nos considerar que em Arendt o político é pensado como ação conjunta, em Deleuze como multiplicidade, ambas propostas negadoras do antagonismo:

> Hannah Arendt nos brinda com esta frase "otimista": "[...] os homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e saibam eles ou não, estão sempre fazendo" (2004, p. 44). Como suportaríamos esse mundo, essa vida se não o fizéssemos, mesmo quando não percebemos, mesmo quando são minúsculos acontecimentos? Acreditar no improvável e no incalculável, "[...] acreditar nisso como no impossível, no impensável, que, no entanto, só pode ser pensado: 'algo possível, senão sufoco'" (Deleuze, 1990, p. 205). (Machado & Lavrador, 2010, pp. 120-121)

A "vida como obra de arte" é também ressaltada por Rosa e Silva (2007), as quais afirmam que a política, além de ser cartográfica (perguntar quais linhas de liberação da vida e quais linhas de aprisionamento da vida estão em jogo numa certa composição de força), deve ser ética. Isto é, deve-se caminhar pelas linhas de fuga, de libertação da vida e evitar a codificação e a dominação, sendo o imperativo político o seguinte: "tentar se colocar ao sabor de intensidades, de fluxos em ininterrupta movimentação e, com isto, desviar-se do território onde imperam os modelos codificados de vida" (p. 138).

Assim, como apontado anteriormente, se as autoras remetem-se à macropolítica e à micropolítica, a partir do que vimos na crítica de Mouffe (2008) e de Laclau (2005a) à lógica da imanência, podemos considerar que a atividade crítica, na posição de Rosa e Silva (2007), tem por fim o afastamento de qualquer transcendência, não considerando como ato inerente ao político a reconstituição hegemônica, a transcendência fracassada, que visa preencher a plenitude ausente da sociedade e que implica sempre exclusão, na medida em que se trata de divisão e não de multiplicidade.

Machado e Lavrador (2010), recorrendo a uma citação de Negri sobre o pensamento de Deleuze, concebem que "o político é o momento mais alto da ética" (Negri, 1996, p. 13, citado por Machado & Lavrador, 2010, p. 120), sendo o político em Deleuze a afirmação da singularidade como absoluta. Assim, como afirmaram a resistência como primeira, concebem as autoras que "a singularidade é primeira, pura imanência" (p. 120):

uma política que afirma a singularidade "forja e expressa, ao mesmo tempo, modos de vida libertos das amarras dos interesses de um Eu e de um dever moral que transcende a vida" (p. 120).

Envolta nessas considerações, encontramos a noção da ética do cuidado de si, salientada nos artigos de Passos e Benevides (2001), de Machado e Lavrador (2010), de Leite e Aragão (2010).

De acordo com Passos e Benevides (2001), é necessário nos livrarmos do pessimismo frente ao poder de controle/regulamentação alcançado pelo capitalismo contemporâneo. Afirmam que, se a compreensão de Foucault do biopoder pode nos levar a esse pessimismo,

> o último momento do pensamento de Foucault se caracterizou por uma aposta na força da resistência da própria vida tornada obra de arte. Daí a ênfase em temas como os da estética da existência, das práticas de si e o da liberdade. (p. 95)

O que afirmam as autoras sobre a prática de si é que esta se funda num exercício crítico, escolhido voluntariamente por alguns indivíduos, que desnaturaliza o instituído, desestabilizando o conjunto de verdades instituídas. Foucault vincula esta atitude crítica, de acordo com as autoras, à *Aufklarung* presente no trabalho de Kant, que "é definida como uma interrogação filosófica que problematiza tanto a relação com o presente, o modo de ser histórico, quanto a constituição de si mesmo como sujeito autônomo" (p. 96). A diferença em relação à noção de crítica no século XVIII e a Kant é que:

> No lugar de buscar estruturas universais que limitariam o pensamento, Foucault propõe como atitude filosófica a reflexão sobre o presente numa investigação histórica que nos apresenta o plano de produção de nós mesmos ou isto que nos fez constituir e nos reconhecer como sujeitos do que fazemos, pensamos e dizemos. (Passos & Benevides, 2001, p. 97)

De forma a pensar possibilidades de expansão da vida, Machado e Lavrador (2010) recorrem à constituição de uma ética de si na direção da produção de "comuns", a qual, remetendo-se os autores a Negri, consiste num conjunto de singularidades cooperantes que se opõe "à unidade, à soberania do poder, à concepção de poder hegemônico" (p. 132).

Os autores afirmam a

> necessidade de uma ***reapropriação existencial*** (GUATTARI, 1993, p.191) que nos impulsione a desejar que nossas palavras, nossos olhares, nossas vidas sejam diferentes do que são. Diferentes no sentido de menos capturadas, menos servis, menos coadunadas aos padrões, menos reprodutoras de esquemas sutis e cotidianos de micro-facismos, menos apaixonadas pelo poder, pelos títulos, pelos cargos, pela produtividade acadêmica, pela produção de discípulos. (p. 120, grifo nosso)

A reapropriação existencial, segundo os autores, "denota um tomar posse da própria vida individual e coletiva" (p. 131) e

> se refere à ética, a uma constituição ética de si. Entretanto, esta constituição de si não pode ser egóica, pois isso já faz parte do inferno que vivemos. Trata-se de uma não distinção entre pensamento e ação. Consonância entre os conceitos que utilizo e as práticas que efetivo. Todo conhecimento já faz parte de uma política. Toda política é, necessariamente, também, de subjetivação. Tudo isso implica em pararmos de "lavar as mãos", o que significa nos implicarmos, de fato, com a constituição de comuns (Machado & Lavrador, 2010, p. 132).

Leite e Aragão (2010), ao se remeterem à ética do cuidado de si, entendem que o sujeito político não deve ser concebido como um sujeito de direito, e sim como um sujeito ético, uma vez que o atrelamento do sujeito político ao sujeito de direito não assegura a dimensão ética atribuída à noção de cidadão:

> Pensando a partir das indicações de Foucault (2004b, 2006a), **a constituição do sujeito político é articulada sobremaneira à constituição do sujeito ético e a garantia legal do sujeito como sujeito de direito é apenas uma das forças atuantes na produção do sujeito político.** Para Foucault (2004b), o sujeito político é, na maioria das análises, compreendido a partir da constituição do sujeito de direito, seja em termos de direito positivo, em que só passa a existir diante de um certo ordenamento jurídico estabelecido, como exemplo, a Carta Magna Constitucional, seja em termos de direito naturalista, direitos compreendidos como inerentes e fundamentais a todos os homens.Em ambas as análises, o sujeito político é correlativo ao sujeito de direito e, portanto, entendido apenas como produzido a partir de um ordenamento legal. **A correlação imediata e única entre "sujeito de direito" e "sujeito político" não assegura a dimensão ética atribuída à constituição do sujeito político como cidadão.** (p. 549, grifo nosso)

Desse modo, para Leite e Aragão (2010), o sujeito político é concebido como aquele "que **atua e se situa no mundo por meio de uma atitude ética em relação a si mesmo e ao outro**" (p. 550, grifo nosso), tendo como princípio a liberdade. Assim, o sujeito ético-político **atua no "jogo de poder (campo político)** com o mínimo possível de dominação, propondo o estabelecimento de relações mais democráticas. Nesse sentido, não se trata de ser livre do poder, mas de jogar nos jogos políticos **com o mínimo possível de dominação**" (Leite & Aragão, 2010, p. 551, grifo nosso).

A ética do cuidado de si é, então, compreendida como uma "das grandes estratégias políticas" (p. 550) propostas por Foucault para a limitação dos "abusos do poder". Afirmam as autoras que:

> Se as relações de poder se apresentam como uma forma de determinação de condutas e de produção de sujeitos, o cuidado de si, por sua vez, aparece como uma possibilidade também no sentido de produção de sujeitos, contudo, de forma autônoma, **livre das relações de dominação e sujeição**[80]. (Leite e Aragão, 2010, p. 549, grifo nosso)

---

[80] Em citação anterior vimos que Leite e Aragão (2010) afirmam não o fim das relações de dominação, mas o "mínimo possível de dominação". As autoras também dirão em outra parte do texto de "relações de não dominação", apontando novamente para o fim destas. Portanto, há uma ambiguidade no artigo quanto ao significado da atuação ética do sujeito político: se remeteria ao fim ou a um mínimo de relações de dominação. Tal ambiguidade, contudo, mantém em comum o desatrelamento entre poder (campo do político) e violência (negação do político) na concepção de Foucault.

Leite e Aragão (2010) afirmam que o "cuidado de si é uma velha noção grega que se refere à maneira pela qual os sujeitos se conduzem, ao governo que fazem de si mesmos por meio de um exercício ético de autoformação" (p. 544). E definem a ética do cuidado da seguinte maneira:

> A ética do cuidado de si é um exercício, um **cuidado consigo mesmo, com o outro e com o mundo que, no terreno da luta política, traduz-se em movimentos de problematização** quanto à prática de direitos universalizantes e transcendentais, quanto às diversificadas formas de assujeitamento, dominação e controle produzidas pelas tecnologias de governo, às formas de anulação da política, à limitação aos impulsos participativos e democráticos e, também, quanto à limitação das relações de liberdade. (p. 550, grifo nosso)

A relação de cuidado com o outro, no que diz respeito ao cuidado de si, é concebida da seguinte maneira:

> o cuidado de si como atitude ética implica o cuidado do outro, ou seja, o **compartilhamento das dores, das alegrias e da indignação e, especialmente, o cultivo da liberdade**, isto é, o **estabelecimento de relações de não dominação ou assujeitamento consigo mesmo e com o outro**. (Leite & Aragão, 2010, p. 552, grifo nosso)

Essa relação de si com o outro é referida à identificação com um ethos. Leite e Aragão (2010) dizem que: "O que produzimos com o cuidado de si é a possibilidade ética diante da existência, ou seja, produzimos um certo ethôs ou uma subjetividade provisória e pronta a diferenciar-se novamente num processo afirmativo de liberdade" (p. 553). Passos e Benevides (2001) ressaltam que afirmar a resistência como prática de si não pode acarretar a pressuposição de que o fundamento da potência autopoiética encontra-se em um sujeito, pois o "si não é um agente da criação, mas é sempre efeito dela, emergindo de um plano de produção coletivo" (p. 96).

Assim, novamente, essa compreensão, se parece aproximar-se da conversão do inimigo em adversário, a partir da identificação a um ethos democrático, visto na proposta agonística de Mouffe, o desatrelamento entre poder e violência e a noção de imanência sugerem que, ainda que se defenda o pluralismo e a impossibilidade de uma reabsorção completa da alteridade, compreende-se que, em torno da ética do cuidado de si, a política democrática deve objetivar "uma 'conversação sem fim' na qual alguém pode constantemente tentar entrar em relações dialógicas com o 'Outro'" (Mouffe, 2009, p. 129, tradução nossa). Deste modo, o momento da decisão, que caracteriza o campo do político, fica ausente, não sendo possível conceber o antagonismo, e

> Isto tem sérias consequências, desde que são precisamente aquelas decisões [momento da decisão] – que são sempre tomadas em um terreno indecidível – que estruturam as relações hegemônicas. Elas estabelecem um elemento de força e violência que não pode nunca ser eliminado e não pode ser adequadamente apreendido através da linguagem da ética ou da moralidade. (Mouffe, 2009, p. 130, tradução nossa)

Por fim, é interessante considerarmos as influências teóricas de Foucault. Segundo o autor,

> Todo o meu futuro filosófico foi determinado por minha leitura de Heidegger. Entretanto, reconheço que Nietzsche predominou. Não conheço suficientemente Heidegger, não conheço praticamente *Ser e tempo*, nem as coisas recentemente editadas. Meu conhecimento de Nietzsche é bem melhor do que de Heidegger: mas não resta dúvida de que estas são as duas experiências fundamentais que fiz. (...). Jamais escrevi sobre Heidegger, e escrevi sobre Nietzsche apenas um pequeno artigo; no entanto, são os dois autores que mais li. Creio que é importante ter um pequeno número de autores com os quais se pensa, com os quais se trabalha, mas sobre os quais não se escreve. (Foucault, 2004e, p. 259)

Logo à frente, completa:

> sou simplesmente nietzschiano e tento, dentro do possível e sobre um certo número de pontos, verificar, com a ajuda dos textos de Nietzsche – mas também com as teses antinietzschianas (que são igualmente nietzschianas!) –, o que é possível fazer nesse ou naquele domínio. Não busco nada além disso, mas isso eu busco bem. (p. 260)

A crítica de Mouffe (2009) à eticização do político é endereçada àqueles que são influenciados por "Levinas, Arendt, Heidegger ou ainda Nietzsche" (p. 129, tradução nossa).

8.2.2 Outras possibilidades de afirmação do sujeito ético-político

Em razão do artigo de Tassara e Ardans (2008) também fundamentar-se em Foucault, nós o discutiremos primeiramente. Logo após introduziremos a discussão sobre o artigo de Barboza (2000).

Tassara e Ardans (2008) têm por objetivo discutir a relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas, a fim de conceber o papel da psicologia social nestas políticas. Os autores articulam a discussão sobre ideologia em Foucault (crítico à noção de velamento) e em Marx (noção de velamento), enfatizando a racionalidade como o "único alicerce legítimo da *crítica*" (p. 319).

Diferente de artigos analisados anteriormente na abordagem foucaultiana, que se remetiam também a Marx (Aguiar & Rocha, 2007; Neves & Massaro, 2009), Tassara e Ardans (2008) concebem em sua análise a ideia de falsa consciência, propondo uma articulação desta com a proposta crítica de Foucault à noção de ideologia como velamento

da realidade[81]. Naqueles artigos, a referência a Marx se faz para ressaltar a produção social da existência, não afirmando os autores a ideia de uma falsa consciência. Inclusive, em Aguiar e Rocha (2007), vemos claramente uma recusa a esta ideia na crítica a metodologias participativas críticas produzidas na psicologia social, nas quais, segundo as autoras, a transformação era marcada pela centralidade da consciência, entendida em torno da expectativa de que, a partir da aquisição de conhecimentos, a verdade iluminaria a luta contra a exploração ao desmascarar a ignorância ideológica que se fazia obstáculo à transformação.

Tassara e Ardans (2008) afirmam que a aceitação do caráter híbrido da interação humana é um "axioma necessário no estudo ético da sociedade contemporânea" (p. 321). Segundo os autores,

> de um lado, a **aceitação** das diversidades humanas, através do seu encontro historicamente determinado (**historicização**), produz um **descentramento de mesmices identitárias (alterização**); de outro, a **recusa** de tal caráter híbrido, **hierarquiza (hierarquias essas arbitrárias em sua origem) formas de interação humana,** sustentadoras de ideologias subjugadoras de seres humanos por outros seres humanos, gerando racismos, xenofobias, sexismos, fundamentalismos e outros. (p. 321, grifo nosso)

Tassara e Ardans (2008) estabelecem, a partir dessa defesa do caráter híbrido da interação humana (diversidade humana) como pré-requisito ético da compreensão científica do humano, portanto, da alterização das identidades, uma vinculação entre ética e política. É a partir desta vinculação que concebem a relação entre psicologia social (disciplina que estuda a interação em si e por si mesma) e política, cabendo à primeira, naqueles termos, afirmar a construção democrática da sociedade:

---

[81] É importante considerarmos que, quando Foucault (2004g) concebe a noção de "jogos de verdade", relacionando relações de poder e constituição do sujeito, ele se distancia claramente de uma ideia de verdade a ser desvelada, ou seja, de uma concepção de ideologia como falsa consciência. A noção de crítica é pensada em torno da visibilidade dos jogos de verdade: "Essa objetivação [condições que possibilitaram alguma coisa tornar-se objeto para um determinado conhecimento] e essa subjetivação [construção do sujeito como sujeito legítimo de um determinado tipo de conhecimento] não são independentes uma da outra; do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca se originam o que se poderia chamar de "jogos de verdade": ou seja, não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso. Em suma, a história crítica do pensamento não é uma história das aquisições nem das ocultações da verdade: é a história das 'veridicções', entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos". (Foucault, 2004g, p. 235)

> Esta vinculação, ético-política, estaria indelevelmente imbricada com o próprio avanço do conhecimento sobre a interação humana e suas múltiplas formas de manifestação. Configura-se, desta forma, um elo ético necessário entre a psicologia social e a política que comprometido, em seu significado, com o híbrido, com as diferenças, localizar-se-ia nos propósitos da construção democrática das sociedades e da compreensão dos processos de socialização dos indivíduos nessas sociedades. **Caberia enfatizar, então, como uma exigência ética, a necessidade de aceitação da pluralidade de formas de interação humana possíveis evidenciando-se o caráter arbitrário com o qual as hegemonias se legitimam. A vinculação ética gera a indissociabilidade da interface política-psicologia social**. (p. 321, grifo nosso)

Portanto, a política pode ser entendida no sentido da defesa da diversidade humana (pluralismo) e do questionamento das subordinações decorrente de hierarquizações arbitrárias de formas de interações humanas. Ademais, afirmam os autores:

> Se a **interação humana** for considerada sempre, e desde sempre, híbrida, esta consideração implica, ao mesmo tempo, **a aceitação lógica da impossibilidade de determinação a priori**, seja de suas origens e manifestações, seja das interfaces disciplinares no interior das quais o objeto se situará. (p. 322)

Nesse quadro de afirmação do pluralismo das identidades e de reconhecimento do caráter hibrido das interações humanas, Tassara e Ardans (2008) afirmam a **importância da psicanálise** na interação com a psicologia social, no sentido da psicanálise assentar "suas teorias sobre a pressuposição da universalidade das manifestações simbólicas humanas (...) configurando aspectos universais no bojo da diversidade das interações humanas" (p. 322) que são sócio-históricas e políticas.

Entretanto, ao mesmo tempo em que afirmam o caráter híbrido e contingente da interação humana e resgatam a noção de universalidade na psicanálise, esses autores buscam articular a compreensão de ideologia em Foucault – crítica à noção de ideologia como velamento no marxismo – e a compreensão de ideologia em Marx, que afirma exatamente a noção de velamento. Assim, compreendem que a ideologia implica dois modos de obscurecer a relação entre sujeito e objeto, isto é, a relação de conhecimento da realidade, sendo que o que é para Marx um obstáculo ("véu"), é para Foucault o substrato no qual se constituem os sujeitos ("vendas"):

> Esta dialética [relação entre sujeito e objeto] permite incorporar, na análise do problema em questão, tanto a posição marxista como a foucaultiana, e que diz respeito, ao mesmo tempo, aos **véus (do objeto)**, que se interpõem entre o sujeito e o objeto do conhecimento como ato de dominação e as **vendas (do sujeito)** que se interpõem entre o sujeito e o objeto, vindas da formação da subjetividade na socialização, e que também dificultam o conhecimento. Em síntese, para nós, os problemas que a análise da ideologia obriga a enfrentar são, ao mesmo tempo, os dos véus (do objeto) e os das vendas (do sujeito) (Tassara e Ardans, 2005). (Tassara & Ardans, 2008, pp. 325-326, grifo nosso)

Assim, é a partir do enfrentamento a esses dois obstáculos

> que a relação de conhecimento torna-se **verdadeiramente dialética**, pois, junto ao desvelar, o desvendar do sujeito significa o conhecimento das condições políticas da formação do próprio sujeito, sua socialização. Em outras palavras, **permite a emergência da consciência do sujeito enquanto sujeito histórico que, ao desvelar ao sujeito a história social, desvenda a ele sua própria história**, em um movimento que desfaz, concomitantemente, **a falsa consciência e a ilusão**. (Tassara & Ardans, 2008, p. 326, grifo nosso)

Diante da compreensão de que a politização se faz pelo desvelar da "falsa consciência" e do desvendar da "ilusão", afirmam os autores que a racionalidade é

> o único alicerce legítimo da crítica, partindo do pressuposto de que não é possível a crítica se não há condições de se analisar a argumentação em jogo e, ainda, sem a possibilidade de se compreender e aceitar (ou rejeitar) as premissas que sustentem a dita argumentação. (p. 319)

Retomando a construção de uma sociedade democrática, segundo os autores, trata-se de recuperar a "poética da política",

> através da **desnaturalização (democratização) provocada pela crítica** (lógica-filológica-hermenêutica), permitindo a emergência da consciência daquilo que requer solução, dos problemas inerentes às interações humanas cristalizadas em um contexto de disputas e tensões provocadas pela implantação de formas de convívio subjugadoras e dominadoras de uns pelos outros. Ou seja, formas não democráticas, no sentido mais arcaico do termo: a não defesa das minorias frente às maiorias, como ato essencial de governo. (p. 327, grifo nosso)

A partir do processo crítico de desnaturalização da ideologia (processos de dominação), que possibilita a poética da política, busca-se a "**compreensão dos problemas de interação humana inerentes à vida social** em cada instante de sua dinâmica**, em um processo ininterrupto de aperfeiçoamento da mesma**, rumo à utopia da democracia radical" (p. 328, grifo nosso). Utopia de uma democracia radical que, vinculada a este processo ininterrupto de aperfeiçoamento da dinâmica da interação humana (processo crítico), tem por fim "a **transparência das interações humanas** na vida social" (p. 328, grifo nosso) e, assim, a aceitação do hibridismo gerado pela diversidade das possibilidades humanas, que nesse artigo significa o reconhecimento ético da existência humana (alterização das identidades). Assim, o processo crítico parece apontar para a junção entre a ética e a política, ressaltando a alteridade sem reconhecer a inerradicabilidade do antagonismo.

Cabe-nos lembrar novamente de que a crítica à injunção da ética ao político não significa que a teoria democrática radical e plural negue a dimensão ética na dinâmica política, mas sim pensa-a como não dissociada do antagonismo e, assim, da compreensão da divisão social como constitutiva das relações sociais em "nós" e "eles", que numa política democrática deve se fazer em torno de canais que permitam sublimar a relação amigo-inimigo em torno de uma relação agonística, sem que isso implique a possibilidade de pôr fim à violência e ao antagonismo (Mouffe, 2009). Ainda que Tassara e Ardans

(2008) remetam-se à “utopia da democracia radical”, esta, entendida nos termos de Laclau e de Mouffe, não se coaduna com o objetivo da “transparência das interações humanas”.

Apenas numa proposta baseada no antagonismo e, assim, na impossibilidade de junção entre a ética e a política e de uma concepção de falsa consciência, é que Mouffe (2009) recorre à psicanálise e que concebemos nesta tese a importância da concepção do sujeito como sujeito da falta e as noções psicanalíticas de significante vazio, identificação, sobredeterminação na concepção do político na psicologia social. Mouffe (2009) recorre à “ética do Real” psicanalítica como adequada à política democrática ao entendê-la

> Como uma ética que luta para criar entre nós uma nova forma de vínculo, um vínculo que nos reconhece como sujeitos divididos, a “ética do Real” psicanalítica (Zizek) é, na minha visão, particularmente adequada para uma democracia pluralística. Não sonhar com uma reconciliação impossível decorre de reconhecer não somente que a multiplicidade de ideias de bem é irredutível, mas também que **antagonismo e violência são inerradicáveis**. O que fazer com esta violência, como lidar com o antagonismo, são questões éticas com as quais uma política democrática-pluralista será sempre confrontada e para as quais nunca poderá ter uma solução final. (pp. 139-140, tradução nossa, grifo nosso)

Quanto ao artigo de Barboza (2000), a autora, remetendo-se a Sawaia, entende que, na sociedade contemporânea, em decorrência de aspectos como o individualismo, o consumismo, o dogmatismo, é necessário vincular ética e política, “tendo em vista a construção de uma práxis em nossa realidade social mais humanizadora, plural e cidadã, com vistas à construção de sujeitos abertos à alteridade e à emancipação” (p. 64, nota de rodapé 2).

Para a autora, a politização das relações sociais é pensada em torno do conceito utilizado por Sawaia, influenciada pelas ideias de Espinoza, de “potência de ação”. Segundo Barboza (2000), o “despertar da potência de ação” nos sujeitos fomenta “a cidadania, a democracia e a esperança, facilitando-lhes a criação de vínculos que possam contribuir com a construção de um processo de qualificação pessoal e social, fortalecendo-lhes a integração comunitária” (p. 61).

O sofrimento daqueles em relações de dominação é compreendido como “sofrimento ético-político”, sendo que

> O conceito de sofrimento ético-político adotado neste trabalho retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 1999, pp.104-105). (Barboza, 2000, p. 60)

É assim, a partir da construção de “sujeitos abertos à alteridade”, através do “despertar da potência de ação”, que a autora concebe a possibilidade de se enfrentar o

"sofrimento ético-político". A alternativa para as relações de subordinação é o fomento à "formação de referenciais de solidariedade, de cooperação e do sentido de comunidade" (p. 60), entendendo

> comunidade como referencial na luta contra o sofrimento e na busca pela "felicidade ética e política" (Sawaia, 1999), rompendo-se com o particularismo ético, político e econômico na construção de sujeitos abertos à alteridade e à transcendência de qualquer forma de determinismo, de autoritarismo, de desqualificação e injustiça social. (Barboza, 2000, pp. 60-61)

Essa noção de construção de uma sociedade democrática está atrelada à concepção de cidadania como não reduzida à questão econômica[82], sendo entendida como sentir-se igual aos outros, bem como à compreensão de que, a partir da integração comunitária, "as identidades tornam-se crioulas sem perder o sentido de si e do outro, para poder dispor de si para si e para o outro (Sawaia, 1997, p. 86)" (p. 60).

A afirmação de que as identidades se tornam crioulas, por um lado, se indica para o caráter relacional das identidades, por outro lado, na forma que se concebe a democratização das relações sociais, ressalta-se a abertura para a alteridade e fica invisibilizado o "momento da decisão", indicando para a possibilidade do alcance de uma junção entre ética e política, impossibilitando a concepção de antagonismo. Ainda que a autora não conceba um fundamento último da realidade, a noção de comunidade aponta para a ideia de uma sociedade reconciliada.

8.3 Considerações gerais sobre a vertente analítica

A compreensão da construção democrática como um empreendimento ético, ressaltada em artigos desta vertente, implica, portanto, uma perspectiva política que, ainda que afirme a existência de conflitos na dinâmica política, não se coaduna com a defesa do antagonismo como elemento fundamental ao político. A junção entre política e ética nesta perspectiva política contribui para compreendermos a invisibilidade de uma reflexão clara sobre o "momento da decisão" nos artigos. Além disso, cabe-nos enfatizar a noção de uma "transparência das relações sociais" no artigo de Tassara e Ardans (2008), e de alcance de uma comunidade humanitária, plural e cidadã, em Barboza (2000).

Centrando-nos na abordagem foucaultiana, em relação àquela invisibilidade do momento da decisão, é interessante considerarmos que o próprio Foucault (2004h), ao

---

[82] Como vimos, Sawaia, em texto publicado juntamente como Silvia Lane, em 1991, argumenta, em coerência com a perspectiva gramsciniana, a favor de determinação, em última instância, da economia. Nesse artigo de Barboza (2000), contudo, não há esta discussão nem o uso daquele texto, utilizando Barboza a referência de outros textos de Sawaia para apresentar a relação entre ética e política.

responder à crítica sobre a inexistência de sujeito em sua obra, não aponta para o "momento da decisão", mas apenas, a partir da crítica a um sujeito universal, que entende o sujeito em termos de subjetivação, o que mantém nosso questionamento sobre o momento da articulação e do antagonismo:

> penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade [ética do cuidado de si] – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural. (Foucault, 2004h, p. 291)

Em relação à mediação racional da politização das relações sociais, cabe-nos considerar o apontamento de Passos e Benevides (2001) de que a atitude crítica em Foucault está relacionada à crítica kantiana, ainda que não vise Foucault buscar estruturas universais que limitariam o pensamento. Sob esta influência, a razão desempenha importante papel na proposta foucaultiana, não no sentido de um sujeito exclusivamente racional, mas talvez no resquício

> de uma visão otimista da sociabilidade humana, vendo a violência como um fenômeno arcaico que não realmente pertence à natureza humana. De acordo com eles [filósofos do Iluminismo], formas antagonistas e violentas de comportamento, tudo que é manifestação de hostilidade, pode ser erradicado pelo progresso da troca e pelo desenvolvimento da sociabilidade. (Mouffe, 2009, pp. 130-131, tradução nossa)

Ressaltamos nos artigos a noção de imanência, a distinção entre poder e violência, a relação entre política e ética, a noção de cuidado si. Concebemos que nem toda resistência é resistência política e que toda resistência política está inerentemente relacionada ao momento de decisão, assim, ao antagonismo e à hegemonia, processos estes que são invisibilizados nos artigos.

Mais um elemento que gostaríamos de apontar e que está relacionado aos anteriores é o papel da psicologia social atribuído por Rosa e Silva (2007). Para as autoras, "a psicologia social como campo de problematização da vida e dos modos de subjetivação contemporâneos" (p. 139) anuncia uma escolha ética e um posicionamento político, sendo "a própria preferência em nome da vida que define a especificidade política da psicologia social" (p. 139). Assim, a utopia de sociedade apresentada por Rosa e Silva (2007) e que, de maneira geral, poderia ser expandida para outros artigos de abordagem foucaultiana é explicitada nos seguintes termos: "Enfim, o que vale é abrir caminhos para a vida se manifestar livremente, pois assim temos o suporte no qual se apoia a invenção de formas de uma sociedade nova" (p. 140).

No capítulo final desta tese propomos um papel à psicologia social a partir do papel do intelectual, mas, se ressaltamos a condição fundamental de uma ética democrática, não nos limitamos a afirmar a importância da pluralidade de demandas democráticas e da subversão de diferentes relações de dominação. Defendemos junto a isto o papel do intelectual em contribuir para articulações entre formas de vida que politizaram o social, tendo por fim não um terreno da multiplicidade e a possibilidade de uma junção entre ética e política, mas sim o da rearticulação hegemônica.

No próximo capítulo abordaremos artigos que se remetem a Mouffe ou a Laclau, na construção argumentativa sobre a dinâmica política. Assim, no capítulo buscaremos, principalmente, compreender o modo como os autores utilizam a teoria democrática radical e plural na análise sobre a produção de uma sociedade democrática.

CAPÍTULO 9

ANTAGONISMO COMO FUNDAMENTO DO POLÍTICO: USOS DA TEORIA DEMOCRÁTICA RADICAL E PLURAL E A UTOPIA DE SOCIEDADE

9.1 Apresentação da vertente analítica

Neste capítulo abordamos 10 artigos, os quais foram publicados nos dois últimos períodos históricos compreendidos na tese. Entre 1996-2005 temos três artigos, publicados por Prado (2001; 2002), Azeredo (2005); entre 2006-2011 temos sete artigos, publicados por Menezes e Castro (2006); Castro (2007); Mayorga, Magalhães, Patrício, Cruz e Alves (2008); Costa, Machado e Prado (2008); Adrião e Toneli (2008); Rodrigues e Prado (2010); Gomes e Maheirie (2011).

Os artigos remetem-se a Mouffe e/ou Laclau, sobretudo a Mouffe, na construção argumentativa sobre a politização das relações sociais. Nesta medida é que, **na seção 9.2 Discussão dos artigos**, desta vertente, apontamos para a discussão sobre os usos da teoria democrática radical e plural. Salientamos, contudo, que os autores recorrem também a outras perspectivas teóricas naquela discussão.

Nesses artigos, assim como vimos nas vertentes analíticas anteriores, temos uma concepção do indivíduo como posicionado no interior de um conjunto de significação que tanto o constitui como sujeito quanto é produzido por ele, na medida em que é um sujeito relacional e ativo na constituição da sociedade em que vive. Neste sentido, permanece a crítica a um indivíduo abstrato e a preocupação em compreender as relações de dominação e as possibilidades de mudança social que foi cara à emergência da crise da psicologia social brasileira.

Assim como nas vertentes analíticas do sujeito racional e do sujeito ético-político, nesta vertente analítica, diferente da vertente analítica fundamento último da realidade, não se pressupõe uma determinação, em última instância, da economia.

Inicialmente discutimos os artigos publicados por Prado (2001; 2002) e por Castro (2007) e aqueles dos quais eles também são coautores: Costa, Machado e Prado (2008), Rodrigues e Prado (2010), Menezes e Castro (2006).

Posteriormente discutimos os artigos que recorrem a artigos de Prado e/ou de Castro: Mayorga et al. (2008), Gomes e Maheirie (2011).

Por fim discutimos os artigos de Azeredo (2005) e de Adrião e Toneli (2008), os quais citam a concepção de poder em Foucault na discussão sobre a dinâmica política, mas que não foram abordados na vertente anterior em razão do uso da concepção de democracia em Mouffe na construção argumentativa.

9.2 Discussão dos artigos

Prado (2001) discute algumas teorias sobre ações coletivas e concebe que duas questões se fazem fundamentais para a análise das ações coletivas:

> a identidade coletiva como um processo de criação de significados coletivos, de "dar formas" à ação social (Melucci, 1996), e de referências e pertencimentos que favorecem a participação dos sujeitos em ações coletivas; e o político como um espaço não institucional definido a partir das disputas por significar o real bem como as identidades, elas mesmas. (p. 167)

De acordo com o autor, há uma "lacuna" entre indivíduo e sociedade na compreensão das ações coletivas, lacuna estaque é preenchida por algumas teorias em torno de modos que indicam para o que concebemos como "negação" do político, ou seja, a noção de uma sociedade e de um sujeito transparente ou de um sujeito que se define pela positividade e não pela negatividade:

> o preenchimento desta "lacuna" entre o sujeito e o sistema (Touraine, 1995), ou entre as condições objetivas e as subjetivas, tem centrado suas explicações a partir de uma concepção essencialista do sujeito coletivo, sejam elas sociológicas ou psicológicas. Exemplo disto pode ser encontrado nas concepções marxistas que analisam as ações coletivas, nas quais o hiato tem sido preenchido, no início pela ideia de partido político revolucionário, depois pela noção de vanguarda e, mais recentemente, pela ideia de uma consciência crítica que, supostamente ao livrar-se dos desmandos da ideologia, seria capaz de impulsionar a ação coletiva para uma sociedade e um sujeito objetivamente transparente. Por outro lado, outras concepções essencialistas e, talvez mais psicológicas, também têm buscado o preenchimento desta "lacuna"; um bom exemplo pode ser visto nos conceitos que definem os atores coletivos pela enumeração de características positivas identitárias, ao buscar delinear suas essências ou características particulares próprias, formando, assim, grupos de apelo a diferenças, mais uma vez, naturalizadas (Norval, 1994). O reconhecimento desta lacuna e a não recorrência às essencialidades predeterminadas para compreensão dos sujeitos coletivos, pensamos, é um frutífero caminho para a construção de uma Psicologia Política. (Prado, 2001, p. 166)

Remetendo-se a Mouffe, Prado (2001) concebe a importância da revolução democrática para a emergência de sujeitos políticos, ressaltando a historicidade e a contingencialidade possibilitadas por este momento histórico:

> a partir da revolução democrática, podemos perceber o advento de sujeitos coletivos que reconhecem o caráter histórico das desigualdades. Os discursos hegemônicos encontram seus agentes antagônicos, ou seja, a participação do indivíduo enquanto sujeito da esfera da política, participação esta que se dá na esfera pública e que articula a construção de demandas coletivas capazes de reconhecer o caráter histórico das posições sociais e de poder (Mouffe, 1988). (...) algumas desigualdades sociais passaram a se constituir enquanto ações antagônicas pois, na chamada sociedade industrial, deixaram de ser entendidas como vinculadas à lógica da naturalização. Isto, sem dúvida, foi possível a partir de uma radicalidade de dois elementos importantes: a historicidade e a contingência. (Prado, 2001, p. 153)

O autor entende o espaço do político "enquanto um espaço de emergência de antagonismos, sejam estes, inicialmente privados ou públicos, que conferem ao campo do político o 'lugar' de articulação destas identidades e ações coletivas" (Prado, 2001, p. 154). Diferenciando antagonismo e contradição, remetendo-se a Laclau, observa-se na compreensão de Prado (2001) a inexistência de um caráter emancipador predeterminado nas ações coletivas:

> Neste sentido, estamos partilhando da ideia de que alguns discursos coletivos, quando na esfera do político, ou seja, quando estabelecidos pelo reconhecimento histórico das desigualdades sociais, colocam-se como antagonismo e não como contradições sociais. Na noção de contradição, sobretudo em Marx, está embutida uma ideia de elemento interno à dialética, de maneira que este elemento é momento para uma superação. A dialética e o seu elemento interno predeterminam o elemento subsequente e no antagonismo não está dado [sic] uma conexão interna que possa predeterminar o elemento subsequente. Neste sentido, configurar-se como um discurso antagônico não determina sua abrangência, nem tampouco sua solução. Sua abrangência estará determinada pelo processo de constituição destas identidades coletivas. (p. 152, nota de rodapé)

No artigo publicado em 2002, no qual Prado propõe um modelo de constituição de identidades políticas, ele também concebe as identidades coletivas e a noção de político, apresentada no artigo de 2001, como fundamentais à análise das ações coletivas. Neste sentido, Prado (2002) afirma que três aspectos psicossociais são importantes na constituição do processo de mobilização social: "a identidade coletiva (Melucci, 1996), a transformação das relações de subordinação em relações de opressão (Laclau & Mouffe, 1985) e a demarcação de fronteiras políticas (Howarth & Stavrakakis, 2000)" (p. 65).

Ainda que a transformação das relações de subordinação em relações de opressão seja concebida por Prado (2002) a partir da diferenciação proposta por Tajfel entre mobilidade e mudança social, ressalta o autor que ele se afasta da noção de identidade social, diferenciando esta da noção de identidade política – concebida a partir da teoria democrática radical e plural –, pois concebe a mobilização social em termos de discursos e práticas antagônicas e

> não somente como diferenciações sociais entre as categorizações grupais, mas, pelo contrário, como impedimentos e possibilidades na conquista da equivalência de direitos (Mouffe, 1992). Aqui está a diferença basal entre identidade social e identidade política. A primeira se estabelece como um conjunto de atribuições e referências da pertença grupal e social do indivíduo e a segunda, por sua vez, como um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais e, exatamente por isso, ela é experienciada como um NÓS que está sendo impedido por um ELES de realização de suas demandas sociais, portanto como uma relação antagônica. Ela **se estrutura na passagem da consciência das relações de subordinação para o reconhecimento do caráter opressivo** destas, não por outro motivo, a identidade política está centrada em relações entre um NÓS e um ELES, que se constituem como fruto da instalação de um antagonismo (Mouffe, 1992; 1995). (Prado, 2002, p. 60, grifo nosso)

Ao basear-se, sobretudo, na teoria democrática radical e plural, o modo como Prado (2001; 2002) concebe a politização e a sedimentação das relações sociais é semelhante ao

que temos defendido nesta tese, isto é, a politização é entendida em torno da noção de antagonismo e a sedimentação a partir da noção de hegemonia. Assim, para o autor, os processos de mobilização social são concebidos

> não como processos definidos *a priori* ou carregados de uma finalidade teleológica, mas pelo contrário, devem ser tomados como processos que buscam iniciar práticas articulatórias que não podem ser definidas previamente (Laclau & Mouffe, 1985). Enquanto tais, não podem ser tidos como modelos de interpretação de atores únicos ou portadores de processos emancipatórios previamente estabelecidos. (Prado, 2002, p. 65)

Contudo, uma ressalva é importante: ainda que reconheçamos que Prado (2001; 2002) recorre à noção de identidade coletiva em Melucci, de maneira a articulá-la com a de identidade política em Mouffe, consideramos que esta referência não é particularmente útil. Por um lado, assim como Prado (2002), concordamos com a crítica à noção de identidade social, por outro lado, concebemos que recorrer à noção de identidade coletiva (Melucci) implica uma compreensão semelhante à criticada por nós na vertente do sujeito racional, ou seja, na compreensão da ideia da identidade política como uma identidade coletiva politizada.

Prado (2002) concebe que "o mais importante da identidade coletiva é o compartilhamento de valores e crenças que definem uma cultura política do grupo, colaborando na configuração e mediação da relação entre diferentes grupos" (p. 67), tratando-se de uma identidade que se constitui em termos de positividade. Entendemos que é por esta razão que o autor, ao conceber a politização das formações sociais, tem necessidade de recorrer a uma noção de consciência, como vimos em citação anterior: "Ela [identidade política] se estrutura na **passagem da consciência** das relações de subordinação para o reconhecimento do caráter opressivo destas" (p. 60). Isto é, se Prado (2001) recusa a pensar o sujeito em termos de "essencialidades pré-determinadas", a "lacuna" entre sujeitos e sistema, ressaltada nesta passagem do artigo de 2002, é preenchida pela noção de consciência.

Como temos discutido ao longo da tese, só é possível concebermos a constituição da identidade política em termos antagônicos a partir da noção de identificação discursiva, e não em torno da ideia de uma "consciência política", de uma "identidade politizada", uma vez que se trata de um sujeito concebido como sujeito cindido. Neste sentido, a tese defendida por Laclau e Mouffe (1985) quanto à transformação da relação de subordinação em relação de opressão pressupõe a necessidade de um "exterior" discursivo, entendendo esta transformação não em torno da reflexividade, do desenvolvimento de uma autoconsciência sobre a historicidade das relações sociais, mas de um processo de

identificação que subverte o princípio de organização do campo de representação hegemônico:

> Somente na medida em que o caráter positivo diferencial da posição de sujeito subordinada é subvertido é que o antagonismo pode emergir: "servo", "escravo", etc., não designam eles mesmos posições antagônicas; **somente em termos de uma formação discursiva diferente**, tal como "direitos inerentes a todos os seres humanos", **é que a positividade diferencial destas categorias pode ser subvertida e a subordinação construída como opressão**. Isto significa que não existe relação de opressão sem a presença de um "exterior" discursivo, a partir do qual o discurso de subordinação pode ser interrompido. A lógica de equivalência, neste sentido, desloca os efeitos de alguns discursos em direção a outros. No caso das mulheres, até o século XVII, o conjunto de discursos construíam-nas como sujeitos fixados pura e simplesmente em uma posição subordinada; assim, o feminismo como movimento de luta contra a subordinação das mulheres não pôde emergir. **Nossa tese é de que somente no momento em que o discurso democrático tornou-se disponível para articular as formas diferentes de resistência à subordinação foi que as condições existiram para tornar possível a luta contra diferentes tipos de desigualdade.** (...). Mas a fim de ser mobilizado deste modo, o princípio democrático de liberdade e igualdade primeiro teve que se impor como a nova matriz do imaginário social. (Laclau & Mouffe, 1985, pp. 154-155, tradução nossa, grifo nosso)

Nessa medida, é em termos de sujeito e de posição de sujeito, e não de identidade coletiva (no sentido de Melucci), que podemos conceber, de maneira mais coerente, a noção de antagonismo, pois, do contrário, faz-se necessário recorrermos à noção de consciência política e, assim, à influência do projeto epistemológico iluminista da razão, que é exatamente do que Mouffe busca se afastar, entendendo-o como uma tentativa de reocupação do lugar de Deus. Portanto, como afirma Mouffe (1996): "Só com uma concepção não essencialista do sujeito, que integra a visão psicoanalítica de que todas as identidades são formas de identificação, podemos colocar a questão da identidade política de maneira frutuosa" (p. 97).

A posição de sujeito, se é entendida como uma posição diferencial no interior de um discurso, isto é, um "momento", ela não pode ser concebida como uma positividade que se politiza, uma vez que desde o início ela é dividida entre seu caráter de literalidade (que é a única possibilidade de se constituir como presença discursiva) e seu caráter equivalencial (condição de articulação em torno de um imaginário social). Apenas por isto o sujeito político pode ser concebido como um sujeito mítico, pois, se as posições de sujeito fossem somente identidades positivas ("momentos"), não seria possível pensarmos nenhum imaginário social antagônico. O campo político seria concebido como um campo de representação de interesses entre "identidades positivas" politizadas; ou, na afirmação de um fundamento último da realidade, teríamos que abrir mão da radicalidade da contingência para pressupor a constituição de uma outra alternativa de sociedade, passível apenas de ser plena, pois constituída não sob articulações antagônicas, mas sim pela afirmação de uma substancialidade da realidade, da submissão do real a uma forma fixa.

Em ambas as situações seriam inconcebíveis deslocamentos entre “momento” e “elemento”, ou seja, o próprio momento de constituição do sujeito político.

Dessa forma, ao concebermos a noção de posição de sujeito como o modo de se entender as diferenças no interior de uma formação social, necessitamos compreender a existência de uma tensão inerente a toda cadeia discursiva, em decorrência daquela divisão inerente a toda posição de sujeito:

> a inscrição equivalencial tende a dar solidez e estabilidade às demandas, mas também restringe sua autonomia, já que estas devem operar dentro de parâmetros estratégicos estabelecidos para a cadeia como um todo. [...] A tensão entre estes dois momentos é inerente ao estabelecimento de toda fronteira política e, de fato, de toda construção do “povo” como um agente histórico. Finalmente, está a questão dos limites deste duplo jogo de subordinação e autonomização das demandas particulares. A cadeia somente pode viver dentro da tensão instável entre estes dois extremos e se desintegra se um deles se impõe totalmente sobre o outro. A unilateralização do momento da subordinação transforma os significantes populares em uma essência [*entelequia*] inoperante incapaz de atuar como um *fundamento* para as demandas democráticas. [...] Por outro lado, a autonomização, mais além de certo ponto, conduz a uma lógica pura das diferenças e ao colapso do campo equivalencial popular. (Laclau, 2005a, pp. 163-164, tradução nossa)

Nos outros artigos em que Prado é coautor observamos também uma tentativa de relacionar a concepção antagonista do político – proposta pela teoria democrática radical e plural, compartilhando dos conceitos de antagonismo e hegemonia na compreensão do político – com a noção de consciência política e, portanto, de uma identidade coletiva politizada.

Costa, Machado e Prado (2008) discutem a dinâmica da participação política no movimento social LGBT. Compartilhando da posição de Sandoval sobre a existência de uma lacuna nos estudos sobre as ações coletivas, compreendem que, diante daquela lacuna “se deve colocar o indivíduo como elemento central na análise do comportamento, considerando-se necessário o uso de abordagens construtivistas” (p. 325), focalizando fatores psicossociais, estruturais e conjunturais na análise da participação política.

Diante da emergência de novos sujeitos políticos nas últimas décadas, que transitam entre a esfera pública e a privada, os autores afirmam a necessidade de uma rearticulação destas esferas na análise da participação política, recorrendo a considerações de Mouffe e de Sandoval e ao conceito de “privacidade compartilhada” de Benjamim Tejerina. Assim, definem participação política

> como uma manifestação pública, que pode se relacionar a espaços de privacidade compartilhada, através da qual se busca superar as tendências de privatização da vida, dominantes na sociedade moderna (Tejerina, 2005), e também propiciar a construção de uma sociedade mais justa e democrática. (Costa, Machado & Prado, 2008, p. 326)

Costa, Machado e Prado (2008) consideram os movimentos sociais como "os motores da inovação democrática" por se atentarem a novas formas de articulações contra-hegemônicas.

Os autores, recorrendo a Prado (2001; 2002), compartilham a importância de se conceber o sujeito coletivo como descentrado, o político como não restrito à esfera institucional, e a constituição da identidade política na análise das ações coletivas. Em relação à identidade política, concebem-na tendo por referência o artigo de Prado (2002) e, apesar de não mais recorrerem à definição de Melucci de identidade coletiva, utilizam a noção de consciência política no artigo, para o que cabe a mesma crítica realizada anteriormente. Entretanto, é importante considerarmos que Costa, Machado e Prado (2008) trabalham com a noção de "posição de sujeito" ao discutirem as articulações entre o movimento social LGBT e a luta de outros sujeitos políticos em termos de uma democracia radical e plural, ressaltando a lógica da equivalência na constituição da luta política:

> Devemos enfatizar que, para que a luta de um movimento social não se sobreponha e marginalize as reivindicações de outros, é imprescindível compreender que, se a tarefa da democracia radical é aprofundar a revolução democrática e entrelaçar as diferentes lutas democráticas, é necessário criar novas **posições de sujeito** e um novo senso comum "que transforme a identidade de grupos diferentes, de forma que as exigências de cada grupo possam ser articuladas com as dos outros, segundo o princípio da equivalência democrática (Mouffe, 1996, p. 33). (Costa, Machado & Prado, 2008, p. 331)

É interessante ressaltarmos essa preocupação com a articulação de lutas políticas na análise, uma vez que, como temos indicado nas discussões anteriores, os artigos concentram-se, sobretudo, na compreensão das demandas dos sujeitos como demandas particulares, não enfatizando a lógica da equivalência. Esta preocupação com a lógica da equivalência também é notada no artigo de Rodrigues e Prado (2010) sobre o Movimento de Mulheres Negras, na medida em que compreendem que este movimento "articula em sua construção identitária reivindicações do discurso democrático e de direitos de outros sujeitos sociais" (p. 453). Como já ressaltamos, a articulação entre lutas políticas é uma estratégia fundamental para a constituição de uma contra-hegemonia e, assim, de um projeto para a esquerda.

O artigo de Rodrigues e Prado (2010) tem por foco o "estudo dos processos mediacionais envolvidos na constituição da identidade coletiva do Movimento de Mulheres Negras e sua relação com o Estado brasileiro" (pp. 445-446). Como nos artigos anteriores, também se observa o uso da noção de antagonismo em Mouffe: "Partindo do pensamento de Mouffe (1988), podemos observar como o Movimento de Mulheres Negras demonstra uma das possibilidades de emergência de antagonismos dentro da sociedade capitalista" (p.

454). Entretanto, propõem no artigo “estabelecer sínteses entre as teorias sobre *Identidade Coletiva* e *Estrutura de Oportunidades Políticas* propostas, respectivamente, por Alberto Melucci (1996) e Sidney Tarrow (1994)” (p. 446).

Segundo Rodrigues e Prado (2010), a importância de se recorrer a Melucci está na compreensão deste autor de “que qualquer compreensão dos fenômenos sociais necessita partir não somente da análise das condições estruturais, mas também das dinâmicas de constituição dos atores sociais” (p. 448), ressaltando a “diversidade e os conflitos existentes sob a aparente unidade (NÓS)” (p. 448). Nesta medida, entendem os autores que a aparente unidade do movimento é “sustentada pelas negociações, decisões conflitivas, trocas simbólicas constantemente ativas, mas não aparentes na superfície da ação” (p. 451).

Contudo, caberia nesse artigo a mesma crítica realizada à noção de identidade coletiva, a qual é definida por Rodrigues e Prado (2010) a partir da referência a Prado (2002), levando-os a conceber a constituição da identidade política não em termos de identificação discursiva, mas da politização de uma identidade coletiva, que é anterior ao próprio momento da decisão, quando seria mais coerente conceber a noção de posição de sujeito e, assim, de um sujeito cindido desde o início.

Ao recorrerem à teoria de Oportunidades Políticas de Tarrow e à noção de consciência política de Sandoval, Rodrigues e Prado (2010) demonstram um foco na “racionalidade da política”, e não no campo do político em termos de antagonismo, salientando a capacidade avaliativa dos sujeitos no processo de tomada de decisão e, assim, nas trocas, nas negociações, nos cálculos estratégicos, na relação com adversários.

A presença da tentativa de conciliação entre perspectivas epistemológicas e ontológicas distintas nesses artigos pode ser concebida como uma influência sobre esses autores do momento de retomada dos estudos psicossociológicos no campo das ações coletivas, nas décadas de 1980 e 1990, como indicamos na vertente do sujeito racional, remetendo-nos a Prado (2000). Momento em que se buscou, sob influência da base racionalista da Teoria de Mobilização de Recursos, focar em conceitos como identidade, consciência, representações (Prado, 2000).

Por outro lado, tal tentativa de conciliação pode ser entendida de maneira mais ampla, referindo-se a um modelo de pensamento presente na psicologia social brasileira, ao menos no período analisado nesta tese, já que presente em todas as vertentes analíticas discutidas. Este modelo caracteriza-se pela busca em romper com uma leitura individualista da psicologia, mas também macroestrutural da sociologia, sobretudo,

marxista – ou seja, com a importante lacuna apontada nos artigos de Sandoval (1989a, 1989b) selecionados para a tese –, orientando-se para a concepção do sujeito político em torno de um processo psicossociológico caro à noção de consciência, ainda que com matizes distintos. Retomaremos esta discussão no último capítulo da tese, no qual apresentaremos uma proposta de psicologia social.

Os artigos de Castro abordam o debate entre política e juventude. Menezes e Castro (2006) discutem a relação entre modo de subjetivação e política, mais especificamente, "como, no contemporâneo, as formas de subjetivação colocam dificuldades específicas para a convivência social e, portanto, para as formas 'políticas' do diálogo e dos acordos" (p. 15), tendo como elemento analisador a relação amigo/avesso do amigo, discutida a partir de oficinas realizadas com jovens. Castro (2007) tem por objetivo "mostrar a relevância da política para o campo de estudos da infância e da adolescência" (p. 289), analisando a representatividade de crianças e jovens no campo da política.

Em ambos os artigos ressalta-se a concepção antagônica do político a partir da teoria democrática radical e plural. De acordo com Menezes e Castro (2006),

> A **natureza do político deve ser pensada como *antagonística***, uma vez que *o político não pode se restringir a uma determinada instituição, nem ser concebido como uma esfera específica ou um setor da sociedade. É preciso considerá-lo como uma dimensão que é inerente a toda sociedade humana e que determina nossa própria condição ontológica* (Mouffe, 1993, p.3). O ***retorno ao político* consiste, assim, em poder assumir a inexorabilidade do conflito e da contradição na convivência social** afastando o mito da sociedade transparente que, através do diálogo racional, poderia chegar a definir procedimentos tidos como verdadeiros e universais para a gestão da vida em comum (p. 18, grifo nosso)[83].

Para as autoras, a política coloca em questão "o vínculo entre diferentes, as possibilidades de se aceitarem e se reconhecerem para poderem conduzir a vida em sociedade" (p. 15).

Castro (2007) concebe a política "como o campo dos antagonismos e das diferenças (Mouffe, 1993; 2005) instaurado pela convivência plural entre homens, mulheres, crianças e idosos na consecução de transformar o que os oprime" (p. 289).

A autora remete-se a uma discussão importante no trabalho de Laclau e de Mouffe referente à noção de representação, a qual se encontra intrinsecamente ligada ao debate sobre particular e universal e à impossibilidade de um universal pleno, apontando para o momento da decisão e para a distinção em relação à noção de democracia em Schmitt, que exige identidade entre representante e representado.

---

[83] Verifica-se que as autoras utilizam os termos contradição e antagonismo sem distingui-los.

De acordo com Castro (2007): “Na política, a noção de representatividade cumpre a função de organizar uma fala e uma vontade que não podem ter lugar no espaço público” (p. 289). Recorrendo a Laclau, afirma que “a representatividade nos lança no campo da ambiguidade e do indecidível” (p. 290), primeiro, por não ser transparente e ser essencialmente ambígua, na medida em que “não traduz uma relação fidedigna entre representados e representantes” (p. 290); segundo, pelo fato de que, “tendo em vista as inúmeras possibilidades que se colocam, temos que escolher um, dentre vários caminhos possíveis” (p. 290). Assim,

> a decisão sempre constitui um momento “precipitação” e “urgência”. Entre a generalidade de um princípio e a particularidade específica da situação de decisão com que nos deparamos, há sempre uma descontinuidade, um ato de loucura, como diria Kierkegaard, porque **a decisão nos ejeta ao abismo inexorável de traçar um caminho a partir de uma pluralidade de opções à nossa frente – o campo aberto do indecidível**. Uma decisão real nos deixa desamparados, porque sempre escapa ao princípio que a instrui (Laclau, 1997). (Castro, 2007, p. 290, grifo nosso)

Esse aspecto da decisão no terreno do indecidível, que caracteriza o campo do político, também é explicitado por Menezes e Castro (2006) ao abordarem que a proposta política de Mouffe, a partir da qual concebem o político, é “inspirada na abordagem desconstrucionista do filósofo Jacques Derrida que ressalta a concepção de ‘inerradicabilidade’ do conflito e as noções de ‘indecibilidade’ e decisão” (p. 20).

Sendo a dinâmica política entendida em termos da noção de antagonismo/agonismo, observamos nos artigos que a sedimentação das relações sociais se faz a partir da hegemonização. Castro (2007) concebe que “toda ordem instituída se fundamenta em pressupostos que ela mesma institui, e por isso mesmo, é contingente e transitória. **Não há uma verdade imanente** nessa configuração histórica, **nem tampouco uma necessidade lógica**” (p. 292, grifo nosso).

Para Menezes e Castro (2006), a exclusão que implica a instituição de toda ordem social é a própria possibilidade de politização das relações sociais, uma vez que “o campo do político [é] permanentemente desestabilizado pelo que não se consegue incluir, ou seja, pelo ‘fora’ que margeia qualquer consenso e implode a identidade – encarnado pelos grupos marginais, os excluídos ou aqueles que sofrem injustiças” (p. 19).

Em Castro (2007), a politização trata de instituir “outros ‘centros de discursividade’” a partir da negação e da desarticulação da hegemonia e da “expansão do horizonte transcendental da política”, o que poderíamos entender como uma nomeação da plenitude ausente do social, instituindo outra alternativa do social, ainda que este nome nunca possa preencher completamente o significante vazio:

> É justamente na desarticulação do que se constituiu como historicamente dado em relação ao que pode ser logicamente possível, que Laclau (1994) aponta a expansão do horizonte transcendental da política. A política, como esse autor a define, consiste no momento instituinte do social, ou ainda, no fato de que os vínculos que condicionam a organização societária num determinado momento nunca se fazem de forma plena, e portanto, podem ser desfeitos e re-feitos. Assim, a politização implica justamente em desarticular as formas instituídas de vínculo social, promovendo um descentramento da sociedade. A sociedade estratificada pela idade instituiu determinados "centros" de enunciação nos quais os adultos desempenhavam o papel de atores principais, e porta-vozes de outros atores, como as crianças e os jovens. Hoje, os movimentos emergentes de jovens insinuam-se no cenário social e político quebrando tal hegemonia, instaurando outros "centros" de discursividade. (p. 296)

A saída apresentada por Castro (2007), em direção à mudança social, é a de que é necessário não limitar o reconhecimento de sujeitos excluídos como sujeitos de direito, na medida em que a politização dos sujeitos e a afirmação destes sujeitos como políticos não se fazem por outorga, mas pelo descentramento e ressignificação promovidos por estes sujeitos na sociedade hegemonizada:

> **Outorgar direitos às crianças e aos jovens pelos adultos não necessariamente potencializa o lugar de fala e visibilidade própria desses atores**, porque é na história que se fazem e se constroem os direitos, tanto os direitos que achamos que devem existir, ou os outros, que começamos a perceber como sendo obsoletos, exorbitantes, ou discricionários. **Sujeitos da história são aqueles que, retrospectivamente, estariam descentrando a sociedade, recompondo seus vínculos, introduzindo transformações**. Assim, não é exatamente pela outorga de direitos que crianças e jovens farão história, adentrando-se no cenário de lutas sociais e na recomposição de vínculos societários, mesmo que esses direitos possam ajudar no processo de tornar esses atores mais evidentes para outros segmentos sócio-etários. Não é porque outorgamos direitos às crianças e aos jovens que podemos assumir uma boa consciência em relação a eles. Pelo contrário: são direitos delegados por outros, voz e expressão do outro, estratégia necessária por um momento, mas que demanda que se a ultrapasse para que cada um possa se assumir como falante. (pp. 297-298, grifo nosso)

Importante a ênfase de Castro (2007) de que não é por se possibilitar direito à fala e inserir os sujeitos na esfera pública, mas pela ressignificação da sociedade e recomposição de seus vínculos que se potencializará o lugar de fala e visibilidade dos sujeitos. Uma questão a se recordar é que, se sujeitos políticos específicos podem constituir cadeias com outras formas de antagonismos democráticos, podem também ser reabsorvidos por resistências hegemônicas em torno de uma lógica da diferença, por isso, a importância de sempre pensarmos nas possibilidades de lógicas de equivalência.

No que tange a Menezes e Castro (2006), as autoras entendem que a proposta democrática de Mouffe se afasta de um pluralismo extremo, "já que é justamente quando se reconhecem os limites do pluralismo que uma série de relações de subordinação podem ser localizadas" (p. 19), afastando-se, assim, de um terreno da multiplicidade ("imanência pura"). Remetendo-se também à crítica de Mouffe a Rawls, as autoras concebem que a construção democrática não se faz pela afirmação de um "pluralismo razoável", como proposto por Rawls, que entende que "uma sociedade bem ordenada é aquela onde a

discórdia legítima deveria ser eliminada da esfera pública" (p. 16). Elas afirmam, então, que:

> Sob o ponto de vista da construção de uma nova sociabilidade encontramos na democracia radical plural a inspiração para a passagem de um modelo de laço social pautado na lógica narcísica da coincidência e igualdade para a sociabilidade inexoravelmente "estrangeira", que terá sempre pela frente a tarefa de enfrentar e deixar-se afetar pelas diferenças, sejam elas de origem racial, étnica, bem como sexual (Ortega, 2000), e atentar para as desigualdades socialmente produzidas. O diagnóstico dos nossos tempos como marcado pela dificuldade de convivência com os outros em que preconceitos e os comportamentos xenófobos, longe de serem exceção, estão cada vez mais acentuados, expressa a necessidade do estudo de novas formas de sociabilidade voltadas para o mundo tais como a amizade. (Menezes & Castro, 2006, p. 20)

As autoras compreendem a amizade não "como relação pessoal e privada, expressiva da autonomia dos indivíduos" (p. 20). Para elas,

> A amizade tem um posicionamento fronteiriço justamente pela ambiguidade que lhe é inerente, pois pode tanto reforçar o projeto intimista de auto-realização e liberdade/descomprometimento do eu com relação ao campo social, como pela sua potência em distanciar-se deste campo individual para dar relevo à vida coletiva. (p. 20)

Desse modo, frente à impossibilidade de uma sociedade reconciliada e à crítica ao pluralismo extremo, "pensar o laço social no contemporâneo significa refletir sobre as bases possíveis para os acordos parciais em prol da convivência comum" (Menezes & Castro, 2006, p. 19). Mas, segundo as autoras: "Hostilidade e conflito são aspectos ontologicamente constitutivos das subjetividades (pois a afirmação de cada sujeito se faz à custa da determinação de uma alteridade) e inerentes às sociedades humanas" (p. 31, nota de rodapé, grifo nosso), entendendo, como apontado anteriormente, que a "**natureza do político deve ser pensada como *antagonística***". Assim, ressaltam uma concepção de amizade que recorda a noção de agonismo em Mouffe, isto é, um agonismo que não exclui o antagonismo, diferente do que vimos na perspectiva ética do político.

Em relação aos artigos de Mayorga et al. (2008) e Gomes e Maheirie (2011), os autores buscam discutir a dinâmica de organização e a participação política em determinados grupos sociais.

Mayorga et al. (2008) se propõem a analisar "as formas de organização e práticas do Coletivo [Coletivo Hip Hop Chama] e a construção de identidade coletiva de seus integrantes, a fim de contribuir para o entendimento das formas diversas de participação política" (p. 96). Além disso, os autores se propõem a problematizar a relação entre pesquisador e pesquisado na crítica à hierarquização de saberes, recorrendo a Haraway.

Mayorga et al. (2008) criticam a redução do político à esfera institucional e se opõem à concepção de um sujeito racional e neutro capaz de alcançar um consenso na política. Nesta medida, recorrem à noção de agonismo em Mouffe:

> A ideia de desmobilização da juventude se sustenta a partir de uma visão adultocêntrica constituída pela cultura política da racionalidade moderna, que concebe a política como um exercício que exclui as outras esferas da vida social bem como as afetividades e diversidades de pertencimentos coletivos. Ela é excludente ao postular que o exercício da política deva ser conduzido por um indivíduo racional e supostamente neutro em espaços formais de deliberação e tomada de decisões, ou seja, as associações, os partidos políticos e os órgãos representativos. Assim, ela é baseada no consenso e, como argumenta Mouffe (1996) ao centrar-se no consenso, essa visão da política exclui o elemento que deve ser constitutivo de um projeto de democracia em sua radicalidade, a saber, o seu caráter agonístico. (p. 106)

Mayorga et al. (2008), ao conceberem a noção de identidade, criticam "modelos estruturais que não davam espaço para as agências e subjetividades na constituição e na mudança da sociedade" (p. 100). Assim, compreendem as identidades, remetendo-se a Prado,

> como processos duais que ao mesmo tempo constituem na interação social uma *identidade para si* e uma *identidade para o outro*. Ou seja, o estabelecimento de identidades implica num processo constante de negociação de sinais de (in)diferenciações sociais entre grupos, no estabelecimento de fronteiras NÓS - ELES (Prado, 2006). (p. 100)

Ademais, concebem os movimentos sociais como um processo de ações coletivas, remetendo-se a Melucci, e afirmam que é sobre esta compreensão e aquela noção de identidade que analisam a formação das identidades coletivas no artigo. Deste modo, podemos propor a mesma crítica aos artigos de Prado, relativa à conciliação entre a perspectiva teórica de Mouffe e a noção de identidade coletiva em Melucci.

No artigo observamos que Mayorga et al. (2008) trabalham com a noção de "conscientização política" no sentido de reflexão sobre as causas das desigualdades, ao mesmo tempo em que vinculam este caráter "crítico" a uma dimensão contra-hegemônica, que se caracterizaria pela construção de novas formas de representação da realidade:

> o hip hop, além de seu caráter artístico, teria uma clara **intenção (re)formadora da periferia, principalmente do segmento negro e juvenil, através de suas mensagens que expressam a necessidade de uma conscientização política.** O movimento hip hop para Souza (2006) "aponta no sentido de refletir sobre os processos causadores de problemas e desigualdades sociais" (p.3). O hip hop possuiria, então, uma dimensão estética e uma dimensão mobilizadora e estabelecedora de linhas políticas de ação e reação a agentes até então não reconhecidos. **Uma vez incorporado por uma significativa parcela da juventude afro-descendente da periferia, o hip hop aparece como "instrumento de contestação e desconstrução de novas representações sobre a realidade social"** (Tella, 2006, p.3). (pp. 99-100)

Mayorga et al. (2008) ressaltam, a partir da referência a Haraway, que toda produção de saber é parcial – portanto, apresenta uma dimensão política –, bem como apontam a importância da articulação entre diferentes lutas políticas no processo de mudança social, mas não através do conceito de lógica de equivalência de Laclau e Mouffe, e sim do conceito de tradução de Boaventura Sousa Santos:

> Santos (2003) trabalha a ideia de tradução como uma teoria emancipatória. Para ele, **a teoria e a prática da tradução são capazes de fornecer elementos de articulação entre lutas diversas de modo que os sujeitos coletivos envolvidos possam encontrar um campo comum, uma "zona de inteligibilidade mútua" entre suas lutas sem perder as especificidades de cada uma de suas causas**. O exercício da tradução de práticas e de saberes é "fundamental para permitir a articulação entre recursos intelectuais e cognitivos diversos e de origem distinta que são articulados nos vários modos de produzir conhecimento sobre iniciativas e experiências contra-hegemônicas" (Santos, 2003, p.41). (Mayorga et al. 2008, p. 98)

Os autores nãodiscutem a aproximação entre o conceito de tradução em Santos e o conceito de agonismo, considerado por eles como essencial ao projeto democrático. Por um lado, podemos notar que a tradução, assim como a articulação em Laclau e Mouffe, baseia-se na constituição de uma unidade, sem que isto acarrete o fim das particularidades de cada "momento".

Ainda poderíamos conceber, desde que os sujeitos sejam entendidos como antagônicos, que aquele encontro de um "campo comum" poderia remeter-se a um momento semelhante ao que Laclau (2005a) caracteriza como momento "metonímico" e que Costa (2010) considera como um dos modos de "estratégia de aliança" na construção da luta política. Momento que, se constituído no campo da política, pode potencializar um momento metafórico de equivalências (hegemônico). Podemos compreender este momento metonímico a partir do seguinte exemplo proposto por Laclau (2005a):

> Imaginemos um determinado bairro onde existe violência racial e as únicas forças locais capazes de organizar uma contra-ofensiva antirracista são os sindicatos. Agora bem, em um sentido estritamente literal, a função dos sindicatos não é lutar contra o racismo, mas negociar os salários e outras questões similares. No entanto, se a campanha antirracista é empreendida por sindicatos, é porque existe uma relação de *contiguidade* entre as duas questões em um mesmo bairro. Uma relação de deslocamento entre termos, problemas, atores, etc. é o que se denomina, em retórica, uma metonímia. Suponhamos agora que esta conexão entre lutas antirracistas e sindicais continue por um certo período de tempo: neste caso, vamos começar a sentir que existe um vínculo natural entre os dois tipos de luta. Assim, a relação de *contiguidade* vai começar a se converter em uma relação de *analogia*, a *metonímia* em uma *metáfora*. Este deslocamento retórico implica três mudanças principais: primeiro, apesar do particularismo diferencial dos tipos iniciais de lutas e demandas, se está criando entre eles certa homogeneidade equivalencial. Segundo, a natureza dos sindicatos se modifica neste processo: deixam de ser a pura expressão de interesses setoriais precisos e se voltam em maior medida – se desenvolve uma variedade de articulações equivalenciais – ao ponto nodal na constituição de um "povo". Terceiro, a palavra "sindicato" se converte no nome de uma *singularidade*, no sentido em que a temos definido antes: já não designa o nome de uma universalidade *abstrata* e se converte no nome de um agente social concreto, cuja única essência é a articulação específica de elementos heterogêneos que, mediante este nome, cristaliza uma vontade coletiva unificada. (pp. 140-141, tradução nossa)

Por outro lado, a prática articulatória e a constituição de hegemonia em Laclau e em Mouffe não apresentam uma vinculação necessária a um processo emancipatório, não havendo nenhuma garantia de que a articulação entre sujeitos políticos acarretará uma sociedade mais democrática; diferente, portanto, da ideia de tradução como uma teoria emancipatória. Pressupor que as articulações tendem a um processo emancipatório seria

afirmar uma limitação da contingência, na medida em que significaria a existência de uma determinação anterior à articulação, que os oprimidos se guiariam sempre em direção ao progresso. Ademais, cabe-nos apontar para a seguinte questão: se a tradução não estaria mais relacionada à noção de consciência do que de identificação, portanto, de identidades coletivas politizadas do que de posições de sujeito e sujeito, nos termos de Laclau e Mouffe.

Em relação ao artigo de Gomes e Maheirie (2011), as autoras recorrem aos artigos de Prado (2002) e de Menezes e Castro (2006), sobretudo, a fim de enfocar a importância de se afirmar a expansão do político para além das esferas institucionais, uma vez que, na sociedade contemporânea, "as práticas de se fazer política têm se revelado cada vez mais diversas e heterogêneas" (p. 362). Remetendo-se a Prado (2002), as autoras compreendem o movimento social analisado como um grupo político, ressaltando a noção de identidade coletiva e de antagonismo:

> o MPL é compreendido como um grupo político que, conforme Prado (2002), além de possuir **uma identidade coletiva e a unificação dos sujeitos em torno de um objetivo em comum**, esbarra na questão dos direitos sociais, **antagonizando as relações sociais** pela/na cidade de Florianópolis, em busca de concretizar direitos materiais e simbólicos para a sociedade civil, em especial, as subalternidades. (Gomes & Maheirie, 2011, p. 362, grifo nosso)

Mais uma vez podemos considerar, então, a discussão que fizemos sobre a relação entre identidade coletiva e antagonismo. Entretanto, apesar de se remeterem ao conceito de antagonismo, os dois aspectos centrais na compreensão da dinâmica política em Gomes e Maheirie (2011) são a dimensão da afetividade e a noção de dialética, fundamentando-se a discussão das autoras em torno de Lev Vygotsky:

> Com base, fundamentalmente, na psicologia de Lev S. Vygotsky, na interlocução com autores de diversas áreas e perspectivas teóricas, visando ampliar a inteligibilidade de nosso objeto, pretendemos analisar de que forma a participação política no Movimento Passe Livre media a constituição dos sujeitos militantes, identificada nos sentidos que atribuem ao movimento, por sua vez, constituído pelos sujeitos. (p. 361)

Em relação à dimensão da afetividade, as autoras recorrem a Vygotsky, que considera a afetividade como "uma dimensão central na apropriação dos significados constituintes e constitutivos das/pelas experiências do sujeito" (p. 365), e à noção de "**conatus do ser humano**, compreendido por Espinoza como uma força para existir e agir na vida" (p. 368, grifo nosso). Esta noção espinoziana foi também utilizada no artigo de Barboza (2000), discutido na vertente do sujeito ético-político, a partir da referência a Sawaia, autora que também é evocada por Gomes e Maheire (2011). As autoras, ao conceberem a participação política em torno da dimensão da afetividade, afirmam ser a concepção de Sawaia um dos seus fundamentos:

> Pautamos-nos na visão destes autores [Avelar e Cintra (2004)], os quais significam a participação política como uma prática que transcende as fronteiras das questões políticas propriamente ditas e, também, na concepção de Sawaia (1994, 1995, 1997, 2006), na qual **participar politicamente significa envolver-se afetivamente**, pois, "afeto, emoção e necessidade são questões sociais e políticas tanto quanto poder e movimentos sociais são questões subjetivas" (Sawaia, 1994:152). A autora compreende esta prática constituída, também, por componentes subjetivos, tornando o **movimento social** um espaço de amizades, conflitos, trocas, (des)encontros, (des)construções, aprendizagens, avanços, retrocessos, ou seja, um **lugar mediador de práticas de significação constituintes e constituídas pelos militantes, que se (re)criam na complexidade destes processos**. (Gomes & Maheire, 2011, p. 367, grifo nosso)

Os processos de subjetivação-objetivação, considerados pelas autoras como fundamentais à constituição da participação política dos sujeitos, se apresentam a afetividade como "motor", são entendidos a partir da noção de "**síntese dialética**" (Vygotsky), apontando as autoras que elas se situam no enfoque teórico de uma Psicologia Sócio-Histórica.

Uma importante consideração de Gomes e Maheirie (2011) é que a compreensão de dialética no artigo não se localiza em termos de sínteses acabadas: "A concepção dialética utilizada neste artigo se caracteriza por ser aberta e inacabada, marcando a transformação, e não a resolução, das **relações contraditórias**, ou seja, trata-se de uma perspectiva que critica a dialética como síntese acabada" (p. 364, nota de rodapé, grifo nosso). Nesta medida, recorrem a Sartre, afirmando o movimento de constante devir, caracterizado pela desconstrução de significados e criação de novos significados:

> O **sujeito para Sartre é subjetividade e objetividade**, ou seja, é a síntese **dialética** dos afetos, pensamentos, significações, projetos e a concretização dos mesmos na realidade. Ele é visto sempre em relação a algo, em um **constante movimento de devir, transcendendo a realidade objetiva, por meio de suas significações produzidas nas relações dialéticas entre subjetivação-objetivação**. Ao subjetivar o contexto em que vive, o sujeito se objetiva no mesmo, construindo uma nova subjetivação que também se objetiva e, assim, incessantemente ao longo de sua existência. Portanto, **a cada movimento de subjetivação e objetivação, o sujeito se (re)faz, (re)fazendo sua história singular e coletiva**. (Gomes & Maheirie, 2011, p. 370, grifo nosso)

Diante disso, segundo as autoras, "vamos desconstruindo significados hegemônicos, criando novos sentidos, realidades e sujeitos, na medida em que os outros também subjetivam e objetivam, transcendendo nossa possibilidade de apreensão de todo processo" (p. 370, grifo nosso).

Relacionando a centralidade da dimensão afetiva e a noção de síntese dialética no processo de subjetivação-objetivação, que possui a afetividade como motor, e entendendo que "participar politicamente significa envolver-se afetivamente", Gomes e Maheirie (2011) concebem a constituição do sujeito a partir do "movimento inacabado de contradições, que se conduz pela dialética subjetivação-objetivação" (p. 365). A participação política decorre dos sujeitos a identificarem como importante para sua

existência, e o movimento de participar politicamente produz “inovações subjetivas e objetivas” (p. 372) dos militantes.

É importante ressaltarmos no artigo a concepção dos sujeitos como contingentes e a noção da história como devir, pois demonstra o afastamento em relação a uma perspectiva individualista e reforça uma concepção de sujeito sócio-histórico.

Contudo, apesar das autoras citarem a noção de antagonismo, vinculando-a ao caráter político do movimento social por elas estudado, poderíamos conceber um afastamento em relação à concepção do político, entendido em termos antagônicos, pois esta não se coaduna com um movimento dialético e com uma “força” (“conatus do ser humano”) que mobiliza o sujeito, mas sim com práticas articulatórias e com processos de identificação, entendidos a partir da concepção do sujeito como sujeito da falta.

Realizada essa primeira parte da discussão, passamos a discutir os artigos de Azeredo (2005) e de Adrião e Toneli (2008). As autoras citam Foucault na construção argumentativa, mas também recorrem a Mouffe ao conceberem a noção de democracia.

Azeredo (2005) aborda a desigualdade racial nas universidades brasileiras a partir da discussão sobre o projeto de cotas nas universidades, consideradas pela autora como excludentes. Neste debate, Azeredo (2005) ressalta a concepção de consciência mestiça proposta por Glória Anzaldúa, mas discute a dinâmica política, sobretudo, a partir da noção de dispositivo de poder em Foucault, de política em Rancière e de democracia agonística em Mouffe.

Tendo por base o compartilhamento da autora com a análise de Tadei sobre a noção de mulata no Brasil, podemos entender a sedimentação do social para a autora em torno da noção de poder em Foucault, no sentido de docilização de etnias brasileiras:

> Os estudos de Correa e Giacomini mostram que a construção da mulata, que aparentemente valoriza a contribuição da raça negra para a mestiçagem no Brasil – a mulata é a tal –, apenas confirma o argumento de poder, no sentido dado por Foucault, isto é, como “um conjunto de saberes e de estratégias de poder que atua sobre nossa identidade nacional, tendo por objetivo integrar e tornar dóceis as etnias que estão na raiz de nossa nacionalidade (no caso os indígenas do continente e os negros africanos)” (Tadei, 2002, p. 03). (...). Tadei argumenta que o discurso racial brasileiro foi construído nesse projeto de modernização e constituição de uma identidade nacional que usou a mestiçagem como uma forma de impor a cultura europeia branca como a ideal. (Azeredo, 2005, p. 748)

Um aspecto importante nesse artigo, quanto à constituição da unidade política, é a crítica da autora a uma noção de multiculturalismo que não elimina a diferença, mas nega sistematicamente a desigualdade entre as raças:

> É essa falta de história – das "histórias de dominação e resistência", como diz Haraway, citando Claudia Castañeda, das histórias que Anzaldúa conta sobre a dor que significa estar na fronteira entre três povos até chegar a sua proposição de uma consciência mestiça – que me incomodou tanto no texto de Maggie e de Vianna. Tudo se passa como se a miscigenação não tivesse implicado dor, rejeição, exclusão, exploração e morte neste "país que se queria misturado e onde a cor do indivíduo não deveria influenciar a vida do cidadão". Independentemente dessas boas intenções, sabemos que a cor influenciou, sim, e continua a influenciar, a vida de mulheres, homens e crianças neste país. (Azeredo, 2005, p. 746)

Crítica da autora que se aproxima da crítica de Mouffe (2009), ao que esta define como "pluralismo extremo", o qual

> enfatiza a heterogeneidade e incomensurabilidade e, de acordo com o qual, o pluralismo – entendido como valorização de todas as diferenças – não deve ter limites. Eu considero que, apesar de sua pretensão de ser mais democrática, tal perspectiva impede-nos de reconhecer como certas diferenças são construídas como relações de subordinação e devem, deste modo, ser alteradas por uma política democrática radical. (...). O que tal pluralismo nega é a dimensão do *político*. Relações de poder e antagonismos são apagados e nós retornamos à típica ilusão liberal de um pluralismo sem antagonismo. (Mouffe, 2009, p. 20, tradução nossa)

Em relação aos sujeitos políticos e à construção democrática, Azeredo (2005) apresenta, ao longo do artigo, as noções de "povo" em Deleuze, de "equivalência democrática" em Mouffe, de "política" em Rancière, sendo as relações de poder ressaltadas em ambas as noções, ao contrário da noção de multiculturalismo, criticada anteriormente, que reconhece as diferenças negando as desigualdades.

A autora afirma que as cotas nas universidades exigirão uma reestruturação profunda, implicando práticas libertárias, como apontara Enrique Pichón-Rivière e Freire, em romper a hierarquia entre o "mestre" e o "ignorante". Isto é, será necessário "inventar formas de verificar a igualdade, levando a sério o argumento central de Rancière em seu estudo do mestre ignorante" (p. 752): que a emancipação requer a verificação da igualdade. Ao que mais à frente, retomando Mouffe, afirma a autora: "E penso no enfrentamento agonístico que é a condição da existência da democracia" (p. 753).

A crítica à noção de multiculturalismo, o apontamento à equivalência democrática, a compreensão da noção de política em Rancière e do agonismo em Mouffe como saídas para "desmascarar o segredo da graça de dançar em um regime de indefinição, que tem machucado e destruído tanta gente no Brasil" (p. 753), demonstram uma proximidade com a concepção do político defendida pela teoria democrática radical e plural. Entretanto, a autora remete-se a diferentes autores que implicariam distanciamentos, como Freire e Foucault, mas o artigo não nos permite fazer uma análise sobre estas diferentes articulações teóricas.

Quanto ao artigo de Adrião e Toneli (2008), as autoras analisam a "questão do sujeito do feminismo e das políticas de identidade no interior do movimento" (p. 468),

buscando “compreender como aglutinar as diferenças de tantas mulheres, identidades e sujeitos políticos – negras, lésbicas, indígenas – em uma “identidade ou questão maior”: a de “ser mulher” e, portanto, viver em relações de desigualdades de gênero” (p. 465).

Apesar de focalizarem diferentes posições existentes na análise sobre o feminismo (Butler, Mouffe, Stolke, Braidotti), concebem que o feminismo busca trazer a utopia de uma política democrática radical, sendo a discussão de uma política democrática radical no artigo associada a Butler e a Mouffe. Ao conceberem que a introdução do gênero nas análises feministas possibilitou “visibilizar as identidades e os sujeitos do feminismo na relação com o poder e o discurso” (Adrião & Toneli, 2008, p. 466), as autoras afirmam trabalhar “com as definições de poder e discurso a partir da leitura de Michel Foucault (1984, 1994, 1998), bem como de sua correspondência na obra de Judith Butler (1987, 1997,1998, 2003) e de Stuart Hall (1995, 2005)” (p. 473, nota de rodapé).

Segundo as autoras, utiliza-se a noção de discurso como “modos significativos de organizar sistematicamente a experiência humana do mundo social em linguagem e, consequentemente, constituir modos de conhecimento e produzir sujeitos (Foucault, 1984, 1994, 1998)” (p. 468).

Adrião e Toneli (2008) demonstram a tensão entre universal e particular no interior do movimento feminista ao se remeterem ao lugar de legitimação da fala dos sujeitos na discussão no movimento:

> De um lado, apesar da diferença, apontava-se o que era semelhante entre as mulheres; de outro, apesar de serem todas mulheres, apresentava-se a diferença como o lugar dessa legitimidade. Ou seja, na discussão interna, a diversidade, representada pelos vários segmentos que se consolidaram nesse intervalo de tempo – negras, lésbicas, indígenas –, se demarca através de discursos de legitimidade e ação política. (p. 470)

Remetendo-se a Mouffe, afirmam que:

> De acordo com Mouffe (s.d.1, p. 42), **para as feministas comprometidas com uma política democrática radical, a desconstrução das identidades essenciais teria que ser vista como a condição necessária para uma compreensão adequada da variedade de relações sociais** – princípio de liberdade e igualdade. Não há identidade social que possa ser completa e permanentemente adquirida. Podem existir noções – homens, mulheres, negros – sujeitos coletivos. Descartada uma essência comum, seu *status* deve ser concebido em termos do que Ludwig Wittgenstein (1994) designa como “semelhanças familiares”, e **sua unidade como resultado de fixação parcial de identidades mediante a criação de pontos nodais.** (...). Nesta seara, a democracia é entendida por Mouffe (s.d.2) como a constituição de identidades coletivas em torno de posições bem diferenciadas. Portanto, a **democracia torna-se improvável e incerta, e sua tarefa é “mobilizar as paixões e colocá-las em cena segundo os dispositivos agonísticos** que favorecerão o respeito ao pluralismo” (Mouffe, s.d.2, p. 271). Para a autora, **pluralismo implica a aceitação da permanência do conflito e do antagonismo** de visões, identidades e posições. Nestes termos, a ausência de uma identidade essencial feminina e de uma unidade prévia não impede a construção de múltiplas formas de unidade e de ação comuns. (Adrião & Toneli, 2008, p. 467, grifo nosso)

Adrião e Toneli (2008) compreendem que, na crítica à ideia de uma "mulher" universal, Butler questiona:

> por meio de que exclusões se construiu o(s) sujeito(s) feminista(s) e como esses domínios excluídos retornam para assombrar a integridade e a unidade do "nós" feminista. Não apenas os sujeitos e a categoria de sujeito são um campo de disputas, mas a própria categoria mulher. Para a autora: "recusar essa disputa é sacrificar o ímpeto democrático radical da política feminista" (Butler, 2003, p. 23). (Adrião & Toneli, 2008, p. 472)

A partir da concepção de Mouffe e Butler, podemos entender a compreensão de Adrião e Toneli (2008) de que "o sujeito feminista passa a ser pensado não mais em termos estáveis ou permanentes, nem como instância última e detentora de "uma" identidade" (p. 466). Assim, as autoras entendem que o campo feminista encontra-se

> permeado por questões que podem ser descritas, por um lado, pela **desconstrução do estatuto do sujeito universal** e, por outro, pela **assunção de um sujeito relacional e situacional**, tomando a pluralidade de discursos e práticas como um caminho consequente da diversidade de identidades de sujeitos feministas que se mostram. Há uma conjunção de teorias [psicanálise freudiana, psicanálise lacaniana, crítica à concepção racionalista de sujeito, filosofia da linguagem] que têm em comum uma **subversão da condição da constituição de toda identidade como uma problemática do estatuto do sujeito moderno**. (p. 466, grifo nosso)

Adrião e Toneli (2008) afirmam utilizar o conceito de identidade a partir da noção de Stuart Hall, entendendo a identidade como "posições de sujeito" no interior de um campo de representação sedimentado:

> Utilizamos o termo "identidade" tal qual Stuart Hall, para quem "significa o ponto de encontro, o **ponto de sutura**, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos 'interpelar', nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode 'falar'. **As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós**" (Hall, 1995, p. 111). (p. 473, nota de rodapé, grifo nosso)

De acordo com as autoras,

> Os significantes "esperança" e "constituição de utopias" demarcam o próprio lócus dos movimentos sociais e no caso do feminismo busca-se a utopia da política democrática radical, afirmando a diferença e a alteridade de maneira a "desativar o perigo de exclusão presente na relação identidade/diferença" (Mouffe, s.d.2, p. 269). (p. 471)

Essa utopia da política democrática radical pode ser entendida como a construção de uma política agonística que, segundo as autoras, propõe "transformar o antagonismo de identidades em um agonismo de diferenças. Ou seja, em um pluralismo agonístico, porque onde as identidades se multiplicam, as paixões se dividem (Mouffe, s.d.2, pp. 267, 269-270, 274)" (p. 473, nota de rodapé), evitando o surgimento do antagonismo dentro da própria comunidade política, o que, nos termos de Mouffe, como já salientamos antes, não significa pôr fim ao antagonismo, uma vez que este é inerradicável.

Contudo, cabe-nos considerar que as autoras afirmam basear-se nas definições de poder e de discurso em Foucault e na correspondência destas definições nos trabalhos de

Butler e de Hall. No capítulo anterior já apontamos para uma importante divergência em relação à noção de antagonismo e de política em Foucault, no que tange à distinção entre poder e violência e ao atrelamento entre política e ética. Além da própria afirmação de Foucault de que sua concepção de "problematização" não tem nenhuma similaridade com a noção de "desconstrução".

Laclau (2003c), numa crítica a Butler quanto à associação feita pela autora entre a noção de discurso em Foucault e a noção de discurso defendida por ele e Mouffe no livro *Hegemony and Socialist Strategy*, ressalta a crítica já apontada por nós no capítulo anterior:

> Este é um erro factual. A noção de discurso que Mouffe e eu elaboramos nesse livro é muito diferente da apresentada por Foucault – esta se baseia numa distinção entre o discursivo e não discursivo que nós rechaçamos – e nós criticamos explicitamente a Foucault neste ponto. Além disso, o trabalho de Foucault teve somente uma limitada influência em meu enfoque e somente me desperta uma simpatia muito restrita. (Laclau, 2003c, p. 285, tradução nossa)

9.3 Considerações gerais sobre a vertente analítica

O foco neste capítulo foi a discussão sobre artigos que utilizam como referência a teoria democrática radical e plural. Podemos afirmar a existência de uma variação nas análises, sendo a noção de antagonismo articulada com perspectivas teóricas que tratamos nas vertentes do sujeito racional e do sujeito ético-político.

Propomos que essas vinculações entre perspectivas que apresentam noções de sujeito e de mudança social distintas podem ser decorrentes de três hipóteses. Uma primeira hipótese é a de que os autores, ainda que se identifiquem com algumas teorias, buscam recursos em outras teorias, mesmo que não compartilhem de um mesmo princípio epistemológico e ontológico a fim de encontrar conceitos úteis para a análise do fenômeno abordado.

Uma segunda hipótese é a de que, mais do que rupturas paradigmáticas, observam-se na psicologia social continuidades e descontinuidades na produção do conhecimento. Uma terceira hipótese, que está relacionada a esta segunda, é a de que, na crítica a perspectivas individualistas e, ao mesmo tempo, a análises macroestruturais das relações sociais, mantém-se na psicologia social um modelo analítico que, com diferentes matizes, fundamenta-se no conceito de consciência.

CAPÍTULO 10

OUTRAS ABORDAGENS SOBRE A DINÂMICA POLÍTICA

Neste capítulo abordamos cinco artigos: dois do primeiro período delimitado na tese, publicados por Coutinho (1989/1990) e Azeredo (1994); um entre 1996-2005, publicado por Smigay (2002); e dois entre 2006-2011, publicados por Berino e Baptista (2007), Ribeiro e Lara Júnior (2011).

Esses artigos, como apontamos no capítulo metodológico, com exceção do de Ribeiro e Lara Júnior (2011), discutem a sedimentação das relações sociais e saídas que indicam para a mudança social, porém, não fica explícita a forma de mediação a partir da qual o sujeito político é concebido. Ademais, os quatro artigos focalizam a discussão sobre a dinâmica política em torno de referenciais teóricos que não nos permitiram conjugá-los nas vertentes analíticas construídas na tese.

Em relação ao artigo de Ribeiro e Lara Júnior (2011), como também apontamos no capítulo metodológico, observamos a análise da dinâmica política tendo por foco a teoria lacaniana, deslocando-se dos outros artigos analisados na tese, ainda que denote a presença de um fundamento último da realidade. Deste modo, assim como fizemos com o artigo de Tassara e Ardans (2008), que articula a concepção foucaultiana e a marxista, analisando-o não no capítulo da vertente analítica fundamento último da realidade, mas sim no capítulo do sujeito ético-político, decidimos por analisar o artigo de Ribeiro e Lara Júnior (2011) separadamente em razão do seu foco analítico.

Discutimos os artigos de Coutinho (1989/1990), Smigay (2002) e Azeredo (1994) conjuntamente, uma vez que, ainda que se remetam a perspectivas teóricas distintas, os três artigos tratam de relações de gênero. O artigo de Berino e Baptista (2007) aborda a relação entre a constituição da unidade política e a pluralidade de diferenças, concebendo a cidadania em torno do conceito de “cidadania insurgente” de James Holston, e o de Ribeiro e Lara Júnior (2011) discute a intervenção em comunidade realizada pela psicologia.

10. 1 Discussão dos artigos

10.1.1 Relações de gênero

Coutinho (1989/1990), Azeredo (1994) e Smigay (2002), ainda que apresentem perspectivas teóricas distintas, tratam da discussão sobre relações de gênero abordando-as como relações de poder.

Coutinho (1989/1990) concebe que a desigualdade em relação às mulheres, por um lado, é uma forma de opressão semelhante à de outros grupos oprimidos; por outro lado, apresenta como especificidade o fato de que nem todas as mulheres compartilham a mesma forma de subalternidade, pois, ainda que de maneira indireta, algumas encontram-se próximas

> daqueles grupos que detêm o poder socialmente legitimado (como industriais, banqueiros, políticos, entre outros). (...). É preciso, portanto, evitar cair-se no reducionismo de certas análises atuais sobre a mulher que situam a questão de um único ponto de vista: o da dominação macho-fêmea (como, por exemplo, Firestone, 1976; Millet, 1971). (Coutinho, 1989/1990, p. 35)

A autora afirma que "o que é ser mulher diz respeito a mulheres de diferentes grupos êtnicos e camadas sociais. Esta unidade – centrada no sexo – e diversidade simultâneas tem [sic] confundido muitos pesquisadores que tentaram fazer um estudo mais sério sobre a mulher" (p. 34). Ao que complementa,

> Uma vez que os discursos sociais não são unitários mas plurais e têm efeitos distintos sobre as pessoas (ver, por exemplo, Berger & Luckman, 1973), **o resultado destas práticas discursivas é um ser único, singular, mas internamente múltiplo, plurifacetado, produto de sua história pessoal e da confluência desta multiplicidade de significados discursivos**. É nosso ponto de vista que **toda identidade**, seja ela de raça, cor ou sexo, **é sempre uma entidade abstrata, sem existência real, ainda que, de certa forma, indispensável como ponto de referência. Ela é uma construção operada por agentes históricos que dissolvem as heterogeneidades, as diferenças, na univocidade de um discurso ideológico totalizador**. (p. 36, grifo nosso)

Azeredo (1994) discute a relação entre raça e gênero centrando-se nas produções feministas. De acordo com a autora, no Brasil, diferente do que ocorre nos EUA, as questões raciais no movimento feminista têm ficado restritas a uma discussão das mulheres negras, como se apenas estas fossem marcadas pela raça.

A autora, assim, critica perspectivas teóricas que focalizam "relações de gênero *per se*, não abrindo espaço para uma visão de como gênero está interligado de forma complexa com relações raciais e de classe" (p. 207), afastando-se da noção de uma subordinação universal das mulheres.

Aproximando-se de posições que questionam a noção de uma identidade fixa do feminismo, como Haraway, Azeredo (1994) considera que:

> O questionamento da noção de identidade abre possibilidades novas para criarmos uma verdadeira aliança entre mulheres diferentes. Em outras palavras, o que essas novas teorias vêm mostrar é que a questão da **identidade não pode ser tratada sem se levar em conta a questão da diferença**, como afirma Trihn. Por sua vez, **esta nova visão de identidade se liga a uma visão de humanidade articulada em novas formas**. Em seu artigo O Humano numa Paisagem Pós-humanista, Haraway lida diretamente com essas questões através da leitura de Jesus e Sojourner Truth, escrava americana, propondo-as como possíveis formas de uma "humanidade feminista" (p. 277). Segundo Haraway, "Filho de mãe, sem pai, mas filho do Homem reivindicando o pai, Jesus é um verme potencial na psicanálise de representação edipiana; ele ameaça estragar a história, apesar de, ou por causa de, sua estranha filiação e ainda mais estranho parentesco, por causa de seus disfarces e seus hábitos de mudança de forma, Jesus faz do homem uma promissoríssima zombaria, mas uma zombaria que não pode fugir da terrível história do corpo partido" (p. 282). Por sua vez, Sojourner Truth "**era fêmea e negra; não, está errado – era uma fêmea negra, uma mulher negra, não uma substância coerente com dois ou mais atributos, mas uma singularidade oximórica, que representava toda uma humanidade excluída e perigosamente promissora**." (p. 284). (Azeredo, 1994, pp. 213-214)

Smigay (2002) considera que há um vácuo entre a incorporação pelo Estado brasileiro da violência específica nas políticas públicas e o pouco aporte teórico existente na época para subsidiar estas políticas. O tema central do artigo é sexismo e homofobia, debruçando-se a autora

> sobre diferentes modelos que subsidiam os especialistas e operadores dos programas de contenção e apoio a vitimados, tentando estabelecer comparações e seus efeitos, quando aplicados a políticas sociais. Não basta o reconhecimento de quem são os agressores, nem suas vítimas preferenciais; traçar seus perfis e mapear sua incidência não é estratégia suficiente, embora necessária. A homofobia, o sexismo, aqui considerados violência de gênero, estão enraizados de forma profunda e persistente na trama social. (Smigay, 2002, p. 32)

A autora, desse modo, busca analisar a construção da violência de gênero e o modo de manutenção desta violência. Segundo a autora, sua posição teórica afasta-se de estudos sobre atitude e opinião, concebidos na perspectiva positivista da psicologia social. Smigay (2002) afirma estudar a violência de gênero em torno da categoria poder, remetendo-se a Welzer-Lang e a um outro artigo de sua própria autoria:

> Estamos propondo que sexismo e homofobia podem ganhar uma análise que ultrapassa os estudos sobre preconceito social. Até os anos sessenta/setenta, tais temas, ou subtemas, se inseriam nos estudos sobre atitudes e opiniões, na concepção positivista da psicologia social (Dollard; Miller, 1937). Mais tarde, e com efetivo ganho, puderam sofrer uma outra leitura, de cunho psicanalítico, dentro da escola frankfurtiana, nos estudos sobre personalidade autoritária e produção de preconceito (Crochík, 1995). Hoje os estudos de gênero permitem incluir, na leitura sobre tal fenômeno, as categorias de poder, e isto ajuda na reinterpretação sobre sua produção e seus sentidos (Welzer-Lang, 2001; von Smigay, 2001). Propomos que algumas das teorias e modelos que subsidiam o debate sobre violência, não levando em conta o sistema de gênero, falham ao responder ao desafio de lidar com o sexismo e a homofobia. Sugerimos que esta temática se insere no campo da psicologia política. (p. 34)

Observamos nos três artigos, portanto, uma preocupação com a articulação entre formas distintas de desigualdade, centrando-se os dois primeiros artigos na discussão sobre a relação entre particularidade e universalidade em relação à identidade "mulher", e o artigo de Smigay (2002) em relacionar sexismo e homofobia em torno da noção de violência de gênero. É possível concebermos, na análise das autoras, que a unidade política

é uma unidade simbólica constituída em torno de relações de poder, a partir de uma parcialidade que alcança um lugar de universalidade, produzindo exclusões.

Coutinho (1989/1990) ressalta o caráter ideológico das relações sociais, concebendo que a ideologia fornece "os modelos e categorias de pensamento e, assim, em grande parte, a experiência de mundo das pessoas se faz através da linguagem" (p. 37). Deste modo, entende que as ideologias "são essenciais para a legitimação de uma ordem social" (p. 38).

De acordo com Azeredo (1994), as relações de poder determinam a vida tanto daqueles que se beneficiam delas, quanto daqueles que são oprimidos em razão delas, indicando para uma compreensão de identidades relacionais que se constituem a partir das relações de poder:

> Não se trata de o movimento feminista pensar a questão racial apenas para dar conta "de perto da metade da população feminina brasileira", como sugere Carneiro, ou mesmo de se perguntar, como ela o faz no final de seu depoimento, "quem neste país não tem um pé na senzala?", mas de começarmos a compreender que raça, assim, como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretas. (p. 204)

Smigay (2002) compreende a violência de gênero como um dos "problemas sociais e estruturais" da sociedade,

> enraizada de forma profunda e persistente na trama social, o que a torna uma questão de difícil abordagem. Ela se articula com um conjunto de outros problemas sociais e estruturais, o que significa um desafio para psicólogos, pouco afeitos a entender e operar com uma gramática de gênero, de classe e de raça/etnia, ou a considerar os fatores intervenientes que se cruzam ao problema psicossociológico. Trata-se de um nó difícil de ser desfeito (Saffioti, 1995). (p. 34)

De acordo com a autora, a violência de gênero emerge como recusa à possibilidade de negociação e à alteridade, aprendendo o sujeito no processo de socialização não a ser violento, como concebe a teoria da aprendizagem social, e sim que sujeitos são desprezíveis e, portanto, podem ser objeto de agressão:

> violência de gênero é uma violência em que a questão do poder, desigual entre os envolvidos, é a marca. Poder este diferenciado segundo o pertencimento de gênero – mulheres, homens não viris, homens e mulheres que optam por práticas homoeróticas; são estes os objetos privilegiados desta violência homofóbica/sexista. A violência (de gênero) eclode como alternativa à possibilidade de negociação, como não-resposta ao trato com a diferença, recusa à alteridade. Não se explica pela desrazão – este tipo de violência não é pontual, inesperada, nem casual. Não se explica pelo desvario do agressor: ao contrário, é contínua, dirigida contra os mesmos alvos, restritos; tem objetivos bem delimitados; insiste, minando a resistência da vítima de forma sorrateira, mas implacável e destrói psicologicamente, aos poucos. (Smigay, 2002, p. 37)

A sedimentação das relações sociais é, assim, entendida por Smigay (2002) como decorrente do processo de socialização que se faz no interior de "uma cultura falo-narcísica, segundo a expressão de Bourdieu (1998), em que ainda é forte a presença do patriarcado e em que a dominação masculina é a tônica" (p. 37).

Em relação às possibilidades de mudança social, Coutinho (1989/1990) concebe que a unidade política se constitui como unidade simbólica; portanto, ainda que pareça fixa e dada, sendo a aceitação da ordem social fundamental para sua manutenção, ela está sujeita a constante mudança. A autora entende que: "Faz-se necessário, assim, acima de tudo a desconstrução deste discurso masculino sobre a mulher que vem vigorando por séculos e a busca simultânea de uma nova "identidade feminina", **construída pelas próprias mulheres**, a partir de suas expressões culturais próprias" (p. 46, grifo nosso).

Essa compreensão de constituição de uma nova identidade feminina, se considerarmos a posição da autora, explicitada anteriormente, de que toda identidade é fundada num "discurso ideológico totalizador", não deve implicar o alcance de uma identidade plena e o fim do conflito entre particularidade e universalidade. Entretanto, é possível questionarmos a saída caracterizada pela vinculação entre a constituição de uma "nova identidade feminina" e que esta seja construída pelas próprias mulheres, uma vez que isto apontaria para uma essência emancipatória das mulheres, ou melhor, para uma vinculação estrita entre categoria social e significação da realidade. Aspecto que contrariaria a própria compreensão da autora da identidade como constituída de maneira contingente, a partir de uma "multiplicidade de significados discursivos", sendo a "identidade feminina" uma construção discursiva que "não se refere a nenhuma mulher em particular", devendo-se evitar cair na redução da desigualdade da mulher ao binarismo de uma dominação macho-fêmea.

Em relação a Azeredo (1994), é interessante ressaltarmos que a autora, em vez de pensar as formas de desigualdade como categorias distintas (fêmea e negra), o que apontaria para a noção de "identidades positivas", constituídas em torno de atributos, concebe a identidade como "uma singularidade oximórica, que representava toda uma humanidade excluída e perigosamente promissora" (fêmea negra).

Assim, Azeredo (1994) remete-se a uma noção metafórica da identidade que se constitui pela negatividade. Aspecto que recorda a noção de sobredeterminação na compreensão da identidade em Laclau e Mouffe, sendo a identidade compreendida desde o início como dividida, como uma literalidade e como uma metáfora da plenitude ausente da sociedade, construída apenas pela negatividade, como antissistema, e, portanto, capaz de afirmar um imaginário social passível de representar "toda uma humanidade excluída e perigosamente promissora".

Nessa medida, encontramo-nos num campo passível do antagonismo e da hegemonia, isto é, da articulação em torno de lógicas da equivalência, sendo as identidades no interior de uma formação discursiva entendidas como "posições de sujeito", e não como categorias sociais ou classes sociais. No artigo de Azeredo (2005), analisado no capítulo anterior, ela afirma conceber a democracia nos termos da democracia agonística proposta por Mouffe, o que é coerente com esta concepção sobre a identidade, ainda que Azeredo (1994) fundamente sua compreensão em Haraway.

Quanto ao artigo de Smigay (2002), a autora afirma que: "Sempre que olhamos para a violência contra grupos socialmente minoritários, entendendo que se trata de um conjunto de estratégias intencionais, posto em prática pelos agressores com objetivos bastante definidos, estamos politizando o debate" (p. 44). Neste sentido, podemos entender a ênfase da autora em afirmar que as relações de violência na sociedade contemporânea não devem ser compreendidas a partir da noção de um sujeito psicológico, de um desvio, de uma disfuncionalidade, mas sim em torno de relações de poder, sendo a violência a norma partilhada entre os membros de uma cultura falocêntrica.

Sendo as relações de gênero estruturadas como relações de violência, segundo a autora,

> Apenas um pensamento anti-sexista é capaz de afirmar o direito a diferenças individuais, entre gêneros e intragêneros, descolados da biologia, rompendo com a perspectiva essencialista. Tal pensamento reconhece o peso da cultura e reconhece a alteridade como condição básica de respeito à pluralidade, ao multiculturalismo, às múltiplas expressões eróticas, sociais, sexuais. (Smigay, 2002, p. 35)

Na citação acima vemos a utilização da noção de "pensamento anti-sexista", a qual, conjuntamente com a compreensão de que a violência de gênero emerge da delimitação de quem são os sujeitos desprezíveis, denota uma possível concepção identitária baseada na negatividade. Entretanto, diferente do que vemos no artigo de Azeredo (1994), o caráter metafórico da constituição identitária ("singularidade oximórica") não é explícito, recorrendo Smigay (2002) à ideia de uma vinculação entre geometrias distintas na trama social (geometria de gênero, geometria de classe, geometria de raça/etnia) e a noções como a de multiculturalismo.

Nos três artigos podemos conceber o modo de sedimentação das relações sociais, entendido a partir da universalização de um particular, que implica relações de poder, e saídas para a mudança social que se pautam na negação da legitimidade da ordem social e na produção de outras possibilidades discursivas. Entretanto, o mecanismo de emergência do sujeito político não é explicitado de maneira clara, de modo que possamos afirmar uma

concepção antagonística do político ou não. O que pode ser ressaltado é a importância atribuída à consideração do vínculo entre diferentes modos de desigualdade na construção da luta política, ainda que as autoras centralizem a discussão na compreensão da luta feminista.

10.1.2 Holston e Lacan

Nesta seção consideramos, separadamente, os artigos de Berino e Baptista (2007) e de Ribeiro e Lara Junior (2011). O primeiro discute a relação entre reconhecimento da diferença e a regulação da vida na cidade, apresentando como saída para a discussão a concepção de cidadania proposta por James Holston. Ribeiro e Lara Junior (2011) discutem uma proposta de intervenção em comunidade, embasada na noção de sujeito da falta em Jacques Lacan.

Berino e Baptista (2007) discutem, através da análise de um projeto desenvolvido em escolas,

> **como as políticas da diferença podem ser reativas à emergência de conflitos** que, no território da cidade, estão relacionados com os desarranjos (e novas ordens) contributivos da atual globalização. Analisamos como o **ideal de uma cidade integrada ao circuito econômico da globalização** hoje dominante produz resistências, que são enfrentadas através de **políticas que visam a ensinar como viver convenientemente as diferenças**. Trata-se de uma reflexão sobre a cultura, vista como lugar de regulação, e a educação, imaginada como uma ação eficaz na constituição de indivíduos assentados à ordem branda de uma cidade idealizada. (p. 316, grifo nosso)

A noção de cidade integrada ao circuito econômico da globalização é concebida como uma noção neoliberal pelos autores. Nesta perspectiva, a

> cidade é concebida para reunir no território a densidade técnica e informacional requerida pelas empresas integradas mundialmente e constituir uma identidade apreciável, competitiva, para o mercado dos negócios e oportunidades globais. Nesse cenário, **participar da vida da cidade exige a capacidade de desfazer-se de toda a consistência anterior, ligando-se à propriedade instável e fugaz dos novos domínios da existência.** Para as pessoas, a vida liquefaz-se em um movimento irregular de necessidades, propósitos e esperanças. Entropia que não pode ser evitada e particularmente custosa pelo aborrecimento do contato. (Berino & Baptista, 2007, p. 318, grifo nosso)

Frente às diferenças existentes na cidade, os autores apontam que, nos últimos anos, usou-se a metáfora da cidade partida, disputada pela favela e pelo asfalto, metáfora que, entretanto, não diz nada sobre a "índole cambiante das identidades e a inclinação das cidades globalizadas pelo movimento, transferências, fluxos, atravessamentos etc." (p. 319). Mais recentemente adotou-se a metáfora da guerra, afirmando a necessidade de se "determinar as contrariedades, dizer o que se está defendendo e definir o inimigo" (p. 319). Contudo, uma outra estratégia de luta é utilizada na política de educação analisada pelos autores para lidar com a diferença, a que aposta na "maleabilidade das condutas" (p. 319).

É esta estratégia que os autores criticam no artigo, associando-a à noção neoliberal de sociedade globalizada, afirmando ser uma estratégia implicada na retórica da multiplicidade, que visa enfraquecer os conflitos entre grupos sociais a partir de uma modelagem dos valores e dos ideais em torno de uma existência calculada, estimada pelo Estado. Neste sentido, esta estratégia estaria relacionada, segundo os autores, a uma noção de cidadania caracterizada por uma condução política na vida da cidade, que evita a emergência do conflito em nome de uma vida cidadã.

A politização das relações sociais no artigo pode ser concebida, assim, na crítica à noção de um ordenamento social que utiliza a retórica da multiplicidade para escamotear a divisão do social e afirmar uma universalidade. Contrário a este modo de lidar com a diferença, que busca acolhê-la para moldá-la no interior de um sistema universalizante, o autor afirma uma preocupação com a despolitização da diferença no contemporâneo, no sentido em que se corre o risco

> de compactuarmos com modalidades sutis de intolerância: Diferenças culturais, de gênero, étnicas, entre outras, são elogiadas compondo o mosaico multicultural das sociedades movidas pela onipotência mercadológica. O diverso brilha nas cidades contemporâneas ofuscando a possível incompatibilidade entre tolerância e solidariedade. Tolera-se o outro, mas decretamos a sina predestinada da sua diferença impossibilitada de ultrapassar suas fronteiras (BAPTISTA, 2000, p. 64). (Berino & Baptista, 2007, p. 323)

Assim, na afirmação de um caráter conflitivo de sociedade e contrário à noção de uma cidadania que modula as diferenças na busca de escamotear o conflito, os autores propõem, a partir de James Holston, "a construção de uma **cidadania insurgente**". Esta concepção de cidadania insurgente **compreende a cidade não como**

> locus, ou cenário, no qual o humano desenvolveria sua natureza social, ou um assentamento racional necessário para o alcance das ideias civilizatórias. Para este autor [James Holston], **a cidade seria "uma zona de guerra"**; lugar no qual a **violência se daria pela inexistência da conflitualidade política** que coloque em análise formas ou conceitos universais de se fazer política. (p. 322, grifo nosso)

De acordo com Berino & Baptista (2007),

> a cidade-como-zona-de-guerra ameaça a equação da condição de pertencimento ao estado como a principal norma universalizadora para administrar a simultaneidade das identidades sociais modernas. Com a escalada da guerra, essa ameaça desencadeia ansiedades profundas sobre a forma que tal coordenação pode tomar se a cidadania nacional deixa de ter esse papel primário. Tanto quanto o otimismo pode ser irradiado pelos movimentos sociais da cidade, essa ansiedade para sobre a zona de guerra, estruturando seus possíveis futuros (HOLSTON, 1996, p. 251). (pp. 322-323)

A cidadania, nessa proposta, é "caracterizada como uma conquista produzida por um processo conflitual nunca finalizado, porque histórico" (p. 322). A "cidadania insurgente" é encontrada nas intersecções de processos de expansão e erosão de reivindicações, que ocorrem "na medida em que novos membros emergem para fazer suas

reivindicações, expandindo seu alcance, e em que novas formas de segregação e violência se contrapõem a esses avanços, erodindo-a" (p. 322).

O que é interessante ressaltar nesse artigo é a crítica dos autores a um modo de dinâmica política que sugere uma proximidade com a administração do conflito via lógica da diferença, ou seja, de maneira a escamotear a possibilidade de emergência de conflitos. Entendem os autores que o conflito é inerente à sociedade, sendo a noção de cidadania defendida numa concepção conflitiva de sociedade.

Entretanto, a construção das práticas articulatórias e o "momento da decisão" não são explorados no artigo, não sendo possível conceber o modo de constituição dos sujeitos políticos. O que observamos é uma compreensão de que as identidades individuais são abertas, na medida em que, a partir do contato com outras identidades, elas podem se mesclar, sendo inclusive por isso possível ao Estado utilizar a estratégia política de "maleabilidade das condutas", a fim de evitar a conflitualidade, reproduzindo uma noção de "vida cidadã" baseada numa cidade integrada. Ademais, a noção de "zona de guerra" também aponta para o terreno da divisão, que inclusive parece não excluir a violência, e sim buscar construir canais de conflitualidade política que evitem a emergência da violência no campo político, lembrando o modelo agonístico de Mouffe.

Ribeiro e Lara Junior (2011), discutindo a intervenção do psicólogo em comunidade, compreendem a noção de político a partir dos quatro discursos de Lacan. Segundo os autores, Lacan teve como fonte de inspiração Hegel, mas, a partir da proposição do discurso do analista, indicou a possibilidade de rompimento com a relação polarizada e alienante da lógica dialética entre senhor-escravo (discurso do mestre-discurso da histérica). Importante observar que o termo alienação é abordado pelos autores de maneira ambígua: às vezes no sentido marxista de fundamento último a ser desvelado, às vezes na referência a Lacan, no sentido dos sujeitos desconhecerem, diante da "lógica capitalista", que a falta é estruturante – "que o sujeito do desejo não pode ser tamponado por nenhum *gadjet* capitalista (LACAN, 1992[1970]), pois esses objetos de consumo revelam justamente a falta estrutural do sujeito" (Ribeiro & Lara Junior, 2011, p. 584).

Para Hegel, segundo os autores, as relações de dominação seriam estruturais e trans-históricas:

> Hegel defendeu a ideia de que todo ser se cria e se mantém pela supressão de outrem e, dessa forma, acabou por sustentar **as relações de dominação como estruturais, na medida em que estão na estrutura e que estruturam as sociedades.** Para Hegel, o ser humano só pode se confirmar como realmente humano se arriscar sua vida, que é originalmente animal, em função de seu desejo humano, que, na perspectiva hegeliana, é desejo de desejo, desejo de reconhecimento. Para se confirmar como humano é preciso, então, que este seja reconhecido por outrem, também humano. Porém, se esse outrem reconhecer o seu desejo, será negado, transformado e assimilado por ele – já que, segundo Hegel, todo desejo é negador, transformador e assimilador, na medida em que para existir precisa suprimir outrem. (...). Sendo assim, Hegel concluiu que, para que a realidade humana possa constituir-se como realidade reconhecida, é preciso que os adversários se comportem de modo diverso durante a luta: "um, sem ter sido a isso predestinado, deve ter medo do outro, deve ceder, deve recusar-se a arriscar a vida em nome da satisfação de seu desejo de reconhecimento.Deve abandonar seu desejo e reconhecer o desejo do outro: deve reconhecê-lo sem ser reconhecido por ele. Ora, reconhecê-lo assim é reconhecê-lo como senhor e reconhecer-se (e fazer-se reconhecer) como escravo do senhor (HEGEL, 2002[1807], p.15).A partir de tal perspectiva, é possível afirmar que **"a sociedade só é humana sob a condição de implicar um elemento de dominação e um elemento de sujeição" (Hegel, 2002[1807], p. 15) e, assim, a relação social fundamental da humanidade é a relação de dominação-sujeição, o que funda a dialética, que poderíamos chamar de trans-histórica, do senhor e do escravo.** (Ribeiro & Lara Junior, 2011, pp. 585-586, grifo nosso)

Lacan, segundo Ribeiro e Lara Junior (2011), de maneira a pôr fim à relação polarizada e alienante entre o Discurso do Mestre e o Discurso da Histérica, propôs o discurso do analista concebendo a "operação da separação":

> **A operação de separação, descrita como logicamente posterior à alienação, é uma operação a partir da qual precisa haver uma disjunção entre o campo do sujeito e o campo do Outro. Mas, para a separação acontecer, é preciso que a falta seja reconhecida como algo estrutural, que habita cada sujeito singular, para que o desejo seja relançado para outro lugar**, a partir do quê o sujeito perceba que nãoé capaz de completar o outro e que o próprio outro não é completo: o escravo (S2), por mais que produza (*a*), não será capaz de completar o mestre (S1), que guarda, como sua verdade, uma divisão estrutural ($); e a histérica ($), por mais que demande ao mestre (S1), não obterá deste um saber completo (S2), pois o limite do saber é o próprio gozo (*a*). (p. 588, grifo nosso)

A partir da perspectiva lacaniana da falta como estrutural aos sujeitos, sendo os sujeitos, portanto, sujeitos vazios que se constituem através de identificações parciais, e do campo da política como "Lugar das construções políticas e dos embates ideológicos" (p. 593, nota de rodapé), a sedimentação das relações sociais é concebida, pelos autores, como a produção de fixações do sujeito em torno de uma cadeia de significação que institui a polaridade dominação-opressão, inclusão-exclusão.

Essa cadeia de significação, denominada pelos autores como "lógica capitalista", é entendida de maneira semelhante ao que Monteiro, Coimbra e Filho (2006) – artigo analisado na vertente anterior do sujeito ético-político – concebem como "subjetividade capitalística": Ribeiro e Lara Junior (2011) sustentam que a lógica capitalista afirma que todos devem ser empreendedores ricos e bem-sucedidos, determinando um perfil de humano e legitimando a opressão a partir da ideia de fracasso individual, e não "como um fenômeno social, estrutural da sociedade (FOUCAULT, 1987)" (p. 583).

A politização das relações sociais, portanto, é concebida por Ribeiro e Lara Junior (2011) através da subversão do discurso dominante "a partir de um elemento que faça ato e rompa com a cadeia das significações existentes" (p. 589). Esta subversão se faz através da constituição de um corpo de valores pelos sujeitos dominados.

Nessa medida, entendem os autores que o campo da política depende da articulação dos sujeitos em torno de um significante comum: "não cabe a Deus, ao governante ou ao líder comunitário decidir pelos membros de um conglomerado, pois é apenas pela articulação dos próprios sujeitos em torno de um elemento (significante) comum que a comunidade irá se constituir" (p. 591).

Portanto, a politização não se constitui simplesmente de uma queixa sobre a dominação, mas da subversão do discurso dominante e da reconstrução da formação social em torno de uma outra articulação:

> é necessário que cada sujeito se implique e se responsabilize pela constituição do que estamos chamando de "campo da política". Pois, se a culpa da não configuração de tal campo e da falta de estratégias de organização das comunidades for somente endereçada ao sistema capitalista, pode-se perseverar na posição passiva de quem reclama do mestre opressor invisível, como no discurso da histérica alienada. Percebe-se na sociedade atual que **alguns sujeitos subvertem essa ordem, posicionando-se, muitas vezes, de forma não alienada no discurso da histérica, pois se organizam como movimentos sociais e passam a frequentar o campo da política questionando legitimamente o lugar autoritário do mestre, encarnado nos mais diversos sujeitos que reproduzem o sistema capitalista, especialmente o Estado com seus governantes.**Então, ao propormos a **comunidade como um momento político** e não como um conceito aplicável a qualquer grupo humano, estamos alertando para a **possibilidade de reconstrução e repovoamento do campo político** através de outras articulações que fujam ao jogo de cartas marcadas e aos discursos totalizantes da lógica capitalista.(...)Sendo assim, a visada precisa ser voltada para a articulação dos sujeitos que fazem parte dessa população em um todo (comunidade), a partir do **quê instaurasse uma terceira possibilidade (que rompa com a lógica dual)**, através da qual a comunidade irá mirar para o desejo que a constitui como grupo, **viabilizando a emergência do campo da política**. (Ribeiro & Lara Júnior, 2011, p. 592, grifo nosso)

Ainda que nos caiba considerar a utilização pelos autores do conceito de poder em Foucault, que, como discutimos no capítulo anterior, afasta-se da noção de antagonismo, podemos também observar proximidades com a noção de político em Laclau e Mouffe. Esta aproximação refere-se à concepção de sujeito, entendido como sujeito da falta, e à "operação de separação" como momento do político, caracterizada pela "disjunção entre o campo do sujeito e o campo do Outro", que revela, um ao outro, a falta estrutural, ou, nos termos de Laclau e de Mouffe, o limite da própria objetividade.

A comunidade política é concebida da seguinte maneira por Ribeiro e Lara Júnior (2011):

> **a comunidade, uma vez constituída,** deve se tornar uma possibilidade para evitar as polarizações existentes tanto no âmbito do Discurso do Mestre como no do Discurso Universitário– polarizações marcadas pelo antagonismo "nós X eles", "favelados X interventores", "escravos objetificados X mestres sabedores" etc. Nesse sentido, ao se considerar a comunidade como resultado de uma politização não alienada dos seus membros, **busca-se manter ao mesmo tempo a união e o conflito**, a identidade do grupo e a manutenção das diferenças existentes entre seus membros, para que se crie, assim, a alternância de posições, de lugares e de discursos **e não a reinstalação, no próprio interior da comunidade, da alternância Discurso do Mestre/Discurso Universitário.** Sendo assim, **a comunidade caracteriza-se justamente pela tensão e pela incompletude, pelo "já conseguimos, mas ainda não"** – "somos comunidade, mas ainda não" – **a qual aponta, inexoravelmente, para o caminho do engajamento no campo da política,** um campo **no qual não há garantias, mas que é capaz de ligar, num corpo, os cidadãos**. (p. 590, grifo nosso)

Assim, essa compreensão aponta para a contingencialidade da unidade política e das articulações entre as posições de sujeito no interior de um discurso, sendo o campo da política entendido como um campo no qual não há garantias. Junto a isto, a compreensão da comunidade como caracterizada pela tensão e pela incompletude – mas que, uma vez constituída, deve evitar polarizações marcadas pelo antagonismo nós X eles –, denota semelhança com a proposta agonística de Mouffe.

Entretanto, a utilização da noção de alienação, sobretudo no modo ambíguo utilizado ao longo do artigo, parece pouco útil para concebermos a emergência do sujeito político em torno de um sujeito da falta, na medida em que pode orientar para a manutenção da ideia de "tomada de consciência" e, diferente do que a noção de sujeito da falta nos possibilita, pode indicar para um fundamento último da realidade.

Como salientamos antes, analisamos esse artigo neste capítulo, e não no capítulo referente à vertente denominada fundamento último da realidade, em razão do autor postular como referência principal a psicanálise lacaniana.

10.2 Considerações gerais sobre o capítulo

Um aspecto a ser ressaltado nesses artigos é a preocupação com a articulação de formas distintas de desigualdade, sobretudo, nos três primeiros artigos analisados, entre os quais se salienta o artigo de Azeredo (1994). Esta compreensão da articulação também é passível de ser considerada no artigo de Berino e Baptista (2007), na medida em que os autores concebem as identidades como abertas, o que possibilita inclusive uma organização da gestão do social baseada numa estratégia semelhante ao que podemos conceber como lógica da diferença, criticada pelos autores.

Entretanto, o mecanismo de emergência do sujeito político não é focalizado nesses artigos, de modo que não podemos analisar de forma mais específica o conceito do antagonismo.

O artigo de Ribeiro e Lara Junior (2011), como discutimos, se se aproxima da compreensão de sujeito na concepção de político abordada na tese, sujeito da falta, utiliza o conceito de alienação de maneira ambígua, podendo indicar para um fundamento último da realidade, o que afastaria a posição dos autores daquela concepção de político.

PARTE IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONTINUAMOS EM CRISE? DESDOBRAMENTOS DA CRISE DA PSICOLOGIA SOCIAL E O QUE FAZER COM O POLÍTICO NA PSICOLOGIA SOCIAL

> Sem que a portada se abra, a casa não existe. Vê-se ao fundo e enuncia anos para viver; habitada pela escrita, uma mão se move em cada sala, vai exprimindo os futuríveis que os olhos veem, proas projectadas para diante. (Llansol, 2001, p. 18)

Nosso objetivo na tese foi debater a emergência do sujeito político e o modo de se conceber a organização da unidade política na produção da psicologia social brasileira, utilizando uma concepção específica do político. Ou seja, buscamos compreender a dinâmica política na produção da psicologia social a partir do que nela ficava explícito sob a "lente" da Teoria Democrática Radical e Plural.

Em relação à emergência do sujeito político, destacamos nos artigos, ainda que em matizes distintos, a noção de consciência. Quanto à organização da unidade política, observamos a ausência ou a impossibilidade de concebermos a estratégia de lógicas de equivalência entre diferentes sujeitos políticos.

Na retomada do nosso problema de pesquisa – como a psicologia social, no que se refere à produção brasileira, tem compreendido a politização das relações sociais e a constituição da sociedade democrática em suas análises desde a emergência da "crise" da psicologia social, mais especificamente, entre os anos de 1986 e 2011? – apresentamos a seguinte pergunta: Continuamos em crise?

Desde já, respondemos que sim. Entendemos que "continuar em crise" significa manter a crítica à própria produção da psicologia social "crítica" como constante, explicitando a possibilidade de se propor outras leituras na construção do conhecimento em psicologia social, em relação àquilo que já se produziu.

Com isso não queremos negar a importância da crítica, construída desde a emergência da "crise" da psicologia social brasileira, a perspectivas consideradas individualizantes, baseadas na concepção de sujeito como sujeito abstrato, que priorizavam a adaptação dos sujeitos, em vez das possibilidades de mudança social. Constatamos na produção analisada a afirmação do sujeito como social e histórico e a ênfase na produção de conhecimentos orientados para a mudança social.

No interior desse imaginário social de uma psicologia social "crítica" é que propomos deslocamentos no que concerne ao modo de se conceber o político, estando neste horizonte a contribuição da tese para a psicologia social brasileira.

A noção de consciência e a compreensão da politização das relações sociais a partir da mediação da razão, seja em termos da conscientização, baseada em um fundamento último da realidade, que estabelece a priori o caminho da luta política, seja em termos de uma consciência histórica, que depende de uma capacidade de autoconsciência dos indivíduos em apreender a historicidade das relações sociais e se reconhecerem oprimidos, num processo de desenvolvimento da consciência, exige concebermos, como vimos na discussão dos artigos, uma "identidade positiva" dos sujeitos.

Desse modo, a fim de assumirmos a radicalidade da contingência e do antagonismo, afastando-nos do comprometimento com categorias que visam controlar a contingencialidade da constituição dos sujeitos políticos – como consciência, intencionalidade e reflexividade – e conceber a "impossibilidade" da sociedade e o caráter "vazio" do sujeito, é preciso mudarmos as "lentes". O que propomos é conceber a constituição do sujeito político a partir de processos de identificação, entendendo que ele se constitui não pela politização de uma "identidade positiva", mas sim por ser desde o início dividido, apresentando um caráter diferencial e, ao mesmo tempo, um caráter equivalencial, sendo sua única possibilidade de presença fixações parciais no interior de uma cadeia discursiva.

Nessa medida, a precariedade do social e dos sujeitos decorre não apenas de concebermos os sujeitos como capazes de significação de uma realidade que os constitui e que por eles é constituída, como fazem os autores nos artigos ao proporem a noção de um sujeito social e histórico. É preciso também pressupormos que aquela capacidade é possível em razão de uma falta a ser: por um lado, no que tange à "estrutura" da sociedade, do poder ser entendido como um lugar vazio, sendo a sociedade "impossível"; por outro lado, no que se refere aos sujeitos, de serem concebidos a partir de uma identidade estrutural permanentemente falhada. Falta a ser que não significa o abandono completo da transcendência, na medida em que, ainda que toda transcendência seja fracassada, a única possibilidade da presença de uma ausência encontra-se na busca por um objeto que possa preencher a plenitude ausente da sociedade e dos sujeitos, ou seja, em processos de identificação em torno de mitos construídos na sociedade em que se vive.

Portanto, o sujeito é concebido como psicossocial em razão de não haver nada que determine a sua constituição – esta decorre exclusivamente de identificações discursivas que têm como única condição a própria ausência de uma determinação – e em razão de não se tratar de um sujeito atemporal ou abstrato, pois a única possibilidade de se afirmar como positividade depende de discursos existentes na sociedade em que vive, na medida em que é somente diante da existência de discursos que permitam visibilizar a contingencialidade do discurso dominante que se faz possível o deslocamento entre "momento" e "elemento", ou seja, a construção de um novo mito que busque preencher a plenitude vazia do social e estabelecer uma nova articulação entre posições de sujeito.

Dessa forma, a constituição do sujeito político decorre não da reocupação da razão no lugar vazio deixado pela morte de Deus, na busca da clareza sobre quem se é e de critérios racionais para a participação política, mas de, mesmo sabendo que não se tem a onisciência de Deus, atuar como se fosse Deus a fim de preencher a falta a ser. Importante lembrar, desde modo, que o conteúdo da decisão é secundário em relação à própria necessidade da decisão (Laclau, 2005b), pois é somente a partir desta que o sujeito pode se constituir como presença.

Diante dessa ressignificação da noção de sujeito psicossocial, é possível afirmarmos a possibilidade de construção de um novo imaginário social, sem necessitarmos conceber um fundamento último da realidade, e a constituição de uma nova unidade política, sem reduzirmos as demandas a uma demanda privilegiada a priori. Portanto, não basta assumirmos a pluralidade de "forças populares" como os atores da mudança social em substituição ao proletariado, mantendo a premissa da unicidade da luta política a partir daqueles que produzem a mais-valia (Lane & Sawaia, 1991), pois isto nos mantém no terreno da determinação, e não no da articulação. É necessário radicalizarmos a contingencialidade possibilitada pelo imaginário democrático.

Também, diante dessa ressignificação da noção de sujeito psicossocial, podemos reconhecer a impossibilidade de opormos a violência à política, pressupondo que o desenvolvimento da sociabilidade humana possibilitaria conduzirmo-nos em torno de uma ação comum, invisibilizando o momento da decisão e concebendo um agonismo sem antagonismo – implicação da noção de um sujeito ético-político para a democracia.

Reconhecendo a violência e a hostilidade como inerentes à sociabilidade humana– uma vez que a única possibilidade de nos constituirmos é pela negatividade –, somos capazes de buscar possibilidades de transformar a guerra, sempre passível de se fazer

presente, em um campo agonístico de disputas pela significação da sociedade, em torno da identificação com o discurso democrático, fundado no paradoxo da igualdade e da liberdade. Campo este caracterizado pela disputa de uma pluralidade de modos de significação dos princípios vazios da igualdade e da liberdade e, desta maneira, por exclusões; mas também um campo limitado por um consenso mínimo: o da impossibilidade de eliminar o outro. Nesta compreensão, se não se abandona a constituição de uma unidade política, esta não é concebida em torno de uma substância, como faz Schmitt, mas a partir de uma relação hegemônica.

Assim, um bom funcionamento democrático é aquele caracterizado por um conflito vibrante entre posições políticas democráticas, ou seja, que se identificam com o ethos democrático – princípios vazios da igualdade e da liberdade –, servindo este de orientação da conduta dos sujeitos no interior de uma comunidade passível de diferentes formas de vida agonísticas. Entretanto, cabe-nos compreender que, frente à inerradicabilidade do antagonismo, não estamos livres da guerra, o imaginário democrático é apenas um dos discursos possíveis com os quais os sujeitos podem se identificar.

É também frente àquela ressignificação da noção de sujeito que podemos não nos limitar a conceber a mudança social em torno de disputas pela "gestão da positividade social", e reconhecermos que "sem 'utopia', sem a possibilidade de negar uma ordem além do ponto em que nós somos capazes de ameaçá-la, não existe possibilidade de qualquer constituição de um imaginário radical – seja democrático ou de outro tipo" (Laclau & Mouffe, 1985, p. 190, tradução nossa).

Isso é possível, diante daquela concepção de sujeito psicossocial, pelo fato de podermos pensar não apenas em "alianças" entre sujeitos orientados por uma intencionalidade e reflexividade, que, ainda que não exclusivamente racionais, baseiam sua ação em torno da análise de custo-benefício, da busca pelo autointeresse e pelo interesse de sua categoria social, aproximando-se a luta política mais de processos de negociação de interesses do que da mudança da identidade dos sujeitos em decorrência da identificação com um significante vazio.

Podemos, com aquela compreensão de sujeito, conceber a construção de lógicas de equivalência e, assim, a constituição de um imaginário social alternativo, sendo o sujeito político não aquele que se opõe à estruturalidade da estrutura social, mas o que se constitui no próprio momento da decisão, já que a negatividade é a sua única possibilidade de ser presença no interior de uma cadeia discursiva.

Essa proposta de concepção de sujeito psicossocial como um sujeito falhado, se apresenta essas implicações para o pensamento democrático, também desloca o lugar do intelectual, exigindo a afirmação da igualdade de mentes e de corpos no espaço político (Rancière, 1996).

Apesar da importante contribuição da psicologia social "crítica" em questionar o lugar do pesquisado e do pesquisador e afirmar ambos como sujeitos do conhecimento, a noção de consciência possibilita compreender o intelectual como aquele que apresenta a consciência a ser alcançada pelos outros sujeitos, ou que conhece os meios de se alcançar a consciência "política", a fim de que os sujeitos se reconheçam oprimidos. Apenas em torno deste lugar é possível à psicologia social atuar a partir da afirmação de um fundamento último da realidade, do desenvolvimento de uma consciência política, do esclarecimento sobre o terreno em torno do qual jogos de verdade foram instituídos ("problematização").

O lugar do intelectual diante da noção de identificação, e não de um sujeito da consciência, é o de compreender os mitos com os quais os sujeitos têm se identificado, ou seja, as demandas particulares e as alternativas de sociedade que têm sido produzidas em uma determinada sociedade. Este lugar nega o lugar de pedagogo ou de legislador do intelectual e afirma a igualdade de qualquer um com qualquer um, sendo a única distinção possível ao intelectual a de se orientar para a realização daquela compreensão.

Essa concepção permite-nos defender a primazia da lógica da equivalência sobre a lógica da diferença na pesquisa e na intervenção em psicologia social, portanto, inserir a psicologia social no âmbito da contribuição de uma luta hegemônica (concebida em um terreno pós-fundacionalista), e não somente em torno de uma disputa no interior do campo de representação dominante.

Mas como sugerir essa primazia da lógica da equivalência e, assim, do político sobre a política, no campo de uma psicologia social que, como vemos nos artigos analisados, se constrói em torno de pesquisas e intervenções baseadas na lógica da diferença? Como enfatizar a necessidade do psicólogo social atuar em torno daquele lugar do intelectual, sob a primazia da equivalência entre demanda de diferentes sujeitos políticos, se a demanda que chega a ele é da intervenção em questões específicas e imediatas? Quais seriam as implicações para a psicologia social se ela se orientasse para a construção de lógicas da equivalência que se encontram pautadas no estabelecimento explícito de uma divisão do social e na constituição dos sujeitos e das posições de sujeito pela negatividade?

O lugar da psicologia social sob a primazia da lógica da equivalência requer, junto com a compreensão das demandas particulares e das alternativas de sociedade presentes em determinado contexto, a proposição de equivalências entre estas demandas e alternativas, de maneira a potencializar discursos passíveis de identificação por um maior número possível de sujeitos, mesmo se sabendo que não existe nenhuma garantia de que estes discursos possibilitarão de fato equivalências entre os sujeitos políticos e de como estas equivalências serão realizadas.

Desse modo, o lugar da psicologia social, sob orientação daquele papel do intelectual, é de atuar sobre a realidade social na expansão de discursos democráticos, através da potencialização da equivalência entre os mitos produzidos por sujeitos no interior da sociedade. Na afirmação da igualdade de qualquer com qualquer um é que propomos, como especificidade do intelectual e da psicologia social, a compreensão dos mitos existentes e a proposição de equivalências entre eles.

Essa proposta não significa abandonarmos as demandas específicas, na medida em que toda demanda de um sujeito político é uma demanda, ao mesmo tempo, particular e universal, não existindo nenhum sujeito a priori concebido como sujeito da História. O que enfatizamos com essa proposta é a retomada da noção de hegemonia no interior da psicologia social, mas não em torno de uma determinação última da sociedade, e sim num terreno pós-fundacionalista. É importante a colocação de Laclau (2003a) de que as demandas podem ser vistas como

> objetivos determinados que, uma vez alcançados, colocam fim ao movimento. No entanto, pode-se vê-las de uma forma diferente: o que as demandas apontam não é na realidade aos objetivos concretamente especificados; elas são somente a ocasião contingente de alcançar (de um modo parcial) algo que as transcende completamente: a plenitude da sociedade como um objeto impossível que – através da sua própria impossibilidade – se faz totalmente ético [no sentido de um investimento radical e, portanto, hegemônico]. (pp. 90-91, tradução nossa)

A mudança social está ligada a uma relação entre o universal e o particular, de maneira que não é possível escolhermos entre o abandono do universal ou o abandono das demandas particulares, mas sim enfatizarmos que a mudança social está completamente relacionada ao destino do universal, tendo como pano de fundo o desafio democrático de potencializarmos a equivalência entre as diferentes demandas e alternativas de sociedade existentes em determinado contexto histórico.

É fundamental ressaltarmos que não estamos identificando o intelectual com o sujeito político. Este último o concebemos nos termos defendidos nesta tese, ou seja, em torno do momento da decisão no terreno da indecidibilidade, como um sujeito mítico. O

lugar do intelectual e da psicologia social é o de contribuir para a equivalência entre as demandas democráticas e as alternativas de sociedade existentes e produzidas pelos sujeitos.

Cabe-nos considerar, novamente, o exemplo de Laclau (2005a) sobre a relação entre metonímia e metáfora na construção da luta política, na medida em que nos auxilia a pensar a pesquisa e a intervenção no interior do que propomos para a psicologia social, de maneira a potencializarmos *contiguidades* que venham (ou não) a se concretizarem em *analogias*:

> Imaginemos um determinado bairro onde existe violência racial e as únicas forças locais capazes de organizar uma contra-ofensiva antirracista são os sindicatos. Agora bem, em um sentido estritamente literal, a função dos sindicatos não é lutar contra o racismo, mas negociar os salários e outras questões similares. No entanto, se a campanha antirracista é empreendida por sindicatos, é porque existe uma relação de *contiguidade* entre as duas questões em um mesmo bairro. Uma relação de deslocamento entre termos, problemas, atores, etc. é o que se denomina, em retórica, uma metonímia. Suponhamos agora que esta conexão entre lutas antirracistas e sindicais continue por um certo período de tempo: neste caso, vamos começar a sentir que existe um vínculo natural entre os dois tipos de luta. Assim, a relação de *contiguidade* vai começar a se converter em uma relação de *analogia*, a *metonímia* em uma *metáfora*. Este deslocamento retórico implica três mudanças principais: primeiro, apesar do particularismo diferencial dos tipos iniciais de lutas e demandas, se está criando entre eles certa homogeneidade equivalencial. Segundo, a natureza dos sindicatos se modifica neste processo: deixam de ser a pura expressão de interesses setoriais precisos e se voltam em maior medida – se desenvolve uma variedade de articulações equivalenciais – ao ponto nodal na constituição de um "povo". Terceiro, a palavra "sindicato" se converte no nome de uma *singularidade*, no sentido em que a temos definido antes: já não designa o nome de uma universalidade *abstrata* e se converte no nome de um agente social concreto, cuja única essência é a articulação específica de elementos heterogêneos que, mediante este nome, cristaliza uma vontade coletiva unificada. (Laclau, 2005a, pp. 140-141, tradução nossa)

Portanto, três aspectos são fundamentais à nossa proposta:

- Concepção do sujeito como "vazio" e da sociedade como "impossível" = radicalização da contingência e reconhecimento do antagonismo como condição fundante da identificação.
- Concepção da inexistência de uma superioridade do intelectual em relação aos outros sujeitos = afirmação da igualdade de qualquer com qualquer um.
- Lugar do intelectual e da psicologia social como o de identificar mitos construídos pelos sujeitos políticos e propor possibilidades de equivalência, sendo a pluralidade de sujeitos políticos, mas também o "momento da articulação", fundamentais para uma utopia democrática.

A fim de finalizarmos esta tese, apontamos para duas limitações e duas sugestões de pesquisas futuras relativas à produção da psicologia social no Brasil.

Uma das limitações foi a dificuldade de análise de alguns artigos e a localização deles nas vertentes analíticas construídas a partir da leitura da totalidade dos artigos. Frente

a isto, cabe-nos, novamente, ressaltar que não foi objetivo desta tese avaliar o pensamento dos autores que tiveram artigos selecionados, nem recorrer aos textos originais que embasavam a discussão da dinâmica política em cada artigo. Nosso objeto de análise foram os artigos selecionados; por esta razão, nosso foco de análise foi naquilo que neles se encontrava explícito.

Como proposta para outras pesquisas, seria importante a análise do pensamento de alguns autores que têm contribuído de maneira mais efetiva com o desenvolvimento da psicologia social crítica no Brasil, nos últimos anos, de maneira a apreender aprofundadamente suas influências teóricas, o modo de apropriação e articulação destas influências e a relação com o contexto interno e externo ao campo de produção da psicologia social brasileira. Como critério para a seleção dos autores, poder-se-ia considerar, por exemplo, o número de mestres e de doutores que foram orientados por eles e que hoje se encontram em programas de pós-graduação, a presença de produções que propiciaram impacto no campo da psicologia social, no sentido destas produções terem se tornado referências bibliográficas de outros pesquisadores do campo.

A segunda limitação a ser considerada é que, diante dos critérios utilizados para a coleta dos artigos, estamos cônscios de que não abordamos artigos produzidos pela totalidade de psicólogos sociais brasileiros que discutiram, entre os anos de 1986 e 2011, temáticas políticas.

Desse modo, propomos como possibilidade de continuidade desta pesquisa a construção de um mapeamento mais amplo de autores que têm contribuído para a discussão da dinâmica política no desenvolvimento da psicologia social brasileira, inclusive abordando outras formas de produção que não apenas artigos de periódicos científicos. Este mapeamento não só contribuiria para análises sobre a lógica interna da produção na área, como também possibilitaria visualizar outras vertentes analíticas no interior da produção da psicologia social brasileira.

Esta tese buscou contribuir para a pesquisa e a intervenção daqueles que se interessam pela dimensão política na construção de suas análises e práticas. Concebemos ser fundamental mantermo-nos em “crise”, por isto nos dedicamos a discutir vertentes analíticas desenvolvidas na produção da psicologia social referente a temáticas políticas e propomos um novo olhar sobre o político para este campo de conhecimento.

REFERÊNCIAS[84][85]

ABRAPSO (1986). Editorial. *Psicologia & Sociedade*, 1(1), s/p.

ABRAPSO (2012). Site da Associação Brasileira de Psicologia Social. Recuperado em 07 de janeiro de 2012, de http://www.abrapso.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=518.

Allport, G. (1954). The historical background of modern social psychology. In L. Gardner (Org.), *Handbook of social psychology* (pp. 03-56). Massachusetts/London: Addison-Wesley Publishing Company.

Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas.* São Paulo: McGraw-Hill.

Amâncio, L. (2004). Identidade social e relações intergrupo. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 387-409). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ANPEPP (2012). Instruções para grupo de trabalho. XIV Simpósio ANPEPP. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de http://xivsimposioanpepp2012.com.br/index.php/instrucao.

Arendt, H. (2001). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Arendt, H. (2005). A tradição e a época moderna. In H. Arendt, *Entre o passado e o futuro* (p. 43-68). São Paulo: Perspectiva.

Arendt, H. (2006). *Sobre la violência*. Madrid: Alianza Editorial.

Arendt, H. (2010). *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL.

Bomfim, E. (1989). Notas sobre a psicologia social e comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 4 (7), 42-46.

Bomfim, E. (2003). *Psicologia social no Brasil*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Bomfim, E. (2004). Fragmentos psicossociais na histórica construção da identidade nacional. In M. Massimi; M. C. Guedes (Orgs.), *História da Psicologia no Brasil*: *novos estudos* (pp. 71-88). São Paulo: EDUC; Cortez.

Bufrem, L. S. (2006). Revistas científicas: saberes no campo de ciência da informação. In D. A. Poblacion; G. P. Witter & J. F. M. Silva (Orgs.), *Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação* (pp. 191-214). São Paulo: Angellara.

---

[84] Referências conforme normas da *American Psychological Association (APA)*.

[85] Visto que os 90 artigos selecionados para a tese após a Fase III se encontram no Apêndice E com a identificação do autor, do título, da revista onde foi publicado e da data de publicação, não incluímos nas referências os artigos exclusivos àquela seleção.

Camino, L. & Torres, A. R. R. (2011). Origens e desenvolvimento da psicologia social. In L. Camino; A. R. R. Torres; M. E. O. Lima; M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 23-99). Brasília: Technopolitik.

Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia & Sociedade*, 08 (01), 16-42.

Campos, R. H. F. (1996). Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural. In *História da Psicologia*. Coletâneas da ANPEPP nº 15 (pp. 124-145). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Candido, G. V. (2007). *A análise do comportamento em grupos de pesquisa: uma perspectiva histórica*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CNPq (2012). Grupos de pesquisa. Recuperado em 14 de fevereiro de 2012, de http://cnpq.br/gpesq/apresentacao.htm.

Costa, A. L. F. (2006). *Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da classificação Qualis em psicologia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Costa, F. A.; Machado, F. V. & Prado, M. A. M. (2008). Participação política e experiência homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo. *Interamerican Journal of Psychology*, 42(2), 325-337.

Costa, F.A. (2010). *Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Costa, F. A. & Prado, M. A. M. (2011). Democracia e movimentos sociais: resistências hegemônicas e equivalências democráticas. In E. F. Rasera; M. M. Castro & C. Stralen (Orgs.), *Psicologia social: ética, participação política e inclusão social* (pp. 83-97). Curitiba: Editora CRV.

Cruz, R. N. (2008). *A produção social do conhecimento na psicologia social brasileira: um estudo descritivo/exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Cury, C. R. (2000). Anísio Teixeira (1900-71). *Prospects*, 30(4), 509-520.

Elster, J. (1971). Psicologia e política. In H. J. Eysenck (Org.), *Usos e abusos da psicologia* (pp. 259-270). São Paulo: IBRASA.

Farr, R. (2006). *As raízes da psicologia social moderna*. Petrópolis: Vozes.

Ferreira, B. (2004). A medida do político. In B. Ferreira, *O risco do político* (pp. 37-78). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Foucault, M. (1982). The subject and power. *Critical Inquiry*, 8 (4), 777-795.

Foucault, M. (2002). Genealogia e poder. In R. Machado (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 167-177). Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (2004a). 1978 – A filosofia analítica da política. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (Vol. 5, pp. 37-55, Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004b). 1984 – A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (Vol. 5, pp. 264-287, Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004c). 1984 – Política e ética: uma entrevista. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (Vol. 5, pp. 218-224, Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004d). 1984 – Polêmica, política e problematizações. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (Vol. 5, pp. 225-233, Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004e). 1988 – Verdade, poder e si mesmo. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (Vol. 5, pp. 294-300, Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004f). 1984 – O retorno da moral. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (Vol. 5, pp. 252-263, Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004g). 1984 – Foucault. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (Vol. 5, pp. 234-239, Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2004h). 1984 – Uma estética da existência. In M. B. Motta (Org.), *Ética, sexualidade, política* (Vol. 5, pp. 288-293, Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Guedes, M. C. (2007). A viagem histórica pela América Latina. *Psicologia & Sociedade*, 19, número especial 2, 39-45.

Habermas, J. (1994). Three normative models of democracy. *Constellations*, 1(1), 01-10.

Habermas, J. (1996). Further reflections on the public sphere. In C. Calhoun (Org.), *Habermas and the public sphere* (pp. 421-461). Cambridge, Massachussets and London: MIT Press.

Heller, A. (1991). The concept of the political revisited. In D. Held (Org.), *Political theory today (*pp. 330-343). Stanford, California: Stanford University Press.

Jacó-Vilela, A. M. (2007). O estatuto da psicologia social: contribuições da história da psicologia social. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 37-54). Belo Horizonte: Autêntica.

Jay, M. (1973). The genesis of critical theory. In *The dialectical imagination*: *a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research 1923-150* (pp. 41-85). Boston/ Toronto: Little, Brown and Company.

Jesuíno, J. C. (2004). A psicologia social europeia. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 49-60). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Kappor, I. (2002). Deliberative democracy or agonistics pluralism? The relevance of the Habermas-Mouffe debate for third world politics. *Alternatives: Global, Local, Political*, 27(4), 459-487.

Laclau, E. (1993). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo.* Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión

Laclau, E. (2002). Ethics, politics and radical democracy: a response to Simon Critchley. *Culture Machine*, 4. Recuperado em 15 de junho de 2011, de http://www.culturemachine.net/index.php/cm/article/viewArticle/268/253

Laclau, E. (2003a). Identidad y hegemonia: el rol de la universalidade en la constitución de lógicas políticas. In J. Butler, E. Laclau & S. Zizek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad*: *diálogos contemporáneos en la izquierda* (pp. 49-93). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Laclau, E. (2003b). Estructura, historia y lo político. In J. Butler, E. Laclau & S. Zizek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad*: *diálogos contemporáneos en la izquierda* (pp. 185-214). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Laclau, E. (2003c). Construyendo la universalidad. In J. Butler, E. Laclau & S. Zizek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad*: *diálogos contemporáneos en la izquierda* (pp. 281-306). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Laclau, E. (2005a). *La razón populista.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Laclau, E. (2005b). Desconstruction, pragmatism, hegemony. In C. Mouffe (Org.), *Descontruction and pragmatism* (pp. 49-70). London and New York: Routledge.

Laclau, E. & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.

Landau, M. (2006). Laclau, Foucault, Rancière: entre la política y la polícia. *Argumentos*, 19(52), 179-197.

Lane, S. T. M. (1985). Revendo a prática da psicologia social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 5(1), 20-21.

Lane, S. T. M. (1986). Psicanálise ou marxismo: dilema da psicologia social? *Psicologia e Sociedade*, 1(2), 01-05.

Lane, S. T. M. (1987a). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Editora Brasiliense.

Lane, S. T. M. (1987b). O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Editora Brasiliense.

Lane, S. T. M. (1987c). Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 40-47). São Paulo: Editora Brasiliense.

Lane, S. T. M. (2000). A psicologia social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In R. H. F. Campos & P. A. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (pp. 58-69). Petrópolis: Vozes.

Lane, S. T. M. & Codo, W. (1987). *Psicologia social*: *o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (1991). Psicologia: ciência ou política? In M. Montero (Org.), *Acción y discurso* (pp. 05-69). Venezuela: Eduven.

Lefort, C. (1991). *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Leite, D. M. (1969). As raças e os mitos. In *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia* (pp. 215-249). São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Llansol, M. G. (2001). *A restante vida*. Lisboa: Relógio D'Água Editores e Maria Gabriela Llansol.

Martín-Baró, I. (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletin de Psicología*, 22, 219-231.

Molón, S. I. (2001). A psicologia social abrapsiana: apontamentos históricos. *Interações*, 6 (12), 41-68.

Montero, M. (1984a). La ideologia de la dependência: aspectos psicológicos. In M. Montero, *Ideologia, alienación y identidad nacional: una aproximación psicosocial al ser venezolano* (pp. 43-55). Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca.

Montero, M. (1984b). El concepto de alienación en la dependencia: aspectos psicológicos. In M. Montero, *Ideologia, alienacion y identidad nacional: una aproximación psicosocial al ser venezolano* (pp. 57-90). Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca.

Montero, M. (1995). La psicología política en America Latina: una revisión bibliográfica: 1956-1986. In J. Elster (Org.), *Psicologia política* (pp. 15-47). Barcelona: Gedisa Editorial.

Montero, M. (2000a). Construcción, desconstrucción y crítica: teoria y sentido de la psicologia social comunitária en América Latina. In R. H. Campos & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (pp. 70-87).Petrópolis/RJ: Vozes.

Montero, M. (2000b). Participation in participatory action research. *Annual Review of Critical Psychology*, 2, 131-143.

Montero, M. (2004). El paradigma de la psicología comunitária y su fundamentación ética y relacional. In M. Montero, *Introducción a la psicologia comunitária: desarrollo, conceptos y procesos* (pp. 89-114). Buenos Aires: Paidós.

Montero, M. (2008). An insider's look at the development and current state of community psychology in Latin America. *Journal of Community Psychology*, 36(5), 661-674.

Moraes, R. V. (2007). *A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004).* Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo.

Moscovici, S. & Doise, H. (1991). O trabalho de decisão. In S. Moscovici; H. Doise, *Dissensões e consenso. uma teoria geral das decisões coletivas* (pp. 206-232). Lisboa: Livros Horizonte.

Moscovici, S. (2003). Sociedade e teoria em psicologia social. In S. Moscovici, *Representações sociais*: *investigações em psicologia social* (pp. 111-166). Petrópolis, RJ: Vozes.

Mouffe, C. (1979). Hegemony and ideology in Gramsci. In C. Mouffe, *Gramsci and marxist theory* (pp. 168-204). London, Boston and Henley: Routledge & Kegan Paul.

Mouffe, C. (1996). *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.

Mouffe, C. (1999). Carl Schmitt and the paradox of liberal democracy. In C. Mouffe, *The challenge of Carl Schmitt* (pp. 38-53). London/New York: Verso.

Mouffe, C. (2000). Deliberative democracy or agonistic pluralism? *Political Science Series* (Institute for Advanced Studies, Vienna), 72, 01-17.

Mouffe, C. (2005). Desconstruction, pragmatism and the politics of democracy. In C. Mouffe (Org.), *Descontruction and pragmatism* (pp. 01-12). London and New York: Routledge.

Mouffe, C. (2008). Critique as counter-hegemonic intervention. *Transversal Multilingual Webjournal*. Recuperado em 07 de novembro de 2013, de http://eipcp.net/transversal/0808/mouffe/en.

Mouffe, C. (2009). *The democratic paradox*. Londres/New York: Verso.

Paiva, G. J. (2000). Dante Moreira Leite: um pioneiro da psicologia social no Brasil. *Psicologia Usp*, 11, 2, s/p. Recuperado em 05 de janeiro de 2012, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642000000200003&lng=en&nrm=iso

Pepitone, A. (1981). Lessons from the history of social psychology. *American Psychologist*, 36(9), 972-985.

Perissinotto, R. M. (2004). Hannah Arendt, poder e a crítica da tradição. *Lua Nova*, 61, 115-138.

Portugal, F. T. (2005). Psicologia social em George Herbert Mead, na Escola de Chicago e em Erving Goffman. In A. M. Jacó-Vilela; A. A. Leal & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: rumos e percursos* (pp. 463-472). Rio de Janeiro: Nau Editora.

Prado, M. A. M. (2000). *(Des)Razão: sujeitos da consciência e políticas de identificação*: *mapa teórico acerca do sujeito coletivo e do político na literatura sobre as ações coletivas.* Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Prado, M. A. M. & Costa, F. A. (2009). A raridade da política e a democracia: os movimentos sociais entre sujeitos e identidades. In J. Bernardes & B. Medrado (Orgs.), *Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos* (pp. 71-82). Maceió/AL: Abrapso.

Prado, M. A. M. & Costa, F. A. (2011). Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. *Sociedade e Estado*, 26(3), 685-716.

Rancière, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34.

Rodrigues, A. (1985). Ciência e tecnologia a serviço do homem. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 5(1), 18-20.

Sá, C. P. (2007). Sobre a psicologia social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 07-13.

Sandoval, S. (2002). O que há de novo na psicologia social latino-americana. In R. H. Campos & P. Guareschi (Orgs.), *Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana* (pp. 101-109). Petrópolis, RJ: Vozes.

Sass, O. (2005). Psicologia, tecnologia e educação: apontamentos sobre Oliveira Vianna e Lourenço Filho. *Revista Psicologia Política*, 5(10), 161-181.

Sass, O. (2007). Notas sobre psicologia social e política no Brasil. In C. Mayorga; M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: articulando saberes e fazeres* (pp. 19-36). Belo Horizonte: Autêntica.

Schmitt, C. (1992). *O conceito do político*. Petrópolis: Vozes.

Tajfel, H. (1972). Experiments in a vacuum. In J. Israel & H. Tajfel (Orgs.), *The context of social psychology: a critical assessment* (pp. 69-119). London and New York: Academic Press.

Teixeira, A. (1978). A transformação da escola. In *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola* (pp. 25-51). São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Torres, A. R. R. & Camino, L. (2011). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In L. Camino; A. R. R. Torres; M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 215-239). Brasília: Technopolitik.

Vala, J. & Costa-Lopes, R. (2012). Dynamics and dillemas in social psychology: social relations, identities and cognition. *Portuguese Journal of Social Science*, 11(1), 03-14.

Vala, J. & Monteiro, M. B. (2004). Apresentação da primeira edição. In *Psicologia social* (pp. 07-10). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28, (123-124), 887-919.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FICHAS DE CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS POR FONTE DE COLETA

1.1. Ficha de caracterização dos pesquisadores de Grupos de Pesquisa do CNPq

GRUPO:
TIPO DE BASE DA BUSCA (BASE CORRENTE/CENSO):
ÁREA DO GRUPO (PSICOLOGIA)
ANO DE FORMAÇÃO:
ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:
LÍDERES DO GRUPO/INSTITUIÇÃO:
TERMO(s)-CHAVE NO NOME DO GRUPO:
LINHA DE PESQUISA COM PRESENÇA DE TERMO(s)-CHAVE:
- *TERMO(s)-CHAVE:*
LINHA(s) DE PESQUISA COM PRESENÇA DE TERMOS-CHAVE NAS PALAVRAS-CHAVE (específico para a base corrente):
- *TERMO(s)-CHAVE:*

PESQUISADOR SELECIONADO:
LINHA DE PESQUISA DO GRUPO:
TITULAÇÃO:
PERÍODO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / ORIENTADOR:
ÁREA(s)/SUBÁREA(s) DE ATUAÇÃO:
ARTIGO(s):
REVISTA:
VOLUME:
NÚMERO:
MÊS/ANO:
TERMO(s)-CHAVE NO TÍTULO DO ARTIGO:
TÍTULO DO ARTIGO:
PALAVRAS-CHAVE DO ARTIGO:
AUTOR(es):

1.2. Ficha de caracterização dos pesquisadores de Grupos de Trabalho da ANPEPP

SIMPÓSIO:

GRUPO:
ANO DE FORMAÇÃO DO GRUPO:
TERMOS-CHAVE NO NOME DO GRUPO:
COORDENADOR DO GRUPO/INSTITUIÇÃO:

PESQUISADOR SELECIONADO:
TITULAÇÃO:
PERÍODO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA:
ÁREA(s)/SUBÁREA(s) DE ATUAÇÃO:
ARTIGO(s):
REVISTA:
VOLUME:
NÚMERO:
MÊS/ANO:
TERMO(s)-CHAVE NO TÍTULO DO ARTIGO:
TÍTULO DO ARTIGO:
PALAVRAS-CHAVE DO ARTIGO:
AUTOR(es):

1.3 Ficha de caracterização dos artigos e pesquisadores selecionados na revista Psicologia & Sociedade

VOLUME E NÚMERO DA REVISTA:

ARTIGO:
TERMO(s)-CHAVE NO TÍTULO:
TERMO(s)-CHAVE NAS PALAVRAS-CHAVE:
TÍTULO DO ARTIGO:
PALAVRAS-CHAVE DO ARTIGO:
AUTOR(es):
FILIAÇÃO DO(s) AUTOR(es):

PESQUISADOR SELECIONADO:
ARTIGO NA REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE:
TITULAÇÃO:
PERÍODO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA / ORIENTADOR:
ÁREA(s)/SUBÁREA(s) DE ATUAÇÃO:
ARTIGO(s):
REVISTA:
VOLUME:
NÚMERO:
PÁGINA:
MÊS/ANO:
TERMO(s)-CHAVE NO TÍTULO DO ARTIGO:
PALAVRAS-CHAVE DO ARTIGO:
AUTOR(es):

APÊNDICE B

ARTIGOS MAPEADOS[86] (CNPQ, ANPEPP, REVISTA PSICOLOGIA & SOCIEDADE) E SELECIONADOS PARA A FASE I DA PESQUISA

Legenda:

- **Exc. Critério palavra-chave** = artigos que foram excluídos em razão de não apresentarem nas palavras-chave termos-chaves das categorias 1, 2 ou 3.
- **Exc. Critério revista** = artigos que foram excluídos em razão de somente existir um artigo publicado naquela revista.
- **Inc. todos os critérios** = artigos que se adequavam aos critérios revista e palavra-chave, sendo selecionados para a Fase I da pesquisa.
- **Não considerado** = artigos excluídos do mapeamento inicial, um por razão de o título na publicação, distinto daquele existente no Lattes, não possuir termos-chave das categorias 1 ou 2; outro em decorrência de não termos encontrado-o na publicação indicada pelo autor.

Observações:

1) Quatro textos foram excluídos na aplicação do critério palavra-chave por não constar palavras-chave na publicação. Apenas no caso específico da revista *Psicologia & Sociedade*, por ser esta uma das fontes de coleta da pesquisa, não desconsideraríamos artigos que não constassem palavras-chave para o período entre 1986 e 1992, visto que neste período da revista não constavam nos artigos palavras-chave.
2) Houve seis casos específicos de exclusão de textos: quatro por não se tratar de artigos, e sim de textos curtos, comentários, homenagens, apresentação de dossiê. Dois por terem sido publicados em uma revista da Prefeitura de Belo Horizonte, não se tratando de um periódico científico.
3) Não tivemos acesso a quatro artigos que não foram excluídos pelo critério revista. Não termos tido acesso significa que não encontramos estes artigos publicados online, nem encontramos a revista em bibliotecas de universidades de Belo Horizonte, mais especificamente, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Quadro 11 – Artigos que integraram o mapeamento inicial por critérios de exclusão/inclusão para a FASE I

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
1. Políticas da subjetividade na escola infantil: a família em foco	*Cadernos de Educação*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2003	Exc.: critério palavra-chave
2. Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: políticas públicas e o papel da escola	*Cadernos de Educação* (UFPel)	Flávia Cristina Silveira Lemos	2011	Exc.: critério palavra-chave
3. Micropolítica do processo de acolhimento em saúde	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves	2010	Exc.: critério palavra-chave
4. A busca ativa como princípio político das práticas de cuidado no território	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Rosane Azevedo Neves da Silva	2010	Exc.: critério palavra-chave

[86]Textos que estavam na parte de artigos no currículo Lattes dos autores e que eles mesmos identificavam como entrevista, resumo, editorial ou resenha não foram considerados. Em relação aos textos que entraram no mapeamento inicial, só verificamos se tratavam de textos publicados em periódicos científicos ou não, nos casos em que a aplicação do "critério revista" não era suficiente para excluí-los.

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
5. Juventudes e violências: implicações éticas e políticas	*Fractal: Revista de Psicologia*	Kátia Maheirie	2010	Exc.: critério palavra-chave
6. Reforma del Estado, ajuste neoliberal y políticas educacionales: la formación en psicología en Brasil	*Interamerican Journal of Psychology*	Oswaldo Hajime Yamamoto	2004	Exc.: critério palavra-chave
7. A construção do tabagismo como problema de saúde pública: uma confluência entre interesses políticos e processos de legitimação científica	*Interface* (Botucatu)	Flávia Regina Guedes Ribeiro	2009	Exc.: critério palavra-chave
8. O surgimento da esquerda nas entidades profissionais dos psicólogos de São Paulo, CRP-06 e SPESP, no período da abertura política brasileira	*Mnemosine* (Rio de Janeiro)	Domenico Uhng Hur	2009	Exc.: critério palavra-chave
9. Um estudo sobre a itinerância como estratégia de cuidado no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil	*Physis* (UERJ)	Rosane Azevedo Neves da Silva	2011	Exc.: critério palavra-chave
10. Cidades - Imagem: afirmações e enfrentamentos às políticas da subjetividade	*Psicologia & Sociedade*	Luis Antonio dos Santos Baptista Ana Cabral Rodrigues	2010	Exc.: critério palavra-chave
11. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação	*Psicologia & Sociedade*	Miriam Debieux Rosa Eliane Domingues	2010	Exc.: critério palavra-chave
12. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária	*Psicologia & Sociedade*	Aline Cardoso Siqueira	2011	Exc.: critério palavra-chave
13. Micropolítica em saúde mental: um processo histórico em uma instituição de saúde	*Psicologia & Sociedade*	Vera Lucia Pasini	2011	Exc.: critério palavra-chave
14. A emergência do acompanhamento terapêutico e as políticas de saúde mental	*Psicologia Ciência e Profissão*	Rosane Azevedo Neves da Silva	2006	Exc.: critério palavra-chave
15. O abandono das instituições: construção de políticas públicas e universidade	*Psicologia USP*	Maria Inês Assumpção Fernandes	2001	Exc.: critério palavra-chave
16. Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hirszman: política, sociedade e arte	*Psicologia USP*	Walter Melo Junior	2010	Exc.: critério palavra-chave
17. Vulnerabilidade social e o programa hospital-dia: uma discussão sobre as políticas públicas em saúde mental	*Revista de Ciências Humanas (Florianópolis)*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2006	Exc.: critério palavra-chave
18. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica	*Revista Mal-Estar e Subjetividade*	Míriam Debieux Rosa	2004	Exc.: critério palavra-chave
19. Memória Coletiva: um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo	*Revista Psicologia Política*	Soraia Ansara	2001	Exc.: critério palavra-chave

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
20. Políticas de reconhecimento e ação afirmativa	*Revista Psicologia Política*	Maria Lúcia Miranda Afonso Cristiano dos Santos Rodrigues	2003	Exc.: critério palavra-chave
21. Análise psicopolítica da mística no MST. A formação da ideologia político-religiosa	*Revista Psicologia Política*	Nadir Lara Junior	2007	Exc.: critério palavra-chave
22. A dobra deleuziana: políticas de subjetivação	*Revista do Departamento de Psicologia* (UFF)	Rosane Azevedo Neves da Silva	2004	Exc.: critério palavra-chave[87]
23. Competência técnica versus compromisso político: um dualismo sustentável na psicologia?	*Psicologia Ciência e Profissão*	Almir Del Prette	1990	Exc.: critério palavra-chave (não constava palavra-chave na publicação)
24. Segurança do Trabalho: uma visão psico-sócio-política	*Revista do Departamento de Psicologia* (UFF)	Marilene Affonso Romualdo Verthein	1993	Exc.: critério palavra-chave (não constava palavra-chave na publicação)
25. A participação política do adolescente: indicação de uma abordagem psicossocial a partir da noção de identidade	*Temas de Psicologia*	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Joselí Bastos da Costa	1994	Exc.: critério palavra-chave (não constava palavra-chave na publicação)
26. Universidade: Espaço Institucional para o Desenvolvimento Político	*Temas em Psicologia*	Ana Raquel Rosas Torres Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Joselí Bastos da Costa	1994	Exc.: critério palavra-chave (não constava palavra-chave na publicação)
27. A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul	*Psicologia & Sociedade*	Henrique Caetano Nardi	2007	Exc.: critério palavra-chave.
28. A População Diante da Implantação de Programas Políticos: Efeitos da Violência	*A Sociedade na perspectiva da psicologia: questões teóricas e metodológicas* (Coletânea ANPEPP, 13)	Maria Inês Assumpção Fernandes	1996	Exc.: critério revista

[87] Não obtivemos acesso ao artigo, mas encontramos um texto com o mesmo título na internet, no site de publicações da UFF. Neste não há termo-chave nas palavras-chave.

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
29. Prácticas universitarias y formación socio-política	*Acheronta* (Online), Buenos Aires	Marisa Lopes da Rocha	2000	Exc.: critério revista
30. "Refazer" Na Uerj e As Políticas de Educação Nacionais	*Advir* (ASDUERJ), Rio de Janeiro	Deise Mancebo	1997	Exc.: critério revista
31. Ética e Política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneas	*Ágora* (PPGTP/UFRJ)	Miriam Debieux Rosa Taeco Toma Carignato	2006	Exc.: critério revista
32. Sobre a psicologia no contexto da infância: da psicopatologização à inserção política	*Aletheia* (ULBRA)	Lílian Rodrigues da Cruz Neuza Maria de Fátima Guareschi	2004	Exc.: critério revista
33. O que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude	*Análise Social*	Lúcia Rabello de Castro	2009	Exc.: critério revista
34. Modos de Interferir no Contemporâneo: um olhar micropolítico	*Arquivos Brasileiros de Psicologia*	Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves	2004	Exc.: critério revista
35. Diversidade Sexual, Gênero e Exclusão Social na Produção da Consciência Política de Travestis	*Athenea Digital*	Alessandro Soares da Silva	2005	Exc.: critério revista
36. A Formação em Psicologia no contexto do trabalho: análise de saberes e suas implicações políticas e sociais	*Barbarói* (USCS), Santa Cruz do Sul	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2004	Exc.: critério revista
37. The mental health policy in the State of Espírito Santo, Brazil: between achievements and disappointments	*Best Practices in Mental Health: An International Journal*	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2011	Exc.: critério revista
38. Política Nacional de Humanização em Análise: Aberturas Utópicas	*Boletim da Saúde*	Ana Lúcia Mandelli de Marsillac	2009	Exc.: critério revista
39. Psychanalyse et Politique: quelques remarques à propos de l'étique	*Bulletin Psychanalyse et Politique*	Maria Cristina Candal Poli	2001	Exc.: critério revista
40. Políticas públicas para juventude e suas (in)visibilidades nas práticas de formação	*Cadernos Camilliani*	Nair Iracema Silveira dos Santos	2009	Exc.: critério revista
41. Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS	*Cadernos CERU* (USP)	Alessandro Soares da Silva	2009	Exc.: critério revista
42. Infância, Adolescência e Políticas Públicas no Rio de Janeiro: discutindo violência doméstica e capacitação de pessoal	*Cadernos de Educação Popular*	Silvana Mendes Lima	1998	Exc.: critério revista

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
43. O debate Piaget e Vigotsky e as políticas educacionais	*Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas)	Solange Jobim e Souza	1991	Exc.: critério revista
44. Análise da instância política na psicologia marxista cubana	*Cadernos de Psicologia* (UFMG)	Marília Novais da Mata Machado Elizabeth de Melo Bomfim	1986	Exc.: critério revista
45. Do paradigma científico ao paradigma ético-estético e político: a arte como perspectiva nas relações educacionais	*Cadernos de Subjetividade* (PUCSP)	Marisa Lopes da Rocha	1993	Exc.: critério revista
46. A questão do chamado Menor: psicológica ou política?	*Cadernos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia* (Niterói)	Cecília Maria Bouças Coimbra	1990	Exc.: critério revista
47. Ecologia, Feminismo e Poder Trajetória Político Simbólica das Utopias Verdes	*Cadernos do Laboratório de Psicologia Social Clínica*	Maria Inácia D'Avila Neto	1986	Exc.: critério revista
48. Political Participation in the School Context: Youth Experiences in Collective Action	*Children, youth and environments*	Lúcia Rabello de Castro	2007	Exc.: critério revista
49. Tropa de Elite II : Caminho para uma Polícia Política na Pólis?	*ComTempo.* Revista Eletrônica da Pós- Graduação da Cásper Líbero	Regina Gloria Nunes Andrade	2011	Exc.: critério revista
50. O desafio do novo momento sócio-político nacional para a vida religiosa	*Convergência* (Rio de Janeiro)	Pedrinho Arcides Guareschi	1987	Exc.: critério revista
51. A política do bom humor	*Correio da APPOA*	Maria Cristina Candal Poli	2002	Exc.: critério revista
52. Gestão de políticas públicas no estado federativo: apostas e armadilhas	*Dados* (Rio de Janeiro)	Jose Angelo Machado	2008	Exc.: critério revista
53. A Espionagem do Exército e a Questão dos Mortos e Desaparecidos Políticos	*Direitos Humanos no Brasil 2001 Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Global Exchange,* São Paulo	Cecília Maria Bouças Coimbra	2001	Exc.: critério revista
54. Políticas Participativas de saúde e alternativas comunitárias à problemática da saúde mental	*Dynamis* – Revista Técnico-Científica (Santa Catarina)	Lúcia Maria Ozório Barroso	2004	Exc.: critério revista
55. Políticas de Identidade: uma breve concepção	*Educação* (Porto Alegre)	Neuza Maria de Fátima	1999	Exc.: critério revista

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
		Guareschi		
56. Interrogações sobre políticas de formação e ensino da arte nos currículos dos cursos de pedagogia	*Educação e Pesquisa* (USP)	Angela Maria Dias Fernandes	2011	Exc.: critério revista
57. A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização	*Educação e Realidade* (Porto Alegre)	Henrique Caetano Nardi Rosane Azevedo Neves da Silva	2004	Exc.: critério revista
58. Avanços e retrocessos e impasses na política de educação pré-escolar no Brasil	*Educação e Sociedade*	Solange Jobim e Souza	1987	Exc.: critério revista
59. Política racial afirmativa: uma leitura do fenômeno inclusivo na universidade	*Educação Profissional* (Brasília)	Maria Inês Gandolfo Conceicão	2007	Exc.: critério revista
60. Pesquisa-Ação-Participante: A Práxis Científica com Vocação Política	*Enfoque*	Bader Burihan Sawaia	1989	Exc.: critério revista
61. Instituições e Poder: racionalidade macropolítica e genealogia	*Estudos de Psicologia* (UFRN)	Lilia Ferreira Lobo	2004	Exc.: critério revista
62. A política acadêmica da UNIMEP: uma leitura	*Impulso* (Piracicaba)	Lucília Augusta Reboredo	1994	Exc.: critério revista
63. Política racial afirmativa e afetividade na interação intergrupal	*Interação* (Curitiba)	Maria Inês Gandolfo Conceição	2006	Exc.: critério revista
64. Affirmative Action Policies and Ethnic Identity in Black and Indigenous Children of Brazil	*International Journal of Conflict and Violence*	Marcus Eugênio Oliveira Lima	2011	Exc.: critério revista
65. Affectivity as an ethical-political phenomenon and locus for critical epistemological reflection in Social Psychology	*International Journal of Psychology*, Inglaterra	Bader Burihan Sawaia	2004	Exc.: critério revista
66. AIDS-NGOs and Political Participation: Brazilian and Canadian Experiences	*Journal of Community &Applied social Psychology*	Carlos Roberto de Castro e Silva	2008	Exc.: critério revista
67. Theoretical Approaches and Policies in Sexual Diversity and Educational in Brazil: A Critical Review	*Journal of LGBT Youth*	Henrique Caetano Nardi	2011	Exc.: critério revista
68. Policy of Attention to the User of Drugs in Brazil	*Journal Politics and Law*	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2009	Exc.: critério revista
69. Os jovens no trabalho solidário: novos rumos da participação política?	*Juventude.br* (Centro de Estudos e Memória da Juventude)	Lucia Rabello de Castro	2010	Exc.: critério revista
70. Clínica, política e as modulações do capitalismo	*Lugar Comum* (UFRJ)	Regina Duarte Benevides de Barros	2004	Exc.: critério revista

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
71. Subsídios para Políticas Públicas de Apoio às Famílias	*Nova Perspectiva Sistêmica*	Liana Fortunato Costa Maria Inês Gandolfo Conceição	2011	Exc.: critério revista
72. Educação, polícia e política: pesquisa de sentido sobre a atividade educativa e sua natureza de pública	*Olhar* (UFSCar),	Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho	2005	Exc.: critério revista
73. Sentimentos em relação à política à luz dos valores e do preconceito social	*Opinião Pública* (UNICAMP. Impresso)	Sheyla Christine Santos Fernandes Roberto Mendoza Joselí Bastos da Costa	2009	Exc.: critério revista
74. O Impacto Social das Políticas de Saúde	*Perfil* (Assis)	Luis Antonio dos Santos Baptista	1998	Exc.: critério revista
75. Tramas e resistências da diferença. Subjetividade e Política na Metrópole Contemporânea	*Perspectivas em Psicologia*	Luis Antonio dos Santos Baptista	2008	Exc.: critério revista
76. Social insertion and racial prejudice: Distance from black people and socio-political variables	*Portuguese Journal of Social Science*	Ana Raquel Rosas Torres Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	2010	Exc.: critério revista
77. Poder público carece de políticas de Estado	*Psi Jornal de Psicologia* - CRP SP	Ianni Regia Scarcelli	2006	Exc.: critério revista
78. Políticas Públicas Entre o Sujeito de Direitos e o Homo Economicus	*Psico* (PUCRS)	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2010	Exc.: critério revista
79. Psicologia e políticas sociais (públicas) no Brasil	*Psicologia* (Braga), Minho	Oswaldo Hajime Yamamoto	2004	Exc.: critério revista
80. A participação de psicólogos na avaliação de políticas públicas para mulheres	*Psicologia Argumento*	Carolina Marra Simões Coelho	2005	Exc.: critério revista
81. O caminho da terra: revisitando a história do MST no Pontal do Paranapanema - SP - desde uma ótica psicopolítica	*Psicologia em Estudo*	Alessandro Soares da Silva	2010	Exc.: critério revista
82. Psicologia Social em Minas: contexto sócio-político de produção na Psicologia & Sociedade	*Psicologia em pesquisa* (UFJF)	Claudia Andréa Mayorga Borges	2011	Exc.: critério revista
83. Neoliberalismo e políticas sociais: o impacto na psicologia brasileira	*Psicologia Revista* (São Paulo)	Oswaldo Hajime Yamamoto	1996	Exc.: critério revista

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
84. Política afirmativa racial: polêmicas e processos de identidade	*Psico*-USF	Liana Fortunato Costa	2009	Exc.: critério revista
85. Los Sentimientos de Injusticia y la Voluntad de Actuar Colectivamente en la Construcción de la Conciencia Política de Trabajadores (as) Rurales Sin Tierra	*Resonancias*, Valparaíso	Alessandro Soares da Silva	2005	Exc.: critério revista
86. Sociedade brasileira e biopolítica: impactos na violação de direitos humanos	*Revista Amazônica*	Flávia Cristina Silveira Lemos	2011	Exc.: critério revista
87. Cultura e política: os coletivos de cultura no movimento estudantil	*Revista Crítica de Ciências Sociais*	Marcos Ribeiro Mesquita	2008	Exc.: critério revista
88. O diálogo e a vontade política na pesquisa	*Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*	Elizabeth de Melo Bomfim	1987	Exc.: critério revista
89. Gênero: teoria e política	*Revista de História*	Carolina Marra Simões Coelho	2009	Exc.: critério revista
90. A história geo-sócio-política da saúde e suas implicações na saúde do trabalhador	*Revista de Psicologia* (UFC/Fortaleza)	Marilene Affonso Romualdo Verthein	2002	Exc.: critério revista
91. Participação Política e Juventude: Do Mal-Estar à Responsabilização frente ao Destino Comum	*Revista de Sociologia e Política*	Lucia Rabello de Castro	2008	Exc.: critério revista
92. Notas e Reflexões sobre a Pobreza: uma discussão ética-política	*Revista do Segundo Seminário Acadêmico do Departamento de Psicologia da Unimep*	Marco Aurélio Máximo Prado	1996	Exc.: critério revista
93. Psicanálise e política: considerações sobre o Estado	Revista *Gestão & Políticas Públicas*	Domenico Uhng Hur	2011	Exc.: critério revista
94. Políticas para a educação superior e cultura universitária: o exercício da solidão no ideário neoliberal	*Revista Internacional de Estudos Políticos*	Deise Mancebo	1998	Exc.: critério revista
95. A política de saúde mental no Estado do Espírito Santo	Revista *Katálysis*	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2011	Exc.: critério revista
96. A condição errante do desejo e a prática psicanalítica clínico-política	*Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*	Taeco Toma Carignato Miriam Debieux Rosa	2009	Exc.: critério revista
97. Movimientos en psicología y educación. La micropolítica como desafio	*Revista Margen*, Buenos Aires	Marisa Lopes da Rocha	2000	Exc.: critério revista
98. Participação política de líderes feministas – uma análise psicopolítica	*Revista Otras Miradas*	Betânia Diniz Gonçalves	2007	Exc.: critério revista

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
99. Las leyes de drogas en Brasil y su relación en la producción de políticas de identidad: un análisis de los procesos de estigmatización y promoción de la alteridad desde la perspectiva de la Psicología Social Crítica	*Revista Salud & Sociedad*	Aluísio Ferreira de Lima	2011	Exc.: critério revista
100. Interventions psychosociales et politiques sociales	*Revue Internationale de Psychosociologie*	Marília Novais da Mata Machado	2004	Exc.: critério revista
101. Movimentos estudantis em análise: institucionalização e emergência de novas práticas no campo da política	*Saberes*	Marcos Ribeiro Mesquita	2009	Exc.: critério revista
102. Ir além dos direitos? Emancipação e política no campo da infância e da juventude	*Saúde e Direitos Humanos*	Lucia Rabello de Castro	2011	Exc.: critério revista
103. A amizade e a politização de redes sociais de suporte: reflexões com base em estudo de ONG/AIDS na grande São Paulo	*Saúde e Sociedade*	Carlos Roberto de Castro e Silva	2009	Exc.: critério revista
104. Lares Abrigados: dispositivos clínico-políticos no impasse da relação com a cidade	*Saúde em Debate*	Silvia Vasconcelos Carvalho Regina Duarte Benevides de Barros	2001	Exc.: critério revista
105. Políticas de Estágio e o Contexto do Serviço Social	*Serviço Social & Saúde*	Cléria Maria Lôbo Bittar	2011	Exc.: critério revista
106. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política	*Sociedade e Estado*	Marco Aurélio Máximo Prado Frederico Alves Costa	2011	Exc.: critério revista
107. Representações sociais da política e ideologia	*Sociedade em Debate*	Pedrinho Arcides Guareschi	1997	Exc.: critério revista
108. A mosca na sopa. A Psicologia política e a política na Psicologia: conflito, crise e minorias ativas	*Temas* (Ciudad de La Habana)	Aline Reis Calvo Hernandez	2009	Exc.: critério revista
109. Tendências político-partidárias nos movimentos populares	*Teocomunicação*	Pedrinho Arcides Guareschi	1988	Exc.: critério revista
110. Uma discussão sobre relação racial e preconceito no Brasil: politicamente correto ou não	*Textos Graduados* (UnB)	Ana Keila Mosca Pinezi	1995	Exc.: critério revista
111. Angustia e luto no exílio político	*Textura*	Miriam Debieux Rosa	2006	Exc.: critério revista
112. Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual	*Trivium*	Alessandro Soares da Silva	2011	Exc.: critério revista
113. Análise Psicossocial da Religião como um dos Fundamentos Políticos das Ações Coletivas no Brasil: A mística do MST	*Último Andar*	Nadir Lara Junior	2007	Exc.: critério revista

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
114. A função política do trabalho e a ordem social	*Veredas do Direito* (Belo Horizonte)	Vanessa Andrade de Barros	2005	Exc.: critério revista
115. A Escuta do Político	*Viver Mente Cérebro*	Caterina Koltai	2005	Exc.: critério revista
116. Política, história e socioambiente	Revista *Psicologia Política*	Hector Omar Ardans-Bonifacino	2008	Exc.: é apenas apresentação de um dossiê da revista.
117. Gênero, saúde e análise de políticas: caminhos e (des)caminhos	*Ciência & Saúde Coletiva*	Jorge Luiz Cardoso Lyra-da-Fonseca	2009	Exc.: é apenas um texto curto na sessão debates.
118. A psicóloga da ação política	*Psicologia & Sociedade*	Bader Burihan Sawaia	2007	Exc.: é apenas uma breve homenagem.
119. Que vida queremos afirmar na construção de uma política de humanização nas práticas de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)?	*Interface. Comunicação, Saúde e Educação*	Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves	2009	Exc.: é comentário de um artigo na sessão debates.
120. Políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres em Belo Horizonte[88]	*Pensar BH. Política Social*	Carolina Marra Simões Coelho	2008	Exc.: não é um periódico científico
121 Construindo a cidadania sexual nas políticas públicas	*Pensar BH. Política Social*	Andréa Moreira Lima Frederico Viana Machado	2010	Exc.: não é um periódico científico
122. Avaliação da política nacional de promoção da saúde	*Ciência & Saúde Coletiva*	Regina Duarte Benevides de Barros	2004	Inc.: todos os critérios
123. A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde	*Ciência & Saúde Coletiva*	Regina Duarte Benevides de Barros	2005	Inc.: todos os critérios
124. Políticas para a educação superior e a formação profissional	*Doxa. Revista Paulista de Psicologia e Educação*, São Paulo	Deise Mancebo	1998	Inc.: todos os critérios
125. Política pública de redução e oferta de álcool: estudo de caso de Barra de São Francisco.	*Emancipação* (UEPG)	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2007	Inc.: todos os critérios
126. A implementação da política de saúde mental em município de pequeno porte – o caso de São José do Calçado/ES – Brasil	*Emancipação* (UEPG)	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2009	Inc.: todos os critérios
127. Conflitos Urbanos e Políticas da Diferença	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Luis Antonio dos Santos Baptista	2007	Inc.: todos os critérios
128. As políticas que incidem sobre a vida	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Leila Aparecida Domingues Machado	2010	Inc.: todos os critérios

[88] A autora apresenta artigo com mesmo título e no mesmo ano na parte de artigos aceitos para publicação, remetendo-se a uma publicação em outra revista – Conasems (Brasília).

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
129. A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de (In)Eficácia Política na Formação da Consciência Política no MST Paulista	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Alessandro Soares da Silva	2007	Inc.: todos os critérios
130. O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão	*Fractal: Revista de Psicologia*	Elizabeth Maria Andrade Aragão	2010	Inc.: todos os critérios
131. Comunidades e o campo da política: uma reflexão a partir da psicanálise	*Fractal: Revista de Psicologia*	Nadir Lara Junior	2011	Inc.: todos os critérios
132. Consciência e Participação Política: Uma abordagem Psicopolítica	*Interações*	Alessandro Soares da Silva	2001	Inc.: todos os critérios
133. O Lugar das Crenças e Valores Societais na Formação da Consciência Política de Trabalhadores e Trabalhadoras do MST	*Interações*	Alessandro Soares da Silva	2002	Inc.: todos os critérios
134. Participação Política e Experiência Homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo	*Interamerican Journal of Psychology*	Frederico Alves Costa Frederico Viana Machado Marco Aurélio Máximo Prado	2008	Inc.: todos os critérios
135. Biopolítica, produção de saúde e um outro humanismo	*Interface. Comunicação, Saúde e Educação*	Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves	2009	Inc.: todos os critérios
136. Da força bruta à voz ativa: a conformação da Psicologia no RGS nas décadas da repressão política	*Mnemosine*	Aline Reis Calvo Hernandez Helena Beatriz Kochenborger Scarparo	2007	Inc.: todos os critérios
137. A Trajetória das Políticas Públicas Direcionadas à Infância: paralelos com o presente	*Mnemosine*	Lílian Rodrigues da Cruz Neuza Maria de Fátima Guareschi	2008	Inc.: todos os critérios
138. Nas Trilhas do Sujeito Jovem: entre práticas de institucionalização e políticas públicas	*Mnemosine*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2010	Inc.: todos os critérios
139. O Aborto e as Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2007	Inc.: todos os critérios
140. O cultural e o político no coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Claudia Andréa Mayorga Borges	2008	Inc.: todos os critérios

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
141. Impactos da Participação e da Consciência Política na Vida das Mulheres Líderes em Política	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Betânia Diniz Gonçalves	2009	Inc.: todos os critérios
142. Medidas socioeducativas em meio aberto no município de Santa Cruz do Sul/RS: entre as diretrizes legais e as políticas sociais públicas	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Lílian Rodrigues da Cruz	2010	Inc.: todos os critérios
143. A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual	*Physis*	Henrique Caetano Nardi	2011	Inc.: todos os critérios
144. "Trabalho solidário": em busca de outros valores para a participação política	*Praia Vermelha*	Lucia Rabello de Castro	2009	Inc.: todos os critérios
145. Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político	*Psicologia & Sociedade*	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	1996	Inc.: todos os critérios
146. Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política Ao Desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária: os Paradigmas de Sílvia Lane, Ignácio Martín-Baró e Maritza Montero	*Psicologia & Sociedade*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1996	Inc.: todos os critérios
147. Notas sobre a Formação Política e Ética do Psicólogo	*Psicologia & Sociedade*	José Leon Crochík	1999	Inc.: todos os critérios
148. Cooperativismo, cidadania e a dialética da exclusão/inclusão: o sofrimento ético-político dos catadores de material reciclável	*Psicologia & Sociedade*	Daiani Barboza	2000	Inc.: todos os critérios
149. Políticas de Identidade: novos enfoques e novos desafios para a Psicologia Social	*Psicologia & Sociedade*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2000	Inc.: todos os critérios
150. Tensão ou oposição entre ciência e política na pós-graduação? Um falso problema?	*Psicologia & Sociedade*	Cecília Maria Bouças Coimbra	2004	Inc.: todos os critérios
151. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi	*Psicologia & Sociedade*	Lílian Rodrigues da Cruz Betina Hillesheim Neuza Maria de Fátima Guareschi	2005	Inc.: todos os critérios
152. Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: estatal é necessariamente público?	*Psicologia & Sociedade*	Cecília Maria Bouças Coimbra Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho	2006	Inc.: todos os critérios

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
153. Igualdades e dessimetrias: a participação política em ONGs HIV/AIDS do Canadá e do Brasil	*Psicologia & Sociedade*	Carlos Roberto de Castro e Silva	2007	Inc.: todos os critérios
154. Políticas sociais, "terceiro setor" e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo	*Psicologia & Sociedade*	Oswaldo Hajime Yamamoto	2007	Inc.: todos os critérios
155. Biopsiquiatria e bioidentidade: política da subjetividade contemporânea	*Psicologia & Sociedade*	Anderson Luiz Barbosa Martins	2008	Inc.: todos os critérios
156. O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa	*Psicologia & Sociedade*	Henrique Caetano Nardi	2008	Inc.: todos os critérios
157. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro	*Psicologia & Sociedade*	Maria Juracy Filgueiras Toneli	2008	Inc.: todos os critérios
158. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas	*Psicologia & Sociedade*	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2008	Inc.: todos os critérios
159. Álcool e direção: uma questão na agenda política brasileira	*Psicologia & Sociedade*	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2009	Inc.: todos os critérios
160. Juventude como problema de políticas públicas	*Psicologia & Sociedade*	Nair Iracema Silveira dos Santos Márcia Frezza Cleci Maraschin	2009	Inc.: todos os critérios
161. Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro	*Psicologia & Sociedade*	Marco Aurélio Máximo Prado Cristiano dos Santos Rodrigues	2010	Inc.: todos os critérios
162. Educação e Psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador	*Psicologia & Sociedade*	Raquel Souza Lobo Guzzo	2010	Inc.: todos os critérios
163. Atitude Político-Ideológica e Inserção Social: Fatores Psicossociais do Preconceito Racial?	*Psicologia & Sociedade*	Aline Vieira de Lima Nunes Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	2011	Inc.: todos os critérios
164. Psicologia e Políticas Públicas em HIV/Aids: algumas reflexões	*Psicologia & Sociedade*	Juliana Perucchi Laíse Navarro Jardim Lara Brum de Calais	2011	Inc.: todos os critérios

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
165. Políticas cognitivas da psicologia comunitária: a meio caminho entre a recognição e a invenção	*Psicologia & Sociedade*	Tatiana Gomes da Rocha[89] Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro	2011	Inc.: todos os critérios
166. O Político, o Público e a Alteridade Como Desafios para a Psicologia	*Psicologia Ciência e Profissão*	Sandra Maria da Mata Azeredo	2002	Inc.: todos os critérios
167. Sociodrama e política de cotas para negros: um método de intervenção psicológica em temas sociais	*Psicologia Ciência e Profissão*	Maria Inês Gandolfo Conceição	2005	Inc.: todos os critérios
168. Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-Intervenção: referenciais e dispositivos em análise	*Psicologia Ciência e Profissão*	Katia Faria de Aguiar Marisa Lopes da Rocha	2007	Inc.: todos os critérios
169. Encontros e Desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando, transformando profissionais de saúde	*Psicologia Ciência e Profissão*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2010	Inc.: todos os critérios
170. Políticas cognitivas e as propostas de intervenção e tratamento para usuários e dependentes de drogas	*Psicologia Clínica*	Cleci Maraschin	2008	Inc.: todos os critérios
171. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo	*Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro	Regina Duarte Benevides de Barros	2001	Inc.: todos os critérios
172. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política[90]	*Psicologia em Revista*	Karin Ellen Von Smigay	2002	Inc.: todos os critérios
173. Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas	*Psicologia em Revista*	Marco Aurélio Máximo Prado	2002	Inc.: todos os critérios
174. Identidade Coletiva e Política na Trajetória de Organização das Trabalhadoras Rurais em Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas	*Psicologia em Revista*	Marco Aurélio Máximo Prado	2004	Inc.: todos os critérios
175. Saúde da Mulher e práticas de governo no campo das políticas públicas	*Psicologia em Revista*	Betina Hillesheim	2009	Inc.: todos os critérios

[89] A autora apresenta como artigo aceito um artigo que pensamos ser o mesmo do citado no quadro: Rocha, Tatiana Gomes da; Pinheiro, Francisco Pablo Huascar Aragão. Entre recognição e invenção: políticas cognitivas e psicologia comunitária. *Psicologia e Sociedade* (Impresso), 2011.

[90] Este artigo passou a integrar a pesquisa quando, consultando as referências bibliográficas dos artigos da FASE I, nós o encontramos citado no artigo de Alessandro Soares da Silva, intitulado "Memória, Consciência e Políticas Públicas: o papel das Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas inclusivas". Aquele artigo não havia aparecido antes na pesquisa pelo fato de que a última atualização do Lattes de Karin é de 2001, e o artigo é de 2002. Por este motivo e por Karin ser uma das autoras presentes na FASE II e, inclusive, estar presente em uma das fontes de coleta da FASE I (ANPEPP), decidimos pela inclusão do artigo.

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
176. Infância Abrigada: negligências e riscos no campo das políticas públicas	*Psicologia para América Latina* (México)	Lílian Rodrigues da Cruz	2007	Inc.: todos os critérios
177. Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira	*Psicologia para América Latina* (México)	Oswaldo Hajime Yamamoto	2002	Inc.: todos os critérios
178. A Psicologia Comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político	*Psicologia. Reflexão e Crítica*	Marco Aurélio Máximo Prado	2002	Inc.: todos os critérios
179. Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de João Pessoa	*Psicologia. Reflexão e Crítica*	Cícero Roberto Pereira Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	2003	Inc.: todos os critérios
180. Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate	*Psicologia: Teoria e Pesquisa*	Lucia Rabello de Castro	2009	Inc.: todos os critérios
181. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos	*Psicologia: Teoria e Pesquisa*	Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira Oswaldo Hajime Yamamoto	2010	Inc.: todos os critérios
182. Movimentos de Massa e Movimentos Sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas	*Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis)	Marco Aurélio Máximo Prado	2005	Inc.: todos os critérios
183. La Contrucción de los Derechos Humanos y la Necessidad de la Psicologia Política	*Revista de Psicologia Política* (Espanha)	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Roberto Mendoza	2004	Inc.: todos os critérios
184. Configuración del Espacio Político: El caso de los estudiantes brasileños	*Revista de Psicologia Política* (Espanha)	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Roberto Mendoza	2000	Inc.: todos os critérios
185. A mística e a construção da identidade política entre os participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil: um enfoque psicossociológico	*Revista Electrónica de Psicología Política*	Nadir Lara Júnior Marco Aurélio Máximo Prado	2003	Inc.: todos os critérios

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
186. Memória, Consciência e Políticas Públicas: o papel das Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas inclusivas	*Revista Electrónica de Psicología Política*	Alessandro Soares da Silva	2011	Inc.: todos os critérios
187. Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença – pensando a política de cotas na universidade	*Revista Estudos Feministas*	Sandra Maria da Mata Azeredo	2005	Inc.: todos os critérios
188. Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão	*Revista Estudos Feministas*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2009	Inc.: todos os critérios
189. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia	*Revista Estudos Feministas*	Maria Juracy Filgueiras Toneli	2011	Inc.: todos os critérios
190. A Diversidade Sexual na Escola - Produção de subjetividade e políticas públicas	*Revista Mal-Estar e Subjetividade*	Henrique Caetano Nardi	2011	Inc.: todos os critérios
191. Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do nós	*Revista Psicologia Política*	Marco Aurélio Máximo Prado	2001	Inc.: todos os critérios
192. Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política	*Revista Psicologia Política*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	2001	Inc.: todos os critérios
193. Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis	*Revista Psicologia Política*	Marília Novais da Mata Machado	2002	Inc.: todos os critérios
194. Consciência Política, Identidade Coletiva, Família e MST nos Estudos Psicossociais	*Revista Psicologia Política*	Alessandro Soares da Silva	2003	Inc.: todos os critérios
195. Gestão participativa de políticas públicas: o caso dos conselhos de saúde	*Revista Psicologia Política*	Cornelis Johannes van Stralen	2005	Inc.: todos os critérios
196. Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência	*Revista Psicologia Política*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2005	Inc.: todos os critérios
197. Valores psicossociais e participação política de estudantes universitários de uma capital do nordeste brasileiro	*Revista Psicologia Política*	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Joselí Bastos da Costa Roberto Mendoza Sheyla Christine Santos Fernandes	2006	Inc.: todos os critérios

Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
198. Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade	*Revista Psicologia Política*	Lucia Rabello de Castro	2006	Inc.: todos os critérios
199. A Politização (Necessária) do Campo da Infância e da Adolescência	*Revista Psicologia Política*	Lucia Rabello de Castro	2007	Inc.: todos os critérios
200. Vida em Cena Política: Contribuições à Psicologia Social Contemporânea	*Revista Psicologia Política*	Rosane Azevedo Neves da Silva	2007	Inc.: todos os critérios
201. A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social	*Revista Psicologia Política*	Hector Omar Ardans-Bonifacino	2008	Inc.: todos os critérios
202. Aspectos políticos da normalização da paternidade pelo discurso jurídico brasileiro	*Revista Psicologia Política*	Juliana Perucchi Maria Juracy Filgueiras Toneli	2008	Inc.: todos os critérios
203. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política	*Revista Psicologia Política*	Soraia Ansara	2008	Inc.: todos os critérios
204. Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Silvia Lane[91]	*Revista Psicologia Política*	Aluísio Ferreira de Lima Antonio da Costa Ciampa Juracy Armando Mariano de Almeida	2009	Inc.: todos os critérios
205. As Formas do "fazer psi" e a Constituição das Políticas Públicas Associadas à Diversidade Sexual[92]	*Revista Psicologia Política*	Henrique Caetano Nardi	2011	Inc.: todos os critérios
206. Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito	*Revista Psicologia Política*	Kátia Maheirie	2011	Inc.: todos os critérios
Psicanálise, políticas públicas e saúde mental	*Correio da APPOA*	Norton Cezar Dal Follo da Rosa Junior	2011	Não considerado: o texto indicado pelo autor não foi encontrado na revista.

[91] Há divergência em relação ao título do artigo, pois ele aparece nos currículos de Ciampa e de Lima com o seguinte título: "Psicologia Social como Psicologia Política? Uma discussão acerca da relação entre teoria, prática e práxis". Ao consultarmos a internet, achamos o mesmo artigo com os dois títulos. Na publicação impressa, o título que consta é o que mantivemos no quadro acima.

[92] No Lattes do autor, o título que consta é diferente do que consta no artigo publicado. No Lattes, o título é: "Formas do fazer psi e diversidade sexual: enlaces e possibilidades no contexto político contemporâneo".

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
	The Crisis of the Brazilian Labor Movement and Workers Political Consciousness	*Revista Psicologia Política*	Salvador Antonio Mireles Sandoval	2001	Não considerado: título na publicação é diferente, não constando termos-chave das categorias 1 ou 2: "The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s"
207	Intervenção Clínica quanto à violação de Direitos Humanos: por uma prática desnaturalizadora na teoria, na ética e na política.	*Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*	Cecília Maria Bouças Coimbra	1994	Não obtivemos acesso para verificação do critério palavra-chave
208	Práticas Universitárias e a Formação Sócio-Política	*Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*	Katia Faria de Aguiar Marisa Lopes da Rocha	1997	Não obtivemos acesso para verificação palavra-chave
209	Políticas educacionais e produção de subjetividade	*Doxa - Revista Paulista de Psicologia*	Elizabeth Maria Andrade Aragão	2002	Não obtivemos acesso para verificação palavra-chave
210	Subjetivação Política: Novos Contornos no Contemporâneo	*Praia Vermelha*	Lucia Rabello de Castro	2002	Não obtivemos acesso para verificação palavra-chave

APÊNDICE C

ARTIGOS MAPEADOS E SELECIONADOS PARA A FASE II DA PESQUISA

Legenda:

- **Exc. critério revista** = artigos que foram excluídos em razão de somente existir um artigo publicado naquela revista. Foi realizada uma comparação das revistas da Fase II com as presentes no mapeamento inicial.
- **Exc. critério palavra-chave** = artigos publicados entre 1996 e 2011 que foram introduzidos nesta Fase II, mas não apresentavam termos-chave das categorias 1, 2 ou 3 nas palavras-chave.
- **Inc. Fase II** = artigos que cumpriam com os critérios da Fase II.
- **Não considerado** = dois autores que não estavam presentes no mapeamento inicial e apresentavam apenas resumos breves na revista *Psicologia & Sociedade* com os termos-chave das categorias 1, 2 ou 3.

Observação: um texto foi excluído em razão de ter sido publicado em um jornal e não em um periódico científico. Havia também outro texto publicado neste jornal no mapeamento inicial.

Quadro 12 – Artigos pré-selecionados para a Fase II por critérios de exclusão/inclusão para a Fase II

Artigos	Revista	Autor(a)[93]	Data	Exclusão/ Inclusão
1. A história geo-sócio-política da saúde e suas implicações na saúde do trabalhador	*Revista de Psicologia* (UFC/Fortaleza)	Marilene Affonso Romualdo Verthein	2002	Exc.: critério palavra-chave na Fase II. Havia sido excluído por critério revista na Fase I.
2. Intervenção em Comunidade: relato de uma experiência num bairro de periferia	*Boletim de Psicologia Escolar Unesp* (Assis)	Leila Maria Ferreira Salles	1988	Exc.: critério revista
3. Em busca de uma abordagem psicológica na análise dos novos movimentos sociais	*Ciência e Cultura*	Almir Del Prette	1990	Exc.: critério revista
4. Direitos Humanos e Ausência de Cidadania	*Estado e Sociedade*	Nancy das Graças Cardia	1995	Exc.: critério revista
5. Mecanismos de la Discriminación Racial en el Trabajo en el Brasil Urbano	*Estudios Sociologicos* (Cidade de México)	Salvador Antonio Mireles Sandoval	1991	Exc.: critério revista
6. Organização Social do Saber e Psicologia Comunitária	*Fórum Educacional*	Ronald João Jacques Arendt	1989	Exc.: critério revista
7. Working Women, Working Men: São Paulo And The Rise Of Brazil's Industrial Working Class 1900-1955 By Joel Wolfe	*Labor History* (New York University Press)	Salvador Antonio Mireles Sandoval	1994	Exc.: critério revista

[93] Os seguintes autores não integraram a pesquisa na Fase II em razão de não terem sido encontrados seus currículos Lattes, o que impossibilitou a aplicação do critério pesquisador: Maria Helena Nolasco de Abreu, Alberto Abib Andery, Regina Sileikis Pimentel, Alitta Guimarães Costa Reis Ribeiro da Silva, Sônia Roedel, Miriam Raja Gabaglia Preuss.

Artigos	Revista	Autor(a)[93]	Data	Exclusão/ Inclusão
8. Direitos Humanos e Exclusão Moral	*Os Direitos Humanos no Brasil*	Nancy das Graças Cardia	1995	Exc.: critério revista
9. Direitos Humanos: Ausência de Cidadania e Exclusão Moral	*Princípios de Justiça e Paz*	Nancy das Graças Cardia	1995	Exc.: critério revista
10. Estágio supervisionado em Psicologia Comunitária: primeiras conclusões do grupo de estudos	*Psicologia e Práticas Sociais*	Ronald João Jacques Arendt	1988	Exc.: critério revista
11. Psicologia Comunitária	*Jornal do Psicólogo*	Elizabeth de Melo Bomfim	1987	Exc.: não é um periódico científico
12. Avanços, retrocessos e impasses na política de educação pré-escolar no Brasil	*Educação e Sociedade*	Solange Jobim e Souza	1987	Inc.: Fase II Havia sido excluído por critério revista na Fase I
13. A Crise Sociológica e a Contribuição da Psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais	*Educação e Sociedade*	Salvador Antonio Mireles Sandoval	1989a	Inc.: Fase II
14. Intervenção comunitária no posto de saúde da Cidade Alta: ligeiro histórico	*Psicologia & Sociedade*	Angela Maria Pires Caniato	1986	Inc.: Fase II
15. Crises de um processo de intervenção em postos de saúde: algumas questões sobre a intervenção em comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Leila Maria Ferreira Salles	1986	Inc.: Fase II
16. Aspectos da Psicologia Comunitária e Ecologia Humana em Cuba: anotações de uma viagem	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1987	Inc.: Fase II
17. Reflexões sobre educação popular	*Psicologia & Sociedade*	Ana Rita de Castro Trajano	1988	Inc.: Fase II
18. A comunitária educação artística das Minas dos setecentos	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1988	Inc.: Fase II
19. Corpos radiativos, novos estigmas. Desdobramentos do episódio da violação de uma cápsula com césio 137, em Goiânia, setembro/1987	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim Marília Novais da Mata Machado	1988	Inc.: Fase II
20. Intelectuais nos movimentos sociais	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1988	Inc.: Fase II
21. Psicologia comunitária	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim Marília Novais da Mata Machado	1988	Inc.: Fase II
22. O psicólogo e a comunidade: algumas questões	*Psicologia & Sociedade*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1988b	Inc.: Fase II
23. Acaba Mundo: estudo de uma comunidade favelada	*Psicologia & Sociedade*	Marília Novais da Mata Machado	1988	Inc.: Fase II
24. Mudanças em comunidade. Pesquisa e intervenção	*Psicologia & Sociedade*	Marília Novais da Mata Machado	1988	Inc.: Fase II

Artigos	Revista	Autor(a)[93]	Data	Exclusão/ Inclusão
25. Relações entre empregadas e patroas: a inter-relação do racismo e sexismo	*Psicologia & Sociedade*	Sandra Maria da Mata Azeredo	1988	Inc.: Fase II
26. Crises e alternativas do movimento popular e sindical. Individualismo ou coletivismo?	*Psicologia & Sociedade*	William César Castilho Pereira	1988	Inc.: Fase II Não consta no Lattes do autor.
27. Pesquisa em movimentos sociais: reflexões sobre uma experiência	*Psicologia & Sociedade*	Almir Del Prette	1988 /1989	Inc.: Fase II
28. ABRAPSO em Minas: um movimento social, uma gestão	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1989	Inc.: Fase II
29. Notas sobre a psicologia social e comunitária no Brasil	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1989	Inc.: Fase II
30. O psicólogo na comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1989	Inc.: Fase II
31. Mulheres: (Re)partidas e Excluídas	*Psicologia & Sociedade*	Karin Ellen Von Smigay	1989	Inc.: Fase II Não consta no Lattes da autora.
32. A psicologia na comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Luiz Antonio Calmon Nabuco Lastória	1989	Inc.: Fase II Não consta no Lattes do autor.
33. O papel de líderes intermediários nos movimentos sociais em favelas na cidade de São Paulo	*Psicologia & Sociedade*	Nancy das Graças Cardia	1989	Inc.: Fase II
34. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais	*Psicologia & Sociedade*	Salvador Antonio Mireles Sandoval	1989b	Inc.: Fase II
35. Pedra Branca: uma contribuição em psicologia comunitária	*Psicologia & Sociedade*	Cezar Wagner de Lima Góis	1989 /1990	Inc.: Fase II
36. Em que espelho ficou perdida a minha face? A identidade feminina como discurso ideológico	*Psicologia & Sociedade*	Maria Lúcia Rocha Coutinho	1989 /1990	Inc.: Fase II
37. Gênero e Subjetividade. Inquietações na Psicologia Social	*Psicologia & Sociedade*	Angela Arruda	1992	Inc.: Fase II Não consta no Lattes da autora.
38. O que é Psicologia Comunitária?	*Psicologia & Sociedade*	César Wagner de Lima Góis	1992	Inc.: Fase II Não consta no Lattes do autor.
39. Comunidade: Per-curso, Curso, Dis-Curso	*Psicologia & Sociedade*	Maria Inácia d'Avila Neto	1992	Inc.: Fase II Não consta no Lattes da autora.
40. Identidade Social e Relações de Gênero –Suas Implicações nos Estudos Psicossociais	*Psicologia & Sociedade*	Marise Bezerra Jurberg	1992	Inc.: Fase II
41. Dominação e Subjetividade	*Psicologia & Sociedade*	Naumi Antonio de Vasconcelos	1992	Inc.: Fase II Não consta no Lattes da autora.

Artigos	Revista	Autor(a)[93]	Data	Exclusão/ Inclusão
42. O Conceito de Comunidade e as Práticas Psicossociais	*Psicologia & Sociedade*	Ronald João Jacques Arendt	1992	Inc.: Fase II
43. Competência técnica versus compromisso político: um dualismo sustentável na Psicologia?	*Psicologia Ciência e Profissão*	Almir Del Prette	1990	Inc.: Fase II Havia sido excluído por critério palavra-chave na Fase I
44. Movimentos sociais como tema de diferentes áreas de estudo	*Psicologia Ciência e Profissão, Brasília*	Almir Del Prette	1990	Inc.: Fase II
45. Do estudo do grupo ao estudo dos movimentos sociais: a contribuição possível da Psicologia	*Psicologia: Teoria e Pesquisa*	Almir Del Prette	1991	Inc.: Fase II
46. Psicólogos Na Comunidade: Importância e Orientação do Trabalho Desenvolvido	*Psicologia: teoria e pesquisa*[94]	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1988	Inc.: Fase II
47. Reflexões em Psicologia Comunitária	*Revista de Psicologia* (UFC/Fortaleza)	Cezar Wagner de Lima Góis	1988	Inc.: Fase II
48. Teorizando Sobre Gênero e Relações Raciais	*Revista Estudos Feministas*	Sandra Maria da Mata Azeredo	1994	Inc.: Fase II
49. Intervenção do Técnico em Comunidade	*Universidade e Sociedade Cnpq* (Maringá)	Leila Maria Ferreira Salles	1986	Inc.: Fase II Não obtivemos acesso ao artigo.
50. Saúde/ Doença Mental: reflexões sobre a atuação do psicólogo em comunidade	*Universidade e Sociedade Cnpq* (Maringá)	Leila Maria Ferreira Salles	1988	Inc.: Fase II Não obtivemos acesso ao artigo.
Psicologia social e transformação social. Implicações das categorias de representação e identidade social na pesquisa em psicologia	*Psicologia & Sociedade*	Brígido Vizeu Camargo	1987	Não considerado: é apenas um resumo muito breve.
Burocracia, poder e produção de subjetividade	*Psicologia & Sociedade*	Kleber Prado Filho	1987	Não considerado: é apenas um resumo muito breve.

[94] Diferente do que consta no Lattes da autora, encontramos o artigo na revista *Psicologia: teoria e pesquisa,* e não na revista *Psicologia Argumento*.

APÊNDICE D

APLICAÇÃO CRITÉRIOS FASE III DA PESQUISA

Legenda:

- PP = informação do número de citações do artigo encontrada no programa *Publish or Perish*.
- EA = informação do número de citações do artigo encontrada nas referências bibliográficas dos artigos da FASE I e da FASE II.
- Letra azul = artigo publicado em conjunto com outro autor do mapeamento que possui apenas um artigo selecionado na pesquisa.
- Letra vermelha = artigo publicado em conjunto com outro autor do mapeamento que possui mais de um artigo selecionado na pesquisa.
- Realce verde = artigos que passam a ser desconsiderados pelo critério da FASE III.

Quadro 13– Aplicação critérios Fase III por nome dos autores em ordem alfabética

Aplicação critérios Fase III				
Autores com mais de um artigo	Períodos de publicação			Observações
	1986-1995	1996-2005	2006-2011	
Alessandro Soares da Silva (5 artigos)		2001 (PP=5) (EA=3) 2002 (PP=3) (EA=1) 2003 (PP=5) (EA=1)	2007 (PP=2) (EA=0) 2011 (PP=0) (EA=0)	
Almir Del Prette (4 artigos)	1988/1989 (PP=não encontrado) (EA=0), 1990 (PP=1) (EA=1), 1990 (PP=1) (EA=0), 1991 (PP=2) (EA=0)			
Cecília Maria Bouças Coimbra (3 artigos)	1994	2004 (PP=3) (EA=0), 2006 (PP=14) (EA=0)		Publicação 2006 é em conjunto com Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho, sendo este seu artigo único.
Cesar Wagner de Lima Góis (3 artigos)	1988 (PP=3) (EA=0), 1989/1990 (PP=não encontrado) (EA=0), 1992 (PP=não encontrado) (EA=0)			
Cleci Maraschin (2 artigos)			2008 (PP=0) (EA=0), 2009 (PP=8) (EA=0)	Publicação 2009 é em conjunto com Márcia Frezza e com Nair Iracema Silveira dos Santos. É o único artigo destas autoras.

Aplicação critérios Fase III				
Autores com mais de um artigo	Períodos de publicação			Observações
	1986-1995	1996-2005	2006-2011	
Elizabeth de Melo Bomfim (8 artigos)	1987 (PP=não encontrei) (EA=0), 1988 (PP=2) (EA=0), 1988 (PP=não encontrei) (EA=0),1988 (PP=não encontrei) (EA=0), 1988 (PP=não encontrei) (EA=0), 1989 (PP=2) (EA=0), 1989 (PP=3) (EA=0), 1989 (PP=não encontrei) (EA=0)			Duas publicações de 1988 são em conjunto com Marília Novaes da Mata Machado. Selecionamos o artigo de 1988 (PP=2) (EA=0) em relação ao de 1989 (PP=2) (EA=0), em razão de termos dois artigos de 1989.
Henrique Caetano Nardi (4 artigos)			2008 (PP=6) (EA=0), 2011 (PP=1) (EA=0),2011 (PP=não encontrei) (EA=0),2011 (PP=0) (EA=0)	
Juliana Perucchi (2 artigos)			2008 (PP=0) (EA=0),2011 (PP=0) (EA=0)	Publicação 2008 é em conjunto com Maria Juracy Filgueiras Toneli. Publicação 2011 é em conjunto com Laíse Navarro Jardim e com Lara Brum de Calais, sendo o único artigo destas autoras. Como ambos os artigos são em coautoria e nenhum deles apresenta citação, desconsiderei o que não causaria a saída de pesquisadores do mapeamento.
Leila Maria Ferreira Salles (3 artigos)	1986 (PP=não encontrei) (EA=0), 1986 (PP=não encontrei) (EA=1), 1988 (PP=não encontrei) (EA=0)			

Aplicação critérios Fase III				
Autores com mais de um artigo	Períodos de publicação			Observações
	1986-1995	1996-2005	2006-2011	
Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain (6 artigos)		1996 (PP=52) (EA=4), 2000 (PP=7) (EA=2), 2003 (PP=20) (EA=0), 2004 (PP=não encontrei) (EA=0)	2006 (PP=3) (EA=0), 2011 (PP=0) (EA=0)	Publicações 2000, 2004, 2006 são em conjunto com Roberto Mendoza, sendo os únicos artigos dele. A de 2006 também é em conjunto com Joselí Bastos da Costa e com Sheyla Christine Santos Fernandes, sendo o único artigo destes autores. Assim, era possível desconsiderar apenas uma publicação entre a de 2000 e a de 2004. Publicação 2003 é em conjunto com Cícero Roberto Pereira, sendo o único artigo do autor. Publicação 2011 é em conjunto com Aline Vieira de Lima Nunes, sendo a única publicação da autora. No segundo período mantivemos três artigospor não podermos excluir o de 2003.
Lílian Rodrigues da Cruz (4 artigos)		2005	2007 (PP=4) (EA=0), 2008 (PP=0) (EA=0), 2010 (PP=0) (EA=0)	Publicação 2005 é em conjunto com Betina Hillesheim e com Neusa Maria de Fátima Guareschi. Publicação 2008 é em conjunto com Neusa Maria de Fátima Guareschi.
Lucia Rabello de Castro (5 artigos)		2002	2006 (PP=0) (EA=1), 2007 (PP=5) (EA=0), 2009 (PP=0) (EA=0), 2009 (PP=3) (EA=0)	

Aplicação critérios Fase III				
Autores com mais de um artigo	Períodos de publicação			Observações
	1986-1995	1996-2005	2006-2011	
Marco Aurélio Máximo Prado (8 artigos)		2001 (PP=21) (EA=8), 2002 (PP=27) (EA=6), 2002 (PP=21) (EA=1), 2003 (PP=2) (EA=0), 2004 (PP=1) (EA=0), 2005 (PP=0) (EA=0)	2008 (PP=0) (EA=1), 2010 (PP=0) (EA=0)	Publicação 2003 é em conjunto com Nadir Lara Júnior. Publicação 2008 é em conjunto com Frederico Alves Costa e com Frederico Viana Machado, sendo os únicos artigos dos autores. Publicação 2010 é em conjunto com Cristiano dos Santos Rodrigues, sendo o único artigo do autor.
Maria de Fátima Quintal de Freitas (4 artigos)	1988 (PP=0) (EA=0), 1988 (PP=não encontrei) (EA=0)	1996 (PP=18) (EA=2), 2001 (PP=4) (EA=0)		
Maria Juracy Filgueiras Toneli (3 artigos)			2008 (PP=0) (EA=0), 2008 (PP=3) (EA=0), 2011 (PP=1) (EA=0)	Uma publicação 2008 é em conjunto com Juliana Perucchi.
Maria Lúcia Teixeira Garcia (4 artigos)			2007 (PP=0) (EA=0), 2008 (PP=10) (EA=1), 2009 (PP=0) (EA=0), 2009 (PP=5) (EA=0)	
Marília Novais da Mata Machado (5 artigos)	1988 (PP=2) (EA=0), 1988 (PP=não encontrei) (EA=0), 1988 (PP=não encontrei) (EA=0), 1988 (PP=não encontrei) (EA=0)	2002		Duas publicações de 1988 são em conjunto com Elizabeth de Melo Bomfim. O artigo 1988 (PP=não encontrei) (EA=0) havia sido excluído em Elizabeth de Melo Bomfim, mantivemos a exclusão.
Neuza Maria de Fátima Guareschi (8 artigos)		2000 (PP=16) (EA=0), 2005 (PP=3) (EA=0),2005 (PP=42) (EA=2)	2007 (PP=0) (EA=0), 2008 (PP=0) (EA=0), 2009 (PP=0) (EA=0), 2010 (PP=3) (EA=0), 2010 (PP=0) (EA=0)	Publicação 2005 é em conjunto com Betina Hillesheim e com Lilian Rodrigues da Cruz. Publicação 2008 é em conjunto com Lilian Rodrigues da Cruz.

Aplicação critérios Fase III				
Autores com mais de um artigo	Períodos de publicação			Observações
	1986-1995	1996-2005	2006-2011	
Oswaldo Hajime Yamamoto (3 artigos)		2002	2007 (PP=27) (EA=1) 2010 (PP=7) (EA=0)	Publicação 2010 é em conjunto com Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, sendo o único artigo da autora.
Regina Duarte Benevides de Barros (3 artigos)		2001 (PP=52) (EA=2), 2004 (PP=102) (EA=0), 2005 (PP=156) (EA=2)		
Roberto Mendoza (3 artigos)		2000 (PP=7) (EA=2), 2004 (PP=não encontrei) (EA=0)	2006	Publicação 2006 é em conjunto com Leôncio Camino Rodriguez Larrain, Joselí Bastos da Costa e Sheyla Christine Santos Fernandes, sendo o único artigo destes dois últimos autores. Publicações 2000 e 2004 são em conjunto com Leôncio Francisco Camino Rodriguez Larrain.
Salvador Antonio Mireles Sandoval (2 artigos)	1989a (PP=17) (EA=8), 1989b (PP=19) (EA=4)			
Sandra Maria da Mata Azeredo (4 artigos)	1988 (PP=não encontrei) (EA=1), 1994 (PP=27) (EA=0)	2002 (PP=3) (EA=0), 2005 (PP=10) (EA=0)		

APÊNDICE E

ARTIGOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE APÓS FASE III

Legenda:

- **Exc. Fase III** = artigos que não serão analisados na pesquisa por terem sido desconsiderados na FASE III.
- **Inc.: todos os critério**s = artigos selecionados na FASE I da pesquisa
- **Inc.: Fase II** = artigos selecionados na FASE II da pesquisa

Quadro 14– Artigos selecionados para análise após Fase III por nome dos autores em ordem alfabética

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
1.	Consciência e Participação Política: Uma abordagem Psicopolítica	*Interações*	Alessandro Soares da Silva	2001	Inc.: todos os critérios
	O Lugar das Crenças e Valores Societais na Formação da Consciência Política de Trabalhadores e Trabalhadoras do MST	*Interações*	Alessandro Soares da Silva	2002	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
2.	A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de (In)Eficácia Política na formação da Consciência Política no MST Paulista	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Alessandro Soares da Silva	2007	Inc.: todos os critérios
	Consciência Política, Identidade Coletiva, Família e MST nos Estudos Psicossociais	*Revista Psicologia Política*	Alessandro Soares da Silva	2003	Inc.: todos os critérios Exc.: Fase III
	Memória, Consciência e Políticas Públicas: o papel das Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas inclusivas	*Revista Electrónica de Psicología Política*	Alessandro Soares da Silva	2011	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
3.	Da força bruta à voz ativa: a conformação da Psicologia no RGS nas décadas da repressão política	*Mnemosine*	Aline Reis Calvo Hernandez Helena Beatriz Kochenborger Scarparo	2007	Inc.: todos os critérios
4.	Atitude Político-Ideológica e Inserção Social: Fatores Psicossociais do Preconceito Racial?	*Psicologia & Sociedade*	Aline Vieira de Lima Nunes Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	2011	Inc.: todos os critérios
	Pesquisa em movimentos sociais: reflexões sobre uma experiência	*Psicologia & Sociedade*	Almir Del Prette	1988 /1989	Inc.: Fase II Exc. Fase III
5.	Movimentos sociais como tema de diferentes áreas de estudo	*Psicologia Ciência e Profissão*	Almir Del Prette	1990	Inc.: Fase II

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
	Competência técnica versus compromisso político: Um dualismo sustentável na Psicologia?	*Psicologia Ciência e Profissão*	Almir Del Prette	1990	Inc.: Fase II Exc. Fase III
6.	Do estudo do grupo ao estudo dos movimentos sociais: A contribuição possível da Psicologia	*Psicologia: Teoria e Pesquisa*	Almir Del Prette	1991	Inc.: Fase II
7.	Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Silvia Lane	*Revista Psicologia Política*	Aluísio Ferreira de Lima Antonio da Costa Ciampa Juracy Armando Mariano de Almeida	2009	Inc.: todos os critérios
8.	Reflexões sobre educação popular	*Psicologia & Sociedade*	Ana Rita de Castro Trajano	1988	Inc.: Fase II
9.	Biopsiquiatria e bioidentidade: política da subjetividade contemporânea	*Psicologia & Sociedade*	Anderson Luiz Barbosa Martins	2008	Inc.: todos os critérios
10.	Gênero e Subjetividade. Inquietações na Psicologia Social	*Psicologia & Sociedade*	Angela Arruda	1992	Inc.: Fase II
11.	Intervenção comunitária no posto de saúde da Cidade Alta: ligeiro histórico	*Psicologia & Sociedade*	Angela Maria Pires Caniato	1986	Inc.: Fase II
12.	Impactos da Participação e da Consciência Política na Vida das Mulheres Líderes em Política	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Betânia Diniz Gonçalves	2009	Inc.: todos os critérios
13.	Saúde da Mulher e práticas de governo no campo das políticas públicas	*Psicologia em Revista*	Betina Hillesheim	2009	Inc.: todos os critérios
14.	Igualdades e dessimetrias: a participação política em ONGs HIV/Aids do Canadá e do Brasil	*Psicologia & Sociedade*	Carlos Roberto de Castro e Silva	2007	Inc.: todos os critérios
	Tensão ou oposição entre ciência e política na pós-graduação? Um falso problema?	*Psicologia & Sociedade*	Cecília Maria Bouças Coimbra	2004	Inc.: todos os critérios Exc.: Fase III
15.	Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: estatal é necessariamente público?	*Psicologia & Sociedade*	Cecília Maria Bouças Coimbra Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho	2006	Inc.: todos os critérios
16.	Intervenção Clínica quanto à violação de Direitos Humanos: Por uma prática desnaturalizadora na teoria, na ética e na política	*Anuário do LASP*	Cecília Maria Bouças Coimbra	1994	Não obtivemos acesso para verificação palavra-chave
17.	O que é Psicologia Comunitária?	*Psicologia & Sociedade*	César Wagner de Lima Góis	1992	Inc.: Fase II

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
18.	Pedra Branca: uma contribuição em psicologia comunitária	*Psicologia & Sociedade*	Cezar Wagner de Lima Góis	1989 /1990	Inc.: Fase II
19.	Reflexões em Psicologia Comunitária	*Revista de Psicologia* (UFC/Fortaleza)	Cezar Wagner de Lima Góis	1988	Inc.: Fase II
20.	Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de João Pessoa	*Psicologia. Reflexão e Crítica*	Cícero Roberto Pereira Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	2003	Inc.: todos os critérios
21.	O cultural e o político no coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Claudia Andréa Mayorga Borges	2008	Inc.: todos os critérios
22.	Biopolítica, produção de saúde e um outro humanismo	*Interface. Comunicação, Saúde e Educação*	Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves	2009	Inc.: todos os critérios
	Políticas cognitivas e as propostas de intervenção e tratamento para usuários e dependentes de drogas	*Psicologia Clínica*	Cleci Maraschin	2008	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
23.	Gestão participativa de políticas públicas: o caso dos conselhos de saúde	*Revista Psicologia Política*	Cornelis Johannes van Stralen	2005	Inc.: todos os critérios
24.	Cooperativismo, cidadania e a dialética da exclusão/inclusão: o sofrimento ético-político dos catadores de material reciclável	*Psicologia & Sociedade*	Daiani Barboza	2000	Inc.: todos os critérios
25.	Políticas para a educação superior e a formação profissional	*Doxa. Revista Paulista de Psicologia e Educação*	Deise Mancebo	1998	Inc.: todos os critérios
	Aspectos da Psicologia Comunitária e Ecologia Humana em Cuba: anotações de uma viagem	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1987	Inc.: Fase II Exc. Fase III
	A comunitária educação artística das Minas dos setecentos	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1988	Inc.: Fase II Exc. Fase III
	Corpos radiativos, novos estigmas. Desdobramentos do episódio da violação de uma cápsula com césio 137, em Goiânia, setembro/1987	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim Marília Novais da Mata Machado	1988	Inc.: Fase II Exc. Fase III
	Intelectuais nos movimentos sociais	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1988	Inc.: Fase II Exc. Fase III

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
26.	Psicologia comunitária	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim Marília Novais da Mata Machado	1988	Inc.: Fase II
	ABRAPSO em Minas: um movimento social, uma gestão	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1989	Inc.: Fase II Exc. Fase III
	Notas sobre a psicologia social e comunitária no Brasil	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1989	Inc.: Fase II Exc. Fase III
27.	O psicólogo na comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1989	Inc.: Fase II
28.	O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão	*Fractal: Revista de Psicologia*	Elizabeth Maria Andrade Aragão	2010	Inc.: todos os critérios
29.	Políticas educacionais e produção de subjetividade.	*Doxa - Revista Paulista de Psicologia*	Elizabeth Maria Andrade Aragão	2002	Não obtivemos acesso para verificação palavra-chave
30.	Participação Política e Experiência Homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo	*Interamerican Journal of Psychology*	Frederico Alves Costa Frederico Viana Machado Marco Aurélio Máximo Prado	2008	Inc.: todos os critérios
31.	A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social	*Revista Psicologia Política*	Hector Omar Ardans-Bonifacino	2008	Inc.: todos os critérios
32.	O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa	*Psicologia & Sociedade*	Henrique Caetano Nardi	2008	Inc.: todos os critérios
	A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual	*Physis*	Henrique Caetano Nardi	2011	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	A Diversidade Sexual na Escola - Produção de subjetividade e políticas públicas	*Revista Mal-Estar e Subjetividade*	Henrique Caetano Nardi	2011	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	As Formas do “fazer psi” e a Constituição das Políticas Públicas Associadas à Diversidade Sexual	*Revista Psicologia Política*	Henrique Caetano Nardi	2011	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
33.	Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos	*Psicologia: Teoria e Pesquisa*	Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira Oswaldo Hajime Yamamoto	2010	Inc.: todos os critérios
34.	Notas sobre a formação Política e Ética do Psicólogo	*Psicologia & Sociedade*	José Leon Crochík	1999	Inc.: todos os critérios

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
	Aspectos políticos da normalização da paternidade pelo discurso jurídico brasileiro	*Revista Psicologia Política*	Juliana Perucchi Maria Juracy Filgueiras Toneli	2008	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
35.	Psicologia e Políticas Públicas em HIV/Aids: algumas reflexões	*Psicologia & Sociedade*	Juliana Perucchi Laíse Navarro Jardim Lara Brum de Calais	2011	Inc.: todos os critérios
36.	Mulheres: (Re)partidas e Excluídas	*Psicologia & Sociedade*	Karin Ellen Von Smigay	1989	Inc.: Fase II
37.	Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política	*Psicologia em Revista*	Karin Ellen Von Smigay	2002	Inc.: todos os critérios
38.	Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-Intervenção: referenciais e dispositivos em análise	*Psicologia Ciência e Profissão*	Katia Faria de Aguiar Marisa Lopes da Rocha	2007	Inc.: todos os critérios
39.	Práticas Universitárias e a Formação Sócio-Política	*Anuário do laboratório de Subjetividade e Política,*	Kátia Faria de Aguiar Marisa Lopes da Rocha	1997	Não obtivemos acesso para verificação palavra-chave
40.	Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito	*Revista Psicologia Política*	Kátia Maheirie	2011	Inc.: todos os critérios
41.	As políticas que incidem sobre a vida	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Leila Aparecida Domingues Machado	2010	Inc.: todos os critérios
42.	Crises de um processo de intervenção em postos de saúde: algumas questões sobre a intervenção em comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Leila Maria Ferreira Salles	1986	Inc.: Fase II
43.	Intervenção do Técnico em Comunidade	*Universidade e Sociedade* – Cnpq (Maringá)	Leila Maria Ferreira Salles	1986	Inc.: Fase II Não obtivemos acesso ao artigo.
44.	Saúde/ Doença Mental: reflexões sobre a atuação do psicólogo em comunidade	*Universidade e Sociedade* – Cnpq (Maringá)	Leila Maria Ferreira Salles	1988	Inc.: Fase II Não obtivemos acesso ao artigo.
45.	Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político	*Psicologia & Sociedade*	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	1996	Inc.: todos os critérios
46.	Configuración del Espacio Político: El caso de los estudiantes brasileños	*Revista de Psicología Política* (Espanha)	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Roberto Mendoza	2000	Inc.: todos os critérios

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
	La Contrucción de los Derechos Humanos y la Necessidad de la Psicología Política.	*Revista de Psicología Política* (Espanha)	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Roberto Mendoza	2004	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
47.	Valores psicossociais e participação política de estudantes universitários de uma capital do nordeste Brasileiro	*Revista Psicologia Política*	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Joselí Bastos da Costa Roberto Mendoza Sheyla Christine Santos Fernandes	2006	Inc.: todos os critérios
48.	Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi	*Psicologia & Sociedade*	Lílian Rodrigues da Cruz Betina Hillesheim Neuza Maria de Fátima Guareschi	2005	Inc.: todos os critérios
	A Trajetória das Políticas Públicas Direcionadas à Infância: paralelos com o presente	*Mnemosine*	Lílian Rodrigues da Cruz Neuza Maria de Fátima Guareschi	2008	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	Medidas socioeducativas em meio aberto no município de Santa Cruz do Sul/RS: entre as diretrizes legais e as políticas sociais públicas	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Lílian Rodrigues da Cruz	2010	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
49.	Infância Abrigada: negligências e riscos no campo das políticas públicas	*Psicologia para América Latina*	Lílian Rodrigues da Cruz	2007	Inc.: todos os critérios
50.	Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade	*Revista Psicologia Política*	Lucia Rabello de Castro	2006	Inc.: todos os critérios
51.	A Politização (Necessária) do campo da Infância e da Adolescência	*Revista Psicologia Política*	Lucia Rabello de Castro	2007	Inc.: todos os critérios
	"Trabalho solidário": em busca de outros valores para a participação política	*Praia Vermelha*	Lucia Rabello de Castro	2009	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate	*Psicologia: Teoria e Pesquisa*	Lucia Rabello de Castro	2009	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
52.	Subjetivação Política: Novos Contornos no Contemporâneo	*Praia Vermelha*	Lucia Rabello de Castro	2002	Não obtivemos acesso para verificação palavra-chave
53.	Conflitos Urbanos e Políticas da Diferença	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Luis Antonio dos Santos Baptista	2007	Inc.: todos os critérios
54.	A psicologia na comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Luiz Antonio Calmon Nabuco Lastória	1989	Inc.: Fase II
55.	Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do nós	*Revista Psicologia Política*	Marco Aurélio Máximo Prado	2001	Inc.: todos os critérios
	A Psicologia Comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político	*Psicologia. Reflexão e Crítica*	Marco Aurélio Máximo Prado	2002	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
56.	Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas.	*Psicologia em Revista*	Marco Aurélio Máximo Prado	2002	Inc.: todos os critérios
	Identidade Coletiva e Política na Trajetória de Organização das Trabalhadoras Rurais em Minas Gerais: para uma psicologia política das ações coletivas	*Psicologia em Revista*	Marco Aurélio Máximo Prado	2004	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	Movimentos de Massa e Movimentos Sociais: aspectos psicopolíticos das ações coletivas.	*Revista de Ciências Humanas* (Florianópolis)	Marco Aurélio Máximo Prado	2005	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
57.	Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro	*Psicologia & Sociedade*	Marco Aurélio Máximo Prado Cristiano dos Santos Rodrigues	2010	Inc.: todos os critérios
58.	Psicólogos Na Comunidade: Importância e Orientação do Trabalho Desenvolvido	*Psicologia: teoria e pesquisa*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1988	Inc.: Fase II
59.	Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política Ao Desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária: os Paradigmas de Sílvia Lane, Ignácio Martín-Baró e Maritza Montero	*Psicologia & Sociedade*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1996	Inc.: todos os critérios
	Psicologia social comunitária latinoamericana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política	*Revista Psicologia Política*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	2001	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
60.	O psicólogo e a comunidade: algumas questões	*Psicologia & Sociedade*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1988b	Inc.: Fase II
61.	Comunidade: Per-curso, Curso, Dis-Curso	*Psicologia & Sociedade*	Maria Inácia d'Avila Neto	1992	Inc.: Fase II Não consta no Lattes da autora.
62.	Sociodrama e política de cotas para negros: um método de intervenção psicológica em temas sociais	*Psicologia Ciência e Profissão*	Maria Inês Gandolfo Conceição	2005	Inc.: todos os critérios
63.	Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro	*Psicologia & Sociedade*	Maria Juracy Filgueiras Toneli	2008	Inc.: todos os critérios
	O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia	*Revista Estudos Feministas*	Maria Juracy Filgueiras Toneli	2011	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
64.	Em que espelho ficou perdida a minha face? A identidade feminina como discurso ideológico	*Psicologia & Sociedade*	Maria Lúcia Rocha Coutinho	1989 /1990	Inc.: Fase II
	Política pública de redução e oferta de álcool: estudo de caso de Barra de São Francisco.	*Emancipação* (UEPG)	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2007	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	A implementação da política de saúde mental em município de pequeno porte – o caso de São José do Calçado/ES – Brasil	*Emancipação* (UEPG)	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2009	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
65.	A política antidrogas brasileira: velhos dilemas	*Psicologia & Sociedade*	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2008	Inc.: todos os critérios
	Álcool e direção: uma questão na agenda política brasileira	*Psicologia & Sociedade*	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2009	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
66.	Acaba Mundo: estudo de uma comunidade favelada	*Psicologia & Sociedade*	Marília Novais da Mata Machado	1988	Inc.: Fase II
67.	Mudanças em comunidade. Pesquisa e intervenção	*Psicologia & Sociedade*	Marília Novais da Mata Machado	1988	Inc.: Fase II
68.	Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis	*Revista Psicologia Política*	Marília Novais da Mata Machado	2002	Inc.: todos os critérios
69.	Identidade Social e Relações de Gênero - Suas Implicações nos Estudos Psicossociais	*Psicologia & Sociedade*	Marise Bezerra Jurberg	1992	Inc.: Fase II
70.	Comunidades e o campo da política: uma reflexão a partir da psicanálise	*Fractal: Revista de Psicologia*	Nadir Lara Junior	2011	Inc.: todos os critérios

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
	A mística e a construção da identidade política entre os participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil: um enfoque psicossociológico	*Revista Electrónica de Psicologia Política*	Nadir Lara Júnior Marco Aurélio Máximo Prado	2003	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
71.	Juventude como problema de políticas públicas	*Psicologia & Sociedade*	Nair Iracema Silveira dos Santos Márcia Frezza Cleci Maraschin	2009	Inc.: todos os critérios
72.	O papel de líderes intermediários nos movimentos sociais em favelas na cidade de São Paulo	*Psicologia & Sociedade*	Nancy das Graças Cardia	1989	Inc.: Fase II
73.	Dominação e Subjetividade	*Psicologia & Sociedade*	Naumi Antonio de Vasconcelos	1992	Inc.: Fase II
	Políticas de Identidade: novos enfoques e novos desafios para a Psicologia Social	*Psicologia & Sociedade*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2000	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	Práticas Psicológicas nas Políticas Públicas: um debate sobre a temática da violência	*Revista Psicologia Política*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2005	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	O Aborto e as Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2007	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão	*Revista Estudos Feministas*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2009	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
	Encontros e Desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando, transformando profissionais de saúde	*Psicologia Ciência e Profissão*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2010	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
74.	Nas Trilhas do Sujeito Jovem: entre práticas de institucionalização e políticas públicas	*Mnemosine*	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2010	Inc.: todos os critérios
75.	Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira	*Psicología para América Latina* (México)	Oswaldo Hajime Yamamoto	2002	Inc.: todos os critérios
76.	Políticas sociais, "terceiro setor" e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo	*Psicologia & Sociedade*	Oswaldo Hajime Yamamoto	2007	Inc.: todos os critérios
77.	Educação e Psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador	*Psicologia & Sociedade*	Raquel Souza Lobo Guzzo	2010	Inc.: todos os critérios
	Avaliação da política nacional de promoção da saúde	*Ciência & Saúde Coletiva*	Regina Duarte Benevides de Barros	2004	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Exclusão/Inclusão
78.	A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde	*Ciência & Saúde Coletiva*	Regina Duarte Benevides de Barros	2005	Inc.: todos os critérios
79.	Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo	*Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro	Regina Duarte Benevides de Barros	2001	Inc.: todos os critérios
80.	O Conceito de Comunidade e as Práticas Psicossociais	*Psicologia & Sociedade*	Ronald João Jacques Arendt	1992	Inc.: Fase II
81.	Vida em Cena Política: Contribuições à Psicologia Social Contemporânea.	*Revista Psicologia Política*	Rosane Azevedo Neves da Silva	2007	Inc.: todos os critérios
82.	A Crise Sociológica e a Contribuição da Psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais	*Educação e Sociedade*	Salvador Antonio Mireles Sandoval	1989a	Inc.: Fase II
83.	Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais	*Psicologia & Sociedade*	Salvador Antonio Mireles Sandoval	1989b	Inc.: Fase II
84.	Relações entre empregadas e patroas: a inter-relação do racismo e sexismo	*Psicologia & Sociedade*	Sandra Maria da Mata Azeredo	1988	Inc.: Fase II
85.	Teorizando Sobre Gênero e Relações Raciais.	*Revista Estudos Feministas*	Sandra Maria da Mata Azeredo	1994	Inc.: Fase II
	O Político, o Público e a Alteridade Como Desafios para a Psicologia.	*Psicologia Ciência e Profissão*	Sandra Maria da Mata Azeredo	2002	Inc.: todos os critérios Exc. Fase III
86.	Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença -- pensando a política de cotas na universidade	*Revista Estudos Feministas*	Sandra Maria da Mata Azeredo	2005	Inc.: todos os critérios
87.	Avanços e retrocessos e impasses na política de educação pré-escolar no Brasil	*Educação e Sociedade*	Solange Jobim e Souza	1987	Inc.: Fase II
88.	Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política	*Revista Psicologia Política*	Soraia Ansara	2008	Inc.: todos os critérios
89.	Políticas cognitivas da psicologia comunitária: a meio caminho entre a recognição e a invenção	*Psicologia & Sociedade*	Tatiana Gomes da Rocha Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro	2011	Inc.: todos os critérios
90.	Crises e alternativas do movimento popular e sindical. Individualismo ou coletivismo?	*Psicologia & Sociedade*	William César Castilho Pereira	1988	Inc.: Fase II

APÊNDICE F

ARTIGOS SELECIONADOS ORGANIZADOS POR CATEGORIAS TEMÁTICAS E CATEGORIAS ANALÍTICAS

Quadro 15– Artigos categorizados em categoria temática e em categoria analítica por ordem de categoria analítica

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
1.	Intervenção Clínica quanto à violação de Direitos Humanos: Por uma prática desnaturalizadora na teoria, na ética e na política	*Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*	Cecília Maria Bouças Coimbra	1994	-----	-----
2.	Políticas educacionais e produção de subjetividade	*Doxa - Revista Paulista de Psicologia*	Elizabeth Maria Andrade Aragão	2002	-----	-----
3.	Práticas Universitárias e a Formação Sócio-Política	*Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*	Kátia Faria de Aguiar Marisa Lopes da Rocha	1997	-----	-----
4.	Intervenção do Técnico em Comunidade	*Universidade e Sociedade* – Cnpq (Maringá)	Leila Maria Ferreira Salles	1986	-----	-----
5.	Saúde/ Doença Mental: reflexões sobre a atuação do psicólogo em comunidade	*Universidade e Sociedade* – Cnpq (Maringá)	Leila Maria Ferreira Salles	1988	-----	-----
6.	Subjetivação Política: Novos Contornos no Contemporâneo	*Praia Vermelha*	Lucia Rabello de Castro	2002	-----	-----
7.	Gênero e Subjetividade. Inquietações na Psicologia Social	*Psicologia & Sociedade*	Angela Arruda	1992	Desenvolvimento histórico-conceitual	-----
8.	Psicologia comunitária	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim Marília Novais da Mata Machado	1988	Desenvolvimento histórico-conceitual	-----
9.	O psicólogo na comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Elizabeth de Melo Bomfim	1989	Desenvolvimento histórico-conceitual	-----

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
10.	Psicólogos Na Comunidade: Importância e Orientação do Trabalho Desenvolvido	*Psicologia: teoria e pesquisa*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1988a	Desenvolvimento histórico-conceitual	-----
11.	Comunidade: Percurso, Curso, Dis-Curso	*Psicologia & Sociedade*	Maria Inácia d'Avila Netto	1992	Desenvolvimento histórico-conceitual	-----
12.	O Conceito de Comunidade e as Práticas Psicossociais	*Psicologia & Sociedade*	Ronald João Jacques Arendt	1992	Desenvolvimento histórico-conceitual	-----
13.	Reflexões sobre educação popular	*Psicologia & Sociedade*	Ana Rita de Castro Trajano	1988	Experiência comunitária	-----
14.	Intervenção comunitária no posto de saúde da Cidade Alta: ligeiro histórico	*Psicologia & Sociedade*	Angela Maria Pires Caniato	1986	Experiência comunitária	-----
15.	Crises de um processo de intervenção em postos de saúde: algumas questões sobre a intervenção em comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Leila Maria Ferreira Salles	1986	Experiência comunitária	-----
16.	Mudanças em comunidade. Pesquisa e intervenção	*Psicologia & Sociedade*	Marília Novais da Mata Machado	1988	Experiência comunitária	-----
17.	Acaba Mundo: estudo de uma comunidade favelada	*Psicologia & Sociedade*	Marília Novais da Mata Machado	1988	Experiência comunitária	-----
18.	Infância Abrigada: negligências e riscos no campo das políticas públicas	*Psicologia para América Latina*	Lílian Rodrigues da Cruz	2007	Política governamental	-----
19.	O cultural e o político no coletivo Hip Hop Chama: um papo reto sobre participação política e relações entre universidade e movimentos sociais	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Claudia Andréa Mayorga Borges	2008	Ações coletivas e comportamento político	Antagonismo

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
20.	Participação Política e Experiência Homossexual: dilemas entre o indivíduo e o coletivo	*Interamerican Journal of Psychology*	Frederico Alves Costa Frederico Viana Machado Marco Aurélio Máximo Prado	2008	Ações coletivas e comportamento político	Antagonismo
21.	Passe Livre Já: participação política e constituição do sujeito	*Revista Psicologia Política*	Kátia Maheirie	2011	Ações coletivas e comportamento político	Antagonismo
22.	Vicissitudes da subjetivação política juvenil na contemporaneidade	*Revista Psicologia Política*	Lucia Rabello de Castro	2006	Ações coletivas e comportamento político	Antagonismo
23.	Movimento de Mulheres Negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro	*Psicologia & Sociedade*	Marco Aurélio Máximo Prado Cristiano dos Santos Rodrigues	2010	Ações coletivas e comportamento político	Antagonismo
24.	Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro	*Psicologia & Sociedade*	Maria Juracy Filgueiras Toneli	2008	Ações coletivas e comportamento político	Antagonismo
25.	A Politização (Necessária) do campo da Infância e da Adolescência	*Revista Psicologia Política*	Lucia Rabello de Castro	2007	Desenvolvimento histórico-conceitual	Antagonismo
26.	Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do nós	*Revista Psicologia Política*	Marco Aurélio Máximo Prado	2001	Desenvolvimento histórico-conceitual	Antagonismo
27.	Da Mobilidade Social à Constituição da Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas	*Psicologia em Revista*	Marco Aurélio Máximo Prado	2002	Desenvolvimento histórico-conceitual	Antagonismo

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
28.	Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença --pensando a política de cotas na universidade	*Revista Estudos Feministas*	Sandra Maria da Mata Azeredo	2005	Política governamental	Antagonismo
29.	Configuración del Espacio Político: El caso de los estudiantes brasileños	*Revista de Psicologia Política* (Espanha)	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Roberto Mendoza	2000	Ações coletivas e comportamento político	Fundamento último da realidade
30.	O que é Psicologia Comunitária?	*Psicologia & Sociedade*	César Wagner de Lima Góis	1992	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
31.	Pedra Branca: uma contribuição em psicologia comunitária	*Psicologia & Sociedade*	Cezar Wagner de Lima Góis	1989 /1990	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
32.	Reflexões em Psicologia Comunitária	*Revista de Psicologia* (UFC/Fortaleza)	Cezar Wagner de Lima Góis	1988	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
33.	Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos	*Psicologia: Teoria e Pesquisa*	Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira Oswaldo Hajime Yamamoto	2010	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
34.	Notas sobre a formação Ética e Política do Psicólogo.	*Psicologia & Sociedade*	José Leon Crochik	1999	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
35.	Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político	*Psicologia & Sociedade*	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	1996	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
36.	A psicologia na comunidade	*Psicologia & Sociedade*	Luiz Antonio Calmon Nabuco Lastória	1989	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
37.	Políticas sociais, “terceiro setor” e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo	*Psicologia & Sociedade*	Oswaldo Hajime Yamamoto	2007	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
38.	Educação e Psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador	*Psicologia & Sociedade*	Raquel Souza Lobo Guzzo	2010	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
39.	Crises e alternativas do movimento popular e sindical. Individualismo ou coletivismo?	*Psicologia & Sociedade*	William César Castilho Pereira	1988	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
40.	Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política Ao Desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária: os Paradigmas de Sílvia Lane, Ignácio Martín-Baró e Maritza Montero	*Psicologia & Sociedade*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1996	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
41.	Políticas para a educação superior e a formação profissional	*Doxa. Revista Paulista de Psicologia e Educação, São Paulo*	Deise Mancebo	1998	Política governamental	Fundamento último da realidade
42.	O psicólogo e a comunidade: algumas questões	*Psicologia & Sociedade*	Maria de Fátima Quintal de Freitas	1988b	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
43.	Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Silvia Lane.	*Revista Psicologia Política*	Aluísio Ferreira de Lima Antonio da Costa Ciampa Juracy Armando Mariano de Almeida	2009	Desenvolvimento histórico-conceitual	Fundamento último da realidade
44.	Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira	*Psicología para América Latina* (México)	Oswaldo Hajime Yamamoto	2002	Política governamental	Fundamento último da realidade
45.	Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política	*Psicologia em Revista*	Karin Ellen Von Smigay	2002	Desenvolvimento histórico-conceitual	Outras abordagens sobre a dinâmica política

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
46.	Em que espelho ficou perdida a minha face? A identidade feminina como discurso ideológico	*Psicologia & Sociedade*	Maria Lúcia Rocha Coutinho	1989 /1990	Desenvolvimento histórico-conceitual	Outras abordagens sobre a dinâmica política
47.	Comunidades e o campo da política: uma reflexão a partir da psicanálise.	*Fractal: Revista de Psicologia*	Nadir Lara Junior	2011	Desenvolvimento histórico-conceitual	Outras abordagens sobre a dinâmica política
48.	Teorizando Sobre Gênero e Relações Raciais	*Revista Estudos Feministas*	Sandra Maria da Mata Azeredo	1994	Desenvolvimento histórico-conceitual	Outras abordagens sobre a dinâmica política
49.	Conflitos Urbanos e Políticas da Diferença	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Luis Antonio dos Santos Baptista	2007	Política governamental	Outras abordagens sobre a dinâmica política
50.	Cooperativismo, cidadania e a dialética da exclusão/inclusão: o sofrimento ético-político dos catadores de material reciclável	*Psicologia & Sociedade*	Daiani Barboza	2000	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito ético-político
51.	O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão	*Fractal: Revista de Psicologia*	Elizabeth Maria Andrade Aragão	2010	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito ético-político
52.	Biopsiquiatria e bioidentidade: política da subjetividade contemporânea	*Psicologia & Sociedade*	Anderson Luiz Barbosa Martins	2008	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito ético-político
53.	A relação entre ideologia e crítica nas políticas públicas: reflexões a partir da psicologia social	*Revista Psicologia Política*	Hector Omar Ardans-Bonifacino	2008	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito ético-político
54.	Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-Intervenção: referenciais e dispositivos em análise	*Psicologia Ciência e Profissão*	Kátia Faria de Aguiar Marisa Lopes da Rocha	2007	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito ético-político
55.	As políticas que incidem sobre a vida.	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Leila Aparecida Domingues Machado	2010	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito ético-político

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
56.	Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo	*Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro	Regina Duarte Benevides de Barros	2001	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito ético-político
57.	Vida em Cena Política: Contribuições à Psicologia Social Contemporânea	*Revista Psicologia Política*	Rosane Azevedo Neves da Silva	2007	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito ético-político
58.	Políticas cognitivas da psicologia comunitária: a meio caminho entre a recognição e a invenção	*Psicologia & Sociedade*	Tatiana Gomes da Rocha Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro	2011	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito ético-político
59.	Saúde da Mulher e práticas de governo no campo das políticas públicas	*Psicologia em Revista*	Betina Hillesheim	2009	Política governamental	Sujeito ético-político
60.	Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: estatal é necessariamente público?	*Psicologia & Sociedade*	Cecília Maria Bouças Coimbra Manoel Carlos Cavalcanti de Mendonça Filho	2006	Política governamental	Sujeito ético-político
61.	Biopolítica, produção de saúde e um outro humanismo.	*Interface. Comunicação, Saúde e Educação*	Claudia Elizabeth Abbês Baeta Neves	2009	Política governamental	Sujeito ético-político
62.	O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa	*Psicologia & Sociedade*	Henrique Caetano Nardi	2008	Política governamental	Sujeito ético-político
63.	Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi	*Psicologia & Sociedade*	Lílian Rodrigues da Cruz Betina Hillesheim Neuza Maria de Fátima Guareschi	2005	Política governamental	Sujeito ético-político

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
64.	Juventude como problema de políticas públicas	*Psicologia & Sociedade*	Nair Iracema Silveira dos Santos Márcia Frezza Cleci Maraschin	2009	Política governamental	Sujeito ético-político
65.	Nas Trilhas do Sujeito Jovem: entre práticas de institucionalização e políticas pública	*Mnemosine* (Rio de Janeiro)	Neuza Maria de Fátima Guareschi	2010	Política governamental	Sujeito ético-político
66.	A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde	*Ciência & Saúde Coletiva*	Regina Duarte Benevides de Barros	2005	Política governamental	Sujeito ético-político
67.	Psicologia e Políticas Públicas em HIV/Aids: algumas reflexões	*Psicologia & Sociedade*	Juliana Perucchi Laíse Navarro Jardim Lara Brum de Calais	2011	Política governamental	Sujeito ético-político
68.	A Identificação de Adversários, de Sentimentos Antagônicos e de (In)Eficácia Política na formação da Consciência Política no MST Paulista	*Estudos e Pesquisas em Psicologia*	Alessandro Soares da Silva	2007	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito racional
69.	Atitude Político-Ideológica e Inserção Social: Fatores Psicossociais do Preconceito Racial?	*Psicologia & Sociedade*	Aline Vieira de Lima Nunes Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	2011	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito racional
70.	Impactos da Participação e da Consciência Política na Vida das Mulheres Líderes em Política	*Pesquisas e Práticas Psicossociais*	Betânia Diniz Gonçalves	2009	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito racional
71.	Igualdades e dessimetrias: a participação política em ONGs HIV/Aids do Canadá e do Brasil	*Psicologia & Sociedade*	Carlos Roberto de Castro e Silva	2007	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito racional

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
72.	Representações Sociais, Envolvimento nos Direitos Humanos e Ideologia Política em Estudantes Universitários de João Pessoa	*Psicologia. Reflexão e Crítica*	Cícero Roberto Pereira Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain	2003	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito racional
73.	Valores psicossociais e participação política de estudantes universitários de uma cidade do nordeste Brasileiro	*Revista Psicologia Política*	Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain Joselí Bastos da Costa Roberto Mendoza Sheyla Christine Santos Fernandes	2006	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito racional
74.	O papel de líderes intermediários nos movimentos sociais em favelas na cidade de São Paulo	*Psicologia & Sociedade*	Nancy das Graças Cardia	1989	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito racional
75.	Relações entre empregadas e patroas: a inter-relação do racismo e sexismo	*Psicologia & Sociedade*	Sandra Maria da Mata Azeredo	1988	Ações coletivas e comportamento político	Sujeito racional
76.	Consciência e Participação Política: Uma abordagem Psicopolítica	*Interações*	Alessandro Soares da Silva	2001	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
77.	Da força bruta à voz ativa: a conformação da Psicologia no RGS nas décadas da repressão política	*Mnemosine*	Aline Reis Calvo Hernandez Helena Beatriz Kochenborger Scarparo	2007	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
78.	Movimentos sociais como tema de diferentes áreas de estudo	*Psicologia Ciência e Profissão, Brasília*	Almir Del Prette	1990	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
79.	Do estudo do grupo ao estudo dos movimentos sociais: A contribuição possível da Psicologia	*Psicologia: Teoria e Pesquisa* (UnB. Impresso), Brasília	Almir Del Prette	1991	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional

	Artigos	Revistas	Autores	Data	Categoria Temática	Categoria Analítica
80.	Mulheres: (Re)partidas e Excluídas	*Psicologia & Sociedade*	Karin Ellen Von Smigay	1989	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
81.	Sociodrama e política de cotas para negros: um método de intervenção psicológica em temas sociais	*Psicologia Ciência e Profissão*	Maria Inês Gandolfo Conceição	2005	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
82.	Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis	*Revista Psicologia Política*	Marília Novais da Mata Machado	2002	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
83.	Identidade Social e Relações de Gênero - Suas Implicações nos Estudos Psicossociais	*Psicologia & Sociedade*	Marise Bezerra Jurberg	1992	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
84.	Dominação e Subjetividade	*Psicologia & Sociedade*	Naumi Antonio de Vasconcelos	1992	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
85.	A Crise Sociológica e a Contribuição da Psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais	*Educação e Sociedade*, São Paulo	Salvador Antonio Mireles Sandoval	1989a	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
86.	Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais	*Psicologia & Sociedade*	Salvador Antonio Mireles Sandoval	1989b	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
87.	Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política	*Revista Psicologia Política*	Soraia Ansara	2008	Desenvolvimento histórico-conceitual	Sujeito racional
88.	Gestão participativa de políticas públicas: o caso dos conselhos de saúde.	*Revista Psicologia Política*	Cornelis Johannes van Stralen	2005	Política governamental	Sujeito racional
89.	A política antidrogas brasileira: velhos dilemas	*Psicologia & Sociedade*	Maria Lúcia Teixeira Garcia	2008	Política governamental	Sujeito racional
90.	Avanços e retrocessos e impasses na política de educação pré-escolar no Brasil	*Educação e Sociedade*	Solange Jobim e Souza	1987	Política governamental	Sujeito racional

APÊNDICE G

LOCAL DE FORMAÇÃO EM MESTRADO E EM DOUTORADO DOS AUTORES SELECIONADOS PARA A PESQUISA

Tabela 3 – Formação dos autores em mestrado por universidade e período de formação (em relação às universidades estrangeiras consta o nome dos países)

Universidade	**Período de formação**					
	1966-1975	1976-1985	1986-1995	1996-2005	2006-2011	Total
Bélgica	2	0	0	0	0	2
ENSP	0	0	0	1	0	1
EUA	1	1	0	0	0	2
FGV	0	2	1	0	0	3
França	1	1	0	0	0	2
Inglaterra	0	1	0	0	0	1
PUC Campinas	0	1	0	0	0	1
PUC/RIO	3	3	0	0	0	6
PUC/RS	0	0	3	2	0	5
PUC/SP	0	1	5	7	0	13
UERJ	0	0	0	1	0	1
UFC	0	0	0	0	1	1
UFES	0	0	2	0	0	2
UFF	0	0	2	0	0	2
UFJF	0	0	0	0	2	2
UFMG	1	0	0	3	3	7
UFPB	0	0	2	2	1	5
UFRGS	0	0	3	1	1	5
UFRJ	0	1	1	0	1	3
UFRN	0	0	1	0	0	1
UFSC	0	0	1	2	0	3
UFSCAR	0	0	1	0	0	1
UGF	0	1	0	0	0	1
Unb	0	0	1	0	0	1
UNESP	0	0	0	1	0	1
USP	0	3	0	1	0	4
Total	**8**	**15**	**23**	**21**	**9**	**76**

Tabela 4 – Formação dos autores em doutorado por universidade e período de formação (em relação às universidades estrangeiras consta o nome dos países)

Universidade	Período de formação							
	1966-1975	1976-1985	1976-1985 / 1986-1995[95]	1986-1995	1996-2005	2006-2011	Em desenvolvimento	Total
Bélgica	1	1	0	0	0	0	0	2
Espanha	0	0	0	0	2	2	0	4
EUA	0	1	0	1	1	0	0	3
EUA / França	0	0	1	0	0	0	0	1
FGV	0	0	0	1	0	0	0	1
França	0	1	0	0	0	0	0	1
Holanda	0	0	0	0	1	0	0	1
Inglaterra	0	0	0	2	0	0	0	2
Portugal	0	0	0	0	0	1	1	2
PUC/RIO	0	0	0	2	0	0	0	2
PUC/RS	0	0	0	0	2	1	0	3
PUC/SP	0	0	0	5	10	4	1	20
UERJ	0	0	0	0	1	0	2	3
UFBA	0	0	0	0	1	1	0	2
UFC	0	0	0	0	0	0	1	1
UFES	0	0	0	0	1	0	0	1
UFMG	0	0	0	0	0	1	2	3
UFRGS	0	0	0	1	3	0	0	4
UFRJ	0	0	0	1	0	1	0	2
UFSC	0	0	0	0	0	2	0	2
Unb	0	0	0	0	1	0	0	1
UNICAMP	0	0	0	0	0	1	0	1
USP	0	0	0	8	6	0	0	14
Total	**1**	**3**	**1**	**21**	**29**	**14**	**7**	**76**

[95] A mesma autora cursou dois doutorados, cada um em um período histórico.

Tabela 5 – Formação dos autores em mestrado por Estado do Brasil/Exterior

Estado Brasil / Exterior	Nº de autores	%
CE	1	1,3
DF	1	1,3
ES	2	2,6
EUA	2	2,6
Europa	5	6,6
MG	9	11,8
PB	5	6,6
RJ	17	22,4
RN	1	1,3
RS	10	13,2
SC	3	3,9
SP	20	26,3
Total	**76**	**100,0**

Tabela 6 – Formação dos autores em doutorado por Estado do Brasil/Exterior

Estado Brasil / Exterior	Nº de autores	%
BA	2	2,6
CE	1	1,3
DF	1	1,3
ES	1	1,3
EUA	3	3,9
EUA / França	1	1,3
Europa	12	15,8
MG	3	3,9
RJ	8	10,5
RS	7	9,2
SC	2	2,6
SP	35	46,1
Total	**76**	**100,0**